JORNAL OFICIAL
Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso

Índice

Camara Municipal de Cáceres 4
Camara Municipal de Canarana 4
Camara Municipal de Cláudia 5
Camara Municipal de Colíder 5
Camara Municipal de Diamantino 5
Camara Municipal de Dom Aquino 8
Câmara Municipal de Lambari D'Oeste 8
Câmara Municipal de Nossa Senhora do Livramento 9
Câmara Municipal de Nova Olímpia 12
Camara Municipal de Paranatinga 13
Camara Municipal de Porto Esperidião 13
Camara Municipal de Vale de São Domingos 13
Camara Municipal de Várzea Grande 24
Consórcio Intermunicipal Complexo Nascentes do Pantanal 24
Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região Médio Norte Matogrossense 25
Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto - CISVP 25
Consórcio Intermunicipal de Saúde do Araguaia 29
Prefeitura Municipal de Acorizal 30
Prefeitura Municipal de Água Boa 32
Prefeitura Municipal de Alto Garças 39
Prefeitura Municipal de Alto Paraguai 40
Prefeitura Municipal de Alto Taquari 41
Prefeitura Municipal de Apiacás 73
Prefeitura Municipal de Araguaiana 74
Prefeitura Municipal de Araputanga 75
Prefeitura Municipal de Arenápolis 77
Prefeitura Municipal de Aripuanã 77
Prefeitura Municipal de Barão de Melgaço 83
Prefeitura Municipal de Cáceres 84
Prefeitura Municipal de Campinápolis 90
Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis 94
Prefeitura Municipal de Campo Verde 99
Prefeitura Municipal de Campos de Júlio 103
Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte 105
Prefeitura Municipal de Canarana 110
Prefeitura Municipal de Carlinda 112
Prefeitura Municipal de Castanheira 113
Prefeitura Municipal de Cláudia 113
Prefeitura Municipal de Cocalinho 118
Prefeitura Municipal de Colíder 118
Prefeitura Municipal de Colniza 121
Prefeitura Municipal de Comodoro 122
Prefeitura Municipal de Confresa 123
Prefeitura Municipal de Conquista D`Oeste 129
Prefeitura Municipal de Cotriguaçu 131
Prefeitura Municipal de Cuiabá 134
Prefeitura Municipal de Curvelândia 134
Prefeitura Municipal de Diamantino 134
Prefeitura Municipal de Dom Aquino 135
Prefeitura Municipal de Feliz Natal 139
Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte 145
Prefeitura Municipal de General Carneiro 151

Prefeitura Municipal de Glória d´Oeste 152
Prefeitura Municipal de Indiavaí 152
Prefeitura Municipal de Itanhangá 154
Prefeitura Municipal de Itiquira 162
Prefeitura Municipal de Jangada 165
Prefeitura Municipal de Juara 165
Prefeitura Municipal de Juína 167
Prefeitura Municipal de Juruena 168
Prefeitura Municipal de Juscimeira 168
Prefeitura Municipal de Marcelândia 172
Prefeitura Municipal de Matupá 197
Prefeitura Municipal de Mirassol d´Oeste 197
Prefeitura Municipal de Nobres 206
Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes 207
Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia 211
Prefeitura Municipal de Nova Guarita 212
Prefeitura Municipal de Nova Lacerda 214
Prefeitura Municipal de Nova Maringá 214
Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde 216
Prefeitura Municipal de Nova Nazaré 216
Prefeitura Municipal de Nova Olímpia 219
Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena 222
Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã 223
Prefeitura Municipal de Nova Xavantina 224
Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte 224
Prefeitura Municipal de Novo Mundo 250
Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio 252
Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim 252
Prefeitura Municipal de Paranatinga 252
Prefeitura Municipal de Pedra Preta 256
Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo 259
Prefeitura Municipal de Pontal do Araguaia 261
Prefeitura Municipal de Ponte Branca 263
Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte 263
Prefeitura Municipal de Porto Esperidião 264
Prefeitura Municipal de Porto Estrela 267
Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal 268
Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira 269
Prefeitura Municipal de Rio Branco 297
Prefeitura Municipal de Rondolândia 298
Prefeitura Municipal de Rondonópolis 298
Prefeitura Municipal de Rosário Oeste 299
Prefeitura Municipal de Salto do Céu 300
Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato 304
Prefeitura Municipal de Santa Terezinha 314
Prefeitura Municipal de Santo Afonso 314
Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Leverger 315
Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste 316
Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia 316
Prefeitura Municipal de São José do Povo 317
Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro 322
Prefeitura Municipal de São José do Xingu 328
Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos 330
Prefeitura Municipal de Serra Nova Dourada 333
Prefeitura Municipal de Tabaporã 333
Prefeitura Municipal de Tangará da Serra 334
Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte 335
Prefeitura Municipal de Torixoréu 336
Prefeitura Municipal de União do Sul 336
Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos 339
Prefeitura Municipal de Várzea Grande 339
Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade 346

APRESENTAÇÃO

DIRETORIA DA AMM BIÊNIO 2021/2023

Presidente de Honra: José Eduardo Botelho

Presidente: Neurilan Fraga (PL) - Ex-prefeito de Nortelândia

Primeiro Vice-Presidente: Janailza Taveira Leite (Solidariedade) - prefeita de São Félix do Araguaia

Segundo Vice-Presidente: Marcelo de Aquino (PL) - prefeito de General Carneiro

Terceiro Vice-Presidente: Marilza Augusta de Oliveira (MDB)- prefeita de Nova Brasilândia

Quarto Vice-Presidente: Edu Laudi Pascoski (PL)- prefeito de Itanhangá

Quinto Vice-Presidente: Valdecio Luiz da Costa (PL)- prefeito de Dom Aquino

Secretário Geral: Daniel Rosa do Lago (PDT) - Prefeito de Porto Alegre do Norte

Primeiro Secretário: Leocir Hanel (PSDB) - prefeito de Nobres

Segundo Secretário: José Guedes de Souza (MDB) - prefeito de Rondolândia

Tesoureiro Geral: Silmar de Souza Gonçalves (DEM) - prefeito de Nossa Senhora do Livramento

Primeiro Tesoureiro: Alex Steves Berto (Solidariedade) - prefeito de Rosário Oeste

Segundo Tesoureiro: Altamir Kurten (PSDB) - prefeito de Cláudia

Conselho Fiscal:

1º Jacob Andre BringsKen (MDB) - prefeito de Vila Bela da Santíssima Trindade

2º Márcio Conceição Nunes de Aguiar (PSB) - prefeito de Cocalinho

3º Jadilson Alves de Souza (Republicanos) - prefeito de Curvelândia

Suplentes Fiscais:

1º Héctor Alvares Bezerra (PSL) - prefeito de Mirassol D'Oeste

2º Ederson Figueiredo (PP) - prefeito de Arenápolis

3º Julio Cesar dos Santos (MDB) - prefeito de Apiacás

Gerente de Comunicação
Malu Sousa

Responsável pelo Jornal Oficial AMM
Noides Cenio da Silva

(65) 2123-1200 - (65) 9 9931-8446

Entre em Contato: jornaloficial@amm.org.br (65) - 2123 - 1270

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Mato Grosso
é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal

CAMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
PORTARIA Nº 106, DE 12 DE ABRIL DE 2021

"Decreta Luto Oficial por três dias no âmbito do Poder Legislativo Municipal pelo falecimento do **SR. BENEDITO LUIZ PASSOS,** pai do Excelentíssimo **VEREADOR LACERDA DO AKI** e Ponto Facultativo nas dependências da Câmara Municipal de Cáceres/MT no dia 12 de abril do corrente ano e dá outras providências".

DOMINGOS OLIVEIRA DOS SANTOS, Presidente da Câmara Municipal de Cáceres/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o falecimento do **SR. BENEDITO LUIZ PASSOS**, pai do Excelentíssimo **VEREADOR LACERDA DO AKI**;

CONSIDERANDO o consternamento geral dos nobres colegas Vereadores e Servidores desta Câmara Municipal de Cáceres/MT, e, o sentimento de solidariedade, dor e saudade que emerge pela perda de um cidadão exemplar e respeitável de nossa cidade;

CONSIDERANDO por fim que é dever do Poder Legislativo Municipal render justas homenagens àqueles que com seu trabalho, seu exemplo e sua dedicação, contribuíram para o bem-estar da coletividade cacerense.

RESOLVE:

Art. 1° Fica **DECRETADO LUTO OFICIAL** de três dias no âmbito do Poder Legislativo Municipal de Cáceres em sinal de pesar pelo falecimento do **SR. BENEDITO LUIZ PASSOS**.

Art. 2° O período do Luto Oficial compreenderá os dias 12 a 14 de abril do corrente ano.

Art. 3° Fica decretado **PONTO FACULTATIVO**, nas dependências da Câmara Municipal de Cáceres/MT, no dia 12 de abril de 2021 (segunda-feira), a fim de que os Excelentíssimos Senhores Vereadores e Servidores desta Casa Legislativa possam prestar solidariedade à família do Excelentíssimo **VEREADOR LACERDA DO AKI**.

Art. 4° As Sessões Ordinária e Extraordinária que seriam realizadas no dia 12 de abril de 2021 (segunda-feira), à partir das 10:00 horas, ficam suspensas, e, serão realizadas no dia 13 de abril de 2021 (terça-feira), no mesmo horário.

Gabinete da Presidência, Câmara Municipal de Cáceres/MT, em 12 de abril de 2021.

Domingos Oliveira dos Santos

Presidente da Câmara Municipal de Cáceres

Isaías Bezerra

Vice-Presidente

Celso Silva

1º Secretário

Mazéh Silva

2ª Secretária

Negação

Tesoureiro

Publicado no D.O.M. de 12/04/2021.

CAMARA MUNICIPAL DE CANARANA

ATO DO PRESIDENTE Nº 009/2021

DE 12 DE ABRIL 2021

Dispõe sobre a Prorrogação do Ato do Presidente nº 07 de 07 de abril de 2021, sobre cumprimento das determinações do Decreto Municipal de número 3187 de 07 de abril de 2021.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, com base no que dispõe o Art. 19 do Regimento Interno, resolve:

Art. 1º- Prorroga até o dia 19 de abril a suspenção de atendimento presencial na Câmara Municipal de Vereadores, conforme Decreto Municipal nº 3189, de 12 de abril de 2021.

Art. 2º - Este ato passa a vigorar da sua publicação.

Canarana/MT, 12 de abril de 2021.

Paulo José Gonçalves

Presidente da Câmara Municipal

ATO DO PRESIDENTE Nº 008/2021

DE 12 DE ABRIL 2021

Dispõe sobre Luto Oficial pelo falecimento do ex. Vereador Elói Clóvis Hetzel.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, com base no que dispõe o Art. 19 do Regimento Interno, resolve:

Art. 1º- Declara Luto Oficial por 03 (três) dias na Câmara Municipal de Vereadores, pelo falecimento do ex. Vereador Elói Clóvis Hetzel.

Art. 2º - Este ato passa a vigorar da sua publicação.

Canarana/MT, 12 de abril de 2021.

Paulo José Gonçalves

Presidente da Câmara Municipal

PORTARIA Nº 024/2021

DE 07 DE ABRIL DE 2021

"Dispõe sobre nomeação de candidato aprovado no Concurso Público Municipal nº 001/2012 para ocupar o Cargo em Provimento Efetivo que especifica"

O Presidente da Câmara Municipal de Canarana Estado de Mato Grosso, Paulo José Gonçalves no uso de suas atribuições legais e considerando o resultado final do Concurso Público homologado pelo Decreto n° 078 de 08 de agosto de 2012;

RESOLVE:

Art. 1°. Nomear o candidato abaixo identificado para compor o quadro de Servidores Públicos da Câmara de Canarana, sendo regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Canarana – MT – Lei Complementar 028/2002 :

CANDIDATO	CARGO	PONTUAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
Fernando de Souza	Técnico em informática - Câmara Municipal	7,0	1°

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Canarana –MT, 07 de abril de 2021.

Paulo Jose Gonçalves

Presidente Câmara Municipal de Canarana – MT

CAMARA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

CÂMARA MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL DE CLÁUDIA EXTRATO – RESOLUÇÃO N° 186/2021

CÂMARA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

EXTRATO – RESOLUÇÃO N° 186/2021

AUTOR: MESA DIRETORA - RESOLUÇÃO Nº 186 de 12 de Abril de 2021- SÚMULA: Autoriza a Câmara Municipal de Cláudia – MT conceder apoio cultural, na forma de subvenção social, para a Associação Comunitária Rádio FM Cláudia.A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CLÁUDIA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o soberano plenário aprovou e Ela Promulga a seguinte RESOLUÇÃO:Art. 1º - Fica autorizada a Câmara Municipal de Cláudia – MT conceder apoio cultural, na forma de subvenção social, para a Associação Comunitária Rádio FM Cláudia – CNPJ: 01.596.866/0001-70, nos termos da Resolução de Consulta nº 01/2018, TCE/MT. Art. 2º - Para que seja efetivada a subvenção social, a Câmara Municipal firmará um Termo de Fomento com a Rádio Comunitária, com a correta especificação do objeto a ser executado, elaboração de plano de trabalho estabelecendo as condições mínimas de execução, e com valor, calculado com base em unidade de serviços efetivamente prestados ou postos à disposição. Parágrafo único - O Termo de Fomento será precedido de uma Inexigibilidade de Chamamento Público. Art. 3º - O valor total das transferências à título subvenção social, para a execução do plano de trabalho, com vigência para 12 (doze) meses, será de, no máximo, R$ 13.200,00 (treze mil e duzentos reais). Art. 4º - Justifica-se a subvenção social diretamente para a Associação Comunitária Rádio FM Cláudia, mediante inexigibilidade de chamamento público, pois inexiste no Município outra rádio comunitária legalmente constituída. Art. 5º - A citada rádio comunitária não será considerada como órgão de imprensa oficial a dar validade aos atos da Câmara Municipal. Art. 6º - Deverá a Rádio Comunitária prestar contas dos recursos recebidos ao órgão concedente, que manterá os documentos arquivados e disponíveis para eventual fiscalização pelo Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso e demais instituições de controle. Art. 7º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação e afixação, revogando-se as disposições em Contrário. SALA DAS SESSÕES, CÂMARA MUNICIPAL DE CLÁUDIA, MT. em 12 de Abril de 2021. ARNALDO FRANÇA 1º Secretário e LEONIR RIZZI Presidente.

CAMARA MUNICIPAL DE COLÍDER

CAMARA MUNICIPAL
ATO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO Nº 003/2021

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 003/2021

OBJETO: Aquisição de equipamentos de informática para a Câmara Municipal de Colider, conforme descrição apresentada na solicitação do setor competente.

Não havendo qualquer recurso. Não havendo nada que possa desabonar este processo licitatório, realizado sob o império da lei 8.666/93, com as alterações subseqüentes e estando o preço ofertado de acordo com o praticado no mercado, HOMOLOGO o presente, para que produza os jurídicos e legais efeitos.

Comunique-se o Licitante vencedor, abaixo denominado, a HOMOLOGAÇÃO do objeto Licitado, devendo aguardar Contrato conforme licitado.

Empresa: KEILA PIAGENTINI BIGOLI

CNPJ/MF: 35.360.594/0001-47

COLIDER/MT, 12 de abril de 2021.

Vereadora ANA FLÁVIA RODRIGUES RAMIRO

Presidente

CAMARA MUNICIPAL
TERMO DE RATIFICAÇÃO

PROCESSO 003/2021

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 003/2021

Considerando as informações prestadas pela Comissão Permanente de Licitação, bem como pelo contido no presente Processo de Dispensa de Licitação, com todos seus documentos, juntamente com o parecer da Assessoria Jurídica, RATIFICO todos os atos do presente Processo de Dispensa nº 003/2021, para: aquisição de equipamentos de informática para a Câmara Municipal de Colider, conforme descrição apresentada na solicitação do setor competente, para a Câmara Municipal de Colider-MT.

Colider-MT;. 12 de março 2021.

Vereadora ANA FLÁVIA RODRIGUES RAMIRO

Presidente

CAMARA MUNICIPAL
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 003/2021.

OBJETO: Aquisição de equipamentos de informática para Câmara Municipal de Colider, conforme descrição apresentada na solicitação do setor competente.

FAVORECIDA: KEILA PIAGENTINI BIGOLI

VALOR GLOBAL: 8.930,00 (oito mil novecentos e trinta reais)

JUSTIFICATIVA: Nº 003/2021

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, II, V da Lei nº 8.666/93, justificativa nº 003/2021, Parecer Jurídico anexos ao processo, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Colider – MT, em 12 de abril de 2021.

Vereadora ANA FLÁVIA RODRIGUES RAMIRO

Presidente da Câmara

CAMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
PORTARIA Nº. 023/2021

Designa as servidoras Nayara Bonfim Freitas, Maria Madalena da Silva Neves e Katia Aparecida do Prado Konrad, lotadas no quadro funcional da Câmara Municipal como Fiscais Responsáveis pelos Contratos da Câmara Municipal de Diamantino.

Ranielli Patrick Arruda Lima, Presidente da Câmara Municipal de Diamantino, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art. 1º. Designar a servidora Nayara Bonfim Freitas, portadora do CPF nº. 015.419.201-55, RG nº. 1765090-9 SSP/MT, como Fiscal responsável dos seguintes Contratos da Câmara Municipal de Diamantino:

I – Contrato nº. 08/2020 – Supermercado Teodoro LTDA;

II - Contrato nº. 13/2020 - Supermercado Teodoro LTDA;

III - Contrato nº. 14/2020 – Maria Cleide de Oliveira EPP;

Art. 2º. Designar a servidora Maria Madalena da Silva Neves, portadora do CPF nº. 346.710.721-49, RG nº. 593498 SSP/MT, SSP/MT, como Fiscal responsável dos seguintes Contratos da Câmara Municipal de Diamantino:

I – Contrato nº. 01/2020 – União das Câmaras Municipais do Estado de Mato Grosso – UCMMAT;

II – Contrato nº. 12/2020 – P. R. Gráfica e Impressões Digitais Eireli;

III – Contrato nº. 11/2020 – Suelmei Campos Barbosa Eireli;

Art. 3º. Designar a servidora Kátia Aparecida do Prado Konrad, portadora do CPF nº. 806.994.801-91, RG nº. 1000870-5 SJSP/SP, como Fiscal responsável dos seguintes Contratos da Câmara Municipal de Diamantino:

I – Contrato nº. 13/2016 – COPLAN – Consultoria e Planejamento LTDA;

II – Contrato n º 10/2018 – N M Informática Ltda;

III – Contrato nº. 06/2020 – Celoni Dist. De Equip. de Informática e tecnologia LTDA;

Art. 4º - As servidoras designadas ficam responsáveis pelo ateste das notas fiscais oriundas das compras diretas.

Art. 5º - As servidoras designadas estão habilitadas para ser encarregadas pelos atestes das faturas/notas fiscais e conferência do fornecimento prestado pelas contratadas, desde o início da contratação até o término da vigência do contrato;

Art. 6º. Constituem atribuições do fiscal de contrato:

I - atestar, em documento hábil, o fornecimento, a entrega, a prestação de serviço ou a execução da obra, após conferência prévia do objeto contratado e encaminhar o processo no prazo de (2) dois dias úteis contados do recebimento da fatura/nota fiscal;

II - acompanhar e controlar, quando for o caso, o estoque de materiais de reposição, destinado à execução do objeto contratado, principalmente quanto à qualidade;

III - observar que os prestadores de serviços se apresentem uniformizados e/ou com crachá de identificação quando estipulado em contrato;

IV - acompanhar a execução contratual, informando ao supervisor do contrato as ocorrências que possam prejudicar o bom andamento da obra, do fornecimento ou da prestação do serviço, por meio do Registro e Comunicação de Ocorrência.

V - informar, em prazo hábil, quando houver necessidade de acréscimos ou supressões no objeto do contrato; e

VI - solicitar ao supervisor de contrato a substituição dos empregados prestadores de serviço no Ministério que comprometam a perfeita execução dos serviços, inclusive quando decorrente de comportamento inadequado.

Art. 7º. Em caso de recebimento de faturas/notas fiscais que apresentem algum problema com relação ao serviço prestado, o contratante deverá imediatamente notificar o contratado para em conjunto, adotarem medidas saneadoras.

Art. 8º. Caberá ao fiscal de contratos a concessão de declarações, certidões e atestados de capacidade técnica.

Art. 9º. O responsável pelo setor de cadastro, servidor designado por esta portaria, na qualidade de servidor da administração, estará apto a autenticar as cópias dos documentos apresentados pelos fornecedores desde que estes no ato da apresentação das cópias estejam acompanhado dos originais, na forma que prevê o art. 32 da Lei Federal 8.666/93.

Art. 10. Fica concedida a gratificação mensal no valor de R$235,00 (duzentos e trinta e cinco reais) às servidoras designadas como fiscais de contratos, de acordo com a Lei 1.237/2018 alterada pela Lei 1.380/2020.

Art. 11. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Diamantino-MT, 01 de abril de 2021

Ranielli Patrick Arruda Lima

Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
COVID-19: PORTARIA Nº. 024/2021

PORTARIA Nº. 024/2021

Dispõe sobre medidas de caráter temporário para a mitigação de riscos da doença causada pelo novo coronavírus (COVID-19), com a suspensão do atendimento ao público presencial e adota outras providências, no âmbito da Câmara Municipal de Diamantino – MT.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Regimento Interno e,

CONSIDERANDO a Pandemia mundial do novo coronavírus Covid-19;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto Estadual nº. 874 de 25 de março de 2021, que atualiza a classificação de risco epidemiológico e fixa regra e diretrizes para adoção, pelos municípios, de medidas restritivas para prevenir a disseminação da Covid-19;

CONSIDERANDO a decisão exarada nos Autos da Ação de Direta de Inconstitucionalidade nº. 1003497-90.2021.8.11.0000 que, determinou que prevalece em todo o Estado de Mato Grosso, as medidas restritivas impostas no Decreto Estadual nº. 874/2021;

CONSIDERANDO que o Município de Diamantino/MT encontra-se enquadrado como “RISCO MUITO ALTO”, na matriz de risco, estabelecida pelo Decreto Estadual nº. 874/2021;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº. 73/2021, de 09 de abril de 2021;

RESOLVE:

Art. 1º Adotar medidas para mitigação de riscos da doença causada pelo novo coronavírus (COVID-19) no âmbito da Câmara Municipal de Diamantino/MT, de acordo com o Decreto Municipal nº. 73/2021, ficando suspenso o atendimento ao público de forma presencial.

Art. 2º Fica instituído, como medida excepcional e transitória, o regime de trabalho em dois turnos, a saber: das 07h (sete horas) às 13h (treze horas) e das 12h (doze horas) às 18h (dezoito horas).

§1º No turno das 07h (sete horas) às 13h (treze horas) ficam escalados os seguintes servidores:

Carmelita Sardanha de Souza Fabio Tomekiti Fukushima Lucimara Costa Barros Luiz Carlos Rodrigues de Almeida Maria Madalena da Silva Neves Sonia Juliana Jesus da Silva

§2º No turno das 12h (doze horas) às 18h (dezoito horas) ficam escalados os seguintes servidores:

Cleyton Vilmar Oliveira Zucchi Eder Wilson da Costa Soares Gerson Vidal de Souza Kátia Aparecida do Prado Konrad Nayara Bonfim Freitas Paulo Cezar da Cruz Fonseca Marli Dias Duartes Coimbra

§3º Os servidores ocupantes de cargo de provimento em comissão ficarão à disposição da Presidência.

Art. 3º Aos servidores cujas atribuições possam ser realizadas de forma remota, especialmente aqueles com doença crônica, diabéticos, ou que tiverem dependentes que compõem grupo de risco de aumento de mortalidade por COVID-19, devidamente comprovadas por atestado médico ou por indicação do serviço médico, as gestantes e lactantes, fica facultado o regime de teletrabalho, mediamente prévio requerimento, nos moldes da Resolução 72/2020.

§ 1º - O regime de teletrabalho, para efeitos desta Portaria, consiste no exercício remoto de atividades funcionais durante o horário de expediente, devendo o servidor fazer uso dos sistemas informatizados da Câmara Municipal e manter-se disponível ao acesso via telefone, e-mail e WhatsApp;

§ 2º - O servidor em regime de teletrabalho deverá apresentar relatório semanal das atividades realizadas, conforme modelo constante do Anexo I, ao Coordenador Geral que, posteriormente dará ciência à Presidência;

§ 3º - Estando em ordem o relatório de atividades apresentado, este será arquivado pelo servidor responsável pelo setor de recursos humanos, juntando ao arquivo referente à ficha funcional do servidor;

§ 4º - Fica permitido retirar processos e demais documentos das dependências do órgão, quando necessário, somente mediante assinatura de termo de recebimento e responsabilidade, conforme modelo constante do Anexo II, ressalvando a possibilidade de os mesmos serem enviados digitalizados, via e-mail institucional, e devolvê-los íntegros ao término do trabalho ou quando solicitado pela chefia imediata ou a Presidência;

§ 5º - Será permitido o uso de equipamentos, suprimentos e materiais de expediente da Câmara Municipal de Diamantino/MT, pelos servidores, desde que devidamente justificado, com a autorização prévia da Presidência e mediante a assinatura do Termo de Recebimento e de Responsabilidade, conforme modelo constante do Anexo III.

Art. 4º - Os servidores ocupantes do cargo de vigia deverão desempenhar suas atividades normalmente.

Art. 5º As reuniões que se fizerem necessárias serão realizadas de forma virtual, ficando suspensa a realização de eventos institucionais de forma presencial.

Art. 6º O atendimento e protocolo deverão ser enviados ao seguinte endereço eletrônico: secretaria@diamantino.mt.leg.br e através do telefone (65) 3336-1419, além destes canais, os demais atendimentos administrativos deverão ser realizados conforme anexo IV.

Art. 7º Deverá ser realizado agendamento prévio para a entrega de documentos vindos de outros Poderes, Órgãos e Entidades, que não puderem ser enviados de forma digital.

Art. 8º Fica proibida a cessão de uso do Plenário.

Art. 9º Para as sessões ordinárias, solenes e extraordinárias da Câmara Municipal, comparecerão os respectivos servidores:

? Gerson Vidal – coordenador geral;

? Paulo Cezar da Cruz Fonseca – técnico de informática;

? Marli Dias Duartes Coimbra – assistente legislativo II, em revezamento com a servidora Maria Madalena da Silva Neves – assistente legislativo I;

? Nayara Bonfim Freitas – Chefe de Serviços Gerais, em revezamento com a servidora Sonia Juliana Jesus da Silva – Agente de limpeza e manutenção.

Art. 10 Aplica-se o disposto nesta Portaria a todos que prestam serviços a esta Casa de Leis.

Art. 11 Os servidores com doença crônica, diabéticos, ou que tiverem dependentes que compõem grupo de risco de aumento de mortalidade por COVID-19, devidamente comprovadas por atestado médico ou por indicação do serviço médico, as gestantes e lactantes, ficarão dispensados de desempenhar suas funções junto às Sessões Ordinárias, Solenes ou Extraordinárias.

Art. 12 Os casos omissos serão avaliados pela Presidência da Câmara Municipal de Diamantino.

Art. 13 Esta portaria entrará em vigor a partir de 12 de abril de 2021, com efeitos até 23 de abril de 2021, altera a portaria nº. 72/2020, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº. 22/2021.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Diamantino-MT, 12 de abril de 2021.

Ranielli Patrick Arruda Lima

Presidente da Câmara Municipal de Diamantino

ANEXO I

RELATORIO DE ATIVIDADES

Servidor(a): _____ Matrícula: _____

DATA	ATIVIDADE	Nº PROCEDIMENTO

Recebido em __/__/__ Recebido em __/__/__

_____ _____

Coordenador Geral Presidente da Câmara Municipal de Diamantino/MT

Recebido em __/__/__

_____

Responsável pelo Setor de Recursos Humanos

ANEXO II

TERMO DE RESPONSABILIDADE RETIRADA DE DOCUMENTOS

Processo/Contrato nº.:_____ Data: ___/___/_____

Especificação:

_____

Declaração

Declaro para fins de RESPONSABILIDADE, que recebi nesta data o(s) processo(s), contrato(s), documento(s) acima citado(s), sem rasuras, em perfeitas condições de manuseio, para fins de: _____, devendo zelar pela sua guarda, conservação e devolução no prazo devido, e nas condições de liberação, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis.

Nome: _____

E-mail:_____

Cargo:_____

Fone:_____

RECEBI O PROCESSO/CONTRATO/OUTRO DOCUMENTO DESTA SOLICITAÇÃO EM PERFEITAS CONDIÇÕES

_____

Assinatura do solicitante

Liberado por:

PREVISÃO DE DEVOLUÇÃO: _____/_____/_____

DATA DA DEVOLUÇÃO: _____/_____/_____

ANEXO III

TERMO DE COMPROMISSO DE UTILIZAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS

Patrimônio nº.: _____ Data: ___/___/_____

Equipamento (s):

Declaração

Declaro para fins de RESPONSABILIDADE, que recebi nesta data o(s) equipamento(s) acima citado(s) em perfeitas condições de uso, para fins de: _____, devendo zelar pela sua guarda, conservação e devolução no prazo devido, e nas condições de liberação, comprometendo-me a substituí-lo em caso de perda ou estrago irreparável, por idêntico ou similar indicado pela Câmara Municipal de Diamantino/MT.

Nome: _____

E-mail:_____

Cargo:_____

Fone:_____

RECEBI O EQUIPAMENTO/MATERIAL DESTA SOLICITAÇÃO EM PERFEITAS CONDIÇÕES

_____

Assinatura do solicitante

Liberado por:

PREVISÃO DE DEVOLUÇÃO: _____/_____/_____

DATA DA DEVOLUÇÃO: _____/_____/_____

ANEXO IV

- Presidente da Câmara

Ranielli Patrick Arruda Lima

e-mail: presidencia@diamantino.mt.leg.br

- Coordenador Geral

Gerson Vidal de Souza

e-mail: coordenadoria@diamantino.mt.leg.br

- Chefe de Serviços Gerais

Nayara Bonfim Freitas

e-mail: manutencao@diamantino.mt.leg.br

- Setor de Informática/Pregoeiro/Aplic/Patrimônio

Paulo Cezar da Cruz Fonseca

e-mail: paulo@diamantino.mt.leg.br

e-mail: licita@diamantino.mt.leg.br

- Auditor Público interno

Fabio Tomekiti Fukushima

e-mail: uci@diamantino.mt.leg.br

- Advogada

Aline Simony Stella

e-mail: juridico@diamantino.mt.leg.br

- Contador

Cleyton Vilmar de Oliveira Zucchi

e-mail: contabilidade@diamantino.mt.leg.br

- Secretaria Legislativa

Maria Madalena Da Silva Neves

Marli Dias Duartes Coimbra

e-mail: secretaria@diamantino.mt.leg.br

- Presidente da Comissão de Licitação

Sonia Juliana Jesus da Silva

e-mail: licita@diamantino.mt.leg.br

- Recursos Humanos/Compras/Ouvidoria

Lucimara Costa Barros

e-mail: rh@diamantino.mt.leg.br

e-mail: financeiro@diamantino.mt.leg.br

e-mail: ouvidoria@diamantino.mt.leg.br

CAMARA MUNICIPAL DE DOM AQUINO

CAMARA MUNICIPAL
COVID-19: PORTARIA N.º 008/2021

Portaria n.º 008/2021 Dom Aquino/MT, em 12 de abril de 2021.

Prorrogar os efeitos da Portaria n.º 007/2021 de 17/03/2021 e dá outras providências.

A **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE DOM AQUINO,** estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições regimentais previstas em Lei;

Considerando suas atribuições legais previstas no artigo 74 da Lei Orgânica Municipal;

Considerando a publicação do Decreto Estadual n° 861 de 15/03/2021 que Altera dispositivo do Decreto n.º 836, de 01 de março de 2021 e prorroga os efeitos do Decreto n.º 837, de 01 de março de 2021.

Considerando a publicação do Decreto Municipal nº. 040/2021.

Considerando o grande aumento dos casos de COVID19, no Estado e em nosso Município e a indefinição quanto ao período da vacinação da população e o percentual de 91% (noventa e um por cento) de ocupação de todas as UTIs do Estado.

Considerando a necessidade de facilitar o isolamento com a finalidade de evitar a propagação do COVID-19.

RESOLVE:

Art. 1° Prorrogar os efeitos da Portaria n.º 007/2021 de 17/03/2021 até o dia 15/05/2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Retângulo Arredondado: Certifico para todos os fins de direito e efeitos que a presente Portaria foi publicada na data _____/_____/2021. Dom Aquino - MT, ___ de _____ de 2021 _____ Lourival Soares de Oliveira Filho Técnico Legislativo

Gabinete da Presidência em 12 de abril de 2.021.

MARIA DE SOUZA OLIVEIRA

Presidente

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA N. º 009/2021

Portaria N. º 009/2021 DE 12 DE ABRIL DE 2021.

MARIA DE SOUZA OLIVEIRA, Presidente da Câmara Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei:

R E S O L V E:

Artigo 1º - Nomear o Servidor **LOURIVAL SOARES DE OLIVEIRA FILHO** como fiscal de contrato para os contratos:

n.º Contrato	Credor
002/2021	**ESTEVA SATELIS DE OLIVEIRA**
003/2021	**ROBSON R. MARCIDELLI DE ALMEIDA-ME**
004/2021	**ANGELO DE SOUZA E SCHAEFER DONATO LTDA**

Artigo 2º-Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º -Revogam-se às disposições em contrário.

Gabinete da Presidência em 12 de abril de 2.021.

MARIA SOUZA OLIVEIRA

Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE LAMBARI D'OESTE

PORTARIA Nº 011/2021

PORTARIA Nº 011/2021,

DE 09 DE ABRIL DE 2021

Prorroga os efeitos da Portaria nº 010, de 29.03.2021, em razão do aumento de infectados pela COVID-19

O Presidente da Câmara Municipal de Lambari D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 29, inciso II da Lei Orgânica do Município c/c o art.28, inciso XIV do Regimento Interno; e

Considerando o Decreto Estadual nº 874, de 25.03.2021 que atualizou as medidas restritivas no âmbito do Estado de Mato Grosso, para tentar frear o avanço da COVID-19, além de reativar e aprimorar o sistema de classificação de risco;

Considerando que o Decreto mencionado, impõe medidas restritivas que deverão ser aplicadas em todo o território do Estado de Mato Grosso, ainda que a classificação de risco de determinado município indique normas mais brandas, enquanto a taxa estadual de ocupação de UTIs for superior a 85%;

Considerando que o Painel Epidemiológico nº 382 Coronavirus/Covid-19 Mato Grosso, atualizado em 25.03.2021, às 15:07, informa Taxa de Ocupação UTI Adulto em 98,11% e Taxa de Ocupação Pediátrica UTI em 91,67%, além de relatar fila de espera por UTI de 179 pessoas;

Considerando que o número de pessoas infectadas pelo Covid-19 em nosso município cresceu demasiadamente nos últimos dias;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar os efeitos da Portaria nº 010, de 29.03.2021, **até o dia 25.04.2021**, podendo ser prorrogado, conforme o abrandamento ou agravamento da Pandemia da Covid-19, por meio de ato específico.

§1º. Os servidores ficam dispensados de comparecer as dependências da Câmara Municipal, todavia continuarão a prestar os serviços relevantes ao bom andamento das atividades legislativas em forma de “home office/tele trabalho – trabalhar em casa”, bem assim **estarão obrigados a comparecer ao serviço quando solicitados pela presidência deste parlamento**.

§2º. O serviço de guarda do prédio do Legislativo será mantido, em razão da manutenção e guarda do patrimônio público, conforme a escala anteriormente publicada.

§3º. Na realização das Sessões só será permitida a entrada de vereadores e os servidores essenciais para auxiliarem no ato, inclusive, com obrigatoriedade do uso de máscaras, em razão das medidas de prevenção da pandemia (COVID-19).

§4º. Durante a realização das Sessões da Câmara Municipal serão adotados todos os meios necessários para a prevenção ao contágio do Coronavírus – COVID 19, mediante critérios atuais e definidos pelos órgãos sanitários.

§5º. As Sessões serão transmitidas ao vivo pelo facebook – https://web.facebook.com/cmlbdo/, podendo ser acompanhadas em tempo real pela rede mundial de computadores.

Art. 2º. **No período de suspensão do atendimento presencial, todos os expedientes e protocolos deverão ser encaminhados no seguinte e mail: administrativo@camaralambaridoeste.mt.gov.br, servindo este canal como protocolo oficial do Poder Legislativo durante este período.**

Art. 3º Caberá ao Departamento Administrativo e Financeiro desta Casa, as providências necessárias ao fiel cumprimento desta Portaria, nos termos da legislação em vigor.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Presidente, Edifício Sede do Poder Legislativo Municipal, aos nove dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e um.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

EDEMARCIO PEREIRA LOPES

Presidente da Câmara

PORTARIA Nº 012/2021

PORTARIA Nº 012/2021,

DE 12 DE ABRIL DE 2021

Concede elevação de nível a servidora efetiva MARIA BEATRIZ MORAIS

O Presidente da Câmara Municipal de Lambari D’Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 29, inciso II da Lei Orgânica do Município c/c o art.28, inciso XX do Regimento Interno;

Considerando ainda as disposições contidas no art. 23, da Lei Municipal nº 381/2010;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a progressão funcional ou promoção vertical por meio da evolução nos níveis da carreira, passando a servidora do nível 06 (seis) para o nível 07 (sete), por ter cumprido o interstício de 03 (três) anos no nível anterior, nos termos da redação do art. 23, da Lei Municipal nº 381/2010.

Art. 2º Caberá ao Departamento Administrativo e Financeiro desta Casa, as providências necessárias ao fiel cumprimento desta Portaria, nos termos da legislação em vigor.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Presidente, Edifício Sede do Poder Legislativo Municipal, aos doze dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e um.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

EDEMARCIO PEREIRA LOPES

Presidente da Câmara

CÂMARA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO

CÂMARA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO - MT DECLARAÇÕES DE BENS

DECLARACÃO DE BENS

Eu, ONEIDE MARIA DA SILVA ASSUNÇÃO, brasileira, casada, professora, inscrita no CPF sob o no 985.169.061-91, RG 1430556-9 - SSP/MT, residente e domiciliada na Travessa Aluirdes Brito de Assunção, 22, lote 9 QD 22, Bairro Santa Luzia em Nossa Senhora do Livramento (MT), CEP 78170-000, declaro para os devidos fins que até a presente data o meu patrimônio atualizado é constituído pelos bens arrolados a seguir:

l) Bem imóvel tipo casa térrea situada na Travessa Aluirdes Brito de Assunção, 22, lote 9 QD 22, Bairro Santa Luzia em Nossa Senhora do Livramento (MT), valor de R$ 110.000,00 (cento e dez mil reais).

2) Bem semovente — Gado Bovino — 01 Cabeça — Valor R$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais).

Por ser a expressão da verdade, firmo a presente declaração.

Nossa Senhora do Livramento (MT), 31 de dezembro de 2020.

ONEIDE MARIA DA SILVA ASSUNÇÃO

DECLARAÇÃO DE BENS

Eu, João Fernando Nascimento, Domiciliado no BR 070 KM 590 LT 57, n o S/N, Distrito do Faval, na cidade de Nossa Senhora do Livramento/MT, inscrito no CPF sob n o 846.122.071-49 e RG n 0 11033720 - SJ/MT.

Declaro para os devidos fins que até a presente data o meu património é constituído pelos bens arrolados a seguir:

1. VEÍCULO RANGER XLS 2018/2018 - R$114.OOO,OO

2. EMPRESA DE FESTAS E EVENTOS / OUTROS BENS E DIREITOS - R$5.OOO,OO

3. CASA RESIDENCIAL - R$180.OOO,OO

4. RESERVA FINANCEIRA / DINHEIRO EM ESPÉCIE - MOEDA NACIONAL - R$6.OOO,OO

5. BANCO BRADESCO / OUTRAS APLICAÇÕES E INVESTIMENTOS - R$2.097,56

6. EQUIPAMENTOS DE SOM E INSTRUMENTOS / OUTROS BENS E DIREITOS - R$80.OOO,OO

Declaro que as informações acima apresentadas são verdadeiras e estou ciente de que a omissão de informações ou apresentação de dados ou documentos falsos e/ou divergentes implicam no cumprimento das medidas judiciais cabíveis, conforme Art. 297 do Código Penal.

Sendo o que havia a declarar e por ser expressão da verdade, firmo a presente.

Nossa Senhora do Livramento; 23/12/2020.

João Fernando Nascimento

DECLARAÇÃO DE BENS

Eu, RENAN JUNIOR MIRANDA LEITE SILVA, solteiro, residente e domiciliado na Rua Abdão da Costa, S/ n, Santa Luzia, Nossa Senhora do Livramento - MT, portador do RG no 13387847 SSP/MT, inscrito sob o CPF no 023.126.751-70, declaro para que se produza os devidos fins e efeitos legais que não possuo bens móveis ou imóveis.

NADA A DECLARAR

Por ser verdade, assino e dou fé.

Nossa Senhora do Livramento em 31 de dezembro de 2020.

RENAN JUNIOR MIRANDA LEITE SILVA

DECLARAÇÃO DE BENS

EDER CAMPOS NEVES, brasileiro, portador do RG.46558 MTE/MT, CPF. 013.321.731-01, residente e domiciliado a Rua Coronel Clovis Peixoto no 132 — Nossa Senhora do Livramento — MT, declara que possui os seguintes bens:

01— Uma casa localizada no Bairro Colinas Verdejantes — Várzea Grande — MT, no valor de R$ 130.000,00

A presente Declaração de Bens é a expressão da verdade.

Nossa Senhora do Livramento, 31 de dezembro de 2020.

EDER CAMPOS NEVES

DECLARACÃO DE BENS

Eu, JOSÉ ALFREDO SILVA TAQUES JUNIOR, brasileiro, casado, contador, inscrito no CPF sob o no 985.398.841-00, RG 1403781-5 - SSP/MT, residente e domiciliado na Rua Principal, s/n, Ribeirão dos Cocais, Nossa Senhora do Livramento (MT), CEP 78170-000, declaro para os devidos fins que até a presente data o meu património atualizado é constituído pelos bens arrolados a seguir:

1) 01 (um) apartamento localizado na Rua Pedro Pedrossian, no 989, Edificio Torres de Várzea Grande, Torre B, apartamento 303, Várzea Grande (MT), CEP 78.110-902, com valor estimado de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais).

Por ser a expressão da verdade, firmo a presente declaração.

Nossa Senhora do Livramento (MT), 31 de dezembro de 2020.

JOSÉ ALFREDO SILVA TAQUES JUNIOR

DECLARAÇÃO DE BENS

Eu JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA, brasileiro, solteiro, portador do RG. 189337 SSP/MT, CPF. 388.161.991-72, residente e domiciliado a Comunidade de Barreiro na Rodovia BR 070 KM 562 — Município de Nossa Senhora do Livramento — MT, declaro que não possuo bens, moveis ou imóveis.

Nada a Declarar

A presente Declaração de Bens é a expressão da verdade.

Nossa Senhora do Livramento, 31 de dezembro de 2020.

JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA

DECLARACÃO DE BENS

Eu, Fabiano Sebastião da Silva, brasileiro, casado, Investigador de Polícia Judiciária Civil, inscrito no CPF sob o no 353.823.501-59, RG no 453.606 - SSP/MT, residente e domiciliado na Estrada Rural — Fazenda Estância Santana, Nossa Senhora do Livramento — MT, Cep: 78.170-000, declaro para os devidos fins que até a presente data o meu património atualizado é constituído pelos bens arrolados a seguir:

Bem imóvel tipo casa térrea situada no Residencial Ataíde Monteiro, Rua: G, Quadra: 23, Casa: 06A — Bairro: Jardim Ikaraí, Várzea Grande — MT, Cep: 78130-362, Valor R$ O 50.000,00 (cinquenta mil reais).

Bem imóvel tipo casa térrea situada na Rua: Doutor João Pedro Molina, Quadra: 13, Casa: 01, Bairro: Centro Sul — Várzea Grande — MT — Valor R$ 58.000,00 (cinquenta e oito mil reais).

Motocicleta Honda PCX, placa: QBU — 0778 — Valor R$ 9.000,00 (nove mil reais).

Um terreno na Rua: São Cristóvão, Quadra: 64, Lote: 02, Bairro: Jardim Ikaraí Várzea Grande - MT cep: 78130-362

Por ser a expressão da verdade, firmo a presente declaração.

Nossa Senhora do Livramento (MT), 31 de dezembro de 2020.

Fabiano Sebastião da Silva

DECLARAÇÃO DE BENS

Eu Manoel Gonçalo de Campos, solteiro, residente e domiciliado na Rua Cel. Serra, S/n0, Bairro Frei Hugolino, Nossa Senhora do Livramento — MT, portador do RG no 11079312 SJ/MT, CPF 823.217.951-15, declaro para que produza os devidos fins e efeito legais que possuo em meu nome os seguintes bens:

Imóvel residencial, Bairro Mapim, Várzea Grande – MT, no valor de R$ 180.000,00

Veículo S10 Advantage no valor de R$ 32.000,00

Imóvel Residencial, Bairro Frei Hugolino, Nossa Senhora do Livramento - MT, valor de R$ 50.000,00

Por ser verdade, assino e dou fé.

Nossa Senhora do Livramento em 31/12/2020

Manoel Gonçalo de Campos

DECLARAÇÃO DE BENS

Eu Paulo Roberto de Figueiredo, brasileiro, união estável, residente e domiciliado na Chacara Pingo de Ouro, Comunidade Caninana, BR 070, Km 562, Nossa Senhora do Livramento — MT, portador do RG no 04589572 SJ/MT, CPF 361.643.211-15, declaro para que produza os devidos fins e efeitos legais que possuo os seguintes bens:

Uma Caminhonete Strada Fiat ano 2011/2011, Placa NED 9686, no valor de R$ 16.000,00

Uma Caminhonete S 10 Chevrolet LTZ ano 2020/2020, Placa QCL2A84 (Alienada ao Banco Itau), no valor de R$ 110.000,00

Uma area de terras com 52,5 Hectares na BR 070, KM 562, Zona Rural-Nossa Senhora do Livramento – MT. No valor de R$ 150.000,00

Um Trator Walmewt 985, ano 2000, no valor de R$ 35.000,00

Por ser verdade, dato e assino a presente Declaração.

Nossa Senhora do Livramento – MT, 31 de dezembro de 2020.

Paulo Roberto de Figueiredo

DECLARAÇÃO DE BENS

LEILA LUCIA MARTINS DE MELLO, brasileira, divorciada, portadora do RG no. 086.060 SSP/MT, CPF no. 177.339.101-10, residente e domiciliada na Rua José Mariano da Costa, s/no, Bairro Cohab Nova, Cep no 78.

170-000, Nossa Senhora do Livramento — MT, declara que possui os segulntes bens:

Um carro maraca Cross Fox, ano 2014/2014, no valor de RS 37.000,00

Uma casa na Rua José Mariano da Costa, s/ no, Bairro Cohab Nova, Cep no 78.170-000, Nossa Senhora do Livramento — MT, no valor de RS 70. 000,00

Uma casa na Avenida Júlio Campos, Bairro Centro, Cep no 78.170-000, Nossa Senhora do Livramento — MT, no valor de RS 70.000,00

A presente Declaração de Bens é a expressão da verdade.

Nossa Senhora do Livramento — MT, 11 de janeiro de 2021.

LEILA LUCIA MARTINS DE MELLO

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA

CÂMARA MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL 3º SEMESTRE 2020

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal
Câmara de Vereadores de Nova Olímpia - MT (Poder Legislativo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 24733537000129
Exercício: 2020
Período de referência: 3º quadrimestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	
	Valor	% sobre a RCL Ajustada
DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	-	-
RECEITA CORRENTE LIQUIDA - RCL (IV)	60.601.516,43	
(-) Transferências Obrigatórias da União relativas às Emendas Individuais (art. 166-A, §1º, da CF) (V)	0,00	
(-) Transferências Obrigatórias da União relativas às Emendas de Bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	0,00	
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI)	60.601.516,43	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III a + III b)	1.579.987,81	2,61
LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	3.636.090,98	6,00
LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	3.454.286,43	5,70
LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x IX) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	3.272.481,88	5,40

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2020
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

CAMARA MUNICIPAL DE PARANATINGA

EDITAL DE DESISTÊNCIA - CONCURSO PÚBLICO N° 001/2019

EDITAL DE DESISTÊNCIA

CONCURSO PÚBLICO N° 001/2019

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PARANATINGA ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais que lhe são conferidas, **RESOLVE**:

1. Tornar pública a desistência tácita do candidato**CAIO ALEXANDRE OJEDA DA SILVA,nascido em 31/03/1990, portador da Cédula de Identidade RG nº 18127622 – SSP MT e do CPF nº 039.596.021-54,** aprovado em 1º lugar para o cargo de Procurador Jurídico no Concurso Público de que trata o Edital nº 001/2019.

2. Por não ter comparecido dentro do prazo de 30 (trinta) dias conforme estabelecido no Edital, este foi automaticamente considerado como desistente, ficando a Câmara Municipal autorizada a convocar o próximo candidato aprovado seguindo a ordem de classificação do concurso público.

3. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, Registre-se.

Paranatinga-MT, 12 de abril de 2021.

CLEITON RODRIGUES DA SILVA

PRESIDENTE

CAMARA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIÃO

EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 02/20201 QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIÃO-MT E J. O. DE MELO – JORNAL. OBJETO: O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE INSTITUCIONAL E DE UTILIDADE PÚBLICA PARA A CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIÃO, COMPREENDENDO COBERTURAS JORNALÍSTICAS DURANTE AS SESSÕES S E GRAVAÇÕES SONORAS E OUTROS. VALOR: R$16.800,00 (DEZESSEIS MIL E OITOCENTOS REAIS). VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES. DOTAÇÃO: FUNCIONAL: 01.031.0001.2.001 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA CÂMARA MUNICIPAL - 3.3.90.00.00.00.00. 00 00.01.0000 – APLICAÇÕES DIRETAS- FICHA 8.

EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO

EXTRATO DO SEGUNDO ADITIVO AO CONTRATO 10/2020 – OBJETO: O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM POR OBJETO A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA E VALOR DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PROFISSIONAL CONTADOR PARA EXECUTAR OS SERVIÇOS ESPECÍFICOS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E CONTABILIDADE PÚBLICA, EM CONSONÂNCIA COM A CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA DO INSTRUMENTO ORIGINÁRIO, CELEBRADO ENTE A CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIÃO/MT E ELI DA SILVA FARIA. DA PRORROGAÇÃO: O CONTRATO TERÁ SUA VIGÊNCIA PRORROGADA POR MAIS 26 (VINTE E SEIS) DIAS, CORRESPONDENDO AO PERÍODO DE 05/04/2021 A 30/04/2021. DO VALOR: O CONTRATO SERÁ ADITADO EM R$ 2.600,00 (DOIS MIL E SEISCENTOS REAIS.

EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 01/20201 QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIÃO-MT E M.P. DE OLIVEIRA SILVA SOLUÇÕES WEB EIRELI - ME. OBJETO: O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETO HOSPEDAGENS, SUPORTE TÉCNICO, MANUTENÇÃO E LOCAÇÃO DE SISTEMA ADMINISTRADOR DO WEB SITE — www.camaraportoesperidião.mt.gov.br . VALOR: R$ 12.000,00 (DOZE MIL REAIS). VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES. DOTAÇÃO: FUNCIONAL: 01.031.0001.2.001 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA CÂMARA MUNICIPAL - 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000 – APLICAÇÕES DIRETAS- FICHA 8.

CAMARA MUNICIPAL DE VALE DE SÃO DOMINGOS

CAMARA MUNICIPAL DE VALE DE SÃO DOMINGOS
LEI Nº 621/2021, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2021.

"Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Especial ao Orçamento Programa do Exercício Financeiro de 2021 e da outras providências. "

GERALDO MARTINS DA SILVA, Prefeito do Município de Vale de São Domingos / MT, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Artigo 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado à abrir Crédito Adicional Especial no valor de R$ 108.000,56 (Cento e Oito mil e Cinquenta e Seis centavos), ao Orçamento Programa do Município para o exercício financeiro de 2021, nos termos da Lei Municipal 615/2020 - LOA, destinado a atender as despesas decorrentes da aplicação da presente Lei, conforme discriminado abaixo:

Órgão: *06 – Secretária Municipal de Saúde*

Unidade: *02 – Departamento de Saúde*

Função: *10 – Saúde*

Sub-Função: *302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial*

Programa: *0030 – Ampliação e Qualidade na Média e Alta Complexidade*

Ação: 2*.150 – Manutenção do Consorcio Intermunicipal de Saúde*

Elemento: *3.3.71.70.00 – Rateio pela Participação em Consorcio Público .....R$ 95.000,00*

Fonte de Recursos: *0.1.02* - Receita de Impostos e de Transf. de Impostos - Saúde

Elemento: *3.3.71.70.00 – Rateio pela Participação em Consorcio Público .....R$ 13.000,56*

Fonte de Recursos: *0.1.42* - Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS – Estado

Artigo 2º - Os recursos Orçamentários para dar Cobertura aos Créditos Adicionais Especiais abertos no artigo anterior, conforme disposições contidas no art. 43 da Lei Federal 4.320/64, serão compostos por:

I – até o valor de R$ 108.000,56 (Cento e Oito mil e Cinquenta e Seis centavos), resultantes da anulação parcial ou total de dotações orçamentárias já comtempladas no orçamento programa para 2021, nos termos do Inciso III, § 1º do Art. 43.

II – até o valor de R$ 108.000,56 (Cento e Oito mil e Cinquenta e Seis centavos), resultantes de excesso de arrecadação provenientes do crédito de receitas não comtempladas no orçamento programa para 2021, nos termos do Inciso II, § 1º do Art. 43.

Artigo 3º - Caso os saldos dos créditos especiais abertos por esta lei não sejam suficientes, para o registro total das despesas para execução do programa de trabalho de seu objeto, os mesmos poderão serem suplementados até os limites dos saldos necessários nos termos das leis de remanejamento e suplementação em vigor.

Artigo 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, sendo revogadas as disposições em contrário.

Vale de São Domingos - MT, 19 de Fevereiro de 2021.

GERALDO MARTINS DA SILVA

Prefeito

CAMARA MUNICIPAL DE VALE DE SÃO DOMINGOS
LEI Nº 620/2021, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2021.

"Declara de utilidade pública a Associação dos Produtores de Leite da Região Oeste de Mato Grosso (APLO) e dá outras providências".

Geraldo Martins da Silva, Prefeito Municipal de Vale de São Domingos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que o plenário da Câmara Municipal, aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica declarada de utilidade pública municipal a Associação dos Produtores de Leite da Região Oeste de Mato Grosso (APLO/MT), sem fins lucrativos e de duração indeterminada.

Parágrafo único. A sede da entidade mencionada no caput deste artigo, com ampla atuação neste município de Vale de São Domingos, localiza-se na Rodovia BR-174B, km 2, zona suburbana de Pontes e Lacerda/MT, inscrita no CNPJ sob o nº 37.621.971/0001-69, com Estatuto devidamente registrado.

Art. 2º. Com a declaração mencionada no artigo anterior, a entidade passará a gozar de todos os direitos permitidos em Lei junto aos Poderes Públicos.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Vale de São Domingos/MT, em 12 de fevereiro de 2021.

Geraldo Martins da Silva *Prefeito Municipal*

CAMARA MUNICIPAL DE VALE DE SÃO DOMINGOS
LEI N° 619/2021 DE 12 DE FEVEREIRO DE 2021

Súmula: **Dispõe sobre autorização para abertura de crédito especial no orçamento programa do município de Vale de São Domingos / MT, para o exercício financeiro de 2021, e dá outras providências.**

Geraldo Martins da Silva, Prefeito Municipal de Vale de São Domingos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que o plenário da Câmara Municipal, aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a incluir crédito adicional especial, no orçamento programa do munícipio para o exercício financeiro de 2021, conforme abaixo especificado:

Órgão: *06 – Secretaria Municipal de Saúde*

Unidade: *002 – Departamento de Saúde*

Projeto Atividade: *2.120 – Manutenção e Encargos com PSF's (Programa Saúde da Família)*

Elemento de Despesa: *4.4.90.52.00 – Equipamento e Material Permanente*

Valor (R$): *180.000,00*

Fonte de Destinação de Recursos: *3.47.000000 - Transferência Fundo a Fundo do SUS proveniente do Governo Federal – Bloco de Investimento da Rede de Serviços Públicos de Saúde*

Artigo 2º - Para dar cobertura ao crédito aberto pelo art. anterior serão utilizados recurso proveniente de superávit financeiro, conforme disposições contidas no art. 43, parágrafo primeiro, inciso I da Lei Federal 4.320/64.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Vale de São Domingos - MT, aos 12 dias de Fevereiro de 2021.

Geraldo Martins da Silva *Prefeito Municipal*

CAMARA MUNICIPAL DE VALE DE SÃO DOMINGOS
LEI N° 618/2021, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2021

"AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ADICONAL ESPECIAL E SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO PROGRAMA DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2021, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Excelentíssimo Senhor**GERALDO MARTINS DA SILVA,** Prefeito Municipal de Vale de São Domingos / MT, no uso de suas atribuições legais, *FAZ SABER* que a Câmara de Vereadores **APROVOU** e ele **SANCIONA** a seguinte **LEI**:

Artigo 1º - Fica o poder executivo municipal autorizado a abrir créditos adicionais especiais e suplementar à conta de superávit financeiro, através de Decreto, até o limite dos valores efetivamente apurados no balanço financeiro do exercício anterior, nos termos do Inciso I do § 1º e § 2º do Artigo 43 da Lei 4.320/64, devendo ainda ser observadas as vinculações das fontes dos recursos financeiros superavitários disponíveis.

Artigo 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, sendo revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 12 de Fevereiro de 2021.

GERALDO MARTINS DA SILVA

Prefeito Municipal

CAMARA MUNICIPAL DE VALE DE SÃO DOMINGOS
PROJETO DE LEI Nº 622/2021, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2021.

"Dispõe sobre a revisão geral anual da remuneração dos servidores do Poder Legislativo do Município de Vale de São Domingos/MT".

Geraldo Martins da Silva, Prefeito Municipal de Vale de São Domingos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que o plenário da Câmara Municipal, aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Ficam reajustados em 4,56% (quatro vírgula cinquenta e seis pontos percentuais), a partir de 1º de fevereiro de 2021, a remuneração dos servidores do Poder Legislativo Município de Vale de São Domingos/MT.

Parágrafo único: O índice de reajuste previsto no caput deste artigo corresponde à revisão geral para reposição das perdas ocorridas relativas ao exercício de 2019, utilizando-se como fator de correção o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA acumulado no período, na forma do que dispõe o art. 37, inciso X da Constituição Federal.

Art. 2º. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias respectivas, aprovadas para o orçamento de 2021.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Vale de São Domingos/MT, em 19 de fevereiro de 2021.

Geraldo Martins da Silva *Prefeito Municipal*

CAMARA MUNICIPAL DE VALE DE SÃO DOMINGOS
LEI COMPLEMENTAR Nº 623/2021

"Dispõe dobre a Extinção do CARGO DE COORDENADOR DE FAZENDA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

GERALDO MARTINS DA SILVA, Prefeito Municipal de Vale de São Domingos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Ficam extintos os cargos de Coordenador de Fazenda.

Art. 2º - Ficam criados na Estrutura Administrativa da Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos/MT, os Seguintes Cargos:

Coordenador do Departamento de Água e Esgoto - DAE

Coordenador de Saúde.

Art. 2º - O Cargo de Coordenador do Departamento de Água e Esgoto - DAE, será incorporado à Secretaria Municipal de Infraestrutura, ficando a mesma a cargo das despesas corrente do cargo.

Art. 3º - O Cargo de Coordenador de Saúde, será incorporado à Secretaria Municipal de Saúde, ficando a mesma a cargo das despesas corrente do cargo.

Art. 4º - As Atribuições e a nova Estrutura do Lotacionograma estão listadas no Anexo I e Anexo II da presente lei.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Vale de São Domingos/MT, 02 de Março de 2021.

GERALDO MARTINS DA SILVA

PREFEITO DO MUNICÍPIO DE VALE DE SÃO DOMINGOS/MT

CAMARA MUNICIPAL DE VALE DE SÃO DOMINGOS
LEI N° 624/2021, DE 12 DE MARÇO DE 2021

"AUTORIZA AQUISIÇÃO DE VACINAS PARA O ENFRENTAMENTO DA COVID-19 DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Excelentíssimo Senhor **GERALDO MARTINS DA SILVA,** Prefeito Municipal de Vale de São Domingos / MT, no uso de suas atribuições legais, *FAZ SABER* que a Câmara de Vereadores **APROVOU** e ele **SANCIONA** a seguinte **LEI**:

Art. 1º Autoriza-se o Poder Executivo Municipal a adquirir vacinas para o enfrentamento da pandemia da COVID-19 na hipótese de descumprimento, pelo Governo Federal, do Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a COVID-19, ou caso este não proveja cobertura imunológica tempestiva e suficiente contra a doença, observadas as legislações federal e estadual pertinentes.

§1º Somente é admitida a aquisição de vacinas previamente aprovadas pela Anvisa.

§2º Inexistindo vacinas nas condições estabelecidas pelo §1º, ou se, após provocação, a Anvisa não se manifestar em até 72 (setenta e duas) horas acerca da aprovação do medicamento, fica o Município autorizado a importar e distribuir vacinas registradas em renomadas agências de regulação no exterior e liberadas para distribuição comercial nos respectivos países, conforme o art. 3°, VIII, a, e §7°-A, da Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, ou, ainda, quaisquer outras que vierem a ser aprovadas, em caráter emergencial, nos termos da Resolução DC/ANVISA 444, de 10/12/2020.

§3º Consideram-se renomadas agências de regulação no exterior, para fins do parágrafo anterior, os seguintes órgãos:

I - Food and Drug Administration (FDA);

II - European Medicines Agency (EMA);

III - Pharmaceuticals and Medical Devices Agency (PMDA);

IV - National Medical Products Administration (NMPA).

Artigo 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, sendo revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 12 de Março de 2021.

GERALDO MARTINS DA SILVA

Prefeito Municipal

CAMARA MUNICIPAL DE VALE DE SÃO DOMINGOS
LEI N° 625/2021, DE 16 DE MARÇO DE 2021

"*Ratifica protocolo de intenções firmado entre Municípios brasileiros, com a finalidade de adquirir vacinas para combate à pandemia do Coronavírus; medicamentos, insumos e equipamentos na área da saúde e da outras providências*".

O Excelentíssimo Senhor **GERALDO MARTINS DA SILVA,** Prefeito Municipal de Vale de São Domingos / MT, no uso de suas atribuições legais, *FAZ SABER* que a Câmara de Vereadores **APROVOU** e ele **SANCIONA** a seguinte **LEI**:

Art. 1º Fica ratificado, nos termos da lei federal nº 11.107/2005 e seu decreto federal regulamentador nº 6.017/2007, o protocolo de intenções firmado entre municípios de todas as regiões da República Federativa do Brasil, visando precipuamente a aquisição de vacinas para combate à pandemia do Coronavírus, além de outras finalidades de interesse público relativas à aquisição de medicamentos, insumos e equipamentos na área da saúde.

Art. 2º O protocolo de intenções, após sua ratificação, converter-se-á em contrato de consórcio público.

Art. 3º O consórcio que ora se ratifica terá a personalidade jurídica de direito público, com natureza autárquica.

Art. 4º Fica autorizada a abertura de dotação orçamentária própria para fins de cumprimento do Art.8º da Lei Federal 11.107/2005, podendo ser suplementadas em caso de necessidade.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, sendo revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 16 de Março de 2021.

GERALDO MARTINS DA SILVA

Prefeito Municipal

CAMARA MUNICIPAL DE VALE DE SÃO DOMINGOS
LEI Nº 626/2021

"Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – CACS/FUNDEB e da outras providências"

O Prefeito do Município de Vale de São Domingos, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto no art. 33 da Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, sanciona a seguinte Lei:

Capítulo I

Das Disposições Preliminares

Art. 1º. Fica criado o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – CACS/FUNDEB, no âmbito do Município de Vale de São Domingos.

Capítulo II

Da composição

Art. 2º. O Conselho a que se refere o art. 1º é constituído por 10 (dez) membros titulares, acompanhados de seus respectivos suplentes, conforme representação e indicação a seguir discriminadas:

I - 2 (dois) representantes do Poder Executivo Municipal, dos quais pelo menos 1 (um) da Secretaria Municipal de Educação;

II - 1 (um) representante dos professores da educação básica pública;

III - 1 (um) representante dos diretores das escolas básicas públicas;

IV - 1 (um) representante dos servidores técnico-administrativos das escolas básicas públicas;

V - 2 (dois) representantes dos pais de alunos da educação básica pública;

VI - 2 (dois) representantes dos estudantes da educação básica pública, sendo 1 (um) indicado pela entidade de estudantes secundaristas.

VII - 1 (um) representante do Conselho Tutelar a que se refere a Lei nº 8. 069, de 13 de julho de 1990, indicado por seus pares;

§ 1º Os membros dos conselhos previstos no **caput** e observados os impedimentos dispostos no § 3º deste artigo, serão indicados até 20 (vinte) dias antes do término do mandato dos conselheiros anteriores, da seguinte forma:

I - nos casos das representações dos Pode Executivo e das entidades de classes organizadas, pelos seus dirigentes;

II - nos casos dos representantes dos diretores, professores, servidores, pais de alunos e estudantes, pelo conjunto dos estabelecimentos ou entidades de âmbito municipal, conforme o caso, em processo eletivo organizado para esse fim, pelos respectivos pares;

§ 2º Os conselheiros de que trata o *caput* deste artigo deverão guardar vínculo formal com os segmentos que representam, devendo esta condição constituir-se como pré-requisito à participação no processo eletivo.

§ 3º São impedidos de integrar o Conselho do Fundeb:

I - cônjuge e parentes consanguíneos ou afins, até terceiro grau, do Prefeito e do Vice-Prefeito, e dos Secretários Municipais;

II - tesoureiro, contador ou funcionário de empresa de assessoria ou consultoria que prestem serviços relacionados à administração ou controle interno dos recursos do Fundo, bem como cônjuges, parentes consanguíneos ou afins, até terceiro grau, desses profissionais;

III - estudantes que não sejam emancipados; e

IV - pais de alunos que:

a) exerçam cargos ou funções públicas de livre nomeação e exoneração no âmbito do Poder Executivo Municipal; ou

b) prestem serviços terceirizados ao Poder Executivo Municipal.

§ 4º Na hipótese de inexistência de estudantes emancipados, representação estudantil poderá acompanhar as reuniões do conselho com direito a voz.

Art. 3º. Para cada membro titular deverá ser nomeado um suplente, representante da mesma categoria ou segmento social com assento no conselho, que substituirá o titular em seus impedimentos temporários, provisórios e em seus afastamentos definitivos decorrentes de:

I – desligamento por motivos particulares;

II – rompimento do vínculo de que trata o § 1º, do art. 2º; e

III – situação de impedimento previsto no § 3º, incorrida pelo titular no decorrer de seu mandato.

§ 1º Na hipótese em que o conselheiro titular e/ou suplente incorrerem na situação de afastamento definitivo descrito no art. 3º, a instituição ou segmento responsável pela indicação deverá indicar novos representantes para o Conselho do Fundeb.

Art. 4º. O mandato dos membros do Conselho será de 4 (quatro) anos, vedada a recondução para o próximo mandato.

§1° - O primeiro mandato dos membros do Conselho terá validade até a data de 31/12/2022, sendo um mandato para regularização da nova lei.

§2° - A partir do dia 01/01/2023, o mandato será de 4 (quatro) anos, sendo vedada a reeleição.

Capítulo III

Das Competências do Conselho do FUNDEB

Art. 5º. Compete ao Conselho do FUNDEB :

I – acompanhar e controlar a repartição, transferência e aplicação dos recursos do Fundo;

II – supervisionar a realização do Censo Escolar e a elaboração da proposta orçamentária anual do Poder Executivo Municipal, com o objetivo de concorrer para o regular e tempestivo tratamento e encaminhamento dos dados estatísticos e financeiros que alicerçam a operacionalização do Fundeb;

III – examinar os registros contábeis e demonstrativos gerenciais mensais e atualizados relativos aos recursos repassados ou retidos à conta do Fundo;

IV – emitir parecer sobre as prestações de contas dos recursos do Fundo, que deverão ser disponibilizadas mensalmente pelo Poder Executivo Municipal; e

V – aos conselhos incumbe, também, acompanhar a aplicação dos recursos federais transferidos à conta do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar - PNATE e do Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos e, ainda, receber e analisar as prestações de contas referentes a esses Programas, formulando pareceres conclusivos acerca da aplicação desses recursos e encaminhando-os ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE.

VI - outras atribuições que a legislação específica eventualmente estabeleça;

Parágrafo único. O parecer de que trata o inciso IV deste artigo deverá ser apresentado ao Poder Executivo Municipal em até trinta dias antes do vencimento do prazo para a apresentação da prestação de contas junto ao Tribunal de Contas do Estado/Municípios.

Capítulo IV

Das Disposições Finais

Art. 6º. O Conselho do Fundeb terá um Presidente e um Vice-Presidente, ambos eleitos por seus pares.

Parágrafo único. Estão impedidos de ocupar a Presidência e a Vice-presidência os conselheiros designados nos termos do art. 2º, inciso I, desta lei.

Art. 7º. Na hipótese em que o membro que ocupa a função de Presidente do Conselho do Fundeb incorrer na situação de afastamento definitivo previsto no art. 3º, a Presidência será ocupada pelo Vice-Presidente.

Art. 8º. No prazo máximo de 30 (trinta) dias após a instalação do Conselho do Fundeb, deverá ser aprovado o Regimento Interno que viabilize seu funcionamento.

Art. 9º. As reuniões ordinárias do Conselho do Fundeb serão realizadas trimestralmente, com a presença da maioria de seus membros, e, extraordinariamente, quando convocados pelo Presidente ou mediante solicitação por escrito de pelo menos um terço dos membros efetivos.

Parágrafo único. As deliberações serão tomadas pela maioria dos membros presentes, cabendo ao Presidente o voto de qualidade, nos casos em que o julgamento depender de desempate.

Art. 10º. O Conselho do Fundeb atuará com autonomia em suas decisões, sem vinculação ou subordinação institucional ao Poder Executivo Municipal.

Art. 11º. A atuação dos membros do Conselho do Fundeb:

I - não será remunerada;

II - é considerada atividade de relevante interesse social;

III - assegura isenção da obrigatoriedade de testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício de suas atividades de conselheiro, e sobre as pessoas que lhes confiarem ou deles receberem informações;

IV – será considerada dia de efetivo exercício dos representantes de professores, diretores e servidores das escolas públicas em atividade no Conselho;

V - veda, quando os conselheiros forem representantes de professores e diretores ou de servidores das escolas públicas, no curso do mandato:

a) exoneração de ofício ou demissão do cargo ou emprego sem justa causa, ou transferência involuntária do estabelecimento de ensino em que atuam;

b) atribuição de falta injustificada ao serviço, em função das atividades do conselho; e

c) afastamento involuntário e injustificado da condição de conselheiro antes do término do mandato para o qual tenha sido designado.

VI - veda, quando os conselheiros forem representantes de estudantes em atividades do conselho, no curso do mandato, atribuição de falta injustificada nas atividades escolares, sendo-lhes assegurados os direitos pedagógicos.

Art. 12º. O Conselho do Fundeb não contará com estrutura administrativa própria, devendo o Município garantir infraestrutura e condições materiais adequadas à execução plena das competências do Conselho e oferecer ao Ministério da Educação os dados cadastrais relativos a sua criação e composição.

Parágrafo único. A Prefeitura Municipal deverá ceder ao Conselho do Fundeb um servidor do quadro efetivo municipal para atuar como Secretário Executivo do Conselho.

Art. 13º. O Conselho do Fundeb poderá, sempre que julgar conveniente:

I - apresentar, ao Poder Legislativo local e aos órgãos de controle interno e externo manifestação formal acerca dos registros contábeis e dos demonstrativos gerenciais do Fundo, dando ampla transparência ao documento em sítio da internet;

II - por decisão da maioria de seus membros, convocar o Secretário Municipal de Educação, ou servidor equivalente, para prestar esclarecimentos acerca do fluxo de recursos e a execução das despesas do Fundo, devendo a autoridade convocada apresentar-se em prazo não superior a trinta dias.

III - requisitar ao Poder Executivo cópia de documentos, os quais serão imediatamente concedidos, devendo a reposta ocorrer em prazo não superior a 20 (vinte) dias, referentes a:

a) licitação, empenho, liquidação e pagamento de obras e serviços custeados com recursos do Fundo;

b) folhas de pagamento dos profissionais da educação, as quais deverão discriminar aqueles em efetivo exercício na educação básica e indicar o respectivo nível, modalidade ou tipo de estabelecimento a que estejam vinculados;

c) documentos referentes a convênios do Poder Executivo com as instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos que são contempladas com recursos do Fundeb;

d) outros documentos necessários ao desempenho de suas funções;

IV - realizar visitas e inspetorias in loco para verificar:

a) o desenvolvimento regular de obras e serviços efetuados nas instituições escolares com recursos do Fundo;

b) a adequação do serviço de transporte escolar;

c) a utilização em benefício do sistema de ensino de bens adquiridos com recursos do Fundo.

Art. 14º. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios disponibilizarão em sítio na internet informações atualizadas sobre a composição e o funcionamento dos respectivos conselhos de que trata esta Lei, incluídos:

I - nomes dos conselheiros e das entidades ou segmentos que representam;

II - correio eletrônico ou outro canal de contato direto com o conselho;

III - atas de reuniões;

IV - relatórios e pareceres;

V - outros documentos produzidos pelo conselho

Art. 15º. Durante o prazo previsto no § 3º do art. 2º, os representantes dos segmentos indicados para o mandato subsequente do Conselho deverão se reunir com os membros do Conselho do Fundeb, cujo mandato está se encerrando, para transferência de documentos e informações de interesse do Conselho.

Art. 16º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogada a Lei nº 173, de 29 de janeiro de 2007.

Vale de São Domingos-MT, 06 de Abril de 2021.

Geraldo Martins da Silva

Prefeito

CAMARA MUNICIPAL DE VALE DE SÃO DOMINGOS
LEI N.º 610/2020 DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

"Dispõe sobre à adequação da legislação do Regime Próprio de Previdência dos servidores públicos do Município de Vale de São Domingos – VALE-PREVI em razão das alterações promovidas no sistema previdenciário pela Emenda Constitucional n.º 103/2019, e Altera a redação da Lei Municipal n. 240, de 20 de março de 2009, que Institui o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Vale de São Domingos /MT e, dá outras providências"

GERALDO MARTINS DA SILVA, Prefeito de Vale de São Domingos, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica referendado no âmbito da legislação previdenciária do Município de Vale de São Domingos, as alterações promovidas no artigo 149 da Constituição Federal pela Emenda Constitucional n.º 103/2019.

Art. 2º A Lei Municipal n. 240, de 20 de março de 2009, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 12......
.....

I - por incapacidade permanente para o trabalho, no cargo em que estiver investido quando insuscetível de readaptação, sendo os proventos proporcionais ao tempo de contribuição, exceto se decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificadas no art. 13:

a) a incapacidade total e permanente será apurada mediante exames médicos realizados segundo instruções emanadas do VALE-PREVI e os proventos da aposentadoria serão devidos a partir do dia seguinte ao do desligamento do segurado do serviço.

b) a doença ou lesão de que o segurado filiado na data da posse ao VALE-PREVI já era portador não lhe conferirá direito à aposentadoria por incapacidade permanente para o trabalho, salvo quando a incapacidade sobrevier por motivo de progressão ou agravamento dessa doença ou lesão.

(...)

§ 5º Ressalvadas as aposentadorias decorrentes dos cargos acumuláveis na forma da Constituição Federal, é vedada a percepção de mais de uma aposentadoria à conta deste Regime Próprio de Previdência Social, aplicando-se outras vedações, regras e condições para acumulação de benefícios previdenciários estabelecidas no Regime Geral de Previdência Social, como previsto na nova redação do art. 40, § 6 º da Constituição Federal.

(...)

§ 7º O segurado aposentado por incapacidade permanente para o trabalho está obrigado, sob pena de suspensão do benefício, a qualquer tempo e independentemente de sua idade, ressalvada apenas a idade máxima de permanência no serviço público, a submeter-se a exames médico-periciais a cargo do VALE-PREVI, a realizarem-se **anualmente.**

Art. 12-A Os servidores que tenham ingressado no serviço público até a data da publicação da Emenda Constitucional nº 41, de 31 de dezembro de 2003, e que tenha se aposentado ou venha a se aposentar por incapacidade permanente para o trabalho, com o fundamento no inciso I do § 1º do art. 40 da Constituição Federal, terá direito a proventos calculados com base na remuneração do cargo efetivo em que se der a aposentadoria, na forma da lei, não se aplicando os dispostos nos §§§ 3º, 8º e 17 do art. 40 da Constituição Federal, e nem no art. 35 desta Lei Municipal.

§ 1º Aplica-se ao valor dos proventos de aposentadorias concedidas com base no caput deste artigo o disposto no art. 84 desta Lei, observando-se igual critério de revisão às pensões derivadas dos proventos dos servidores falecidos que tenham se aposentado em conformidade ao caput deste artigo.

§ 2º Os benefícios de aposentadoria por incapacidade permanente para o trabalho concedidos a partir de 1º de janeiro de 2004, cujos servidores se enquadrem no regramento estipulado no *caput* deste artigo, terão seus proventos revisados, considerando a remuneração do cargo efetivo em que se der a aposentadoria, com efeitos financeiros a partir de 29 de março de 2012, data de promulgação da Emenda Constitucional nº 70/2012.

Art. 28. A pensão por morte será concedida ao dependente de segurado equivalente a uma cota familiar de 50% (cinquenta por cento) do valor da aposentadoria recebida pelo segurado ou servidor ou daquela a que teria direito se fosse aposentado por incapacidade permanente na data do óbito, acrescida de cotas de 10% (dez) pontos percentuais por dependente, até o máximo de 100% (cem por cento).

§ 1º As cotas por dependente cessarão com a perda dessa qualidade e não serão reversíveis aos demais dependentes, preservado o valor de 100% (cem por cento) da pensão por morte quando o número de dependentes remanescente for igual ou superior a 5 (cinco).

§ 2º Na hipótese de existir dependente inválido ou com deficiência intelectual, mental ou grave, o valor da pensão por morte de que trata o ***caput***será equivalente a:

I - 100% (cem por cento) da aposentadoria recebida pelo segurado ou servidor ou daquela a que teria direito se fosse aposentado por incapacidade permanente na data do óbito, até o limite máximo de benefícios do Regime Geral de Previdência Social; e

II - uma cota familiar de 50% (cinquenta por cento) acrescida de cotas de 10% (dez) pontos percentuais por dependente, até o máximo de 100% (cem por cento), para o valor que supere o limite máximo de benefícios do Regime Geral de Previdência Social.

§ 3º Quando não houver mais dependente inválido ou com deficiência intelectual, mental ou grave, o valor da pensão será recalculado na forma do disposto no **caput** e no § 1º deste artigo.

§ 4º O tempo de duração do benefício de pensão por morte e das cotas individuais por dependente até a perda dessa qualidade, o rol de dependentes e sua qualificação e as condições necessárias para enquadramento serão aqueles estabelecidos no artigo 32 desta Lei.

§ 5º Para o dependente inválido ou com deficiência intelectual, mental ou grave, sua condição pode ser reconhecida previamente ao óbito do segurado, por meio de avaliação biopsicossocial realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar, observada revisão periódica na forma da legislação.

§ 6º Equiparam-se a filho, para fins de recebimento da pensão por morte, exclusivamente o enteado e o menor tutelado, desde que comprovada a dependência econômica.

Art. 29. Será concedida pensão provisória por morte presumida do segurado, nos seguintes casos:

I - sentença declaratória de ausência, expedida por autoridade judiciária competente; e

II - desaparecimento em acidente, desastre ou catástrofe.

Parágrafo único. A pensão provisória será transformada em definitiva com o óbito do segurado ausente ou deve ser cancelada com reaparecimento do mesmo, ficando os dependentes desobrigados da reposição dos valores recebidos, salvo má-fé.

Art. 30. A pensão por morte será devida ao conjunto dos dependentes do segurado que falecer, aposentado ou não, a contar da data:

I - do óbito, quando requerida até trinta dias depois deste;

II -*do requerimento, quando requerida após o prazo previsto no inciso I; ou*

III - da decisão judicial, no caso de morte presumida.

§ 1º No caso do disposto no inciso II, não será devida qualquer importância relativa a período anterior à data de entrada do requerimento.

§ 2º O direito à pensão configura-se na data do falecimento do segurado, sendo o benefício concedido com base na legislação vigente nessa data, vedado o recálculo em razão do reajustamento do limite máximo dos benefícios do RGPS.

§ 3º Perde o direito à pensão por morte o cônjuge, o companheiro ou a companheira se comprovada, a qualquer tempo, simulação ou fraude no casamento ou na união estável, ou a formalização desses com o fim exclusivo de constituir benefício previdenciário, apuradas em processo judicial no qual será assegurado o direito ao contraditório e a ampla defesa.

§ 4º Perde o direito à pensão por morte o condenado criminalmente por sentença com trânsito em julgado, como autor, coautor ou partícipe de homicídio doloso, ou de tentativa desse crime, cometido contra a pessoa do segurado, ressalvados os absolutamente incapazes e os inimputáveis.

§ 5º Ajuizada ação para reconhecimento da condição de dependente, poderá ser requerida a habilitação provisória ao benefício de pensão por morte, exclusivamente para fins de rateio dos valores com outros dependentes, vedado o pagamento da respectiva cota até o trânsito em julgado da decisão judicial que reconhecer a qualidade de dependente do autor da ação.

§ 6º Julgada improcedente a ação prevista no § 5º deste artigo, o valor retido será pago de forma proporcional aos demais dependentes, sem qualquer atualização, de acordo com as suas cotas e o tempo de duração de seus benefícios.

§ 7º Em qualquer hipótese, fica assegurada ao órgão concessor da pensão por morte a cobrança dos valores indevidamente pagos em função de nova habilitação.

Art. 31. A pensão por morte somente será devida ao filho e ao irmão inválido, cuja invalidez tenha ocorrido antes da emancipação ou de completar a maioridade civil, desde que comprovada, pela perícia médica do VALE-PREVI, a continuidade da invalidez até a data do óbito do segurado.

§ 1º A invalidez ou alteração de condições quanto ao dependente superveniente à morte do segurado, não darão origem a qualquer direito a pensão.

§ 2º Os dependentes inválidos ficam obrigados, tanto para concessão como para manutenção e cessação de suas quotas de pensão, a submeter-se aos exames médicos determinados pelo VALE-PREVI.

§ 3º Ficam dispensados dos exames referidos neste artigo os pensionistas inválidos que atingirem a idade de 60 (sessenta) anos.

§ 4º Aos dependentes, filho ou irmão, que tenha deficiência intelectual ou mental ou deficiência grave que os tornem absolutamente ou relativamente incapazes, assim declarados judicialmente, deverão ser observadas as condições estabelecidas para o filho ou irmão inválidos disposto neste artigo.

Art. 32. A pensão por morte, havendo mais de um pensionista, será rateada entre todos em parte iguais.

§ 1º O direito à percepção de cada cota individual cessará:

I - pela morte do pensionista;

II - para filho, pessoa a ele equiparada ou irmão, de ambos os sexos, ao atingir a maioridade civil, salvo se for inválido ou tiver deficiência intelectual ou mental ou deficiência grave que os tornem absolutamente incapazes, assim declarados judicialmente;

III - para filho ou irmão inválido, pela cessação da invalidez;

IV - para filho ou irmão que tenha deficiência intelectual ou mental ou deficiência grave pelo afastamento da deficiência;

V - para cônjuge ou companheiro:

a) se inválido ou com deficiência, pela cessação da invalidez, respeitados os períodos mínimos decorrentes da aplicação das alíneas “b” e “c”;

b) em 4 (quatro) meses, se o óbito ocorrer sem que o segurado tenha vertido 18 (dezoito) contribuições mensais ou se o casamento ou a união estável tiverem sido iniciados em menos de 2 (dois) anos antes do óbito do segurado;

c) transcorridos os seguintes períodos, estabelecidos de acordo com a idade do beneficiário na data de óbito do segurado, se o óbito ocorrer depois de vertidas 18 (dezoito) contribuições mensais e pelo menos 2 (dois) anos após o início do casamento ou da união estável:

1) 3 (três) anos, com menos de 21 (vinte e um) anos de idade;

2) 6 (seis) anos, entre 21 (vinte e um) e 26 (vinte e seis) anos de idade;

3) 10 (dez) anos, entre 27 (vinte e sete) e 29 (vinte e nove) anos de idade;

4) 15 (quinze) anos, entre 30 (trinta) e 40 (quarenta) anos de idade;

5) 20 (vinte) anos, entre 41 (quarenta e um) e 43 (quarenta e três) anos de idade;

6) vitalícia, com 44 (quarenta e quatro) ou mais anos de idade.

§ 2º Serão aplicados, conforme o caso, a regra contida na alínea “a” ou os prazos previstos na alínea “c”, ambas do inciso V do § 1º, se o óbito do segurado decorrer de acidente de qualquer natureza ou de doença profissional ou do trabalho, independentemente do recolhimento de 18 (dezoito) contribuições mensais ou da comprovação de 2 (dois) anos de casamento ou de união estável.

§ 3º Após o transcurso de pelo menos 3 (três) anos e desde que nesse período se verifique o incremento mínimo de um ano inteiro na média nacional única, para ambos os sexos, correspondente à expectativa de sobrevida da população brasileira ao nascer, poderão ser fixadas, em números inteiros, novas idades para os fins previstos na alínea “c” do inciso V do § 1º, em ato do Ministro de Estado da Previdência Social, limitado o acréscimo na comparação com as idades anteriores ao referido incremento.

§ 4º O tempo de contribuição a Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) ou a Regime Geral de Previdência Social será considerado na contagem das 18 (dezoito) contribuições mensais de que tratam as alíneas “b” e “c” do inciso V do § 1º.

§ 5º Na hipótese de o servidor falecido estar, na data de seu falecimento, obrigado por determinação judicial a pagar alimentos temporários a ex-cônjuge, ex-companheiro ou ex-companheira, a pensão por morte será devida pelo prazo remanescente na data do óbito, caso não incida outra hipótese de cancelamento anterior do benefício.

Art. 33. Havendo a extinção de parcela(s) de pensão, em razão da perda da qualidade de dependente, não será realizado novo rateio da pensão em favor dos pensionistas remanescentes.

Parágrafo único. Com a extinção da quota do último pensionista, extinta ficará também a pensão.

Art. 36. O abono anual será devido àquele que, durante o ano tiver recebido proventos de aposentadoria e pensão por morte pagos pelo RPPS.

Art. 42. O pagamento do benefício de aposentadoria por incapacidade permanente decorrente de doença mental somente será feito ao curador do segurado, condicionado à apresentação do termo de curatela, ainda que provisório.

Art. 43. Para fins de aposentadoria, será assegurada a contagem recíproca do tempo de contribuição entre o Regime Geral de Previdência Social e os regimes próprios de previdência social, e destes entre si, observada a compensação financeira, de acordo com os critérios estabelecidos em lei.

§ 1º O tempo de serviço militar exercido nas atividades de que tratam os arts. 42, 142 e 143 da Constituição Federal e o tempo de contribuição ao Regime Geral de Previdência Social ou a regime próprio de previdência social terão contagem recíproca para fins de inativação militar ou aposentadoria, e a compensação financeira será devida entre as receitas de contribuição referentes aos militares e as receitas de contribuição aos demais regimes.

§ 2º Os servidores municipais contemplados pelo art. 3º desta Lei receberão do órgão instituidor (VALE-PREVI), todo o provento integral da aposentadoria, independentemente do órgão de origem (INSS) ter feito ou não o repasse do recurso de cada servidor, como compensação financeira.

Art. 48......
.....

I - das contribuições mensais dos segurados ativos, definidas pelo § 1º do art. 149 da CF/88, igual a 14% (quatorze por cento) calculada sobre a remuneração de contribuição dos servidores ativos;

II - REVOGADO;

III – das contribuições mensais dos segurados inativos e dos pensionistas, a razão de 14% (quatorze por cento), calculadas sobre a parcela dos proventos e das pensões que superarem o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201 da Constituição Federal;

IV - das contribuições mensais do Município, incluídas suas autarquias e fundações, definida na reavaliação atuarial igual a 14% (quatorze por cento) calculada sobre a remuneração de contribuição dos segurados ativos, compreendendo: 9,73% (nove inteiros e setenta e três centésimos por cento) relativo ao custo normal e 4,27% (quatro inteiros e vinte e sete centésimos por cento) referentes à alíquota de custo especial, escalonado em alíquotas constantes nos termos do Anexo I desta Lei.

Art. 58......
.....

Parágrafo Único. Os recursos do VALE-PREVI poderão ser aplicados na concessão de empréstimos a seus segurados, na modalidade de consignados, observada regulamentação específica estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional e nos atos administrativos disciplinadores desta modalidade de aplicação, a serem editados pelo Município de Vale de São Domingos.

Art. 89. O Prefeito Municipal instituirá por meio de Portaria a junta médica para emitir laudo médico pericial nos processos de aposentadoria incapacidade permanente para o trabalho.

Art. 3º Fica homologado o relatório técnico sobre os resultados da reavaliação atuarial, realizado em ABRIL/2020.

Art. 4º O rol de benefícios a ser concedido pelo VALE-PREVI fica limitado às aposentadorias e à pensão por morte.

Parágrafo único. Os afastamentos por incapacidade temporária para o trabalho (auxílio doença), salário família, auxílio reclusão e o salário-maternidade serão pagos diretamente pelo órgão ou poder ao qual o servidor está vinculado, desde que tais benefícios estejam previstos no estatuto dos servidores públicos municipais.

Art. 5º. É vedada a acumulação de mais de uma pensão por morte deixada por cônjuge, companheiro ou companheira, no âmbito deste regime de previdência social, ressalvadas as pensões do mesmo instituidor decorrentes do exercício de cargos acumuláveis na forma do artigo 37 da Constituição Federal.

§ 1º. Será admitida, nos termos do § 2º, a acumulação de:

I - pensão por morte deixada por cônjuge, companheiro ou companheira deste regime de previdência social com pensão por morte concedida por outro regime de previdência social ou com pensões decorrentes das atividades militares de que tratam os artigos 42 e 142 da Constituição Federal;

II - pensão por morte deixada por cônjuge, companheiro ou companheira deste regime de previdência social com aposentadoria concedida no âmbito do Regime Geral de Previdência Social ou de outro Regime Próprio de Previdência Social ou com proventos de inatividade decorrentes das atividades militares de que tratam os artigos 42 e 142 da Constituição Federal;

III - de aposentadoria concedida no âmbito deste Regime Próprio de Previdência Social com pensões decorrentes das atividades militares de que tratam os artigos 42 e 142 da Constituição Federal.

§ 2º. Nas hipóteses das acumulações previstas no § 1º, é assegurada a percepção do valor integral do benefício mais vantajoso e de uma parte de cada um dos demais benefícios, apurada cumulativamente de acordo com as seguintes faixas:

I - 60% (sessenta por cento) do valor que exceder 1 (um) salário-mínimo, até o limite de 2 (dois) salários mínimos;

II - 40% (quarenta por cento) do valor que exceder 2 (dois) salários mínimos, até o limite de 3 (três) salários mínimos;

III - 20% (vinte por cento) do valor que exceder 3 (três) salários mínimos, até o limite de 4 (quatro) salários mínimos e;

IV - 10% (dez por cento) do valor que exceder 4 (quatro) salários mínimos.

§ 3º. A aplicação do disposto no § 2º poderá ser revista a qualquer tempo, a pedido do interessado, em razão de alteração de algum dos benefícios.

§ 4º. As restrições previstas neste artigo não serão aplicadas se o direito aos benefícios houver sido adquirido antes da data de entrada em vigor desta lei.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário, em especial os arts. 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 34 e o inciso II e §§ 1º e 2º do art. 48, § 3º do art. 49, art. 54, inciso II do parágrafo único do art. 59, todos estes pertencentes a Lei Municipal n. 240, de 20 de março de 2009, com as atualizações posteriores.

Art. 7º Fica o VALE-PREVI autorizado celebrar acordo que vise à execução de programas de trabalho, atividades sistêmicas e operacionais de interesse recíproco da Administração Pública Municipal, em regime de mútua cooperação, devendo respeitar, no que couber, as disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e das demais normas que regulem a situação específica objeto.

Parágrafo único. As disposições contidas no *caput* dizem a operacionalização dos benefícios temporários do auxílio doença, salário família, auxílio reclusão e o salário-maternidade, por meio de termo de cooperação técnica.

Art. 8º. Esta Lei entrará em vigor:

I - no primeiro dia do mês subsequente aos 90 (noventa) dias da data de publicação desta Lei, quanto à alteração nos incisos I, III e IV do art. 48 da Lei Municipal n. 240, de 20 de março de 2009;

II - nos demais casos, na data de sua publicação.

§ 1º. Fica mantido até a finalização do prazo de que trata inciso I deste artigo a exigência das alíquotas contribuição tanto patronal mensal do Município, incluídas suas autarquias e fundações quanto a descontada dos segurados com base nas alíquotas de contribuição estabelecidas na redação anterior da Lei Municipal n. 240, de 20 de março de 2009.

§ 2º. Durante o período de estabelecido no inciso I o VALE-PREVI continuará responsável pela manutenção e concessão dos benefícios que versam sobre os afastamentos por incapacidade temporária para o trabalho (auxílio doença), salário família, auxílio reclusão e o salário-maternidade nos termos da Lei Municipal n. 240, de 20 de março de 2009, finalizando tal responsabilidade após o referido prazo.

§ 3º. Durante o período de estabelecido no inciso I o Município de Vale de São Domingos deverá implementar as alterações necessárias para adequação legal e administrativa na concessão dos benefícios que versam sobre os afastamentos por incapacidade temporária para o trabalho (auxílio doença), salário família, auxílio reclusão e o salário-maternidade, em razão do disposto no § 3º do art. 9º da Emenda Constitucional n.º 103/2019.

Gabinete do Prefeito do Município de Vale de São Domingos/MT, 25 de Setembro de 2020.

GERALDO MARTINS DA SILVA

Prefeito Municipal

ANEXO I

ESCALONAMENTO DO DÉFICIT ATUARIAL

ANO DE AMORTIZAÇÃO	ALÍQUOTA
2020	4,27%
2021	4,27%
2022	4,27%
2023	4,27%
2024	4,27%
2025	4,27%
2026	4,27%
2027	4,27%
2028	4,27%
2029	4,27%
2030	4,27%
2031	4,27%
2032	4,27%
2033	4,27%
2034	4,27%
2035	4,27%
2036	4,27%
2037	4,27%
2038	4,27%
2039	4,27%
2040	4,27%
2041	4,27%
2042	4,27%
2043	4,27%
2044	4,27%
2045	4,27%
2046	4,27%
2047	4,27%
2048	4,27%
2049	4,27%
2050	4,27%
2051	4,27%
2052	4,27%
2053	4,27%
2054	4,27%

CAMARA MUNICIPAL DE VALE DE SÃO DOMINGOS
LEI Nº 611/2020, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020.

‘‘Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Especial ao Orçamento Programa do Exercício Financeiro de 2020 e da outras providências. ’’

GERALDO MARTINS DA SILVA, Prefeito do Município de Vale de São Domingos / MT, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Artigo 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado à abrir Crédito Adicional Especial no valor de R$ 387.000,00 (Trezentos e Oitenta e Sete Mil), ao Orçamento Programa do Município para o exercício financeiro de 2020, nos termos da Lei Municipal 577/2019 - LOA, destinado a atender as despesas decorrentes da aplicação da presente Lei, conforme discriminado abaixo:

Órgão: *06 – Secretaria Municipal de Saúde*

Unidade: *01 – Secretaria Municipal de Saúde*

Função: *10 – Saúde*

Sub-Função: *122 – Administração Geral*

Programa : *0010 – Gestão da Saúde com Qualidade*

Ação: *2.096 – Enfrentamento da Emergência COVID19*

Elemento: *3.1.90.11.00 – Venc. Vant. Fixas – Pessoal Cívil..... R$ 226.000,00*

3.3.90.30.00 – Material de Consumo .....R$ 60. 000,00

3.3.90.32.00 – Material de Distribuição Gratuita ..... R$ 61. 000,00

3.3.90.39.00 – Outros Serviços Terceiros – Pessoa Jurídica ....R$ 40. 000,00

Fonte de Recursos: *0.1.46. Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde*

Artigo 2º - Os recursos Orçamentários para dar Cobertura aos Créditos Adicionais Especiais abertos no artigo anterior, conforme disposições contidas no art. 43 da Lei Federal 4.320/64, serão compostos por:

I – até o valor de R$ 387.000,00 (Trezentos e Oitenta e Sete Mil), resultantes da anulação parcial ou total de dotações orçamentárias já comtempladas no orçamento programa para 2020, nos termos do Inciso III, § 1º do Art. 43.

II – até o valor de R$ 387.000,00 (Trezentos e Oitenta e Sete Mil), resultantes de excesso de arrecadação provenientes do crédito de receitas não comtempladas no orçamento programa para 2020, nos termos do Inciso II, § 1º do Art. 43.

Artigo 3º - Caso os saldos dos créditos especiais abertos por esta lei não sejam suficientes, para o registro total das despesas para execução do programa de trabalho de seu objeto, os mesmos poderão serem suplementados até os limites dos saldos necessários nos termos das leis de remanejamento e suplementação em vigor.

Artigo 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, sendo revogadas as disposições em contrário.

Vale de São Domingos - MT, 25 de Setembro de 2020.

GERALDO MARTINS DA SILVA

Prefeito

CAMARA MUNICIPAL DE VALE DE SÃO DOMINGOS
LEI N° 614/2020 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2020.

‘‘DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO ADICIONAL

DE INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE

AOS SERVIDORES DA PREFEITURADO

VALE DESÃO DOMINGOS, E DÁ OUTRAS

PROVIDENCIAS’’.

GERALDO MARTINS SILVA, Prefeito Municipal de Vale

De São Domingos, Estado de Mato Grosso, no uso de

Suas atribuições legais.

FAZ SABER, que a Câmara Municipal aprovou e ela

Sanciona a seguinte Lei:

Artigo 1°- O Adicional de Insalubridade e o Adicional de Periculosidade serão concedidos aos servidores públicos municipais, na forma e condições definida nesta lei.

Artigo 2°- Atividades e operações insalubres são aquelas que, por sua natureza, condições ou métodos de trabalho, exponham os servidores a agentes nocivos à saúde, acima dos limites de tolerância fixados em razão da natureza e intensidade do agente e do tempo de exposição aos seus efeitos, conforme a Lei Federal nº.6.514, de 22 de dezembro de 1977 e NR-15 da Portaria n°-3.214 de 08 de junho de 1978 do Ministério do Trabalho e Emprego.

Artigo 3°- Atividades e operações perigosas são aquelas que, por sua natureza, condições ou métodos de trabalho exponham os servidores riscos de vida, em virtude de exposição a radiações ionizantes, inflamáveis, explosivos e energia elétrica, conforme a Lei Federal n°.6.514, de 22 de dezembro de 1977 e NR-16 da Portaria n°.12.740, de 08 de junho de 1978 do Ministério do Trabalho e Emprego, Lei Federal n°.12.740, de 08 de dezembro de 2012 e Portaria n°.3.393, de 17 de dezembro de 1987.

Artigo 4°- O adicional de Insalubridade será concedido aos servidores que, no exercício de suas funções ou atividades, não ocasionalmente, mas sim de forma habitual e permanente, estiverem comprovadamente expostas as condições previstas no art.2° desta Lei.

Artigo 5°- Fazem jus ao acional de insalubridade e periculosidade, segundo estudos realizados pela Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos e segundo os ditames legais, os seguintes:

CARGO	ISALUBRIDADE	PERICULOSIDADE
Braçal	40%	X
Operador de Maquinas leve nível 01	40%	X
Operador de Maquinas Pesada nível 02	40%	X
Motoristas de Caminhões	40%	X
Borracheiros	X	30%

Artigo 6º- Esta Lei entrara em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de janeiro de 2021.

Vale de São Domingos-MT, 30 de Novembro de 2020.

GERALDO MARTINS SILVA

Prefeito Municipal

CAMARA MUNICIPAL DE VALE DE SÃO DOMINGOS
LEI N° 617/2021, DE 07 DE JANEIRO DE 2021

“AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E ESPECIAL BEM COMO TRANSPOR E REMANEJAR RECURSOS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Excelentíssimo Senhor **GERALDO MARTINS DA SILVA,** Prefeito Municipal de Vale de São Domingos / MT, no uso de suas atribuições legais, *FAZ SABER* que a Câmara de Vereadores **APROVOU** e ele **SANCIONA** a seguinte **LEI**:

Artigo 1º - Ficam os Poderes Legislativo e Executivo Municipal autorizados a efetuar transposição, remanejamento e transferência de recursos,

de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, até o limite de 15% (quinze por cento) do valor total do orçamento programa do município, para o exercício financeiro de 2021.

Artigo 2º - Fica o poder executivo municipal autorizado a abrir créditos adicionais suplementares e especiais à conta de excesso de arrecadação, através de Decreto, até o limite dos valores efetivamente apurados ou com base na tendência do exercício, nos termos do Inciso II do § 1º e § 3º do Artigo 43 da Lei 4.320/64, devendo ser observadas as vinculações das fontes dos recursos financeiros em excesso disponíveis.

Artigo 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, sendo revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 07 de Janeiro de 2021.

GERALDO MARTINS DA SILVA

Prefeito Municipal

CAMARA MUNICIPAL DE VALE DE SÃO DOMINGOS
LEI N°615/2020 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2020

Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Vale de São Domingos, Estado de Mato Grosso, para o Exercício Financeiro de 2021 e dá outras providências.

GERALDO MARTINS DA SILVA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber a toda população, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1° - O Orçamento geral do Município de Vale de São Domingos – MT, abrangendo a administração direta, seus fundos e órgãos, para o Exercício Financeiro de 2021, discriminado pelos anexos integrantes desta lei, estima a Receita bruta em R$ 17.500.000,00 (Dezessete Milhões e Quinhentos Mil Reais), assim distribuídos por esfera Fiscal R$13.815.622,84 (Treze Milhões Oitocentos e Quinze Mil Seiscentos e Vinte e Dois Reais e Oitenta e Quatro centavos) e Seguridade Social R$ 3.684.377,16 (Três milhões Seiscentos e Oitenta e Quatro Mil Trezentos e Setenta e Sete Reais e Dezesseis Centavos)conforme discriminação a seguir.

Art. 2° - A Receita será realizada mediante a arrecadação de Tributos, Rendas e Outras Receitas Correntes e de Capital, de acordo com a legislação vigente e com o seguinte desdobramento:

Consolidado RECEITAS Receitas correntes R$ Receita corrente Intra-Orçamentária R$ Receita de Capital R$ Dedução da Receita Corrente R$ **Total Geral: R$**	 18.899.600,00 727.800,00 41.000,00 -2.168.400,00 **17.500.000,00**

Art. 3° - A Despesa será realizada segundo a discriminação dos quadros Programa de Trabalho e Natureza da Despesa, integrante desta Lei, e as autarquias e fundações em seus respectivos orçamentos aprovados por decreto executivo que apresentam os seguintes desdobramentos:

POR FUNÇÃO DO GOVERNO

01-Legislativa	R$	870.000,00
04-Administração	R$	3.462.872,84
08–Assistência Social	R$	916.000,00
09-Previdência Social	R$	883.200,00
10-Saúde 11-Trabalho	R$ R$	3.487.877,16 171.000,00
12-Educação	R$	3.789.350,00
13-Cultura	R$	5.000,00
15-Urbanismo 17-Saneamento 18- Gestão Ambiental	R$ R$ R$	2.209.000,00 356.000,00 115.500,00
20-Agricultura 27-Desporto e Lazer	R$ R$	108.500,00 145.000,00
28-Encargos Especiais 99-Reserva de Contingência	R$ R$	350.000,00 630.700,00
TOTAL GERAL	**R$**	17.500.000,00

POR SUBFUNÇÕES

031-Ação Legislativa	R$	870.000,00
122-Administração Geral 124- Controle Interno	R$ R$	4.084.372,84 86.000,00
241-Assistência ao Idoso	R$	107.500,00
243-Assistência à Criança e ao Adolescente	R$	142.500,00
244-Assistência Comunitária	R$	666.000,00
272-Previdência do Regime Estatutário	R$	488.200,00
301-Atenção Básica	R$	2.125.356,40
302-Assitência Hospitalar e Ambulatorial 303-Suporte Profilático e Terapêutico	R$ R$	654.349,36 143.838,76
304-Vigilância Sanitária 305- Vigilância Epidemiológica	R$ R$	123.500,00 128.332,64
331-Proteçao e Beneficio ao Trabalho	R$	171.000,00
361-Ensino Fundamental	R$	3.552.850,00
365 – Educação Infantil	R$	236.500,00
392-Difusão Cultural	R$	5.000,00
451-Infra-Estrutura Urbana 482- Habitação Urbana	R$ R$	2.205.000,00 4.000,00
512-Saneamento Básico Urbano 541-Preservação e conservação ambiental	R$ R$	356.000,00 115.500,00
606-Extenção Rural 812- Desporto Comunitário	R$ R$	108.500,00 145.000,00
841-Refinanciamento da Dívida interna 997 – Reserva legal RPPS	R$ R$	350.000,00 370.700,00
999-Reserva de Contingência	R$	260.000,00
TOTAL GERAL	**R$**	**17.500.000,00**

POR PROGRAMA

001-Processo Legislativo	R$	870.000,00
010-Gestao da saúde com Qualidade	R$	307.500,00
018-Promoção e Extensão Rural 020-Gerir c/ Qualidade a Atenção Básica 028-Previdencia Social 030-Ampl. E Qualid. Media e Alta Complexidade 040- Ampl. E Qualid.na Assistência Farmacêutica	R$ R$ R$ R$ R$	108.500,00 1.786.844,40 1.253.900,00 653.349,36 143.838,76
042-Ensino Fundamental 044-Incentivo ao esporte amador e Lazer	R$ R$	3.789.350,00 145.000,00
050-Ampliaçao e Qualidade na Vig. Sanitária	R$	123.500,00
060- Ampliação e Qualidade na Vig. Epidemiológica 075- Atenção Básica	R$ R$	129.332,64 343.512,00
076-Saneamento Básico	R$	1.535.500,00
081-Assistência	R$	27.000,00
082-Gest.de prog. Proj. Serv. Benef. Da Proteção	R$	169.500,00
90-Assist. Social Geral 99-Reserva de Contingência 101-Administracao e Gerenciamento 104-Fomento a Difusão Cultural 105-Urbanismo	R$ R$ R$ R$ R$	719.500,00 260.000,00 3.983.872,84 5.000,00 1.145.000,00
TOTAL DE ADMINISTRAÇÃO DIRETA	**R$**	**17.500.000,00**

POR CATEGORIA ECONÔMICA

Despesas Correntes	R$	16.065.600,00
Despesas de Capital	R$	803.700,00
Reserva de Contingência do RPPS	R$	370.700,00
Reserva de Contingência	**R$**	260.000,00
TOTAL DA ADMINISTRAÇÃO	**R$**	**17.500.000,00**

POR ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO

Câmara Municipal Gabinete do Prefeito Secretaria Municipal de Administração	**R$ R$ R$**	870.000,00 943.000,00 3.019.772,84
Secretaria Municipal de Fazendas	**R$**	1.107.000,00
Secretaria Municipal de Promoção Social	**R$**	916.000,00
Fundo municipal de Saúde	**R$**	3.487.877,16
Secretaria Municipal de Educação e Cultura	**R$**	3.794.350,00
Secretaria Mun. Desenvolvimento Sustentável.	R$	247.000,00
Secretaria Municipal de infra Estrutura	R$	2.854.500,00
Secretaria Municipal de Esporte Secretaria Municipal de Meio Ambiente	R$ R$	145.000,00 115.500,00

Total **17.500.000,00**

Art. 4° - Ficam os Poderes Executivo e Legislativo autorizados, nos termos da Constituição Federal e da legislação federal em vigor, a:

I - Abrir créditos adicionais e suplementares, até o limite de 15% (Quinze por cento) da despesa orçada utilizando como fonte de recursos a anula-

ção parcial ou total de dotações, assim como excesso de arrecadação ou superávit financeiro, nos termos do artigo 43 da Lei 4.320/64.

II – Abrir créditos suplementares à conta de recursos provenientes de excesso de arrecadação de convênios, não previstos na receita do orçamento, desde que respeitados os objetivos e metas da programação aprovada nesta lei.

III – Abrir créditos suplementares à conta de recursos provenientes de excesso de arrecadação, considerada a tendência do exercício.

IV – Contingenciar parte das dotações, quando a evolução da receita comprometer os resultados previstos.

Art. 5° - Esta Lei entrará em vigor a partir de 1° de janeiro de 2021, revogadas as disposições em contrário.

Vale de São Domingos, MT, aos 07 dias do mês de Dezembro de 2020

GERALDO MARTINS DA SILVA

Prefeito

CAMARA MUNICIPAL DE VALE DE SÃO DOMINGOS
LEI N°616/2020, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2020

"DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DA REDAÇÃO DA LEI MUNICIPAL 583/2020, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Vale de São Domingos/MT, Estado de Mato Grosso, Srº. Geraldo Martins de Silva, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica alterado o artigo 2º da Lei Municipal 583/2020, que passarão a vigorar com a seguinte redação:

Artigo 2º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizados a abrir créditos adicionais especiais e suplementares à conta de excesso de arrecadação, através de Decreto, até o limite dos valores efetivamente apurados ou com base na tendência do exercício, nos termos do Inciso II do § 1º e § 3º do Artigo 43 da Lei 4.320/64, devendo ser observadas as vinculações das fontes dos recursos financeiros em excesso disponíveis.

Artigo 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao início de vigência da Lei 583/2020, sendo revogadas as disposições em contrário.

Vale de São Domingos/MT, 07 de Dezembro de 2020.

GERALDO MARTINS DA SILVA

Prefeito Municipal

CAMARA MUNICIPAL DE VALE DE SÃO DOMINGOS
LEI Nº 613 / DE 03 DE NOVEMBRO DE 2020.

"Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Especial ao Orçamento Programa do Exercício Financeiro de 2020 e da outras providências. "GERALDO MARTINS DA SILVA, Prefeito do Município de Vale de São Domingos / MT, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:Artigo 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado à abrir Crédito Adicional Especial no valor de R$ 19. 000,00 (Dezenove mil), ao Orçamento Programa do Município para o exercício financeiro de 2020, nos termos da Lei Municipal 577/2019 - LOA, destinado a atender as despesas decorrentes da aplicação da presente Lei, conforme discriminado abaixo:Órgão: 06 – Secretária Municipal de SaúdeUnidade: 03 – Departamento de Vigilância e informações em SaúdeFunção: 10 – SaúdeSub-Função: 305 – Vigilância EpidemiológicaPrograma: 0060 – Ampliação e Qualidade na Vigilância EpidemiológicaAção: 1. 170 – Aquisição de Bens Moveis, Utensílios e Equipamento – Vig. Epidemiológica e AmbientalElemento: 4.4.90.52.00 – Equipamento e Material Permanente.....R$ 19.000,00Fonte de Recursos: 0.1. 47. Transf. Fundo a Fundo de Recursos do SUS Provenientes do Governo Federal – Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de SaúdeEstado de Mato GrossoPrefeitura Municipal de Vale de São Domingos-Gestão 2017 / 2020Av. Tancredo Neves, s/nº - Tel.: (65) 3268-1058/1148 – CEP 78.253-000 – Vale de São Domingos/MTArtigo 2º - Os recursos Orçamentários para dar Cobertura aos Créditos Adicionais Especiais abertos no artigo anterior, conforme disposições contidas no art. 43 da Lei Federal 4.320/64, serão compostos por:I – até o valor de R$ 19.000,00 (Dezenove mil), resultantes da anulação parcial ou total de dotações orçamentárias já comtempladas no orçamento programa para 2020, nos termos do Inciso III, § 1º do Art. 43.II – até o valor de R$ 19.000,00 (Dezenove mil), resultantes de excesso de arrecadação provenientes do crédito de receitas não comtempladas no orçamento programa para 2020, nos termos do Inciso II, § 1º do Art. 43.Artigo 3º - Caso os saldos dos créditos especiais abertos por esta lei não sejam suficientes, para o registro total das despesas para execução do programa de trabalho de seu objeto, os mesmos poderão serem suplementados até os limites dos saldos necessários nos termos das leis de remanejamento e suplementação em vigor.Artigo 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, sendo revogadas as disposições em contrário.Vale de São Domingos - MT, 03 de Novembro de 2020.GERALDO MARTINS DA SILVA Prefeito

---

CAMARA MUNICIPAL DE VALE DE SÃO DOMINGOS
LEI Nº 612/2020, DE 05 DE OUTUBRO DE 2020.

"Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Especial ao Orçamento Programa do Exercício Financeiro de 2020 e da outras providências. "

GERALDO MARTINS DA SILVA, Prefeito do Município de Vale de São Domingos / MT, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Artigo 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado à abrir Crédito Adicional Especial no valor de R$ 30.000,00 (Trinta Mil), ao Orçamento Programa do Município para o exercício financeiro de 2020, nos termos da Lei Municipal 577/2019 - LOA, destinado a atender as despesas decorrentes da aplicação da presente Lei, conforme discriminado abaixo:

Órgão: *05– Secretaria Municipal de Assistência Social*

Unidade: *04 – Fundo Municipal de Assistência Social*

Função: *08 – Assistência Social*

Sub-Função: *241 – Assistência ao Idoso*

Programa : *0082 – Gestão de Projetos, Serv. Benef. Da Proteção*

Ação: *2.025 – Serv. De Convivência e Fortalecimento de Vínculos*

Elemento: *4.4.90.52.00 – Equipamento e Material Permanente ..... R$ 30.000,00*

Fonte de Recursos: *0.1.29. Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS*

Artigo 2º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado à abrir Crédito Adicional Especial no valor de R$ 15.000,00 (Quinze Mil), ao Orçamento Programa do Município para o exercício financeiro de 2020, nos termos da Lei Municipal 577/2019 - LOA, destinado a atender as despesas decorrentes da aplicação da presente Lei, conforme discriminado abaixo:

Órgão: *05– Secretaria Municipal de Assistência Social*

Unidade: *04 – Fundo Municipal de Assistência Social*

Função: *08 – Assistência Social*

Sub-Função: *244 – Assistência Comunitária*

Programa : *0082 – Gestão de Projetos, Serv. Benef. Da Proteção*

Ação: *2.076 – Manutenção com Piso Basico PAIF*

Elemento: *4.4.90.52.00 – Equipamento e Material Permanente ..... R$ 15.000,00*

Fonte de Recursos: *0.1.29. Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS*

Artigo 3º - Os recursos Orçamentários para dar Cobertura aos Créditos Adicionais Especiais abertos nos artigos anteriores, conforme disposições contidas no art. 43 da Lei Federal 4.320/64, serão compostos por:

I – até o valor de R$ 45.000,00 (Quarenta e Cinco Mil), resultantes da anulação parcial ou total de dotações orçamentárias já comtempladas no orçamento programa para 2020, nos termos do Inciso III, § 1º do Art. 43.

II – até o valor de R$ 45.000,00 (Quarenta e Cinco Mil), resultantes de excesso de arrecadação provenientes do crédito de receitas não comtempladas no orçamento programa para 2020, nos termos do Inciso II, § 1º do Art. 43.

Artigo 4º - Caso os saldos dos créditos especiais abertos por esta lei não sejam suficientes, para o registro total das despesas para execução do programa de trabalho de seu objeto, os mesmos poderão serem suplementados até os limites dos saldos necessários nos termos das leis de remanejamento e suplementação em vigor.

Artigo 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, sendo revogadas as disposições em contrário.

Vale de São Domingos - MT, 05 de Outubro de 2020.

GERALDO MARTINS DA SILVA

Prefeito Municipal

CAMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
COVID-19: COVID-19: PORTARIA Nº 38/2021 CMVG

"Prorroga os efeitos da Portaria n.º 35/2021-CMVG pelo período de 15 (quinze dias) e dá outras providências."

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas através do Regimento Interno desta Casa de Leis,

CONSIDERANDO o seguimento de risco de propagação e contágio do Covid-19, que enseja a adoção de medidas preventivas, e o dever e responsabilidade deste Órgão de preservar a segurança da população, em especial dos vereadores, servidores, munícipes, e demais frequentadores da Casa;

CONSIDERANDO o princípio da continuidade do serviço público que deve ser observado pela Administração Pública;

CONSIDERANDO que as medidas adotadas poderão ser reavaliadas a qualquer momento, de acordo com a necessidade e situação epidemiológica do município.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar os efeitos da Portaria n.º 35/2021-CMVG, pelo período de 15 (quinze) dias.

Art. 2º As Sessões Legislativas Ordinárias permanecerão no formato Virtual, de acordo com o artigo 141-A e seguintes do Regimento Interno da Câmara de Vereadores.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor com efeitos a partir de 12/04/2021, revogando-se as disposições em contrário.

Registrada, Publicada, Cumpra-se.

Câmara Municipal de Várzea Grande, 12 de abril de 2021.

FABIO JOSÉ TARDIN

Presidente

BRUNO LINS RIOS

1º Secretário

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL

EXTRATO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 13/2021/CIDESAT

CEDENTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURÍSTICO DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL. ***CESSIONÁRIA/GESTOR***: ***MUNICÍPIO DE*** **GLÓRIA D'OESTE**, CNPJ/MF sob o nº. 37.464.955/0001-00. OBJETO: CESSÃO DE USO DE UM ROLO COMPACTADOR LISO conforme detalhamento:

ESPECIFICAÇÃO	PLACA	MARCA	MODELO	CHASSI/RENAVAM	ANO	PREFIXO
ROLO COMPACTADOR VIBRATÓRIO ATLAS COPCO – CA250 – PÉ DE CARNEIRO E LISO		CA250 DYNAPAC		CA250D 10000108AGB004922	2016	

Prazo de *vigência até 30/04/2021*.

São José dos Quatro Marcos- MT, 10 de março de 2021.

GHEYSA MARIA BONFIM BORGATO

EXTRATO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 14/2021/CIDESAT

CEDENTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURÍSTICO DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL. ***CESSIONÁRIA/GESTOR***: Município de ARAPUTANGA CNPJ/MF sob o nº. 15.023.914/0001-45. OBJETO: (01) uma Máquina Escavadeira Hidráulica para apoio e incentivo à cadeia produtiva da piscicultura no Município de ARAPUTANGA-MT.

ESPECIFICAÇÃO	PLACA	MARCA	MODELO	CHASSI/RENAVAM	ANO	PREFIXO
ESCAVADEIRA HIDRÁUICA KOMATSU PC200LC-8M0 ALCANCE Patrimônio Nº 0190/CIDESAT		KOMATSU	PC200LC-8M0 ALCANCE	SÉRIE: B50669 Motor: 36608505	2018	Rota do Peixe

Prazo de vigência: 31/05/2021.

São José dos Quatro Marcos- MT, 08 de abril de 2021.

GHEYSA MARIA BONFIM BORGATO - Presidente

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO MÉDIO NORTE MATOGROSSENSE

AVISO DE EDITAL DE CREDENCIAMENTO

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2021

INEXIGIBILIDADE Nº 001/2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 002/2021

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO MÉDIO NORTE MATO-GROSSENSE, pessoa jurídica de direito público, por meio da Comissão Permanente de Licitação – CPL, designada pela Portaria nº 002/2021 de 20 de janeiro de 2021, torna público para conhecimento dos interessados que estará aberto **CREDENCIAMENTO** para empresas que tenham interesse na prestação de serviços técnico-profissionais na área da saúde para realização de **Consultas Especializadas, Exames de Imagem e Apoio Diagnóstico, Exames Especializados Complementares e Procedimentos Cirúrgicos**, **de forma complementar da cobertura dos serviços prestados pela rede Municipal de Saúde/Sistema Único de Saúde dos municípios pertencentes ao Consórcio Intermunicipal de Saúde**, à pacientes encaminhados pelas centrais de regulação de cada município.

Período de Recebimento de Documentos: a partir do dia **15/04/2021 à 14/04/2022** no horário: 08h00min às 11h00min e das 14h00min às 17h00-min.

O Edital completo se encontra disponível para download através do link http://twixar.me/BFjm e também poderá ser solicitados junto à Secretaria Executiva do **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO MÉDIO NORTE MATO-GROSSENSE,** Rua 7 nº 127 N, Bairro Jardim do Amor, Tangará da Serra –MT, ou pelo endereço eletrônico: cismnorte.saude@gmail.com

Maiores informações através fone 65 33261988 / 65 33251374 / 65 9-8401-2563

Tangará da Serra, 01 de Abril de 2021.

JANETE SILVA VIANA DE FREITAS

Presidente Comissão de Licitação

RAFAEL MACHADO

Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO - CISVP

PORTARIA Nº 078 DE 01 DE MARÇO DE 2021.

Dispõe sobre a nomeação de Servidor constante do quadro de funcionários do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto – CISVP, para "Fiscalização de Contratos".

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO, **PASCOAL ALBERTON**,NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELO PRESENTE,

RESOLVE:

ART. 1º - Designar a servidora, **VERONI MARIA PANSERA – ATO NORMATIVO Nº 6.568/2015 - DIRETORA ADMINISTRATIVA DO HOSPITAL REGIONAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO** para atuar como fiscal, no âmbito da Administração Pública, no **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 078/2021**, referente à contratação empresa **A G R MARTINS EIRELI - ME**, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ/MF n.º 30.727.145/0001-50, com sede a Rua Cristal, n° 180, Bairro Centro, na cidade de Peixoto De Azevedo/MT, contratada por este Consórcio Intermunicipal de Saúde de acordo com as leis vigentes de contratações, que tem como objeto, **"PROCESSO DE CREDENCIAMENTO Nº 024/2020 DO 35º TERMO DE RATIFICAÇÃO AO PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 007/2020".**

ART. 2º - Constituiatribuiçõesdo Funcionário Público designado para esta fiscalização:

I – Acompanhar o cumprimento das disposições contratuais e propor a adoção de providências legais e necessárias que se fizerem necessárias na hipótese do não cumprimento das cláusulas contratuais;

II – Emitir Parecer Técnico, manifestando qualquer alteração no descumprimento do contrato, seja pelo contratante ou pelo contratado para fins de adequações e punições necessárias;

III – Manifestar-se quanto à oportunidade e a conveniência da prorrogação do contrato, com 30 dias de antecedência do encerramento da vigência, instruindo e justificando sua prorrogação, repactuação, supressão, reajustes financeiros, termos aditivos, quando for o caso, visando manter o equilíbrio econômico-financeiro sem prejuízos à execução do objeto contratado;

ART. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrário, podendo ser revogada a qualquer tempo a critério da autoridade competente.

Presidência do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto, Peixoto de Azevedo – MT, em 12 de abril de 2021.

PASCOAL ALBERTON

Presidente do CISVP

Registre-se.

Publique-se.

Cumpra-se.

PORTARIA Nº 072 DE 01 DE MARÇO DE 2021.

Dispõe sobre a nomeação de Servidor constante do quadro de funcionários do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto – CISVP, para "Fiscalização de Contratos".

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO, **PASCOAL ALBERTON**,NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELO PRESENTE,

RESOLVE:

ART. 1º - Designar a servidora **FLÁVIA ALVES DE ANDRADE GOMES - MATRICULA Nº 449 - COORDENADORA DE RECURSOS HUMANOS** para atuar como fiscal, no âmbito da Administração Pública, no **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 072/2021**, referente à contratação empresa **J L REIS EIRELI – EPP**,devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 32.639.170/0001-07, com sede na Rua Maringá, nº 40, Bairro Centro, CEP: 78.530-000 cidade de Peixoto De Azevedo/MT, contratada por este Consórcio Intermunicipal de Saúde de acordo com as leis vigentes de contratações, que tem como objeto, **"do PROCESSO DE CREDENCIAMENTO Nº 019/2021 DO 71º TERMO DE RATIFICAÇÃO AO PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 071/2021".**

ART. 2º - Constituiatribuiçõesdo Funcionário Público designado para esta fiscalização:

I – Acompanhar o cumprimento das disposições contratuais e propor a adoção de providências legais e necessárias que se fizerem necessárias na hipótese do não cumprimento das cláusulas contratuais;

II – Emitir Parecer Técnico, manifestando qualquer alteração no descumprimento do contrato, seja pelo contratante ou pelo contratado para fins de adequações e punições necessárias;

III – Manifestar-se quanto à oportunidade e a conveniência da prorrogação do contrato, com 30 dias de antecedência do encerramento da vigência,

instruindo e justificando sua prorrogação, repactuação, supressão, reajustes financeiros, termos aditivos, quando for o caso, visando manter o equilíbrio econômico-financeiro sem prejuízos à execução do objeto contratado;

ART. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrário, podendo ser revogada a qualquer tempo a critério da autoridade competente.

Presidência do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto, Peixoto de Azevedo – MT, em 12 de abril de 2021.

PASCOAL ALBERTON

Presidente do CISVP

Registre-se.

Publique-se.

Cumpra-se.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 078/2021

CONTRATANTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO

CONTRATADO:**A G R MARTINS EIRELI – ME**

OBJETO: PROCESSO DE CREDENCIAMENTO Nº 024/2020 DO 35º TERMO DE RATIFICAÇÃO AO PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 007/2020

VIGÊNCIA: **01/03/2021 a 01/09/2021**

VALOR: R$ 111.429,50

DOTAÇÃO: *01.001.10.302.0002.2004.33.90.34.00 "037"*

EXTRATO DE CONTRATO Nº 072/2021

CONTRATANTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO

CONTRATADO:**J L REIS EIRELI – EPP**

OBJETO: PROCESSO DE CREDENCIAMENTO Nº 019/2021 DO 71º TERMO DE RATIFICAÇÃO AO PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 071/2021

VIGÊNCIA: **01/03/2021 a 01/09/2021**

VALOR: R$ 18.174,00

DOTAÇÃO: *01.001.10.302.0002.2005.33.90.39.00 "046"*

EXTRATO DE CONTRATO Nº 067/2021

CONTRATANTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO

CONTRATADO:**A G R MARTINS EIRELI – ME**

OBJETO: PROCESSO DE CREDENCIAMENTO Nº 048/2020 DO 57º TERMO DE RATIFICAÇÃO AO PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 057/2021

VIGÊNCIA: **01/03/2021 a 01/09/2021**

VALOR: R$ 19.572,00

DOTAÇÃO: *01.001.10.302.0002.2005.33.90.39.00 "046"*

EXTRATO DE CONTRATO Nº 069/2021

CONTRATANTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO

CONTRATADO:**CLINICA ROSSETTI LTDA**

OBJETO: PROCESSO DE CREDENCIAMENTO Nº 012/2021 DO 70° TERMO DE RATIFICAÇÃO AO PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 070/2020.

VIGÊNCIA: **01/03/2021 a 01/09/2021**

VALOR: R$ 2.850,00

DOTAÇÃO: *01.001.10.302.0002.2003.33.90.39.34 "027"*

EXTRATO DE CONTRATO Nº 073/2021

CONTRATANTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO

CONTRATADO: **PHOENIX - GERENCIAMENTO, ADMINISTRACAO, PRESTACAO DE SERVICOS DE SAUDE MEDICA, HOSPITALAR, LABORATORIAL E DIAGNOSE LTDA**

OBJETO: PROCESSO DE CREDENCIAMENTO Nº 052/2020 DO 62º TERMO DE RATIFICAÇÃO AO PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 062/2021.

VIGÊNCIA: **01/03/2021 á 01/09/2021**

VALOR: R$ 35.958,00

DOTAÇÃO: *01.001.10.302.0002.2005.33.90.39.00 "046"*

EXTRATO DE CONTRATO Nº 074/2021

CONTRATANTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO

CONTRATADO:**O. J. ALMEIDA EIRELI**

OBJETO: PROCESSO DE CREDENCIAMENTO Nº 06/2021 DO 63º TERMO DE RATIFICAÇÃO AO PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 063/2021.

VIGÊNCIA: **01/03/2021 á 01/09/2021**

VALOR: R$ 36.348,00

DOTAÇÃO: *01.001.10.302.0002.2005.33.90.39.00 "046"*

EXTRATO DE CONTRATO Nº 077/2021

CONTRATANTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO

CONTRATADO:**M. C. CARVALHO MARQUES - CLINICA MEDICA – ME**

OBJETO: PROCESSO DE CREDENCIAMENTO Nº 049/2020 DO 56º TERMO DE RATIFICAÇÃO AO PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 056/2021.

VIGÊNCIA: **01/03/2021 a 01/09/2021**

VALOR: R$ 41.550,00

DOTAÇÃO: *01.001.10.302.0002.2005.33.90.39.00 "046"*

PORTARIA Nº 067 DE 01 DE MARÇO DE 2021.

Dispõe sobre a nomeação de Servidor constante do quadro de funcionários do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto – CISVP, para "Fiscalização de Contratos".

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO, **PASCOAL ALBERTON**,NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELO PRESENTE,

RESOLVE:

ART. 1º - Designar a servidora **FLÁVIA ALVES DE ANDRADE GOMES - MATRICULA Nº 449 - COORDENADORA DE RECURSOS HUMANOS**

para atuar como fiscal, no âmbito da Administração Pública, no **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 067/2021**, referente à contratação empresa **A G R MARTINS EIRELI - ME**, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ/MF n.º 30.727.145/0001-50, com sede a Rua Cristal, n° 180, Bairro Centro, na cidade de Peixoto De Azevedo/MT, contratada por este Consórcio Intermunicipal de Saúde de acordo com as leis vigentes de contratações, que tem como objeto, **"PROCESSO DE CREDENCIAMENTO Nº 048/2020 DO 57° TERMO DE RATIFICAÇÃO AO PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 057/2021".**

ART. 2º - Constituiatribuiçõesdo Funcionário Público designado para esta fiscalização:

I – Acompanhar o cumprimento das disposições contratuais e propor a adoção de providências legais e necessárias que se fizerem necessárias na hipótese do não cumprimento das cláusulas contratuais;

II – Emitir Parecer Técnico, manifestando qualquer alteração no descumprimento do contrato, seja pelo contratante ou pelo contratado para fins de adequações e punições necessárias;

III – Manifestar-se quanto à oportunidade e a conveniência da prorrogação do contrato, com 30 dias de antecedência do encerramento da vigência, instruindo e justificando sua prorrogação, repactuação, supressão, reajustes financeiros, termos aditivos, quando for o caso, visando manter o equilíbrio econômico-financeiro sem prejuízos à execução do objeto contratado;

ART. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrário, podendo ser revogada a qualquer tempo a critério da autoridade competente.

Presidência do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto, Peixoto de Azevedo – MT, em 12 de abril de 2021.

PASCOAL ALBERTON

Presidente do CISVP

Registre-se.

Publique-se.

Cumpra-se.

PORTARIA Nº 069 DE 01 DE MARÇO DE 2021.

Dispõe sobre a nomeação de Servidor constante do quadro de funcionários do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto – CISVP, para "Fiscalização de Contratos".

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO, **PASCOAL ALBERTON**,NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELO PRESENTE,

RESOLVE:

ART. 1º - Designar a servidora **VERONI MARIA PANSERA - ATO NORMATIVO Nº 6.568/2015 - DIRETORA ADMINISTRATIVA DO HOSPITAL REGIONAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO** para atuar como fiscal, no âmbito da Administração Pública, no **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 069/2021**, referente à contratação empresa **CLINICA ROSSETTI LTDA**,devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 02.936.295/0001-38, com sede na Avenida Dante Martins De Oliveira, nº 660, Sala 01, Bairro Cidade Nova, CEP: 78.520-000 na cidade de Guarantã Do Norte/MT, contratada por este Consórcio Intermunicipal de Saúde de acordo com as leis vigentes de contratações, que tem como objeto, **"**do **PROCESSO DE CREDENCIAMENTO Nº 012/2021 DO 70° TERMO DE RATIFICAÇÃO AO PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 070/2020".**

ART. 2º - Constituiatribuiçõesdo Funcionário Público designado para esta fiscalização:

I – Acompanhar o cumprimento das disposições contratuais e propor a adoção de providências legais e necessárias que se fizerem necessárias na hipótese do não cumprimento das cláusulas contratuais;

II – Emitir Parecer Técnico, manifestando qualquer alteração no descumprimento do contrato, seja pelo contratante ou pelo contratado para fins de adequações e punições necessárias;

III – Manifestar-se quanto à oportunidade e a conveniência da prorrogação do contrato, com 30 dias de antecedência do encerramento da vigência, instruindo e justificando sua prorrogação, repactuação, supressão, reajustes financeiros, termos aditivos, quando for o caso, visando manter o equilíbrio econômico-financeiro sem prejuízos à execução do objeto contratado;

ART. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrário, podendo ser revogada a qualquer tempo a critério da autoridade competente.

Presidência do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto, Peixoto de Azevedo – MT, em 12 de abril de 2021.

PASCOAL ALBERTON

Presidente do CISVP

Registre-se.

Publique-se.

Cumpra-se.

PORTARIA Nº 073 DE 01 DE MARÇO DE 2021.

Dispõe sobre a nomeação de Servidor constante do quadro de funcionários do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto – CISVP, para "Fiscalização de Contratos".

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO, **PASCOAL ALBERTON**,NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELO PRESENTE,

RESOLVE:

ART. 1º - Designar a servidora **VERONI MARIA PANSERA - ATO NORMATIVO Nº 6.568/2015 - DIRETORA ADMINISTRATIVA DO HOSPITAL REGIONAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO** para atuar como fiscal, no âmbito da Administração Pública, no **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 073/2021**, referente à contratação empresa **PHOENIX - GERENCIAMENTO, ADMINISTRACAO, PRESTACAO DE SERVICOS DE SAUDE MEDICA, HOSPITALAR, LABORATORIAL E DIAGNOSE LTDA**,devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 03.642.746/0001-97, com sede na Avenida Brasil, nº 47, Bairro Centro, CEP: 78.860-000, na cidade de Nova Brasilândia/MT, contratada por este Consórcio Intermunicipal de Saúde de acordo com as leis vigentes de contratações, que tem como objeto, **"**do **PROCESSO DE CREDENCIAMENTO Nº 052/2020 DO 62º TERMO DE RATIFICAÇÃO AO PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 062/2021".**

ART. 2º - Constituiatribuiçõesdo Funcionário Público designado para esta fiscalização:

I – Acompanhar o cumprimento das disposições contratuais e propor a adoção de providências legais e necessárias que se fizerem necessárias na hipótese do não cumprimento das cláusulas contratuais;

II – Emitir Parecer Técnico, manifestando qualquer alteração no descumprimento do contrato, seja pelo contratante ou pelo contratado para fins de adequações e punições necessárias;

III – Manifestar-se quanto à oportunidade e a conveniência da prorrogação do contrato, com 30 dias de antecedência do encerramento da vigência, instruindo e justificando sua prorrogação, repactuação, supressão, reajus-

tes financeiros, termos aditivos, quando for o caso, visando manter o equilíbrio econômico-financeiro sem prejuízos à execução do objeto contratado;

ART. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrário, podendo ser revogada a qualquer tempo a critério da autoridade competente.

Presidência do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto, Peixoto de Azevedo – MT, em 12 de abril de 2021.

PASCOAL ALBERTON

Presidente do CISVP

Registre-se.

Publique-se.

Cumpra-se.

PORTARIA Nº 074 DE 01 DE MARÇO DE 2021.

Dispõe sobre a nomeação de Servidor constante do quadro de funcionários do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto – CISVP, para "Fiscalização de Contratos".

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO, **PASCOAL ALBERTON**,NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELO PRESENTE,

RESOLVE:

ART. 1º - Designar a servidora **VERONI MARIA PANSERA - ATO NORMATIVO Nº 6.568/2015 - DIRETORA ADMINISTRATIVA DO HOSPITAL REGIONAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO** para atuar como fiscal, no âmbito da Administração Pública, no **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 074/2021**, referente à contratação empresa **O. J. ALMEIDA EIRELI**, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ/MF nº 36.020.839/0001-39, com sede a Rua Ipê, n° 247, Bairro Centro, CEP: 78.528-000, na cidade de Novo Mundo/MT, contratada por este Consórcio Intermunicipal de Saúde de acordo com as leis vigentes de contratações, que tem como objeto, **"**do **PROCESSO DE CREDENCIAMENTO Nº 06/2021 DO 63º TERMO DE RATIFICAÇÃO AO PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 063/2021".**

ART. 2º - Constituiatribuiçõesdo Funcionário Público designado para esta fiscalização:

I – Acompanhar o cumprimento das disposições contratuais e propor a adoção de providências legais e necessárias que se fizerem necessárias na hipótese do não cumprimento das cláusulas contratuais;

II – Emitir Parecer Técnico, manifestando qualquer alteração no descumprimento do contrato, seja pelo contratante ou pelo contratado para fins de adequações e punições necessárias;

III – Manifestar-se quanto à oportunidade e a conveniência da prorrogação do contrato, com 30 dias de antecedência do encerramento da vigência, instruindo e justificando sua prorrogação, repactuação, supressão, reajustes financeiros, termos aditivos, quando for o caso, visando manter o equilíbrio econômico-financeiro sem prejuízos à execução do objeto contratado;

ART. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrário, podendo ser revogada a qualquer tempo a critério da autoridade competente.

Presidência do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto, Peixoto de Azevedo – MT, em 12 de abril de 2021.

PASCOAL ALBERTON

Presidente do CISVP

Registre-se.

Publique-se.

Cumpra-se.

PORTARIA Nº 077 DE 01 DE MARÇO DE 2021.

Dispõe sobre a nomeação de Servidor constante do quadro de funcionários do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto – CISVP, para "Fiscalização de Contratos".

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO, **PASCOAL ALBERTON**,NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELO PRESENTE,

RESOLVE:

ART. 1º - Designar a servidora, **FLÁVIA ALVES DE ANDRADE GOMES - MATRICULA Nº 449 - COORDENADORA DE RECURSOS HUMANOS** para atuar como fiscal, no âmbito da Administração Pública, no **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 077/2021**, referente à contratação empresa **M. C. CARVALHO MARQUES - CLINICA MEDICA - ME**,devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 17.825.627/0001-84, com sede na Rua Osmar Nunes, nº 133, Bairro Centro, CEP: 78.530-000 cidade de Peixoto de Azevedo/MT, contratada por este Consórcio Intermunicipal de Saúde de acordo com as leis vigentes de contratações, que tem como objeto, **"PROCESSO DE CREDENCIAMENTO Nº 049/2020 DO 56º TERMO DE RATIFICAÇÃO AO PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 056/2021".**

ART. 2º - Constituiatribuiçõesdo Funcionário Público designado para esta fiscalização:

I – Acompanhar o cumprimento das disposições contratuais e propor a adoção de providências legais e necessárias que se fizerem necessárias na hipótese do não cumprimento das cláusulas contratuais;

II – Emitir Parecer Técnico, manifestando qualquer alteração no descumprimento do contrato, seja pelo contratante ou pelo contratado para fins de adequações e punições necessárias;

III – Manifestar-se quanto à oportunidade e a conveniência da prorrogação do contrato, com 30 dias de antecedência do encerramento da vigência, instruindo e justificando sua prorrogação, repactuação, supressão, reajustes financeiros, termos aditivos, quando for o caso, visando manter o equilíbrio econômico-financeiro sem prejuízos à execução do objeto contratado;

ART. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrário, podendo ser revogada a qualquer tempo a critério da autoridade competente.

Presidência do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto, Peixoto de Azevedo – MT, em 12 de abril de 2021.

PASCOAL ALBERTON

Presidente do CISVP

Registre-se.

Publique-se.

Cumpra-se.

PORTARIA Nº 076 DE 01 DE MARÇO DE 2021.

Dispõe sobre a nomeação de Servidor constante do quadro de funcionários do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto – CISVP, para "Fiscalização de Contratos".

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO, **PASCOAL ALBERTON**,NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELO PRESENTE,

RESOLVE:

ART. 1º - Designar a servidora, **FLÁVIA ALVES DE ANDRADE GOMES - MATRICULA Nº 449 - COORDENADORA DE RECURSOS HUMANOS** para atuar como fiscal, no âmbito da Administração Pública, no **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 076/2021**, referente à contratação empresa **SANCHES & SANCHES LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ/MF n.º 34.920.425/0001-30, com sede a Avenida Pintassilgo, n.º 1294, Casa 10, Conjunto Residencial Ney Braga, CEP: 87.075-110, na cidade de Maringá/PR, contratada por este Consórcio Intermunicipal de Saúde de acordo com as leis vigentes de contratações, que tem como objeto, **"PROCESSO DE CREDENCIAMENTO Nº 08/2021 DO 60º TERMO DE RATIFICAÇÃO AO PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 060/2021".**

ART. 2º - Constituiatribuiçõesdo Funcionário Público designado para esta fiscalização:

I – Acompanhar o cumprimento das disposições contratuais e propor a adoção de providências legais e necessárias que se fizerem necessárias na hipótese do não cumprimento das cláusulas contratuais;

II – Emitir Parecer Técnico, manifestando qualquer alteração no descumprimento do contrato, seja pelo contratante ou pelo contratado para fins de adequações e punições necessárias;

III – Manifestar-se quanto à oportunidade e a conveniência da prorrogação do contrato, com 30 dias de antecedência do encerramento da vigência, instruindo e justificando sua prorrogação, repactuação, supressão, reajustes financeiros, termos aditivos, quando for o caso, visando manter o equilíbrio econômico-financeiro sem prejuízos à execução do objeto contratado;

ART. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrário, podendo ser revogada a qualquer tempo a critério da autoridade competente.

Presidência do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto, Peixoto de Azevedo – MT, em 12 de abril de 2021.

PASCOAL ALBERTON

Presidente do CISVP

Registre-se.

Publique-se.

Cumpra-se.

PORTARIA Nº 075 DE 01 DE MARÇO DE 2021.

Dispõe sobre a nomeação de Servidor constante do quadro de funcionários do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto – CISVP, para "Fiscalização de Contratos".

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO, **PASCOAL ALBERTON**,NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELO PRESENTE,

RESOLVE:

ART. 1º - Designar a servidora, **FLÁVIA ALVES DE ANDRADE GOMES - MATRICULA Nº 449 - COORDENADORA DE RECURSOS HUMANOS** para atuar como fiscal, no âmbito da Administração Pública, no **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 075/2021**, referente à contratação empresa **D.M.B. DA SILVA**, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ/MF n.º 29.987.569/0001-74, com sede a Avenida Senador Jonas Pinheiro Da Silva, n.º 355, Bairro Cidade Nova, CEP: 78.520-000, na cidade de Guarantã Do Norte/MT, contratada por este Consórcio Intermunicipal de Saúde de acordo com as leis vigentes de contratações, que tem como objeto, **"PROCESSO DE CREDENCIAMENTO Nº 05/2021 DO 59º TERMO DE RATIFICAÇÃO AO PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 059/2021".**

ART. 2º - Constituiatribuiçõesdo Funcionário Público designado para esta fiscalização:

I – Acompanhar o cumprimento das disposições contratuais e propor a adoção de providências legais e necessárias que se fizerem necessárias na hipótese do não cumprimento das cláusulas contratuais;

II – Emitir Parecer Técnico, manifestando qualquer alteração no descumprimento do contrato, seja pelo contratante ou pelo contratado para fins de adequações e punições necessárias;

III – Manifestar-se quanto à oportunidade e a conveniência da prorrogação do contrato, com 30 dias de antecedência do encerramento da vigência, instruindo e justificando sua prorrogação, repactuação, supressão, reajustes financeiros, termos aditivos, quando for o caso, visando manter o equilíbrio econômico-financeiro sem prejuízos à execução do objeto contratado;

ART. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrário, podendo ser revogada a qualquer tempo a critério da autoridade competente.

Presidência do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto, Peixoto de Azevedo – MT, em 12 de abril de 2021.

PASCOAL ALBERTON

Presidente do CISVP

Registre-se.

Publique-se.

Cumpra-se.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 076/2021

CONTRATANTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO

CONTRATADO:**SANCHES & SANCHES LTDA**

OBJETO: PROCESSO DE CREDENCIAMENTO Nº 08/2021 DO 60º TERMO DE RATIFICAÇÃO AO PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 060/2021

VIGÊNCIA: **01/03/2021 a 01/09/2021**

VALOR: R$ 36.348,00

DOTAÇÃO: *01.001.10.302.0002.2005.33.90.39.00 "046"*

EXTRATO DE CONTRATO Nº 075/2021

CONTRATANTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO

CONTRATADO:**D.M.B. DA SILVA.**

OBJETO: PROCESSO DE CREDENCIAMENTO Nº 05/2021 DO 59º TERMO DE RATIFICAÇÃO AO PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 059/2021

VIGÊNCIA: **01/03/2021 a 01/09/2021**

VALOR: R$ 16.640,00

DOTAÇÃO: *01.001.10.302.0002.2005.33.90.39.00 "046"*

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ARAGUAIA

RESOLUÇÃO N. 44/2021

Resolução n. 44/2021- São Félix do Araguaia, 09 de Abril de 2021.

Designa Servidor para exercer a função de fiscal do Contrato nº. 005/2021 e dá outras providências.

A SECRETÁRIA EXECUTIVA DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ARAGUAIA - CISA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto:

RESOLVE:

Artigo 1º - Designar a Servidor, o Srº. **CÉSAR RÊGO SANTOS – FARMACÊUTICO - CRF 54810**, para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do seguinte Contrato nº. 005/2021, firmado com a empresa **GEOGAS LOPES DE SOUSA -ME,** com sede SITUADO NA AVENIDA CENTRAL N° 224 – VILA SANTO ANTONIO – CEP:78.670-000 – SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA/MT, devidamente inscrita no CNPJ: 16.580.548/0001-98 - Contrato de nº 005/2021.

Modalidade de Dispensa de Licitação para execução de serviços **COLETA E INSINERAÇÃO DO LIXO HOSPITALAR** para que possa manter o bom funcionamento do Hospital Municipal Prefeito João Abreu Luz, com as coletas semanais, ou mais vezes se caso houver necessidade. **ATRIBUIÇÃO:** coletar e transportar resíduos sólidos de serviços de saúde. Manter controle de qualidade no setor; Orientar e controlar atividades de equipes auxiliares; Dar pareceres se necessário sobre o serviço realizado; Executar tarefas afins e de interesse do CISA; Executar tarefas correlatas, a critério do superior imediato, de acordo com as necessidades do Consorcio Intermunicipal de Saúde do Araguaia – CISA, sediado no Município de SÃO FELIX DO ARAGUAIA - MT, para atender o CISA no por 12 meses, de acordo com as especificações e nas condições estabelecidas no ato convocatório.

Artigo 2º - Caberá a fiscal do Contrato, ora designada, o acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução do referido contrato, competindo-lhe:

I – Zelar pelo fiel cumprimento do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências a sua execução, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou dos defeitos observados, e, submeter, aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da lei;

II – Avaliar, continuamente, a qualidade dos serviços prestados pela contratada, em periodicidade adequada ao objeto do contrato, e durante o seu período de vigência, propondo a autoridade superior, a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

III – Atestar, formalmente, as notas fiscais, antes do encaminhamento ao financeiro para pagamento, devendo realizar o acompanhamento e conferência dos serviços prestados para comprovar a qualidade/quantidade e exigir a garantia do serviço durante toda a contratação;

IV – Observar se a fatura apresentada pela contratada refere-se ao serviço e todas as despesas foram efetivamente prestadas no período, e havendo dúvida, determinar sua correção, bem como recorrer ao auxílio para efetuar corretamente a conferência do atesto fiscal;

V – Elaborar, relatório de fiscalização, referente a cada período de execução das atividades constantes na nota fiscal dos serviços prestados, devendo fazer juntada ao processo de pagamento, antes do encaminhamento ao financeiro;

VI – Adotar outras medidas legalmente previstas para o integral acompanhamento e fiscalização da execução do objeto contratado.

Artigo 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a data de 9 de abril de 2021.

São Félix do Araguaia/MT, 09 de Abril de 2021.

OZANA PEREIRA DE ARAÚJO

Secretária Executiva

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL

COVID-19: DECRETO Nº 021/2021

DECRETO Nº 021/2021

"DISPÕE SOBRE MEDIDAS EMERGENCIAIS PARA A PREVENÇÃO DOS RISCOS DE DISSEMINAÇÃO DO CORONAVIRUS (COVID-19) A SEREM ADOTADAS PELO EXECUTIVO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Acorizal, Estado de Mato Grosso, Sr. **Benancy Lemes da Silva**, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal.

Considerando que a Saúde, nos termos do Art. 196 da Constituição Federal, é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem a redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso Universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação;

Considerando que a Organização Mundial de Saúde (OMS), em 30 de janeiro de 2.020, declarou Emergência da Saúde Pública de Importância Internacional – ESPII, dado o grau de avanço dos casos de contaminação pelo novo coronavírus, e classificou sua contaminação, no dia 11 de março de 2.020, como uma pandemia, cobrando ações dos governos compatíveis com a gravidade da situação a ser enfrentada;

Considerando os índices de taxas de ocupação dos leitos públicos de UTI's, que conforme os dados contidos no Painel Epidemiológico nº. 397 Coronavírus/Covid-19 Mato Grosso, de 08 de abril de 2021, da Secretaria Estadual de Saúde, indicam 97,56% de taxa de ocupação;

Considerando o aumento de demanda hospitalar pública e privada por oxigênio medicinal e medicamentos necessários para intubação de pacientes em estado grave como decorrência do aumento do número de contaminações e internações;

Considerando a necessidade de adoção de medidas não farmacológicas para evitar a disseminação da Covid-19 sem olvidar da manutenção das necessidades essenciais coletivas;

Considerando a decisão do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, em ação de controle concentrado de constitucionalidade, que conferiu aos Municípios o poder para, diante da realidade, adotar as medidas restritivas à circulação de pessoas e de funcionamento de atividades econômicas para preservar a vida;

Considerando que o Supremo Tribunal Federal no bojo da Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental – ADPF nº. 672 e da Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADI nº. 6.341, reafirmou a competência concorrente da União, Estados e Municípios para legislarem sobre normas que cuidem da saúde, dirigirem o sistema único e executem ações de vigilância sanitária e epidemiológicas;

Considerando que o Município de Acorizal/MT deve pautar suas ações com base nos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, adequando as medidas de prevenção ao Coronavírus (COVID-19) à realidade local, sobretudo quanto a observância dos direitos e garantias individuais assegurados constitucionalmente;

Considerando que compete ao Município zelar pela preservação do bem-estar da população e pela manutenção dos serviços públicos e das atividades socioeconômicas, bem como adotar imediatamente as medidas que se fizerem necessárias para, em regime de cooperação, combater situações emergenciais;

Considerando que as ações a serem implementadas devem zelar pela preservação da dignidade das pessoas e dos direitos humanos, pelo respeito à segurança, saúde, a intimidade e à vida privada e pela necessidade, adequação, razoabilidade e proporcionalidade de tais medidas imedia-

tas visando a contenção da propagação do novo coronavírus e objetivando a proteção da coletividade; e

DECRETA:

CAPÍTULO I

DAS MEDIDAS TEMPORÁRIAS APLICADAS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE ACORIZAL À POPULAÇÃO EM GERAL

Artigo 1° -Fica decretado que o funcionamento de todas as atividades e serviços ficará sujeito às seguintes condições:

I – De segunda à sexta-feira, autorizado o funcionamento somente no período compreendido entre às 05h00m e 19h00m;

II – Aos sábados e domingos, autorizado o funcionamento somente no período compreendido entre às 05h00m e 12h00m, com exceção a restaurante que terá o funcionamento até as 14h00m, com funcionamento de 30% de sua capacidade de lotação.

III - Fica instituída restrição de circulação de pessoas (toque de recolher) no Município de Acorizal-MT a partir das 21h00m até às 05h00m, todos os dias da semana durante o período de vigência deste.

§ 1º Excetuam-se da restrição disposta no caput do presente artigo os funcionários, prestadores e consumidores das atividades e serviços cujo funcionamento é permitido após as 19h00m, bem como outras situações específicas a serem analisadas pela autoridade policial responsável pela fiscalização.

§2º A restrição fixada no caput deste artigo não se aplica ao transporte de cargas e passageiros em rodovias estaduais e federais.

§ 3º As farmácias, os serviços de saúde, de hospedagem e congêneres, de transporte coletivo, transporte individual remunerado de passageiros por meio de taxi ou aplicativo, as funerárias, os postos de combustíveis, exceto conveniências (com exceção os localizados em rodovias), as indústrias, as atividades de colheita e armazenamento de alimentos e grãos, serviços de manutenção de fornecimento de energia, água, telefonia, internet, coleta de lixo, não ficam sujeitas às restrições de horário do presente artigo.

§ 4° As igrejas, templos e congêneres terão o funcionamento das 05h00m e 19h00m respeitando o limite de 30% (trinta por cento) da capacidade máxima do local, observados os limites de horário definidos nos incisos do caput e diante o cumprimento de normas de prevenção ao contágio do novo coronavírus.

Artigo 2º - O funcionamento de serviço na modalidade delivery ficará autorizado somente até às 23h00m, inclusive aos domingos.

Parágrafo único: As farmácias e congêneres poderão funcionar, na modalidade delivery, sem restrição de dias e horários.

Artigo 3º - Todos os estabelecimentos em atividade no território do Município de Acorizal devem observar os seguintes protocolos de saúde e normas sanitárias durante seu funcionamento:

I - Evitar circulação de pessoas pertencentes ao grupo de risco, conforme definição do Ministério da Saúde;

II – Fica terminantemente proibido o acesso de menores de 12 anos a supermercados e congêneres, no intuito de salvaguardar a saúde do menor, nos termos que determina o Estatuto da Criança e do Adolescente, ainda que acompanhados de seus pais ou responsáveis;

III - Disponibilizar locais adequados para lavagem frequente das mãos com água e sabão e/ou disponibilização de álcool na concentração de 70%;

IV - Ampliar a frequência diária de limpeza e desinfecção de locais frequentemente tocados, tais como pisos, corrimãos, maçanetas, banheiros, interruptores, janelas, telefones, teclados de computador, controles remotos, máquinas acionadas por toque manual, elevadores e outros;

V - Evitar a realização presencial de reuniões de trabalho e priorizar a realização de atividades de forma remota mediante o uso de ferramentas tecnológicas;

VI - Controlar o acesso de modo a garantir o distanciamento mínimo de 1,5m entre as pessoas;

VII - Vedar o acesso de funcionários, consumidores e usuários que não estejam utilizando máscara de proteção facial, ainda que artesanal;

VIII - Manter os ambientes arejados por ventilação natural;

IX - Adotar as recomendações atuais de isolamento domiciliar para os profissionais pertencentes ao grupo de risco, conforme definido pelo Ministério da Saúde;

X - Observar as determinações das autoridades sanitárias para a contenção de riscos, especialmente quando a atividade exigir atendimento presencial da população, com a orientação aos funcionários sobre o modo correto de relacionamento com o público.

§ único - ficam os mercados e estabelecimentos bancários, obrigados a medir a temperatura corporal das pessoas na entrada, impedindo-os de entrar em caso de registro igual ou superior a 37,8ºC;

Artigo 4º - Estão proibidas temporariamente as festas de qualquer natureza, resenhas, os eventos sociais, corporativos, religiosos, práticas esportivas coletivas (vôlei, futebol, dentre outros), jogos de baralho, bozó, dominó dentre outros, utilização de espaço público (praças, parques, quadras esportivas e campos de futebol), que possam causar qualquer tipo de aglomeração.

§ 1º - fica suspenso temporariamente a utilização de piscina de uso coletivo em hotéis, pousadas, chácaras de lazer.

§ 2º - fica proibido temporariamente o uso coletivo do narguilé e tereré.

Artigo 5º - Fica terminantemente proibido o consumo de bebida alcoólica nos locais de venda, sejam eles supermercados, conveniências, restaurante ou congêneres, ainda que dentro dos horários permitidos para funcionamento descrito no Artigo 1º.

Artigo 6º - Fica expressamente proibida circulação/comércio de ambulantes de atividade não essencial.

Artigo 7º - A fiscalização das regras deste Decreto ficará a cargo da:

I – Órgãos de Vigilância Sanitária Estadual e Municipal;

II - Polícia Militar – PM/MT;

III - Polícia Judiciária Civil – PJC/MT; e

IV – Outros órgãos municipais investidos de poder fiscalizatório;

Parágrafo único - A Polícia Militar do Estado de Mato Grosso fica autorizada a dispersar aglomerações, inclusive em residências, bares e restaurantes.

CAPÍTULO II

DAS MEDIDAS TEMPORÁRIAS APLICADAS À PRESTAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL EM GERAL

Artigo 8º - No período de vigência do Decreto funcionarão, exclusivamente, os serviços administrativos internos, ficando suspenso o atendimento ao público no âmbito do Executivo Municipal.

§ 1º – O disposto neste artigo não se aplica nas Secretarias Municipais que exijam plantão permanente (Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Saneamento e Abastecimento de Água, Secretaria Municipal de Educação Esporte e Lazer, Secretaria Municipal de Assistência e Promoção Social) e atividades essenciais como a Coleta de Lixo.

§ 2º – Na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento será mantido somente o Setor de Tributos para atendimento ao público, devendo o restante do trabalho ser mantido na forma *caput* do artigo.

Artigo 9º - Fica suspenso o prazo de tramitação dos processos administrativos no âmbito do Poder Executivo Municipal, durante o prazo de vigência do Decreto.

Artigo 10 - Fica autorizada a manutenção da agenda do Departamento de Licitações e Contratos, visto o caráter essencial dos serviços que serão licitados, permitindo-se a realização de sessões presenciais, as quais deverão obrigatoriamente observar as medidas de biossegurança outrora estabelecidas pelo Poder Executivo Municipal, visando a prevenção e enfrentamento da propagação decorrente do Novo Coronavírus (COVID-19).

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 11 – Fica determinado aos servidores públicos municipais encarregados de realizar a fiscalização dos presentes medidas, a remessa das informações necessárias aos órgãos competentes, para fins de tomada das providências necessárias quanto a formalização de procedimentos visando a responsabilização civil, administrativa e penal, daqueles que descumprirem as determinações contidas no presente decreto.

Artigo 12 - O descumprimento no disposto neste Decreto poderá caracterizar crime por parte do infrator, sujeitando-se às medidas penais e processuais penais, a cargo da Polícia Judiciária Civil e Polícia Militar.

Artigo 13 - O descumprimento no disposto neste Decreto poderá ocasionar o cancelamento do Alvará de funcionamento, aplicação de multa, sem prejuízo das sanções penais previstas nos artigos 268 a 330 do Código Penal.

Artigo 14 - As medidas instituídas no presente Decreto terão vigência pelo prazo de 15 (quinze) dias, prorrogáveis em caso de necessidade.

Artigo 15 - Os termos deste Decreto poderão ser reavaliados a qualquer momento de acordo com a situação epidemiológica do Município.

Artigo 16 – Ficam convalidadas todas as medidas de biossegurança em vigor, outrora determinadas pelo Município de Acorizal-MT que não conflitem com as determinações constantes no presente instrumento.

Artigo 17 - Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Paço Municipal, em Acorizal/MT, 12 de abril de 2021.

Benancy Lemes da Silva

Prefeito Municipal

LEI MUNICPAL N° 904 DE 12 DE ABRIL DE 2021.

LEI MUNICPAL N° 904 DE 12 DE ABRIL DE 2021.

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA LEI 900/2020, DA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA "COMSEP" NO ARITIGO 2º E INCISOS E DAS OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito Municipal de Acorizal, Estado de Mato Grosso, BENANCY LEMES DA SILVA, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1°. A composição do Conselho Municipal de Segurança Pública "COMSEP", indicado no Art. 2º da Lei nº 900/2020, passa a ser a seguinte:

I – 01 (um) representante da Polícia Militar;

II – 01 (um) representante da Polícia Civil;

III – 01 (um) representante do Poder Legislativo;

IV – 01 (um) representante do Poder Executivo;

V – 01 (um) representante de entidade civl, instalada há pelo menos dois anos no Município;

VI – 01 (um) representante de associação comunitária ou de bairros, constituídas há pelo menos um ano;

VII – 01 (um) representante do Conselho Tutelar.

Art. 2°. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Acorizal, Estado de Mato Grosso, em 29 de março de 2021.

BENANCY LEMES DA SILVA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

AVISO DE LICITAÇÃO.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA MT.

AVISO DE LICITAÇÃO.

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, torna público que fará realizar-se na sala de Licitações; a seguinte Licitação regida pela Lei nº. 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e atualizada pela Lei nº. 8.883/94 e suas alterações posteriores.

MODALIDADE: Tomada de Preço nº. 002/2021.

OBJETO: Contratação de empresa para execução da reforma da Sala da Mulher e da Farmácia no Centro de Saúde, Município de Água Boa-MT.

REALIZAÇÃO: 03/05/2021.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 08h30min, horário de Brasília.

O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Água Boa MT, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min horas até o terceiro dia que anteceder o recebimento dos envelopes e através do site www.aguaboa.mt.gov.br e do e-mail licitacao@aguaboa.mt.gov.br.

Água Boa - MT, 12 de abril de 2021.

Tânia Maria Riboli Reichert

Presidente da Comissão de Licitação

LICITAÇÕES E CONTRATOS
NOTIFICAÇÃO REFERENTE A ATA 047/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 036/2020

PREGÃO ELETRÔNICO: 004/2020

NOTIFICANTE: Prefeitura Municipal de Água Boa-MT

NOTIFICADO: FATOR X TECNOLOGIA DIGITAL LTDA

MOTIVO: PROCEDA COM ENTREGA DOS PRODUTOS.

PRAZO: Fica concedido o prazo de 05 (cinco) dias contados do recebimento desta Notificação, para apresentação de solução definitiva ou entrega do objeto.

Água Boa - MT. 12 de abril de 2021

Leidiane Oliveira Ramos

Fiscal de Contrato

ADMINISTRAÇÃO
COVID-19: DECRETO MUNICIPAL Nº. 3603, DE 09 DE ABRIL DE 2021.

"**Atualiza classificação de risco epidemiológico e fixa regras e diretrizes para adoção de medidas restritivas para prevenir a disseminação da COVID-19 e dá outras providências**."

Dr. MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO, Prefeito do Município de Água Boa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, em especial no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 72, inciso VI, da Lei Orgânica do Município de Água Boa;

CONSIDERANDO que de acordo com o inciso II, do art. 23 da Constituição Federal a competência para cuidar da saúde pública é comum entre União, Estados e Municípios, cabendo-lhes o dever de atuação conjunta para evitar o colapso sanitário decorrente da proliferação coronavírus - COVID-19, conforme entendimento sedimentado pelo STF no julgamento da ADI 6341 MC-REF/DF;

CONSIDERANDO a função estadual de fixar regras e diretrizes para ações públicas de combate aos efeitos da pandemia, sem ferir a autonomia dos Municípios para legislar sobre assuntos de interesse local (art. 30, I da CF), conforme suas peculiaridades geográficas, econômicas e sociais;

CONSIDERANDO os índices de taxas de ocupação dos leitos públicos de UTI's, que conforme os dados contidos no Painel Epidemiológico nº 381 Coronavírus/Covid-19 Mato Grosso, de 24 de março de 2021, da Secretaria Estadual de Saúde, indicam 98,05% de taxa de ocupação;

CONSIDERANDO o aumento de demanda hospitalar pública e privada por oxigênio medicinal e medicamentos necessários para intubação de pacientes em estado grave como decorrência do aumento do número de contaminações e internações;

CONSIDERANDO a necessidade de adoção de medidas não farmacológicas para evitar a disseminação da COVID-19 sem olvidar da manutenção das necessidades essenciais coletivas;

CONSIDERANDO a dificuldade de adoção de medidas únicas mais restritivas para todos os Municípios do Estado de Mato Grosso em razão das peculiaridades e diferenças do nível de contaminação e transmissão do coronavírus em cada cidade;

CONSIDERANDO que o Município de Água Boa, deve pautar suas ações buscando o enfrentamento ao COVID-19, de forma estratégica com atuação, sobretudo preventiva;

CONSIDERANDO que a Administração deve planejar o trabalho de sua unidade, de maneira isenta e responsável;

D E C R E T A:

Art. 1º - Este Decreto Institui classificação de risco de disseminação do novo coronavírus e estabelece diretrizes para adoção de medidas não farmacológicas excepcionais, de caráter temporário, restritivas à circulação de pessoas e ao funcionamento das atividades privadas, para a prevenção dos riscos de contágio pelo coronavírus em todo o território do município de Água Boa, nas situações que especifica.

Art. 2º - Para efeito deste Decreto, consideram-se:

I. Taxa de ocupação de leitos de UTI (TOL): é a relação entre o número de leitos efetivamente disponíveis para os pacientes de COVID-19 no Sistema Único de Saúde no território do Estado de Mato Grosso, sejam federais, estaduais ou municipais, e a sua ocupação por pacientes acometidos pela referida doença, medida e divulgada diariamente em boletim pela Secretaria de Estado de Saúde;

II. Taxa de crescimento da contaminação (TCC): é a relação entre o número acumulado de pessoas infectadas no território de determinado município, no dia da divulgação do boletim, com o acumulado dos valores de média móvel dos últimos 14 (quatorze) dias, medido e divulgado em boletim pela Secretaria Estadual de Saúde;

III. Casos ativos de COVID-19: soma dos casos (média móvel) COVID-19, nos últimos 14 (quatorze) dias e divulgado em boletim pela Secretaria de Estado de Saúde;

IV. Classificação de risco: identifica a situação epidemiológica do Município aferida pela relação entre o número de casos ativos de COVID-19, a taxa de crescimento da contaminação e a taxa de ocupação dos leitos de UTI da rede pública exclusiva para tratamento da referida doença;

V. Boletim informativo: documento divulgado pela Secretaria de Estado de Saúde, diariamente, com a situação epidemiológica de cada Município e com a sua respectiva classificação de risco;

VI. Isolamento: medida para separar, pelo prazo de 14 (quatorze) dias, pessoas sintomáticas, assintomáticas e suspeitas, em investigação clínica e laboratorial, das demais de modo a evitar a propagação da infecção e transmissão;

VII. Quarentena: medida que tem como objetivo evitar a propagação da pandemia por meio do confinamento obrigatório de pessoas em suas habitações, com restrição ao trânsito de pessoas, ficando permitida a circulação apenas para o exercício e/ou acesso às atividades essenciais;

VIII. Área de contenção: perímetro delimitado por autoridade municipal na qual a população esteja submetida a intensa ocorrência e expansão da epidemia, onde as intervenções de quarentena e de isolamento coletivo obrigatório serão aplicadas.

§ 1º - Para o cálculo do TCC, serão utilizadas as informações do total de casos, com base na data do início dos sistemas dos respectivos casos.

§ 2º - Para o cálculo dos casos acumulados, serão contabilizados todos os casos ocorridos nos 90 (noventa) dias anteriores ao da divulgação do boletim.

Art. 3º - Nos termos deste Decreto, para servir diretriz para adoção de medidas não-farmacológicas, os Municípios terão a sua classificação apurada e divulgada em Boletim Informativo pela Secretaria de Estado de Saúde, de acordo com os seguintes critérios de aferição de risco:

I. Número de casos ativos de pacientes com COVID-19 no município;

II. Taxa de crescimento da contaminação;

III. Taxa de ocupação de leitos de UTI da rede do Sistema Único de Saúde exclusivos para tratamento de pacientes com COVID-19.

Parágrafo Único: O boletim informativo de que trata este artigo será publicado uma vez por semana pela Secretaria de Estado de Saúde.

Art. 4º - A classificação de risco dos Municípios forma-se por 2 (dois) quadros de situação, constantes dos *Anexos I e II do Decreto nº 874, de 25 de março de 2021*, classificados entre os que possuem número inferior ou superior a 150 (cento e cinquenta) casos ativos nos respectivos territórios, levando em consideração os seguintes níveis de gravidade:

I. Baixo, identificado em verde;

II. Moderado, identificado em amarelo;

III. Alto, identificado em laranja;

IV. Muito Alto, identificado em vermelho.

Art. 5º - Para cada nível de classificação de risco definida no art. 4º deste Decreto, com o objetivo de impedir o crescimento da taxa de contaminação no território e reduzir o impacto no sistema de saúde o Município deve adotar as seguintes medidas não- farmacológicas:

I. Nível de Risco BAIXO:

a) Evitar circulação de pessoas pertencentes ao Grupo de Risco, conforme definição do Ministério de Saúde;

b) Isolamento domiciliar de pacientes em situação confirmada de COVID-19, em caráter obrigatório, por prescrição médica, pelos prazos definidos em protocolos;

c) Quarentena domiciliar de pacientes sintomáticos em situação de caso suspeito para de COVID-29, e de daqueles que com ele tiveram contato, em caráter obrigatório, por prescrição médica;

d) Disponibilizar, em estabelecimentos públicos e privados, locais adequados para lavagem frequente das mãos com água e sabão e/ou disponibilização de álcool na concentração de 70%;

e) Ampliar, em estabelecimentos públicos e privados, a frequência diária de limpezas e desinfecção de locais frequentemente tocados, tais como pisos, corrimãos, maçanetas, banheiros, interruptores, janelas, telefones, teclados de computador, controles remotos, máquinas acionadas por toque manual e outros;

f) Evitar a realização presencial de reuniões de trabalho e priorizar a realização de atividades de forma remota mediante o uso de ferramentas tecnológicas;

g) Controlar o acesso de pessoas em estabelecimentos públicos e privados de modo a garantir o distanciamento mínimo de 1.5m entre as pessoas;

h) Vedar o acesso a estabelecimentos públicos e privados de funcionários, consumidores e usuários que não estejam utilizando máscara de proteção facial, ainda que artesanal;

i) Manter os ambientes arejados por ventilação natural;

j) Adorar as recomendações atuais de isolamento domiciliar para os profissionais pertencentes ao Grupo de Risco, conforme definido pelo Ministério da Saúde;

k) Observar as determinações das autoridades sanitárias para a contenção de riscos, especialmente quando a atividades exigir atendimento presencial da população, com a orientação aos funcionários sobre o modo correto de relacionamento com o público no período de emergência em saúde pública.

II. Nível de Risco MODERADO:

a) Implementação e/ou manutenção de todas as medidas previstas para o Nível de Risco BAIXO;

b) Quarentena domiciliar para pessoas acima de 60 anos e grupos de risco definidos pelas autoridades sanitárias.

III. Nível de Risco ALTO:

a) Implementação e/ou manutenção de todas as medidas previstas para os Níveis de Risco BAIXO e MODERADO;

b) Proibição de qualquer atividade de lazer ou evento que cause aglomeração;

c) Proibição de atendimento presencial em órgãos públicos e concessionárias de serviços públicos, devendo ser disponibilizado canais de atendimento ao público não-presenciais;

d) Adoção de medidas preparatórias para a quarentena obrigatória, iniciando com incentivo à quarentena voluntária e outras medidas julgadas adequadas pela autoridade municipal para evitar a circulação e aglomeração de pessoas.

IV. Nível de Risco MUITO ALTO:

a) Implementação e/ou manutenção de todas as medidas previstas para os Níveis de Risco BAIXO, MODERADO e ALTO;

b) Quarentena coletiva obrigatória no território do Município, por períodos de 10 (dez) dias, prorrogáveis, mediante reavaliação da autoridade competente, podendo, inclusive, haver antecipação de feriados para referido período;

c) Suspensão de aulas presenciais em creches, escolas e universidade;

d) Controle do perímetro da área de contenção, por barreiras sanitárias, para triagem da entrada e saída de pessoas, ficando autorizada apenas a circulação de pessoas com o objetivo de acessar e exercer atividades essenciais;

e) Manutenção do funcionamento apenas dos serviços públicos e atividades essenciais;

§ 1º - Atingida determinada classificação de risco, as medidas de restrição correspondentes devem ser aplicadas por, no mínimo, 10 (dez) dias, ainda que, neste período, ocorra o rebaixamento da classificação do Município.

§ 2º - O Município deve adotar as medidas restritivas idênticas, correspondentes às aplicáveis aquele que tiver classificação de risco mais grave.

§ 3º - O Município poderá adotar medidas mais restritivas do que as contidas neste Decreto, desde que justificadas em dados concretos locais que demonstrem a necessidade de maior rigor para o controle de disseminação do novo coronavírus.

Art. 6º - O funcionamento de espaços públicos, poderão ser utilizados, desde que observado o distanciamento mínimo de 1,5m entre as pessoas, ficando vedado o acesso sem o uso de máscara de proteção facial.

Art. 7º - Quando a taxa de ocupação estadual das UTI's for superior a 85% (oitenta e cinco por cento), além das medidas aplicáveis conforme art. 4º e 5º, o funcionamento das atividades e serviços permitidos conforme a respectiva classificação de risco no âmbito do Estado de Mato Grosso ficará sujeita às seguintes condições:

I. De segunda a sexta-feira, autorizado o funcionamento no período compreendido entre as 05h00m as 20h00m;

II. Aos sábados e domingos, autorizado o funcionamento somente no período compreendido entre as 05h00m as 12h00m;

§ 1º - As farmácias, os serviços de saúde, de hospedagem e congêneres, de imprensa, de transporte coletivo, de transporte individual remunerado de passageiros por meio de taxi ou aplicativo, as funerárias, os postos de combustíveis, exceto conveniências, as indústrias, as atividades de colheita e armazenamento de alimentos e grãos, serviços de guincho, segurança e vigilância privada, de manutenção e fornecimento de energia, água, telefonia e coleta de lixo e as atividades logística de distribuição de alimentos, não ficam sujeitas às restrições de horário previstos no presente artigo.

§ 2º - Fica proibida a venda de bebida alcoólica nas conveniências, restaurantes, lanchonetes e congêneres localizadas em postos de combustíveis situados em rodovias estaduais e federais no âmbito territorial do Município de Água Boa fora dos horários definidos nos incisos do caput deste artigo.

§ 3º - Os supermercados, nos horários de funcionamento fixados nos incisos deste artigo, devem aplicar sistema de controle de entrada restrito a 01 (um) membro por família.

§ 4º - Durante a vigência deste Decreto, os eventos sociais, corporativos, empresariais, técnicos e científicos, congêneres e prática de esportes coletivos são permitidos, respeitado o limite de 30% (trinta por cento) da capacidade máxima do local, observados os limites de horário definidos nos incisos deste artigo.

§ 5º - Excepcionalmente, os supermercados, mercados e congêneres poderão funcionar aos sábados até as 20h00m, ficando vedado o consumo de bebidas alcoólicas no local, obedecidos os protocolos de saúde e normas sanitária definidas neste Decreto.

§ 6º - Excepcionalmente, os restaurantes, poderão funcionar aos sábados e domingos até as 14h00m, obedecidos os protocolos de saúde e normas sanitárias definidos neste Decreto.

§ 7º - O funcionamento de serviço na modalidade delivery ficará autorizado somente até as 23h59m, inclusive aos sábados e domingos, com exceção das farmácias e congêneres, que poderão funcionar, na modalidade delivery, sem restrição de dias e horários.

§ 8º - Fica autorizado o funcionamento de restaurantes e congêneres nas modalidades take-away e drive-thru somente até as 20h45m, permitido o serviço de delivery até as 23h59m na forma do § 7º deste artigo.

§ 9º - Excepcionalmente as igrejas e templos, poderão funcionar de segunda à domingo à partir das 5h00m à 20h00m (horário oficial de MT), respeitando o limite de 30 % (trinta por cento) da capacidade máxima do local, obedecidos os protocolos de saúde e normas sanitárias definidos neste Decreto.

Art. 8º - Quando a taxa de ocupação estadual das UTI's for superior a 85% (oitenta e cinco por cento), além das medidas aplicáveis à respectiva classificação de risco, conforme art. 4º e 5º deste Decreto, fica instituída restrição de circulação de pessoas em todo o território do Município de Água Boa a partir das 21h00m até as 05h00m.

§ 1º - Excetuam-se da restrição disposta no caput do presente artigo os funcionários, prestadores e consumidores das atividades e serviços cujo funcionamento é permitido após as 20h00m, bem como outras situações especificas a serem analisadas pela autoridade responsável pela fiscalização.

§ 2º - A restrição fixada no caput deste artigo não se aplica ao transporte de cargas e passageiros em rodovias estaduais e federais.

Art. 9º A fiscalização das regras deste Decreto ficará a cargo da:

I. Órgãos de vigilância sanitária municipal;

II. Polícia Militar – PM/MT;

III. Polícia Judiciária Civil – PJC/MT; e

IV. Outros órgãos municipais investidos de poder fiscalizatório;

§ 1º - A Policia Militar do Estado de Mato Grosso fica autorizada a dispensar aglomerações, inclusive em bares e restaurantes.

§ 2º - O descumprimento das medidas restritivas por pessoas físicas ensejará a lavratura de Termo Circunstanciado de Ocorrência pela autoridade policial competente, além da aplicação de multas e sanções civis cabíveis.

Art. 10 - O descumprimento das medidas restritivas por pessoas físicas e jurídicas, inclusive condomínios residenciais, ensejará aplicação de multas, interdição temporária e outras sanções administrativas, civis e criminais cabíveis, pelas autoridades policiais, sanitárias e fiscais estaduais e municipais, conforme estabelecido na Lei nº 11.316, de 02 de março de 2021, com redação alterada pela Lei nº 11.326, de 24 de março de 2021.

Art. 11 - ***Fica proibido, por 15 (quinze) dias a partir da publicação deste Decreto, o consumo de bebidas alcoólica nos locais de venda, ainda que dentro dos horários permitidos para funcionamento dos estabelecimentos por este Decreto e por normas municipais.***

Art. 12 - Este Decreto seguirá o "*Horário Oficial de Mato Grosso*".

Art. 13 - Este Decreto entra em vigor a partir de 09 de abril de 2021, revogando-se o Decreto Municipal nº 3594/2021.

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ÁGUA BOA, AOS 09 DE ABRIL DE 2021**.**

Dr. MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO

Prefeito Municipal

Publicado e dado ciência nesta data.

Secretaria Mun. de Administração e Planejamento de Água Boa, em 09 de abril de 2021.

SEBASTIÃO ANTÔNIO LOPES

Secretário Municipal de Administração e Planejamento

LICITAÇÕES E CONTRATOS
COVID-19: EXTRATO CONTRATO 036/2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 048/2021

DISPENSA DE LICITAÇÃO: Nº. 011/2021

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA MT.

FORNECEDOR REGISTRADO: DISTRIBUIDORA BRASIL COM. PROD. MED. HOSP. LTDA

OBJETO: Aquisição de medicamentos para Secretaria de Saúde, para fins de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus, causador da COVID-19.

CÓD. ITEM	DESCRICAO	UND FORN	QTD	VALOR UND	VALOR TOTAL
3963707	BROMEXINA, CLORIDRATO - CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM DE 4MG/ML, FORMA FARMACÊUTICA SOLUÇÃO EXPECTORANTE, FORMA DE APRESENTAÇÃO EM FRASCO.	FRASCO 120ML	50	12,00	600,00
3963733	BROMEXINA, CLORIDRATO - CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM DE 8MG/ML, FORMA FARMACÊUTICA SOLUÇÃO EXPECTORANTE, FORMA DE APRESENTAÇÃO EM FRASCO.	UND	300	13,50	4.050,00

Valor Total R$ 4.650,00 (Quatro mil, seiscentos e cinquenta reais).

DATA: 09 de abril de 2021.

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 09/10/2021

Mariano Kolankiewicz Filho

PREFEITO MUNICIPAL

CONVOCAÇÃO: FICA A EMPRESA CONVOCADA A ASSINAR O CONTRATO DENTRO DO PRAZO PREVISTO NO EDITAL.

ADMINISTRAÇÃO
COVID-19: DECRETO MUNICIPAL Nº. 3603, DE 09 DE ABRIL DE 2021.

"**Atualiza classificação de risco epidemiológico e fixa regras e diretrizes para adoção de medidas restritivas para prevenir a disseminação da COVID-19 e dá outras providências**."

Dr. MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO, Prefeito do Município de Água Boa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, em especial no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 72, inciso VI, da Lei Orgânica do Município de Água Boa;

CONSIDERANDO que de acordo com o inciso II, do art. 23 da Constituição Federal a competência para cuidar da saúde pública é comum entre União, Estados e Municípios, cabendo-lhes o dever de atuação conjunta para evitar o colapso sanitário decorrente da proliferação coronavírus - COVID-19, conforme entendimento sedimentado pelo STF no julgamento da ADI 6341 MC-REF/DF;

CONSIDERANDO a função estadual de fixar regras e diretrizes para ações públicas de combate aos efeitos da pandemia, sem ferir a autonomia dos Municípios para legislar sobre assuntos de interesse local (art. 30, I da CF), conforme suas peculiaridades geográficas, econômicas e sociais;

CONSIDERANDO os índices de taxas de ocupação dos leitos públicos de UTI's, que conforme os dados contidos no Painel Epidemiológico nº 381 Coronavírus/Covid-19 Mato Grosso, de 24 de março de 2021, da Secretaria Estadual de Saúde, indicam 98,05% de taxa de ocupação;

CONSIDERANDO o aumento de demanda hospitalar pública e privada por oxigênio medicinal e medicamentos necessários para intubação de paci-

entes em estado grave como decorrência do aumento do número de contaminações e internações;

CONSIDERANDO a necessidade de adoção de medidas não farmacológicas para evitar a disseminação da COVID-19 sem olvidar da manutenção das necessidades essenciais coletivas;

CONSIDERANDO a dificuldade de adoção de medidas únicas mais restritivas para todos os Municípios do Estado de Mato Grosso em razão das peculiaridades e diferenças do nível de contaminação e transmissão do coronavírus em cada cidade;

CONSIDERANDO que o Município de Água Boa, deve pautar suas ações buscando o enfrentamento ao COVID-19, de forma estratégica com atuação, sobretudo preventiva;

CONSIDERANDO que a Administração deve planejar o trabalho de sua unidade, de maneira isenta e responsável;

D E C R E T A:

Art. 1º - Este Decreto Institui classificação de risco de disseminação do novo coronavírus e estabelece diretrizes para adoção de medidas não farmacológicas excepcionais, de caráter temporário, restritivas à circulação de pessoas e ao funcionamento das atividades privadas, para a prevenção dos riscos de contágio pelo coronavírus em todo o território do município de Água Boa, nas situações que especifica.

Art. 2º - Para efeito deste Decreto, consideram-se:

I. Taxa de ocupação de leitos de UTI (TOL): é a relação entre o número de leitos efetivamente disponíveis para os pacientes de COVID-19 no Sistema Único de Saúde no território do Estado de Mato Grosso, sejam federais, estaduais ou municipais, e a sua ocupação por pacientes acometidos pela referida doença, medida e divulgada diariamente em boletim pela Secretaria de Estado de Saúde;

II. Taxa de crescimento da contaminação (TCC): é a relação entre o número acumulado de pessoas infectadas no território de determinado município, no dia da divulgação do boletim, com o acumulado dos valores de média móvel dos últimos 14 (quatorze) dias, medido e divulgado em boletim pela Secretaria Estadual de Saúde;

III. Casos ativos de COVID-19: soma dos casos (média móvel) COVID-19, nos últimos 14 (quatorze) dias e divulgado em boletim pela Secretaria de Estado de Saúde;

IV. Classificação de risco: identifica a situação epidemiológica do Município aferida pela relação entre o número de casos ativos de COVID-19, a taxa de crescimento da contaminação e a taxa de ocupação dos leitos de UTI da rede pública exclusiva para tratamento da referida doença;

V. Boletim informativo: documento divulgado pela Secretaria de Estado de Saúde, diariamente, com a situação epidemiológica de cada Município e com a sua respectiva classificação de risco;

VI. Isolamento: medida para separar, pelo prazo de 14 (quatorze) dias, pessoas sintomáticas, assintomáticas e suspeitas, em investigação clínica e laboratorial, das demais de modo a evitar a propagação da infecção e transmissão;

VII. Quarentena: medida que tem como objetivo evitar a propagação da pandemia por meio do confinamento obrigatório de pessoas em suas habitações, com restrição ao trânsito de pessoas, ficando permitida a circulação apenas para o exercício e/ou acesso às atividades essenciais;

VIII. Área de contenção: perímetro delimitado por autoridade municipal na qual a população esteja submetida a intensa ocorrência e expansão da epidemia, onde as intervenções de quarentena e de isolamento coletivo obrigatório serão aplicadas.

§ 1º - Para o cálculo do TCC, serão utilizadas as informações do total de casos, com base na data do início dos sistemas dos respectivos casos.

§ 2º - Para o cálculo dos casos acumulados, serão contabilizados todos os casos ocorridos nos 90 (noventa) dias anteriores ao da divulgação do boletim.

Art. 3º - Nos termos deste Decreto, para servir diretriz para adoção de medidas não-farmacológicas, os Municípios terão a sua classificação apurada e divulgada em Boletim Informativo pela Secretaria de Estado de Saúde, de acordo com os seguintes critérios de aferição de risco:

I. Número de casos ativos de pacientes com COVID-19 no município;

II. Taxa de crescimento da contaminação;

III. Taxa de ocupação de leitos de UTI da rede do Sistema Único de Saúde exclusivos para tratamento de pacientes com COVID-19.

Parágrafo Único: O boletim informativo de que trata este artigo será publicado uma vez por semana pela Secretaria de Estado de Saúde.

Art. 4º - A classificação de risco dos Municípios forma-se por 2 (dois) quadros de situação, constantes dos *Anexos I e II do Decreto nº 874, de 25 de março de 2021*, classificados entre os que possuem número inferior ou superior a 150 (cento e cinquenta) casos ativos nos respectivos territórios, levando em consideração os seguintes níveis de gravidade:

I. Baixo, identificado em verde;

II. Moderado, identificado em amarelo;

III. Alto, identificado em laranja;

IV. Muito Alto, identificado em vermelho.

Art. 5º - Para cada nível de classificação de risco definida no art. 4º deste Decreto, com o objetivo de impedir o crescimento da taxa de contaminação no território e reduzir o impacto no sistema de saúde o Município deve adotar as seguintes medidas não- farmacológicas:

I. Nível de Risco BAIXO:

a) Evitar circulação de pessoas pertencentes ao Grupo de Risco, conforme definição do Ministério de Saúde;

b) Isolamento domiciliar de pacientes em situação confirmada de COVID-19, em caráter obrigatório, por prescrição médica, pelos prazos definidos em protocolos;

c) Quarentena domiciliar de pacientes sintomáticos em situação de caso suspeito para de COVID-29, e de daqueles que com ele tiveram contato, em caráter obrigatório, por prescrição médica;

d) Disponibilizar, em estabelecimentos públicos e privados, locais adequados para lavagem frequente das mãos com água e sabão e/ou disponibilização de álcool na concentração de 70%;

e) Ampliar, em estabelecimentos públicos e privados, a frequência diária de limpezas e desinfecção de locais frequentemente tocados, tais como pisos, corrimãos, maçanetas, banheiros, interruptores, janelas, telefones, teclados de computador, controles remotos, máquinas acionadas por toque manual e outros;

f) Evitar a realização presencial de reuniões de trabalho e priorizar a realização de atividades de forma remota mediante o uso de ferramentas tecnológicas;

g) Controlar o acesso de pessoas em estabelecimentos públicos e privados de modo a garantir o distanciamento mínimo de 1.5m entre as pessoas;

h) Vedar o acesso a estabelecimentos públicos e privados de funcionários, consumidores e usuários que não estejam utilizando máscara de proteção facial, ainda que artesanal;

i) Manter os ambientes arejados por ventilação natural;

j) Adorar as recomendações atuais de isolamento domiciliar para os profissionais pertencentes ao Grupo de Risco, conforme definido pelo Ministério da Saúde;

k) Observar as determinações das autoridades sanitárias para a contenção de riscos, especialmente quando a atividades exigir atendimento presencial da população, com a orientação aos funcionários sobre o modo correto de relacionamento com o público no período de emergência em saúde pública.

II. Nível de Risco MODERADO:

a) Implementação e/ou manutenção de todas as medidas previstas para o Nível de Risco BAIXO;

b) Quarentena domiciliar para pessoas acima de 60 anos e grupos de risco definidos pelas autoridades sanitárias.

III. Nível de Risco ALTO:

a) Implementação e/ou manutenção de todas as medidas previstas para os Níveis de Risco BAIXO e MODERADO;

b) Proibição de qualquer atividade de lazer ou evento que cause aglomeração;

c) Proibição de atendimento presencial em órgãos públicos e concessionárias de serviços públicos, devendo ser disponibilizado canais de atendimento ao público não-presenciais;

d) Adoção de medidas preparatórias para a quarentena obrigatória, iniciando com incentivo à quarentena voluntária e outras medidas julgadas adequadas pela autoridade municipal para evitar a circulação e aglomeração de pessoas.

IV. Nível de Risco MUITO ALTO:

a) Implementação e/ou manutenção de todas as medidas previstas para os Níveis de Risco BAIXO, MODERADO e ALTO;

b) Quarentena coletiva obrigatória no território do Município, por períodos de 10 (dez) dias, prorrogáveis, mediante reavaliação da autoridade competente, podendo, inclusive, haver antecipação de feriados para referido período;

c) Suspensão de aulas presenciais em creches, escolas e universidade;

d) Controle do perímetro da área de contenção, por barreiras sanitárias, para triagem da entrada e saída de pessoas, ficando autorizada apenas a circulação de pessoas com o objetivo de acessar e exercer atividades essenciais;

e) Manutenção do funcionamento apenas dos serviços públicos e atividades essenciais;

§ 1º - Atingida determinada classificação de risco, as medidas de restrição correspondentes devem ser aplicadas por, no mínimo, 10 (dez) dias, ainda que, neste período, ocorra o rebaixamento da classificação do Município.

§ 2º - O Município deve adotar as medidas restritivas idênticas, correspondentes às aplicáveis aquele que tiver classificação de risco mais grave.

§ 3º - O Município poderá adotar medidas mais restritivas do que as contidas neste Decreto, desde que justificadas em dados concretos locais que demonstrem a necessidade de maior rigor para o controle de disseminação do novo coronavírus.

Art. 6º - O funcionamento de espaços públicos, poderão ser utilizados, desde que observado o distanciamento mínimo de 1,5m entre as pessoas, ficando vedado o acesso sem o uso de máscara de proteção facial.

Art. 7º - Quando a taxa de ocupação estadual das UTI's for superior a 85% (oitenta e cinco por cento), além das medidas aplicáveis conforme art. 4º e 5º, o funcionamento das atividades e serviços permitidos conforme a respectiva classificação de risco no âmbito do Estado de Mato Grosso ficará sujeita às seguintes condições:

I. De segunda a sexta-feira, autorizado o funcionamento no período compreendido entre as 05h00m as 20h00m;

II. Aos sábados e domingos, autorizado o funcionamento somente no período compreendido entre as 05h00m as 12h00m;

§ 1º - As farmácias, os serviços de saúde, de hospedagem e congêneres, de imprensa, de transporte coletivo, de transporte individual remunerado de passageiros por meio de taxi ou aplicativo, as funerárias, os postos de combustíveis, exceto conveniências, as indústrias, as atividades de colheita e armazenamento de alimentos e grãos, serviços de guincho, segurança e vigilância privada, de manutenção e fornecimento de energia, água, telefonia e coleta de lixo e as atividades logística de distribuição de alimentos, não ficam sujeitas às restrições de horário previstos no presente artigo.

§ 2º - Fica proibida a venda de bebida alcoólica nas conveniências, restaurantes, lanchonetes e congêneres localizadas em postos de combustíveis situados em rodovias estaduais e federais no âmbito territorial do Município de Água Boa fora dos horários definidos nos incisos do caput deste artigo.

§ 3º - Os supermercados, nos horários de funcionamento fixados nos incisos deste artigo, devem aplicar sistema de controle de entrada restrito a 01 (um) membro por família.

§ 4º - Durante a vigência deste Decreto, os eventos sociais, corporativos, empresariais, técnicos e científicos, congêneres e prática de esportes coletivos são permitidos, respeitado o limite de 30% (trinta por cento) da capacidade máxima do local, observados os limites de horário definidos nos incisos deste artigo.

§ 5º - Excepcionalmente, os supermercados, mercados e congêneres poderão funcionar aos sábados até as 20h00m, ficando vedado o consumo de bebidas alcoólicas no local, obedecidos os protocolos de saúde e normas sanitária definidas neste Decreto.

§ 6º - Excepcionalmente, os restaurantes, poderão funcionar aos sábados e domingos até as 14h00m, obedecidos os protocolos de saúde e normas sanitárias definidos neste Decreto.

§ 7º - O funcionamento de serviço na modalidade delivery ficará autorizado somente até as 23h59m, inclusive aos sábados e domingos, com exceção das farmácias e congêneres, que poderão funcionar, na modalidade delivery, sem restrição de dias e horários.

§ 8º - Fica autorizado o funcionamento de restaurantes e congêneres nas modalidades take-away e drive-thru somente até as 20h45m, permitido o serviço de delivery até as 23h59m na forma do § 7º deste artigo.

§ 9º - Excepcionalmente as igrejas e templos, poderão funcionar de segunda à domingo à partir das 5h00m à 20h00m (horário oficial de MT), respeitando o limite de 30 % (trinta por cento) da capacidade máxima do local, obedecidos os protocolos de saúde e normas sanitárias definidos neste Decreto.

Art. 8º - Quando a taxa de ocupação estadual das UTI's for superior a 85% (oitenta e cinco por cento), além das medidas aplicáveis à respectiva classificação de risco, conforme art. 4º e 5º deste Decreto, fica instituída restrição de circulação de pessoas em todo o território do Município de Água Boa a partir das 21h00m até as 05h00m.

§ 1º - Excetuam-se da restrição disposta no caput do presente artigo os funcionários, prestadores e consumidores das atividades e serviços cujo funcionamento é permitido após as 20h00m, bem como outras situações especificas a serem analisadas pela autoridade responsável pela fiscalização.

§ 2º - A restrição fixada no caput deste artigo não se aplica ao transporte de cargas e passageiros em rodovias estaduais e federais.

Art. 9º A fiscalização das regras deste Decreto ficará a cargo da:

I. Órgãos de vigilância sanitária municipal;

II. Polícia Militar – PM/MT;

III. Polícia Judiciária Civil – PJC/MT; e

IV. Outros órgãos municipais investidos de poder fiscalizatório;

§ 1º - A Policia Militar do Estado de Mato Grosso fica autorizada a dispensar aglomerações, inclusive em bares e restaurantes.

§ 2º - O descumprimento das medidas restritivas por pessoas físicas ensejará a lavratura de Termo Circunstanciado de Ocorrência pela autoridade policial competente, além da aplicação de multas e sanções civis cabíveis.

Art. 10 - O descumprimento das medidas restritivas por pessoas físicas e jurídicas, inclusive condomínios residenciais, ensejará aplicação de multas, interdição temporária e outras sanções administrativas, civis e criminais cabíveis, pelas autoridades policiais, sanitárias e fiscais estaduais e municipais, conforme estabelecido na Lei nº 11.316, de 02 de março de 2021, com redação alterada pela Lei nº 11.326, de 24 de março de 2021.

Art. 11 - ***Fica proibido, por 15 (quinze) dias a partir da publicação deste Decreto, o consumo de bebidas alcoólica nos locais de venda, ainda que dentro dos horários permitidos para funcionamento dos estabelecimentos por este Decreto e por normas municipais.***

Art. 12 - Este Decreto seguirá o "*Horário Oficial de Mato Grosso*".

Art. 13 - Este Decreto entra em vigor a partir de 09 de abril de 2021, revogando-se o Decreto Municipal nº 3594/2021.

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ÁGUA BOA, AOS 09 DE ABRIL DE 2021**.**

Dr. MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO

Prefeito Municipal

Publicado e dado ciência nesta data.

Secretaria Mun. de Administração e Planejamento de Água Boa, em 09 de abril de 2021.

SEBASTIÃO ANTÔNIO LOPES

Secretário Municipal de Administração e Planejamento

LICITAÇÕES E CONTRATOS
COVID-19: EXTRATO CONTRATO 037/2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 048/2021

DISPENSA DE LICITAÇÃO: Nº. 011/2021

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA MT.

FORNECEDOR REGISTRADO: A. E. DOURADO ALVES E CIA LTDA

OBJETO: Aquisição de medicamentos para Secretaria de Saúde, para fins de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus, causador da COVID-19.

CÓD. ITEM	DESCRICAO	UND FORN	QTD	VALOR UND	VALOR TOTAL
3963066	HIDROXICLOROQUINA, SULFATO - CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 400 MG, FORMA FARMACÊUTICA COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	UND	150	2,4373	365,60
3963708	COLCHICINA - CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 0,5 MG.	UND	800	0,50	400,00
3963710	ELIQUIS - CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 2,5 MG.	UND	300	4,242	1.272,60

Valor Total R$ 2.038,20 (Dois mil, trinta e oito reais e vinte centavos).

DATA: 09 de abril de 2021.

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 09/10/2021

Mariano Kolankiewicz Filho

PREFEITO MUNICIPAL

CONVOCAÇÃO: FICA A EMPRESA CONVOCADA A ASSINAR O CONTRATO DENTRO DO PRAZO PREVISTO NO EDITAL.

LICITAÇÕES E CONTRATOS
RESCISÃO DO TERMO ADITIVO Nº 001 DO CONTRATO Nº 086/2020

DISTRATANTE: Município de Água Boa, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público municipal, inscrita no C.N.P.J. sob o nº. 15.023.898/0001-90 .

DISTRATADA: INFANTARIA COMERCIAL EIRELI, inscrita no CNPJ/MF nº. 20.795.155/000-79.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DA RESCISÃO DO TERMO ADITIVO

1.1 – Fica Rescindido o termo aditivo nº 001 do Contrato nº 086/2020, firmada no dia 29 de dezembro de 2020.

1.2 – O presente cancelamento se fundamenta no Art. 78 Inciso XVII e 79 incisos I; II e § 1º da Lei 8666/1993, e Cláusula Décima primeira, item 11.2, V, do Contrato 086/2020.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA JUSTIFICATIVA.

2.1 – O CONTRATANTE, justifica que fica inviável a prorrogação do prazo contratual devido à grande defasagem do preço do produto, visto que o produto licitado já sofreu diversos reajustes pelo fabricante, devendo sofrer novos ajustes no decorrer do ano em curso.

2.2 – Considerando que a empresa não tem interesse em assinar o respectivo aditivo, o que impossibilita a manutenção do mesmo.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS.

3.1 – Fica eleito o foro da Comarca de Água Boa – MT para dirimir qualquer dúvida que por ventura venha a ocorrer com a execução deste termo.

3.2 – Comunique-se a DISTRATADA na forma da Lei.

Água Boa – MT, 09 de abril de 2021.

Mariano Kolankiewicz Filho

PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA MT.

AVISO DE LICITAÇÃO.

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, torna público que fará realizar-se na sala de Licitações; a seguinte Licitação regida pela Lei nº. 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e atualizada pela Lei nº. 8.883/94 e suas alterações posteriores.

MODALIDADE: Tomada de Preço nº. 003/2021.

OBJETO: Contratação de empresa para execução sondagem de solo por meio de ensaio SPT e ensaios laboratoriais, no Município de Água Boa-MT, conforme Termo de Referência, anexos do Edital e Planilhas de Engenharia.

REALIZAÇÃO: 04/05/2021.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 08h30min, horário de Brasília.

O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Água Boa MT, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min horas até o terceiro dia que anteceder o recebimento dos envelopes e através do site www.aguaboa.mt.gov.br e do e-mail licitacao@aguaboa.mt.gov.br.

Água Boa - MT, 12 de abril de 2021.

Tânia Maria Riboli Reichert

Presidente da Comissão de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
AVISO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2020 DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2020 DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MEIO ARAGUAIA - CISMA.

A Prefeitura Municipal de Alto Garças – MT sob CNPJ/MF nº 03.133.097/0001-07, com sede na Rua Dom Aquino n. 346 Centro, Alto Garças – MT, torna público a ADESÃO N° 002/2021 à Ata de Registro de Preços n. 006/2020 do Pregão Eletrônico n. 003/2020 do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Meio Araguaia - CISMA e a empresa WM Resíduos Ltda, inscrita no CNPJ/MF sob nº 22.096.126/0001-44, objetivando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA COLETA E TRANSPORTE, ARMAZENAMENTO, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOS SERVIÇOS DE SAÚDE PARA ATENDER A PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS. Quantidade: 8.000 kg. Valor Unitário: R$ 3,72. Valor Total: R$ 29.760,00 (vinte e nove mil setecentos e sessenta reais). Alto Garças-MT, 12 de abril de 2021. ALESSANDRA DA SILVA DIAS – Pregoeira.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO MUNICIPAL Nº 032, DE 31 DE MARÇO DE 2021.

"**ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO, EM FAVOR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E OBRAS, SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO URBANO E RURAL, E SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**".

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e autorizado pela Lei Municipal nº 1.238 de 22 de dezembro de 2021.

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto Crédito Suplementar no valor de R$ 658.957,81 (seiscentos e cinquenta e oito mil, novecentos e cinquenta e sete reais e oitenta e um centavos).

PROJETO/ ATIVIDADE	ELEMENTO DE DESPESA	FONTE DE RECURSOS	VALOR
2.128	33903900000000	00.03.0000 (0000) - Recursos Ordinários	15. 000,00
2.086	33903200000000	00.03.0000 (0000) - Recursos Ordinários	30. 000,00
2.090	33903900000000	00.03.0000 (0000) - Recursos Ordinários	15. 000,00
2.090	33903000000000	00.03.0000 (0000) - Recursos Ordinários	10. 000,00
1.050	44905200000000	00.03.0000 (0000) - Recursos Ordinários	30. 000,00
1.012	44905100000000	00.03.0000 (0000) - Recursos Ordinários	250. 000,00
1.022	44905100000000	00.03.0000 (0000) - Recursos Ordinários	250. 000,00
2.011	33904000000000	00.03.0000 (0000) - Recursos Ordinários	50. 000,00
2.081	33901400000000	00.03.0000 (0000) - Recursos Ordinários	8.000,00
1.162	44905100000000	00.03.0000 (0000) - Recursos Ordinários	957,81
TOTAL			**658. 957,81**

Art. 2º. Para o cumprimento do artigo anterior e, de acordo com o art. 43, § 1º, 658.957,81 (seiscentos e cinquenta e oito mil, novecentos e cinquenta e sete reais e oitenta e um centavos), por superávit financeiro de arrecadação.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Alto Garças – Mato Grosso, de 31 de março de 2021.

CLAUDINEI SINGOLANO Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 190, DE 12 DE ABRIL DE 2021.

"Desliga a servidora pública municipal IZALDENI GONÇALVES RAMOS dos quadros da Municipalidade em virtude de concessão do benefício de aposentadoria previdenciária por Tempo de Contribuição e declara a vacância do respectivo cargo público e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS–MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas na Lei Orgânica do Município, combinado com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e;

CONSIDERANDO, a Carta de Concessão de Aposentadoria por Tempo de Contribuição emitida pela Providência Social – NB nº 199.310.520-1, em nome da mencionada servidora pública, protocolada junto ao Setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração;

CONSIDERANDO, que o parágrafo único do art. 53, da Lei Municipal nº 292/90, com nova redação proposta pela Lei Municipal nº 886/2011, determina que a aposentadoria do servidor público extingue automaticamente o vínculo com a administração pública;

CONSIDERANDO, que o art. 53, da Lei Municipal nº 292/90, em seu inciso VII, determina que ocorrerá a vacância do cargo público em caso de aposentadoria do servidor;

R E S O L V E:

Art. 1° - **DESLIGAR** a servidora pública municipal **IZALDENI GONÇALVES RAMOS**, lotada no cargo de Agente Administrativo, portadora do Registro Geral n° 533.976 SSP/MT e inscrita no CPF/MF sob n° 352.968. 871-15, em virtude de concessão do benefício de aposentadoria previdenciária por Tempo de Contribuição, bem como declarar a vacância do cargo acima especificado, nos termos do art. 53, inciso VII, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Parágrafo Único - Determinar à Gerência de Recursos Humanos da Secretaria de Administração, a proceder às providências cabíveis de que trata o caput deste artigo, na forma da legislação vigente que disciplina a matéria.

Art. 2° - Esta Portaria produzirá seus efeitos legais a partir da data de 19 de Abril de 2021.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Alto Garças – MT, em 12 de Abril de 2021.

CLAUDINEI SINGOLANO

Prefeito Municipal de Alto Garças-MT

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 189, DE 12 DE ABRIL DE 2021.

"Nomeia a servidora ora designada, para o exercício da função Gratificada de Regime Integral - GRI, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS–MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas na Lei Orgânica do Município e demais normas correlatas;

CONSIDERANDO, a Comunicação Internanº 11/2021 enviado pela Secretária Municipal de Assistência Social;

R E S O L V E:

Art. 1° - Designar, a servidora, abaixo relacionada, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, para o exercício da **Função Gratificada de Regime Integral - GRI,** com jornada de trabalho de 40 horas semanais:

I – FERNANDA MENDONÇA BATISTA - Assistente Social – CRAS.

Parágrafo Único - Determinar à Gerência de Recursos Humanos da Secretaria de Administração, a proceder às providências cabíveis de que trata o caput deste artigo, na forma da legislação vigente que disciplina a matéria.

Art. 2° - Esta Portaria produzirá seus efeitos legais na data de 01 de Abril de 2021.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Alto Garças - MT, em 12 de Abril de 2021.

CLAUDINEI SINGOLANO

Prefeito Municipal de Alto Garças – MT

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO MUNICIPAL Nº 030, DE 26 DE MARÇO DE 2021.

DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO E ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS POR MODALIDADE DE APLICAÇÃO

CLAUDINEI SINGOLANO, **PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS - MT,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, no inciso IV, do artigo 71, autorizado pela Lei Municipal nº 1.238/2020, faz saber que a Câmara Municipal aprovou em 22 de dezembro de 2021 a proceder suplementação e anulação de dotações orçamentárias por modalidade de aplicação.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam suplementadas as dotações do orçamento vigente no valor de R$ 21.158,80 (vinte e um mil, cento e cinquenta e oito reais e oitenta centavos), na Prefeitura Municipal de Alto Garças, abaixo discriminado;

Órgão: 07 – Secretaria Municipal de Saúde Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Saúde Função: 10 – Saúde Subfunção: 301 – Atenção Básica Programa: 20 – Gerir com Qualidade a Atenção Básica Proj./Ativ. 2.172 **–** Manter as Atividades da Atenção Básica Modalidade de Aplicação: 3190-0000 Código da Despesa: 387 Elemento: 3.1.90.04.00.00.00.00.01. 0042 Fonte: 0042 Valor: R$ 21.158,80

Art. 2º Ficam anuladas as dotações orçamentárias da Prefeitura Municipal de Alto Garças, Mato Grosso no valor de R$ 21.158,80(vinte e um mil, cento e cinquenta e oito reais e oitenta centavos), conforme abaixo discriminado:

Órgão: 07 – Secretaria Municipal de Saúde Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Saúde Função: 10 – Saúde Subfunção: 301 – Atenção Básica Programa: 20 – Gerir com Qualidade a Atenção Básica Proj./Ativ. 2.172 **–** Manter as Atividades da Atenção Básica Modalidade de Aplicação: 3190-0000 Código da Despesa: 393 Elemento: 3.1.90.11.00.00.00.00.01. 0042 Fonte: 0042 Valor: R$ 21.158,80

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Alto Garças – Mato Grosso, 26 de março de 2021.

CLAUDINEI SINGOLANO Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
PORTARIA N° 152/2021

"DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO E NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DA COMISSÃO ESPECIAL PARA SUPERVISIONAR E ACOMPANHAR A REALIZAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ALTO PARAGUAI, no uso das atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º. Criara **Comissão Especial para supervisionar e acompanhar a realização do Processo Seletivo 001/2021** da Prefeitura Municipal de Alto Paraguai – MT.

Art. 2º. Fica constituída a Comissão encarregada de promover, supervisionar e acompanhar o Processo Seletivo 001/2021 destinado à seleção de candidatos para substituição e formação de cadastro de reserva, ficando designados para sua composição os seguintes servidores:

1. Aline de Pazos Tabosa Fontes – Secretária Municipal de Planejamento e Gestão – Matrícula n° 2072 - ***Presidente;***

2. Thauany Correa de Oliveira – Agente Administrativo efetivo – Matrícula n° 1101 – ***Secretária***;

3. Vailde Luciana de Oliveira – Agente Administrativo efetivo e Secretária Municipal de Receita e Controle – Matrícula n° 006 – ***Membro***;

4. Jaidomar de Araújo Gomes – Fiscal de Tributos efetivo e vereador– Matrícula nº 120- ***Membro***;

5. **Adilaine Aparecida de Lima** – Técnico Administrativo Escolar efetivo – Matrícula 1774 – ***Membro***;

6. **Márcia Araújo Gomes** – Professora e Presidente do SINTEP – Matrícula 076 – ***Membro***;

Artigo 3º. Fica autorizada a Comissão do Processo Seletivo, baixar edital e adotar todas as providências necessárias à realização do processo, bem como fiscalizar, supervisionar e dar apoio aos atos da Empresa Contratada e a análise e decisão quanto a eventuais recursos interpostos, mediante parecer emitido pela Empresa contratada.

Artigo 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e será extinta após a homologação do Processo Seletivo.

Dado Ciência, Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, 12 de Abril de 2021.

ADAIR JOSÉ ALVES MOREIRA

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO/RH
PORTARIA 113/2021

PORTARIA 113/2021

O Prefeito Municipal de Alto Paraguai – MT, **ADAIR JOSÉ ALVES MOREIRA**, no uso de suas atribuições que lhe confere o cargo.

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder 04 (Quatro) meses de Licença Maternidade a Servidora **CAROLINA MAY DE OLIVEIRA – Titular do Cargo Efetivo de PROFESSOR – 25 HORAS SEMANAIS,** junto a Secretaria Municipal de **EDUCAÇÃO,** conforme Artigos 127 da Lei Municipal 11 de 19/11/90, conforme atestado médico em anexo a esta portaria.

Art. 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com eficácia do dia 01/03/2021, revogada as disposições em contrário**.**

Publica-se;

Registra-se

Cumpra-se

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Paraguai–MT. 10 de Março de 2021.

ADAIR JOSÉ ALVES MOREIRA

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO/RH
PORTARIA 142/2021

PORTARIA 142/2021

O Prefeito Municipal de Alto Paraguai – MT, **ADAIR JOSE ALVES MOREIRA**, no uso de suas atribuições que lhe confere o cargo.

RESOLVE:

Art. 1º. – Nomear a servidora Efetiva **ANGELITA BETHANIA DE LIMA MATOS** portadora do **RG Nº 15302563 SSP/MT e do CPF Nº 968.815. 501.20**, para exercer o cargo em comissão – Função Gratificada de **DIREÇÃO E ASSISTENCIA INTERMEDIÁRIA - DAÍ – RESPONSÁVEL TÉCNICA DA ESTRATÉGICA DE SAÚDE DA FAMILIA ESF II HÉLIO CORREA DA COSTA,** junto à Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário**.**

Publica-se;

Registra-se;

Cumpra-se;

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Paraguai–MT. 02 de Março de 2021.

ADAIR JOSE ALVES MOREIRA

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO/RH
PORTARIA 112/2021

PORTARIA 112/2021

O Prefeito Municipal de Alto Paraguai – MT, **ADAIR JOSE ALVES MOREIRA**, no uso de suas atribuições que lhe confere o cargo.

RESOLVE:

Art. 1º. – Nomeara servidora Efetiva **ELZINHA NOBRES DA SILVA ALEIXO DE CASTRO** portadora do **RG Nº 1025620.2 SSP/MT e do CPF Nº 649.930.271.68**, para exercer o cargo em comissão – Função Gratificada de**DIREÇÃO E ASSISTENCIA INTERMEDIÁRIA - DAÍ – RESPONSÁVEL TÉCNICA DA ESTRATÉGICA DE SAÚDE DA FAMILIA JOÃO ALVES DE SOUZA,**junto a Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com eficácia financeira do dia 01/03/2021, revogada as disposições em contrário**.**

Publica-se;

Registra-se;

Cumpra-se;

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Paraguai–MT. 10 de Março de 2021.

ADAIR JOSE ALVES MOREIRA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 132/2021

DECRETO Nº 132/2021

"Dispõe sobre a Declaração de Vacância de Cargo Público, em virtude de Falecimento de servidor público que menciona. "

A Prefeita Municipal d e Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, **Marilda Garofalo Sperandio**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, etc...

DECRETA:

Artigo 1º - Fica declarada a ***vacância*** do cargo efetivo de **Guarda de Patrimônio**, provido pela servidora **MARIA RITA NARCISO DE ARAUJO**, inscrita devidamente no CPF/MF sob o n° 921.540.501-15, nomeada através do Decreto n.° 322/2013, em virtude de seu falecimento, ocorrido em 24 de março de 2021.

Artigo 2º.- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3°. – Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Taquari/MT, em 01 de abril de 2021.

Marilda Garofalo Sperandio

Prefeita Municipal

DECRETO N.º 135/2021

SÚMULA: *Aprova a Instrução Normativa nº 001/2021 expedida pelo controle interno, que dispõe sobre a* ***realização de pesquisa de preços referenciais****.*

A EXMA SRA. MARILDA GAROFOLO SPERANDIO, PREFEITA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI, MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas e objetivando a operacionalização do Sistema de Controle Interno do Município, no âmbito do Poder Executivo; DECRETA:

Art. 1º Fica aprovada a INSTRUÇÃO NORMATIVA - REALIZAÇÃO DE PESQUISA DE PREÇOS REFERENCIAIS Nº 001/2021.

Art. 2º A realização de pesquisa de preços referenciais obedecerão aos critérios e formação definidos na Instrução Normativa nº 001/2021 aprovada por este decreto.

Art. 3º Caberá à Controladoria Interna prestar os esclarecimentos e orientações a respeito da aplicação dos dispositivos deste Decreto.

Art. 4° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI. ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 06 DE ABRIL DE 2021.

MARILDA GAROFOLO SPERANDIO

Prefeita Municipal

DECRETO N.º 136/2021

SÚMULA: *Aprova a Instrução Normativa nº 002/2021 expedida pelo controle interno, que dispõe sobre os procedimentos gerais para compras e contratações de obras ou serviços, com ou sem processo licitatório.*

A EXMA SRA. MARILDA GAROFALO SPERANDIO, PREFEITA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI, MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas e objetivando a operacionalização do Sistema de Controle Interno do Município, no âmbito do Poder Executivo; DECRETA:

Art. 1º Fica aprovada a INSTRUÇÃO NORMATIVA - PROCEDIMENTOS GERAIS PARA COMPRA E CONTRATAÇÕES DE OBRAS OU SERVIÇOS, COM OU SEM PROCESSO LICITATÓRIO, Nº 02/2021.

Art. 2º Os procedimentos gerais para compras e contratações de obras ou serviços, com ou sem processo licitatório, deverão obedecer às rotinas dispostas na Instrução Normativa nº 02/2021.

Art. 3º Caberá à Controladoria Interna prestar os esclarecimentos e orientações a respeito da aplicação dos dispositivos deste Decreto.

Art. 4° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI. ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 06 DE ABRIL DE 2021.

MARILDA GAROFALO SPERANDIO

Prefeita Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 014/2021 – EDITAL RESUMIDO (EXCLUSIVO ME E EPP)

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA FABRICAÇÃO DE MOVEIS PLANEJADOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER, DE ACORDO COM A PROPOSTA DE CONVENIO Nº 0451/2020, de acordo com o projeto básico e o anexo I. Abertura às **08h30min (Horário de Brasília)** do dia **27/04/2021.** O edital e seus anexos poderão ser adquiridos na Sede da Prefeitura em horário de funcionamento através da Pregoeira, pelo site www.altotaquari.mt.gov.br/licitacoes ou ainda pelos fones (66) 3496-1448. Alto Taquari – MT, 12 de Abril de 2021.

Renata Fermino de Oliveira

Pregoeira

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº: SLC 001/2021

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº: **SLC 001/2021**	ASSUNTO: **REALIZAÇÃO DE PESQUISA DE PREÇOS REFERENCIAIS**	
Aprovada em: 06/04/2021	Ato de aprovação: Decreto nº 135/2021	Versão: 01
UNIDADE RESPONSÁVEL: Secretaria de Compras, Licitação e Contratos.		

CAPÍTULO I DA FINALIDADE

1. Esta Instrução Normativa estabelece procedimentos administrativos para **REALIZAÇÃO DE PESQUISA DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE BENS E CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS EM GERAL,** no âmbito do Poder Executivo Municipal de Alto Taquari – MT.

2. Disciplina os procedimentos referentes à pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da Administração Pública, Autárquica e Fundacional do Município de Alto Taquari.

a) O departamento de Compras pertencente a cada Secretaria do Município é responsável pela pesquisa de preços para aquisição de bens e contratações de serviços em geral.

CAPÍTULO II

DA ABRANGÊNCIA

3. Abrange todas as unidades da estrutura organizacional do Poder Executivo e administração direta e indireta, em especial o setor de compras do executivo municipal.

4. Os dispositivos desta Instrução Normativa não se aplica ás contratações de obras e serviços de engenharia.

5. Para aferição da vantajosidade das adesões as atas de registro de preços, prorrogações contratuais e compras diretas (dispensas e inexigibilidades), deverão ser observados o dispositivo nesta Instrução Normativa.

CAPÍTULO III DO CONCEITO

6. Para os fins desta Instrução Normativa considera-se:

a) Material: Designação genérica de equipamentos, componentes, sobressalentes, acessórios, veículos em geral, matérias-primas e outros itens empregados ou passíveis de emprego nas atividades das organizações públicas municipais, independentemente de qualquer fator, bem como, aquele oriundo de demolição ou desmontagem, aparas, acondicionamentos, embalagens e resíduos economicamente aproveitáveis.

b) Serviços: toda atividade destinada a obter determinada utilidade de interesse para a administração, tais como: demolição, conserto, instalação, montagem, operação, conservação, reparação, adaptação, manutenção, transporte, locação de bens, publicidade, seguro ou trabalhos técnico-profissionais.

c) Pesquisa de Preços: A pesquisa de preços é um procedimento realizado pelo requisitante de material ou serviço, utilizado para averiguar o preço estimado do item que se pretende adquirir/contratar/**aditivar**.

d) Compra: toda aquisição remunerada de bens (material) para fornecimento de uma só vez ou parceladamente.

e) Termo de Referência –TR: Entende-se como Termo de Referência o instrumento para solicitação de aquisição de bens, serviços e contratação de obras, inclusive dispensa por valor. Neste termo é obrigatório o registro das seguintes informações: objeto, justificativa da aquisição, previsão orçamentária, (exceto quando se tratar de registro de preços), projeto básico (quando necessário), periodicidade, prazo de entrega ou execução, local de entrega ou execução, e prazo de pagamento. Qualificação técnica, obrigações da contratante e penalidades.

f) Projeto Básico: Conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar a obra ou serviço, ou complexo de obras ou serviços objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegurem a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução (art. 6º, inciso IX da Lei nº 8.666/93);

g) Projeto Executivo: Conjunto de elementos necessários e suficientes à execução completa da obra, de acordo com as normas pertinentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT (Lei nº 8.666/93, art. 6º, Inciso X).

h) Especificação do Objeto: representação sucinta de um conjunto de requisitos a serem satisfeitos por um produto, contemplando o procedimento por meio do qual se possa determinar o atendimento aos requisitos estabelecidos.

i) Fonte de referência: onde estão disponíveis dados sobre preços praticados no mercado.

j) Preço de Mercado: preço corrente na praça pesquisada.

k) Preço Praticado: preço que a Administração Pública paga em suas compras.

l) Preço Registrado: preço constante no Sistema de Registro de Preços.

m) Preço de Referência: parâmetro obrigatório para julgar a compra, obtido por meio de pesquisa de preços, com base no conceito "cesta de preços aceitáveis" e tratamento crítico dos dados. Sinônimos: preço estimado, cotação, valor orçado, valor de referência, valor estimado.

n) Preço Estimado: valor obtido a partir de método matemático aplicado em série de preços coletados, podendo desconsiderar, na sua formação, os valores inexequíveis, inconsistentes e os excessivamente elevados.

o) Preço Máximo: valor de limite que a administração se dispõe a pagar por determinado objeto, levando-se em consideração o preço estimado, os aspectos mercadológicos próprios à negociação com o setor público e os recursos orçamentários disponíveis. Este parâmetro é facultativo, pois limita a aceitação da proposta, se definido sua divulgação é obrigatória no edital.

p) Sobrepreço: preço contratado em valor expressivamente superior aos preços referenciais de mercado.

q) Radar de Controle Público – Módulo de Compras Públicas: é o sistema informatizado do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso – TCE/MT que disponibiliza, dados e informações de compras públicas homologadas no estado de Mato Grosso.

CAPÍTULO IV

DA BASE LEGAL

7. A presente Instrução Normativa possui fundamento jurídico com respaldo nos seguintes dispositivos:

a) Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, artigo 31, alem de outras normas que asseguram o cumprimento de princípios inerentes, bem como, a legislação do município;

b) Lei Municipal nº 482/2007, "Institui o Sistema de Controle Interno do Município de Alto Taquari e dá outras providências";

c) Lei Federal nº 4320/1964, que dispõe sobre Contabilidade Pública;

d) Lei Complementar nº 101/2000, Lei de Responsabilidade Fiscal;

e) Lei nº 8.666/1993, Lei esta que estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

f) Lei nº 10.520/2002 - Institui no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, Modalidade de Licitação de nominada Pregão, para aquisição de bens e serviços comuns;

g) Decreto Federal nº 7.892/2013 – Regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 15 da Lei nº 8.666/93.

h) Decreto Federal nº 9.488/2018 – Altera o Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e o Decreto nº 7.579, de 11 de outubro de 2011, que dispõe sobre o Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP, do Poder Executivo federal.

i) Decreto Federal nº 10.024/2019 - Regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal.

j) Lei Complementar Federal nº 123/2006 - Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; alteram dispositivos das Leis nº 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei no 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999.

k) Resolução de Consulta nº 20/2016 – TP – Resolução esta que trata sobre balizamento de preços nas aquisições públicas;

l) Instrução Normativa nº 73/2020 - Dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e funcional.

m) e demais legislações pertinentes à matéria.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

8. Para fins desta instrução considera-se Unidade Executora a unidade que é responsável por fazer cumprir as normas desta Instrução Normativa.

9. A unidade responsável tem como responsabilidade fiscalizar o cumprimento de todas as normas instituídas nesta Instrução Normativa.

10. A aquisição de bens da administração Pública Municipal será necessariamente precedida de pesquisa de preços de referência.

11. A pesquisa de preços referenciais será realizada em atendimento aos princípios básicos da legalidade, da probidade administrativa, da transparência e da eficiência.

12. Por princípio, as compras municipais devem balizar-se pelos preços praticados no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública.

13. Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar preço de referência ou registrado, em razão de incompatibilidade com o preço vigente no mercado em condições similares.

CAPÍTULO VI

DAS RESPONSABILIDADES

14. Compete ao **Setor Demandante** e ao **Servidor responsável pela elaboração**:

a) Identificar e justificar a necessidade do objeto a partir de planejamento adequado;

b) Especificar o objeto e todas as condições de fornecimento com base em parâmetros de padronização e pesquisa de mercado;

c) Realizar pesquisa de preço conforme esta instrução normativa;

d) Informar ao setor de compras indícios de desatualização dos preços registrados;

e) Zelar pela definição de especificações adequadas, suficientes e sem direcionamento;

f) Realizar pesquisas de preços para comprovar a vantajosidade de aditamentos contratuais, conforme o caso.

g) Pautar-se pela padronização e eficiência das compras;

h) Realizar as cotações de acordo com o objeto a ser adquirido ou serviço a ser contratado.

i) Realizar a pesquisa de preços com a máxima amplitude de fontes, dando prioridade aos preços públicos praticados.

j) Assegurar prioridade da pesquisa de preços proporcional à materialidade dos bens;

k) Definir o preço de referência, formalizando o processo de pesquisa de preços;

l) Os Secretários Municipais respondem, solidariamente, pela veracidade dos valores inseridos nas pesquisas realizadas pelos servidores.

m) Os valores mencionados no item anterior devem ser apurados de forma isonômica e isenta de qualquer interesse que não seja a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável.

n) Será apurada responsabilidade em casos de constatação de manipulação, de qualquer espécie, dos dados pesquisados, bem como, na hipótese de preferência de marca, sem a devida justificativa e sem o projeto prévio de padronização, nos termos da lei.

15. Compete a **Secretaria de Compras Licitações e Contratos**:

a) Orientar e garantir o cumprimento desta Instrução Normativa;

b) Impedir a tramitação de processos que não estejam de acordo com a normativa;

c) Supervisionar e fiscalizar a pesquisa de preços;

d) Efetuar a devida devolução ao demandante nos casos em que o balizamento não observe os preceitos da instrução normativa.

16. Compete a Comissão de Licitação ou Pregoeiro:

a) Avaliar a formalização do processo de pesquisa de preços;

b) Submeter-se em caso de dúvidas acerca do preço referencial ao servidor responsável pela elaboração;

c) Assegurar que os processos licitatórios sejam elaborados com base no preço de referência e de acordo com esta instrução normativa.

17. Compete ao **Ordenador de Despesas**:

a) Ratificar a justificativa e especificação do solicitante, inclusive quanto ao preço preliminar;

b) Autorizar o processamento da compra;

c) Ao homologar a compra, exercer juízo crítico quanto ao processo e critérios técnicos adotados para definição do preço de referência e do preço homologado.

18. Compete a **Unidade de Controle Interno**:

a) Prestar apoio técnico na fase de elaboração das Instruções Normativas e em suas atualizações, em especial no que tange à identificação e avaliação dos pontos de controle e respectivos procedimentos de controle;

b) Através da atividade de auditoria interna, avaliar a eficácia dos procedimentos de controle inerentes a cada sistema administrativo, propondo alterações nas Instruções Normativas para aprimoramento dos controles ou mesmo a implantação de novas Instruções Normativas;

c) Organizar e manter atualizado o manual de procedimentos, em meio documental e/ou em base de dados, de forma que contenha sempre a versão vigente de cada Instrução Normativa.

CAPÍTULO VII

DOS OBJETIVOS

19. Normatizar os procedimentos para pesquisa de preços para qualquer tipo de aquisições de materiais e/ou serviços e nos aditivos contratuais;

20. Garantir ampla pesquisa de mercado nas contratações públicas do Município de Alto Taquari/MT;

21. Garantir a vantajosidade dos contratos celebrados pelo Município quando da realização de aditivos contratuais que exigem esta demonstração.

CAPÍTULO VIII

DOS PROCEDIMENTOS

DA EXECUSÃO

22. A solicitação de compra formulada pelo solicitante deve conter a especificação do objeto, contemplando todas as informações necessárias e suficientes, com nível de precisão adequado para caracterizar o bem pretendido.

23. A especificação do objeto deve levar em conta, sempre que houver os parâmetros de padronização da Prefeitura de Alto Taquari.

24. O setor de compras avaliará a solicitação do solicitante e em caso de especificações inadequadas do objeto, o processo será devolvido ao solicitante para correção, informando as razões da devolução.

25. Para estabelecer o preço de referência é necessário utilizar o maior número de fontes possível, devendo constar no mínimo 03 (três) pesquisas de preços para a composição da cesta de preços aceitáveis.

26. Os documentos comprobatórios contemplando as referências devem ser juntados com os demais documentos pertinentes ao processo administrativo de aquisição de bens ou contratação de serviços.

27. Nos casos excepcionais onde não for possível obter 03 (três) pesquisas de preços, a Secretaria demandante deverá justificar no balizamento de preços a impossibilidade da obtenção, pela limitação de mercado, manifesto desinteresse de fornecedores ou demais fatores ao caso.

28. A pesquisa de preços com fornecedores levará a seleção fundamentada de potenciais interessados, considerando a especialidade e a compatibilidade com o objeto e o volume da aquisição.

29. Todos os órgãos e unidade da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do município de Alto Taquari deverão discriminar o nome e matrícula do servidor responsável pela pesquisa de preço para a indicação dos valores praticados no mercado, por ocasião da solicitação para aquisição de bens e contratação de serviços em geral.

30. Somente serão aceitos orçamentos apresentados por empresas privadas que contenham no mínimo: indicação da Razão Social, CNPJ da empresa, endereço e telefone, assinatura do representante da empresa, seja impresso em papel timbrado ou que contenha a identificação da empresa, data de expedição e validade da proposta.

31. Juntamente com o orçamento de empresa deverá ser apresentada a via impressa do cartão de CNPJ, o qual poderá ser retirado pelo site: *https://servicos.receita.fazenda.gov.br/servicos/c....*

32. O orçamento poderá ser apresentado em via original ou cópia autenticada, salvo quando enviado em anexo no e-mail eletrônico oficial da empresa emitente ao e-mail oficial do Município, quando será admitida a cópia do documento.

33. A coleta de preços com fornecedores deve levar em conta a especificação completa do objeto, especialmente sua descrição, quantidades estimadas, prazos, locais e condições de fornecimento, condições de pagamento e outras informações que possam interferir na formação do preço.

34. A coleta de preços de fornecedores pode ser realizada diretamente nos estabelecimentos comerciais, mediante preenchimento de formulário apropriado que indique no mínimo, o responsável pela coleta, local, data e hora do procedimento, descrição dos produtos verificados, incluindo, sempre que possíveis fotografias das respectivas etiquetas de preço com assinatura do responsável pela coleta.

35. Pesquisas de preços que envolvam conhecimento especializado, a exemplo de bens de informática, medicamentos, equipamentos laboratoriais, serão, obrigatoriamente, analisadas e validadas por técnico habilitado na área.

36. No caso de fornecedor exclusivo, a Secretaria demandante deve juntar ao processo documentos comprobatória de outras contratações correlatas a fim de comprovar que o valor ofertado está na média das contratações anteriores celebradas com outros órgãos ou instituições, conforme Orientação Normativa nº 17 da AGU.

37. A pesquisa de preços pode, dependendo do objeto, abranger qualquer região do País e, em casos específicos, devidamente justificados, mercados externos.

38. Nas contratações emergenciais, O valor estimado pode ser feito com base no valor do último contrato. Caso não exista contrato anterior, o valor estimado será realizado diretamente com os potenciais fornecedores, sucedida de mapa comparativo indicando o fornecedor que oferecer a melhor proposta.

39. Nos casos de aditivos contratuais que exijam a demonstração da vantajosidade econômica para a Administração, a Secretaria de Compras Licitações e Contratos deverá realizar a pesquisa de preços de que trata esta Instrução Normativa como condição indispensável para a realização do Termo.

CAPÍTULO IX

DO TRATAMENTO DOS DADOS E DA FORMALIZAÇÃO

40. A pesquisa de preços será materializada em documento que conterá, no mínimo:

a) Identificação do agente responsável pela cotação;

b) Caracterização das fontes consultadas;

c) Série de preços coletados;

d) Método matemático aplicado para definição do valor estimado;

e) Justificativas para a metodologia utilizada, em especial para desconsideração de valores enexequíveis, inconsistentes e excessivamente elevados, se aplicável.

41. Para caracterização das fontes consultadas e comprovação da realização da pesquisa de preços e necessário juntar aos autos copias legíveis dos relatórios emitidos pelos sites, portais e ferramentas governamentais, das páginas consultadas dos portais de compras governamentais, dos contratos e das atas de registro de preços vigentes, firmados por outros órgãos públicos, das páginas consultadas nos sites especializados e da resposta obtida junto ao fornecedor, ainda que se trate de manifestação de desinteresse de ofertar cotação ou outras justificativas apresentadas.

42. Deverá ser elaborada planilha com mapa comparativo de preços, conforme modelos previstos no Anexo I, bem como preencher Lista de Verificação – *Checklist* constante do Anexo II desta Instrução Normativa.

43. Quando houver ausência ou não for possível a pesquisa de preços oficiais, deverá o servidor responsável apresentar justificativa.

44. A metodologia empregada do valor referencial será a média ou mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços, desde que o cálculo incida sobre o conjunto de três ou mais preços, desconsiderados os valores inexequíveis e os excessivamente elevados, podendo ser utilizado outro método desde que justificado e comprovado a vantajosidade.

45. Na pesquisa de preços, sempre que possível, deverão ser observadas as condições comerciais praticadas, incluindo prazos e locais de entrega, instalação e montagem do bem ou execução do serviço, formas de pagamento, fretes, garantias exigidas, marcas e modelos, quando for o caso.

CAPÍTULO X

DA PESQUISA DE PREÇOS

46. No processo de planejamento da contratação, a administração deve apresentar **ampla pesquisa de preços**, tendo em vista a necessidade de verificar os preços praticados no mercado e se os recursos financeiros disponíveis permitirão o atendimento planejado. Há vários dispositivos legais que exigem esse orçamento prévio, sem o qual a licitação é considerada anulável (Lei 8.666/93, art. 15, § 1º; Lei 10.520/01, art. 3º, III; Decreto 3. 555/00, art. 8º, § 2º, II; etc.)

47. É a pesquisa de preços, portanto, que vai fundamentar o julgamento da licitação, definindo o **preço de referência**. Esse que dará suporte ao processo orçamentário da despesa define a modalidade de licitação – nos casos previstos na Lei nº 8.666/93 – fundamenta os critérios de aceitabilidade de propostas, define a economicidade da aquisição, justifica a compra no sistema de registro de preços.

48. O que a Lei determina é que as compras, sempre que possível, deverão *"balizar-se pelos preços praticados no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública"* (art. 15 da Lei 8.666/93).

49. O TCE/MT editou a Resolução de Consulta nº 20/2016, com o seguinte entendimento:

Resolução de Consulta nº 20/2016 - Processo nº 131938/2016

Ementa: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO. REEXAME DA TESE

PREJULGADA NA RESOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 41/2010. LICITAÇÃO. AQUISIÇÕES

PÚBLICAS. BALIZAMENTO DE PREÇOS. 1) A pesquisa de preços de referência nas aquisições públicas deve adotar amplitude e rigor metodológico proporcionais à materialidade da contratação e aos riscos envolvidos, não podendo se restringir à obtenção de três orçamentos junto a potenciais fornecedores, mas deve considerar o seguinte conjunto (cesta) de preços aceitáveis: preços praticados na Administração Pública, como fonte prioritária; consultas em portais oficiais de referenciamento de preços e em mídias e sítios especializados de amplo domínio público; fornecedores; catálogos de fornecedores; analogia com compras/contratações realizadas por corporações privadas; outras fontes idôneas, desde que devidamente detalhadas e justificadas. 2) Nos processos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, inclusive aqueles amparados no art. 24, I, II, da Lei nº 8.666/1993, devem ser apresentadas as respectivas pesquisas de preços, nos termos do art. 26 da Lei.

50. Deverão ser anexos ao processo de solicitação de compra os elementos que comprovem a pesquisa realizada, tais como e-mail recebido, orçamentos obtidos, pagina da internet, publicações especializadas, fontes públicas consultadas.

51. Nos casos de compras por inexigibilidade, caberá ao solicitante comprovar a adequação do preço aos parâmetros praticados em condições similares pelo fornecedor para outros clientes, especialmente outros órgãos públicos.

52. A pesquisa de preços se aplica também aos casos em que o solicitante indique à carona em Atas de Registro de Preços de outros órgãos, devendo ficar comprovada a adequação do preço registrado em comparação com outras fontes de referência disponíveis.

53. A pesquisa de preços deve ser realizada com amplitude suficiente (Acórdão TCU nº 2.637/2015-Plenário), proporcional ao risco da compra, privilegiando a diretriz emanada pelo art. 15 da Lei de Licitações, a fim de que o balizamento seja fundamentado nos preços praticados pela Administração Pública. Nesse sentido, somente quando não for possível obter preços referenciais nos sistemas oficiais é que pesquisa pode se limitar a cotação de fornecedores (Acórdão TCU 2.531/2011-Plenário).

54. A utilização da maior amplitude possível de fontes de referências nos processos de licitação, dispensa ou inexigibilidade é uma obrigação do gestor.

CAPÍTULO XI

DA CLASSIFICAÇÃO DE PRIORIDADES

55. Em relação aos métodos para tratar os dados obtidos (fontes de referencia), não há nenhuma orientação legal objetiva acerca da metodologia para obtenção de preço de referência em licitação, se exigindo, apenas, que os valores estimados estejam em consonância com a prática de mercado (Acórdão 694/2014-Plenário). Dessa forma, o gestor pode utilizar a

média aritmética, mediana, média saneada, dentre outras, desde que devidamente justificada e comprovada no processo.

a) Será adotada como método preferencial **MEDIANA** como parâmetro estatístico para definição do preço de referência, considerando o entendimento do TCU no Acórdão nº 3.068/2010-Plenário e o fato de que esse critério reduz substancialmente a influência de valores discrepantes numa amostra, evitando, assim, distorções no cálculo do preço de referência, conforme determina o TCU nos Acórdãos 2.943/2013-Plenário e 2.637/2015-Plenário.

56. Considerando o principio da eficiência previsto na Constituição Federal e a racionalidade administrativa dos controles, a metodologia empregada na pesquisa de preços levará em conta o risco da compra, baseado na sua relevância material.

57. Os preços coletados devem ser analisados de forma critica, em especial, quando houver grande variação entre os valores apresentados.

58. Somente quando não for possível obter preços referenciais nos sistemas oficiais é que a pesquisa pode se limitar a cotações de fornecedores. Devendo ser justificada pelo gestor e aprovada pela autoridade competente.

CAPÍTULO XII

DAS FONTES DE REFERÊNCIAS

52. 53. 54. 55. 56. 57. 58.

59. A pesquisa de preços será realizada considerando o conceito de **"cesta de preços aceitáveis"**, que envolve as seguintes fontes de referência:

a) Preços registrados praticados na Prefeitura de Alto Taquari MT.

b) Preços registrados ou praticados em outros entes públicos, atas de registros de preços, contratos ou outros meios legais desde que não sejam em intervalo superior a 06 (seis) meses da data de abertura ou publicação do processo que deu origem.

c) Pesquisa em mídia especializada, sítios eletrônicos especializados ou em domínio amplo.

d) Pesquisa com fornecedores, sendo admitidos os preços cujas datas não se diferenciem em mais de 06 (seis) meses;

e) Banco de Preços;

f) Outras fontes, desde que devidamente detalhadas e justificadas.

60. Conforme diretrizes do art. 15, V da Lei 8.666/93, serão priorizados os preços registrados ou praticados no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública.

61. Além do exposto existem outros repositórios de preços praticados pela Administração Pública que servirão como instrumentos de pesquisa sendo eles:

a) ANP para combustíveis, http://www.anp.gov.br/preco;

b) Para veículos, http://www.webmotors.com.br e http://www.fipe.org.br/;

c) SIAG https://aquisicoes.sad.mt.gov.br que contempla pesquisa por "Descrição do Item da Ata" em Registros de Preço;

d) Diário Oficial Eletrônico dos Municípios, publicado pela AMM – Associação Mato-grossense dos municípios. A página está disponível em https://diariomunicipal.org/mt/amm e permite consulta a "Todas as edições" por palavra-chave. Pesquisando, por exemplo, a expressão dipirona "ata de registro de preços" revela diversas fontes de referência em potencial;

e) Na página do TCE-MT estão disponíveis as licitações realizadas pelas prefeituras mato-grossenses. Para consultar, visite http://cidadao.tce.mt.gov.br/licitacao. A consulta permite filtrar licitações pelo texto objeto e do item na opção "Busca Avançada", assim como diversos filtros.

f) A ferramenta Radar de Controle Público – Módulo de Compras Públicas TCE/MT disponível em https://radardeprecos.tce.mt.gov.br/extensions/radarv2/radarv2.html;

g) Medicamentos e materiais ambulatoriais http://www.saude.gov.br/bps;

h) Portal de Atas do Governo Federal https://portalgoverno.com.br/;

i) Painel de preços do Governo Federal disponível no site: https://paineldeprecos.planejamento.gov.br/.

55. 56. 57. 58. 59. 60. 61.

62. Serão admitidas referências em vigência, assim como aquelas vigentes nos últimos 180 (cento e oitenta) dias a contar da pesquisa de preços.

63. No caso de medicamento, a pesquisa de preços incluirá consulta ao Banco de Preços em Saúde (http://bps.saude.gov.br/login.jsf).

64. Os parâmetros previstos poderão ser utilizados de forma combinada ou não, devendo ser demonstrada no processo administrativo a metodologia utilizada para obtenção do preço de referência.

65. Pesquisas de preços que envolvam conhecimento especializado, a exemplo de bens de informática, medicamentos, equipamentos laboratoriais, deverão, obrigatoriamente, ser analisados e validados por técnico habilitado na área.

66. Conforme diretriz do art. 15, V da Lei 8.666/93, serão priorizados os preços registrados ou praticados na Administração Pública.

67. Respeitada a classificação e prioridades, a pesquisa de preços levará em conta o máximo de fontes de referências disponíveis, especialmente no caso de compras com muitos itens, a exemplo de medicamentos e gêneros alimentícios, devendo ser justificado o uso de pelo menos três fontes diferentes.

68. No caso de fontes de referência disponíveis na Internet, tais como sítios especializados ou comércio eletrônico de domínio amplo, serão desconsiderados preços promocionais e considerados os custos de frete, assim como será devidamente formalizada a comprovação da pesquisa, juntado aos autos cópia da página pesquisada em que conste o preço, a descrição do bem com a data e hora da pesquisa.

69. Os comprovantes da pesquisa de preços deverão anexados ao processo.

CAPÍTULO XIII

DO TRATAMENTO DOS DADOS

70. Todas as referências de preço obtidas serão compiladas em sistema gerencial ou planilha eletrônica do tipo Excel ou similar, contendo no mínimo, para cada referência obtida, a descrição da fonte, preço unitário e quantidade, recebendo tratamento estatístico para evitar a influência de valores distorcidos, a fim de definir o preço de referência aceitável.

CAPÍTULO XIV

DA FORMALIZAÇÃO PROCESSUAL

71. O documento comprobatório da pesquisa realizada, memória de cálculo, data de realização, descrição da metodologia, bem como eventuais justificativas motivadas e o responsável deverão constar de processo administrativo, que poderá ser formalizado em separado ou no mesmo processo da compra.

CAPÍTULO XV

DA VALIDADE

72. A pesquisa de preços terá validade máxima de 06 (seis) meses a partir da sua conclusão, podendo ser utilizada em outras compras do mesmo objeto e compartilhada com outros órgãos públicos. **a)** A validade da pesquisa dependerá de análise da volatilidade dos preços em função do tipo de produto ou variações significativas de mercado.

CAPÍTULO XVI

DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

73. Será apurada responsabilidade em casos de constatação de manipulação, de qualquer espécie, dos dados pesquisados, bem como na hipótese de preferência de marca, sem a devida justificativa e sem o projeto prévio de padronização, nos termos da lei. **74.** Todas as unidades envolvidas no processo licitatório não se isentam de realizar juízo crítico acerca da consistência dos valores levantados. **75.** Qualquer omissão desta Instrução Normativa deverá ser comunicada aos setores responsáveis e ao Controle Interno. **76.** Esta Instrução Normativa não se aplica a Obras e Serviços de Engenharia. **77.** Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário. **78.** Esta Instrução Normativa não se aplica aos processos administrativos já iniciados. **79.** Integrarão como anexo desta Instrução Normativa: a) Anexo I – Planilha de Formação de Preços;

Alto Taquari, 06 de Abril de 2021.

_____ _____

Josieli Froes Briancini da Silva Marilda Garófalo Sperandio

Controladora Interna Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº: **SLC 001/2021**	ASSUNTO: **REALIZAÇÃO DE PESQUISA DE PREÇOS REFERENCIAIS**	
Aprovada em: 06/04/2021	Ato de aprovação: Decreto nº 135/2021	Versão: 01
UNIDADE RESPONSÁVEL: Secretaria de Compras, Licitação e Contratos.		

CAPÍTULO I DA FINALIDADE

1. Esta Instrução Normativa estabelece procedimentos administrativos para **REALIZAÇÃO DE PESQUISA DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE BENS E CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS EM GERAL,** no âmbito do Poder Executivo Municipal de Alto Taquari – MT.

2. Disciplina os procedimentos referentes à pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da Administração Pública, Autárquica e Fundacional do Município de Alto Taquari.

a) O departamento de Compras pertencente a cada Secretaria do Município é responsável pela pesquisa de preços para aquisição de bens e contratações de serviços em geral.

CAPÍTULO II

DA ABRANGÊNCIA

3. Abrange todas as unidades da estrutura organizacional do Poder Executivo e administração direta e indireta, em especial o setor de compras do executivo municipal.

4. Os dispositivos desta Instrução Normativa não se aplica ás contratações de obras e serviços de engenharia.

5. Para aferição da vantajosidade das adesões as atas de registro de preços, prorrogações contratuais e compras diretas (dispensas e inexigibilidades), deverão ser observados o dispositivo nesta Instrução Normativa.

CAPÍTULO III DO CONCEITO

6. Para os fins desta Instrução Normativa considera-se:

a) Material: Designação genérica de equipamentos, componentes, sobressalentes, acessórios, veículos em geral, matérias-primas e outros itens empregados ou passíveis de emprego nas atividades das organizações públicas municipais, independentemente de qualquer fator, bem como, aquele oriundo de demolição ou desmontagem, aparas, acondicionamentos, embalagens e resíduos economicamente aproveitáveis.

b) Serviços: toda atividade destinada a obter determinada utilidade de interesse para a administração, tais como: demolição, conserto, instalação, montagem, operação, conservação, reparação, adaptação, manutenção, transporte, locação de bens, publicidade, seguro ou trabalhos técnico-profissionais.

c) Pesquisa de Preços: A pesquisa de preços é um procedimento realizado pelo requisitante de material ou serviço, utilizado para averiguar o preço estimado do item que se pretende adquirir/contratar/**aditivar**.

d) Compra: toda aquisição remunerada de bens (material) para fornecimento de uma só vez ou parceladamente.

e) Termo de Referência –TR: Entende-se como Termo de Referência o instrumento para solicitação de aquisição de bens, serviços e contratação de obras, inclusive dispensa por valor. Neste termo é obrigatório o registro das seguintes informações: objeto, justificativa da aquisição, previsão orçamentária, (exceto quando se tratar de registro de preços), projeto básico (quando necessário), periodicidade, prazo de entrega ou execução, local de entrega ou execução, e prazo de pagamento. Qualificação técnica, obrigações da contratante e penalidades.

f) Projeto Básico: Conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar a obra ou serviço, ou complexo de obras ou serviços objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegurem a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução (art. 6º, inciso IX da Lei nº 8.666/93);

g) Projeto Executivo: Conjunto de elementos necessários e suficientes à execução completa da obra, de acordo com as normas pertinentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT (Lei nº 8.666/93, art. 6º, Inciso X).

h) Especificação do Objeto: representação sucinta de um conjunto de requisitos a serem satisfeitos por um produto, contemplando o procedimento por meio do qual se possa determinar o atendimento aos requisitos estabelecidos.

i) Fonte de referência: onde estão disponíveis dados sobre preços praticados no mercado.

j) Preço de Mercado: preço corrente na praça pesquisada.

k) Preço Praticado: preço que a Administração Pública paga em suas compras.

l) Preço Registrado: preço constante no Sistema de Registro de Preços.

m) Preço de Referência: parâmetro obrigatório para julgar a compra, obtido por meio de pesquisa de preços, com base no conceito “cesta de preços aceitáveis” e tratamento crítico dos dados. Sinônimos: preço estimado, cotação, valor orçado, valor de referência, valor estimado.

n) Preço Estimado: valor obtido a partir de método matemático aplicado em série de preços coletados, podendo desconsiderar, na sua formação, os valores inexequíveis, inconsistentes e os excessivamente elevados.

o) Preço Máximo: valor de limite que a administração se dispõe a pagar por determinado objeto, levando-se em consideração o preço estimado, os aspectos mercadológicos próprios à negociação com o setor público e os recursos orçamentários disponíveis. Este parâmetro é facultativo, pois limita a aceitação da proposta, se definido sua divulgação é obrigatória no edital.

p) Sobrepreço: preço contratado em valor expressivamente superior aos preços referenciais de mercado.

q) Radar de Controle Público – Módulo de Compras Públicas: é o sistema informatizado do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso – TCE/MT que disponibiliza, dados e informações de compras públicas homologadas no estado de Mato Grosso.

CAPÍTULO IV

DA BASE LEGAL

7. A presente Instrução Normativa possui fundamento jurídico com respaldo nos seguintes dispositivos:

a) Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, artigo 31, alem de outras normas que asseguram o cumprimento de princípios inerentes, bem como, a legislação do município;

b) Lei Municipal nº 482/2007, "Institui o Sistema de Controle Interno do Município de Alto Taquari e dá outras providências";

c) Lei Federal nº 4320/1964, que dispõe sobre Contabilidade Pública;

d) Lei Complementar nº 101/2000, Lei de Responsabilidade Fiscal;

e) Lei nº 8.666/1993, Lei esta que estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

f) Lei nº 10.520/2002 - Institui no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, Modalidade de Licitação de nominada Pregão, para aquisição de bens e serviços comuns;

g) Decreto Federal nº 7.892/2013 – Regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 15 da Lei nº 8.666/93.

h) Decreto Federal nº 9.488/2018 – Altera o Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e o Decreto nº 7.579, de 11 de outubro de 2011, que dispõe sobre o Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP, do Poder Executivo federal.

i) Decreto Federal nº 10.024/2019 - Regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal.

j) Lei Complementar Federal nº 123/2006 - Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; alteram dispositivos das Leis nº 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei no 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999.

k) Resolução de Consulta nº 20/2016 – TP – Resolução esta que trata sobre balizamento de preços nas aquisições públicas;

l) Instrução Normativa nº 73/2020 - Dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e funcional.

m) e demais legislações pertinentes à matéria.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

8. Para fins desta instrução considera-se Unidade Executora a unidade que é responsável por fazer cumprir as normas desta Instrução Normativa.

9. A unidade responsável tem como responsabilidade fiscalizar o cumprimento de todas as normas instituídas nesta Instrução Normativa.

10. A aquisição de bens da administração Pública Municipal será necessariamente precedida de pesquisa de preços de referência.

11. A pesquisa de preços referenciais será realizada em atendimento aos princípios básicos da legalidade, da probidade administrativa, da transparência e da eficiência.

12. Por princípio, as compras municipais devem balizar-se pelos preços praticados no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública.

13. Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar preço de referência ou registrado, em razão de incompatibilidade com o preço vigente no mercado em condições similares.

CAPÍTULO VI

DAS RESPONSABILIDADES

14. Compete ao **Setor Demandante** e ao **Servidor responsável pela elaboração**:

a) Identificar e justificar a necessidade do objeto a partir de planejamento adequado;

b) Especificar o objeto e todas as condições de fornecimento com base em parâmetros de padronização e pesquisa de mercado;

c) Realizar pesquisa de preço conforme esta instrução normativa;

d) Informar ao setor de compras indícios de desatualização dos preços registrados;

e) Zelar pela definição de especificações adequadas, suficientes e sem direcionamento;

f) Realizar pesquisas de preços para comprovar a vantajosidade de aditamentos contratuais, conforme o caso.

g) Pautar-se pela padronização e eficiência das compras;

h) Realizar as cotações de acordo com o objeto a ser adquirido ou serviço a ser contratado.

i) Realizar a pesquisa de preços com a máxima amplitude de fontes, dando prioridade aos preços públicos praticados.

j) Assegurar prioridade da pesquisa de preços proporcional à materialidade dos bens;

k) Definir o preço de referência, formalizando o processo de pesquisa de preços;

l) Os Secretários Municipais respondem, solidariamente, pela veracidade dos valores inseridos nas pesquisas realizadas pelos servidores.

m) Os valores mencionados no item anterior devem ser apurados de forma isonômica e isenta de qualquer interesse que não seja a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável.

n) Será apurada responsabilidade em casos de constatação de manipulação, de qualquer espécie, dos dados pesquisados, bem como, na hipótese de preferência de marca, sem a devida justificativa e sem o projeto prévio de padronização, nos termos da lei.

15. Compete a **Secretaria de Compras Licitações e Contratos**:

a) Orientar e garantir o cumprimento desta Instrução Normativa;

b) Impedir a tramitação de processos que não estejam de acordo com a normativa;

c) Supervisionar e fiscalizar a pesquisa de preços;

d) Efetuar a devida devolução ao demandante nos casos em que o balizamento não observe os preceitos da instrução normativa.

16. Compete a Comissão de Licitação ou Pregoeiro:

a) Avaliar a formalização do processo de pesquisa de preços;

b) Submeter-se em caso de dúvidas acerca do preço referencial ao servidor responsável pela elaboração;

c) Assegurar que os processos licitatórios sejam elaborados com base no preço de referência e de acordo com esta instrução normativa.

17. Compete ao **Ordenador de Despesas**:

a) Ratificar a justificativa e especificação do solicitante, inclusive quanto ao preço preliminar;

b) Autorizar o processamento da compra;

c) Ao homologar a compra, exercer juízo crítico quanto ao processo e critérios técnicos adotados para definição do preço de referência e do preço homologado.

18. Compete a **Unidade de Controle Interno**:

a) Prestar apoio técnico na fase de elaboração das Instruções Normativas e em suas atualizações, em especial no que tange à identificação e avaliação dos pontos de controle e respectivos procedimentos de controle;

b) Através da atividade de auditoria interna, avaliar a eficácia dos procedimentos de controle inerentes a cada sistema administrativo, propondo alterações nas Instruções Normativas para aprimoramento dos controles ou mesmo a implantação de novas Instruções Normativas;

c) Organizar e manter atualizado o manual de procedimentos, em meio documental e/ou em base de dados, de forma que contenha sempre a versão vigente de cada Instrução Normativa.

CAPÍTULO VII

DOS OBJETIVOS

19. Normatizar os procedimentos para pesquisa de preços para qualquer tipo de aquisições de materiais e/ou serviços e nos aditivos contratuais;

20. Garantir ampla pesquisa de mercado nas contratações públicas do Município de Alto Taquari/MT;

21. Garantir a vantajosidade dos contratos celebrados pelo Município quando da realização de aditivos contratuais que exigem esta demonstração.

CAPÍTULO VIII

DOS PROCEDIMENTOS

DA EXECUSÃO

22. A solicitação de compra formulada pelo solicitante deve conter a especificação do objeto, contemplando todas as informações necessárias e suficientes, com nível de precisão adequado para caracterizar o bem pretendido.

23. A especificação do objeto deve levar em conta, sempre que houver os parâmetros de padronização da Prefeitura de Alto Taquari.

24. O setor de compras avaliará a solicitação do solicitante e em caso de especificações inadequadas do objeto, o processo será devolvido ao solicitante para correção, informando as razões da devolução.

25. Para estabelecer o preço de referência é necessário utilizar o maior número de fontes possível, devendo constar no mínimo 03 (três) pesquisas de preços para a composição da cesta de preços aceitáveis.

26. Os documentos comprobatórios contemplando as referências devem ser juntados com os demais documentos pertinentes ao processo administrativo de aquisição de bens ou contratação de serviços.

27. Nos casos excepcionais onde não for possível obter 03 (três) pesquisas de preços, a Secretaria demandante deverá justificar no balizamento de preços a impossibilidade da obtenção, pela limitação de mercado, manifesto desinteresse de fornecedores ou demais fatores ao caso.

28. A pesquisa de preços com fornecedores levará a seleção fundamentada de potenciais interessados, considerando a especialidade e a compatibilidade com o objeto e o volume da aquisição.

29. Todos os órgãos e unidade da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do município de Alto Taquari deverão discriminar o nome e matrícula do servidor responsável pela pesquisa de preço para a indicação dos valores praticados no mercado, por ocasião da solicitação para aquisição de bens e contratação de serviços em geral.

30. Somente serão aceitos orçamentos apresentados por empresas privadas que contenham no mínimo: indicação da Razão Social, CNPJ da empresa, endereço e telefone, assinatura do representante da empresa, seja impresso em papel timbrado ou que contenha a identificação da empresa, data de expedição e validade da proposta.

31. Juntamente com o orçamento de empresa deverá ser apresentada a via impressa do cartão de CNPJ, o qual poderá ser retirado pelo site: *https://servicos.receita.fazenda.gov.br/servicos/c....*

32. O orçamento poderá ser apresentado em via original ou cópia autenticada, salvo quando enviado em anexo no e-mail eletrônico oficial da empresa emitente ao e-mail oficial do Município, quando será admitida a cópia do documento.

33. A coleta de preços com fornecedores deve levar em conta a especificação completa do objeto, especialmente sua descrição, quantidades estimadas, prazos, locais e condições de fornecimento, condições de pagamento e outras informações que possam interferir na formação do preço.

34. A coleta de preços de fornecedores pode ser realizada diretamente nos estabelecimentos comerciais, mediante preenchimento de formulário apropriado que indique no mínimo, o responsável pela coleta, local, data e hora do procedimento, descrição dos produtos verificados, incluindo, sempre que possíveis fotografias das respectivas etiquetas de preço com assinatura do responsável pela coleta.

35. Pesquisas de preços que envolvam conhecimento especializado, a exemplo de bens de informática, medicamentos, equipamentos laboratoriais, serão, obrigatoriamente, analisadas e validadas por técnico habilitado na área.

36. No caso de fornecedor exclusivo, a Secretaria demandante deve juntar ao processo documentos comprobatória de outras contratações correlatas a fim de comprovar que o valor ofertado está na média das contratações anteriores celebradas com outros órgãos ou instituições, conforme Orientação Normativa nº 17 da AGU.

37. A pesquisa de preços pode, dependendo do objeto, abranger qualquer região do País e, em casos específicos, devidamente justificados, mercados externos.

38. Nas contratações emergenciais, O valor estimado pode ser feito com base no valor do último contrato. Caso não exista contrato anterior, o valor estimado será realizado diretamente com os potenciais fornecedores, sucedida de mapa comparativo indicando o fornecedor que oferecer a melhor proposta.

39. Nos casos de aditivos contratuais que exijam a demonstração da vantajosidade econômica para a Administração, a Secretaria de Compras Licitações e Contratos deverá realizar a pesquisa de preços de que trata esta Instrução Normativa como condição indispensável para a realização do Termo.

CAPÍTULO IX

DO TRATAMENTO DOS DADOS E DA FORMALIZAÇÃO

40. A pesquisa de preços será materializada em documento que conterá, no mínimo:

a) Identificação do agente responsável pela cotação;

b) Caracterização das fontes consultadas;

c) Série de preços coletados;

d) Método matemático aplicado para definição do valor estimado;

e) Justificativas para a metodologia utilizada, em especial para desconsideração de valores enexequíveis, inconsistentes e excessivamente elevados, se aplicável.

41. Para caracterização das fontes consultadas e comprovação da realização da pesquisa de preços e necessário juntar aos autos copias legíveis dos relatórios emitidos pelos sites, portais e ferramentas governamentais, das páginas consultadas dos portais de compras governamentais, dos contratos e das atas de registro de preços vigentes, firmados por outros órgãos públicos, das páginas consultadas nos sites especializados

e da resposta obtida junto ao fornecedor, ainda que se trate de manifestação de desinteresse de ofertar cotação ou outras justificativas apresentadas.

42. Deverá ser elaborada planilha com mapa comparativo de preços, conforme modelos previstos no Anexo I, bem como preencher Lista de Verificação – *Checklist* constante do Anexo II desta Instrução Normativa.

43. Quando houver ausência ou não for possível a pesquisa de preços oficiais, deverá o servidor responsável apresentar justificativa.

44. A metodologia empregada do valor referencial será a média ou mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços, desde que o cálculo incida sobre o conjunto de três ou mais preços, desconsiderados os valores inexequíveis e os excessivamente elevados, podendo ser utilizado outro método desde que justificado e comprovado a vantajosidade.

45. Na pesquisa de preços, sempre que possível, deverão ser observadas as condições comerciais praticadas, incluindo prazos e locais de entrega, instalação e montagem do bem ou execução do serviço, formas de pagamento, fretes, garantias exigidas, marcas e modelos, quando for o caso.

CAPÍTULO X

DA PESQUISA DE PREÇOS

46. No processo de planejamento da contratação, a administração deve apresentar **ampla pesquisa de preços**, tendo em vista a necessidade de verificar os preços praticados no mercado e se os recursos financeiros disponíveis permitirão o atendimento planejado. Há vários dispositivos legais que exigem esse orçamento prévio, sem o qual a licitação é considerada anulável (Lei 8.666/93, art. 15, § 1º; Lei 10.520/01, art. 3º, III; Decreto 3. 555/00, art. 8º, § 2º, II; etc.)

47. É a pesquisa de preços, portanto, que vai fundamentar o julgamento da licitação, definindo o **preço de referência**. Esse que dará suporte ao processo orçamentário da despesa define a modalidade de licitação – nos casos previstos na Lei nº 8.666/93 – fundamenta os critérios de aceitabilidade de propostas, define a economicidade da aquisição, justifica a compra no sistema de registro de preços.

48. O que a Lei determina é que as compras, sempre que possível, deverão *"balizar-se pelos preços praticados no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública"* (art. 15 da Lei 8.666/93).

49. O TCE/MT editou a Resolução de Consulta nº 20/2016, com o seguinte entendimento:

Resolução de Consulta nº 20/2016 - Processo nº 131938/2016

Ementa: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO. REEXAME DA TESE

PREJULGADA NA RESOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 41/2010. LICITAÇÃO. AQUISIÇÕES

PÚBLICAS. BALIZAMENTO DE PREÇOS. 1) A pesquisa de preços de referência nas aquisições públicas deve adotar amplitude e rigor metodológico proporcionais à materialidade da contratação e aos riscos envolvidos, não podendo se restringir à obtenção de três orçamentos junto a potenciais fornecedores, mas deve considerar o seguinte conjunto (cesta) de preços aceitáveis: preços praticados na Administração Pública, como fonte prioritária; consultas em portais oficiais de referenciamento de preços e em mídias e sítios especializados de amplo domínio público; fornecedores; catálogos de fornecedores; analogia com compras/contratações realizadas por corporações privadas; outras fontes idôneas, desde que devidamente detalhadas e justificadas. 2) Nos processos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, inclusive aqueles amparados no art. 24, I, II, da Lei nº 8.666/1993, devem ser apresentadas as respectivas pesquisas de preços, nos termos do art. 26 da Lei.

50. Deverão ser anexos ao processo de solicitação de compra os elementos que comprovem a pesquisa realizada, tais como e-mail recebido, orçamentos obtidos, pagina da internet, publicações especializadas, fontes públicas consultadas.

51. Nos casos de compras por inexigibilidade, caberá ao solicitante comprovar a adequação do preço aos parâmetros praticados em condições similares pelo fornecedor para outros clientes, especialmente outros órgãos públicos.

52. A pesquisa de preços se aplica também aos casos em que o solicitante indique à carona em Atas de Registro de Preços de outros órgãos, devendo ficar comprovada a adequação do preço registrado em comparação com outras fontes de referência disponíveis.

53. A pesquisa de preços deve ser realizada com amplitude suficiente (Acórdão TCU nº 2.637/2015-Plenário), proporcional ao risco da compra, privilegiando a diretriz emanada pelo art. 15 da Lei de Licitações, a fim de que o balizamento seja fundamentado nos preços praticados pela Administração Pública. Nesse sentido, somente quando não for possível obter preços referenciais nos sistemas oficiais é que pesquisa pode se limitar a cotação de fornecedores (Acórdão TCU 2.531/2011-Plenário).

54. A utilização da maior amplitude possível de fontes de referências nos processos de licitação, dispensa ou inexigibilidade é uma obrigação do gestor.

CAPÍTULO XI

DA CLASSIFICAÇÃO DE PRIORIDADES

55. Em relação aos métodos para tratar os dados obtidos (fontes de referencia), não há nenhuma orientação legal objetiva acerca da metodologia para obtenção de preço de referência em licitação, se exigindo, apenas, que os valores estimados estejam em consonância com a prática de mercado (Acórdão 694/2014-Plenário). Dessa forma, o gestor pode utilizar a média aritmética, mediana, média saneada, dentre outras, desde que devidamente justificada e comprovada no processo.

a) Será adotada como método preferencial **MEDIANA** como parâmetro estatístico para definição do preço de referência, considerando o entendimento do TCU no Acórdão nº 3.068/2010-Plenário e o fato de que esse critério reduz substancialmente a influência de valores discrepantes numa amostra, evitando, assim, distorções no cálculo do preço de referência, conforme determina o TCU nos Acórdãos 2.943/2013-Plenário e 2.637/2015-Plenário.

56. Considerando o principio da eficiência previsto na Constituição Federal e a racionalidade administrativa dos controles, a metodologia empregada na pesquisa de preços levará em conta o risco da compra, baseado na sua relevância material.

57. Os preços coletados devem ser analisados de forma critica, em especial, quando houver grande variação entre os valores apresentados.

58. Somente quando não for possível obter preços referenciais nos sistemas oficiais é que a pesquisa pode se limitar a cotações de fornecedores. Devendo ser justificada pelo gestor e aprovada pela autoridade competente.

CAPÍTULO XII

DAS FONTES DE REFERÊNCIAS

52. 53. 54. 55. 56. 57. 58.

59. A pesquisa de preços será realizada considerando o conceito de **"cesta de preços aceitáveis"**, que envolve as seguintes fontes de referência:

a) Preços registrados praticados na Prefeitura de Alto Taquari MT.

b) Preços registrados ou praticados em outros entes públicos, atas de registros de preços, contratos ou outros meios legais desde que não sejam em intervalo superior a 06 (seis) meses da data de abertura ou publicação do processo que deu origem.

c) Pesquisa em mídia especializada, sítios eletrônicos especializados ou em domínio amplo.

d) Pesquisa com fornecedores, sendo admitidos os preços cujas datas não se diferenciem em mais de 06 (seis) meses;

e) Banco de Preços;

f) Outras fontes, desde que devidamente detalhadas e justificadas.

60. Conforme diretrizes do art. 15, V da Lei 8.666/93, serão priorizados os preços registrados ou praticados no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública.

61. Além do exposto existem outros repositórios de preços praticados pela Administração Pública que servirão como instrumentos de pesquisa sendo eles:

a) ANP para combustíveis, http://www.anp.gov.br/preco;

b) Para veículos, http://www.webmotors.com.br e http://www.fipe.org.br/;

c) SIAG https://aquisicoes.sad.mt.gov.br que contempla pesquisa por "Descrição do Item da Ata" em Registros de Preço;

d) Diário Oficial Eletrônico dos Municípios, publicado pela AMM – Associação Mato-grossense dos municípios. A página está disponível em https://diariomunicipal.org/mt/amm e permite consulta a "Todas as edições" por palavra-chave. Pesquisando, por exemplo, a expressão dipirona "ata de registro de preços" revela diversas fontes de referência em potencial;

e) Na página do TCE-MT estão disponíveis as licitações realizadas pelas prefeituras mato-grossenses. Para consultar, visite http://cidadao.tce.mt.gov.br/licitacao. A consulta permite filtrar licitações pelo texto objeto e do item na opção "Busca Avançada", assim como diversos filtros.

f) A ferramenta Radar de Controle Público – Módulo de Compras Públicas TCE/MT disponível em https://radardeprecos.tce.mt.gov.br/extensions/radarv2/radarv2.html;

g) Medicamentos e materiais ambulatoriais http://www.saude.gov.br/bps;

h) Portal de Atas do Governo Federal https://portalgoverno.com.br/;

i) Painel de preços do Governo Federal disponível no site: https://paineldeprecos.planejamento.gov.br/.

55. 56. 57. 58. 59. 60. 61.

62. Serão admitidas referências em vigência, assim como aquelas vigentes nos últimos 180 (cento e oitenta) dias a contar da pesquisa de preços.

63. No caso de medicamento, a pesquisa de preços incluirá consulta ao Banco de Preços em Saúde (http://bps.saude.gov.br/login.jsf).

64. Os parâmetros previstos poderão ser utilizados de forma combinada ou não, devendo ser demonstrada no processo administrativo a metodologia utilizada para obtenção do preço de referência.

65. Pesquisas de preços que envolvam conhecimento especializado, a exemplo de bens de informática, medicamentos, equipamentos laboratoriais, deverão, obrigatoriamente, ser analisados e validados por técnico habilitado na área.

66. Conforme diretriz do art. 15, V da Lei 8.666/93, serão priorizados os preços registrados ou praticados na Administração Pública.

67. Respeitada a classificação e prioridades, a pesquisa de preços levará em conta o máximo de fontes de referências disponíveis, especialmente no caso de compras com muitos itens, a exemplo de medicamentos e gêneros alimentícios, devendo ser justificado o uso de pelo menos três fontes diferentes.

68. No caso de fontes de referência disponíveis na Internet, tais como sítios especializados ou comércio eletrônico de domínio amplo, serão desconsiderados preços promocionais e considerados os custos de frete, assim como será devidamente formalizada a comprovação da pesquisa, juntado aos autos cópia da página pesquisada em que conste o preço, a descrição do bem com a data e hora da pesquisa.

69. Os comprovantes da pesquisa de preços deverão anexados ao processo.

CAPÍTULO XIII

DO TRATAMENTO DOS DADOS

70. Todas as referências de preço obtidas serão compiladas em sistema gerencial ou planilha eletrônica do tipo Excel ou similar, contendo no mínimo, para cada referência obtida, a descrição da fonte, preço unitário e quantidade, recebendo tratamento estatístico para evitar a influência de valores distorcidos, a fim de definir o preço de referência aceitável.

CAPÍTULO XIV

DA FORMALIZAÇÃO PROCESSUAL

71. O documento comprobatório da pesquisa realizada, memória de cálculo, data de realização, descrição da metodologia, bem como eventuais justificativas motivadas e o responsável deverão constar de processo administrativo, que poderá ser formalizado em separado ou no mesmo processo da compra.

CAPÍTULO XV

DA VALIDADE

72. A pesquisa de preços terá validade máxima de 06 (seis) meses a partir da sua conclusão, podendo ser utilizada em outras compras do mesmo objeto e compartilhada com outros órgãos públicos. **a)** A validade da pesquisa dependerá de análise da volatilidade dos preços em função do tipo de produto ou variações significativas de mercado.

CAPÍTULO XVI

DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

73. Será apurada responsabilidade em casos de constatação de manipulação, de qualquer espécie, dos dados pesquisados, bem como na hipótese de preferência de marca, sem a devida justificativa e sem o projeto prévio de padronização, nos termos da lei. **74.** Todas as unidades envolvidas no processo licitatório não se isentam de realizar juízo crítico acerca da consistência dos valores levantados. **75.** Qualquer omissão desta Instrução Normativa deverá ser comunicada aos setores responsáveis e ao Controle Interno. **76.** Esta Instrução Normativa não se aplica a Obras e Serviços de Engenharia. **77.** Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário. **78.** Esta Instrução Normativa não se aplica aos processos administrativos já iniciados. **79.** Integrarão como anexo desta Instrução Normativa: a) Anexo I – Planilha de Formação de Preços;

Alto Taquari, 06 de Abril de 2021.

_____ _____

Josieli Froes Briancini da Silva Marilda Garófalo Sperandio

Controladora Interna Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº: SLC 002/2021

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº: **SLC 002/2021**	ASSUNTO: **PROCEDIMENTOS GERAIS PARA COMPRAS E CONTRATAÇÕES DE OBRAS OU SERVIÇOS, COM OU SEM PROCESSO LICITATÓRIO**	
Aprovada em: 06/04/2021	Ato de aprovação: Decreto nº 136/2021	Versão: 01

UNIDADE RESPONSÁVEL: Secretaria de Compras, Licitações e Contratos.

CAPÍTULO I DA FINALIDADE

1. A presente instrução normativa dispõe sobre as rotinas e os procedimentos gerais para compras e contratações de obras ou serviços, com ou sem processo licitatório, estabelecendo rotinas no âmbito do Poder Executivo do Município de Alto Taquari – MT.

CAPÍTULO II

DA ABRANGÊNCIA

2. Abrange todas as unidades da estrutura organizacional do Poder Executivo e administração direta e indireta.

CAPÍTULO III DO CONCEITO

3. Para os fins desta Instrução Normativa considera-se:

a) Sistema de Compras, Licitações e Contratos (SCL): Conjunto de atividades desenvolvidas por todas as unidades da organização para obtenção de bens ou contratações de obras ou serviços, abrangendo desde o pedido até a contabilização do pagamento da despesa. Tem como órgão central o Departamento de Compras e o Departamento de Licitação e como órgãos setoriais todas as unidades da estrutura organizacional quando no exercício de qualquer atividade abrangida pelo sistema de compras e licitação.

b) Obras: Ação de construir, reformar, fabricar, recuperar ou ampliar um bem, no qual seja necessária a utilização de conhecimentos técnicos específicos envolvendo a participação de profissionais habilitados conforme o disposto na Lei Federal nº 5.194/66.

c) Serviços: Toda atividade destinada a obter determinada utilidade de interesse para administração, tais como: conserto, reparação, adaptação, manutenção, transporte, locação de bens, publicidade, seguro ou trabalhos técnico-profissionais projetos, planejamentos, estudos técnicos, assessorias, consultorias, auditorias, supervisão e gerenciamento.

d) Serviço de Engenharia: É toda atividade que necessite da participação e acompanhamento de profissional habilitado do ramo de engenharia, agronomia, urbanismo e arquitetura, conforme disposto na Lei Federal nº 5.194/66.

e) Obras, Serviços, e Compras de Grande Vulto: Aquelas cujo valor estimado seja superior a 25 (vinte e cinco) vezes o limite estabelecido na alínea “c” do inciso I do art. 23 da Lei 8.666/93.

f) Compra: Toda aquisição remunerada de bens ou serviços para fornecimento de uma só vez ou parceladamente;

g) Imprensa Oficial: Veículo oficial de divulgação da administração pública, definido por lei.

h) Contratante: É o órgão ou entidade signatária do instrumento contratual.

i) Contrato: A pessoa física ou jurídica signatária de contrato com a administração pública.

j) Comissão: Comissão, permanente ou especial, criada pela administração com a função de receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos às licitações e ao cadastramento de licitantes.

k) Equipe de Pregão: Equipe criada pela administração com a função de receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos às licitações na modalidade de Pregão, e ao cadastramento de licitantes.

l) Sistema de Registro de Preço: Conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços comuns e aquisição de bens, para contratações futuras**.**

m) Ata de Registro de Preços: Documento vinculativo, obrigacional, com características de compromisso para futura contratação, em que se registram os preços, fornecedores, órgãos participantes e condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no instrumento convocatório e propostas apresentadas.

n) Órgão Gerenciador: Órgão ou entidade da administração pública responsável pela condução do conjunto de procedimentos para registro de preços e gerenciamento da ata dele recorrente.

o) Órgão Participante: Órgão ou entidade da administração pública que participa dos procedimentos iniciais do Sistema de Registro de Preços e integra a ata de registro de preços.

p) Órgão não participante (carona): Órgão ou entidade da administração pública que, não tendo participado dos procedimentos iniciais da licitação, atendidos os requisitos desta normativa, faz adesão à ata de registro de preços.

q) Termo de Referência: É o documento que deverá conter elementos capazes de proporcionar a avaliação do custo pela Administração, diante de orçamento detalhado considerando os preços praticados no mercado, a definição dos métodos, a estratégia de suprimento e o prazo de execução do contrato.

r) Edital: É o instrumento convocatório da licitação voltado às empresas e prestadores de serviços, com objetivo de atender a demanda da entidade, em que se apresentem os itens que se deseja adquirir em todas as condições para participação no processo licitatório e para futuras contratações. Nele são estabelecidas todas as regras do processo de licitatório para as empresas interessadas, ou seja, nele estão contidos os documentos habilitação, meios de julgamento das propostas, condições de participação, prazos, especificações de objeto, tce.

s) Contrato ou Instrumento Equivalente: É o documento que estabelece o vínculo entre o fornecedor e o Órgão Participante ou Não - Participante, por meio do qual o fornecedor se obriga a entregar o bem ou a prestar o serviço contratado e a Administração obriga-se a contratar o objeto da avença, pagando o valor respectivo por ele. Para que haja mais flexibilidade nas contratações por Registro de Preços é recomendado que utilizasse os instrumentos equivalentes ao contrato, citados no art. 62 da Lei Federal 8.666/93 (nota de empenho, autorização de fornecimento, ordem de serviço e etc.).

t) Pesquisa de Mercado: Pesquisa realizada junto ao mercado fornecedor, bem como junto aos órgãos de divulgação de preços oficiais ou, ainda, no âmbito dos preços praticados pela Prefeitura de Alto Taquari, visando à obtenção de preço de referência para subsidiar o processo licitatório, em conformidade a Resolução de Consulta nº 20/2016 – TP do TCE/MT e Instrução Normativa nº 001/2021.

CAPÍTULO IV

DA BASE LEGAL

4. A presente Instrução Normativa possui fundamento jurídico com respaldo nos seguintes dispositivos:

a) Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, artigos 31, 70 e 74 além de outras normas que asseguram o cumprimento de princípios inerentes, bem como, a legislação do município;

b) Lei Municipal nº 482/2007, "Institui o Sistema de Controle Interno do Município de Alto Taquari e dá outras providências";

c) Lei Federal nº 4320/1964, que dispõe sobre Contabilidade Pública;

d) Lei Complementar nº 101/2000, Lei de Responsabilidade Fiscal;

e) Lei nº 8.666/1993, Lei esta que estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

f) Lei nº 10.520/2002 - Institui no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, Modalidade de Licitação de nominada Pregão, para aquisição de bens e serviços comuns;

g) Decreto Federal nº 7.892/2013 – Regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 15 da Lei nº 8.666/93.

h) Decreto Federal nº 9.488/2018 – Altera o Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e o Decreto nº 7.579, de 11 de outubro de 2011, que dispõe sobre o Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP, do Poder Executivo federal.

i) Decreto Federal nº 10.024/2019 - Regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal.

j) Lei Complementar Federal nº 123/2006 - Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; alteram dispositivos das Leis nº 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei no 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999.

k) Resolução de Consulta nº 20/2016 – TP – Resolução esta que trata sobre balizamento de preços nas aquisições públicas;

l) Instrução Normativa nº 73/2020 - Dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e funcional.

m) Instrução Normativa TCE/MT nº 36/2012 – Que determina ás organizações municipais a remessa, exclusivamente por meio de Sistema de Auditoria Pública Informatizada de Contas – APLI.

n) RN nº 39/2016 – TCE/MT – TP – Estabelece parâmetros mínimos para projetos de obras públicas, à luz da Lei Federal nº 8.666/93 e da outras providências.

o) Lei Federal nº 6.496/1977 – Institui a "Anotação de Responsabilidade Técnica" na prestação de serviços de engenharia, arquitetura e agronomia.

p) Acórdãos do TCU – Acórdão nº 1.321/2014-P, Acórdão nº 669/2008-P, Acórdão nº 1.565/2015-P, Acórdão nº 694/2014-P, Acórdão nº 3.548/2006-PC, Acórdão nº 1.375/2015-P, Acórdão nº 2.166/2014-P, Acórdão nº 833/2008-P, Acórdão nº 1.574/2015-P, Acórdão nº 10.041/2015-SC, Acórdão nº 686/2011-P, Acórdão nº 2.829/2015-P, Acórdão nº 3.381/2013-P e Acórdão nº 1.610/2013-P.

q) E demais legislações pertinentes à matéria.

CAPÍTULO V

MODALIDADES DE LICITAÇÃO

5. São modalidades de Licitações, conforme descrito no art. 22 da Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02:

a) Concorrência: é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto.

b) Tomada de Preços: é a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.

c) Convite: é a modalidade de licitação entre interessados do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não, escolhidos e convidados em número mínimo de 3 (três) pela unidade administrativa, a qual afixará, em local apropriado, cópia do instrumento convocatório e o estenderá aos demais cadastrados na correspondente especialidade que manifestarem seu interesse com antecedência de até 24 (vinte e quatro) horas da apresentação das propostas.

d) Concurso: é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores, conforme critérios constantes de edital publicado na imprensa oficial com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) dias.

e) Leilão: é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para a venda de bens móveis inservíveis para a administração ou de produtos legalmente apreendidos ou penhorados, ou para a alienação de bens imóveis. Prevista no art. 19, a quem oferecer o maior lance, igual ou superior ao valor da avaliação.

f) Pregão: é a modalidade de licitação para bens e serviços comuns, independente do valor estimado da contratação, em que a disputa pelo fornecimento é feita por meio de propostas e lances, sempre do tipo menor preço. Pode ser realizado na forma presencial, com o comparecimento dos licitantes na sessão pública ou na forma eletrônica, que envolve a utilização de recursos de tecnologia da informação.

CAPÍTULO VI

DAS RESPONSABILIDADES

6. Da unidade Responsável pela Instrução Normativa:

a) Manter atualizada, orientar as áreas executoras e supervisionar a aplicação da Instrução Normativa.

7. Da Secretaria Solicitante:

a) Elaborar o Termo de Referência;

b) Especificar o objeto e todas as condições de fornecimento com base em parâmetros de padronização e pesquisa de mercado;

c) Realizar pesquisa de preços com a máxima amplitude de fontes, conforme a prioridade;

d) Confirmar junto ao Ordenador de despesas a existência de recursos orçamentários para atender a demanda;

e) Comprovar que o edital realizado para o registro de preços admite a adesão à Ata.

8. Da unidade de Controle Interno:

a) Prestar apoio técnico na fase de elaboração das Instruções Normativas e em suas atualizações, em especial no que tange à identificação e avaliação dos pontos de controle e respectivos procedimentos de controle;

b) Através da atividade de auditoria interna, avaliar a eficácia dos procedimentos de controle inerentes a cada sistema administrativo, propondo alterações nas Instruções Normativas para aprimoramento dos controles ou mesmo a implantação de novas Instruções Normativas;

c) Organizar e manter atualizado o manual de procedimentos, em meio documental e/ou em base de dados, de forma que contenha sempre a versão vigente de cada Instrução Normativa.

9. Do setor de Licitações e Contratos:

a) Manter a Instrução Normativa à disposição de todos os funcionários da unidade, velando pelo fiel cumprimento da mesma;

b) Cumprir fielmente as determinações da Instrução Normativa, em especial quanto aos procedimentos na geração de documentos, dados e informações;

c) Manter no desempenho das tarefas a que estiverem encarregados, atitude de independência, serenidade e imparcialidade;

d) Guardar sigilo sobre dados e informações obtidos em decorrência do exercício de suas funções e pertinentes a assuntos sob a sua fiscalização, utilizando-os exclusivamente para a elaboração de relatórios ou para expedição de documentos;

e) Elaborar minutas de contratos a serem firmados pelo Poder Executivo;

f) Informar a multa a ser recolhida, a rescisão ou a alteração contratual, conforme o caso;

g) Publicar extratos;

h) Providenciar a documentação relativa a contratos, e outros que devam ser encaminhadas ao Tribunal de Contas e para Controladoria;

i) Receber, analisar e providenciar respostas ás notificações do Tribunal de Contas;

j) Atender a unidade do Controle Interno no que for necessário e solicitado de acordo com os princípios da Administração Publica prescrito na Constituição de 1988, Lei Municipal 482/2007;

k) Atender o publico alvo interno e externo, com eficiência e eficácia naquilo que for necessário, em acordo com os princípios constitucionais da Administração Publica Brasileira;

l) Os agentes do setor de licitação e contratos responderão solidariamente por todos os atos praticados pela comissão, salvo se posição individual divergente, devidamente fundamentada, estiver registrada em ata da reunião em que a decisão tomada foi contraditada conforme dispõe art. 51, § 3º da Lei 8.666/93;

m) Os membros das comissões especial ou permanente, são condenados em debito solidariamente com os demais responsáveis, caso a irregularidade por eles praticada tenha nexo de causalidade com o prejuízo causado ao Erário. Nessa situação podem ser apenados com a multa prevista no art. 57 da Lei nº 8.443/1992;

n) Comprovação de que o fornecedor registrado na ata mantém as mesmas condições de habilitação e regularidade fiscal (certidões de INSS, FGTS e Fazendas Públicas) exigidas no edital da licitação;

o) Consultar os órgãos de controle para verificar o registro de sanção aplicada ao fornecedor;

p) Juntada da minuta do contrato elaborado nos termos do edital e da Ata de Registro de Preços.

10. Do Departamento Jurídico:

a) Emitir parecer quanto à regularidade da minuta do edital, aprovando-a integralmente ou com ressalvas que entender cabíveis, individualizando os itens a serem corrigidos, quando necessário;

b) Após manifestação fundamentada, deverá encaminhar o processo novamente a respectiva Comissão de Licitação ou Equipe do Pregão para as adequações cabíveis e prosseguimento do processo.

11. Da (o) Prefeita (o) Municipal:

a) Autorizar abertura de licitações;

b) Decidir sobre recursos contra atos da Comissão Permanente de Licitação e do Pregoeiro;

c) Homologar os procedimentos licitatórios e, quando necessário, adjudicar;

d) Ratificar os atos de dispensa e de inexigibilidade de licitação;

e) Celebrar contratos;

f) Ordenar o pagamento de despesas.

12. Dos Fiscais dos Contratos:

a) Verificar se a entrega de materiais, execução de obras ou prestação de serviços ocorreram em estrita conformidade com as especificações e condições previstas no contrato administrativo;

b) Anotar/registrar em formulário ou livro próprio todas as irregularidades e ocorrências relacionadas com a execução do contrato, apontando e comunicando formalmente as faltas ou defeitos observados ao preposto do contrato;

c) Determinar direta e imediatamente ao preposto do contrato que sejam adotadas as providências necessárias para a correção de eventuais faltas ou defeitos observados na execução do contrato, e, quando essa determinação ultrapassar a competência do fiscal, o fato ensejador deverá ser comunicado imediatamente ao setor responsável para adoção das medidas cabíveis;

d) Atestar as notas fiscais, encaminhando-as a unidade administrativa competente para o processamento e pagamento da despesa;

e) Aprovar medições de serviços efetivamente realizados e o cronograma de execução de obras, juntando-os as respectivas notas fiscais;

f) Comunicar ao gestor/autoridade competente, formalmente, sobre irregularidades, faltas ou defeitos observados na execução contratual, sugerindo, inclusive, possíveis penalidades que podem ser aplicadas ao contrato;

g) Solicitar a unidade administrativa competente esclarecimentos de dúvidas, relativas ao contrato cuja fiscalização esteja sob sua responsabilidade;

h) Verificar se o contrato, na realização do objeto, respeita as normas pertinentes à segurança do trabalho;

i) Realizar o acompanhamento do cumprimento do cronograma de execução do contrato;

j) Verificar se houve subcontratação do objeto pactuado em desacordo com o contrato, fora das hipóteses admitidas em lei ou sem a autorização da Administração;

k) Verificar a quantidade e a qualidade dos materiais e insumos empregados na execução do contrato;

l) Verificar se, durante a execução de obras e serviços, o contrato disponibilizou as instalações, equipamentos, maquinas e pessoal técnico especializado necessário ao cumprimento de cada etapa do objeto contratado, conforme estipulado no projeto básico ou termo de referencia da contratação, bem como nas relações e declarações apresentadas pelo contratado na fase de habilitação da licitação;

m) Encaminhar ao gestor/autoridade competente, eventuais pedidos de modificações no cronograma físico-financeiro de execução, de substituições de materiais ou equipamentos, e demais alterações contratuais apresentadas pelo contratado;

n) Verificar se, na execução do objeto, o contratado toma as precauções necessárias para evitar eventuais danos a terceiros;

o) Sugerir ao gestor/autoridade competente a interdição ou paralisação imediata do contrato, quando, efetivamente, constatar uma irregularidade que possa comprometer a qualidade futura do objeto contratado;

p) Comunicar via gestor/autoridade competente, situações irregularidades verificadas na execução contratual que devam ser objeto de atenção de órgãos fiscalizadores, como Vigilância Sanitária, Corpo de Bombeiros, Defesa Civil, Defesa Ambiental, etc.;

q) Representar perante as autoridades competentes a ocorrência de possíveis crimes de que tenha conhecimento em virtude do seu oficio, como apresentação de documentos falsos, crimes contra o meio ambiente e crimes contra a Administração Publica;

r) Recomendar ao gestor/autoridade competente a glosa de pagamentos por objetos contratuais mal executados ou não executados;

s) Realizar o recebimento do objeto contratado em caráter provisório, e em definitivo quando a legislação assim permitir ou não vedar;

t) Verificar a regularidade jurídica, trabalhista e fiscal do contratado, quando as normas internas assim definirem.

CAPÍTULO VII

COMISSÃO PERMANENTE, ESPECIAL, SERVIDOR, PREGOEIRO OU LEILOEIRO.

13. Consideram-se responsáveis pela licitação os agentes públicos designados pela autoridade competente, por ato administrativo próprio (Portaria, por exemplo, a qual deve estar anexada aos processos licitatórios), para integrar comissão de licitação, ser pregoeiro ou para licitação na modalidade Concurso ou Leilão, conforme composição apresentada a seguir:

Modalidade	Composição	Fundamento
Concorrência e Tomada de Preços	Comissão de Licitação (no mínimo 03 membros)	Art. 51 da Lei 8.666/93
Convite	Comissão de Licitação ou Servidor Designado	Art. 51, § 1º da Lei 8.666/93
Concurso	Comissão Especial (Servidores Públicos ou não)	Art. 51, § 5º da Lei 8.666/93
Leilão	Leiloeiro Oficial ou Servidor Designado	Art. 53 da Lei 8.666/93
Pregão	Pregoeiro e Equipe de Apoio	Inciso IV do Art. 3º da Lei 10.520/02.

14. Na composição da comissão de licitação não devem figurar servidores participantes das fases de homologação e de adjudicação (TCU - Acórdão nº 3548/2006 – Primeira Câmara). Além disso, é vedado o exercício, por uma mesma pessoa, das atribuições de pregoeiro e de fiscal do contrato celebrado, por atentar contra o princípio da segregação das funções (Acórdão TCU nº 1375/2015 – Plenário) (quem faz o que hoje lá).

15. A função de pregoeiro deve ser exercida por pessoa pertencente ao quadro do órgão ou da entidade promotora do certame, a menos que não se disponha de servidor qualificado para atuar na função, situação que justifica a excepcional designação de terceiro estranho à Administração. (Acórdão TCU nº 2166/2014 – Plenário).

16. Embora a comissão de licitação não detenha a incumbência de elaborar o edital, deve atuar no sentido de não tolerar vícios no instrumento, uma vez que este constitui a base para todo seu trabalho de processamento da licitação (Acórdão TCU nº 833/2008 – Plenário).

17. Um aspecto importante da atuação da comissão é a possibilidade de promover diligências para esclarecer ou complementar a instrução do processo licitatório, em conformidade com o § 3º do art. 43 da Lei nº 8.666/93, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta. Essa atuação revela-se de especial relevância, especialmente na confirmação da autenticidade dos atestados apresentados pelas empresas para comprovação da capacidade técnico-operacional, pois, em muitos casos, trata-se de atestados falsos, sem respaldo contratual.

18. Além disso, a comissão de licitação pode realizar a autenticação dos documentos apresentados por meio de cópia na própria sessão de entrega e abertura das propostas, em atenção aos princípios do formalismo moderado e da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, e em consonância com o art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993. (Acórdão TCU nº 1574/2015 – Plenário).

19. Por fim, cabe ressaltar que os membros de comissão de licitação respondem solidariamente pelos atos praticados, salvo se posição individual divergente estiver devidamente fundamentada e registrada em ata da reunião em que tiver sido tomada a decisão. Por outro lado, os integrantes da equipe de apoio não possuem poder decisório, portanto, em regra, não respondem pelas decisões adotadas pelo pregoeiro (Acórdão TCU nº 10041/2015 - Segunda Câmara).

SEÇÃO I

CAPÍTULO VIII

DOS PROCEDIMENTOS

20. Do Fluxo das Compras;

a) A solicitação e memorando deverão vir especificados quanto a sua origem e seu destino, compreendendo ainda as seguintes especificações: quantidades, justificativa da necessidade, qual o departamento se destina o bem ou serviço e qual a finalidade. Deverá contar ainda todas as especificações básicas de cada produto ao qual se pretende adquirir, tais como: medida, peso, unidade, gramatura, etc. A requisição/solicitação é apresentada ao departamento de Licitação que analisará, verificando se contém as informações exigidas.

b) Os pedidos para aquisições de peças e manutenção de veículos devem conter descrição suficiente dos serviços, bem como dados sobre o veículo, placa e a identificação de sua finalidade, com as cotações de preço, mesmo que seja aquisição através de processo licitatório.

c) As solicitações e memorando deverão vir com assinatura do Secretário da pasta.

d) As solicitações de compras deverão vir separadas por grupos de materiais de consumo (limpeza, gêneros alimentícios, peças para veículos, materiais de construção, materiais de pintura, gás, materiais elétricos entre outros materiais de consumo, equipamentos, papelaria, expediente, suprimentos de informática, medicamentos, materiais para procedimentos cirúrgicos, materiais odontológicos, materiais laboratoriais).

e) Os pedidos de medicamentos, gêneros alimentícios, materiais de consumo, etc. para atender aos programas da área da saúde, da educação e da ação social, deverão vir separados, exemplos (medicamentos da farmácia básica, saúde mental, salário educação, bolsa família, Paif, PDDE, PNAT, etc.).

f) Os materiais de consumo ou permanentes serão descritos com as especificações técnicas e de padrão de qualidade possíveis, vedada à citação de marcas ou outros elementos que direcionem a compra para determinado produto. A marca poderá ser utilizada como referencia de qualidade, “com exigência de igual ou superior”, onde deverá ser justificado junto ao Termo de Referencia e Edital, o custo beneficio, estudos técnicos e detalhados, para comparação e comprovação da exigência, para cada produto.

g) Estando apropriada a requisição e memorando serão encaminhadas ao Ordenador de Despesas ou a quem for delegado poder, para autorizar ou não a compra.

h) De posse dessa autorização o departamento de compras, realizara a pesquisa de preço para compra direta ou procederá à compra do item licitado, anexando as devidas certidões de regularidade fiscal, após emitirá a NAD – Nota de Autorização de Despesas e encaminhará para o departamento de contabilidade para o preempenho.

i) Depois de empenhado volta para o departamento de compras que fará aquisição do produto serviço.

j) A requisitante conferirá a mercadoria e atestará a nota fiscal, encaminhando-a para o departamento de compras, para cada entrega, o fiscal do contrato, quando se tratar de produtos/serviços licitados, ou um servidor designado pela administração, quando se tratar de compras diretas, estes deverão conferir e atestar ou não a entrega da mercadoria.

k) As descrições das notas fiscais deverão coincidir com as especificações do pedido de compras e requisições, onde será devolvida para devidas correções e suspenso de pagamento ate que o erro seja sanado.

l) Após todos os procedimentos será enviado a Secretaria de Finanças com o memorando, requisição, certidões de regularidade fiscal, NAD, nota fiscal e empenho para sua liquidação e o devido pagamento das despesas.

m) Se for compra licitada devera constar o numero e a modalidade da licitação.

n) Os pedidos de produtos ou serviços licitados deverão coincidir com itens do referido processo licitatório.

o) Se a requisição estiver incompleta, será devolvida a Secretaria requisitante, para a devida complementação instrutiva.

CAPÍTULO IX

FASES DA LICITAÇÃO

21. As fases da licitação são compreendidas pela fase interna (escolha da modalidade da licitação, e elaboração do instrumento convocatório) e a fase externa (habilitação, julgamento, homologação e adjudicação), descritas conforme abaixo:

a) Fase Interna:

Projeto Básico/Termo de Referência;

Estimativas de Preço;

Elaboração do Edital;

Exame de Aprovação da Assessoria Jurídica;

Publicação do Certame.

22. Projeto Básico/Termo de Referência:

a) Nos termos do inciso X, do art. 6º da Lei nº 8.666/93, **Projeto Básico - PB** é o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar obra ou serviço, ou complexo de obras ou serviços. As obras ou serviços realizados nas modalidades concorrência, tomada de preços e convite devem ser necessariamente procedidas da elaboração de projeto básico;

b) O Termo de Referencia - TR, por sua vez, é o documento que deve conter elementos capazes de propiciar a avaliação do custo pela Administração diante de orçamento detalhado, a definição dos métodos, estratégia de suprimento, valor estimado em planilhas de acordo com o preço de mercado, cronograma físico-financeiro, se for o caso, critério de aceitação do objeto, deveres do contratado e do contratante, procedimentos de fiscalização e gerenciamento do contrato, prazo de execução e sanções, de forma clara, concisa e objetiva (§ 2º do art. 9 do Decreto nº 5.450/2005). A legislação refere-se à Termo de Referência para as licitações na modalidade Pregão, presencial ou eletrônico, ou seja, para contratações de bens e serviços de natureza comuns, independentemente do valor (Anexo II apresenta o Modelo padrão de TR);

c) O Projeto Básico ou Termo Referência são peças obrigatórias, mesmo nos casos de contratação direta, por dispensa ou inexigibilidade, conforme preconiza o já mencionado § 9º, do art. 7º da Lei 8.666/93, combinado com o parágrafo único, do art. 26 da mesma Lei.

d) Nenhuma contratação de obra, serviço ou material poderá ser realizada se não for antecedida de Projeto Básico e Termo de Referência.

e) Para abertura do processo licitatório de obras publicas devera ser instruído com a seguinte documentação prevista na legislação pertinente:

Projeto Básico e Projeto Executivo devidamente aprovado pela autoridade competente;

Anotação de Responsabilidade Técnica – ART da elaboração do projeto;

Planilha de orçamento detalhada da obra;

Planilha de cronograma físico-financeiro da obra;

Especificações técnicas e memorial descritivo da obra;

Relatório de impacto ambiental e licenças ambientais, quando for o caso;

Certidão atualizada do imóvel do Cartório de Registro de Imóveis, quando for o caso.

23. Da ART – Anotação de Responsabilidade Técnica

a) O Projeto Executivo deverá ter ART, do (s) responsável (is) pela sua elaboração, conforme dispõem os arts. 1º e 2º, da Lei Federal nº 6.496/1977;

b) Os processos licitatórios destinados à contratação de obras e serviços de engenharia deverão estar instruídos com a Anotação e/ou Registro de Responsabilidade Técnica (ART/RRT) referente aos projetos, orçamento-base, especificações técnicas, composição de custos unitários, cronograma físico-financeiro e outras peças técnicas.

c) É dever do gestor e da CPL – Comissão Permanente de Licitação, exigir apresentação de Anotação e/ou ART/RRT referente ao projeto, execução, supervisão e fiscalização de obras e serviços de engenharia, com indicação do responsável pela elaboração de plantas, orçamento-base, especificações técnicas, composições de custos unitários, cronograma físico-financeiro e outras peças técnicas;

d) Para efeito desta norma, equipara-se à Projeto Básico o Termo de Referência que instrui o procedimento licitatório destinado à contratação de obras e serviços de engenharia por meio de Pregão;

e) O Departamento de Engenharia ao receber um pedido de projeto da Secretaria interessada, devidamente justificado pela autoridade competente, deverá entregar à CPL os documentos necessários, atendendo dessa forma a todas as etapas legais necessárias para iniciar o processo licitatório.

f) No edital de licitação para execução de obra, se for o caso, deverá ser atribuído ao contrato, responsabilidade para obtenção de licença ambiental, conforme dispõem as resoluções do CONAMA nº 001/86 e nº 237/97 e da Lei nº 6.938/81 e, ainda, se necessário, deve-se elaborar o Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) como parte integrante do projeto básico ou preliminarmente:

Licença Ambiental;

EIA/RIMA;

Alvará de Licença (Licença Municipal);

Habite-se.

24. Objeto da Contratação:

a) O objeto a ser licitado – bens e serviços – deve ser descrito em detalhes, com todos os elementos necessários e suficientes à elaboração da proposta pelos licitantes. Essa definição do objeto de forma clara e precisa materializa o principio constitucional da isonomia, ao permitir que os licitantes tenham conhecimento das condições básicas.

25. Quantidade a ser contratada:

a) Na elaboração do Projeto Básico ou Termo de Referência, a Administração deve demonstrar a **relação entre a demanda prevista e quantidade de bens e serviços que serão contratados,** acompanhado dos critérios utilizados para essa mensuração, documentação comprobatória, fotografias, entre outros;

b) Dessa forma, a equipe de planejamento da contratação deve definir método para estimar as quantidades necessárias e documentar a aplicação do método no processo de contratação;

c) A exigência de expressa motivação, mediante demonstração objetiva e fundamentada da necessidade da contratação, decorre de expressa disposição legal (art. 2º da Lei nº 9.784/99; Inciso I, do art. 3º da Lei nº 10.520/02).

26. Justificativa da necessidade da contratação:

a) Toda aquisição de bens e contratação de serviços deve ser fundada em real necessidade, devidamente demonstrada nos autos do processo administrativos, em estrita observância ao principio da motivação;

b) Nessa situação (contratação direta) deve existir, ainda, a devida justificativa da escolha do fornecedor e do preço do produto adquirido ou do serviço contratado, nos termos do artigo 26, parágrafo único, incisos II e III da Lei 8.666/93;

c) No caso de inexigibilidade, deverá apresentar a comparação com os preços praticados pelo fornecedor junto a outras instituições públicas ou privadas. (Acórdão TCU nº 1.562/2015 – Plenário e Orientação Normativa AGU nº 17/2009).

27. Do Parcelamento do Objeto:

a) O **parcelamento**, de acordo com a Lei nº 8.666/93, é obrigatório **quando o objeto da contratação tiver natureza divisível**, desde que não haja prejuízo para o conjunto a ser licitado. Parcelamento nada mais é que a divisão do objeto em partes menores e independente. Cada parte, item, etapa ou parcela representa uma licitação isolada ou em separado. Sobre o assunto, é importante lembrar que o art. 23, § 1º da Lei 8.666/93 estabelece o parcelamento como regra, razão pela qual cabe ao administrador demonstrar os motivos que o levaram a não dividir o objeto licitado.

28. Estimativa de Preços

a) No processo de planejamento da contratação, a administração deve apresentar **ampla pesquisa de preços**, tendo em vista a necessidade de verificar os preços praticados no mercado e se os recursos financeiros disponíveis, que permitirão o atendimento planejado. Há vários dispositivos legais que exigem esse orçamento prévio, sem o qual a licitação é considerada anulável (Lei 8.666/93, art. 15, § 1º; Lei 10.520/01, art. 3º, III; Decreto 3.555/00, art. 8º, § 2º, II; etc.).

b) É a pesquisa de preços, portanto, que vai fundamentar o julgamento da licitação, definindo o **preço de referência**. O preço de referência dá suporte ao processo orçamentário da despesa, define a modalidade de licitação – nos casos previstos na Lei nº 8.666/93 – fundamenta os critérios de aceitabilidade de propostas, define a economicidade da aquisição, justifica a compra no sistema de registro de preços.

c) O que a Lei determina é que as compras, sempre que possível, deverão "balizar-se pelos preços praticados no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública" (art. 15 da Lei 8.666/93).

d) Para fazer a pesquisa de preços, uma importante fonte é o site do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso – TCE/MT, através do RADAR de Controle Público, Módulo Compras Públicas. Por meio dele é possível obter preços praticados pelos municípios de Mato Grosso.

e) Para balizamento de preços deve-se usar a **INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 001/2021** que estabelece procedimentos administrativos para **REALIZAÇÃO DE PESQUISA DE PREÇOS REFERENCIAIS** para aquisição de bens e serviços no âmbito do Poder Executivo Municipal de Alto Taquari – MT.

29. Elaboração do Edital

a) O edital é o instrumento por meio do qual a administração torna pública a realização de uma licitação. Tem por finalidade fixar as condições necessárias à participação dos licitantes, ao desenvolvimento da licitação e à futura contratação, além de estabelecer determinado elo entre a Administração e os licitantes.

b) A fim de garantir maior competitividade possível à disputa, a Lei nº 8.666/93 proíbe qualquer exigência exagerada ou desnecessária. Por isso, a Lei não admite nada além do que nela está previsto. Somente poderá ser exigida dos interessados, para habilitação nas licitações, documentação relativa a:

Habilitação jurídica;

Qualificação técnica;

Qualificação econômico-financeira;

Regularidade fiscal e trabalhista;

Cumprimento do disposto no inciso XXXII do art. 7º da Constituição Federal (restrições e proibições ao trabalho de menores).

30. Publicidade do Certame

a) A adequada publicidade do extrato do edital de licitação em imprensa oficial e também em jornal diário de grande circulação na região da aquisição do bem ou da prestação dos serviços é condição essencial para o cumprimento dos princípios constitucionais da publicidade e da isonomia e do art. 21, inciso III da Lei 8.666/93.

b) Prazo mínimo até o recebimento das propostas ou da realização do evento será de:

45 (quarenta e cinco) dias para a modalidade de licitação: **concurs**o, e para modalidade de licitação: **concorrência**, quando o contrato a ser celebrado contemplar o regime de **empreitada integral** ou quando a licitação for tipo **"melhor técnica"** ou **"técnica e preço";**

30 (trinta) dias para modalidade de licitação **tomada de preços**, quando a licitação for do tipo **"melhor técnica"** ou **"técnica e preço"**; e para modalidade **concorrência** quando **não houver análise técnica**;

15 (quinze) dias para modalidade de licitação **tomada de preços**, sem abranger o tipo **"melhor técnica", "técnica e preço"** ou **leilão;**

05 (cinco) dias úteis para modalidade de licitação **convite;**

08 (oito) dias úteis para modalidadede **Pregão.**

CAPÍTULO X

PASSO A PASSO FASE INTERNA

31. O pedido para aquisições de bens e serviços terá origem na Secretaria/Unidade Solicitante que deverá confeccionar por meio de **Memorando Interno (anexo I)**, justificando da necessidade e do interesse público, juntamente com o **Termo de Referência (anexo II)** especifico para cada objeto ou Projeto Básico, que deverá contemplar os seguintes requisitos:

a) Objeto (descrição sucinta);

b) Especificação do objeto, quantidade, valor estimado (unitário e total);

c) Justificativa técnica do pedido;

d) Modalidade e tipo de contratação, inclusive se forem para Registro de Preços;

e) Condições de garantia/assistência técnica do objeto;

f) Valor estimado da contratação (justificativa);

g) Dotação orçamentária;

h) Condições de recebimento do objeto;

i) Prazo de execução/entrega;

j) Prazo de vigência do contrato;

k) Local de entrega/execução (endereço completo);

l) Gerência responsável (ou setor equivalente): endereço, telefone, horário, etc.;

m) Amostras/laudos técnicos, quando necessário;

n) Obrigações da contratada;

o) Obrigações da contratante

p) Garantias contratuais

q) Fiscalização do contrato com indicação dos fiscais que serão cientificados no ato de elaboração do termo;

r) Forma de pagamento;

s) Outras informações (data local, assinatura do responsável pela elaboração do TR e do Secretário da pasta).

32. Solicitam-se os orçamentos, na intenção de formar uma cesta de preços aceitáveis na Administração Pública, a cotação de preços deve seguir o que foi contemplado na Instrução Normativa nº 01/2021, e ainda deve contemplar:

a) Identificação do estabelecimento informante;

b) Especificação do objeto;

c) Unidade de fornecimento;

d) Data da coleta;

e) Nome do informante;

f) Nome do coletor;

g) Preço de venda;

h) Condições de comercialização;

i) Se possível, incluir carimbo de CNPJ e assinatura do funcionário.

33. O pedido protocolizado será encaminhado a Secretaria de Compras, Licitações e Contratos, que analisará a solicitação de aquisição de bens e serviços, e verificará a regularidade do Termo de Referência e demais documentos anexos.

a) O setorcom o objetivo de otimizar as compras e contratações da administração municipal, deverá verificar com as demais secretarias quanto à sua necessidade em relação ao objeto a ser licitado, solicitando manifestação das mesmas, com prazo de 02 (dois) dias para resposta.

b) Caso o processo não esteja de acordo com os requisitos citados nesta Instrução, a Secretaria responsável devolverá a Secretaria/Unidade solicitante, para as devidas correções que deverão ser realizadas no prazo de máximo de 02 (dois) dias.

34. Após verificações e estando de acordo com esta instrução o Setor de Licitação enviará o processo à Secretaria de Finanças para confirmação da dotação financeira **(anexo IV)** com a LOA e a compatibilidade com o PPA e a LDO, declaradas pelo Órgão solicitante (art. 16 da LC 101/2000).

35. Estando o processo em plena conformidade, o **processo será remetido a (ao) Chefe do Executivo Municipal para autorização** (**anexo V**) e ao Departamento de Licitações (Comissão de Licitação/Equipe de Pregão) para elaboração de minuta do edital e anexo.

36. Deverá conter no processo:

Ato de designação da Comissão Permanente de Licitação (portaria ou decreto);

Copia do projeto básico (no caso de obras e serviços) ou Termo de Referência (no caso de fornecimentos de bens e/ou serviços);

Minuta de Edital, do Contrato e os demais anexos, planilha de custos com preços unitários detalhados (no caso de obras e serviços);

Existência de pesquisa de preço (no caso de fornecimentos de bens e/ou serviços);

Cronograma físico-financeiro ou programação de desembolso (em caso de obra oriunda de convênio anexar copia do instrumento assinado);

37. Em seguida o processo será enviado a Assessoria Jurídica Municipal para análise e manifestação quando à regularidade da minuta do edital e seus anexos.

No Parecer jurídico, a Assessoria Jurídica e/ou Procurador Jurídico analisará a Minuta do Edital, do Contrato e os demais anexos, bem como a juridicidade, legalidade, publicidade, interesse público e a motivação da Licitação. Após análise feita, o processo será devolvido a Comissão de Licitação, com o devido parecer.

38. Após a aprovação prévia da despesa, passa-se à etapa de elaboração e exame do instrumento convocatório, com sua posterior publicação. O parágrafo único do art. 38 da Lei 8.666/93, traz a disposição de que as minutas de editais e contratos (além de demais convênios ou ajustes), devem ser previamente analisadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração. Tal orientação destina-se a evitar que defeitos apenas sejam descobertos tardiamente. Porém, a inobservância deste dispositivo não vicia nem invalida o procedimento se o instrumento convocatório, ou contrato, estiver perfeito, sem vícios, configurando tão somente a responsabilidade funcional dos agentes que não cumpriram essa formalidade. Entretanto, não sendo atendida tal formalidade, qualquer interessado poderá provocar a Administração, para que dê a devida observância ao dispositivo. Ressalte-se que o Tribunal de Contas da União determina que: *"Sejam submetidos ao parecer prévio da assessoria jurídica os editais das licitações, sendo dispensado tal procedimento aos convites, mas salientando ser obrigatória a análise preliminar das minutas de contratos, independentemente da modalidade de licitação a que estiverem vinculados. (grifos nossos)".*

39. De posse da documentação necessária e parecer, a comissão dará início a realização do certame, com a publicidade da licitação nos diários oficiais e/ou jornais de grande circulação, obedecendo ao prazo legal previsto por tipo de modalidade e estipulando hora e local para realização do certame.

CAPÍTULO XI

PASSO A PASSO FASE EXTERNA

40. A Fase Externa tem inicio com a publicação do extrato do edital da licitação ou expedição da carta-convite. Observe que o edital ou carta-convite não precisam ser publicados em sua íntegra, bastando apenas à divulgação de um aviso.

41. Qualquer cidadão é parte legítima para **impugnar edital** de licitação por irregularidades na aplicação e lei vigente, devendo protocolar o pedido até **05 (cinco) dias úteis antes da data fixada para o recebimento dos envelopes**, devendo o Presidente da Comissão Permanente de Licitação julgar e responder à impugnação em **03 (três) dias úteis do recebimento**. Quanto ao **Pregão**, na modalidade presencial e eletrônica, o prazo é de **02 (dois) dias úteis** antes da data fixada para recebimento das propostas, e cabe ao Pregoeiro decidir, no prazo de **24 (vinte e quatro) horas**.

42. Caso seja procedente a impugnação, após as alterações necessárias no edital, deverá ser novamente publicado da mesma forma da publicação do texto original, **reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido,** exceto quando, inquestionavelmente, a alteração **não afetar a formulação das propostas.**

43. Confirmada a improcedência das impugnações, o Presidente da Comissão Permanente de Licitação comunicará o fato ao impugnante e aos demais interessados.

44. Da Habilitação:

a) Antes da fase de habilitação propriamente dita, há o credenciamento dos licitantes com apresentação dos seguintes documentos:

Constituição Societária;

CNPJ atualizado;

Procuração se for o caso;

Declaração que atende aos requisitos da licitação.

b) Após o credenciamento inicia-se a faze de habilitação com os seguintes procedimentos:

O recebimento e abertura do envelope 01 – documentos de habilitação, estando devidamente protocolado com dia e hora (exceto na modalidade pregão);

Após efetuar analise dos documentos de habilitação, atestar as cópias de documentos e caso haja necessidade, efetuar diligência relacionada à fase de habilitação, em tempo hábil de 20 minutos;

c) O julgamento da fase de habilitação será iniciado, mediante lavratura em ata e do termo de renúncia de interposição de recurso por todos participantes, a leitura e aprovação da ata circunstanciada de abertura dos envelopes de habilitação;

Publicar extrato da ata, no caso de recursos administrativos (Lei 8.666/93, art. 109, §1º);

Para modalidade pregão inicia-se a sessão de abertura com o envelope de *Julgamento das propostas*;

45. Do julgamento das propostas:

O envelope 2 – Proposta será aberto, assinados tanto os envelopes como os documentos de propostas, seguida do julgamento das mesmas e emissão de mapa de apuração lavrados. Quando houver determinação no edital, será feita a análise das amostras;

Deve-se publicar a decisão em sessão, com ou sem a presença de todos os licitantes;

Submeter para assinatura o termo de renuncia ao direito de recorrer do julgamento das propostas (*se todos estiverem presentes inclusive o vencedor*);

Determinar a lavratura da ata circunstanciada da sessão de julgamento;

Fazer a leitura da ata e colocar em votação, devendo assiná-la a Comissão e demais presentes;

Declarar na ata da Comissão quanto ao vencedor do certame;

Fazer juntar ao processo a homologação e a prova de sua publicação (*assinada pela autoridade superior*);

Fazer despacho circunstanciado de anulação ou revogação e prova de publicidade (se for o caso);

Submeter o contrato administrativo às partes para que seja assinado;

Publicar o extrato do contrato administrativo e prova de sua publicação até o quinto dia útil do mês seguinte ao da sua assinatura, desde que não ocorra após 20 dias (lei 8.666/93, art. 61, parágrafo único);

Solicitar a emissão de ordem de compra ou de serviço, assinada pelo ordenador de despesa;

Fazer juntar ao contrato administrativo cópia do comprovante de inscrição da obra no INSS (*se for o caso*);

Nos casos de pregão o pregoeiro adjudica e a (o) prefeita (o) homologa o certame, nas demais modalidades a(o) prefeita(o) adjudica e homologa o certame.

Após realizadas todas as tarefas descritas, e juntados todos os documentos necessários o processo deve ser arquivado.

CAPÍTULO XII

CONTRATAÇÃO SEM LICITAÇÃO (CONTRATAÇÃO DIRETA)

46. A partir da Constituição Federal de 1988, a licitação passou a ser norma impositiva (obrigatório), de exigência para toda a Administração Pública, direta e indireta (inc. XXI do art. 37). Contudo, a obrigatoriedade não é absoluta, pois o próprio texto constitucional abre a possibilidade de a lei afastar o dever de licitar. Nesse contexto, a Lei 8.666/93 trata de duas formas de contratação direta: a **Dispensa** e a **Inexigibilidade** (art. 24 e 25 da Lei 8666/93), embora utilizamos a expressão “contratação sem licitação”, na verdade, a contratação direta não deixa de ser um procedimento de licitação; o que diz, nesses tipos de contratações, é que as modalidades de licitação não serão realizadas previamente às contratações.

47. Rotinas para os procedimentos de Dispensas e Inexigibilidade.

a) DISPENSA DE LICITAÇÃO (Art. 24 da Lei 8.666/93):

O Órgão interessado em adquirir o bem ou serviço por Dispensa de Licitação abre o processo juntando (devidamente protocolado):

Memorando Interno (anexo I);

Termo de Referência (anexo II);

Pesquisas de preços conforme orienta a Instrução Normativa 001/2021;

Regularidade Fiscal e contrato social da empresa vencedora da dispensa.

Após verificação pelo setor de licitação, encaminha-se a Secretaria de Finanças para verificação de recursos orçamentários para a despesa, adequação orçamentária financeira com a LOA e a compatibilidade com o PPA e LDO, que o remete a licitação.

O setor de licitação que verifica as cotações e emite a minuta de contrato (casso necessite), estando o processo de acordo encaminha a Assessoria Jurídica e/ou Procuradoria Jurídica para análise e emissão de parecer.

Após parecer jurídico a prefeita ratifica e homologa a dispensa.

O setor de Licitação emite o contrato (de acordo com a situação) providencia as assinaturas, envia as cópias a Secretaria solicitante e encerra o processo.

b) INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO (art. 25 da Lei 8.666/93)

O Órgão interessado em adquirir o bem ou serviço por Dispensa de Licitação abre o processo juntando (devidamente protocolado):

Memorando Interno (anexo I);

Termo de Referência (anexo II);

Pesquisas de preços conforme orienta a Instrução Normativa 001/2021;

Regularidade Fiscal e contrato social da empresa com quem pretende contratar.

Após verificação pelo setor de licitação, encaminha-se a Secretaria de Finanças para verificação de recursos orçamentários para a despesa, adequação orçamentária financeira com a LOA e a compatibilidade com o PPA e LDO, que o remete a licitação.

O departamento de licitação determina se o processo será por Inexigibilidade, elabora a minuta de contrato e encaminha a Assessoria Jurídica para análise e emissão de parecer.

Estando de acordo a Prefeita ratifica a Inexigibilidade de Licitação.

Após parecer jurídico e ratificação o setor de Licitação emite o contrato providencia as assinaturas, envia as cópias a Secretaria solicitante e encerra o processo.

CAPÍTULO XXIII

PASSO A PASSO DA CONDUÇÃO DA SEÇÃO POR MODALIDADE

48. Abaixo constam os procedimentos que devem ser seguidos pelo setor de Licitação, conforme a modalidade, para condição do certame. **a) CARTA CONVITE:** Agendar a data do certame; Elaborar o aviso de licitação e publicá-lo, dando ampla divulgação, com a respectiva informação do local onde se poderá obter o texto integral e todas as informações sobre a licitação; Selecionar, no Cadastro de Fornecedores, possíveis interessados em realizar/fornecerem a obra, serviço de engenharia, bens ou outros serviços, e enviar o Convite, no mínimo, a 03 (três) empresas; Anexar ao processo os comprovantes de publicação e de recebimento de Convite; A publicação do aviso de licitação e a distribuição dos Convites deverão ocorrer no prazo, de pelo menos 05 (cinco) dias úteis de antecedência da data agendada para a realização do evento; É possível a participação de interessados que não tenham sido formalmente convidados, desde que, sejam empresas que atendam ao mesmo objeto licitado e que se manifestem com antecedência de até 24 horas da apresentação das propostas; No dia, hora e local designados, a Comissão Permanente de Licitação verificará se compareceram, no mínimo, 03 (três) convidados no certame; Comparecendo, no mínimo 03 (três) convidados, o Presidente da Comissão Permanente de Licitação procederá à abertura da audiência pública de licitação, efetuará o credenciamento dos representantes das empresas licitantes e, em seguida, receberá os envelopes contendo os documentos de habilitação e propostas de preços; O Presidente da Comissão Permanente de Licitação deverá efetuar a abertura dos envelopes que contenham os documentos de habilitação, que deverão ser analisados e rubricados pelos presentes na sessão pública; Caso todos os convidados sejam inabilitados, a Comissão Permanente de Licitação registrará o fato em ata, publicará o resultado e poderá fixar o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação de nova documentação, visando à correção dos motivos que ensejaram a inabilitação; Havendo a intenção de interpor recurso, seguir-se-á os procedimentos recursais; Não havendo recurso, o /Presidente da Comissão Permanente de Licitação, deverá lavrar o fato em ata e tomar as seguintes providências: Proceder à abertura das propostas e anunciar os preços a todos os presentes; Colher assinatura dos participantes presentes e dos membros da Comissão Permanente de Licitação na documentação da proposta de preços; Conferir se as propostas atendem ao disposto no edital; Identificar a proposta vencedora; Verificar se os convidados tem a intenção de interpor recurso. Caso todas as propostas de preços sejam desclassificadas, a Comissão Permanente de Licitação consignará o fato em ata, publicará o resultado e poderá fixar o prazo de 03 (três) dias úteis para que os licitantes possam sanar as irregularidades. Após os procedimentos do artigo anterior, a Comissão Permanente de Licitação deverá elaborar ata com a apuração do resultado da licitação, elaborar despacho de adjudicação do objeto da licitação e encaminhar o processo ao Departamento Jurídico. O responsável pelo departamento jurídico analisará o procedimento licitatório e emitirá parecer. O Executivo decidirá pela homologação, revogação ou anulação da licitação. Devidamente justificado, o Executivo poderá revogar, em caso de conveniência e oportunidade, ou anular a licitação, em caso de ilegalidade, determinando o arquivamento do processo. E, qualquer que seja a decisão, o processo será encaminhado para o departamento de Licitação com a informação, no prazo de 05 (cinco) dias úteis. Se a licitação não for homologada pelo Executivo, a decisão deverá ser publicada no Diário Oficial do Município e o processo arquivado, comunicando o fato à unidade solicitante. Se a licitação for homologada pelo Executivo, o departamento de compras seguirá os procedimentos para aquisição. No caso de recurso, e após o seu respectivo julgamento, o Executivo fica responsável pela adjudicação do objeto. **c) TOMADA DE PREÇOS OU CONCORRÊNCIA PÚBLICA** Agendar a data do certame; Elaborar o aviso de licitação e publicá-lo, dando ampla divulgação, com a respectiva informação do local onde se poderá obter o texto integral e todas as informações sobre a licitação. Quando a modalidade de licitação for Tomada de Preços, os interessados deverão estar devidamente cadastrados ou atenderem às condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação. Fonte: http://www.esquemaria.com.br Na data designada para abertura e julgamento das propostas, a comissão correspondente deverá receber e rubricar, juntamente com todos os presentes, todos os documentos, inclusive os envelopes protocolizados, contendo a documentação e as propostas; Abrir os envelopes de Habilitação, conferir a documentação e dar oportunidade para que todos os licitantes também às confira, rubriquem todos os documentos dos autos, e se manifestem, caso queiram; Proferir o julgamento, que poderá ser pela desclassificação das proponentes no caso das documentações estarem incorretas, situação em que os envelopes serão devolvidos, estando os envelopes de propostas ainda lacrados; Estando correta a documentação, a respectiva Comissão de Licitação passará à fase de abertura das propostas, rubricando todos os documentos dos envelopes de propostas, e permitindo que os licitantes façam o mesmo; Em caso de inabilitação de qualquer licitante ausente na sessão de julgamento, a sessão deve ser suspensa, procedida à comunicação oficial da empresa correspondente, cuja comprovação seja possível, ou mediante publicação da decisão, e aguardado o prazo de recurso. Em caso de inabilitação de licitante presente à sessão, o mesmo deve ser consultado e se manifestará quanto ao desejo de apresentar recurso e, em caso positivo, a sessão deverá ser suspensa para efeito de recurso. Verificar se a proposta atende aos requisitos estabelecidos e preços fixados; Classificar as propostas e definir o vencedor, lavrando a respectiva ata, colhendo nela a assinatura de todos os licitantes presentes; No caso de licitante(s) ausente(s), o resultado deve ser publicado, e aguardado o prazo de recurso; Quando se tratar de Tomada de Preços do tipo “Melhor Técnica” ou “Técnica e Preço”, deverá ser entregue o envelope contendo a documentação técnica exigida no edital, sendo aberto, primeiramente, o envelope de habilitação, depois o de técnica e por último o da proposta de preço. Finalizados os procedimentos do artigo anterior, a Comissão Permanente de Licitação deverá elaborar ata com a apuração do resultado da licitação, elaborar despacho de adjudicação do objeto da licitação e encaminhar o processo Departamento Jurídico. Após, seguirão os trâmites legais. **d) PREGÃO PRESENCIAL** Agendar a data do certame; Elaborar o aviso de licitação e informar o local onde se poderá obter o texto integral e todas as informações sobre a licitação. O prazo fixado para a apresentação das propostas, contados a partir da publicação dos avisos, não será inferior a 08 (oito) dias úteis. No dia, hora e local definidos no instrumento convocatório, o Pregoeiro verificará se compareceram interessados no certame. Comparecendo interessados, o Pregoeiro procederá à abertura da audiência pública de licitação, efetuará o credenciamento do interessado em participar do pregão, ou de seu representante legal, que deverá identificar-se, comprovando, se for o caso, possuir poderes para apresentação de lances e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame. Aberta a sessão, os interessados, ou seus representantes, deverão apresentar declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação e entregarão os envelopes contendo a indicação do objeto e do preço oferecido. O Pregoeiro deverá examinar, no momento da abertura do pregão, a compatibilidade dos bens ou serviços cotados pelos licitantes, com as especificações técnicas estipuladas em edital, fazendo constar na ata, de forma detalhada, os motivos da desclassificação. O Pregoeiro abrirá os envelopes das propostas e classificará o autor da oferta de menor preço, bem como aqueles concorrentes cujo valor proposto não supere em mais de 10% (dez por cento) a menor oferta, observado o seguinte: Não havendo, no mínimo, 03 (três) ofertas, serão classificados os autores das melhores propostas, até o máximo de três, quaisquer que sejam os preços oferecidos; O número máximo de concorrentes classificados poderá ser excedido, se ocorrer empate no valor das propostas. Para julgamento e classificação das propostas, será adotado o critério de menor preço, observados os prazos máximos para fornecimento, as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos em edital. Caso todas as propostas de preços apresentadas sejam desclassificadas, o Pregoeiro poderá fixar aos licitantes o prazo de 08 (oito) dias úteis para a apresentação de

novas propostas, visando a correção dos motivos que ensejaram a desclassificação. O Pregoeiro iniciará a etapa de apresentação de lances verbais pelos licitantes, os quais deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes. O Pregoeiro deverá convidar individualmente os licitantes classificados, de forma sequencial, para apresentarem lances verbais a partir do autor da proposta classificada de maior preço, e os demais, em ordem decrescente de valor. A desistência do licitante em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará na sua exclusão da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas. Caso não se realize lance verbal, deverá ser verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação. Declarada encerrada a etapa competitiva e colocadas em ordem às propostas, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada quanto ao objeto e valor, abrirá o envelope de habilitação e verificará se as informações atendem aos requisitos do edital. Se não houver aceitabilidade da oferta da primeira classificada, e/ou não atender às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação do licitante na ordem de classificação e, assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor. Se todos os interessados forem declarados inabilitados, o fato será consignado em ata e o processo encaminhado ao Executivo que: Poderá determinar a repetição do pregão ou declarar a licitação fracassada, homologando a decisão; Arquivar o processo, em caso de licitação fracassada, e informar ao departamento de compras, que publicará o resultado e comunicará o fato à unidade solicitante. Se houver aceitabilidade da oferta da primeira classificada, e atender às exigências de habilitação, o Pregoeiro declarará o vencedor e verificará se algum licitante tem interesse em interpor recurso. Caso haja interesse na interposição de recurso, o Pregoeiro abrirá prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das razões recursais, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentarem contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos. Se houver interposição de recurso, o Pregoeiro o analisará e verificará se reconsidera sua decisão. Se o Pregoeiro não reconsiderar sua decisão, o processo será encaminhado ao Executivo que julgará o mérito do recurso e devolverá o mesmo ao Pregoeiro que deverá: Convocar e informar os licitantes sobre a decisão; Elaborar ata com a apuração do resultado da licitação; Encaminhar o processo ao Executivo para adjudicar e homologar a licitação, devolvendo-o ao departamento de compras para fazer as aquisições. Se não houver interposição de recurso ou houver reconsideração de decisão, o Pregoeiro adjudicará a licitação, fará consignar os fatos em ata e encaminhará o processo ao departamento jurídico. Após, seguirão os trâmites legais. **49. DO PROCEDIMENTO DE REGISTRO DE PREÇOS a)** O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nas seguintes hipóteses: Quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes; Quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa; Quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo, ou; Quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração. **b)** O pedido para aquisição ou contratação de bens e serviços terá origem na Secretaria/Unidade Solicitante, e obedecerá aos trâmites previstos desta Instrução Normativa. A solicitação inicial será enviada a Secretaria de Administração para que se proceda à divulgação da intenção do registro de preços a todas as demais secretarias, que terão o prazo de 02 (dois) dias úteis para se manifestarem quanto ao interesse em participar dos procedimentos, e integrar a ata de registro de preços como participantes, encaminhando a sua estimativa de consumo acompanhada de justificativa da necessidade. A Secretaria que não se manifestar no prazo estabelecido será automaticamente considerada como órgão não participante; O Setor de Compras fará a consolidação dos dados recebidos e enviará o processo ao Setor de Licitação para os procedimentos licitatórios na forma prevista nesta Instrução Normativa, até a publicação do resumo da Ata de Registro de Preços. **e)** O Setor de Compras manterá o registro dos saldos de todas as atas de registro preços, conforme informações prestadas pelas Secretarias responsáveis pela emissão de autorizações ou ordens de serviço/fornecimento. **f)** As liquidações de despesas, bem como o acompanhamento e fiscalização das contratações, com ou sem contrato, originadas de ata de registro de preços, ficarão a cargo da Secretaria solicitante - órgão gerenciador ou órgão participante, e seus respectivos fiscais. **50. DA ADESÃO (CARONA) a)** A adesão, conhecida popularmente como “carona”, constitui ferramenta de excelência que dispõe a Administração Pública efetivar aquisições e contratar serviços com agilidade e economia. Todo o processo deve ser documentado e conter, no mínimo, os seguintes documentos: **b)** Termo de Referência; **c)** Manifestação expressa quanto à vantajosidade dos preços registrados na ata de registro de preços que se pretende aderir, quando comparados com a pesquisa de preços realizada, bem como manifestação quanto à opção pela adesão em detrimento à realização de procedimento licitatório ordinário; **d)** Manifestação expressa quanto à compatibilidade das especificações dos itens previstos no termo de referência do órgão não-participante, com aquelas constantes do edital de licitação que deu origem à ata de registro de preços a ser aderida; **e)** Confirmação da existência de recursos orçamentários para atender a demanda; **f)** Cópias do edital, do termo de referência ou projeto básico, do termo de contrato (quando houver) e dos atos de adjudicação, homologação da Ata de Registro de Preços e publicação em imprensa oficial; **g)** Comprovação da vantagem na adesão da Ata de Registro de Preços a ser aferida através de pesquisa de preços nos moldes Resolução De Consulta Nº 20/2016 – TP para sua validade; **h)** Ofício da consulta ao Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços que se pretende aderir, informando os quantitativos pretendidos, para fins de verificação da possibilidade de adesão; **i)** Ofício ou outro instrumento administrativo comprovando a anuência do órgão gerenciador; **j)** Assentimento do fornecedor e cópia da proposta formal, que contenha: As especificações, condições e prazos para o fornecimento dos bens ou serviços, em conformidade com o edital e a ata de registro de preços; Declaração de que o fornecimento decorrente da adesão não prejudicará as obrigações presentes e futuras da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes. **k)** Comprovação de que o fornecedor registrado na ata mantém as mesmas condições de habilitação e regularidade fiscal (certidões do INSS, FGTS e Fazendas Públicas) exigidas no edital da licitação; **l)** Juntada da minuta do contrato elaborado nos termos do edital e da Ata de Registro de Preços; **m)** Manifestação conclusiva da assessoria jurídica/procuradoria da Prefeitura Municipal de Alto Taquari - MT. **n)** Para a devida instrução as secretarias interessadas em aderir a Atas de Registros de Preços devem viabilizar os atos procedimentais com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) dias corridos antes de expirar a vigência da Ata que se pretende aderir. **o)** Prazo inferior ao estabelecido no caput deste artigo pode inviabilizar a adesão pretendida. Neste caso, para que haja prosseguimento do rito processual se faz necessário à devida autorização pela Assessoria de Gabinete da Prefeita. **p)** A utilização da Ata de Registro de Preços, por órgãos não pertencentes à administração de Alto Taquari – MT (caronas), não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes. O instrumento convocatório preverá que o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, independentemente do número de órgãos denominados “caronas”, não participantes que aderirem. **q)** Caberá a Secretaria de Compras Licitações e Contratos, os procedimentos necessários à permissão de utilização de atas do município, com autorização expressa do gerenciador da ata. Recebida a solicitação de adesão, que se dará mediante oficio, a Secretaria verificará a equivalência do objeto licitado e dos quantitativos requeridos, opinando pela admissão ou não. Sendo negativa a decisão, será emitido ofício dando conta das razões do indeferimento. Sendo positiva a decisão, será emitido ofício à empresa constante da ata para que se manifeste quanto

à aceitação ou não do fornecimento do objeto solicitado pelo órgão interessado, nas mesmas condições, prazos e preços constantes do registro. Se afirmativa a resposta, a Secretaria gestora da ata informará por ofício ao órgão aderente a decisão, juntando cópia do ofício resposta da empresa registrada. Após os registros necessários o processo deverá ser arquivado **r)** Qualquer órgão interno da Prefeitura Municipal de Alto Taquari - MT poderá aderir à Ata de Registro de Preços de outro órgão público de nível municipal, estadual ou federal. **s)** Constituirá anexo integrante do Termo de Adesão, cópia da Ata de Registro de Preços aderida. **t)** O Setor de Compras, de posse das informações sobre a Ata de Registro de Preços, própria ou aderida, a disponibilizará aos solicitantes/interessados para aquisição de bens/contratação de serviços. **u)** Registre-se que a adesão, apenas, será viável se devidamente autorizada pela Prefeita Municipal. **51. DO LEILÃO a)** O pedido para alienação de bens deverá obedecer aos seguintes procedimentos, caberá a Secretaria Municipal de Administração: Solicitar a contratação do leiloeiro com a respectiva elaboração do Termo de Referência; Encaminhar a solicitação de contratação ao Setor de Licitações; **b)** Caberá ao setor de Licitação: Elaborar o contrato do leiloeiro que será assinado pela Prefeita Municipal. Adotar os procedimentos necessários à contratação do leiloeiro nos termos da Lei Federal nº 8666/93, Lei Federal nº 10.520/02 e conforme Instrução Normativa. **c)** Caberá ao Departamento Jurídico do Município: Analisar e emitir parecer quanto ao processo para início do processo de leilão, para subsidiar a decisão da Prefeita quanto à realização ou não do leilão; Análise do processo de leilão e emissão de parecer, caso necessário, em qualquer fase do processo, inclusive, para subsidiar a homologação do leilão. **d)** Caberá ao Leiloeiro Público Oficial contratado: Elaborar a minuta do edital, conforme Termo de Referência da Secretaria Municipal de Administração, e submeter à Comissão de Avaliação para verificação e aprovação; Publicar o aviso na Imprensa Oficial, em jornal de grande circulação e no site da Prefeitura; **e)** A primeira publicação deverá ser realizada no prazo máximo de 08 (oito) dias úteis, contados da assinatura do contrato e deverá: Disponibilizar Edital e anexo para os interessados; Alterar, prorrogar ou republicar o Edital, em consonância com a comissão de Acompanhamento e Fiscalização do leilão. **f)** Na divulgação, deverá ser incluído: Confecção e distribuição de panfletos com a descrição dos lotes. Confecção de faixas contendo local, data e horário da realização do leilão, e respectiva fixação em local a ser determinado pela Comissão. Numerar os lotes, sob a supervisão da Prefeitura, através da Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Leilão; Promover toda a infraestrutura do evento de abertura e apuração do leilão, incluindo todos os procedimentos necessários: faixa promocional no local do leilão, sonorização, locução, sistema de informática, cobertura com fotos e filmagens dos lotes, e todos os demais procedimentos necessários; Receber credenciamento, envelopes com documentos de habilitação e propostas de preços; Analisar documentos; Desclassificar proponentes; Receber lances; Classificar os lances e definir o vencedor; Intimar as partes sobre decisões de recursos; Expedir as Notas de Arrematação; Emitir a Ata de Realização da Sessão Pública, informando todos os acontecimentos,bem como apuração, arrematantes e valores, devidamente assinada pelos presentes e, inclusive, pelos membros da Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Leilão; Entregar a Ata à Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Leilão, acompanhada da prestação de contas de todo o processo, incluindo: edital, jornais com publicação, catálogos de divulgação e forma de distribuição, locais de distribuição, fotos e filmagens do evento, ata da sessão, notas de arrematação, relatórios e demais informações inerentes. **g)** Caberá a Secretaria de Finanças: Receber o pagamento do leilão, conforme valores de arremates definidos na ata; Departamento de Tesouraria receberá dos arrematantes 100% (cem por cento) do valor apurado no leilão, mediante depósito bancário, em conta específica criada para leilão. Emitir Nota de arrecadação ao arrematante. Caberá à Comissão de Avaliação para Verificação e Aprovação: Auxiliar a Secretaria Municipal de Administração na elaboração do termo de Referência; Acompanhar e fiscalizar todo o processo de leilão, em todas as suas fases; Encaminhar o processo para homologação e adjudicação pela autoridade competente, após emissão da ata; Encaminhar o resultado do leilão para publicação, devendo constar, no mínimo o nome dos arrematantes, bens arrematados e valores; Conferir junto à Secretaria de Finanças a verificação do efetivo pagamento dos bens arrematados; Preencher a documentação de transferência no nome dos arrematantes que figurarem nas Notas de Arrematações expedidas pelo Leiloeiro contratado; No caso de veículos, o recibo de transferência deverá ser assinado pela Autoridade Competente com reconhecimento de firma por autenticidade em cartório civil, para fazer a transferência no DETRAN, acompanhado de Termo de Posse da Prefeita e documentos pessoais; Os bens deverão ser pagos e retirados no prazo estipulado no edital, caso contrário ao arrematante poderá sofrer as penas e sanções previstas no edital e na Lei Federal nº 8.666/93. Caso o arrematante não proceda à retirada dos bens móveis leiloados no prazo estipulado no Edital, contados da lavratura da ata, será considerado DESISTENTE aos bens arrematados; Conferir a documentação apresentada pelos arrematantes para retirada do bem arrematado; Autorizar a retirada dos bens, emitindo documento específico para tal fim, que deverá conter especificação do bem, data da entrega, nome e assinatura do arrematante, nome e assinatura dos membros da Comissão de Avaliação e Fiscalização do Leilão. Concluir o processo de Leilão com toda a documentação inerente à saída e entrega dos bens. **h)** Da Prestação de Contas: A prestação de contas será feita no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos contados após a realização do Leilão, quando serão apresentados todos os relatórios. **i)** Do Pagamento do leiloeiro: O pagamento do leiloeiro será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias após o pagamento, pelos arrematantes, do valor dos bens à Secretaria de Finanças; Para fins de cálculo do valor a ser pago, será considerada a Comissão Contratual sobre o valor total apurado no leilão e devidamente depositado em conta bancária da Prefeitura Municipal de Alto Taquari; O Leiloeiro cobrará do arrematante, ao final do Leilão, comissão até o limite de 5 % (cinco por cento) sobre o valor arrematado, sem custas para o Município. A liberação do Certificado de Registro de Veículo ocorrerá a partir do 5 º (quinto) dia útil, a contar da data do pagamento da totalidade do bem. Poderão participar de Leilão na Prefeitura Municipal de Alto Taquari: Pessoa Física (diretamente), mediante presença pessoal ou por meio eletrônico e apresentação dos documentos de RG e CPF. Indiretamente, por intermédio de PROCURADOR, formalmente designado em procuração, com firma reconhecida em tabelião ou instrumento público. Pessoa Jurídica (diretamente) mediante a presença pessoal do licitante ou por meio eletrônico, no caso de empresa individual, ou de seu representante legal, em ambos os casos, consoante designação expressa no Contrato Social (ou equivalente), e apresentação dos documentos de Identidade e CNPJ; Indiretamente, por intermédio de PROCURADOR formalmente designado em procuração, com firma reconhecida em tabelião ou por instrumento público.

SEÇÃO II

CAPITULO XIV

DOS FISCAIS DE CONTRATO

52. Caberá à Secretaria Solicitante no termo de referência, nomear um fiscal em cada contrato a qual deverá: acompanhar, fiscalizar, conferir, avaliar a execução do fornecimento e as obrigações da CONTRATADA, rejeitar, no todo ou em parte, os objetos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo fornecedor, bem como atestar na Nota Fiscal/Fatura a efetiva entrega do objeto contratado e o seu aceite, através de servidor designado pela Autoridade competente. **53.** Conforme orientação apresentada pela equipe técnica do TCE/MT – disponível no endereço eletrônico http://www.tce.mt.gov.br/conteudo/sid/132, com o título: “Apresentação do Leiaute 2014 APLIC – EAD – Simone”, deve ser encaminhado na tabela do Sistema Aplic “CONTRATO_ACOMPANHAMENTO” um Relatório de Acompanhamento do Contrato com prazo quadrimestral, em formato PDF, sob

pena de multa. **54.** O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. **55.** As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

CAPÍTULO XV

DA CELEBRAÇÃO DOS CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

56. Após a homologação da licitação ou dos casos de inexigibilidade e dispensa de licitação, o processo licitatório será mantido no Departamento de Licitação que convocará o fornecedor para a assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, conforme previsto no Edital. Colhida a assinatura do fornecedor, o contrato ou a ata de registro de preços será encaminhado ao Executivo para assinatura. **57.** Após a assinatura do Executivo, o contrato ou a ata de registro de preços será encaminhada ao Departamento de Compras que tomará as seguintes providências: **a)** Servidor designado deverá fazer o controle dos instrumentos formalizados e saldos de atas; **b)** Encaminhar uma cópia do contrato ou da ata de registro de preços à unidade solicitante; **58.** Após a execução do serviço ou do recebimento do produto, a Nota Fiscal, atestada pelo fiscal do contrato, será encaminhada à tesouraria, conforme os procedimentos previstos no Sistema Financeiro - SFI. **59.** Após a execução financeira da despesa, o Departamento de Contabilidade fará o arquivamento do processo de execução da despesa. **60.** Na Ata de Registro de Preço constará, obrigatoriamente: **a)** O número da Ata, do processo administrativo e da licitação a que se refere; **b)** A identificação do objeto e as quantidades máximas estimadas; **c)** Os preços e quantitativos do licitante melhor classificado durante a fase competitiva, bem como a identificação do mesmo; **d)** O valor estimado para aquisição total; **e)** Os órgãos, e entidades usuários do registro; **f)** O prazo de vigência do registro; **g)** A menção do compromisso de fornecimento nas condições estipuladas no edital da licitação e seus anexos e nas propostas, que integrarão a Ata independentemente de transcrição.

CAPÍTULO XVI

DOS PRAZOS PARA PUBLICAÇÕES DE CONTRATOS/ADITIVOS

61. Os contratos / Aditivos devem ser publicados nos seguintes prazos: **a)** Concorrência, tomada de preços e convite – encaminhado pela Administração até o quinto dia útil do mês seguinte ao da assinatura do termo. A imprensa oficial, depois de recebido o extrato, tem vinte dias para efetivar a publicação; **b)** Pregão – o extrato do contrato deve ser publicado no prazo de até vinte dias da data de assinatura do contrato (Art. 61 da lei 8.666/93).

CAPITULO XVII

DA ORDEM OU AUTORIZAÇÃO DE SERVIÇO/FORNECIMENTO

62. A Ordem ou Autorização de Serviço/Fornecimento será emitida pelo Setor de Compras. **63.** A Ordem ou Autorização de Serviço/Fornecimento deverá constar: **a)** A Secretaria requisitante; **b)** Número sequencial, que deve ter início por 001/ano; **c)** Número do Contrato ou da Ata de Registro de Preços, com informação de sua vigência; **d)** Número processo administrativo do qual resultou o contrato ou Ata de Registro de Preços; **e)** Ordem ou autorização expressa para a prestação de serviço ou fornecimento de bens, com especificação minuciosa do objeto ou serviço pretendido, referências, quantitativo, valor unitário e total da requisição, tudo conforme o contrato ou ARP. **f)** Local para entrega/recebimento; **g)** Nome do responsável pelo recebimento; **h)** Nome do fiscal do contrato ou instrumento equivalente; **i)** Prazo e condições de entrega; **j)** Data e assinatura do Gestor. **64.** Art. 69º- Não havendo saldo quantitativo suficiente, a Secretaria requisitante será informada para revisão de sua solicitação. **65.** Ao Fiscal do contrato compete, além das demais atribuições definidas nas normas vigentes, acompanhar o recebimento dos materiais e/ou prestação dos serviços, e o processo de pagamentos conforme a Instrução Normativa que disciplina no âmbito da Prefeitura de Alto Taquari - MT. **66.** Compete ao Setor de Licitações e Contratos providenciar a publicação trimestral da ata, para ratificação de sua validade, mediante comprovação da vantajosidade da ata. **67.** Em prazo de até 90 (noventa) dias antes do término da vigência do Contrato, o Setor de Licitações enviará às Secretarias interessadas, informações detalhadas sobre cada instrumento. **68.** Após o término da vigência dos instrumentos, o Setor de Compras deverá arquivar todos os documentos relativos a autorizações de fornecimento/ordens de serviços ao instrumento correspondente.

CAPÍTULO XVIII

REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

69. Sobre esse assunto, deve ser utilizada a INSTRUÇÃO NORMATIVA SLC Nº 003/2021, que dispõe sobre a APLICAÇÃO DO INSTITUTO DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS e dá outras providências no âmbito Poder Executivo Municipal de Alto Taquari - MT.

CAPÍTULO XIX

DOS ADITIVOS

70. Todos os contratos deverão ser controlados por um gestor de contratos, nomeado em portaria específica. Deverá utilizar planilha eletrônica própria do Excel ou sistema informatizado específico, onde será calculada sua vigência e dos aditivos de prazo e de valor. **71.** Quando se tratar de aditivos, deverá ser obervado os critérios do Art. 65 da Lei 8.666/93. **72.** As alterações e aditivos deverão ser motivadas pela Prefeita Municipal devidamente justificada, e com pareceres de técnicos do departamento de Engenharia quando solicitado. **73.** Para cada aditivo de valor deverá ser apresentadas ARTs (Execução e Fiscalização) do engenheiro responsável e parecer jurídico (conforme o caso). **74.** Quando se tratar de obras públicas, para cada aditivo de valor será necessário correção “reforço” do valor de garantia contratual “Art. 56 Lei 8666/93”, objetivo do ressarcimento da Caução do contrato. **75.** A Regularidade Fiscal deverá ser exigida em todos os casos de aditivos. **76.** O termo aditivo deverá ser publicado até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente. **77.** O termo aditivo é lançado no sistema juntamente com a publicação e as certidões (essas informações são imprescindíveis para envio no Aplic mensal).

CAPÍTULO XX

DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

78. Para todos os casos, nenhuma compra de materiais ou bens, e/ou contratação de serviços pode ser realizada sem o prévio empenho. **79.** Os serviços e materiais somente poderão ser realizados/entregues após ter firmado o contrato e ou termo aditivo, sob pena de o valor ser considerado como despesa não autorizada. **80.** A compra direta será autorizada somente em casos excepcionais, uma vez que a regra é a realização de processo de

licitação. **81.** Para as despesas destinadas a atender situações de emergência, cuja execução exija rapidez, aplicam-se as rotinas previstas neste ato, no que for possível, mantendo obrigatórios a autorização e empenhamento prévio. **82.** Em caso de eventual troca de produto este procedimento deverá ser realizado de forma expressa e aceito pela administração, em obediência ao disposto no art. 65 da Lei nº 8.666/93 caso contrário, não poderá ser feito. **83.** A realização de qualquer despesa sem a observância das tramitações e comprovações estabelecidas nesta instrução normativa poderá sujeitar os responsáveis ao pagamento dos valores correspondentes. **84.** Lembrando que o planejamento será peça fundamental para o cumprimento desta Instrução Normativa. O não cumprimento do preceituado nesta IN, implicará em sanções civis e administrativas, conforme dispositivos legais. **85.** Esta Instrução Normativa deverá ser atualizada sempre que fatores organizacionais, legais ou técnicos assim o exigirem, bem como de manter o processo de melhoria contínua. **86.** Os termos contidos nesta Instrução Normativa não eximem a observância das demais normas competentes, que deverão ser respeitadas. **87.** Os esclarecimentos adicionais a respeito deste documento poderão ser obtidos junto à controladoria municipal que, por sua vez, através de procedimentos de checagem (visitas de rotinas) ou auditoria interna, aferirá a fiel observância de seus dispositivos por parte das diversas unidades da estrutura organizacional; **88.** Caberá à Secretaria Municipal de Compras, Licitações e Contratos divulgar, cumprir e fazer cumprir as orientações contidas nesta Instrução Normativa. **89.** Os processos licitatórios, bem como os contratos e aditivos, serão auditados pelo Controle interno de acordo com o Plano Anual de Auditoria (PAAI) elaborado anualmente pela UCI ou conforme a mesma achar necessário. **90.** Integrarão como anexo desta Instrução Normativa: **a)** Anexo I – Memorando Interno (Solicitação para abertura de processo licitatório); **b)** Anexo II – Termo de Referência Padrão; **c)** Anexo III – Check-list – aquisição/contratação de bens e serviços comuns; **d)** Anexo IV – Check-list – Dispensas ou Inexigibilidade; **e)** Anexo V – Check-list – Adesão à ata de registro de preços; **f)** Anexo VI – Parecer contábil e financeiro; **g)** Anexo VII – Despacho Prefeita; **h)** Anexo VIII – Fluxograma – fase interna do processo licitatório.

Alto Taquari, 06 de Abril de 2021.

_____ _____

Josieli Froes Briancini da Silva Marilda Garófalo Sperandio

Controladora Interna Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se.

ANEXO I

MODELO DE MEMORANDO INTERNO

SOLICITAÇÃO PARA ABERTURA DE PROCESSO LICITATÓRIO

Oficio nº xxx/2021

Assunto: Solicita abertura de Processo Licitatório

Secretaria Municipal de xxxxx

Alto Taquari – MT, xx de xxxx de 2021.

Excelentíssima Sra. Prefeita

No exercício de nossas atribuições de gestor público, venho solicitar a abertura de processo administrativo de licitação para futura e eventual aquisição de xxxxxxxxxxx, conforme descrição elaborada no Termo de Referência em anexo, no sentido de atender as necessidades da administração na xxxxxxxxxxx.

Conforme o levantamento de preços realizado no mercado e o balizamento de preços para aquisições de produtos que ora solicitamos, através de cotações de preços, e considerando a necessidade do município, chegamos a conclusão de que os preços ora apresentados encontra-se dentro dos preços de mercado, atendendo de forma plena e satisfatória os ditames da Lei nº 8.666/93 e Lei 10.520/02.

Acompanha este oficio: termo de referencia, orientando qual procedimento a ser adotada para realização do processo administrativo de licitação, planilha com valor estimado e orçamentos, e demais informações necessárias.

Por isso, vimos solicitar de Vossa Excelência que aprove o pedido de abertura de processo administrativo de licitação, efetuando despacho à Comissão Permanente de Licitação e convocando o Pregoeiro Oficial para proceder ao início do processo, conforme dispõe o art. 38 da Lei nº 8.666/93.

Atenciosamente

_____

Nome e assinatura do Secretario Municipal da Pasta/requisitante

ANEXO II

TERMO DE REFERÊNCIA PADRÃO PARA AQUISIÇÃO

TR Nº: xxx/SMA/2021 DATA: xx/xx/xxxx

SECRETARIA: MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

NÚMERO DA C.I DE ORIGEM: xx/2021/SMA

1. DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO

( ) Pregão Presencial – A.R.P. ( ) Pregão Eletrônico – A.R.P.

( ) Pregão Presencial – Contrato ( ) Pregão Eletrônico – Contrato

( ) Tomada de Preços ( ) Concorrência Pública

( ) Chamamento Público ( ) Convite

( ) Dispensa de Licitação ( ) Inexigibilidade de Licitação

( ) Com itens exclusivos para ME/MPEs

2. DA DESCRIÇÃO DA CONTRATAÇÃO: AQUISIÇÕES

( ) Compras de materiais e bens comuns.

( ) Compras de equipamentos e materiais permanentes.

3. DO OBJETO

Exemplo: O presente Termo de Referência tem por finalidade definir o conjunto de elementos que nortearão o procedimento para a “REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL”, conforme condições, quantidades necessárias.

4. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO, QUANTIDADE, VALOR ESTIMADO

Item	*Especificação do objeto/serviço*	*Referência*	*Quantidade*	*Valor Unitário*	*Valor Total*
01	*(Descrição detalhada do objeto/serviço)*	*(Unidade, kiligrama, km, hora, etc.)*		R$	R$
02					
Valor Total					**R$**

5. DA JUSTIFICATIVA

Exemplo: Os materiais objeto desta licitação servirão para conservação e manutenção dos locais destinados à prática esportiva (quadras esportivas, campos de futebol, estádios, etc.), na sede e distritos, que estão sob os cuidados do Departamento de Esportes.

Exemplo: O esporte é essencial para uma melhor qualidade de vida e, proporciona momentos ricos de entretenimento às pessoas das comunidades. Os locais e ambientes onde ocorrem os eventos esportivos devem ser limpos e bem cuidados, para que possa oferecer condições adequadas de higiene, segurança e comodidade no desenvolvimento das atividades físicas e recreativas.

Exemplo: Adesão a Ata de Registro de Preços nº ___/2021 – SAD, referente a contratação de empresa especializada na confecção de material gráfico, para atender a demanda da Diretoria Administrativa de Patrimônio e Serviços da Universidade do Estado de Mato Grosso, conforme quantidade e especificações constantes no anexo I.

6. DA ADJUDICAÇÃO

Informar se o processo será julgado por: item, lote ou global.

7. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

O valor total estimado da contratação do serviço ou aquisição de bens deverá ser baseado na média aritmética dos orçamentos apresentados. Exemplo:

7.1. Valor total de referência: R$ 4.866.800,00 (Quatro milhões oitocentos e sessenta e seis mil e oitocentos).

7.2. Cesta de preços obtida através de cotações em empresas especializadas, PAINEL DE PREÇOS, sendo:

WESLEY RC ELETROTÉCNICA LTDA 07.552.837/0001-92

ELETROMAQ 13.974.615/0001-60

RJM COMERCIAL EIRELI 20.771.901/0001-94

PAINEL DE PREÇOS - MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO

7.2.1. Após análise e avaliação crítica da cesta de preços realizada, o critério utilizado para a definição do preço de referência foi a Média Saneada, onde foram utilizados os valores razoavelmente homogêneos e excluídos os que se encontram com distorções.

8. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os custos refrentes à contratação/aquisição dos serviços/materiais ficam a cargo da Prefeitura Municipal de Alto Taquari – MT (ou Fundo Muncipal), conforme abaixo:

xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

9. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

O fornecimento do objeto deste Termo de Referência será realizado de forma PARCELADA/ÚNICA (verificar cada caso individualmente), de acordo com as necessidades da Secretaria.

O objeto solicitado deverá ser entregue conforme especificações apresentadas neste Termo de Referência. Caso apresente algum objeto fora da validade/fabricação ou com embalagem violada ou com material inferior as especificações apresentadas, deverá ser imediatamente trocado, sem ônus para a CONTRATANTE.

Caso seja verificada alguma falha no fornecimento será feito registro formal e informado a CONTRATADA, para que proceda a substituição, no prazo de 05 (cinco) dias corridos.

Os objetos que apresentarem defeito de fabricação, ou quaisquer defeitos que impossibilites seu uso, deverão ser submetidos, no prazo máximo de até 05 (cinco) dias corridos, a partir da data da comunicação feita pela Unidade Requisitante.

O objeto ofertado deverá ser novo e original, não se admitindo em hipótese alguma o fornecimento de alternativo, reciclado, recondicionado ou recuperado, e deverá estar adequadamente embalado de forma a preservar suas características originais.

Os objetos a serem ofertados deverão ser de ótima qualidade e obedecer rigorosamente:

a) Às normas e especificações constantes deste Termo de Referência. b) Às normas da ABNT, INMETRO, etc. c) Prescrições e recomendações dos fabricantes. d) Às normas internacionais consagradas, na falta das normas da ABNT.

Será recusado qualquer objeto deteriorado, alterado, adulterado, avariado, corrompido, fraudado, bem como aquele em desacordo com as normas regulamentares de fabricação, distribuição e apresentação.

Em hipótese alguma será aceito objeto recondicionado, remanufaturado, reciclado ou com alguma característica que venha a comprometer o seu uso e utilização pela Administração. O recebimento definitivo não isenta a CONTRATADA de responsabilidades futuras quanto à qualidade do objeto entregue.

A Prefeitura Municipal de Alto Taquari – MT poderá solicitar testes do objeto junto aos seus fabricantes, para verificar a legitimidade do material.

Se verificada a inadequação do material ao sua falsidade, será feita notificação da CONTRATADA para que se proceda à substituição, no prazo Maximo de 05 (cinco) dias úteis. Caso não seja realizada a substituição, a CONTRATADA ficará sujeita as penalidades previstas.

Se for declarada pelo fabricante a falsidade, independente da substituição, os objetos ficarão retidos, para que se proceda a responsabilidade criminal, prevista no art. 96 da Lei 8.666/93.

As decisões e providências que ultrapassarem a competência dos servidores do almoxarifado, deverão ser solicitadas à Unidade Requisitante em tempo hábil para adoção de medidas convenientes.

A entrega do objeto deverá obedecer rigorosamente a descrição e quantidades, e deverão estar acondicionadas adequadamente.

Nos preços cotados deverão estar incluídos os custos de transporte, carga, descarga, embalagem, seguro e quaisquer outras despesas para a entrega do objeto.

O objeto será recebido provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade dos materiais/produtos/equipamentos/serviços com as especificações descritas neste Termo.

O recebimento provisório do objeto não implica a aceitação do mesmo.

O recebimento definitivo ocorrerá em até **xx (prazo por extenso) dias úteis**, após a verificação e aceitação da qualidade e quantidade do material/produto/equipamento/serviço recebido. O recebimento será formalizado mediante Termo de Recebimento Definitivo expedido pelo Fiscal de Contrato.

Os custos de retirada e devolução do(s) objeto(s) recusado(s), bem como quaisquer outras despesas decorrentes, correrão por conta da CONTRATADA.

O Fiscal do Contrato poderá solicitar a correção de eventuais falhas ou irregularidades que forem verificadas na entrega do objeto ou até mesmo a substituição por outros novos, no prazo máximo de 05 (cinco) dias consecutivos, contados a partir do recebimento daqueles que forem devolvidos, sem prejuízo para o disposto nos artigos 441 a 446 do Código Civil de 2002.

10. PRAZO DE ENTREGA

O prazo máximo para fornecimento/execução do objeto deste Termo de Referência deverá ser de **xx (período por extenso) dias úteis**, contados a partir da emissão da Ordem de Fornecimento/Serviço.

11. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

O prazo de vigência do contrato não poderá ultrapassar o exercício do financeiro. No caso de ata de registro de preços a mesma pode ter sua validade por até 12 meses.

12. LOCAL DE ENTREGA

Endereço completo do local que será entregue o material, ou que será realizado o serviço.

13. GERÊNCIA RESPONSÁVEL (OU SETOR EQUIVALENTE)

Endereço, telefone, responsável, etc.

14. AMOSTRAS/LAUDO TÉCNICO (quando necessário)

As amostras deverão ser entregues no prazo de até xxx (prazo por extenso) dias úteis na Secretaria Municipal de xxx ou Almoxarifado, devidamente relacionado em papel timbrado ou carimbado.

As amostras solicitadas deverão ser apresentadas apenas pelo licitante classificado em primeiro lugar do certame.

15. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Executar o objeto do presente Termo de Referencia.

Pagar todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução deste instrumento, como estabelece no artigo 71 da Lei nº 8666/93 e alterações.

Assumir responsabilidade civil, administrativa e penal por quaisquer danos e prejuízos, materiais ou pessoais causados pela CONTRATADA, seus empregados, ou prepostos à CONTRATANTE, ou a terceiros.

Entregar os objetos, nas quantidades, qualidade, local e prazos especificados.

Fornecer o objeto de boa qualidade e de excelente aceitação no mercado, sendo novo e de primeiro uso, fabricado de acordo com as normas técnicas em vigor e legislação pertinente, e prazo de garantia contra defeitos de fabricação, (verificar cada caso individualmente).

Substituir os objetos fornecidos em desacordo com as especificações constantes deste Termo, cabendo a CONTRATADA providenciar a reposição, sendo de sua inteira responsabilidade todas as despesas de devolução e entrega.

16. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Acompanhar, fiscalizar, conferir, avaliar a execução do fornecimento e as obrigações da CONTRATADA, rejeitar, no todo ou em parte, os objetos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo fornecedor, bem como atestar na Nota Fiscal/Fatura a efetiva entrega do objeto contratado e o seu aceite, através de servidor designado pela Autoridade competente.

Disponibilizar um servidor da Secretaria Municipal de xxx para conferir a entrega dos objetos; não permitir que outrem cumpra com as obrigações a se sujeitou a CONTRATADA.

Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.

Comunicar à CONTRATADA todas e quaisquer ocorrências relacionadas com a aquisição do objeto.

Efetuar o pagamento da empresa vencedora na forma convencionada nos termos deste Termo, após a apresentação da Nota Fiscal e o aceite realizado pelo servidor responsável pelo recebimento definitivo.

17. GARANTIA CONTRATUAIS

Pela inexecução total ou parcial do objeto licitado, a CONTRATANTE poderá, garantida a defesa prévia, aplicar a CONTRATADA as seguintes sanções:

a) Advertência; b) Multa de 10% (dez por cento), no caso de **inexecução total**, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contado da comunicação oficial; c) Multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso e por ocorrência ate o Maximo de 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação, quando a CONTRATADA, injustificadamente ou por motivo não aceito pela CONTRATANTE, **deixar de atender totalmente** a solicitação ou a Ordem de Fornecimento/Serviço, recolhida no prazo Maximo de 15 (quinze) dias corridos, contado da comunicação oficial; d) Multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso e por ocorrência ate o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação, quando a CONTRATADA, injustificadamente ou por motivo não aceito pela CONTRATANTE, **atender parcialmente** a solicitação ou a Ordem de Fornecimento/Serviço, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contados da comunicação oficial; e) Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, por até 02 (dois) anos.

Ficará impedida de licitar e de contratar com a Administração Publica, pelo prazo de ate 05 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a realização perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, a CONTRATADA que:

a) Ensejar o retardamento da execução do objeto contratado; b) Não mantiver a proposta, injustificadamente; c) Comportar-se de modo inidôneo; d) Fizer declaração falsa; e) Cometer fraude fiscal; f) Falhar ou fraudar na execução do objeto contratado.

A CONTRATADA estará sujeita as penalidades acima por:

a) Não se manter em situação regular no decorrer da execução do objeto; b) Descumprir os prazos e condições previstas no presente Termo de Referencia. Comprovado o impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela CONTRATANTE, em relação a um dos eventos relacionados acima, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas.

As sanções de advertência e de impedimento de licitar e contratar com a Administração, podem ser aplicadas a CONTRATADA juntamente com a multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

18. FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

A Secretaria Municipal de xxx indica o servidor (a) xxx, como responsável pela fiscalização dos contratos, sendo permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidia-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

O setor de compras receberá/acompanhará e fiscalizará a entrega do(s) objeto(s).

A CONTRATADA deverá manter preposto para representá-la administrativamente, sempre que for necessário.

Os documentos fiscais correspondentes ao fornecimento do objeto serão atestados pelo fiscal do contrato, e/ou outro servidor designado para este fim.

19. PAGAMENTO

O pagamento será efetuado através de credito bancário, em até 30 (trinta) dias úteis, contados da data de apresentação da Nota Fiscal/Fatura discriminativa, devidamente atestada por servidor designado, onde a CONTRATANTE poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes às multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA, desde que não haja nenhum fato impeditivo.

20. OUTRAS INFORMAÇÕES

Colocar aqui outras informações relacionadas ao objeto caso julgar necessário.

Alto Taquari – MT, xx de xxxxxx de xxxxxx.

_____

Nome/Função/Cargo

Responsável pela elaboração do TR

_____

Nome

Secretário Municipal de xxxx

ANEXO III

FLUXOGRAMA DE PROCESSOS - CHECK LIST					
		DATA: 01/01/2021			
ROTINA ADMINISTRATIVA PARA AQUISIÇÃO/CONTRATAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS COMUNS					
ITEM	ATIVIDADE	ORGÃO EXECUTOR	S	N	N/A
1	Protocolo	Setor Demandante			
2	Memorando Interno (solicitação para abertura)	Setor Demandante			
3	Termo Referência ou Projeto Básico	Setor Demandante			
4	Solicitação com relação dos itens a serem adquiridos, com quantidades e unidades, com código compatível ao TCE/MT; (sistema)	Setor Demandante			
5	CESTA DE PREÇOS: consiste de no mínimo 03 (três) referências de preços; preço de referência consistente em comprovada pesquisa de mercado; Nessa sequência: 1. Contratos atuais; 2. Preços praticados por outros órgãos; 3. Banco de preços; 4. Orçamentos emitidos por prováveis fornecedores; (orçamentos dos mesmos produtos ou serviços a serem adquiridos ou contratados (Orçamento original assinado pelo responsável da empresa e cópia do documento de identificação));	Setor Demandante			
6	Mapa com tabela (planilha) demonstrando a vantagem, item por item;	Setor Demandante			
7	Previsão Orçamentária e Compatibilidade	Contabilidade			
8	Autorização do gestor (a)	Gabinete			
9	Cópia do convênio/Termo de Cooperação/ Acorde de Cooperação, sua publicação e do plano de trabalho - Quando se tratar de aquisição/contratação financiada por recursos externos; (se houver)	Setor de Contratos e Convênios			
10	Juntada da Portaria de nomeação CPL ou Pregoeiro e equipe	Setor de Licitação			
11	Elabora o Edital de licitação	Setor de Licitação			
12	Minuta do contrato ou justificativa da não confecção;	Setor de Licitação			
13	Parecer jurídico - análise do processo	Setor Jurídico			
14	Publicação da íntegra do edital no site	Setor de Licitação			
15	Publicação do extrato no Jornal Oficial e de grande circulação	Setor de Licitação			
16	Sessão pública habilitação/propostas	Setor de Licitação			
17	Documentos da habilitação	Setor de Licitação			
18	Propostas	Setor de Licitação			
19	Ata análise e proposta vencedora	Setor de Licitação			
20	Parecer Jurídico	Setor Jurídico			
21	Ato de Adjudicação/Homologação	Gabinete			
22	Publicação do Resultado do certame	Setor de Licitação			
23	Portaria de designação do fiscal de contrato/ata (conforme TR)	Setor de Licitação			
24	Contrato/Ata de Registro de Preço	Setor de Licitação			
25	Publicação do contrato	Setor de Licitação			
26	Envio dos contratos/ao Departamento de compras	Setor de Licitação			
27	Arquivamento do Processo	Setor de Licitação			

ANEXO IV

FLUXOGRAMA DE PROCESSOS - CHECK LIST					
		DATA: 01/01/2021			
ROTINA ADMINISTRATIVA PARA COMPRAS DECORRENTES DE DISPENSA OU INEXIGIBILIDADE					
ITEM	ATIVIDADE	ORGÃO EXECUTOR	S	N	N/A
1	Protocolo;	Setor Demandante			
2	Memorando Interno (solicitação para abertura) Justificando a necessidade da Contratação Direta ou Inexigibilidade e a razão da escolha do fornecedor;	Setor Demandante			
3	Termo Referência ou Projeto Básico;	Setor Demandante			
4	Solicitação com relação dos itens a serem adquiridos, com quantidades e unidades, com código compatível ao TCE/MT (sistema);	Setor Demandante			
5	CESTA DE PREÇOS: consiste de no mínimo 03 (três) referências de preços; preço de referência consistente em comprovada pesquisa de mercado; Nessa sequência: 1. Contratos atuais; 2. Preços praticados por outros órgãos; 3. Banco de	Setor Demandante			

	preços; 4. Orçamentos emitidos por prováveis fornecedores; (orçamentos dos mesmos produtos ou serviços a serem adquiridos ou contratados (Orçamento original assinado pelo responsável da empresa e cópia do documento de identificação));				
6	Mapa com tabela (planilha) demonstrando a vantagem, item por item;	Setor Demandante			
7	Cópia do CNPJ da empresa;	Setor Demandante			
8	Cópia do requerimento de empresário ou estatuto ou contrato social e alterações;	Setor Demandante			
9	Certidão negativa da dívida ativa estadual do domicílio ou sede da empresa;	Setor Demandante			
10	Certidão negativa de regularidade fiscal estadual do domicílio ou sede da empresa;	Setor Demandante			
11	Certidão negativa de regularidade fiscal municipal do domicílio ou sede da empresa;	Setor Demandante			
12	Certidão negativa de Débitos Trabalhistas;	Setor Demandante			
13	Certidão Negativa de regularidade do FGTS da empresa;	Setor Demandante			
14	Documento que comprove a exclusividade (nos casos de inexigibilidades);	Setor Demandante			
15	Previsão Orçamentária e Compatibilidade;	Contabilidade			
16	Autorização do gestor (a);	Gabinete			
17	Minuta do contrato ou justificativa da não confecção;	Setor de Licitação			
18	Parecer jurídico - análise do processo;	Setor Jurídico			
19	Ratificação/Homologação;	Gabinete			
20	Publicação do Resultado do certame;	Setor de Licitação			
21	Portaria de designação do fiscal de contrato/ata (conforme TR);	Setor de Licitação			
22	Contrato/Ata de Registro de Preço;	Setor de Licitação			
23	Publicação do contrato;	Setor de Licitação			
24	Envio dos contratos, atas ou ordens de fornecimento ao Departamento de compras;	Setor de Licitação			
25	Arquivamento do Processo.	Setor de Licitação			

ANEXO V

FLUXOGRAMA DE PROCESSOS - CHECK LIST					
		DATA: 01/01/2021			
ROTINA ADMINISTRATIVA PARA ADESÃO Á ATA DE REGISTRO DE PREÇOS					
ITEM	**ATIVIDADE**	**ORGÃO EXECUTOR**	**S**	**N**	**N/A**
1	Protocolo;	Setor Demandante			
2	Memorando Interno (justificativa);	Setor Demandante			
3	Termo de Referência/Projeto Básico;	Setor Demandante			
4	Solicitação com relação dos itens a serem adquiridos, com quantidades e unidades, com código compatível ao TCE/MT (sistema);	Setor Demandante			
5	Cópia da ata que pretende aderir assinada.	Setor Demandante			
6	Publicação da ata no diário oficial ou justificativa da não publicação;	Setor Demandante			
7	Cópia na integra do edital;	Setor Demandante			
8	Ofício solicitando autorização do órgão gerenciador da ata, nas quantidades desejadas conforme o termo de referência e seu anexo, limitado a 100% registrado na ata;	Setor Demandante			
9	Autorização de forma expressa do órgão gerenciador da ata;	Setor Demandante			
10	Comprovante de comunicação ao TCE/MT "Autorização para Adesão a ARP - APLIC" - emitido no PUG pelo Órgão gerenciador da ARP;	Setor Demandante			
11	Ofício solicitando aceita da empresa detentora da ata, nas quantidades desejadas conforme o termo de referência e seu anexo, limitado a 100% registrado na ata;	Setor Demandante			
12	Aceite de forma expressa da empresa detentora da ata;	Setor Demandante			
13	CESTA DE PREÇOS: consiste de no mínimo 03 (três) referências de preços; preço de referência consistente em comprovada pesquisa de mercado; Nessa sequência: 1. Contratos atuais; 2. Preços praticados por outros órgãos; 3. Banco de preços; 4. Orçamentos emitidos por prováveis fornecedores; (orçamentos dos mesmos produtos ou serviços a serem adquiridos ou contratados (Orçamento original assinado pelo responsável da empresa e cópia do documento de identificação));	Setor Demandante			
14	Mapa com tabela (planilha) demonstrando a vantagem, item por item;	Setor Demandante			
15	Cópia dos documentos pessoais (RG e CPF) dos sócios;	Setor Demandante			
16	Cópia do CNPJ da empresa;	Setor Demandante			
17	Cópia do requerimento de empresário ou estatuto ou contrato social e alterações;	Setor Demandante			

18	Documentos de habilitação que foram exigidos no edital que originou a ata a ser aderida;	Setor Demandante			
19	Conferir a regularidade fiscal, anexar certidões;	Setor de Licitação			
20	Previsão Orçamentária e Compatibilização;	Contabilidade			
21	Minuta do contrato ou justificativa da não confecção;	Setor de Licitação			
22	Manifestação técnica conclusiva da Assessoria Jurídica;	Setor Jurídico			
23	Homologação da Autoridade Superior	Gabinete			
24	Publicação da Adesão à ata aderida	Setor de Licitação			
25	Confecção de contrato, nomeação do fiscal e suas correspondentes publicações no Diário Oficial e emissão da ordem de fornecimento; Conferir a regularidade fiscal;	Setor de Licitação			
26	Encaminhamento do contrato ou ordem ao Setor de Compras	Setor de Licitação			
27	Arquivamento do Processo	Setor de Licitação			

ANEXO VI

MODELO DE DESPACHO CONTABILIDADE

PARECER - CONTÁBIL E FINANCEIRO Nº XX/2021

PROCESSO Nº: XXX/2021

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE...

VALOR ESTIMADO: 0000,00

Vimos através deste, encaminhar as dotações orçamentárias solicitadas no referido pedido, **P/ CONTRATAÇAO NO EXERC. DE 2021**:

RECURSO ORÇAMENTÁRIO:

Dando atendimento à consulta formulada pela Comissão Permanente de Licitações o Departamento de Contabilidade informa que:

(x) Há recursos orçamentários **PREVISTOS PARA O OBJETO ACIMA ESPECIFICADO PARA CONTRATAÇAO PARA O EXERCICIO DE 2021**, conforme dotação (ões) especificada(s) abaixo:

ÓRGÃO	DOTAÇÃO	PROJ/ATIVIDADE	ELEMENTO DESPESA	FONTE DE REC	VALOR
Sec. de ...					

( ) Não Há recursos orçamentários para pagamento das obrigações.

RECURSO FINANCEIRO

Para fazer face às despesas acima solicitadas utiliza-se a seguinte forma de pagamento e fonte de recursos:

Forma de pagamento:

Fonte de Recursos: (x) Próprios

( ) Vinculados a Convênio/Fundo a Fundo

Alto Taquari – MT, xx de xxxxx de 2021.

_____

Nome e assinatura do Responsável pelo Setor de Contabilidade ou Contador

ANEXO VII

MODELO DE DESPACHO PREFEITA (O)

AUTORIZAÇÃO DE ABERTURA DE

PROCESSO LICITATÓRIO

Ao

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA DE ALTO TAQUARI – MT

Nesta

DETERMINO E AUTORIZO a abertura de processo licitatório na Modalidade Pregão Presencial tendo a finalidade de REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA XXXX.

Atenciosamente,

Alto Taquari – MT, xx de xxxx de 2021.

_____

Nome e assinatura da(o) Prefeita(o)

ANEXO VIII

FLUXOGRAMA – ABERTURA PROCESSO LICITATÓRIO



SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE RESULTADO - PREGÃO PRESENCIAL Nº010/2021

A Prefeitura Municipal de Alto Taquari, através de sua Pregoeira e equipe de apoio no uso de suas atribuições legais, torna público aos interessados que o PREGÃO PRESENCIAL N° 010/2021, cujo certame se deu início às 08h45min (MT), do dia 30/03/2021, sagrou-se vencedor os preponentes: a empresa **RESENDE PNEUS LTDA ME**, **CNPJ: 10.652.985/0001-93** no valor total de **R$ 505.555,50** (Quinhentos e cinco mil, quinhentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta centavos); a empresa **GTR COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATORES EIRELI, CNPJ: 25.046.508/0001-51** no valor total de **R$ 464.203,00** (Quatrocentos e sessenta e quatro mil, duzentos e três reais); a empresa **SÓ PESADO COMÉRCIO DE PEÇAS EIRELI, CNPJ: 24.717.067/0001-00** no valor total de **R$ 345.036,00** (Trezentos e quarenta e cinco mil e trinta e seis reais). A licitação foi realizada pela modalidade Pregão Presencial, pelo critério menor preço por item, com certame homologado em 12/04/2021.

Alto Taquari – MT, 12 de abril 2021.

RENATA FERMINO DE OLIVEIRA

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 092/2021

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE FÉRIAS REGULAMENTARES NO MÊS DE ABRIL/2021 À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JULIO CESAR DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são concedidas por Lei..

.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder Férias Regulamentares à Servidora:

Nome: (1784) JESSICA MARQUES DO NASCIMENTO

Cargo Comissionado: (420) Coordenadora I

Lotação: Secretaria Municipal de Agricultura

Período Aquisitivo: 17/07/2019 à 16/07/2020.

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação ou afixação nos lugares de costumes, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se, Cumpra-se, Publica-se.

Apiacás-MT. 12 de Abril de 2021.

JULIO CESAR DOS SANTOS

-Prefeito Municipal-

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO

CONTRATANTE-PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

CONTRATADO – GUILHERME LUIZ AIMI – ME

CONTRATO 075/2020

OBJETO: OBRA DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA COM MICRODRENAGEM URBANA, AV. PRIMEIRO DE MAIO.

TERCEIRO TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO

PRAZO DE EXECUÇÃO PRORROGADO EM MAIS 120 DIAS

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO

CONTRATANTE - PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

CONTRATADO – GUILHERME LUIZ AIMI – ME

CONTRATO 071/2020

OBJETO: OBRA DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA COM MICRODRENAGEM URBANA, RUA ESPANHA

SEGUNDO TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO

PRAZO DE EXECUÇÃO PRORROGADO EM MAIS 120 DIAS

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº. 1203/2021.

LEI MUNICIPAL Nº. 1203/2021.

SÚMULA: AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A PROMOVER a prorrogação na data de vencimento do IPTU exercício 2021, devido a crise econômica ocasionada pela covid-19, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JULIO CESAR DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e ainda com fulcro na Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Artigo 1º. Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a prorrogar os vencimentos do IPTU exercício 2021 para o final dos meses de julho, agosto, setembro e outubro, bem como manter o desconto de 10% (dez por cento) no pagamento do IPTU 2021, parcela única à vista, com vencimento para 30 de julho de 2021.

Artigo 2º. Fica autorizado o Poder Executivo Municipal realizar parcelamento do IPTU 2021, pelo valor principal sem descontos em até 04 (quatro) vezes com os vencimentos em: 30/07/2021, 30/08/2021, 30/09/2021, 30/10/2021.

Artigo 3º. A Lei de Diretrizes Orçamentária LDO-2021, já previu no Anexo das Metas Fiscais a renúncia de receita no montante de R$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais) para atender à essa previsão legal.

Artigo 4º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Apiacás/MT, em 12 de abril de 2021.

JULIO CESAR DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 14/2021

EXTRATO DO CONTRATO 14/2021

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ARAGUAIANA - MT

CONTRATADO: ROTA SERVIÇOS E COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI

OBJETO: Contratação de empresa para aquisição de EQUIPAMENTOS PARA UTI SEMI-INTENSIVA PARA O PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL DE ARAGUAIANA – MT tais como:

01 MONITOR COMEN STAR8000

01 VENTILADOR PULMONAR PROPULSADO

01 BOMBA DE INFUSÃO

01 DESFIBRILADOR CARDÍACO – EMAI/TRANSMAI – DX 10 PLUS.

VALOR: R$ 94.180,00 (noventa e quatro mil cento e oitenta reais)

PRAZO: ATÉ 05/05/2021

DATA: 05/04/2021

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 99/2021 DE 08 DE ABRIL DE 2021

O Senhor GETÚLIO DUTRA VIEIRA NETO, Prefeito Municipal de Araguaiana, Estado de Mato Grosso, no uso das Atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Designar o servidor UBERTO MOREIRA DA SILVA, matrícula nº 743, Coordenador de Fiscalização para desempenhar as suas funções junto à SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Getúlio Dutra Vieira Neto

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 98/2021 DE 08 DE ABRIL DE 2021

O Sr. Getúlio Dutra Vieira Neto, Prefeito Municipal de Araguaiana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Determino a abertura de Processo Administrativo (Sindicância) para apurar os fatos ocorridos envolvendo a servidora ALESSANDRA RODRIGUES CORREA, por ter infringido o artigo 8º do decreto nº 20/2021 de 05 de abril de 2021, que menciona;

Art. 8º Servidores municipais que forem flagrado em aglomerações, principalmente se estiver promovendo a mesma, deverá responder por processo de sindicância, podendo inclusive ser exonerado do cargo;

Art. 2º- Fica suspensa temporariamente por 15 (quinze) dias a referida servidora até que se apure os fatos referente a mesma.

Art. 3º - A abertura de sindicância é necessária para apurar a aglomeração ocorrida na Chácara denominada RECANTO AGUA BRANCA de propriedade de Luiz Gustavo Lima de Almeida 06362871146, neste município na noite do dia 07/04/2021.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Getúlio Dutra Vieira Neto

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 97/2021 ARAGUAIANA, 08 DE ABRIL DE 2021.

"Determina instauração de Processo Administrativo Disciplinar e nomeia comissão de sindicância. "

Sr. Getúlio Dutra Vieira Neto – Prefeito do município de Araguaiana, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica, e pela Lei Municipal nº 165/93 de 22 de outubro de 1993 (Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Municipais de Araguaiana - MT), e,

Considerando que a realização de aglomeração defendido não só pela vigilância em saúde, mas como por todo e qualquer órgão de fiscalização federal, estadual e municipal;

Considerando que o art. 8º do decreto nº 20/2021 de 05/04/2021 assim dispõe: "Art. 8º Servidores municipais que forem flagrado em aglomerações, principalmente se estiver promovendo a mesma, deverá responder por processo de sindicância, podendo inclusive ser exonerado do cargo";

RESOLVE:

Art. 1° Instaurar Processo Administrativo Disciplinar (Inquérito Administrativo) para apurar irregularidades na participação em aglomeração da ser-

vidora ALESSANDRA RODRIGUES CORREA, ocorrida na Chácara denominada RECANTO ÁGUA BRANCA de propriedade de Luiz Gustavo Lima de Almeida 06362871146, neste município, na noite do dia 07/04/2021.

Art. 2º - A Comissão será composta pelos seguintes servidores:

NILTON TAVARES PEREIRA

CPF: 020.565.241-71

RG: 1832930-6

Matricula 1067

UBERTO MOREIRA DA SILVA

CPF: 981.926.121-04

RG: 1510190-8

Matricula: 743

DAIANI CRISTINE DE MORAES CAMPOS BRAGA

C PF: 008.305.731-51

RG: 14512316-5-SSP/MT

Matricula: 1228

Art. 3° - A referida Comissão terá o prazo de 30 (trinta) dias, após publicação desta portaria, para apresentar a conclusão da Sindicância Administrativa em pauta, podendo, desde que justificado, ser prorrogado por igual período.

Art. 4º - A Presidência da Comissão será exercida pelo Sr Nilton Tavares Pereira.

Art. 5° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 08 de abril de 2021.

Getulio Dutra Vieira Neto

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 195/2021

DESIGNA SERVIDOR PARA EXERCER AS ATRIBUIÇÕES DE MÉDICO AUTORIZADOR DE AIH's – AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ENILSON DE ARAUJO RIOS, Prefeito Municipal do Município de Araputanga Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições conferidas por lei:

RESOLVE:

Art. 1.º- Designar o servidor **Álvaro Marconi,** ocupante do cargo efetivo de Médico Especialista 2, matrícula nº 1537 para além de suas funções, exercer a função gratificada de **MÉDICO AUTORIZADOR DE AIH**.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 04/01/2021, revogando as disposições em contrário.

Registra-se, Publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos nove (09) dias do mês de abril (04) do ano de dois mil e vinte e um (2021).

ENILSON DE ARAUJO RIOS

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 201/2021

DESIGNAR O SERVIDOR PARA ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA DISPENSA Nº 019/2021, CUJO OBJETO É A AQUISIÇÃO DE KIT CPAP AUTOMÁTICO PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

ENILSON DE ARAÚJO RIOS, Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais conferidas pela Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1.993, em especial em seu Art. 67.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar e nomear servidor da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT, para responder pela gestão, acompanhamento e fiscalização da DISPENSA Nº **019/2021**, com a empresa a seguir: empresa RITA DE CASSIA COSTA CAMPOS PEPATO, inscrita no CNPJ nº 34.066.877/0001-05.

Fiscal Titular **Sra. Jussara Araújo Pereira** - Responsável pelos objetos requisitados da **Secretaria Municipal de saúde.**

Fiscal Suplente **Sra. Crislaine dos Santos Ferrarezzi** - Responsável pelos objetos requisitados da **Secretaria Municipal de saúde.**

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos doze (12) dias do mês de abril (04) do ano de dois mil e vinte e um (2021).

ENILSON DE ARAÚJO RIOS

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2021

O MUNICÍPIO DE ARAPUTANGA/MT, por meio da sua Pregoeira designada pela Portaria nº 047/2021, no uso de suas atribuições, torna público aos interessados, que realizará licitação para registro de preços, na modalidade Pregão na forma Eletrônica, do tipo menor preço por item, cujo objeto é o Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição Gêneros Alimentícios, Produtos de Higiene e Limpeza e Gás de Cozinha, em atendimento à demanda das diversas Secretarias Municipais. A realização do certame será no dia 28 de abril de 2021, às 09h30min (horário de Brasília).

O Edital completo está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico http://www.araputanga.mt.gov.br/categoria/pregao-e... e também poderá ser lido e/ou obtido no endereço gov.br/compras ou https://www.comprasnet.gov.br e ainda solicitado por intermédio do e-mail: seplan3@araputanga.mt.gov.br nos dias úteis, no horário das 07h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min (horário local).

Araputanga/ MT, 12 de abril de 2021.

Eliana Pains de Amorim

Pregoeira

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 199/2021

DESIGNAR SERVIDOR PARA ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 059/2021, CUJO OBJETO É A "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ASSESSORIA E CONSULTORIA EM CARÁTER SUPLEMENTAR, OBJETIVANDO O ACOMPANHAMENTO NA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, BEM COMO CONSULTORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA".

ENILSON DE ARAÚJO RIOS, Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais conferidas pela Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1.993, em especial em seu Art. 67.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar e nomear servidor da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT, para responder pela gestão, acompanhamento e fiscalização do **Contrato Administrativo Nº 056/2021** oriundo da Adesão à Ata de Registro de Preços n°. 01/2021, Pregão Presencial n° 01/2021 - Realizado pelo Município de Reserva do Cabaçal/MT, com a empresa **FASSIL ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA,** inscrita no CNPJ: 04.858.022/0001-48.

Art. 2º - Fica nomeado o servidor abaixo para acompanhar e fiscalizaros objetos requisitados pela Secretaria Municipal de Administração, firmado entre o Município de Araputanga – MT e a empresa ora contratada, sendo compostas pelos servidores do quadro da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT:

Fiscal Titular: Célio Márcio Figueiró Torres- Responsável pelos objetos requisitados pela Secretaria de Municipal de Administração.

Fiscal Suplente: Reginaldo Luiz Schiavinato - Responsável pelos objetos requisitados pela Secretaria de Municipal de Administração.

Art. 3° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos doze (12) dias do mês de abril (04) do ano de dois mil e vinte um (2021).

ENILSON DE ARAÚJO RIOS

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - RECURSOS HUMANOS
PORTARIA INTERNA Nº 18/2021-DRH

DISPÕE SOBRE CONCESSÕES DE AFASTAMENTO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, DO MUNICIPIO DE ARAPUTANGA/MT.

A **GERENTE DE RECURSOS HUMANOS** DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA/MT**,** no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1.º - Efetuar o ato de afastamento de férias ao servidor **Dhiego Donizete Ferreira Gumieri,** Técnico em Radiologia da Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT, referente ao Período Aquisitivo de **06/03/2020 à 05/09/2020**, por um período de **20 (vinte)** dias com de gozo do dia **12/04/2021 à 01/05/2021.**

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se, publica-se, cumpra-se.

Araputanga-MT, 12 de abril de 2021.

BEATRIZ VAZ DA SILVA

Gerente de Recursos Humanos

Portaria nº186/2021

GABINETE - DEPTO JURIDICO
DECRETO MUNICIPAL Nº 39/2021

DECRETO MUNICIPAL Nº 39/2021

DISPÕE SOBRE LUTO OFICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ENILSON DE ARAÚJO RIOS, Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Araputanga**:**

CONSIDERANDO o falecimento da Servidora Pública Municipal, Sra. Maria Aparecida Domingos, a qual por longo período prestou relevantes serviços na Rede Municipal de Ensino de Araputanga/MT;

DECRETA:

Art. 1º - Luto oficial por três dias no Município de Araputanga, em razão do falecimento da Sra. Maria Aparecida Domingos, Servidora Pública Municipal de Araputanga/MT, determinando o hasteamento de bandeiras a meio-mastro nos locais de serviço público.

Art. 2º - Fica determinado Ponto Facultativo aos servidores vinculados à Secretaria Municipal de Educação e Cultura no dia 12 de abril do corrente ano, em decorrência do fato constante do art. 1º.

Art. 3º - As medidas previstas neste decreto vigorarão a partir de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga, Estado do Mato Grosso, aos doze (12) dias do mês de abril (04) do ano de dois mil e vinte e um (2021).

ENILSON DE ARAÚJO RIOS

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 200/2021

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO A PEDIDO DE SERVIDORA PÚBLICA DO MUNICIPIO DE ARAPUTANGA/MT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ENILSON DE ARAÚJO RIOS, Prefeito Municipal do Município de Araputanga Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições conferidas por lei:

RESOLVE:

Art. 1.º - EXONERAR a pedido, conforme requerimento, a servidora **TABITA ABE ASSUNÇÃO,** matrícula nº 2436, ocupante do cargo temporário de **Auxiliar Administrativo**, lotada no ESF Central da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registra-se, Publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos doze (12) dias do mês de abril (04) do ano de dois mil e vinte e um (2021).

ENILSON DE ARAÚJO RIOS

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 196/2021

"DISPÕE SOBRE REVOGAÇÃO DA PORTARIA 74/2019, GRATIFICAÇÃO DE REGIME INTEGRAL (GRI) AO SERVIDOR PÚBLIC MUNICIPAL CLÉO PEREIRA DA CRUZ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ENILSON DE ARAÚJO RIOS, Prefeito Municipal do Município de Araputanga Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições conferidas por lei:

RESOLVE:

Art. 1.º- Revogar a Portaria **74/2019**, a qual gratifica o servidor **Cléo Pereira da Cruz,** matrícula nº. 2157, ocupante do cargo efetivo de Médico

Clínico Geral, A-01, da Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Araputanga – MT.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 05/04/2021, revogando as disposições em contrário.

Registra-se, Publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos nove (09) dias do mês de abril (04) do ano de dois mil e vinte e um (2021).

ENILSON DE ARAÚJO RIOS

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS
EDITAL 006/2021 – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2021

EDITAL 006/2021 – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2021

EDITAL DE DIVULGAÇÃO DO ENSALAMENTO DOS INSCRITOS E DOS LOCAIS PARA A REALIZAÇÃO DAS PROVAS OBJETIVA E PRÁTICA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2021, PARA FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA DESTINADO A SUPRIR AS CONTRATAÇÕES POR NECESSIDADES TEMPORÁRIAS DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, PARA O QUADRO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MATO GROSSO.

O Exmº. Srº. **EDERSON FIGUEIREDO**, **Prefeito Municipal de Arenápolis**, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais, consoante às normas gerais de direito público, a constituição federal, a lei orgânica municipal, a estrutura administrativa da Prefeitura Municipal, art. 37 inc. IX da Constituição federal, subsidiariamente ao plano de cargos, carreiras, funções e vencimentos dos servidores públicos municipais, e Lei Municipal nº 1.463/2021, conjuntamente com a **COMISSÃO PERMANENTE ORGANIZADORA**, nomeada pela Portaria nº 045/2021, de 03 de fevereiro de 2021, que destina-se à contratação, por tempo determinado, "para atender necessidade temporária de excepcional interesse público", visando o atendimento de serviços essenciais de caráter inadiável das Secretarias Municipais, em casos de licenças obrigatórias, férias, emergências definidas em lei, combate a surtos epidêmicos, calamidade pública e as vagas ou cargos considerados indispensáveis ao andamento da administração pública para suprir a ausência de servidor concursado para o cargo, obedecidas às normas do **Edital 001/2021, Edital 002/2021, Edital 003/2021, 004/2021, 005/2021,** que trata do **PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2021;** mediante as condições estipuladas neste Edital e demais disposições legais aplicáveis, **TORNA PÚBLICO**, aos interessados, A **DIVULGAÇÃO DO ENSALAMENTO DOS INSCRITOS E DOS LOCAIS PARA A REALIZAÇÃO DAS PROVAS OBJETIVA E PRÁTICA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2021, PARA FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA DESTINADO A SUPRIR AS CONTRATAÇÕES POR NECESSIDADES TEMPORÁRIAS DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, PARA O QUADRO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MATO GROSSO, DO RESULTADO DAS SOLICITAÇÕES DE ISENÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2021.**

1. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1 Considerando o Decreto Vigente nº 874/2021, de 25 de março de 2021 do Governo de Estado de Mato Grosso, que atualiza classificação de risco epidemiológico e fixa regras e diretrizes para adoção, pelos Municípios, de medidas restritivas para prevenir a disseminação da COVID-19, e o Decreto Municipal nº 015/2021, de 26 de março de 2021, que institui novas medidas de contingenciamento e combate ao Covid-19, e demais normas vigentes, a data da realização das provas objetiva e prática, conforme prevista no **Edital 005/2021,** será no **dia 18.04.2021 (domingo)** a aplicação da Prova Objetiva, com início às **8:00 horas** e a aplicação da Prova Prática, na mesma data do dia **18 de abril de 2021** (**domingo)** com início às **13:00 horas.**

2. **DOS LOCAIS DE REALIZAÇÃO DA PROVA OBJETIVA E PRÁTICA**

2.1 Considerando a necessidade e importância dos cuidados com a prevenção contra a disseminação da COVID-19, evitando a aglomeração de pessoas nos locais e nas salas onde ocorrerão a aplicação das Provas Objetiva e Prática do Processo Seletivo Simplificado 001/2021, cumprindo com as normas da Vigilância Epidemiológica e Decretos vigentes, fica definido os locais, os cargos e quantidade de pessoas inscritas aptas a realizarem a prova objetiva no dia 18.04.2021 (domingo), com início às 8:00h, e a prova Prática no dia dia 18.04.2021 (domingo), com início às 13:00h, relacionados no quadro abaixo:

LOCAL DE REALIZAÇÃO DA PROVA OBJETIVA	**CARGOS E ESCOLARIDADE**
Escola Estadual Fillinto Muller - Rua Glicério Martins Pinto, 50-I, Bairro Vila Nova, Arenápolis - MT	ESCOLARIDADE: Ensino Fundamental CARGOS: a) Braçal b) Gari c) Operador de Máquinas
Escola Estadual João Ponce de Arruda – Avenida Presidente Dutra, Vila Nova – Arenápolis - MT	ESCOLARIDADE: - Ensino Superior - Ensino Médio CARGO: a) Professor b) Auxiliar de Consultório Dental c) Técnico em Enfermagem d) Recepcionista NO CARGO DE **RECEPCIONISTA** PARTICIPARÃO DA PROVA NESTE LOCAL OS INSCRITOS DA LETRA **"A" a "I".**
Escola Municipal Prefeito Duílio Ribeiro Braga - Rua Castelo Branco, nº 1146-E, Bairro Primavera - Arenápolis - MT	ESCOLARIDADE: Ensino Médio CARGOS: a) Monitor b) Recepcionista NO CARGO DE **RECEPCIONISTA** PARTICIPARÃO DA PROVA NESTE LOCAL OS INSCRITOS DA LETRA **"J" a "Z".**
LOCAL DE REALIZAÇÃO DA PROVA PRÁTICA	**CARGOS E ESCOLARIDADE**
Pátio do Setor de Transporte Municipal	ESCOLARIDADE: - Ensino Fundamental CARGO: - Operador de Máquinas

3. Esse Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Arenápolis – MT, 09 de Abril de 2021.

EDERSON FIGUEIREDO

Prefeito Municipal

WEIMAR PEREIRA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração

ROSILENE GARCIA BARROSO DOS SANTOS

Presidente da Comissão Permanente Organizadora do Processo Seletivo Simplificado

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ

GABINETE DO PREFEITO
LICENÇAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ, CNPJ n° 03.507.498/0001-71, torna público que requereu junto à SEMATIC - Secretaria Municipal do Meio Ambiente, Turismo, Indústria e Comércio o Licenciamento Ambiental, Licença Prévia (LP); Licença de Instalação (LI) e Licença de Operação (LO) do Aeroporto Municipal, Coordenadas Geográficas: Lat.: 10°11'14. 42"S e Long.: 59°27'26.86"O. Para atividade: Pista de Pouso Civil.

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO/REGISTRO DE PREÇOS N.º 2/2021

A Prefeitura Municipal de Aripuanã-MT, através de seu Pregoeiro, nomeado pela Portaria 12.674/2021, torna público que estará realizando licitação na Modalidade **Pregão Eletrônico**, regido pela Lei Federal nº. 10. 520/2002, a Lei Complementar nº 123/2006, os Decretos Municipais nº 1. 392/2008 e nº. 3.259/2018 e, subsidiada pela Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores. **Objeto: Registro de preço para a futura e eventual aquisição de veículos zero km do tipo camionetes para atender as necessidades das Secretarias Municipais deste Município de Aripuanã/MT.** Recebimento das Propostas: a partir do dia 13/04/2021 às 07:00 horas. (Horário de Brasília - DF); do Encerramento das Propostas: a partir do dia 26/04/2021 às 08:00 horas. (Horário de Brasília - DF); Data de Início da Sessão: à partir do dia 26/04/2021 às 10:00 horas. (Horário de Brasília - DF); Início da Sessão de Disputa de Preços: a partir do dia 26/04/2021 às 10:00 horas (Horário de Brasília - DF). Endereço Eletrônico: https://bllcompras.com. O EDITAL e todos os elementos integrantes encontram-se disponíveis para consulta e retirada no endereço eletrônico mencionado e site http://www.aripuana.mt.gov.br. Maiores informações e esclarecimentos sobre o certame pelo site: http://www.aripuana.mt.gov.br ou pelo e-mail: licitacao@aripuana.mt.gov.br.

Aripuanã-MT, 12 de abril de 2021.

Tamara Piran da Silva

Pregoeiro

GABINETE DO PREFEITO
COVID-19: COVID 19 - DECRETO N.º 4.127/2021

SÚMULA:

"ATUALIZA AS MEDIDAS RESTRITIVAS PARA CONTER A DISSEMINAÇÃO DA COVID-19 NO MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

SELUIR PEIXER REGHIN, Prefeita Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe é conferida pela Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO a DETERMINAÇÃO JUDICIAL proferida nos autos n.º 1003497-90.2021.811.0007 que impõe aos Municípios o cumprimento das medidas restritivas impostas no Decreto Estadual n. 874, de 25 de março de 2021;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual n.º 874 de 25 de março de 2021, que atualiza classificação de risco epidemiológico e fixa regras e diretrizes para adoção, pelos Municípios, de medidas restritivas para prevenir a disseminação da COVID-19 e dá outras providências;

CONSIDERANDO a decisão do STF que obriga os Municípios a seguirem o Decreto Estadual nº 874 de 25 de março de 2021.

CONSIDERANDO que o Painel Epidemiológico n° 394 Coronavirus/COVID-19, classificou o Município de Aripuanã como **NÍVEL ALTO**;

DECRETA:

Art. 1º Fica decretado no Município de Aripuanã/MT novas medidas não farmacológicas excepcionais, de caráter temporário, por 10 (dez) dias, restritivas à circulação de pessoas e ao funcionamento das atividades privadas, para a prevenção dos riscos de contágio pelo coronavírus em todo o território municipal, nas situações que especifica.

Art. 2º Com o objetivo de impedir o crescimento da taxa de contaminação no território municipal e reduzir o impacto no sistema de saúde, ficam determinadas as seguintes medidas não-farmacológicas:

I -Evitar circulação de pessoas pertencentes ao Grupo de Risco, conforme definição do Ministério da Saúde;

II -Isolamento domiciliar de pacientes em situação confirmada de COVID-19, em caráter obrigatório, por prescrição médica, pelos prazos definidos em protocolos;

III -quarentena domiciliar de pacientes sintomáticos em situação de caso suspeito para de COVID-19, e de daqueles que com ele tiveram contato, em caráter obrigatório, por prescrição médica;

IV - Disponibilizar, em estabelecimentos públicos e privados, locais adequados para lavagem frequente das mãos com água e sabão e/ou disponibilização de álcool na concentração de 70%;

V - Ampliar, em estabelecimentos públicos e privados, a frequência diária de limpeza e desinfecção de locais frequentemente tocados, tais como pisos, corrimãos, maçanetas, banheiros, interruptores, janelas, telefones, teclados de computador, controles remotos, máquinas acionadas por toque manual, elevadores e outros;

VI - Evitar a realização presencial de reuniões de trabalho e priorizar a realização de atividades de forma remota mediante o uso de ferramentas tecnológicas;

VII - controlar o acesso de pessoas em estabelecimentos públicos e privados de modo a garantir o distanciamento mínimo de 1,5m entre as pessoas;

VIII - vedar o acesso a estabelecimentos públicos e privados de funcionários, consumidores e usuários que não estejam utilizando máscara de proteção facial, ainda que artesanal;

IX -Manter os ambientes arejados por ventilação natural;

X - Adotar as recomendações atuais de isolamento domiciliar para os profissionais pertencentes ao Grupo de Risco, conforme definido pelo Ministério da Saúde;

XI -observar as determinações das autoridades sanitárias para a contenção de riscos, especialmente quando a atividade exigir atendimento presencial da população, com a orientação aos funcionários sobre o modo correto de relacionamento com o público no período de emergência em saúde pública;

XII - quarentena domiciliar para pessoas acima de 60 (sessenta) anos e grupos de risco definidos pelas autoridades sanitárias.

Art. 3.º Fica proibida a realização de atividades de lazer ou evento que cause aglomeração, tais como festas e confraternizações, inclusive em espaços fora do ambiente urbano (em balneários, pesqueiros, beira de rios e outros).

Art. 4º Permanece suspenso o atendimento ao público na Prefeitura Municipal de Aripuanã e nas demais repartições municipais em que haja atendimento administrativo ao público, devendo funcionar normalmente o expediente interno, sendo os atendimentos realizados mediante agendamento e/ou via telefone.

Parágrafo único. Não se incluem na suspensão determinada no *caput* deste artigo as sessões presenciais em processos licitatórios.

Art. 5º As aulas presenciais em instituições privadas de ensino (creches, escolas e universidades) poderão ser retomadas, observadas as medidas de distanciamento, uso obrigatório de máscara, utilização de álcool 70%, dentre outras medidas sanitárias eficazes.

Art. 6° Fica permitido aos professores e demais profissionais da educação o acesso aos estabelecimentos municipais de ensino para o desenvolvimento de suas atividades, desde que de forma escalonada e observadas as medidas de distanciamento, uso obrigatório de máscara, utilização de álcool 70%, dentre outras medidas sanitárias eficazes.

Art. 7º Todas as atividades e serviços poderão funcionar de segunda à sexta-feira no período compreendido entre às 05h00m e 20h00m e aos sábados e domingos no período compreendido entre às 05h00m e 12h00m,

obedecidas as disposições deste Decreto e os protocolos de saúde e normas sanitárias.

§ 1º As farmácias, os serviços de saúde, de hospedagem e congêneres, de imprensa, de transporte coletivo, de transporte individual remunerado de passageiros por meio de táxi ou aplicativo, as funerárias, os postos de combustíveis, exceto conveniências, as indústrias, as atividades de colheita e armazenamento de alimentos e grãos, serviços de guincho, segurança e vigilância privada, de manutenção e fornecimento de energia, água, telefonia e coleta de lixo e as atividades de logística de distribuição de alimentos, não ficam sujeitas às restrições de horário previstos no presente artigo.

§ 2º Excepcionalmente, os supermercados, mercados e mercearias poderão funcionar aos sábados até as 20h00m, e aos domingos das 05h00m as 12h00m, ficando vedado o consumo de bebidas alcoólicas no local, obedecidos os protocolos de saúde e normas sanitárias.

§ 3º Os supermercados devem aplicar sistema de controle de entrada restrito a 01 (um) membro por família.

§ 4º Excepcionalmente, os restaurantes, poderão funcionar aos sábados e domingos até as 14h00m, obedecidos os protocolos de saúde e normas sanitárias.

§ 5º As Distribuidoras de bebidas funcionarão de segunda à sexta-feira das 05h00m as 20h00m e aos sábados e domingos das 05h00m as 12h00m na modalidade ***take away,*** **onde o cliente retira a mercadoria no estabelecimento, ou na modalidade *delivery,* sendo vedado o consumo no local, podendo permanecer na modalidade *delivery* após os horários estipulados neste parágrafo, conforme determinado neste decreto.**

§ 6º O funcionamento de serviço na modalidade delivery ficará autorizado até as 23h59m, inclusive aos sábados e domingos, com exceção das farmácias e congêneres, que poderão funcionar, na modalidade delivery, sem restrição de dias e horários.

§ 7º As igrejas e templos poderão funcionar de segunda a sexta-feira das 05h00m as 20h00m, e aos sábados e domingos das 05h00m as 12h00m, desde que observadas as medidas de distanciamento, uso obrigatório de máscara, utilização de álcool 70%, dentre outras medidas sanitárias eficazes.

§8º Durante a vigência deste Decreto, os eventos sociais, corporativos, empresariais, técnicos e científicos, igrejas, e templos são permitidos, respeitado o limite de 30% (trinta por cento) da capacidade máxima do local, observados os limites de horário definidos neste artigo.

Art. 8º Fica proibido durante a vigência deste Decreto:

I - o funcionamento de parques, balneários e clubes, públicos ou privados, em área urbana ou rural, no Município de Aripuanã; e

II - a prática de quaisquer atividades esportivas coletivas, em espaços públicos ou privados.

Art. 9º. Fica instituída restrição de circulação de pessoas em todo o território do Município de Aripuanã a partir das 21h00m até as 05h00m.

Parágrafo único. Excetuam-se da restrição disposta no *caput* do presente artigo os funcionários e prestadores e consumidores das atividades e serviços cujo funcionamento é permitido após as 21h00m, bem como outras situações específicas a serem analisadas pela autoridade responsável pela fiscalização.

Art. 10. A fiscalização das regras deste Decreto ficará a cargo do(s):

I - Órgãos de vigilância sanitária municipal;

II - Polícia Militar - PM/MT;

III - Polícia Judiciária Civil - PJC/MT; e

IV - Outros órgãos municipais investidos de poder fiscalizatório.

§ 1º. A Polícia Militar do Estado de Mato Grosso fica autorizada a dispersar aglomerações.

§ 2º. O descumprimento das medidas restritivas por pessoas físicas ensejará a lavratura de Termo Circunstanciado de Ocorrência pela autoridade policial competente, além da aplicação de multas e sanções cíveis cabíveis.

§ 3º. O descumprimento das medidas não farmacológicas impostas no presente Decreto, ensejará a aplicação das penalidades previstas conforme estabelecido na Lei nº 11.316, de 02 de março de 2021, com a redação alterada pela Lei nº 11.326, de 24 de março de 2021, que prevê multa a partir de R$ 500,00 (quinhentos reais) para Pessoa Física e R$ 10.000,00 (dez mil reais) para Pessoas Jurídicas.

Art. 11. Este Decreto entra em vigor nesta data, excepcionalmente mediante afixação no Mural da Prefeitura, e posterior publicação no Diário Oficial dos Municípios de Mato Grosso, revogando as disposições em contrário, em especial o Decreto n.º 4.125/2021.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 12 dias do mês de abril de 2021.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se.

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 4.129/2021.

SÚMULA:

"NOMEIA EM SUBSTITUIÇÃO MEMBROS PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER - CMDM".

A Prefeita Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados em substituição os membros para compor o Conselho Municipal dos Direito da Mulher – CMDM, de acordo com a Lei Municipal nº 1.165/2014 e alteração, modificando o **Decreto nº 4.089/2021**, que passa a constar com a seguinte formação:

I-REPRESENTANTES DO PODER PUBLICO MUNICIPAL:

Secretaria Municipal de Educação e Cultura

Letícia Carolina dos Santos Leal - Titular

Silvia Esteves Grapiuna - Suplente

Art. 2º - Permanecem inalteradas as demais nomeações.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 12 dias do mês de abril de 2021.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se

ANDRÉIA CRISTINA MEDEIROS RODRIGUES

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
COVID-19: PORTARIA Nº 13.061/2021

A Prefeita Municipal de Aripuanã**,** no uso de suas atribuições legais e com amparo no Decreto nº 4.115/2021 e no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

Considerando o requerido no Memorando nº 225/SEMUSA/2021;

RESOLVE:

EFETIVAR a requisição para os servidores abaixo relacionados, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria Municipal de Educação, para exercício junto a Secretaria Municipal de Saúde a fim de realizar suas funções nas atividades de enfrentamento a pandemia ocasionada pelo Coronavírus (COVID-19), no período de 1°/04 a 30/04/2021.

SEQ	SERVIDOR	CARGO
1	Ana Paula Celestino Zambiazi	Técnico de Desenvolvimento Educacional
2	Bruna Eduarda Costa do Nascimento	Técnico de Desenvolvimento Educacional
3	Camila Cieslik Persch	Técnico de Desenvolvimento Educacional
4	Cristiane de Castro	Técnico de Desenvolvimento Educacional
5	Daiana Naiara S. de Carvalho	Técnico de Desenvolvimento Educacional
6	Daiane Alves Ramos	Técnico de Desenvolvimento Educacional
7	Fabiana Santos Cruz	Técnico de Desenvolvimento Educacional
8	Fernanda Luzia da Silva	Técnico de Desenvolvimento Educacional
9	Fernanda Rafaela A. Souza	Técnico de Desenvolvimento Educacional
10	Genedalva Lucena da Silva	Técnico de Desenvolvimento Educacional
11	Isabel Assis	Técnico de Desenvolvimento Educacional
12	Jaqueline Nunes da Silva	Técnico de Desenvolvimento Educacional
13	Karina Signor	Técnico de Desenvolvimento Educacional
14	Klemir Marques Martins	Técnico de Desenvolvimento Educacional
15	Laudicéia Domingos da Silva Ribeiro	**Técnico de Desenvolvimento Educacional**
16	Maria Andreia B. Gonçalves	Técnico de Desenvolvimento Educacional
17	Maria dos Reis Souza	Técnico de Desenvolvimento Educacional
18	Maria Lurdes Zomer	Técnico de Desenvolvimento Educacional
19	Mariana Batisti	Técnico de Desenvolvimento Educacional
20	Reysla Grasiela da Silva	Técnico de Desenvolvimento Educacional
21	Rosangela da Silva Santos	Técnico de Desenvolvimento Educacional
22	Sabrina de Fátima Ferrari	Técnico de Desenvolvimento Educacional
23	Tamires Evelin Kurunczi Carneiro	Técnico de Desenvolvimento Educacional
24	Edi Franklin Tavares Araújo	**Técnico em Tecnologia da Informação**
25	Everton Ricardo Fortunato	**Técnico em Tecnologia da Informação**
26	José Luiz Pereira	**Técnico em Tecnologia da Informação**
27	Juliana Teixeira Silva	**Técnico em Tecnologia da Informação**
28	Lucio Denilson Siqueira de Amorim	**Técnico em Tecnologia da Informação**
29	Vitor Gabriel do Nascimento	**Técnico em Tecnologia da Informação**
30	Anderson Teixeira	Motorista
31	Lucas Nunes Alves	Motorista
32	Marcos Antônio A. Bezerra	Motorista
33	Leidiane Pereira de Souza	Agente Administrativo
34	Renata Cieslik	Agente Administrativo

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 09 dias de abril de 2.021.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se

ANDRÉIA CRISTINA MEDEIROS RODRIGUES

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 13.060/2021

A Prefeita Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Artigo 1° SUBSTITUIR, membro da **C**omissão do Procedimento Administrativo n° 002/2021, Srª**Lucimeire Alves das Chagas** - Mat. 3951, nomeada pela Portaria nº 13.038/2021, pela Servidora Srª**Sonia De Jesus Santana Wilhelm – Mat. 4035.**

Artigo 2° Permanecem inalteradas as demais disposições contidas na Portaria.

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 09 dias de abril de 2.021.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se

ANDRÉIA CRISTINA MEDEIROS RODRIGUES

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 13.057/2021

A *Prefeita Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 69***, Inciso** V *da Lei Orgânica Municipal;*

Considerando o requerimento de Aposentadoria por Incapacidade Permanente para o Trabalho sob protocolo n° 329/2021;

RESOLVE:

EXONERAR, a **Sra. Francisca Andrade Silva**, solteira, portadora da cédula de identidade nº. 1275526-5 SSP-MT e inscrita no CPF sob o nº. 888.481.671-87, servidora Efetiva, no cargo de Professora, Classe "C", Nível "2", 112 horas mensais, lotada na *Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Lazer,* matricula sob nº 2508, em virtude da concessão do benefício de **Aposentadoria por Incapacidade Permanente para o Trabalho**, conforme processo administrativo do **FAPEMA, n.º 2021.03. 00032P,** a partir de 20/04/2021, até posterior deliberação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 09 dias de abril de 2.021.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se

ANDRÉIA CRISTINA MEDEIROS RODRIGUES

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 13.056/2021

"DISPÕE SOBRE A COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL PARA O PERÍODO DE 2.022 A 2.025 DO MUNICIPIO DE ARIPUANÃ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ, Estado de Mato Grosso, no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR osmembros para comissão de elaboração do plano plurianual para o período de 2.022 a 2.025 do município de Aripuanã:

1. **Maria das Graças Sombra Teixeira -** Secretária Municipal de Governo e Planejamento;

1.1 Núbia Maria Sombra de Oliveira – Responsável pelo orçamento;

2. **Andreia C. Medeiros Rodrigues –** Secretária Municipal de Administração;

2.1 Claudia Maria Tscha – Responsável pelo orçamento;

3. **Karin Rodrigues dos Santos – Secretária Municipal de Finanças;**

4. **Maria do Carmo Ferreira Vieira -** Secretária Municipal de Assistência Social

4.1 Patrícia Miranda Vasconcelos – Responsável pelo orçamento;

5. **Ermes José dos Reis -** Secretário Municipal de Educação e Cultura

5.1 Giseli A. de Vasconcelos Marques – Responsável pelo orçamento;

6. **Adriano José da Silva - Secretário Municipal de Infraestrutura;**

6.1 Sidnei Pereira de Souza Junior – Responsável pelo orçamento;

7. **Luciano Vasconcelos da Costa –**Secretário Municipal de Saúde Designado

7.1 Márcia Nantes Brito – Responsável pelo orçamento;

7.2 Fabrícia Naiara Souza da Silva – Responsável pelo orçamento;

8. **Heiji da Silva Kawatake -** Secretário Municipal de Desenvolvimento Rural Designado

8.1 Jucimeire Pereira – Responsável pelo orçamento;

9. **João Reghin Neto -** Secretário Municipal de Meio Ambiente, Turismo, Indústria e Comércio;

9.1 Ana Cristina da Silva **– Responsável pelo orçamento**;

10. Márcia Aparecida Thomazi **–** Assessoria Contábil.

11. Sonia Aparecida Ortega Guerino

Art. 2º As Secretarias, havendo necessidade, deverão fornecer apoio logístico e material, bem como disponibilizar pessoal para realização das audiências públicas.

Art. 3º Fica designado como Coordenadora da Comissão a Srª Karin Rodrigues dos Santos e a como Secretaria a srª Márcia Aparecida Thomazi.

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 09 dias de abril de 2.021.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se

ANDRÉIA CRISTINA MEDEIROS RODRIGUES

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 4.128/2021.

SÚMULA:

"NOMEIA EM SUBSTITUIÇÃO MEMBROS PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA (CMDPD)".

A Prefeita Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados em substituição os membros para compor o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CMDPD), de acordo com a Lei Municipal n° **1.164/2015**, modificando o **Decreto nº 4. 088/2021**, que passa a constar com a seguinte formação:

I-REPRESENTANTES DO PODER PUBLICO MUNICIPAL:

Secretaria Municipal de Educação e Cultura

Jocielle de Oliveira - Titular

Silvia Esteves Grapiuna - Suplente

Art. 2º - Permanecem inalteradas as demais nomeações.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 12 dias do mês de abril de 2021.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se

ANDRÉIA CRISTINA MEDEIROS RODRIGUES

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 13.058/2021

"Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Incapacidade Permanente para o Trabalhoa servidora Srª. Francisca Andrade Silva. "

A Prefeita do Município de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o preenchimento dos requisitos previstos no Art. 40º, § 1º inciso I, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c 12, inciso I e art. 13 da Lei Municipal nº. 637 de 13 de outubro de 2006, que Reestruturou o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Aripuanã/MT; Lei municipal n.º 095/2014, que dispõe sobre o Plano de Carreira, Cargos e Salários dos servidores públicos da Educação do Município de Aripuanã-MT; e ainda a Lei nº 154/2020, que concedeu recomposição salarial de 12,84%.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER o benefício de Aposentadoria por Incapacidade Permanente para o Trabalho, a servidora, **Srª. Francisca Andrade Silva**, solteira, portadora da cédula de identidade nº. 1275526-5 SSP-MT e inscrita no CPF sob o nº. 888.481.671-87, servidora Efetiva, no cargo de Professora, Classe "C", Nível "2", 112 horas mensais, lotada na *Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Lazer,* matricula sob nº 2508, contando com **10 anos, 02 meses e 21 dias** de tempo de contribuição, com proventos integrais**,** calculados com base na média aritmética simples das 80% (oitenta por cento) maiores remunerações de contribuição conforme processo administrativo do **FAPEMA, n.º 2021.03.00032P,** a partir de 20/04/2021, até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos vigentes **a partir de 20 de abril de 2021**, revogados as disposições em contrário, em virtude do encerramento do benefício de Auxílio-Doença, conforme processo administrativo **n.º 2021.05.00076R3**.

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 09 dias de abril de 2.021.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se

ANDRÉIA CRISTINA MEDEIROS RODRIGUES

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N.º 4.126/2021

SÚMULA:

"DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DOS PRAZOS, NO ÂMBITO DA FISCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ-MT, EM RAZÃO DA CALAMIDADE PÚBLICA OCASIONADA PELO CORONAVÍRUS (COVID-19) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

SELUIR PEIXER REGHIN, Prefeita Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe é conferida pela Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO, o Estado de Calamidade pública no Brasil, diante da Pandemia do coronavírus, reconhecido através do Decreto Legislativo 6/2020 de 20 de março de 2020;

CONSIDERANDO a Situação de Calamidade Pública do Município de Aripuanã reconhecida pela Assembleia Legislativa de Mato Grosso através da Resolução 6.911 de 23 de março de 2021;

CONSIDERANDO o regime de trabalho instituído aos servidores municipais que implicam no comprometimento de emissão de certidões e outros documentos necessários a concessão de alvarás por parte do Município;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam prorrogados por 60 (sessenta) dias os alvarás de funcionamento e localização dos estabelecimentos, as Licenças para construção, Licenças Ambientais e Sanitárias, que estejam vencidas ou cujos vencimentos ocorram durante o período de calamidade pública em que se encontra o Município.

Parágrafo único O disposto no *caput* deste artigo apenas será aplicado para fins de mera prorrogação de prazo e o pagamento dos tributos e taxas devidos para os atos de renovação e/ou prorrogação serão cobrados posteriormente em data a ser definida ou em seu ato de renovação.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, especialmente o Decreto n.° 4.123/2021.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 09 dias do mês de abril de 2021.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se.

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 4.130/2021.

SÚMULA:

"DISPÕE SOBRE A COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO – CMHa, CONFORME A LEI MUNICIPAL Nº. 730/2007 E ALTERAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A Prefeita Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

ARTIGO 1º Ficam nomeados os membros para compor o Conselho Municipal de habitação– CMHa, em atendimento a Lei Municipal nº. 730/2007 e Alteração, devidamente regulamentada através do Decreto nº. 1.612/2009, conforme segue:

I-REPRESENTANTES DO PODER PUBLICO MUNICIPAL:

a) Secretaria Municipal de Finanças

Paulo Rafael Fernandes – Titular

Rejane de Oliveira Moura - Suplente

b) Secretaria Municipal de Assistência Social

Silvalane Marques Martins - Titular

Marinalva Gomes Farias - Suplente

c) Secretaria Municipal de Infraestrutura

Vanusa Rosa Marques – Titular

Ingrid Pamela Dourado dos Santos – Suplente

d) Representantes do Poder Legislativo

Luciano Aparecido Demazzi –Titular

Sineia Roque dos Santos –Suplente

II- REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL:

a) Associação Comercial e Industrial de Aripuanã-ACIA

Fabiani Ferreira Lima – Titular

Cleonice Arnuti Battisti - Suplente

b) Associação da Associação dos Produtores Rurais

Evaldo Brito – Titular

Isaias Tubaroski – Suplente

c) Associação Boa Esperança

Claudiney da Silva Gonçalves –Titular

Andreia de Amorim Gonçalves -Suplente

d) Associação dos idosos de Aripuanã

Celinda Schier – Titular

Valdomiro Szcepanik - Suplente

ARTIGO 2º Os membros ora nomeados exercerão um mandato de (02) dois anos, permitida uma recondução por igual período.

ARTIGO 3º Este decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 12 dias do mês de abril de 2021.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se

ANDRÉIA CRISTINA MEDEIROS RODRIGUES

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 13.059/2021

A **Prefeit**a **Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 100 da Lei Complementar n.º 0**62/2011 e no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

Considerando o requerimento *protocol*ado n° 387**/2021;**

RESOLVE:

CONCEDER, a funcionária Srª. **ANGELA MARIA GOES GOMES,** portadora da Cédula de Identidade RG nº 2077791-4 SSP/MT e inscrita no CPF

nº. 026.542.111-00, ocupante do cargo de Carreira de **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - CONSELVAN,** *lotada na Secretaria Municipal de Saúde,* **02 (DOIS) ANOS DE LICENÇA SEM REMUNERAÇÃO,** a partir da data de 1°/04/2021.

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 09 dias de abril de 2.021.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se

ANDRÉIA CRISTINA MEDEIROS RODRIGUES

Secretária Municipal de Administração

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 3/2021

A Prefeitura Municipal de Aripuanã-MT, através de seu Pregoeiro, nomeado pela Portaria 12.674/2021, torna público que estará realizando licitação na Modalidade **Pregão Eletrônico**, regido pela Lei Federal nº. 10.520/2002, a Lei Complementar nº 123/2006, os Decretos Municipais nº 1.392/2008 e nº. 3.259/2018 e, subsidiada pela Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores. **Objeto: Pregão Eletrônico para a aquisição de um caminhão pipa com capacidade mínima de 9.000 litros, novo, 0km, ano e modelo 2021 ou superior, destinado a atender as necessidades da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Turismo, Ind., e Comércio deste município de Aripuanã/MT.** Recebimento das Propostas: a partir do dia 13/04/2021 às 07:00 horas. (Horário de Brasília - DF); do Encerramento das Propostas: a partir do dia 27/04/2021 às 08:00 horas. (Horário de Brasília - DF); Data de Início da Sessão: à partir do dia 27/04/2021 às 10:00 horas. (Horário de Brasília - DF); Início da Sessão de Disputa de Preços: a partir do dia 27 /04/2021 às 10:00 horas (Horário de Brasília - DF). Endereço Eletrônico: https://bllcompras.com. O EDITAL e todos os elementos integrantes encontram-se disponíveis para consulta e retirada no endereço eletrônico mencionado e site http://www.aripuana.mt.gov.br. Maiores informações e esclarecimentos sobre o certame pelo site: http://www.aripuana.mt.gov.br ou pelo e-mail: licitacao@aripuana.mt.gov.br.

Aripuanã-MT, 12 de abril de 2021.

Tamara Piran da Silva

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE MELGAÇO

PORTARIA Nº 055/2021

SÚMULA: Dispõe sobre a exoneração do Secretário Municipal de Finanças e estabelece outras providências.

Margareth Gonçalves da Silva, Prefeita Municipal de Barão de Melgaço, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 49, inciso I da Lei Orgânica Municipal, com fundamento no art. 11, Inciso V, alínea “b” da Lei Municipal n.º 365 de 06 de agosto de 2010 e posteriores alterações,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar o Senhor **Victor Hugo Lucas Silva**, portador da Carteira de Identidade nº RG 2054054 0 SSP/MT e inscrito no CPF sob o nº 041.427.941-75, do cargo em Comissão de Secretário Municipal de Finanças.

Art. 2º --Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita, 12 de março de 2021.

MARGARETH GONÇALVES DA SILVA

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 056/2021

SÚMULA: Dispõe sobre a Nomeação da Secretária Municipal de Finanças e estabelece outras providências.

Margareth Gonçalves da Silva, Prefeita Municipal de Barão de Melgaço, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 49, inciso I da Lei Orgânica Municipal, com fundamento no art. 11, Inciso V, alínea “b” da Lei Municipal n.º 365 de 06 de agosto de 2010 e posteriores alterações,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a Senhora **Andréia Brasil Ribeiro**, portadora da Carteira de Identidade nº RG 1250252-9 SSP/MT e inscrito no CPF sob o nº 877.339.191-34, no cargo em Comissão de Secretária Municipal de Finanças.

Art. 2º -Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita, 12 de Abril de 2021

MARGARETH GONÇALVES DA SILVA

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 008, DE 05 DE ABRIL DE 2021.

CÂMARA MUNICIPAL DE BARÃO DE MELGAÇO

NOMEIA O FISCAL DE CONTRATO ADMINISTRATIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE BARÃO DE MELGAÇO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FRANCISCO ODENILSON DA SILVA, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BARÃO DE MELGAÇO, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 73, inciso I, alínea "b" e inciso II, alíneas "a" e "b" da Lei 8.666/93 e os princípios que regem a Administração Pública;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o Servidor Público **MARCELINO VIEIRA CARDOSO**, portador do CPF n° 468.817.511-68, ocupante do cargo em Comissão de Assessor Parlamentar, matriculado sob o nº 56, para atuar como **FISCAL DE CONTRATO ADMINISTRATIVO** celebrados pela Câmara Municipal de Barão de Melgaço, durante o Exercício de 2021, com atribuição de acompanhar e fiscalizar a correta execução do objeto aos termos contratuais.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se.

Sala das Sessões, Barão de Melgaço-MT, 05 de abril de 2021.

FRANCISCO ODENILSON DA SILVA

Presidente da Câmara Municipal

PORTARIA Nº 009, DE 05 DE ABRIL DE 2021.

CÂMARA MUNICIPAL DE BARÃO DE MELGAÇO

“Dispõe sobre Nomeação de Comissão de Patrimônio e dá outras providências.”

O Senhor **FRANCISCO ODENILSON DA SILVA**, Presidente da Câmara Municipal de **Barão de Melgaço**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas,

RESOLVE:

Artigo 1º Nomear, para compor a Comissão de Patrimônio deste Poder Legislativo para o Exercício de 2021, os seguintes servidores:

ORLANDO JUSCELINO DA LUZ Presidente

ANDRESSA CRISTINA DA SILVA MOURA Secretária

JOICY DA SILVA MARQUES Membro

Artigo 2º - No desempenho de suas funções, a Comissão de Patrimônio é competente para:

I - Cientificar à Chefia para que esta providencie a notificação a todos os envolvidos, com antecedência necessária da data marcada para o início dos trabalhos, a fim de viabilizar o acesso aos locais em inventario;

II - Solicitar o livre acesso em qualquer recinto, para

efetuar levantamento e vistoria de bens;

III - Solicitar a Detentor de bem patrimoniais elementos de controle interno e outros documentos necessários aos levantamentos;

IV - Requisitar servidores, máquinas, equipamentos, materiais e tudo mais que for necessário ao cumprimento das tarefas da Comissão;

V – Identificar a situação patrimonial e o estado de conservação dos bens inventariados, discriminando em relatório, os suscetíveis de desfazimento, para ciência do Controle de Patrimônio;

VI - Propor à Chefia a apuração de irregularidades constatadas;

VII - Relacionar e identificar com numeração própria, os bens que se encontram sem o número de patrimônio ou sem o devido registro patrimonial para as providências cabíveis;

VIII - Propor a baixa de bens considerados inservíveis ou não localizados que possam como tal ser considerados levando em conta o tempo de vida útil, desgaste ou obsolescência.

IX – A presente Comissão tem a deliberação da regularização do Patrimônio, constando da atualização anual do inventário, levantamento, depreciação patrimonial e baixa dos bens, em conformidade com as legislações pertinentes à matéria.

Artigo 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se.

Sala das Sessões, Barão de Melgaço-MT, 05 de abril de 2021.

FRANCISCO ODENILSON DA SILVA

Presidente da Câmara Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N° 08-2021 COM REGISTRO DE PREÇO MENOR PREÇO

Interessada: Prefeitura Municipal de Cáceres

Objeto: Registro de Preço para Futura e eventual aquisição gêneros perecíveis para atender às demandas das Secretarias de Educação visando atender ao cardápio da alimentação escolar para o ano letivo 2021 com base no Programa Nacional de Alimentação Escolar-PNAE, e demais eventos a serem realizados pela Secretaria Municipal de Educação, Saúde e Ação Social do Município Cáceres-MT.

Realização: 29 de Abril de 2021 às 09h00min horário de Brasília.

Observação: A pasta contendo o Edital e seus anexos poderão ser obtidos, na Prefeitura de Cáceres-MT, situada à Av. Brasil nº 119, CEP: 78210.906, ou baixadas no portal http://www2.caceres.mt.gov/licitacao/ e na plataforma ou gov.br/compras.

Prefeitura de Cáceres-MT, 12 de Abril de 2021.

Wilton Bento Pimenta

PREGOEIRO OFICIAL

Portaria nº 053/2021

ASSESSORIA TÉCNICA I
EXTRATO DO 2° TERMO ADITIVO DE VALOR AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 119/2020-PGM

ASSESSORIA TECNICA I

Extrato do 2° Termo Aditivo de Valor ao Contrato Administrativo n.º 119/2020-PGM

Contratante: Prefeitura Municipal de Cáceres-MT

Contratada: PISOSSUL ENGENHARIA, CONSTRUÇÃO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO ESPORTIVO LTDA

Objeto: Aditar o **VALOR** do Contrato Administrativo n° 119/2020-PGM, celebrado entre o município de Cáceres através da **Secretaria Municipal de Esporte e Lazer**e a empresa **PISOSSUL ENGENHARIA, CONSTRUÇÃO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO ESPORTIVO LTDA,** para mais **R$ 116. 906,38 (cento e dezesseis mil, novecentos e seis reais e trinta e oito centavos).** Correspondente aproximadamente a 4,5% do valor total.

Cáceres – MT, 12 de abril de 2021.

Wilson Massahiro Kishi

Secretario Mun. De Esporte e Lazer

PORTARIA Nº 251 DE 24 DE MARÇO DE 2021.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e:

CONSIDERANDO o que consta no processo no Memorando nº 31849, de 27 de novembro de 2019;

R E S O L V E:

Art. 1º Designar o servidor **RONALDO DE LIMA,** em substituição ao servidor **Avelino Sena Santiago**, para constituir a **Comissão de Tomada de Conta especial**, destinada a apurar supostas irregularidades na proposta de confissão de dívida e reparcelamento do débito da Prefeitura Municipal de Cáceres com a empresa ENERGISA-S/A.

Art. 2º A Comissão deverá iniciar seus trabalhos a partir da publicação, conforme Resolução Normativa 24/2014-TP do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação

Prefeitura Municipal de Cáceres, 24 de março de 2021.

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS

Prefeita Municipal de Cáceres

MEMBRO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO/ SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATO DE RATIFICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO – DISPENSA Nº 13/2021 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 409/2021

Interessada: Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística

Objeto: Dispensa de Licitação visando à contratação de empresa especializada na área de engenharia e arquitetura para a prestação de serviços técnicos de elaboração de Projetos Complementares para execução da Reforma da Praça da Feira, em imóvel situado na Zona Urbana do município de Cáceres – MT.

Empresa: UNITE SOLUÇÕES EM PROJETO EIRELI - **CNPJ N.º**32.779. 578/0001-84, perfazendo o valor total de R$ 32.400,00 (trinta e dois mil e quatrocentos reais).

Fundamento: Art. 24 da Lei 8.666/93 amparados nos princípios da finalidade pública e princípio da continuidade do serviço público.

Ratifico a Dispensa de Licitação em consonância com o Parecer Jurídico nos termos do Art. 24, da Lei Federal n° 8.666 /1993.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 12 de abril de 2021.

Wesley de Sousa Lopes

Secretário Municipal de Infraestrutura e Logística

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATO DE RATIFICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO – DISPENSA Nº 14/2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 407/2021

Interessada: Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística

Objeto: Dispensa de Licitação visando à contratação de empresa de engenharia para elaboração de projeto executivo da recuperação de estradas vicinais, licenciamento ambiental de obra e jazida, no Distrito Nova Cáceres, zona rural do município de Cáceres – MT.

Fundamento: Art. 24 da Lei 8.666/93 amparados nos princípios da finalidade pública e princípio da continuidade do serviço público.

Empresa: EXITO EMPREENDIMENTOS LTDA - **CNPJ N.º**25.993.540/0001-44, perfazendo o valor total de R$ 32.617,91 (trinta e dois mil, seiscentos e dezessete reais e noventa e um centavos).

Ratifico a Dispensa de Licitação em consonância com o Parecer Jurídico nos termos do Art. 24, da Lei Federal n° 8.666 /1993.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 12 de abril de 2021.

Wesley de Sousa Lopes

Secretário Municipal de Infraestrutura e Logística

PORTARIA Nº 252 DE 24 DE MARÇO DE 2021.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CÁCERES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o art. 67 de Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, onde determina que a execução dos Contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública;

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Memorando sob nº 9.846, de 24 de março de 2021;

RESOLVE:

Art.1º Designar os servidores abaixo relacionados, lotados no Gabinete, como responsáveis pela fiscalização e controle do contrato Administrativo.

Titular: Fernanda de Almeida Gonçalves Oliveira

Suplente: Ronivon Barros da Silva

Nº Contrato	Contratado	Objeto	Data Assinatura Contrato	Vigência
027/2021	RIO MADEIRA CERTIFICADORA DIGITAL EIRELI	Constitui o objeto do presente a contratação de empresa para prestação de serviços de emissão de certificação digital tipo PF A1, dentro das especificações e normas ICP-Brasil, com validade de 1 (um) ano, a fim de atender as necessidades do gabinete da prefeita conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.	08/03/2021	12 meses

§ 1º Os servidores acima designados devem acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, bem como, registrar detalhadamente por escrito todas as ocorrências, encaminhá-las ao Gabinete e determinar o que for necessário para a regularização.

§ 2º Os casos em que excederem a competência dos servidores responsáveis pela fiscalização, deverão ser repassados ao Gestor da Pasta, para a adoção das providências necessárias.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 24 de março de 2021.

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS

Prefeita Municipal de Cáceres

PORTARIA Nº 267 DE 08 DE ABRIL DE 2021.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o Artigo 101 da Lei Complementar nº. 025 de 27 de novembro de 1997 e o Artigo 40, Inciso I, da Lei Complementar nº. 48, de 05 de setembro de 2003;

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Memorando nº 11.131 de 08 de abril de 2021;

RESOLVE:

Art.1º Conceder aos servidores, abaixo relacionados, lotados na Secretaria Municipal de Educação, 03 (três) meses de **Licença-Prêmio**.

Servidor	Quinquênio	Período de Gozo
Rosana Aparecida da Silva Seba	2012/2017	15.04.21 a 15.07.21
Albertino Xavier	2009/2014	07.04.21 a 07.07.21
Marilene Assunção Araújo	2014/2019	19.04.21 a 19.07.21
Luciday Souza Oliveira	2006/2011	15.04.21 a 15.07.21
Sorilene de Oliveira Cavalcanti	2013/2018	15.04.21 a 15.07.21

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 08 de abril de 2021.

LAURENIR RAMOS CEBALHO RIBEIRO

Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 289 DE 25 DE MARÇO DE 2021.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 74, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e o **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso das atribuições, que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e** o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153 de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Memorando sob nº 8.729, de 15 de março de 2021;

R E S O L V E M:

Art.1º Conceder à servidora **THAYANE ALBUQUERQUE SILVA –** MédicaClinica Geral,lotada na Secretaria Municipal de Saúde, 180 (cento e oitenta) dias de Licença Maternidade, nos termos da Lei Complementar 25 de 27 de novembro de 1997, pelo período de 08 de março a 03 de setembro de 2021.

Art.2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 25 de março de 2021.

SERGIO ADRIANO GOMES DE ARRUDA

Secretário Municipal de Saúde

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS

Prefeita Municipal de Cáceres

DECRETO Nº. 317 DE 06 DE ABRIL DE 2021.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e a **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta do Processo submetido ao Memorando sob nº. 10721, de 05 de abril de 2021;

RESOLVEM:

Art. 1º Nomear a Conselheira relacionada abaixo, para exercer a função junto ao Conselho Municipal de Educação de Cáceres-CMEC, para completar mandato referente ao período de 03 de julho de 2018 a 03 de julho de 2021.

Vice-presidente: Lourdes Aparecida de Souza em substituição a senhora Sandra Maria Netto

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 06 de abril de 2021.

LAURENIR RAMOS CEBALHO RIBEIRO *Secretária Municipal de Educação*

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS

Prefeita Municipal de Cáceres

DECRETO Nº 327 DE 07 DE ABRIL DE 2021.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 74, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e:

CONSIDERANDO o artigo 91, da Lei Complementar nº. 25, de 27 de novembro de 1997, alterado pela Lei Complementar nº 94 de 21 de dezembro de 2011;

CONSIDERANDO o inciso III do artigo 40, da Lei Complementar nº. 48, de 05 de setembro de 2003, alterado pela Lei Complementar nº 94 de 21 de dezembro de 2011;

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Memorando sob nº 10147, de 26 de março de 2021;

R E S O L V E:

Art.1º Conceder à servidora **RENATA DE ALMEIDA LEITE GENUINO –** Assistente Administrativo**,** lotada na Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Econômico, 180 (cento e oitenta) dias de Licença Maternidade, pelo período de 15 de março a 10 de setembro de 2021.

Art.2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 07 de abril de 2021.

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS

Prefeita Municipal de Cáceres

DECRETO Nº329, DE 08/04/2021.

REMANEJA *recursos do orçamento vigente de 2021*

A PREFEITA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso e gozo de suas legais atribuições e de acordo com a Lei N.º 2.934/2021.

DECRETA

Art. 1º - Ficam **remanejados** na forma do anexo deste decreto, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2021:

Art. 2º - A alteração introduzida pelo presente Decreto não implica em abertura de crédito adicional, suplementar, especial ou mesmo extraordinário, já que efetuada dentro dos limites dos grupos de despesa impostos na Lei de nº2934, de 23 de março de 2021 e dentro dos valores aprovados para os poderes, órgãos e unidades contempladas.

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES-MT, 08 DE ABRIL DE 2021.

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS

Prefeita Municipal

ANEXO

ACRÉSCIMOS

LOCAL: 02 PODER EXECUTIVO

02 03 01 SEC. MUNICIPAL ESPECIAL DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

Ficha: 84 04.131.1007.2014.0000 GESTAO DE EXCELENCIA 30.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES 30.000,00

REDUÇÕES

LOCAL: 02 PODER EXECUTIVO

02 16 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

Ficha: 923 04.129.1008.1211.0000 EQUILIBRIO FISCAL -30.000,00

3.3.90.31.00 PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E

TOTAL DAS ANULAÇÕES -30.000,00

DECRETO Nº 321 DE 06 DE ABRIL DE 2021.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e o **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE,** no uso das atribuições, que lhe confere a Lei nº 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153 de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta submetido ao Memorando sob nº 10456 de 31 de março de 2021;

RESOLVEM:

Art.1º Exonerar o senhor **ALBERTO FREIRE GARCETE** do cargo em Comissão de Coordenador da Vigilância em Saúde da Secretaria Municipal de Saúde, Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, com efeitos desde 1º de abril de 2021.

Art.2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 06 de abril de 2021.

SERGIO ADRIANO GOMES DE ARRUDA

Secretário Municipal de Saúde

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS

Prefeita Municipal de Cáceres

DECRETO Nº. 330 DE 08 DE ABRIL DE 2021.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Memorando nº 7.562, de 04 de março de 2021;

RESOLVE:

Art. 1º-Nomear a senhora **ALESSANDRA CRISTINA DE CAMPOS BELJE,** para exercer o cargo em Comissão de Gerência Epidemiológica, da Secretaria Municipal de Saúde, do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, com efeitos desde 04 de março de 2021.

Art. 2º-Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 08 de abril de 2021.

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS

Prefeita Municipal de Cáceres

DECRETO Nº 331 DE 08 DE ABRIL DE 2021.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e:

CONSIDERANDO o que consta submetido ao Memorando sob nº 8668, de 12 de março de 2021;

RESOLVE:

Art.1º Exonerar, a pedido, a servidora **EVA DA SILVA CEBALHO, do cargo em Comissão de Coordenadora Pedagógica da Secretária Municipal de Educação, do Município de Cáceres**, Estado de Mato Grosso, nomeada através do Decreto nº 053 de 07 de janeiro de 2021, com efeitos desde 15 de março de 2021.

Art.2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 08 de abril de 2021.

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS

Prefeita Municipal de Cáceres

DECRETO Nº 333 DE 09 DE ABRIL DE 2021.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 74, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e:

CONSIDERANDO o Art. 392, § 3º da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e o Art. 7º inciso XVIII da Constituição Federal;

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Memorando sob nº 8.653, de 12 de março de 2021;

R E S O L V E:

Art.1º Conceder à senhora **LEILA ROJAS ESPINOZA**, lotada na Secretaria Municipal de Educação, 120 (cento e vinte dias) dias de Licença Maternidade, sob o Regime Previdenciário/INSS, pelo período de 27 de março de 2021 a 24 de julho de 2021.

Art.2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 09 de abril de 2021.

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS

Prefeita Municipal de Cáceres

NORMATIVA INTERNA SJU Nº: 02/2021 – VERSÃO ORIGINÁRIA

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO – PGM
NORMATIVA INTERNA SJU Nº: 02/2021 – VERSÃO ORIGINÁRIA
ASSUNTO: TERMO DE RECONHECIMENTO DE DÍVIDA – TRD
SETORES ENVOLVIDOS: TODAS AS SECRETARIAS

1. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

1.1. A presente Instrução Normativa – IN integra o conjunto de ações, de responsabilidade do Chefe do Poder Executivo, no sentido da implementação de regras e procedimentos para reconhecimento de dívida, assim como formalização e controle **dos Termos de Reconhecimento de Dívida – TRD, para apuração das responsabilidades dos agentes e/ou gestores públicos, baseados nas Leis abaixo discriminadas:**

1.1.1. Lei Federal nº 4320, de 17 de março de 1964.

1.1.2. Lei Complementar Federal nº 101 de 04 de maio de 2000.

1.1.3. Orientação Normativa Advocacia Geral da união – AGU Nº 04/2009.

1.1.4. Acórdão nº 43/2007-Plenário do Tribunal de Contas da União – TCU.

1.1.5. Lei Municipal nº 025 de 27 de novembro de 1997.

1.1.6. Lei Complementar Municipal nº 115 de 24 de julho de 2017.

1.1.7. Decreto Municipal nº. 427 de 10 de agosto de 2020.

2. FINALIDADE

2.1. Regulamentar os procedimentos a serem adotados para reconhecimento de dívida, referente às dívidas contraídas pelo Município de Cáceres de maneira excepcional.

2.2. Normatizar a formalização e controle dos TRD, para apuração das responsabilidades dos agentes e/ou gestores públicos.

2.3. Orientar os agentes e/ou gestores públicos acerca das rotinas a serem adotadas para formalização dos TRD em conformidade com a legislação vigente.

3. DA ABRANGÊNCIA

3.1. A presente Instrução Normativa abrange todas as Unidades da Administração Direta do Poder Executivo do Município de Cáceres/MT.

4. DOS CONCEITOS

4.1. Para efeito desta Instrução Normativa foram adotadas as seguintes definições:

4.1.1. Termo de Reconhecimento de Dívida – TRD: procedimento administrativo instaurado com o fim de indenizar o contratante de boa-fé, por serviços ou produtos entregues à Administração Pública, sem a regular cobertura contratual e sem o efetivo pagamento.

4.1.2. Processo administrativo: é a sequência de atividades da Administração, interligadas entre si, que visa a alcançar determinado efeito final previsto em lei.

4.1.3. Procedimento administrativo: espécie do gênero processo de direito, é um conjunto de atos administrativos, sucessivos e concatenados, praticados pela Administração Pública com o objetivo de satisfazer determinadas finalidades de interesse público.

4.1.4. Ordenador de despesa: Autoridade cujos atos resultem emissão de empenho, autorização de pagamento, suprimento ou dispêndio de recursos do Município.

5. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

5.1. Da formalização do ato:

5.1.1. O ato de reconhecimento formaliza-se por meio de processo administrativo próprio, que nasce com manifestação por parte do responsável pela Secretaria Municipal que obteve o benefício ou nasce de requerimento do fornecedor ou prestador de serviços.

5.1.2. O reconhecimento de dívida se constitui apenas como medida excepcional, em que a Administração Pública ressarce pessoas físicas ou jurídicas pela aquisição de bens ou prestação de serviço, em caso de a dívida ter ocorrido sem o rito processual ordinário.

5.2. Dos procedimentos:

5.2.1. A Secretaria Municipal que recebeu o serviço ou benefício do fornecedor ou prestador de serviços abrirá Processo Administrativo Eletrônico de Reconhecimento de Dívida – PAE-RD, encaminhando à Procuradoria Geral do Município para parecer jurídico, acompanhando de:

5.2.1.1. Justificativa dos atos e fatos que motivaram a aquisição do material e/ou a prestação do serviço sem a devida formalização legal e necessária.

5.2.1.1.1. Essa justificativa deve ser a mais pormenorizada possível, de modo que a descrição permita a análise do processo de forma a avaliar as circunstâncias que levaram ao procedimento irregular de execução da despesa pública.

5.2.1.1.2. Essa justificativa deverá ser datada e assinada pelo gestor responsável, na forma de assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma da lei específica.

5.2.1.2. Devem ser anexadas todas as documentações probatórias dos atos e fatos descritos na justificativa, a planilha demonstrativa da apuração do valor, e:

5.2.1.2.1. Formulação do pedido, mediante apresentação de documento fiscal da prestação de serviço ou do fornecimento do material, contendo a descrição dos serviços prestados ou do bem adquirido;

5.2.1.2.2. Todos os documentos comprobatórios da prestação do serviço ou da entrega do bem que subsidie a alegação da dívida;

5.2.1.2.3. Data e assinatura do requerente ou de seu representante legal;

5.2.1.3. Deverá, também, constar as informações cadastrais da Pessoa Física ou Pessoa Jurídica, conforme relacionadas abaixo:

5.2.1.3.1. Nome, CPF/CNPJ, endereço, dados bancários, telefone, e-mail;

5.2.1.3.2. Documento endereçado a gestor da pasta a que se dirige;

5.2.1.3.3. Identificação do Credor;

5.2.1.3.4. Nº do contrato/processo que se refere a dívida, se houver;

5.2.1.3.5. Domicílio do requerente ou local para recebimento de comunicações;

5.2.1.4. Documentos relativos à habilitação jurídica, relacionados no art. 28 da Lei Federal nº 8666/93;

5.2.1.5. Declaração de Inexistência de Ação Judicial (Anexo I);

5.2.1.6. Minuta do TRD (Anexo II).

5.2.2. A Procuradoria Geral do Município – PGMverificará se todas as documentações são pertinentes, se for o caso poderá solicitar apoio na análise por parte de área técnica específica, e:

5.2.2.1. Verificará a regularidade fiscal e trabalhista da empresa (SICAF, CNDT, outros);

5.2.2.2. Indicará a necessidade abertura de Processo Administrativo Disciplinar – PAD;

5.2.2.3. Por fim, remeterá o Parecer da PGM à Secretaria de origem, assim como a minuta revisada e numerada do TRD (para que esta proceda com a adequação orçamentária e o, posterior, colhimento das assinaturas). e minuta do extrato do instrumento para publicação no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios – Mato Grosso (endereço eletrônico: https://diariomunicipal.org/mt/amm/).

5.2.3. Após o recebimento, à Secretaria de origem deverá encaminhar o processo – com a indicação da dotação orçamentária a ser utilizada – para Secretaria Municipal de Planejamento – SMPLAN, a qual informará se a despesa se enquadra no PPA, LDO e LOA.

5.2.4. Em seguida, a SMPLAN, encaminhará o processo de despesa para a Secretaria Municipal de Finanças – SMFIN, onde irá informar a classificação da despesa, o saldo de dotação orçamentária e a disponibilidade financeira para pagamento.

5.2.5. A SMFIN, após as devidas instruções no processo, encaminhará à Secretaria de origem para, sequencialmente, proceder da seguinte forma:

5.2.5.1. Colhimento das assinaturas no TRD;

5.2.5.2. Publicação do extrato do instrumento no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios – Mato Grosso;

5.2.5.3. Iniciar o processo de pedido de empenho junto ao setor competente.

5.2.6. O setor competente pelo pedido de empenho encaminhará, após concluso o feito, para a SMFIN para empenho, liquidação e pagamento do TRD.

5.2.7. Posteriormente, a SMFIN remeterá o processo para à Secretaria Municipal de Administração – SMA para abertura do respectivo PAD, visando a apuração de responsabilidade administrativa dos eventuais agentes/servidores públicos causadores.

5.2.8. A SMA elaborará a Portaria de Sindicância, composta pelos membros da Comissão Permanente de Sindicância Administrativa – CPSA da SMA, e remeterá o processo para a Comissão.

5.2.8.1. Após o encerramento do processo, em se tratando de TRD de Gestores, a Comissão deverá encaminhar o processo para julgamento da Prefeita que, após o julgamento, devolverá o processo para a CPSA/SMA para finalização do processo e aplicação das penalidades, conforme o caso.

5.2.8.1.1. Quando a penalidade for suspensão/advertência deverá ser publicada portaria e encaminhado a Coordenadoria de Gestão de Pessoas para inserção das informações na ficha funcional do servidor.

5.2.8.1.2. Se, de imediato ou no curso de processo disciplinar, ficar evidenciada que a irregularidade envolve crime, a autoridade instauradora comunicará o fato ao Ministério Público.

6. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1. Não haverá prejuízo da apuração de responsabilidade a quem der causa ao reconhecimento da dívida, conforme Orientação Normativa/AGU nº 04/2009, cabendo a autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público a obrigação de promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou inquérito administrativo disciplinar, assegurada ao acusado ampla defesa.

6.2. A inobservância das normas estabelecidas nesta IN pelos agentes e/ou gestores públicos acarretará instauração de PAD para apuração de responsabilidade, conforme rege o Estatuto do Servidor Público Municipal, e demais procedimentos previstos nas legislações pertinentes a matéria em vigor.

6.3. Os termos contidos nesta IN não exime a observância das demais normas competentes, que deverão ser respeitadas.

6.4. A Unidade Responsável (PGM) deverá promover a divulgação e a implementação desta IN, a orientação as áreas executoras e/ou supervisão quanto a sua aplicação, e, ainda, mantê-la atualizada.

6.5. Os esclarecimentos adicionais acerca do conteúdo desta IN poderão ser obtidos junto à Unidade Responsável e/ou Controladoria Geral do Município – CGM.

6.6. Fazem parte desta IN:

6.6.1. Anexo I – Declaração de Inexistência de Ação Judicial;

6.6.2. Anexo II - Termo de Reconhecimento de Dívida – TRD.

6.7. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

(assinado digitalmente) (assinado digitalmente)

Robson Máximo da Costa Maikon Carlos de Oliveira

Controlador Interno Procurador Geral do Município

(assinado digitalmente)

Antônia Eliene Liberato Dias

Prefeita Municipal

ANEXO I DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE AÇÃO JUDICIAL

_____ _____ (razão social do devedor), com inscrição no CPF/CNPJ nº _____, devidamente representada por _____ nome do representante), _____ _ qualificação do representante), DECLARA, para os fins de recebimento administrativo do montante relativo ao Reconhecimento de Dívida constante do Processo Administrativo Eletrônico de Reconhecimento de Dívida – PAE-RD _____/_____ (número e ano), do Município de Cáceres-MT, sob as penas da lei, em especial do art. 299 do Código Penal[1], que não ingressou, em momento algum, com qualquer ação judicial, inclusive embargos à execução fiscal, questionando seu débito para com este Município.

DECLARA, ainda, que a assinatura do presente Termo de Reconhecimento de Dívida – TRD implica na desistência das ações já propostas ou renúncia ao direito de propor novas ações.

Cáceres/MT, _____ de _____ de _____.

_____

Identificação e assinatura do representante legal da empresa

ANEXO II TERMO DE RECONHECIMENTO DE DÍVIDA – TRD Nº XXXX/ XXXX

Processo Administrativo Eletrônico de Reconhecimento de Dívida – PAE-RD nº XXXX/ XXXX.

Que entre si celebram o**MUNICÍPIO DE CÁCERES-MT,** através da **SECRETARIA MUNICIPAL** XXXX **e a (o)** XXXX**,** para os fins que especifica.

O **MUNICÍPIO DE CÁCERES – MT**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 03.214.145/0001-83 com sede no COC – Centro Operacional de Cáceres, que compreende complexo administrativo da Prefeitura Municipal, sito a Avenida Brasil, Nº. 119 neste ato representado pelo Secretário Municipal de XXXX**, o Sr.** XXXXX, portador da carteira de identidade XXXX-XXX/XX e inscrito no sob o n. CPF XXX, doravante denominado simplesmente **DEVEDOR**, e do outro lado**, a (o) XXXX** inscrito no CPF/CNPJ sob o nº XXXX, portador da carteira de identidade XXXX-XXX/XX, cujo domicílio é no endereço XXXX, doravante denominada simplesmente **CREDORA**, neste ato, representada por Sr. (a) XXXX,

CELEBRAM o presente Termo de Reconhecimento de Dívida – TRD, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLAÚSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E PERÍODO

As partes firmam o presente instrumento tendo por objeto o reconhecimento da dívida, bem como pagamento e quitação, referentes à (descrever detalhadamente o objeto).

O valor global da dívida ora reconhecida é de **R$ XXXX (por extenso).**

O período do objeto acima se deu de XX de XXXXX de 20XX a XX de XXXX de 20XX

CLAÚSULA SEGUNDA – DO VALOR RECONHECIDO

A **DEVEDORA** reconhece os valores devidos ou pendentes, junto à CREDORA, na importância de **R$ XXXX (por extenso),** referentes ao objeto e período mencionados na cláusula primeira, conforme declaração do XXXX (descrever cargo da Unidade /administrativa do Município) e demais documentos acostados ao PAE-RD nº. XXXX/XXXX.

CLAÚSULA TERCEIRA – DO PAGAMENTO

A **DEVEDORA** efetuará o pagamento à CREDORA dos valores mencionados na Cláusula anterior, em até 30 (trinta) dias contados da data de assinatura deste instrumento.

§ 1º A DEVEDORA deverá efetuar o pagamento correspondente ao objeto mencionado na cláusula primeira, em nome da CREDORA, por meio de Ordem Bancária, devidamente atestada através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicado pela empresa fornecedora.

§ 2º O reconhecimento de dívida constante deste instrumento é definitivo e irretratável, não implicando, de modo algum, novação ou transação e vigorará imediatamente.

CLAÚSULA QUARTA – DA QUITAÇÃO

Fica estabelecido que, o pagamento da nota fiscal nº XXXX (número da nota) e/ou documento comprobatório da prestação do serviço ou da entrega do bem que subsidiou a alegação da dívida, apresentada e listada às fls. ... do PAE-RD nº..., objeto do presente reconhecimento de dívida, conforme estabelecido na CLÁUSULA PRIMEIRA, após a comunicação e a comprovação do pagamento implicará a plena e total quitação do débito reconhecido neste termo, resultando em ampla e geral quitação para ambas as partes dos direitos e deveres sobrescritos neste ajuste, para nada mais ter a reclamar a credora quanto às referidas notas fiscais.

CLAÚSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da execução do presente TRD correrão à conta do orçamento da DEVEDORA, conforme discriminação abaixo:

ÓRGÃO/ UNIDADE	FUNCIONAL/ PROGRAMÁTICA	NATUREZA DA DESPESA	FONTE DE RECURSOS

CLAÚSULA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO

A DEVEDORA providenciará a publicação por extrato do presente instrumento, no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios – Mato Grosso no endereço eletrônico https://diariomunicipal.org/mt/amm/, nos termos do parágrafo único do art. 61, da Lei 8.666/93.

CLAÚSULA SÉTIMA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Cáceres-MT com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir qualquer dúvida ou litígio oriundo deste ajuste.

E, por estarem assim ajustadas, as partes assinam o presente TERMO DE RECONHECIMENTO DE DÍVIDA – TRD em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, para que produzam os efeitos jurídicos legais pertinentes.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, XX de XXXX de 20XX.

_____ _____

XXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXX SECRETÁRIO MUNICIPAL XXXX EMPRESA XXXX

[1] Art. 299 do Código Penal.: “Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante: Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público (. ..)”.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
PAUTA DE JULGAMENTO - CONSELHO DE CONTRIBUINTES DE CÁCERES

A presidente do Conselho de Contribuintes de Cáceres, no uso de suas atribuições, conferidas pelo Decreto nº. 144 de 30 de março de 2020, e pelo Decreto nº. 253 de 07 de maio de 2020;

Considerando o estabelecido pelo Artigo 41, Seção V do Decreto nº. 144 de 30 de março de 2020;

Torna pública a pauta de julgamento de processos para as sessões do Conselho de Contribuintes de Cáceres, que ocorrerão por vídeo conferência, conforme calendário abaixo:

• 12 DE ABRIL, ÀS 08 HORAS DA MANHÃ:

PROCESSO	REQUERENTE	CONSELHEIRO RELATOR
10279/2020	Sílvio de Simões ME	Nycollas Fernandes de Almeira
17830/2020	Maria Marta Lino de Oliveira Silva	Antonio Carlos Leite

LINK DE ACESSO: https://meet.google.com/nhu-eyqg-fxc

• 16 DE ABRIL, ÀS 08 HORAS DA MANHÃ:

PROCESSO	REQUERENTE	CONSELHEIRO RELATOR
4443/2019	João Batista de Souza	Tiago Ruas Ferreira

LINK DE ACESSO: https://meet.google.com/gmn-soet-jfy

Conforme parágrafo 2º do Artigo 42 do Decreto nº. 144 de 30 de março de 2020, que institui o Conselho de Contribuintes de Cáceres, poderá a parte interessada requerer o tempo de 15 (quinze) minutos para sustentação oral de seus argumentos, desde que solicitado com o prazo de 48 (quarenta e oito) horas a contar da presente publicação.

Cáceres, 05 de abril de 2021

ELIANA DA SILVA CARVALHO DUARTE

Presidente

COVID-19: TERMO ADITIVO Nº 027/2021 - ADITIVO CONTRATUAL - CONTRATO Nº 019/2021 - PROCESSO SELETIVO 004/2019

TERMO ADITIVO Nº 027/2021 – SMS

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO Nº 019/2021 – SMS, CELEBRADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E A PROFISSIONAL MICHELLE FERREIRA AZEVEDO MARTINS

Que entre si celebram, de um lado o Município de Cáceres – MT, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pelo Secretário Municipal de Saúde, **SERGIO ADRIANO GOMES DE ARRUDA**, denominado Contratante, e o (a) senhor (a) **MICHELLE FERREIRA AZEVEDO MARTINS**, Brasileiro (a), Residente e Domiciliado (a) na Rua Elza Atala, S/Nº, Jardim do Trevo, em Cáceres-MT, portador (a) do RG n° 1602350-1 SSP/MT e CPF n° 025.945.921-61, denominado (a) Contratado (a).

Cláusula 1ª – Fica alterada a Cláusula Primeira (DO OBJETO) e Cláusula 10ª, passando a partir de 29/03/2021 a vigorar da seguinte forma:

Cláusula 1ª – O Objeto do presente Contrato por prazo determinado consiste na contratação, **MICHELLE FERREIRA AZEVEDO MARTINS** no cargo de Enfermeira, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais em caráter de excepcional interesse público, para exercer suas funções na Vigilância em Saúde da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Cáceres.

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Saúde:

Órgão/Unidade	Funcional Programática	Natureza de Despesa	Fonte de Recursos
020601	10.301.1002.2050	3.1.90.04	102

Cláusula 2ª – Todas as demais cláusulas do Contrato principal permanecerão em vigor, as quais haverão de ser interpretadas à luz das modificações introduzidas pelo presente aditivo.

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 30 de março de 2021.

_____

MICHELLE FERREIRA AZEVEDO MARTINS

Contratado (a)

_____

SERGIO ADRIANO GOMES DE ARRUDA

Contratante

Testemunhas:

Nome:_____

CPF:_____

Nome:_____

CPF:_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE Nº. 171 DE 12 DE ABRIL DE 2021.

*"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE **LICENÇA SAÚDE** PARAO SERVIDOR RELACIONADO ABAIXO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".*

JOSÉ BUENO VILELA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Município e;

CONSIDERANDO o teor do Decreto nº 3.465 de 15 de outubro de 2020.

CONSIDERANDO o teor do laudo pericial da Previcamp e atestados médicos.

RESOLVE:

I –Conceder, na forma dos dispositivos legais supramencionados, a ***"Licença Saúde"*** ao servidorrelacionado na tabela abaixo e seu respectivo período de afastamento.

Nº	NOME	PERIODO DE AFASTAMENTO
1	JUVENAL PINHEIRO BATISTA NETO	31.03.2021 a 28.06.2021

II-Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

III - Revogadas as disposições em contrário.

Publique – se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis - MT, 12 de abril de 2021.

JOSÉ BUENO VILELA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE Nº. 172 DE 12 DE ABRIL DE 2021.

*"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE **LICENÇA SAÚDE** PARAOS SERVIDORES RELACIONADOS ABAIXO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".*

JOSÉ BUENO VILELA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Município e;

CONSIDERANDO o teor do Decreto nº 3.465 de 15 de outubro de 2020.

CONSIDERANDO o teor do laudo pericial da Previcamp e atestados médicos.

RESOLVE:

I –Conceder, na forma dos dispositivos legais supramencionados, a ***"Licença Saúde"*** aos servidores relacionados na tabela abaixo e seus respectivos períodos de afastamentos.

Nº	NOME	PERIODO DE AFASTAMENTO
1	Admar Gomes Leles	23.03.2021 a 05.04.2021
2	Juliana da Cunha Costa	05.03.2021 a 03.04.2021
3	Marcia Maria Back Durante	05.04.2021 a 16.04.2021

II-Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

III - Revogadas as disposições em contrário.

Publique – se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis - MT, 12 de abril de 2021.

JOSÉ BUENO VILELA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
COVID-19: ERRATA – PORTARIA DE Nº. 164 DE 05 DE ABRIL DE 2021.

A Prefeitura Municipal de Campinápolis - MT torna público a RETIFICAÇÃO da publicação da PORTARIA DE Nº. 164 DE 05 DE ABRIL DE 2021, publicado no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso na data de 12/04/2021, edição nº N° 3.705, pág 279 a 280, **ONDE SE LÊ:**

RESOLVE: I – Conceder, na forma dos dispositivos legais supramencionados, adiantamento de *"Férias"*, aos servidores relacionados nas tabelas abaixo e seus respectivos períodos aquisitivos nos dias 05.04.2021 a 20.04.2021.

ALBIA TERTULIANO ALVES	01.02.2020 a 31.01. 2021	
ADRIANGELA PEHOIMO REJA RA	03.02.2020 a 02.02. 2021	1/3 de Férias
ALESSANDRA FERNARDES DA CUNHA SILVA	01.04.2020 a 31.03. 2021	
ANTONIA PIRES CARDOSO	03.10.2020 a 02.10. 2021	
ANTONIO LUIZ XAVIER DE MELO	01.04.2020 a 31.03. 2021	
APARECIDA MORAIS PEDROSA	04.06.2020 a 03.06. 2021	
CANDIDA AFONSO GALVÃO	12.02.2020 a 11.02. 2021	
CHIRLEI SEVERINA DA SILVA	02.02.2019 a 31.01. 2020	
CLEUNICE APARECIDA LOURENÇO	01.02.2021 a 31.01. 2022	
DELVANI FERREIRA DE CASTRO	15.03.2021 a 14.03. 2022	
DEVANILDES GOMES DA SILVA	09.02.2021 a 08.02. 2022	
DIVINO ANTUNES VIEIRA	01.08.2020 a 31.07. 2021	
EDINAURA PEREIRA DOS SANTOS	24.10.2020 a 23.10. 2021	
EDINA LUCAS MACHADO	02.01.2021 a 01.01. 2022	
ELIANES PEREIRA COSTA CORREIA	01.02.2020 a 31.01. 2021	1/3 de Férias
ELIENE APARECIDA GONÇALVES DA CUNHA	01.08.2020 a 31.07. 2021	
ELIENE CHRISOSTOMO DA SILVA	06.09.2020 a 05.09. 2021	
ELIZIA RODRIGUES DE PAULA	12.02.2021 a 11.02. 2022	
ELZIMAR VON RANDOW CONSTANTINO	01.06.2020 a 31.05. 2021	
ESLAINE CORREIA BARBOSA DA SILVA	17.05.2020 a 16.05. 2021	
FRANCISCO TERTULIANO DA SILVA JUNIOR	10.04.2020 a 09.04. 2021	1/3 de Férias
ISRAEL ANTONIO BARBOSA	01.08.2020 a 31.07. 2021	
LEIDY DAYANA SOUZA RAMIRO	14.02.2021 a 13.02. 2022	
LIGIA KELLYS FERREIRA DE PAULA	01.08.2021 a 31.07. 2022	
LUCIANA BERNARDINA SOUZA GUIMARÃES	01.08.2021 a 31.07. 2022	
LUCIANA MARIA DA SILVA	17.05.2020 a 16.05. 2021	
LUCIENE VIEIRA DA SILVA OLIVEIRA	01.06.2020 a 31.05. 2021	
LUCIMONE FERREIRA MORAES	17.05.2020 a 16.05. 2021	
LUCINEIDE BORGES DE LIMA	06.10.2020 a 05.10. 2021	
MAGNA POLICARPO DE LIMA	03.01.2020 a 02.01. 2021	1/3 de Férias
MARA ADRIANA GONÇALVES DOS SILVA	01.06.2020 a 31.05. 2021	
MARCIA ANTONIA DA SILVA POLICARPO	22.02.2021 a 21.02. 2022	
MARCIA HELENA DOS SANTOS MELO	06.03.2020 a 05.03. 2021	1/3 de Férias
MARIA ALVES DOS SANTOS	11.03.2021 a 10.03. 2022	
MARIA LAURA IGNACIO SOARES	26.05.2021 a 25.06. 2022	
MARIA MADALENA SOBRINHO	08.03.2021 a 07.03. 2022	
MARIA SONIA DE ARAUJO MOURA	01.02.2020 a 31.01. 2021	
MARIA ZELIA POLICARPO DE MOURA	01.06.2020 a 31.05. 2021	
NEUZA LUZIA DE SOUZA ARAUJO	08.03.2020 a 07.03. 2021	
PATRICIA MARIA DE SOUZA	01.02.2021 a 31.01. 2022	
PATRICIA RODRIGUES FERREIRA	01.06.2020 a 31.05. 2021	
REGIANE SILVERIA GOMES	14.11.2020 a 13.11. 2021	
ROMES CORDEIRO VASCO	13.03.2021 a 12.03. 2022	
SAMIR RODRIGUES DE FARIA	03.06.2020 a 02.06. 2021	
SEBASTIÃO MENDES DOS SANTOS	16.01.2020 a 15.01. 2021	
SIMONE FERREIRA DE MORAES RICARDO	02.02.2021 a 01.02. 2022 20 dias	
SILVANIA LUZIA DE ARCANJO BERNARDES	16.05.2020 a 15.05. 2021	
SOENES SOARES NUNES RIBEIRO	01.02.2020 a 31.01. 2021	1/3 de Férias
SONIA MESSIAS DOS SANTOS BORGES	19.05.2020 a 18.05. 2021	
TAHUAINI SANTOS OLIVIERA	01.02.2021 a 31.01. 2022	
VANDERLEI BENTO DE ARAUJO	01.02.2020 a 31.01. 2021	
VIRGINIA MARTINS DA SILVA	27.02.2020 a 26.02. 2021	
ZIVANY TEREZA NASCIMENTO	06.05.2021 a 05.05. 2022	

LEIA- SE: I – Conceder, na forma dos dispositivos legais supramencionados, adiantamento de *"Férias"*, aos servidores relacionados nas tabelas abaixo e seus respectivos períodos aquisitivos nos dias 05.04.2021 a 20.04.2021.

RESOLVE:

Nome	Período Aquisitivo	1/3 Férias
ALBIA TERTULIANO ALVES	01.02.2020 a 31.01. 2021	
ADRIANGELA PEHOIMO REJA RA	03.02.2020 a 02.02. 2021	1/3 de Férias
ALESSANDRA FERNARDES DA CUNHA SILVA	01.04.2020 a 31.03. 2021	

ANTONIA PIRES CARDOSO	03.10.2020 a 02.10. 2021	
ANTONIO LUIZ XAVIER DE MELO	01.04.2020 a 31.03. 2021	
APARECIDA MORAIS PEDROSA	04.06.2020 a 03.06. 2021	
CANDIDA AFONSO GALVÃO	12.02.2020 a 11.02. 2021	
CHIRLEI SEVERINA DA SILVA	02.02.2019 a 31.01. 2020	
CLEUNICE APARECIDA LOURENÇO	01.02.2021 a 31.01. 2022	
DELVANI FERREIRA DE CASTRO	15.03.2021 a 14.03. 2022	
DEVANILDES GOMES DA SILVA	09.02.2021 a 08.02. 2022	
DIVINO ANTUNES VIEIRA	01.08.2020 a 31.07. 2021	
EDINAURA PEREIRA DOS SANTOS	24.10.2020 a 23.10. 2021	
EDINA LUCAS MACHADO	02.01.2021 a 01.01. 2022	
ELIANES PEREIRA COSTA CORREIA	01.02.2020 a 31.01. 2021	1/3 de Férias
ELIENE APARECIDA GONÇALVES DA CUNHA	01.08.2020 a 31.07. 2021	
ELIENE CHRISOSTOMO DA SILVA	06.09.2020 a 05.09. 2021	
ELIZIA RODRIGUES DE PAULA	12.02.2021 a 11.02. 2022	
ELZIMAR VON RANDOW CONSTANTINO	01.06.2020 a 31.05. 2021	
ESLAINE CORREIA BARBOSA DA SILVA	17.05.2020 a 16.05. 2021	
FABIANA LOPES DA CUNHA	**09.04.2020 e 08.04.2021**	**1/3 de Férias**
FRANCISCO TERTULIANO DA SILVA JUNIOR	10.04.2020 a 09.04. 2021	1/3 de Férias
ISRAEL ANTONIO BARBOSA	01.08.2020 a 31.07. 2021	
LEIDY DAYANA SOUZA RAMIRO	14.02.2021 a 13.02. 2022	
LIGIA KELLYS FERREIRA DE PAULA	01.08.2021 a 31.07. 2022	
LUCIANA BERNARDINA SOUZA GUIMARÃES	01.08.2021 a 31.07. 2022	
LUCIANA MARIA DA SILVA	17.05.2020 a 16.05. 2021	
LUCIENE VIEIRA DA SILVA OLIVEIRA	01.06.2020 a 31.05. 2021	
LUCIMONE FERREIRA MORAES	17.05.2020 a 16.05. 2021	
LUCINEIDE BORGES DE LIMA	06.10.2020 a 05.10. 2021	
MAGNA POLICARPO DE LIMA	03.01.2020 a 02.01. 2021	1/3 de Férias
MARA ADRIANA GONÇALVES DOS SILVA	01.06.2020 a 31.05. 2021	
MARCIA ANTONIA DA SILVA POLICARPO	22.02.2021 a 21.02. 2022	
MARCIA HELENA DOS SANTOS MELO	06.03.2020 a 05.03. 2021	1/3 de Férias
MARIA ALVES DOS SANTOS	11.03.2021 a 10.03. 2022	
MARIA LAURA IGNACIO SOARES	26.05.2021 a 25.06. 2022	
MARIA MADALENA SOBRINHO	08.03.2021 a 07.03. 2022	
MARIA SONIA DE ARAUJO MOURA	01.02.2020 a 31.01. 2021	
MARIA ZELIA POLICARPO DE MOURA	01.06.2020 a 31.05. 2021	
NEUZA LUZIA DE SOUZA ARAUJO	08.03.2020 a 07.03. 2021	
PATRICIA MARIA DE SOUZA	01.02.2021 a 31.01. 2022	
PATRICIA RODRIGUES FERREIRA	01.06.2020 a 31.05. 2021	
REGIANE SILVERIA GOMES	14.11.2020 a 13.11. 2021	
ROMES CORDEIRO VASCO	13.03.2021 a 12.03. 2022	
SAMIR RODRIGUES DE FARIA	03.06.2020 a 02.06. 2021	
SEBASTIÃO MENDES DOS SANTOS	16.01.2020 a 15.01. 2021	
SIMONE FERREIRA DE MORAES RICARDO	02.02.2021 a 01.02. 2022 20 dias	
SILVANIA LUZIA DE ARCANJO BERNARDES	16.05.2020 a 15.05. 2021	
SOENES SOARES NUNES RIBEIRO	01.02.2020 a 31.01. 2021	1/3 de Férias
SONIA MESSIAS DOS SANTOS BORGES	19.05.2020 a 18.05. 2021	
TAHUAINI SANTOS OLIVIERA	01.02.2021 a 31.01. 2022	
VANDERLEI BENTO DE ARAUJO	01.02.2020 a 31.01. 2021	
VIRGINIA MARTINS DA SILVA	27.02.2020 a 26.02. 2021	
ZIVANY TEREZA NASCIMENTO	06.05.2021 a 05.05. 2022	

JOSÉ BUENO VILELA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE Nº. 173 DE 12 DE ABRIL DE 2021.

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DO SR. **JOAQUIM JOSE DE ALMEIDA JUNIOR,** E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉ BUENO VILELA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO o requerimento do servidor protocolado em 12 de abril de 2021.

RESOLVE: I - Exonerar o Sr. Joaquim Jose de Almeida Junior que exercia o cargo em Comissão de Secretario Municipal de Agricultura, Industria e Comercio, lotado junto a Secretaria Municipal de Agricultura, Industria e Comercio desta Prefeitura Municipal.

II - Revogar a Portaria nº 018 de 04 de janeiro de 2021.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e Publique-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis - MT, 12 de abril de 2021.

JOSÉ BUENO VILELA

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 003/2021 GPM - CAMPINÁPOLIS - MT

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 003/2021 GPM

Dispõe sobre a convocação de candidatos aprovados no Processo Seletivo

Simplificado nº 001/2021 que menciona e dá outras providências.

JOSÉ BUENO VILELA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 77, VIII, da Lei Orgânica Municipal e;

Considerando a homologação do Processo Seletivo Simplificado nº 01/2021, homologado pelo Decreto nº 3577 de 05 de março de 2021.

Considerando que o provimento das funções da Administração Pública Municipal são prerrogativas do Poder Executivo conforme preceitua a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a necessidade de convocação dos Profissionais da Educação para atuarem nas Escolas Indígenas;

Considerando o Ofício nº 046/2021/SEMEC;

RESOLVE

1. **CONVOCAR** candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado nº 01/2021 elencados no Anexo I deste Edital para apresentação da documentação constante do item 2 deste Edital para a respectiva contratação temporária.

2. Os candidatos convocados por meio deste Edital deverão apresentar junto à SEMEC – Secretaria Municipal de Educação e Cultura, até as 17:00 h do dia 19/04/2021, a seguinte documentação:

a. CPF, RG, Título de Eleitor (fotocópia e original).

b. Certidão de Nascimento ou Casamento (fotocópia e original).

c. Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos (fotocópia e original).

d. Comprovante de escolaridade para o cargo que se habilitou (fotocópia e original).

e. Cartão de vacina de filhos menores de 14 anos (fotocópia e original).

f. Cópia do contrato de abertura de conta ou cópia do cartão (conta corrente – Banco do Brasil);

g. Comprovante de quitação eleitoral (cópia).

h. Declaração de bens.

i. Declaração de não acúmulo de cargo público.

j. Exame Admissional/Atestado Médico (original).

l. Cópia da primeira da Carteira de Trabalho (número e série) e segunda parte (emissão da carteira).

m. Cartão PIS/PASEP (fotocópia e original).

n. Certificado de reservista para os candidatos do sexo masculino (fotocópia e original).

3. Além das exigências previstas neste edital, os candidatos convocados deverão preencher todos os requisitos contidos no edital de Abertura do Processo Seletivo Simplificado nº004/2018 e suas alterações.

4. Após o cumprimento de todas as exigências dispostas neste Edital e Editais que regulamentaram o Processo Seletivo Simplificado nº 01/2021, por parte do candidato, deverão, a Diretoria de Recursos Humanos atestar a entrega de documentos, para fins de apresentação junto a Secretaria de Lotação.

5. Os candidatos convocados por meio deste Edital, de posse do atestado de entrega dos documentos referenciados neste Edital, deverão se apresentar de imediato na SEMEC no horário de 08:00 as 11:00 e de 13:00 ás 17:00.

6. A inobservância aos prazos e condições estabelecidos neste Edital implicará na eliminaçãodo

candidato ora convocado.

7. A declaração de bens, Declaração de acúmulo ou não de Cargo, Emprego ou Função pública (modelo a ser fornecido), será preenchida junto a SEMEC – Secretaria Municipal de Educação e Cultura, no momento da entrega dos demais documentos.

Publique-se. Registre-se.

Gabinete do Prefeito Municipal, 12 de abril de 2021.

JOSÉ BUENO VILELA

Prefeito Municipal

ANEXO I

Quadro – 1.0 E.M.I INDÍGENAS					
AAE/NUTRIÇÃO					
ALDEIA: Santa Clara					
Ordem	Nº CÃO INCRI-	NOME	DATA DE NASCIMENTO	PONTUAÇÃO	Classificação
1.	076	Dário Tserenhõ'a	01/03/1998		41,0
2.	010	Francisco Tserewadzubdza	19/11/2001		36,0

		ALDEIA:SÃO PEDRO– EMI IMACULADA CONCEIÇÃO			
Ordem	Nº CÃO INCRI-	NOME	DATA DE NASCIMENTO	PONTUAÇÃO	Classificação
1.	032	Rosemar Redzaproni'O	12/09/1983	38,0	1º
2.	073	Natividade Tsinhotsé Ere'Õwa'Õmorã	07/11/1993	37,0	2º

		AAE/LIMPEZA			
		ALDEIA:SANTA CLARA-EMI SANTA CLARA			
Ordem	Nº CÃO INCRI-	NOME	DATA DE NASCIMENTO	PONTUAÇÃO	Classificação
1.	008	Antoin Amarcio Ri'Udze	03/03/1989	43,0	1º

2.	062	Floriano Wapruiwewari	28/05/1993	41,0	2º
		ALDEIA:SÃO PEDRO– EMI IMACULADA CONCEIÇÃO			
Ordem	Nº CÃO INCRI-	NOME	DATA DE NASCIMENTO	PONTUAÇÃO	Classificação
1.	010	Domércio Tsiwari Tseredza E	15/03/1996	39,0	1º
2.	018	Antonio Pádua Utébrewe	23/07/1984	38,0	2º

PROFESSOR						
ALDEIA:BOM JESUS DA LAPA – SALA ANEXA BOM JESUS/E.M.I. IMACULADA CONCEIÇÃO						
Ordem	Nº CÃO INCRI-	NOME	DATA DE NASCIMENTO	PONTUAÇÃO	TITU-LOS	TOTAL
1.	170	João Batista Tseredzadadze Buruwewawe	12/08/1977	23,0	10,0	33,0
ALDEIA:CAMPINAS – E.M.I. SANTO ANTONIO						
Ordem	Nº CÃO INCRI-	NOME	DATA DE NASCIMENTO	PONTUAÇÃO	TITU-LOS	TOTAL
9.	259	Laira Rêu'asi Retehiri Sinhârirã	19/03/2001	29,0	5,0	34,0
10.	120	Aldinor Serezadapsi	26/07/1995	28,0	6,0	34,0
11.	129	Quezia Pe'Asiô Tseredza	07/08/1996	28,0	5,0	33,0
12.	056	Ademar Ruwari Tsere'e'e	28/08/1986	25,0	7,0	32,0
ALDEIA:MATRICHÃ – SALA ANEXA MATRINCHÃ/E.M.I. SÃO PAULO						
Ordem	Nº CÃO INCRI-	NOME	DATA DE NASCIMENTO	PONTUAÇÃO	TITU-LOS	TOTAL
1.	039	Dominques Buwi	01/09/1988	41,0	10,0	51,0

	ALDEIA: PARABUBURE – E.M.I.DOM BOSCO					
Ordem	Nº CÃO INCRI-	NOME	DATA DE NASCIMENTO	PONTUAÇÃO	TITU-LOS	TOTAL
1.	084	Dzariwari Tserenhitôwe	18/07/1998	31,0	5,0	36,0
2.	066	Marcelinho Tseretomodi Tsarei'wa	18/03/1996	26,0	5,0	31,0
	ALDEIA:SANTA CLARA– E.M.I. SANTA CLARA					
Ordem	Nº CÃO INCRI-	NOME	DATA DE NASCIMENTO	PONTUAÇÃO	TITU-LOS	TOTAL
1.	139	Adelmo Tsôwabdze	20/05/1999	45,0	7,75	52,75
2.	024	Luiz Fernando Wano'é'é	18/05/1998	43,0	6,0	49,0
3.	112	Adriano Tsiruipi	26/01/1999	43,0	5,0	48,0
4.	151	Juscelino Tserewahu	21/07/1982	36,0	11,0	47,0
5.	227	Valério Tseretsu	18/10/1998	40,0	5,0	45,0
6.	153	Ailton Tserewe	12/07/1984	35,0	10,0	45,0
7.	011	Jocelino Anahoa	06/07/1983	38,0	5,0	43,0
8.	079	Marcelino Tsi Eiwa Adi	28/06/1989	37,0	6,0	43,0
9.	077	Lindomar Tsirobó	19/01/1985	30,0	11,27	41,27
	ALDEIA:SÃO PEDRO – E.M.I. IMACULADA CONCEIÇÃO					
Ordem	Nº CÃO INCRI-	NOME	DATA DE NASCIMENTO	PONTUAÇÃO	TI-TULOS	TOTAL
1.	038	Afonso Tsudzawware Tsahobo	22/04/1988	40,0	11,0	51,0
2.	043	Lindomar Tsu'u're A'oiwe	20/03/1993	42,0	5,0	47,0
3.	035	Maria das Graças Wautomo Rahortõ	19/11/1990	39,0	8,0	47,0
4.	121	Cleiber Tsererowe Teropre'e	08/10/1987	33,0	12,85	45,85
5.	165	Rodolfo Tsere'Omo	05/12/1972	34,0	5,0	39,0
6.	088	Gedeão Rudazne'edi Teromnhi' Eiwe	26/07/1989	30,0	7,0	37,0
7.	078	Klenio Tseretsu	14/09/2000	31,0	5,0	36,0
8.	020	Erasmo Tserenhimiduwari Tserenhi'Re	23/03/1995	30,0	5,0	35,0
9.	086	Deuzelia Re'E'O Tsererawe	27/08/1990	29,0	6,0	35,0
10.	060	Jacinto tserewahuture Tsmrihu	30/09/1993	28,0	6,0	34,0
11.	015	Ervine Makuire Teropré ' É	11/04/1997	26,0	5,0	31,0
12.	026	Domingos Savio Paraptse Bododitu	03/03/1989	23,0	5,0	28,0
13.	002	Felisberto Nomotsé	05/04/1996	22,0	6,0	28,0
	ALDEIA: TEIHIDZATSE (A´ AWE) – SALA ANEXA A'AWE/E.M.I. SÃO DOMINGOS SÁVIO					
Ordem	Nº CÃO INCRI-	NOME	DATA DE NASCIMENTO	PONTUAÇÃO	TITU-LOS	TOTAL
1.	154	Maurilio Tserehõiba'a Madzewa	19/06/2000	43,0	5,0	48,0
ALDEIA:TSEREDZATSE – SALA ANEXA A'AWE/ E.M.I. KULUENE						
Ordem	Nº CÃO INCRI-	NOME	DATA DE NASCIMENTO	PONTUAÇÃO	TITU-LOS	TOTAL
1.	191	Mariano Tsinhim Rudzane'Edi	31/08/1995	45,0	6,0	51,0

Gabinete do Prefeito Municipal, 12 de abril de 2021.

JOSÉ BUENO VILELA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

***Contrato nº** 22/2021*

Partes: Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis X**BR CONSULTORIA E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL LTDA,** inscrita no CNPJ sob n° 29.655.740/0001-48.

Objeto: O presente contrato tem como objeto a **contratação de empresa especializada em treinamento de urgência e emergência para o SAMU 192 e socorristas da Secretaria de Saúde.**

Valor: R$ 19.800,00

Prazo: 12 meses

Dotações Orçamentárias

Órgão: 10 _ Secretaria Municipal de Saúde

Unidade: 001 – Fundo Municipal de Saúde

Programática: 10.001.10.302.0010.20092.3.3.90.39.00.00

Fonte de Recurso: 0.1.42.020000

Data: 12/04/2021

Procedimento Licitatório: Pregão Eletrônico n° 14/2021

Secretaria: Secretaria Municipal de Saúde

PORTARIA Nº 320, DE 12 DE ABRIL DE 2021.

ALTERA A PORTARIA 066/2021 QUE NOMEIA OS MEMBROS DA COMISSÃO PARITÁRIA PARA ANÁLISE E ENQUADRAMENTO DEFINITIVO DOS SERVIDORES REGIDOS PELA LEI 1.135/2006.

O PREFEITO MUNICIPAL de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO:

as Leis Municipais nº 1.135/2006 e nº 2.076/2019;

a exoneração do servidor Adelcio Mirachi dos Santos; a necessidade administrativa;

RESOLVE:

Art. 1º Alterar a Portaria nº 066/2021 que instituiu a Comissão Paritária para análise e enquadramento dos servidores regidos pela Lei nº 1.135/2006, para exclusão do membro Adelcio Mirachi dos Santos, tendo em vista sua exoneração por meio da Portaria nº 285/2021, substituindo-o pela servidora Aline Benedetti Wachholz.

Art. 2º A referida Comissão terá a seguinte composição:

I – Representantes do Poder Executivo:

Sara Castelli, mat. 2255, Secretaria Municipal de Administração; Aline Benedetti Wachholz, mat. 2925, Secretaria Municipal de Administração; Thiago Augusto da Silva, mat. 2847, Secretaria Municipal de Infraestrutura; Airton Sebastião Moreira, mat. 464, Secretaria Municipal de Finanças;

II – Representante do Sindicato dos Servidores Municipais – SSPM

João Cardoso Lucas, mat. 634, Secretaria Municipal de Finanças; Edna Mara Saibert Malmann, mat. 317, Secretaria Municipal de Saúde; Julio Cesar Ferreira, mat. 3168, Secretaria Muncipal de Infraestrura;

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 12 dias do mês de abril de 2021.

RAFAEL MACHADO *Prefeito Municipal*

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

CARLA CRISTINA FREITAS SILVA Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 314, DE 09 DE ABRIL DE 2021.

CONCEDE PRORROGAÇÃO DE AUXÍLIO-DOENÇA À SERVIDORA **NEIVA MARIA ROMBALDI.**

O benefício de auxílio-doença será concedido pelo período de 20/02/2021 a 20/05/2021.

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
PORTARIA Nº 321, DE 12 DE ABRIL DE 2021.

NOMEIA MEMBROS JUNTA RECURSAL DA COORDENADORIA MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR – PROCON.

1. NOMEAR, os membros que compõe **Junta Recursal da Coordenadoria Municipal de Defesa do Consumidor – PROCON**, conforme artigo 9º da Lei Municipal nº 1.879/2017, com a seguinte composição:

I - Presidente: Naiara Lopes Queiroz, **Diretora Executiva do PROCON, Portaria nº 610/2017;**

II - Relatora: Maira Giovana Lesciuk Pereira, **Assessora Jurídica, Portaria nº 229/2017;**

III – Revisor: Wanderson de Jesus Cassiano. **Assessor Jurídico, Portaria 1016/2020.**

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
PORTARIA Nº 318, DE 12 DE ABRIL DE 2021.

DESIGNA A SERVIDORA **ALINE BENEDETTI WACHHOLZ** PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR A EXECUÇÃO DOS CONTRATOS Nº 054/2017, 071/2018 E 027/2020

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 006/2021 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EMERGENCIAL Nº 04/2020

O Município de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, inscrito no CNPJ sob o n° 24.772.287/0001-36 solicita o comparecimento, no prazo máximo de **05 (cinco) dias**, a contar da publicação do presente EDITAL, dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado Emergencial nº 004/2020, conforme disposições do Edital de Processo Seletivo Simplificado Emergencial nº 004/2020, homologado pelo Decreto Executivo nº 107/2020 a fim de assumirem sua respectiva função, nos termos que determina Lei Municipal nº 1.437, de 25 de agosto de 2011, e suas alterações posteriores, que dispõe sobre contratação de pessoal para prestação de serviços em programas com transferência de recursos da União ou do Estado e dá outras providências, no município de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso.

CONSIDERANDO:

Memorando nº 243/2021 proveniente da Secretaria Municipal de Assistência Social.

O não comparecimento do candidato no prazo acima estabelecido implicará no reconhecimento da desistência e renúncia quanto ao preenchimento do cargo para o qual foi aprovado, reservando-se a administração o direito de convocar o próximo candidato.

Cargo – **PEDAGOGO**

COLOCAÇÃO	***CANDIDATO(A)***
2º	MARIA HELENA MARQUES

O candidato aprovado acima relacionado deverá comparecer na Coordenadoria de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, munidos dos documentos constantes no Edital de Processo Seletivo Simplificado Emergencial nº 004/2020, no prazo legalmente previsto.

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, no Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

Campo Novo do Parecis/MT, aos 09 dias do mês abril de 2021.

RAFAEL MACHADO Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO RP 035/ 2021

Recebimento das propostas: **a partir do dia 13 de abril de 2021, às 08:00 horas.**

(horário de Brasília - DF)

Do encerramento das propostas: **dia 28 de abril de 2021, às 08:00 horas.**

(horário de Brasília - DF)

Data de abertura das propostas: **dia 28 de abril de 2021, às 09:00 horas.**

(horário de Brasília - DF)

Início da sessão de disputa de preços: **dia 28 de abril de 2021, às 09:05 horas.**

(horário de Brasília - DF).

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de material de limpeza, copa e cozinha.**

LOCAL DA REALIZAÇÃO DO CERTAME: https://bllcompras.com/ **Maiores informações poderão ser obtidas junto a Divisão de Licitações, no Paço Municipal Euclides Horst, Av. Mato Grosso 66NE, Campo Novo do Parecis MT, ou pelo telefone 65 3382 5100 / 5108 / 3382 5138, o edital na integra poderá ser retirado pelo site:** www.camponovodoparecis.mt.gov.br

Campo Novo do Parecis-MT, 12 de abril de 2021**.**

Leandro Nery Varaschin

Pregoeiro

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
PORTARIA Nº 319, DE 12 DE ABRIL DE 2021.

DESIGNA A SERVIDORA FLANCIELLI THAIS PERES LEAL, E O SERVIDOR ALAN NILTON MELO DA SILVA PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR A EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 21/2021

PORTARIA Nº 317, DE 09 DE ABRIL DE 2021.

CONCEDE AUXÍLIO-DOENÇA À SERVIDORA **SUELI GONÇALVES PINTO.**

O benefício de auxílio-doença será concedido pelo período de 26/01/ 2021 a 25/04/2021.

PORTARIA Nº 315, DE 09 DE ABRIL DE 2021.

CONCEDE AUXÍLIO-DOENÇA À SERVIDORA **ANITA DE LARA BUCMAIER.**

O benefício de auxílio-doença será concedido pelo período de 01/03/ 2021 a 01/05/2021.

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
DECRETO EXECUTIVO Nº 078, DE 12 DE ABRIL DE 2021.

DISPÕE SOBRE O RESULTADO PRELIMINAR DA MOVIMENTAÇÃO FUNCIONAL VOLTADA AO INSTITUTO DA PROGRESSAO HORIZONTAL, CONSTANTES NA LEI MUNICIPAL 1.822/2016, ANO DE 2021.

O Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela **Lei Orgânica** do Município e,

Considerando a Lei Municipal nº 1.130, de 11 de julho de 2006, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Campo Novo do Parecis;

Considerando a Lei Municipal nº 1.822, de 5 de abril de 2016, que transforma cargos na Administração Direta, Reestrutura do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos da Administração Direta e Indireta, do município de Campo Novo do Parecis e dá outras providencias;

Considerando a Lei Municipal nº 1.850, de 4 de dezembro de 2016, que cria a Comissão Permanente de Avaliação e Desempenho, e dá outras providências, e suas alterações;

Considerando o memorando nº 59/2021, proveniente da Secretaria de Administração;

Considerando o Princípio da Publicidade e a necessidade administrativa,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam progredidos horizontalmente e de forma preliminar os servidores públicos da Administração Direta do município de Campo Novo do Parecis, conforme as disposições contidas na Lei Municipal nº 1.822/2016.

Art. 2º. Os servidores públicos do município de Campo Novo do Parecis, preliminarmente progredidos de forma horizontal e abrangidos pela Lei Municipal nº 1.822/2016 são os arrolados no Anexo I, deste instrumento.

Art. 3º. Fica regulamentada a apresentação de recurso voltada a progressão horizontal dos servidores do município de Campo Novo do Parecis, abrangidos pela Lei nº 1.822/2016, conforme modelo disposto no Anexo II, parte integrante deste Instrumento.

Art. 4º. Os servidores poderão apresentar recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da publicação do presente Decreto, em conformidade com o art. 4º c/c art. 8º, §§ 2º e 3º da Lei nº 1.850/2016, alterada pela Lei nº 1.957/2018.

§ 1º. O recurso será direcionado à Comissão Permanente de Avaliação de Desempenho e deverá ser protocolado em 2 (duas) vias, obrigatoriamente, na Secretaria Municipal de Administração, órgão que se encontra vinculada a Presidente da referida comissão.

§ 2º. Mantida a decisão pela Comissão Permanente de Avaliação de Desempenho, o interessado poderá apresentar recurso ao Prefeito Municipal, no mesmo prazo indicado no caput, o qual decidirá em segunda e última instância.

Art. 5º. O recurso deverá obedecer rigorosamente o prazo disposto no art. 4º deste Decreto, bem como os seguintes horários:

I – período matutino: das 7h às 10h;

II – período vespertino: das 13h às 15h.

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos xx dias do mês de abril de 2021.

RAFAEL MACHADO

Prefeito

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Municipal/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

CARLA CRISTINA FREITAS SILVA

Secretária Municipal de Administração

ANEXO I

Número de Ordem	Matrícula	Nome do Servidor	Cargo de concurso efetivo	Nível Atual	Classe Atual	Classe a Progredir em 01/01/2021
1	3332	ABEL MAIR SCHEUER DURAO	MOTORISTA VEICULOS PESADOS	04	C	D
2	2612	ADAO JOSE DE SOUZA BRITO	MECANICO DE VEICULOS	07	D	E
3	2678	ADRIANA SACCHO	AGENTE ADMINISTRATIVO	07	D	E
4	1631	AEWELYN MISSLENY MORAIS ELIZIARIO	AGENTE ADMINISTRATIVO	16	D	E
5	2833	ALAN NILTON MELO DA SILVA	TECNICO EM INFORMATICA	06	C	E
6	3084	ALEX DA SILVA ADRIANO	MOTORISTA VEICULOS PESADOS	05	C	D
7	2925	ALINE BENEDETTI WACHHOLZ	AGENTE ADMINISTRATIVO	06	B	C
8	2369	ANGELA DE MELO GONZAGA GENZLER	AGENTE ADMINISTRATIVO	09	C	D
9	2313	ANNELIESE DE AVILA DEL BARCO	FISIOTERAPEUTA	10	C	D
10	3007	ANA PAULA WESTPHAL	ENFERMEIRA	05	C	D
11	2209	ANA PAULA ALVARES COSTA TORRES	DENTISTA	11	C	D
12	698	ANTONIO FRANCISCO RIBEIRO	MOTORISTA VEICULOS PESADOS	21	C	D
13	1662	APARECIDA SILVA DE OLIVEIRA	AJUDANTE DE SERVIÇOS GERAIS	16	A	B
14	1512	BEATRIZ KNOB MARQUES	SERVENTE	17	D	E
15	2766	BENTA ELISEUDA DE LIMA FERREIRA	TECNICO ENFERMAGEM	07	C	D
16	2353	BRUNA NAYARA FARIA DE MENEZES	AGENTE ADMINISTRATIVO	10	C	E
17	1877	CELIO APARECIDO NANCI	MOTORISTA DE VEICULOS PESADOS	14	C	E
18	2424	COSME NUNES RODRIGUES	MECÂNICO MÁQUINAS PESADAS	09	D	E
19	2586	CLEVERSON SOPELSA	MOTORISTA VEICULOS LEVE	08	C	D
	3537	CRISTIANE GALLI CARDOSO	ENFERMEIRA	02	A	A
20	3079	DENILDO PEREIRA DA COSTA	MOTORISTA VEICULOS PESADOS	05	C	D
21	2915	DIEGO HENRIQUE BORCHARDT	OPERADOR OUTRAS MAQUINAS	06	C	E
22	1789	EDILMA CORREIA DE SOUZA LIMA	AJUDANTE DE SERVICOS GERAIS	16	C	D
23	11	ELAINE ALVES DE CARVALHO	TELEFONISTA	24	D	E
24	2596	ELAINE APARECIDA DA SILVA	ENFERMEIRO(A)	07	A	C
25	2606	ELEN DAIANE SILVA DE BENTO	AGENTE ADMINISTRATIVO	07	C	D
26	478	ELENI TEIXEIRA BELAI	TELEFONISTA ADMINISTRATIVA	21	D	E
27	2988	ELCIO FORNECK	MOTORISTA VEICULO PESADO	05	D	E
	12	ELIA ALBERTINA THOMAZ (ART. 9, INCISO XXVIII)	AJUDANTE DE SERVICOS GERAIS	27	D	D
28	2240	ELIESIO ROSA DA ROCHA	LUBRIFICADOR	10	D	E
29	2914	EMERSON LAONE DE AGUIAR	MOTORISTA VEICULOS PESADOS	06	D	E
30	2622	EVANIA MARIA BARBOSA DE LIMA	AGENTE ADMINISTRATIVO	07	B	C
31	2552	FLAVIA MEDINA	AGENTE ADMINISTRATIVO	08	D	E
	2221	FLAVINA BAIA BATISTA (ART. 53, PARAGRAFO 11, LEI 1822)	TÉCNICA EM ENFERMAGEM	10	D	D
32	498	FRANCISCO BEZERRA DE LIMA	VIGIA	21	D	E
33	1576	FRANCISCO ARCANJO SILVA DA COSTA	OPERADOR OUTRAS MAQUINAS	17	D	E
34	1534	GEANE ULBERG DANTAS	BIOQUIMICA	17	B	C
35	3135	GEIZIANE HEBERLE DE MOURA	AGENTE ADMINISTRATIVO	04	B	C
36	37	GERALDA CORDEIRO ALVES	AGENTE ADMINISTRATIVO	24	D	E
37	836	GERALDO BASTOS RIBEIRO	AGENTE ADMINISTRATIVO	19	D	E
38	3306	GISELI PRECILA MACHNIEVCZ	AGENTE ADMINISTRATIVO	04	B	D
39	2595	GUSTAVO ELIENAI CARDOSO DE SOUZA	AGENTE ADMINISTRATIVO	07	C	E
40	2190	IONE BORGES DE AGUIAR LAHR	TÉCNICA EM ENFERMAGEM	11	C	D

41	3097	IVONEI DE FÁTIMA TIGRE SILVA GÓES	TECNICO(A) EM ENFERMAGEM	05	C	D
42	3275	JAILMA FERREIRA DOS SANTOS	AGENTE ADMINISTRATIVO	04	B	C
43	1591	JAVES GOMES RIBEIRO	VIGIA	17	A	C
	1757	JEAN DOUGLAS ASSUNCAO ARDAIJA (ART. 9, INCISO XXVILEI 1822)	MOTORISTA VEICULOS LEVES	16	C	C
44	1814	JOAO BATISTA UREL	MOTORISTA VEICULOS PESADOS	16	B	D
45	566	JOARINO OLIVEIRA CURADO	SOLDADOR	21	B	D
46	2291	JOSÉ CARLOS DO CARMO	VIGIA	10	D	E
47	641	JOSÉ CARLOS DE ANDRADE MARQUES	OPERADOR DE MOTONIVELADORA	21	C	D
48	2778	JOSIMAR JOSÉ DE OLIVEIRA DA SILVA	AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL	06	C	D
49	1536	JOYCE ROBERTA DA SILVA	SERVENTE	17	D	E
50	2674	JUNIOR CESAR ELIZIARIO	OPERADOR OUTRAS MAQUINAS	07	C	E
51	2767	KEILA APARECIDA DE ALMEIDA	TECNICA EM ENFERMAGEM	06	C	D
	2772	KELLEN RENATA SERAFIM DE SOUZA (ART. 53, PARAGRAFO 11, LEI 1822)	TECNICA EM ENFERMAGEM	06	D	D
52	248	LENIR REGINA DA SILVA JACOBI	ESCRITURÁRIO	24	D	E
53	3305	LETICIA ZAWASKI DEMENIGHI	AGENTE ADMINISTRATIVO	04	B	C
54	2544	LILIAN KARLA LOPES PEGAIANI CATTANEO	ENFERMEIRA	08	C	D
55	3562	LUCAS KOLLING	AGENTE ADMINISTRATIVO	02	A	B
	2204	LUCELIA CICERA DOS SANTOS SILVA (ART. 53, PARAGRAFO 12, E ART. 21)	ENFERMEIRA	11	C	C
56	802	LUCIA FERREIRA DE ANDRADE OLIVEIRA	AJUDANTE DE SERVICOS GERAIS	19	C	D
	1533	LUCIANA DEIVYS PIN BARP (ART. 53, PARAGRAFO 11, LEI 1822)	FONOAUDIÓLOGA	17	C	C
57	2990	LUCINEIDE ARAUJO SANTOS	OPERARIO BRAÇAL	05	D	E
58	2346	MAREMILTON PEREIRA	CARPINTEIRO	10	C	D
	2434	MARILANE CRISTINA MARTINS COSTA (ART. 53, PARAGRAFO 11, LEI 1822)	AGENTE ADMINISTRATIVO	09	B	B
59	1513	MARILETE SCHERER	SERVENTE	17	C	D
60	460	MILTON ANTONIO DA SILVA	ELETRICISTA DE OBRAS	21	B	D
61	3158	MARCELA RANZULLA GONZAGA UREL	TECNICO(A) EM ENFERMAGEM	04	C	D
62	572	MARCIA ALVES DE OLIVEIRA	AJUDANTE DE SERVIÇOS GERAIS	21	D	E
63	2486	MARIA ALICE DA SILVA	OPERARIA BRAÇAL	09	D	E
64	1798	MARIA APARECIDA FERNANDES	AJUDANTE DE SERVIÇOS GERAIS	16	D	E
65	3155	MARIA EUNICE SILVA OLIVEIRA	TECNICO(A) EM ENFERMAGEM	04	B	D
66	15	MARIA EDINALVA SOARES NUNES	SERVENTE	27	D	E
	2607	MARIA ESTHER AZAMBUJA TERRA (ART. 45 Lei 1.822)	AGENTE ADMINISTRATIVO	07	D	D
67	3099	MAURI LEINDECKER	AUDITOR PUBLICO INTERNO	05	B	C
68	3157	NAIR DE OLIVEIRA CONCEIÇÃO	TECNICO EM ENFERMAGEM	04	C	D
	29	ORMIRO GOMES DE ARAUJO (ART. 9, INCISO XXXIII)	VIGIA	25	B	B
69	2254	PABLO MARCELLO BORGES CARPINETTI	AGENTE ADMINISTRATIVO	10	B	C
70	3166	PATRICIA SANTOS TEIXEIRA MERLUGO	TECNICA EM ENFERMAGEM	04	B	C
71	3117	PEDRO AUGUSTO DO CARMO	MOTORISTA VEICULOS PESADOS	05	C	D
72	2450	PEDRO FERREIRA DA SILVA	OPERADOR OUTRAS MAQUINAS	09	C	D
73	3170	PRISCILA CRISTINA SILVA DE SOUZA MIRANDA	ENFERMEIRA	04	C	D
74	2201	QUITERIA DOS SANTOS SILVA	OPERARIO BRAÇAL	11	C	D
75	181	RENITA CASSANELLI DE SOUZA	AJUDANTE DE SERVIÇOS GERAIS	25	C	D
76	1546	ROBERTO DA SILVA	MECANICO MAQUINAS PESADAS	17	D	E
77	3156	ROSANGELA SOUSA LOPES	TECNICA EM ENFERMAGEM	04	B	D
78	188	SAMUEL GARCIA FERREIRA	VIGIA	24	B	C
	2203	SELMA DE LIMA SOUZA TEIXEIRA (ART. 20 INCISO II, LEI 1822)	TECNICO HIGIENE BUCAL	11	C	C
79	191	SEBASTIANA DOS SANTOS	AJUDANTE DE SERVIÇOS GERAIS	25	C	D
80	2916	SERGIO PEREIRA DOS SANTOS	MOTORISTA VEICULOS PESADOS	06	D	E
81	2590	SILMARA SOUZA DE AMORIM DOS SANTOS	VIGIA	07	D	E
	193	SIMONE BARBOSA DA SILVA (ART. 9, INCISO XXXI)	SERVENTE	24	B	B
82	2815	STEFANO CUNHA COURI	MÉDICO(A) ORTOPEDISTA	06	B	C
83	2780	TAILAE JAQUEL EICKHOFF KWIATKOWSKI	ENFERMEIRA	06	B	C
84	479	TERESINHA EWERLING	RECEPCIONISTA	21	C	D
85	2335	TICIANE LORENZON CHASSOT	AGENTE ADMINISTRATIVO	10	B	C
86	2993	UELINTON GONCALVES MACHADO	MOTORISTA VEICULOS PESADOS	05	D	E

87	2983	VANESSA LACERDA EVANGELISTA	AGENTE ADMINISTRATIVO	05	B	C
88	3083	VILMA LUIZ DE FRANCA PRILL	TECNICA EM ENFERMA-GEM	05	C	D
89	223	VILSON BORCHARDT	OPERADOR DE MOTONI-VELADORA	25	D	E
90	1520	VITOR CESAR FURLAN	MOTORISTA VEICULOS PESADOS	17	D	E

ANEXO II (MODELO)

À COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO MUNICIPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT

NOME, brasileiro (a), servidor (a) público, matrícula nº (xxxxxxx), cargo (xxxxxxxx), lotação do servidor (xxxxxxxxx), portador da Carteira de Identidade nº (xxxxxxx), inscrito no CPF sob o nº (xxxxxxx), residente e domiciliado na Rua (xxxxx) nº (xxxxx), bairro (xxxxxx), cidade (xxxxx), CEP (xxxxxx), no Estado de (xxxxxx), venho à presença de Vossas Senhorias, com fulcro no art. 4º c/c art. 8º da Lei nº 1.850/2016, alterada pela Lei nº 1.957/2018, interpor o presente RECURSO DE PROGRESSÃO HORIZONTAL, pelos motivos de fato e de direito a seguir expostos:

I – DOS FATOS

1. Justificativa dos fatos II – DO DIREITO 1. Justificativa do direito

III – DOS PEDIDOS

1. Descrever os pedidos Diante do exposto, requer JULGADO TOTALMENTE PROCEDENTE o presente recurso para revisão da progressão horizontal preliminar realizada pela Comissão Permanente de Avaliação de Desempenho. Nestes termos, Peço deferimento. (Local, data e ano) (Nome e assinatura do Requerente) Rol de documentos em anexo:

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

DEPARTAMENTO JURÍDICO
LEI N°. 2672/2021, DE 09 DE ABRIL DE 2021.

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA REDAÇÃO DO ANEXO II DA LEI Nº 2457/2019, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Faz Saber, que a Câmara Municipal de Campo Verde aprovou e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. - Fica alterado a redação do Anexo II, inciso XIII, alínea “c)”, item 4. da Lei nº 2457/2019 de 14 de junho de 2019, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Anexo II – Atribuições e Áreas de Atuação

(...)

XIII - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO - SMPLA:

(...)

c) GERÊNCIA DE PROJETOS:

(...)

4. Coordenadoria de Arquitetura e Urbanismo: Responsável pela fiscalização de obras no âmbito municipal, supervisão, coordenação, gestão e orientação técnica nos projetos básicos de arquitetura; coletar dados, fazer estudos, planejamentos, projetos e especificações nos projetos básicos de arquitetura; estudo de viabilidade técnica e ambiental; assistência técnica, assessoria e consultoria; manter registro das atividades executadas sob sua responsabilidade; executar tarefas correlatas a Secretaria Municipal, determinadas pelo superior imediato; responsabilizar-se solidariamente com a chefia imediata sobre todas as informações, documentos, relatórios e demais atos executados.

Art. 2º. - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, em 09 de abril de 2021.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

DESPACHO: sanciono a presente lei, sem emendas e ressalvas.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, de acordo com a legislação vigente, com afixação no local de costume, Data Supra.

CLAUDILEI DE OLIVEIRA BORGES

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO N° 047/2021

A Prefeitura Municipal de Campo Verde, através da Comissão de Licitação, torna público o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CAMINHÃO COMPACTADOR, PARA ATENDER A DEMANDA DA COLETA SELETIVA.** SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DA PROPOSTA E DISPUTA DE LANCES: dia 30 de Abril de 2021, hora: 09:30 horas (Horário de Brasília – DF), Site: www.licitanet.com.br . LOCAL, DIAS E HORÁRIOS PARA LEITURA OU OBTENÇÃO DESTE EDITAL: dias – segunda e sexta-feira (em dias de expediente), Horários – das 07:00 horas às 13:00 horas (Horário do Mato Grosso). LOCAL: Praça dos Três Poderes, n° 03 – Campo Real II – Campo Verde – MT (sala de licitações). RETIRADA DE EDITAIS PELA INTERNET: Retire o edital acessando a página: www.campoverde.mt.gov.br , local “Compras Públicas”. Quando da retirada do edital, enviar recibo à Prefeitura de Campo Verde, via e-mail: compras@campoverde.mt.gov.br , conforme modelo do Anexo VIII deste edital, para eventuais informações aos interessados, quando necessário. Campo Verde – MT, 12 de Abril de 2021.

FABRÍCIA RODRIGUES ZAGO

Pregoeira

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 081/2021

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT

FORNECEDOR: ARARAUNA TURISMO ECOLÓGICO LTDA – EPP, CNPJ nº 36.932.853/0001-09

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE RESERVA, EMISSÃO, MARCAÇÃO, REMARCAÇÃO E FORNECIMENTO DE PASSAGENS AÉREAS NACIONAIS – PREGÃO Nº 041/2020.

VIGÊNCIA DA ATA: DE 12/04/2021 À 12/04/2022.

LOTE 01

ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	PERCENTUAL DE DESCONTO (%)
01	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE RESERVA, EMISSÃO, MARCAÇÃO, REMARCAÇÃO E FORNECIMENTO DE PASSAGENS AÉREAS NACIONAIS, POR MEIO DE ATENDIMENTO REMOTO (E-MAIL E TELEFONE), AOS MEMBROS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE, ACOMPANHADOS DAS RESPECTIVAS BAGAGENS, ATENDENDO ÀS NORMAS DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL – ANAC, *MEDIANTE PAGAMENTO DO VALOR DE AGENCIAMENTO.*	100% (CEM POR CENTO DE DESCONTO)

SENDO:

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	VALOR ESTIMADO	PERCENTUAL DE DESCONTO (%)
01	PASSAGEM AÉREA	R$ 182.000,00	0%
02	SERVIÇO ADMINISTRATIVO DE AGENCIAMENTO PARA FORNECIMENTO DE PASSAGEM AÉREA.	R$ 18.200,00	100%

A ÍNTEGRA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ESTÁ DISPONÍVEL NO SITE DA PREFEITURA: http://site.campoverde.mt.gov.br/

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO Nº 041/2021

A Prefeitura Municipal de Campo Verde-MT torna pública a HOMOLOGAÇÃO do Pregão nº 041/2021 – REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE RESERVA, EMISSÃO, MARCAÇÃO, REMARCAÇÃO E FORNECIMENTO DE PASSAGENS AÉREAS NACIONAIS, que teve como vencedora a empresa ARARAUNA TURISMO ECOLÓGICO LTDA – EPP, CNPJ nº 36.932.853/0001-09. Campo Verde, 12 de abril de 2021. Hélida B. M. P. Hubner – Pregoeira.

DEPARTAMENTO JURÍDICO
LEI Nº. 2673/2021, DE 09 DE ABRIL DE 2021.

FICA AUTORIZADO A CESSÃO DE SERVIDOR DA SAÚDE EM CARÁTER TEMPORÁRIO PARA A ASSOCIAÇÃO SOCIAL AMIGOS DA SOLIDARIEDADE - ASAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Faz saber, que a Câmara Municipal de Campo Verde aprovou e, Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar a cessão de 1 (um) fisioterapeuta, mediante celebração de termo aditivo ao convênio nº 019/2014 e portaria específica de cedência, para atender a Unidade de Terapia Intensiva – UTI, enquanto perdurar as necessidades decorrentes da pandemia COVID-19, em nosso município.

Art. 2º - Autoriza o Poder Executivo Municipal a revogar a cessão de 1 (uma) fonoaudióloga cedida para a Associação Social Amigos da Solidariedade – ASAS, nos termos da Lei Municipal nº 2604/2020.

Art. 3º - O Interesse público na referida proposta legislativa objetiva realizar a substituição dos profissionais mencionados nos artigos supra, visando potencializar os atendimentos de fisioterapia aos pacientes acometidos pela Covid-19 em nosso município, no âmbito da Unidade de Terapia Intensiva-UTI-Covid-19.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, estado de Mato Grosso, em 09 de abril de 2021.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

DESPACHO: sanciono a presente lei, sem emendas e ressalvas.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, de acordo com a legislação vigente, com afixação no local de costume, Data Supra.

CLAUDILEI DE OLIVEIRA BORGES

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS

AVISO DE PREGÃO N. 046/2021

AVISO DE PREGÃO N° 046/2021

A Prefeitura Municipal de Campo Verde, através da Comissão de Licitação, torna publico **o REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO, INSTALAÇÃO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA DO SEGMENTO DE VIDRAÇARIA.**na modalidade Pregão (presencial) **n° 046/2021** a se realizar no dia **23/04/2021 às 10H,** na sede da Prefeitura Municipal de Campo Verde. Retirada de edital www.campoverde.mt.gov.br. Para esclarecimentos: e-mail: compras@campoverde.mt.gov.br ou telefone (66) 3419-1244**.**Em conformidade com a legislação vigente em vigor. Campo Verde – MT, 12 de abril de 2021.

Hélida B. M. P. Hubner

Pregoeira

DEPARTAMENTO JURÍDICO
DECRETO Nº. 36/2021, DE 12 DE ABRIL DE 2021.

DISPÕE SOBRE MEDIDAS TEMPORÁRIAS E EMERGENCIAIS VISANDO A PREVENÇÃO DE CONTÁGIO PELO CORONAVÍRUS (COVID-19), NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Campo Verde, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o disposto no Decreto nº. 874, de 25º de março de 2021, do Estado de Mato Grosso que atualiza as classificações de risco epidemiológico e fixa regras e diretrizes para adoção, pelos Municípios, de medidas restritivas para prevenir a disseminação da COVID-19 e dá outras providências;

Considerando a decisão judicial proferida nos autos da *Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 1003497-90.2021.8.11.0000* que entendeu serem impositivas as determinações contidas no Decreto Estadual nº 874, de 25 de março de 2021;

Considerando o firme e reiterado comprometimento da Administração Pública com a preservação da saúde e bem estar de toda população;

DECRETA:

Art. 1º. Em observância as disposições contidas no Decreto Estadual nº. 874, de 25 de março de 2021, fica estabelecida a aplicação das seguintes medidas sanitárias no âmbito do Município de Campo Verde, visando o combate ao COVID-19:

I - isolamento domiciliar de pacientes em situação confirmada de COVID-19, em caráter obrigatório, por prescrição médica, pelos prazos definidos em protocolos;

II - quarentena domiciliar de pacientes sintomáticos em situação de caso suspeito para de COVID-19, e daqueles que com ele tiveram contato, em caráter obrigatório, por prescrição médica;

III - quarentena domiciliar para pessoas acima de 60 (sessenta) anos e grupos de risco definidos pelas autoridades sanitárias;

IV - proibição de qualquer atividade de lazer ou evento que cause aglomeração em espaços públicos, privados, bem como festas e reuniões nas residências particulares;

V - proibição de atendimento presencial em órgãos públicos e concessionárias de serviços públicos, devendo ser disponibilizado canais de atendimento ao público não-presenciais, com exceção dos serviços públicos de saúde e assistência social que permanecerão com atendimento presencial;

Art. 2º. Fica autorizada a retomada de todas as atividades econômicas no âmbito do município de Campo Verde, com exceção daquelas expressamente descritas no presente decreto.

Parágrafo único. Para fins do disposto no caput do presente artigo, deverá ser observada a limitação de horário de funcionamento previsto no presente instrumento.

Art. 3º. As atividades econômicas do comércio em geral, varejista, atacadista e prestação de serviços em geral, exercerão suas atividades observando o horário de funcionamento de segunda à sexta, das 08:00h às 18h:00h, e aos sábados e domingos das 07:00h às 12h00min, vedado o funcionamento aos feriados.

§1º - O disposto no caput do presente artigo não se aplica as seguintes atividades econômicas:

§2º - Os supermercados, padarias, açougues, lanchonetes, feiras, comercio de alimentos nas vias públicas e logradouros públicos e congêneres observarão o horário de funcionamento de segunda-feira a sábado das 05:00h às 20:00h, e aos domingos das 05:00h às 12:00h.

Art. 4º. As lojas de conveniência localizadas em postos de combustível, funcionarão de segunda-feira à sexta feira das 05:00h às 20:00h, aos sábados e domingos de 05:00h às 12:00h, vedado o funcionamento aos feriados.

Art. 5º. As atividades econômicas no segmento de academias de esporte de todas as modalidades, exercerão suas atividades observado o horário de atendimento de segunda à sexta-feira das 05:00h às 20:00h, aos sábados das 05:00h às 12:00h, vedado o funcionamento aos domingos e feriados.

Art. 6º. Os restaurantes funcionarão observando o horário de atendimento ao público de segunda-feira à sábado das 05:00h às 20:00h e aos domingos das 05:00h às 14:00h, vedado o funcionamento aos feriados.

Art. 7. Todas as atividades econômicas ou não no âmbito do Município de Campo Verde, deverão observar as medidas de biossegurança necessárias para o desenvolvimento das atividades, notadamente:

I – controle do fluxo de entrada e saída de pessoas, respeitado o distanciamento mínimo de 1,5 m (um metro e meio), bem como aferição de temperatura corporal dos clientes na entrada do estabelecimento, mediante termômetro infravermelho, sendo que nas hipóteses de temperatura corporal acima da normalidade (37,5º C) a entrada deve ser impedida;

II – demarcação (sinalização) no piso, com fita de auto adesão ou produto similar, de distância de no mínimo 50cm (cinquenta centímetros) dos balcões de atendimento, observada a distância de 1,5m (um metro e meio) entre uma pessoa e outra;

III – disponibilização de álcool em gel 70% e/ou produtos similares de esterilização, espalhados nas dependências do estabelecimento para utilização pelos consumidores;

IV – uso obrigatório de máscaras pelos funcionários que atendem ao público em geral, bem como pelos usuários do estabelecimento comercial;

V - em caso de utilização de máquinas eletrônicas de pagamento via cartão de débito ou crédito, a superfície da mesma deverá ser higienizada após cada uso, de forma a se evitar a transmissão indireta;

VI - o procedimento de higienização previsto no inciso anterior deverá também ser realizado em todos os demais equipamentos utilizados no atendimento dos clientes;

VII - limpeza reiterada do sistema de ar condicionado, bem como manutenção de portas abertas visando a constante circulação e renovação do ar natural;

VIII - em caso de formação de filas externas nos estabelecimentos, garantir a distância mínima de 1,5 (um metro e meio) entre as pessoas;

IX – higienização e desinfecção constante dos banheiros ofertados ao público;

X – vedação da utilização de lixeiras que necessitem de contato manual para abertura da tampa, bem como os secadores automáticos de mãos;

XI - todos os estabelecimentos devem dar total publicidade às regras e recomendações de biossegurança, com enfoque principal à necessidade de manter distanciamento entre as pessoas, por meio de cartazes ou painéis explicativos que devem estar bem visíveis e distribuídos nas áreas de operação das respectivas atividades;

XII - limitação de 50% (cinquenta por cento) da capacidade máxima do local;

Art. 8. Sem prejuízo das medidas de biossegurança descritas no artigo anterior, os restaurantes, lanchonetes e congêneres, deverão observar ainda:

I - disposição das mesas e cadeiras de forma a observar o distanciamento mínimo de 1,5m (um metro e meio) entre as mesmas a fim de evitar a aglomeração de pessoas

II – realização de limpeza e desinfecção das mesas e cadeiras, antes e após cada utilização.

III - no fornecimento/comercialização de alimentos e bebidas na modalidade de autosserviço (*self-service*), deverá ser disponibilizadas luvas de plástico descartáveis, para que os clientes possam se servir.

Art. 9. As farmácias, os serviços de saúde, de hospedagem e congêneres, de imprensa, de transporte coletivo, de transporte individual remunerado de passageiros por meio de táxi ou aplicativo, as funerárias, os postos de combustíveis, exceto conveniências, as indústrias, as atividades de colheita e armazenamento de alimentos e grãos, serviços de guincho, segurança e vigilância privada, de manutenção e fornecimento de energia, água, telefonia e coleta de lixo e as atividades de logística de distribuição de alimentos, não ficam sujeitas às restrições de horários previstos no presente capítulo.

Art. 10. As atividades religiosas, serão permitidas de forma presencial, de segunda à domingo das 05:00h às 20:00h desde que observados os protocolos de convivência e de distanciamento social voltados ao combate do COVID-19, descritos no artigo 9º, com limitação de 50% (cinquenta por cento) da capacidade do local.

Art. 11. Fica determinada a suspensão das seguintes atividades no âmbito do Município de Campo Verde:

I – casas de shows, espetáculos, boates e congêneres;

II - os clubes de lazer em geral;

III – atividades coletivas nos parques públicos municipais e demais logradouros públicos, bem como nos equipamentos públicos comunitários em geral, tais como quadras poliesportivas, miniestádios, ginásios de esportes e congêneres;

IV - utilização dos seguintes espaços de uso comum dos condomínios residenciais: salões de jogos, piscinas, quiosques, espaço gourmet, salões de festas e congêneres;

Art. 12. Fica suspenso os agendamentos e procedimentos cirúrgicos/ambulatoriais de caráter eletivo, nas unidades públicas de saúde do Município de Campo Verde.

Parágrafo único. Para fins do disposto no caput do presente artigo, a suspensão não alcança procedimentos eletivos considerados essenciais, cuja interrupção ou adiamento possa acarretar prejuízo relevante à saúde e/ou aumento da morbimortalidade do paciente.

Art. 13. Fica permitida, a partir de 13 de abril de 2021, a retomada das atividades educacionais na forma presencial e/ou hibrida, **nas unidades da rede privada de ensino (berçário, creche, maternal, "hotelzinho", ensino infantil, fundamental, médio, superior, aulas particulares e aula de reforço)**, com lotação máxima de 50% (cinquenta por cento) de alunos por sala de aula, com horário de funcionamento de segunda-feira à sexta das 05:00h às 20:00h, e aos sábados das 05:00h às 12:00h.

Parágrafo único. As atividades educacionais no ano letivo de 2021, nas unidades da rede pública municipal de ensino, continuarão em todos os níveis, ocorrendo exclusivamente por intermédio do uso de tecnologia digital e estratégias de ensino a distância – EAD, por tempo indeterminado, até o pleno restabelecimento das atividades presencial.

Art. 14. O funcionamento das atividades na modalidade delivery ficará autorizado somente até as 23h59m, inclusive aos sábados e domingos.

Art. 15. Fica autorizado o funcionamento de todas as atividades comerciais nas modalidades *take-away* e *drive-thru* até às 20h45m.

Art. 16. Fica determinada a proibição de locomoção de qualquer cidadão no território do Município de Campo Verde, no período compreendido entre as 21:00h às 05:00h, de segunda-feira à domingo, ficando permitida a circulação apenas para o exercício e/ou acesso às atividades essenciais.

Art. 17. A fiscalização das medidas previstas no presente decreto competirá aos servidores públicos das áreas de fiscalização das Secretarias Municipais de Fazenda, Saúde e Apoio a Segurança Pública, bem como aos servidores estaduais expressos no art. 10º do Decreto nº. 874, de 25 de março de 2021 do Governo do Estado de Mato Grosso.

§1º - Quando da realização da fiscalização, deverá a autoridade policial ser informada imediatamente da inobservância das disposições contidas no presente decreto, para fins de proceder a certificação do estado de flagrância do tipo penal previsto no art. 268 do Código Penal, sem prejuízo de eventual responsabilização civil e administrativa.

§2º - O descumprimento das medidas restritivas por pessoas físicas e jurídicas, inclusive condomínios residenciais, ensejará aplicação de multas, interdição temporária e outras sanções administrativas, cíveis e criminais cabíveis, pelas autoridades policiais, sanitárias e fiscais estaduais e municipais, conforme estabelecido na Lei nº 11.316, de 02 de março de 2021, com a redação alterada pela Lei nº 11.326, de 24 de março de 2021.

Art. 18º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto Municipal nº. 026, de 04 de março de 2021, e suspendendo, temporariamente, o Decreto nº. 010, de 21 de janeiro de 2021, durante sua vigência da regulamentação estadual recepcionada nesta ocasião.

Prefeitura Municipal de Campo Verde/MT, em 12 de abril de 2021.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
DECISÃO PROFERIDA PELO PREFEITO

Campo Verde-MT, 12 de abril de 2021.

Referência: Proc. 338/2021 – Pregão eletrônico nº 007/2021 - ANÁLISE DE RECURSO APRESENTADO PELA EMPRESA "MARISTELA CRISTHIANNE MALI NASR-ME".

DECISÃO PROFERIDA PELO PREFEITO

Cuida-se de recurso administrativo apresentado pela empresas "*MARISTELA CRISTHIANNE MALI NASR-ME*" em face da habilitação da empresa "WILLIAN EDERSON DANTA COSTA-ME", requerendo sua inabilitação sob o argumento desta não apresentar alvará expedido pela vigilância sanitária.

A empresa "WILLIAN EDERSON DANTA COSTA-ME" apresentou contrarrazões tempestivamente, requerendo o desprovimento do recurso, mantendo-a vencedora do certame.

Consultada, a Procuradoria Jurídica do Município opinou pela improcedência do Recurso Administrativo; porque apesar da exigência constar no edital (item 12.3.8), a empresa vencedora foi dispensada de obter o alvará sanitário, comprovando tal situação durante o certame.

Desta forma, com base no Princípio do Formalismo Moderado e nos Princípios da Economicidade e/ou a busca da Proposta mais Vantajosa**,** acolho o Parecer Jurídico, e, na medida em que adoto seus próprios e jurídicos fundamentos, **DECIDO**:

DESPROVER o recurso interposto pela empresa **"MARISTELA CRISTHIANNE MALI NASR-ME"**; ratificando a decisão exarada no âmbito do Pregão Eletrônico nº 007/2021.

Ficam os autos com vistas franqueadas à empresa para fins de direito, podendo ser consultado no Paço Municipal.

Publique-se e encaminhe-se à Comissão Permanente de Licitações, para seguimento do certame.

Às providências.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO JURÍDICO
LEI N.º 2671/2021, DE 09 DE ABRIL DE 2021.

"INSTITUI GRATIFICAÇÃO EXTRAORDINÁRIA AOS SERVIDORES QUE REALIZAM TRANSPORTE DE PACIENTES VIA PLANTÃO NA UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA MÓVEL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, DURANTE A VIGÊNCIA DA CALAMIDADE DE PÚBLICA DECORRENTE DO CORONAVÍRUS (COVID-19), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Faz saber, que a Câmara Municipal de Campo Verde aprovou e, Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica instituída a Gratificação Extraordinária aos servidores municiais, com fulcro no §5º do art. 8º, da Lei 173, de 27 de maio de 2020, que realizam plantão no transporte de pacientes via unidade de terapia intensiva móvel, nos seguintes termos:

DESCRIÇÃO	VALOR
Médico em sobreaviso e deslocamento com transporte de pacientes – 24 (vinte e quatro) horas – Intermunicipal	R$ 1.200,00 (mil e duzentos reais) por plantão de 24 (vinte e quatro) horas
Médico – Acréscimo por viagem para transferência/exame de paciente com COVID	R$ 100,00 (cem reais) por viagem
Enfermeiro em sobreaviso e deslocamento com transporte de pacientes – 24 (vinte e quatro) horas – Intermunicipal	R$ 400,00 (quatrocentos reais) por plantão de 24 (vinte e quatro) horas
Enfermeiro – Acréscimo por viagem para transferência/exame de paciente com COVID	R$ 50,00 (cinquenta reais) por viagem

Parágrafo Único – Os servidores que farão jus à gratificação extraordinária disposta no caput, não poderão cumular gratificações, em especial com a prevista na Lei Municipal nº. 1985, de 13 de junho de 2014.

Art. 2º. A Gratificação Extraordinária por ser de natureza indenizatória não se incorpora aos vencimentos ou salários dos servidores para qualquer efeito não podendo ser utilizada como base de cálculo para quaisquer outras vantagens, ou reflexos, vedado inclusive para fins de cálculo dos proventos de aposentadoria e de pensões.

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com vigência temporária enquanto perdurar o estado de calamidade pública.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, estado de Mato Grosso, em 09 de abril de 2021.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

DESPACHO: sanciono a presente lei, sem emendas e ressalvas.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, de acordo com a legislação vigente, com afixação no local de costume, Data Supra.

CLAUDILEI DE OLIVEIRA BORGES

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS

DEPARTAMENTO JURÍDICO
LEI N.º 2670/2021, DE 09 DE ABRIL DE 2021.

ALTERA A LEI Nº 2.457/2019 - ESTRUTURA ADMINISTRATIVA ORGANIZACIONAL DO MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Faz saber, que a Câmara Municipal de Campo Verde aprovou e, Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica alterado o art. 5º, para remanejar o cargo de Divisão de Identificação, disposto no item 5 (cinco), alínea "*e*" do inciso X, para o item 2 (dois), alínea "*e*" do inciso XI.

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, estado de Mato Grosso, em 09 de abril de 2021.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

DESPACHO: sanciono a presente lei, sem emendas e ressalvas.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, de acordo com a legislação vigente, com afixação no local de costume, Data Supra.

CLAUDILEI DE OLIVEIRA BORGES

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO

PORTARIA Nº. 160, DE 12 DE ABRIL DE 2021.

CONCEDE AFASTAMENTO AO SERVIDOR QUE MENCIONA, EM DECORRÊNCIA DE FALECIMENTO DE SEU IRMÃO.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições previstas em lei e,

CONSIDERANDO *o disposto no artigo 156, inciso II, alínea "b" do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, instituído pela Lei Complementar nº 001, de 15 de julho de 2008;*

CONSIDERANDO *a certidão de óbito corroborando o falecimento do irmão do servidor adiante nominado,*

RESOLVE:

Art. 1º Conceder afastamento ao servidor **MARCELO JOSÉ BATISTA DOS SANTOS LINO**, admitido na forma do artigo 37, inciso II da Constituição Federal e nomeado em caráter efetivo ao cargo de Pregoeiro, através da Portaria nº, 237, de 27 de abril de 2017, pelo prazo de cinco dias consecutivos, contados a partir da data do falecimento de seu irmão, ocorrido no dia 4 de abril do fluente ano.

Art. 2º Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos ao dia 4 de abril de 2021.

Registre-se e publique-se.

Campos de Júlio, 12 de abril de 2021.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI

Prefeito de Campos de Júlio

EXTRATO DO 1º TERMO "DE APOSTILAMENTO" AO CONTRATO 81.2020

DA ESPÉCIE: Prestação de Serviços

DO OBJETO: Adequação de valores referente a prestação de serviço de plantão de Técnico de Enfermagem para realizar plantões presenciais de 12 horas interruptas, conforme está no decreto Nº 54, de 09 de março de 2021.

Serviço de Plantão Presencial de Técnico de Enfermagem: Valor Anterior R$ 194,30 / Valor Atual: R$ 205,91.

ASSINAM: IRINEU MARCOS PARMEGGIANI Prefeito/ CREDENCIANTE, e a empresa FLAVIO LUCAS DA SILVA GABERT. CPF: 029.221.812-51 CREDENCIADO.

CARLA MACEDO

FISCAL DE CONTRATOS

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO AO CONTRATO Nº 67.2020

DA ESPÉCIE: Prestação de serviços

DO OBJETO: Rescisão UNILATERAL do contrato Administrativo nº. 67/ 2020,

a pedido do rescindido, em que cujo objeto era a realização de plantões médicos no Hospital Municipal Leocyr Lazaretti

em caráter excepcional e de relevante interesse público na área de Saúde.

ASSINAM: IRINEU MARCOS PARMEGGIANI – Prefeito / RESCINDENTE e JOÃO P CHAGAS MUNIZ EIRELI – CPF028.645.551-07/ RESCINDIDO .

CARLA MACEDO

FISCAL DE CONTRATOS

TERMO DE RETIFICAÇÃO DO AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N. º 009/2021 – PROCESSO N° 009/2021.

TERMO DE RETIFICAÇÃO DO AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N. º 009/2021 – PROCESSO N° 009/2021.

Onde sê lê:

(...)

OCREDENCIAMENTO de pessoas física e jurídica para prestação de serviços o para atuar na área da saúde nas áreas que estão descobertas como médico para o USF II, enfermeiros, técnico em enfermagem, técnico de saúde bucal, auxiliar de saúde bucal e técnico de análise clínica, a descrição de cada categoria conforme a especificação no edital, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, nos termos e nas condi-

ções estabelecidas no Edital e seus anexos, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, nos termos e nas condições estabelecidas no Edital e seus anexos. O credenciamento ocorrerá no período de **16/04/2021 por tempo indeterminado,** das 07h30 às 10h30 até as 13h30 às 16h30. Os interessados poderão obter informações detalhadas no endereço supracitado, no Departamento de Licitação e Contratos, de segunda à sexta, das 07h30 às 10:30hs e 13h00 às 16:30hs, com a Comissão de Licitações, na Prefeitura Municipal, ou pelo telefone (65) 3387-2800 ou (65) 9.9963-3595 pelo site www.camposdejulio.mt.gov.br, ou pelos e-mail; licitacao3@camposdejulio.mt.gov.br.

Leia-se:

(...)

OCREDENCIAMENTO de pessoas física e jurídica para prestação de serviços o para atuar na área da saúde nas áreas que estão descobertas como médico para o USF II, enfermeiros, técnico em enfermagem, técnico de saúde bucal, auxiliar de saúde bucal e técnico de análise clínica, a descrição de cada categoria conforme a especificação no edital, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, nos termos e nas condições estabelecidas no Edital e seus anexos. O credenciamento ocorrerá no período de **09/04/2021 por tempo indeterminado,** das 07h30 às 10h30 até as 13h30 às 16h30. Os interessados poderão obter informações detalhadas no endereço supracitado, no Departamento de Licitação e Contratos, de segunda à sexta, das 07h30 às 10:30hs e 13h00 às 16:30hs, com a Comissão de Licitações, na Prefeitura Municipal, ou pelo telefone (65) 3387-2800 ou (65) 9.9963-3595 pelo site www.camposdejulio.mt.gov.br, ou pelos e-mail; licitacao3@camposdejulio.mt.gov.br.

Campos de Júlio - MT, 09 de abril de 2021.

Rosineia Rodrigues Ramos Silva

Presidente da CL

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
TERMO DE POSSE Nº. 130/2021

TERMO DE POSSE Nº. 130/2021

Na sede da Prefeitura Municipal de Campos de Júlio, Estado do Mato Grosso, situada na Avenida Valdir Masutti, n°. 776W – Bom Jardim, apresentou-se o(a) Sr.(a) **GEDEÃO JOSÉ BRASIL** brasileiro(a), candidato(a) aprovado(a) no Concurso Público 001/2016 desta Prefeitura, portador(a) do RG nº. 2078943 SSP/PI e CPF sob nº. 009.636.463-70, residente e domiciliado (a) neste município, nomeado (a) pela Portaria nº. 159/2021 de 08/04/2021 no Departamento de Recursos Humanos, para tomar posse no cargo de **PROFESSOR DE LÍNGUA INGLESA,** sob Regime Estatutário de Trabalho, conforme Lei Municipal nº. 148/2001 de 19/04/2001, e suas alterações, aprovado pelo Legislativo, e sancionando pelo Executivo Municipal, assim comprometendo-se a desempenhar todos os seus deveres funcionais.

Termo que assina e declara no presente, pelo qual se compromete a bem desempenhar todas as funções inerentes ao cargo e, nos termos do Edital de nº. 001/2016 de 01/12/2016 do Concurso Público, homologado pelo Decreto nº. 022/2017 de 13/03/2017 e convocado pelo Edital de nº 11/2021 de 26/02/2021, declara e se compromete ainda a entregar os documentos abaixo relacionados, bem como a comprovar os seguintes requisitos:

a) Apresentar cópia da cédula de identidade comprovando a idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos;

b) Comprovar ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da lei (arts. 12 e 37, I da CF/88);

c) Apresentar cópia da certidão de casamento ou nascimento;

d) Apresentar cópia da certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos (se for o caso);

e) Apresentar cópia da carteira de vacinação dos filhos menores de 05 anos (se for o caso);

f) Apresentar cópia do cartão de identificação do contribuinte (CPF);

g) Apresentar cópia do cartão do PIS/PASEP;

h) Apresentar cópia do comprovante de votação nas duas últimas eleições que antecederem à posse;

i) Apresentar cópia do título de eleitor;

j) Apresentar certidão negativa fornecida pelo cartório distribuidor da comarca do domicílio dos últimos cinco anos, relativa à existência ou inexistência de ações criminais (com trânsito em julgado);

k) Apresentar certidão negativa de débitos para com o município de posse;

l) Apresentar atestado de saúde física e mental (Pré-Admissional) expedido pela junta médica oficial do município;

m) Apresentar duas fotos 3x4, coloridas e recentes;

n) Apresentar cópia do registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade e certidão de regularidade;

o) Apresentar cópia da certidão de reservista, se do sexo masculino;

p) Apresentar cópia do comprovante de escolaridade, através de histórico escolar, diploma, conforme exigência do cargo ao qual concorreu, devidamente registrado pelo MEC;

q) Apresentar declaração contendo endereço residencial;

r) Apresentar declaração negativa de acúmulo de cargo público;

s) Apresentar declaração de bens;

t) Apresentar declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária do cargo em que exercerá sua função.

A investidura no cargo/função fica consignada no presente Termo e, nada mais havendo o que contar, assino-o em duas vias.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campos de Júlio, Estado do Mato Grosso, aos doze dias do mês de abril de dois mil e vinte e um.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI

PREFEITO MUNICIPAL

GEDEÃO JOSÉ BRASIL

EMPOSSADO (A)

TERMO DE NOTIFICAÇÃO POR DESCUMPRIMENTO DE ENTREGA DE OBJETO

MERCANTIL BARRETO COMERCIAL DE PRODUTOS HOSPITALARES E SUPRIMENTOS LTDA

CNPJ: 15.031.173/0001-44

RUA: (QUADRAS A E) GLEBA 01 -D- LOJA 02 PARQUE ESPLANADA I

VALPARAÍSO DE GÓIAS-GO

Contato: (61) 3627 -9520 OU 3627 - 5215

Assunto: **Notificação/advertência**

Referência: **A não entrega de objeto em desconformidade com a ata de registro de preços e a autorização de fornecimento.**

Prezado Senhor,

Tendo em vista que, até a presente data os materiais constantes nas Autorizações de Fornecimentosob nº(s):

AF nº 564 /2021- Pregão Eletrônico nº. 02/2021. De 19.02.2021

Não foram entregues no prazo estabelecido. Sendo assim, **NOTIFICAMOS PELA NÃO ENTREGA DOS ITENS** pela não entrega dos materiais constantes nas AFS acima mencionada.

Desta forma, em face do descumprimento do prazo de entrega estabelecido, fica aplicada, desde já, com fulcro no art. 87, inciso I, da Lei Federal n° 8.666/93, a pena de advertência.

Para evitarmos futuros transtornos, vale salientar que o Município não receberá Autorização de Fornecimento **FRACIONADA**. Havendo possibilidade de devolução da mercadoria.

Alertamos que a não apresentação de justificativa plausível **dentro de 72 horas** ou a não entrega do objeto no prazo e nas condições da proposta dará à contratante o direito à imposição das penalidades cabíveis, tudo com fulcro no art. 87 e incisos da Lei Federal n°. 8.666/93 C/C **Cláusula décima primeira – Das penalidades e das Multas da Ata de Registro de Preços do referido pregão.**

Campos de Júlio - MT, 12 de abril de 2021.

CARLA DAYANNE ILÁRIO MACEDO

FISCAL DE CONTRATOS

DECRETO Nº. 79, DE 12 DE ABRIL DE 2021.

DECRETA LUTO OFICIAL EM TODO O TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO DE CAMPOS DE JÚLIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais e,

CONSIDERANDO *o falecimento do senhor WALENTIN WINGENBACH, ocorrido no dia 10/4/2021;*

CONSIDERANDO *a valorosa contribuição do homenageado no processo de emancipação político administrativa do Município de Campos de Júlio;*

CONSIDERANDO *o exemplo de cidadão e o* alto grau de amizade que o homenageado constituiu em vidacom pessoas dos mais diversos segmentos da sociedade campo-juliense e em toda a região;

CONSIDERANDO *o consternamento geral da comunidade campo-juliense e o sentimento de solidariedade, dor e saudade que emerge pela perda desse ilustre cidadão exemplar, de conduta íntegra, respeitável e com notável espírito participativo e de liderança em eventos e projetos sociais;*

CONSIDERANDO *finalmente que é dever do Poder Público municipal render justas homenagens àqueles que com o seu trabalho, seu exemplo e sua dedicação, contribuíram para promover o bem comum,*

D E C R E T A:

Art. 1º Fica declarado luto oficial por três dias em todo o território municipal, contados dessa data, em sinal de profundo pesar pelo falecimento do senhor **WALENTIN WINGENBACH**, que em vida prestou inestimáveis serviços ao Município de Campos de Júlio, como cidadão pioneiro e agropecuarista.

Art. 2º Durante o período de luto oficial determinado por este Decreto, a bandeira municipal ficará hasteada à meio mastro em todos os órgãos públicos do município.

Art. 3º Esse decreto entra em vigor na data de sua afixação no átrio do Poder Executivo Municipal e publicação simultânea no órgão de imprensa oficial do município, devendo ser enviada cópia do presente ato à família enlutada.

Paço Municipal, em 12 de abril de 2021.

Registre-se e publique-se.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI

Prefeito de Campos de Júlio

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE

ADMINISTRAÇÃO
ERRATA DE PUBLICAÇÃO PORTARIA Nº 213/2021, DE 29 DE MARÇO DE 2021.

ERRATA DE PUBLICAÇÃO

Na edição nº. 3.698, do Diário Oficial dos Municípios no dia 31 de MARÇO de 2021,

ONDE SE LÊ: Cleia Leandro de Almeida Dias cleiaalmeidadias@hotmail.com Eliane Luz rito elianeluz122@gmail.com **LEIA-SE** Eliane Luz Brito elianeluz122@gmail.com , Cleia Leandro de Almeida Diascleiaalmeidadias@hotmail.com, passando a vigorar com a seguinte redação.

PORTARIA Nº 213/2021, DE 29 DE MARÇO DE 2021.

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO-CACS-FUNDEB, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JOÃO CLEITON ARAUJO DE MEDEIROS, Prefeito de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei:

RESOLVE:

Artigo 1°. NOMEAR Membros do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação-CACS-FUNDEB do município de Canabrava do Norte – MT.

Categoria/Cargo	Leg	REPRESENTANTE	CPF	REGISTRO GERAL
Presidente		**Gilvan Barbosa de Oliveira**	**979.906.631-04**	**2227334 SSP/DF**
Vice Presidente		**Ivanildes Ribeiro de Sousa Silva**	**001.350.771-09**	**1682194-7 SSP/MT**
Secretária		Danubia Lucas Amaral Marcondes	987.032.501-72	9.841.381-2 SSP/PR
Representante dos Professores	T	Eliane Luz Brito elianeluz122@gmail.com	887.380.001-72	12706701 SSP/MT
	S	Cleia Leandro de Almeida Dias cleiaalmeidadias@hotmail.com	699.596.171-49	1422991-5 SSP/MT
Representante do Executivo	T	Jakeline Tavares Grecchi convênios@canabravadonorte.org	035.116.061-28	2297378-8 SSP/MT
	S	Lidiane Matos Lima Lidianeheitor11@gmail.com	009.834.671-70	1666810-3 SJSP/MT

	T	Adbaldo Nunes Milhomem ateonunes@gmail.com	792.458.701-20	4557401 SPTC/GO
	S	Esmeralda Pereira da Mota	388.965.591-20	2.571.727 SSP/GO
Representante dos diretores	T	Maria Aparecida dos Reis Tavares marry_tavares@hotmail.com	938.656.271-53	2904208-9 SSP/MT
	S	Celina Alves da Rocha	513.934.681-87	1.543.534 SSP/GO
Representante dos TAE das Escolas	T	Ivanildes Ribeiro de Sousa Silva ivanildes2012ribeiro17@hotmail.com	001.350.771-09	1682194-7 SSP/MT
	S	Silma Ferreira de Souza silmaferreirasouza2015@outlook.com	970.588.661-04	0887008-0 SSP/MT
Representante dos Pais de Alunos	T	Adriana Soares de Queiroz rev_adriana@hotmail.com	002.284.201-21	1467480-7 SSP-MT
	S	Daniela Oliveira Silva Daniela_oliveira29@hotmail.com	029.140.071-80	2059620-0 SSP/MT
	T	Diene dos Santos Nascimento	005.342.841-24	1563962-2 SSP/MT
	S	Francivone Nascimento dos Santos francivonenascimentodossantos@gmail.com	037.811.441-78	2100561-3 SSP/MT
Rep. dos estudantes da Educação Básica Publica indicado pela Entid. de Estudantes Secundários	T	Danubia Lucas Amaral Marcondes danubiaamaral7@gmail.com	987.032.501-72	9.841.381-2 SSP/PR
	S	Katileny da Silva Barbosa katilenybarbosasantos@gmail.com	027.977.341-22	2099812-0 SSP-MT
	T	Carla Regina Gonçalves Carlareginagonccalves367@gmail.com	022.934.251-50	4764743 SSP/GO
	S	Vanubia Cardoso de Souza vanubiacardoso@gmail.com	039.836.291-21	2090304-9 SSP/MT
Representante do Conselho Tutelar	T	Eva Sandra Lima Santos evaslsantos@hotmail.com	901.074.031-53	1327294-2 SSP/GO
	S	Fernanda Martins Sousa	029.468.881-18	2253233-1 SSP/MT
Representante do Conselho Municipal de Educação	T	Gilvan Barbosa de Oliveira Gilvanbarbosa_1979@hotmail.com	979.906.631-04	2227334 SSP/DF
	S	Fátima Maria Mota da Silva Fatimamotta2015@outlook.com	192.194.661-04	930342 SSP/MT

Artigo 2°. Este Conselho será redigido pela **Lei nº1091/2021,** de 29 março de 2021 que dispõe sobre a reestruturação do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação-CACS-FUNDEB.

Artigo 3º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se, toda e qualquer disposição em contrário.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRE-SE.

Canabrava do Norte - MT, em 29 de março de 2021.

_____

JOÃO CLEITON ARAUJO DE MEDEIROS

Prefeito municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N. 223 /2021, DE 12 DE ABRIL DE 2021.

PORTARIA N. 223 /2021, DE 12 DE ABRIL DE 2021.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE FISCAL TÍTULAR E SUPLENTE DE CONTRATO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 83º, III E XXX, da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando que o fiscal do contrato deve:

- Conhecer detalhadamente o instrumento contratual e o edital da licitação a ser fiscalizado, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas a sua execução; devendo sanar qualquer dúvida com os demais setores competentes da Administração para o fiel cumprimento das cláusulas neles estabelecidas;

- Coordenar, acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir respectivos relatórios;

- Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário;

- Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade;

- Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, em ordem cronológica, cuidando para que o valor do contrato não seja ultrapassado;

- Comunicar formalmente à unidade competente, após contatos prévios com a contratada, as irregularidades cometidas passíveis de penalidade;

- Solicitar, à unidade competente, esclarecimentos acerca do contrato sob sua responsabilidade;

- Autorizar, formalmente, quando do término da vigência do contrato, a liberação da garantia contratual em favor da contratada;

- Manter, sob sua guarda, cópia dos processos de contratação;

- Encaminhar, à autoridade competente, eventuais pedidos de modificações no cronograma físico-financeiro, substituições de materiais e equipamentos, formulados pela contratada;

- Confrontar os preços e quantidades constantes da Nota Fiscal com os estabelecidos no contrato;

- Receber e atestar Notas Fiscais e encaminhá-las à unidade competente para pagamento (medições e no caso de material direto nas obras conferir em conjunto com o almoxarifado e atestar);

- Verificar se o prazo de entrega, especificações e quantidades encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual;

- Notificar a contratada para sanar os problemas detectados nos serviços, obras ou para efetuar a entrega dos materiais;

- Sugerir, ao Prefeito, a aplicação de penalidades quando houver descumprimento de cláusulas contratuais;

- Acompanhar a execução contratual, em seus aspectos quantitativos e qualitativos;

- Registrar todas as ocorrências surgidas durante a execução do objeto e aplicar as devidas penalidades do contrato;

- Determinar a reparação, correção, remoção, reconstrução ou substituição, às expensas da empresa contratada, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

- Deve rejeitar, no todo ou em parte, obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o contrato;

- Exigir e assegurar o cumprimento dos prazos previamente estabelecidos;

- Exigir o cumprimento das cláusulas do contrato e respectivos termos aditivos (verificar a existência de possível subcontratação vedada contratualmente, por exemplo);

- Aprovar a medição dos serviços efetivamente realizados, em consonância com o regime de execução previsto no contrato (o fiscal jamais deve atestar a conclusão de serviços que não foram totalmente executados);

- Comunicar à autoridade superior, em tempo hábil, qualquer ocorrência que requeira decisões ou providências que ultrapassarem sua competência, em face de risco ou iminência de prejuízo ao interesse público;

- Deve protocolar, junto à autoridade superior, qualquer registro de dificuldade ou impossibilidade para o cumprimento de suas obrigações, com identificação dos elementos impeditivos do exercício da atividade, além das providências e sugestões que porventura entender cabíveis;

- Receber o objeto contratual, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes;

- Emitir atestados de avaliação dos serviços prestados (certidões ou atestados);

- Poderá solicitar assessoramento técnico necessário com a devida antecedência;

- Deverá anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, através de notificações escrita com protocolamento;

- Não deve atestar serviços não realizados, proceder o pagamento de serviços não executados, expedir notas fiscais “frias” ou em desacordo com o contrato, receber material ou serviço com qualidade inferior à contratada, pagar obras inacabadas ou serviços em desacordo com o projeto básico ou termo de referência, conceder aditivos indevidos;

- Se manter informado com relação aos prazos com o responsável pelo envio de dados ao Tribunal de Contas do Estado;

- Considerando que o descumprimento de quaisquer dos deveres atribuídos ao Fiscal do Contrato, implicará na instauração de processo administrativo disciplinar para apurar a responsabilidade civil, penal e/ou administrativa, além do que ficará responsável por quaisquer ônus decorrentes a eventuais multas aplicadas pelo TCE.

- Considerando que as decisões e providências que ultrapassarem a competência do fiscal deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar a servidora**HAYURE RODRIGUES DINIZ**, matrícula funcional n. º2265, e inscrita no Cadastro de Pessoas físicas do Ministério da Fazenda – sob o n. CPF/MF n. 002.985.841-07 com e-mail: hayurero@gmail.com, para acompanhar e fiscalizar, como titular, de contrato CPL n.010/2021, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte – MT E a Empresa **E. V. SOARES ASSESSORIA E INFORMÁTICA EIRELI**,inscrita no CNPJ:20.162.315/0001-42,Constitui o objeto do presente Carta Convite a Contratação de serviços contábeis no Levantamento patrimonial, elaboração de inventário físico financeiro e alimentação do sistema de gerenciamento de daos da prefeitura municipal de cambrava do norte –MT, em especial atenderá Secretaria Municipal de Administração, por período de 120 (cento e vinte) dias, oriundo do processo licitatório n.1217/2020.

Art. 2º. Designar a servidor **ALINE MURIAL DE SILVA SOARES**, matrícula funcional nº 2256 e inscrita no Cadastro de Pessoas físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF sob o n. CPF/MF n. 754.219.091-15, com e-mail alinemurieljoseantonio@gmail.com, para acompanhar e fiscalizar, como suplente, a execução do contrato acima descrito nos impedimentos legais e eventuais do titular.

Art. 3º. A Gerência de Gestão de Frotas e Contratos - GEFROCONT disponibilizará ao Fiscal nomeado, logo após a sua nomeação, em cumprimento ao disposto no art. 11º, inciso XVI, da Instrução Normativa SCC N. 001/2015, Versão 2, de 21 de Julho de 2015, cópia do contrato, do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, e, oportunamente, dos aditivos bem como, do setor competente, a relação das faturas recebidas e das pagas, sem prejuízo de outros documentos que o Fiscal entender necessários ao exercício da fiscalização.

Art. 4º. Os documentos mencionados no art. 3º poderão ser disponibilizados tanto em meio físico quanto digital devendo, neste último caso, serem encaminhados via E-mail, estabelecido no art. 1º, da presente Portaria, com a identificação do respectivo fiscal e do contrato objeto da fiscalização.

Art. 5º. Fica garantido ao Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos Contratos sob fiscalização.

Art. 6°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia quando houver.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Canabrava do Norte - MT, em 12 de abril de 2021.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO.

Declaro-me ciente da designação ora atribuída, e das funções que são inerentes em razão da função.

.

_____

HAYURE RODRIGUES DINIZ

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE/ CÂMARA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE
CONTRATO 003 2021

CONTRATO 003 2021

Pelo presente instrumento particular, e na melhor forma de direito, a ***CÂMARA MUNICIPPAL DE CANABRAVA DO NORTE/MT***, pessoa jurídica de direito público interno, personalidade judiciária devidamente constituída, inscrita no CNPJ sob o n. 36.920.221/0001-25, situada na Praça Frederico de Souza Brito, S/N, Centro, Canabrava do Norte/MT, neste ato representada na forma da Lei Orgânica Municipal por seu Presidente. Sr. **RIVALDO JOSÉ PEREIRA**, brasileiro, casado, agente político, portador da Cédula de Identidade sob o n. 1666740-9 SJSP/MT e CPF sob o n. 400. 816.805-20, residente e domiciliado na Av. Antônio Bosaipo, s/n, Centro, Canabrava do Norte/MT, aqui designada **CONTRATANTE**, e **JOSÉ GERIVAN EVANGELISTA,** brasileiro, solteiro, Advogado, inscrito na Ordem dos Advogado do Brasil – Seccional Mato Grosso, sob o n. 25.677/O – OAB/MT, com escritório funcional na Rua Sergipe, Bairro Jardim Paulista, n. 411, Cuiabá-MT, CEP 78.065.320, endereço eletrônico: gerivanevangelista@gmail.com, ora denominado **CONTRATADO**, celebram o presente contrato com dispensa de licitação nos termos do que autoriza o art. 24, inciso II, e ainda, art. 13, inciso V e art. 25, inciso II da Lei Federal n. 8. 666/93.

As partes acima identificadas têm, entre si, justo e acertado o presente Contrato de Prestação de Serviços e Honorários Advocatícios, que se regerá pelas cláusulas seguintes e pelas condições descritas no presente.

DO OBJETO DO CONTRATO:

Cláusula Primeira. O presente instrumento tem como OBJETO a prestação de serviços advocatícios especializados, na área do Direito Público, visando o acompanhamento, assessoramento, consultoria e defesa dos interesses da **CONTRATANTE**, em Ação Direta de Inconstitucionalidade proposta pelo Ministério Público Estadual perante o Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso que contesta o pagamento de verbas de caráter indenizatória pagas aos Vereadores e ao Presidente da Câmara Municipal em função das atividades parlamentes desenvolvidas.

Cláusula Segunda. Praticar quaisquer atos e medidas necessárias e inerentes a Ação Direta de Inconstitucionalidade, em todas as instâncias judiciais e administrativas.

Cláusula Terceira. Praticar todos os atos inerentes ao exercício da advocacia e aqueles constantes no Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil, bem como os especificados no Instrumento Procuratório.

DA VIGÊNCIA DO CONTRATO:

Cláusula Quarta. A prestação dos serviços será pelo período de tramitação da Ação Direta de Inconstitucionalidade proposta pelo Ministério Público Estadual perante o Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso até a devida resolução de mérito e posterior arquivamento.

DO REGIME DE EXECUÇÃO:

Cláusula Quinta. Os serviços ora contratados serão prestados no escritório do **CONTRATADO**, onde serão realizados os estudos e pesquisas necessários para a apresentação de defesa e manifestações pertinentes durante toda a fase de tramitação da Ação Direta de Inconstitucionalidade, podendo ainda, algumas ações serem executadas na sede do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso.

Cláusula Sexta. O **CONTRATADO** declara que possui especialização relacionada a área jurídica de atuação, sendo, portanto, qualificado como responsável técnico principal para a prestação dos serviços contratados.

Cláusula Sétima. A **CONTRATANTE** compromete-se a fornecer ao **CONTRATADO** todos os dados, documentos e informações necessários para a devida formalização de defesa e manifestações diversas no decorrer da tramitação processual.

DO VALOR E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Cláusula Oitava. Pelos serviços objeto do presente contrato, a **CONTRATANTE** pagará ao **CONTRATADO** a importância de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) após o protocolo da defesa e/ou manifestações nos autos do processo.

Cláusula Nona. Os honorários de sucumbência pertencem ao **CONTRATADO**.

Cláusula Décima. As despesas decorrentes da execução deste contrato no exercício de 2021 correrão por conta da seguinte dotação do orçamento vigente da Câmara Municipal de Canabrava do Norte/MT.

3.3.90.36.00.00.00.00- outros serviços de terceiros- pessoa física

DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA:

Cláusula Décima Primeira. O presente contrato não poderá ser cedido ou transferido a terceiros, total ou parcialmente.

DA RESCISÃO E ALTERAÇÃO:

Cláusula Décima Segunda. O presente contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas, respondendo cada qual pela sua inexecução, total ou parcial, que ensejará rescisão do ajuste, nos termos do art. 77 da Lei Federal n. 8.666/93, mediante comunicação escrita à outra parte, com garantia do contraditório e da ampla defesa, e com as consequências previstas em lei, incluindo ainda o pagamento, pela parte infratora, a título de indenização, da importância correspondente a 20% (dez por cento) do valor do contrato.

Cláusula Décima Terceira. Aplicam-se ainda ao presente contrato os casos de rescisão administrativa previstos nos artigos 78 e 79 da Lei Federal n. 8.666/93, com as penalidades previstas no artigo 80 da mesma lei.

DAS DESPESAS:

Cláusula Décima Quarta. Todas as despesas efetuadas pelo **CONTRATADO**, ligadas direta ou indiretamente com o processo, incluindo-se fotocópias, emolumentos, viagens, custas, entre outros, ficarão a cargo da **CONTRATANTE**.

DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

Cláusula Décima Quinta. Compete a **CONTRATANTE** exercer ampla, irrestrita e permanente fiscalização relativamente ao objeto deste contrato.

Cláusula Décima Sexta. A existência e atuação da fiscalização em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva do **CONTRATADO**, no que concerne ao objeto deste contrato.

Cláusula Décima Sétima. O **CONTRATADO** declara expressamente, por meio do presente instrumento de contrato, aceitar integralmente todos os métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela **CONTRATANTE**.

DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:

Cláusula Décima Oitava. O presente instrumento contratual reger-se-á pelas disposições da Lei Federal n. 8.666/93, e pelos princípios gerais de Direito Público, aplicáveis inclusive aos casos não previstos no presente contrato.

DO FORO:

Cláusula Décima Nona. Fica eleito para dirimir quaisquer pendências que possam advir da execução deste contrato, em atendimento ao § 2o do art. 55 da Lei 8.666/93, o foro da comarca de Porto Alegre do Norte/MT.

DISPOSIÇÕES GERAIS:

Cláusula Vigésima. São de exclusiva responsabilidade do **CONTRATADO** os pagamentos a possíveis funcionários que venham a prestar os serviços ora contratados, ficando a **CONTRATANTE** totalmente livre de qualquer responsabilidade em relação a terceiros.

Cláusula Vigésima Primeira. É também de exclusiva responsabilidade do **CONTRATADO** o recolhimento de todo e qualquer encargo trabalhista, previdenciário e comercial decorrente da execução desse contrato, de acordo com o art. 71 da Lei Federal n. 8.666/93, não gerando direito ao **CONTRATADO**, nem a qualquer de seus sócios ou empregados, de peticionar quaisquer benefícios oriundos de relação de emprego.

Cláusula Vigésima Segunda. Nos termos do parágrafo único do art. 61 da Lei Federal n. 8.666/93, a **CONTRATANTE** realizará a publicação resumida do presente instrumento de contrato, no prazo ali previsto.

E por estarem, assim, combinados, ajustados e contratados, fizeram este instrumento em três vias de igual teor e forma, que, depois de lidas e achadas conformes pelas partes, vão assinadas, na presença de duas testemunhas.

Canabrava do Norte/MT, 30 de março de 2021.

RIVALDO JOSÉ PEREIRA

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

CONTRATANTE

JOSÉ GERIVAN EVANGELISTA

ADVOGADO – OAB/MT 25.677-O

CONTRATADO

Testemunhas:

1.

_____

__

2.

_____

__

AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2021 - REGISTRO DE PREÇOS

Processo nº 00001316/2021 – PREFEITURA DE CANABRAVA DO NORTE

O Município de Canabrava do Norte - MT, através do Pregoeiro designado pela Portaria n.º 067 de 07/01/2021, torna público para conhecimento dos interessados que, o Pregão Eletrônico nº 008/2021, Processo nº 00001316/2021, destinado a Registro de Preços para possível e eventual aquisição de sementes de hortaliças, lona plástica de estufa e tela de proteção para viveiros (sombrite) para atender a demanda da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura do município de Canabrava do Norte - MT, a licitação procedeu **FRACASSADA**, por nenhuma licitante conseguir chegar ao valor de referência do edital, conforme consta nos autos do referido processo.

IRANIZO MATOS RODRIGUES

Pregoeiro

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N. 222 /2021, DE 12 DE ABRIL DE 2021.

PORTARIA N. 222 /2021, DE 12 DE ABRIL DE 2021.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE FISCAL TÍTULAR E SUPLENTE DE CONTRATO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 83º, III E XXX, da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando que o fiscal do contrato deve:

- Conhecer detalhadamente o instrumento contratual e o edital da licitação a ser fiscalizado, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas a sua execução; devendo sanar qualquer dúvida com os demais setores competentes da Administração para o fiel cumprimento das cláusulas neles estabelecidas;

- Coordenar, acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir respectivos relatórios;

- Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário;

- Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade;

- Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, em ordem cronológica, cuidando para que o valor do contrato não seja ultrapassado;

- Comunicar formalmente à unidade competente, após contatos prévios com a contratada, as irregularidades cometidas passíveis de penalidade;

- Solicitar, à unidade competente, esclarecimentos acerca do contrato sob sua responsabilidade;

- Autorizar, formalmente, quando do término da vigência do contrato, a liberação da garantia contratual em favor da contratada;

- Manter, sob sua guarda, cópia dos processos de contratação;

- Encaminhar, à autoridade competente, eventuais pedidos de modificações no cronograma físico-financeiro, substituições de materiais e equipamentos, formulados pela contratada;

- Confrontar os preços e quantidades constantes da Nota Fiscal com os estabelecidos no contrato;

- Receber e atestar Notas Fiscais e encaminhá-las à unidade competente para pagamento (medições e no caso de material direto nas obras conferir em conjunto com o almoxarifado e atestar);

- Verificar se o prazo de entrega, especificações e quantidades encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual;

- Notificar a contratada para sanar os problemas detectados nos serviços, obras ou para efetuar a entrega dos materiais;

- Sugerir, ao Prefeito, a aplicação de penalidades quando houver descumprimento de cláusulas contratuais;

- Acompanhar a execução contratual, em seus aspectos quantitativos e qualitativos;

- Registrar todas as ocorrências surgidas durante a execução do objeto e aplicar as devidas penalidades do contrato;

- Determinar a reparação, correção, remoção, reconstrução ou substituição, às expensas da empresa contratada, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

- Deve rejeitar, no todo ou em parte, obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o contrato;

- Exigir e assegurar o cumprimento dos prazos previamente estabelecidos;

- Exigir o cumprimento das cláusulas do contrato e respectivos termos aditivos (verificar a existência de possível subcontratação vedada contratualmente, por exemplo);

- Aprovar a medição dos serviços efetivamente realizados, em consonância com o regime de execução previsto no contrato (o fiscal jamais deve atestar a conclusão de serviços que não foram totalmente executados);

- Comunicar à autoridade superior, em tempo hábil, qualquer ocorrência que requeira decisões ou providências que ultrapassarem sua competência, em face de risco ou iminência de prejuízo ao interesse público;

- Deve protocolar, junto à autoridade superior, qualquer registro de dificuldade ou impossibilidade para o cumprimento de suas obrigações, com identificação dos elementos impeditivos do exercício da atividade, além das providências e sugestões que porventura entender cabíveis;

- Receber o objeto contratual, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes;

- Emitir atestados de avaliação dos serviços prestados (certidões ou atestados);

- Poderá solicitar assessoramento técnico necessário com a devida antecedência;

- Deverá anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, através de notificações escrita com protocolamento;

- Não deve atestar serviços não realizados, proceder o pagamento de serviços não executados, expedir notas fiscais "frias" ou em desacordo com o contrato, receber material ou serviço com qualidade inferior à contratada, pagar obras inacabadas ou serviços em desacordo com o projeto básico ou termo de referência, conceder aditivos indevidos;

- Se manter informado com relação aos prazos com o responsável pelo envio de dados ao Tribunal de Contas do Estado;

- Considerando que o descumprimento de quaisquer dos deveres atribuídos ao Fiscal do Contrato, implicará na instauração de processo administrativo disciplinar para apurar a responsabilidade civil, penal e/ou administrativa, além do que ficará responsável por quaisquer ônus decorrentes a eventuais multas aplicadas pelo TCE.

- Considerando que as decisões e providências que ultrapassarem a competência do fiscal deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar a servidora**HAYURE RODRIGUES DINIZ**, matrícula funcional n. º2265 , e inscrita no Cadastro de Pessoas físicas do Ministério da Fazenda – sob o n. CPF/MF n. 002.985.841-07 com e-mail: hayurero@gmail.com, para acompanhar e fiscalizar, como titular, de contrato CPL n.010/2021, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte – MT E a Empresa **A J ASSIS FERREIRA SOLUÇÕES EMPRESARIAIS EIRELI**,inscrita no CNPJ:31.422.683/0001-07,Constitui o objeto do presente Carta Convite a Contratação de Empresa para Prestação de Serviços técnicos especializado em Consultoria para as áreas de Finanças E Planejamento e Assessoria em prestação de conta pelo período de 12 meses, oriundo do processo licitatório n.5440/2020.

Art. 2º. Designar a servidor **ALINE MURIAL DE SILVA SOARES**, matrícula funcional nº 2256 e inscrita no Cadastro de Pessoas físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF sob o n. CPF/MF n. 754.219.091-15, com e-mail alinemurieljoseantonio@gmail.com, para acompanhar e fiscalizar, como suplente, a execução do contrato acima descrito nos impedimentos legais e eventuais do titular.

Art. 3º. A Gerência de Gestão de Frotas e Contratos - GEFROCONT disponibilizará ao Fiscal nomeado, logo após a sua nomeação, em cumprimento ao disposto no art. 11º, inciso XVI, da Instrução Normativa SCC N. 001/2015, Versão 2, de 21 de Julho de 2015, cópia do contrato, do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, e, oportunamente, dos aditivos bem como, do setor competente, a relação das faturas recebidas e das pagas, sem prejuízo de outros documentos que o Fiscal entender necessários ao exercício da fiscalização.

Art. 4º. Os documentos mencionados no art. 3º poderão ser disponibilizados tanto em meio físico quanto digital devendo, neste último caso, serem encaminhados via E-mail, estabelecido no art. 1º, da presente Portaria, com a identificação do respectivo fiscal e do contrato objeto da fiscalização.

Art. 5º. Fica garantido ao Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos Contratos sob fiscalização.

Art. 6°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia quando houver.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Canabrava do Norte - MT, em 12 de abril de 2021.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO.

Declaro-me ciente da designação ora atribuída, e das funções que são inerentes em razão da função.

.

_____

HAYURE RODRIGUES DINIZ

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

DECRETO Nº3188/2021

Decreto nº3188/2021

De 12 de abril de 2021.

"Decreta Luto Oficial no âmbito do Município de Canarana, e dá outras providências".

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

Em virtude do falecimento de **Elói Clóvis Hetzel**;

Considerando todo serviço prestado pela comunidade, vida pública e comprometimento com a administração do município de Canarana,

DECRETA:

Art.1º - Fica decretado **luto oficial** por três dias no âmbito do Município de Canarana em homenagem ao cidadão e ex vereador Elói Clóvis Hetzel**.**

Art.2º - Oficialmente pêsames a todos os familiares.

Art.3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, 12 de abril de 2021.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº440/2021

Portaria Nº440/2021

De 09 de abril de 2021.

Concede férias ao Servidor Público municipal **Dilceu Paulo dos Santos Costa** e dá outras providências.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito do Município de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o artigo 69 e § 1º do artigo 73 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canarana.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias regulamentares ao Servidor**Dilceu Paulo dos Santos Costa**por um período de 30 dias, a serem gozadas no período de 03 de maio de 2021 a 01 de junho de 2021.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende a 15/10/2019 a 14/0/2020.

Art. 4° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso em 09 de abril de 2021.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº442/2021

Portaria Nº442/2021

De 09 de abril de 2021.

Conceder férias ao Servidor Público municipal **Devair Garcia do Nascimento** e dá outras providências.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito do Município de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o artigo 69 e § 1º do artigo 73 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canarana.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias regulamentares ao Servidor**Devair Garcia do Nascimento**por um período de 30 dias, a serem gozadas no período de 01 de junho de 2021 a 30 de junho de 2021.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende a 19/10/2017 a 19/10/2018.

Art. 4° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso em 09 de abril de 2021.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº439/2021

Portaria Nº439/2021

De 09 de abril de 2021.

Concede férias ao Servidor Público municipal **Ildo Sacapini**e dá outras providências.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito do Município de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o artigo 69 e § 1º do artigo 73 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canarana.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias regulamentares ao Servidor**Ildo Sacapini**por um período de 30 dias, a serem gozadas no período de 03 de maio de 2021 a 01 de junho de 2021.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende a 02/01/2018 a 02/01/2019.

Art. 4° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso em 09 de abril de 2021.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

COVID-19: DECRETO MUNICIPAL Nº3189/2021 DE 12 DE ABRIL DE 2021.

Decreto Municipal Nº3189/2021 De 12 de abril de 2021.

"Dispõe sobre o cumprimento das determinações do Decreto Estadual de Mato Grosso de número 874 de 25 de março de 2021".

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Legislação Municipal, Estadual e Federal;

Considerando que na Ação Direta de Inconstitucionalidade de nº 1003497-90.2021.8.11.0000, constou a obrigatoriedade de cumprimento do Decreto Estadual de Mato Grosso de nº 874/2021, para todos os municípios listados como nível de risco **MUITO ALTO**, entre eles o município de Canarana permanece no mesmo nível de risco **MUITO ALTO**;

Considerando que o Decreto Estadual de Mato Grosso de nº 874/2021 impõe quarentena obrigatória por 10 dias aos municípios listados como em nível de risco **MUITO ALTO**;

Considerando o art. 3º do Decreto Federal nº 10.282/2020, que relaciona quais são as atividades essenciais e que o Decreto Estadual de Mato Grosso nº 874/2021 que indica a possibilidade de manutenção de funcionamento das atividades essenciais;

DECRETA:

Art. 1º. Fica prorrogado o Decreto Municipal nº 3187/2021, determinando a quarentena obrigatória no município de Canarana até o dia 19 de abril de 2021, por imposição do Decreto Estadual do Governo do Estado de Mato Grosso nº 874 de 25 de março de 2021.

Art. 2º. Inclui-se no §1º do artigo 2º do Decreto Municipal nº 3187/2021 de 07 de abril de 2021, os incisos **LV** e **LVI**:

"LV – Instituições de ensino Públicas e Privadas;"

"LVI – Creches Municipais e Particulares."

Art. 3º. O art. 4º do Decreto Municipal nº 3187/2021 de 07 de abril de 2021, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º. Fica permitida, a partir de 13 de abril de 2021, a retomada das atividades educacionais na forma presencial e/ou hibrida, nas unidades da rede privada de ensino, mediante escalonamento a ser desenvolvido pela Administração Pública Municipal."

"Parágrafo único. As atividades educacionais no ano letivo de 2021, nas unidades da rede pública municipal de ensino, continuarão em todos os níveis, ocorrendo exclusivamente por intermédio do uso de tecnologia digital e estratégias de ensino remoto, até 19 de abril de 2021."

Art. 4º. O art. 6º do Decreto Municipal nº 3187/2021 de 07 de abril de 2021, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.6º. Restaurantes, bares, ambulantes de alimentação, drive thru, lanchonetes, conveniências e congêneres, poderão atuar conforme lotação máxima de 30% de sua capacidade, e atendimento ao público apenas de segunda a sexta-feira das 05h às 19:00h (horário de Mato Grosso); e aos sábados, domingos e feriados das 05h até às 13h (horário de Mato Grosso), sendo vedado o consumo de bebida alcoólica no local, a utilização de parquinhos e playgrounds, devendo os funcionários trabalharem sempre fazendo o uso de máscara e luva, aferindo a temperatura e sempre respeitando as demais normas de higienização. O sistema take-way e drive thru funcionará de segunda a domingo até as 20:45 h (horário de Mato Grosso).

O sistema delivery funcionará de segunda a domingo até às 22h59(horário de Mato Grosso).”

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, prorrogável se necessário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, em 12 de abril de 2021.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº441/2021

Portaria Nº441/2021

De 09 de abril de 2021.

Concede férias ao Servidor Público municipal **Samuel Luis Hepp**e dá outras providências.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito do Município de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o artigo 69 e § 1º do artigo 73 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canarana.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias regulamentares ao Servidor**Samuel Luis Hepp**por um período de 30 dias, a serem gozadas no período de 30 de abril de 2021 a 29 de maio de 2021.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende a 24/08/2017 a 23/08/2018.

Art. 4° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso em 09 de abril de 2021.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº438/2021

Portaria Nº438/2021

De 09 de abril de 2021.

Concede férias ao Servidor Público municipal **Claudomir Inácio de Melo** e dá outras providências.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito do Município de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o artigo 69 e § 1º do artigo 73 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canarana.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias regulamentares ao Servidor **Claudomir Inácio de Melo,** por um período de 20 dias que serão usufruídas no período abaixo discriminado, e 10 dias serão convertidos em abono pecuniário.

Gozo de 20 dias, 01 de junho de 2021 a 20 de junho de 2021.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende a 02/01/2017 a 01/01/2018.

Art. 4° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso em 09 de abril de 2021.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

PROCURADORIA JURIDICA
MANDADO DE CITAÇÃO PROCESSO DE ADMINISTRATIVO N.º 007/2021.

MANDADO DE CITAÇÃO

Processo de Administrativo n.º 007/2021.

A Presidente da Comissão Processante Permanente instituída pela Portaria n.º 270/2019, de 30 de setembro de 2019, da Excelentíssima Senhora Carmelinda Leal Martines Coelho, Prefeita Municipal, em razão da Portaria n.º 70/2021 de 07 de abril de 2021, que *dispõe sobre a instauração de processo administrativo e dá outras providências*, para apurar o atraso na entrega dos produtos adquiridos pela administração, nos Termos das Leis Municipais n.º 892/2015 e 1.182/2019, por meio da presente, **CITA** a empresa MUDAR COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO FERRAMENTAS E EPI’S LTDA , CNPJ 14.888.303/0001-05, da Abertura de Processo Administrativo, especificada como Processo Administrativo n.º 007/2021 em seu desfavor, para que no prazo de 05 (cinco) dias apresente defesa prévia nos autos supra, ocasião em que poderá juntar documentos, requerer a produção de provas e arrolar no máximo 05 (cinco) testemunhas.

Carlinda/MT, em 12 de Abril de 2021.

_____

DAIANE MARIANA DA SILVA BENFICA

Presidente da CPP

LICITAÇÃO
AVISO DE PRORROGAÇÃO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 026/2020

AVISO DE PRORROGAÇÃO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 026/2020

A Prefeitura Municipal de Carlinda – MT, através de sua Pregoeira torna Público para conhecimento dos interessados, que por motivo de não comparecimento de empresas licitantes interessadas em participar do certame, decide que **FICA PRORROGADA** a abertura do Pregão Presencial nº 026/2020, para **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CIMENTO PARA A RECUPERAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE GUIAS E SARJETAS EM VIAS URBANAS DO MUNICÍPIO DE CARLINDA-MT**. O referido procedimento realizar-se-á às **14:00 HORAS** (HORÁRIO OFICIAL DE CARLINDA – MT), DO DIA **23 DE ABRIL DE 2021**, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Carlinda, sito a Av. Tancredo de Almeida neves, s/nº, Centro – Carlinda – MT. O Edital poderá ser obtido junto à Prefeitura Municipal, durante o horário de expediente e também estará disponível no site http://www.carlinda.mt.gov.br. Maiores informações através do telefone (066) 3525-2000.

Carlinda – MT, 12 de Abril de 2021.

_____

Deise Dione Mutschall

Pregoeira Oficial

Publique-se

DECRETO Nº 113/2021

DECRETO Nº 113/2021

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A GESTÃO, O ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO E A FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS, CELEBRADOS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CARLINDA/MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Artigo 1º - Fica **DESIGNADO** o Senhor MARCOS DA SILVA DE OLIVEIRA**,** para desempenhar a função de Fiscal de Contrato, a partir do dia 26 de março de 2021.

I. Tomada de preços nº 002/2021.

II. Contrato n.º 018/2021.

III. Objeto: Construção de centro para tratamento aquático no Município de Carlinda/MT.

Artigo 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 12 de abril de 2021.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHEIRA

DECRETO Nº 026, DE 12 DE ABRIL DE 2021

DECRETO Nº 026, DE 12 DE ABRIL DE 2021

Altera parcialmente a redação do Decreto Municipal nº 023, de 27 de março de 2021 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CASTANHEIRA-MT, no uso das suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal e pela Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Art. 1º. O Artigo 6º do Decreto Municipal nº 023, de 27 de março de 2021, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 6º. Fica vedado o consumo de toda e qualquer tipo de bebida alcoólica nos estabelecimentos comerciais, de serviços e demais atividades em geral, locais públicos e de uso comum do povo, radicados no território do Município de Castanheira/MT, ainda que dentro dos horários permitidos para funcionamento dos estabelecimentos por este Decreto.

Art. 2º. O caput do Artigo 17 do Decreto Municipal nº 023, de 27 de março de 2021, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 17. Os estabelecimentos privados que desenvolvem atividades de ensino de idiomas (tais como inglês, espanhol e outros); educação profissional de nível técnico e ensino de aperfeiçoamento, (tais como cursos de computação, cursos de aulas de reforço de disciplinas escolares de primeiro segundo grau, cursos de música) e todos os congêneres, somente poderão funcionar enquanto o município não estiver classificado como risco muito alto (vermelho) pelo Governo Estadual e mediante o cumprimento, rigoroso das seguintes medidas:

Art. 3º. O Artigo 18 do Decreto Municipal nº 023, de 27 de março de 2021, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 18. As escolas particulares, desde que o município não esteja classificado como risco muito alto (vermelho) pelo Governo Estadual, estão autorizadas a retornarem com as aulas presenciais condicionadas ao número máximo de 10 (dez) alunos por sala de aula e observância das normas sanitárias relacionadas ao COVID-19, estando elas previstas neste Decreto ou não.

Art. 4º. O Artigo 27 do Decreto Municipal nº 023, de 27 de março de 2021, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 27. Estando o município classificado como risco alto ou muito alto, fica suspenso o atendimento presencial em órgãos públicos e concessionárias de serviços públicos no âmbito do município de Castanheira/MT, devendo, cada órgão, disponibilizar canais de atendimento ao público não-presenciais.

§1º O disposto no caput do presente artigo, não se aplica aos serviços essenciais pertinentes às áreas de saúde, que exercerão as suas funções em horário regular.

§2º Ficam suspensos, todos os prazos dos procedimentos administrativos junto as Secretarias Municipais e Procon.

§3º Poderão ser realizados atendimentos pelos órgãos públicos e concessionárias de serviços públicos desde que considerados essenciais/emergenciais e previamente agendados.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor em 12 de abril de 2021.

Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto Municipal nº 24, de 30 de março de 2021.

Castanheira/MT, 12 de abril de 2021.

JAKSON DE OLIVEIRA RIOS JUNIOR

Prefeito Municipal

REGISTRADO e PUBLICADO por afixação nesta data no local de costume.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2021 - REGISTRO DE PREÇOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA - ESTADO DE MATO GROSSO

RESULTADO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2021 - REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito Municipal de Cláudia/MT, através da Pregoeira, torna público, para conhecimento dos interessados, que a empresa **IMPACTO PRESTADORA DE SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM LTDA ME,**sagrou-se vencedora do processo de Licitação em referência, para o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE CALCÁRIO, DO MUNICÍPIO DE NOBRES – MT ATÉ O MUNICÍPIO DE CLÁUDIA – MT, A FIM DE ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E RURAL.** Cláudia/MT, 12 de Abril de 2021.

ALTAMIR KURTEN

Prefeito Municipal

Shirley Yotzchetz

Pregoeira

LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 035/2021

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 035/2021

PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2021– REGISTRO DE PREÇOS

Pelo presente instrumento particular, nesta cidade de CLÁUDIA, Estado de Mato Grosso, na sede da Prefeitura Municipal, de um lado o **MUNICÍPIO DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO,** Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda – CNPJ sob n° 01310.499/0001-04, com sede na Av. Gaspar Dutra, s/nº, Centro, CLÁUDIA – MT, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. **ALTAMIR KURTEN,** no exercício de seu mandato, doravante denominado **"MUNICÍPIO"**, e, do outro lado a empresa **IMPACTO PRESTADORA DE SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM LTDA ME**, inscrita no CNPJ sob nº 15.388.488/0001-43 e Inscrição Estadual nº 13.775.445-0, estabelecida na Avenida Marechal Cândido Rondon, Snº, bairro Setor Industrial, cidade de Cláudia/MT, neste ato representada pelo Srº. **Edison Luiz Pereira**, portador do CIRG nº 881645 SSP/MT e CIC nº 593.104.801-49, doravante denominada **"PROMITENTE FORNECEDORA"**, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002, e alterações posteriores, que regulamenta o Pregão Presencial e Registro de Preços no Município de CLÁUDIA – MT, e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do **PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2021,** para **REGISTRO DE PREÇOS**, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE CALCÁRIO, DO MUNICÍPIO DE NOBRES – MT ATÉ O MUNICÍPIO DE CLÁUDIA – MT, A FIM DE ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E RURAL,** sendo na oportunidade o registro do item mencionado abaixo:

ITEM	COD. TCE	DESCRIÇÃO	UND.	QTD.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	00033457	**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE CÁLCARIO DA CIDADE DE NOBRES/MT ATÉ O MUNICÍPIO DE CLÁUDIA/MT, PODENDO CHEGAR ATÉ NO MINÍMO 50 KM NOS ASSENTAMENTOS DO MUNICÍPIO**, conforme especificados no Termo de Referência.	TONELADAS	1000	R$ 114,00	R$ 114.000,00
		VALOR TOTAL:				**R$ 114.000,00**

CLÁUSULA SEGUNDA

DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 – A presente ata de registro de preços terá vigência de 12 (doze) meses, a partir da data de 13/04/2021 até 13/04/2022.

2.2 - Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de CLÁUDIA não será obrigado a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, os materiais referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3 - Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do **PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2021– REGISTRO DE PREÇOS,** que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA

DO PAGAMENTO

3.1- Os pagamentos serão efetuados conforme relatórios de cargas efetuadas, emitidos pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Rural, devendo ser realizado a cada 30 (trinta) dias de serviços executados.

3.2- A nota fiscal somente será liberada quando o cumprimento do Empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pelo MUNICÍPIO.

3.3- Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

3.4- As notas fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

3.5- O CNPJ da detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

3.6- Nenhum pagamento será efetuado a detentora da Ata enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUARTA

DA ENTREGA E DO PRAZO

4.1. A ata de registro de preços terá validade 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

4.1.1. As vigências da Ata de Registro de Preços e dos contratos administrativos dela derivados são autônomas e independentes entre si. O contrato administrativo celebrado em decorrência e durante a vigência do Registro de Preços rege-se pelas normas estampadas na Lei de Licitações, podendo ter seu prazo prorrogado, desde que as situações fáticas de prorrogação se enquadrem nos permissivos delineados no artigo 57 da Lei 8.666/1993.

4.2. Os serviços deverão ser executados de acordo com as especificações e exigências contidas no Termo de Referência encaminhado pela Secretaria solicitante, que é parte integrante do Edital e desta Ata.

4.3. Quando solicitado, a empresa contratada deverá iniciar a execução dos serviços objeto desta licitação no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da data da solicitação.

4.4. Ficará a cargo da contratada todas as despesas diretas ou indiretas para realização do serviço, incluindo a troca dos serviços que porventura forem fornecidos em desacordo com as especificações contidas no Termo de Referência.

4.5. Não será admitido em hipótese alguma o fornecimento de serviços de má qualidade, ou em desacordo com a especificação contida no Termo de Referência.

4.6. Os itens licitados deverão ser conferidos na presença do fiscal de contrato ou da ARP.

4.7 O objeto licitado somente será adquirido se houver eventual necessidade de aquisição/contratação da Prefeitura Municipal de CLÁUDIA.

CLÁUSULA QUINTA

DAS OBRIGAÇÕES

5.1 -DO MUNICÍPIO:

5.1.1- Atestar nas notas fiscais e/ou faturas a efetiva entrega do objeto desta Ata, conforme ajuste representado pela nota de empenho;

5.1.2- Aplicar à detentora da Ata penalidades, quando for o caso;

5.1.3- Prestar à detentora da Ata toda e qualquer informação, por estas solicitadas, necessárias à perfeita execução da nota de empenho;

5.1.4- Efetuar o pagamento à detentora da Ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal, devidamente atestada, no setor competente;

5.1.5- Notificar, por escrito, à detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção;

5.1.6- Conferir e Fiscalizar a execução ou aquisição do objeto licitado.

5.2 - DA DETENTORA DA ATA:

5.2.1. Executar o serviço conforme especificações constantes no Termo de Referência e na proposta apresentada, visando ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;

5.2.2. Observar em toda execução as normas e protocolos aplicáveis;

5.2.3. Assumir a responsabilidade pelos encargos de qualquer natureza, impostos, taxas, federais, estaduais e municipais que incidam sobre o produto;

5.2.4. O fornecimento deverá ser realizado após a emissão da autorização do fornecimento pelo setor de compras desta Prefeitura, sem nenhum ônus adicional para este Município.

5.2.5. Apresentar todos os relatórios e laudos técnicos pertinentes às atividades realizadas pela Contratada.

CLÁUSULA SEXTA

DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1 - Os contratos de aquisição decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da nota de empenho ou Nota de Autorização de Despesa pela detentora.

6.2 - A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3 - Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante, a qual deverá ser feita através de nota de empenho ou Nota de Autorização de Despesa.

6.4 - A empresa fornecedora, quando do recebimento da nota de empenho, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

CLÁUSULA SÉTIMA

DAS PENALIDADES

7.1 - Os casos de inexecução total ou parcial, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento de cada ajuste representado pela nota de empenho, sujeitará a detentora da Ata às penalidades previstas no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, das quais destacam-se:

a) advertência;

b) Multa por dia de atraso na entrega do objeto do contrato;

c) Multa por inadimplemento, total ou parcial do contrato;

d) suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, no prazo de até 2 (dois) anos;

e) declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação, facultado ao contratado o pedido de reconsideração da decisão da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo.

7.2. A multa por atraso na execução do objeto da licitação, quando cabível, será da ordem de 1% (um por cento) ao dia, até chegar o limite de 10%(dez por cento), incidente sobre o valor da parte inadimplida.

7.3. A multa por inadimplemento, total ou parcial do contrato, será da ordem de 20% (vinte por cento), incidente sobre o valor da parte inadimplida

7.4 - Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

7.5 - Da aplicação das penas definidas nas alíneas "a" à "f", do item 7.1, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.

7.5 - O recurso ou o pedido de reconsideração relativa às penalidades acima dispostas será dirigido ao Secretário da unidade requisitante, o qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

CLÁUSULA OITAVA

DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1 - Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

8.1.1 - Considera-se Preço registrado aquele atribuído aos materiais, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

8.2 - Os preços poderão ser revistos nas hipóteses de oscilação de preços, para mais ou para menos, devidamente comprovadas, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II e do § 5º do art. 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações (situações supervenientes e imprevistas, força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem área econômica extraordinária e extracontratual).

8.2.1. O índice a ser utilizado como base para eventuais reajustes será o IPCA.

8.3 - O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

8.4 - No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

8.5 - Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, O Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item ou lote visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

8.6 - Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

8.7 - Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

8.8 - Quando o preço registrado tornar-se inferior aos praticados no mercado, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá, mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento de seu registro.

8.8.1 - A comprovação, para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro, deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada de planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos, etc., alusivas à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

8.9 - A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

8.10 - Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

8.11 - Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

8.12 - Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA NONA

DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A Ata de Registro de Preços será rescindida de pleno direito, independentemente de qualquer aviso ou de interpelação judicial ou extrajudicial, quando ocorrer a hipótese prevista no art. 77 da Lei 8.666/93 ou qualquer dos motivos elencados nos incisos I, II, IV, V, IX, X, XI, XII do art. 78 da Lei n. 8.666/1993.

9.2. A presente Ata de Registro de Preços também poderá ser cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

9.2.1. A detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

9.2.2. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do MUNICÍPIO; observada a legislação em vigor;

9.2.3. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo MUNICÍPIO, com observância das disposições legais;

9.2.4. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

9.2.5. Por razões de interesse públicos devidamente demonstrados e justificados pela Administração.

9.2.6. Por comum acordo entre as partes, desde que seja conveniente para Administração Pública.

9.3. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços.

9.4. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Órgão Oficial, por 01 (uma) vez, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação.

9.5. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do MUNICÍPIO, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8. 666/93.

9.5.1. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada á Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

9.6. A contratada reconhece os direitos do MUNICÍPIO nos casos de rescisão administrativa, previstos nos artigos 77 a 79, da Lei n° 8.666/93 e demais alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA

DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

10.1 - As aquisições dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo ordenador de despesa correspondente, sendo obrigatório informar ao Departamento de Compras do Município, os quantitativos das aquisições.

10.1.1 - A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

DO ORÇAMENTO

11.1 As despesas decorrentes da presente Ata correrão por conta de recursos previstos no Orçamento da Prefeitura Municipal de CLÁUDIA/MT.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

VINCULAÇÃO AO EDITAL

12.1 Farão parte da presente ata, além de suas expressas cláusulas, independentemente de transcrição no corpo do presente, as instruções contidas no Edital de **PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2021**, bem como os documentos a ele referentes, além da proposta apresentada pela **PROMITENTE FORNECEDORA**, no certame licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

DAS COMUNICAÇÕES

13.1 - As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

DA FISCALIZAÇÃO

14.1 A fiscalização da execução da presente Ata de Registro de Preços será exercida por servidor credenciado, independentemente de qualquer outra supervisão, assessoramento e/ou acompanhamento do objeto que venha a ser determinada pela CONTRATANTE, o seu exclusivo juízo.

14.1.1 A fiscalização ficará a cargo da servidora **Tania Borges De Araújo,** nomeada através de Portaria**.**

14.2 A fiscalização de que trata o item acima não exclui, nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1 - Integram esta Ata: o edital do **PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2021– REGISTRO DE PREÇOS, bem como** a proposta da empresa **IMPACTO PRESTADORA DE SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM LTDA ME**, classificada em 1º lugar no certame supranumerado.

15.2 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/02, no que não colidir com a primeira e as demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA

DO FORO

16.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Cláudia – MT, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

CLÁUDIA – MT, 13 de Abril de 2021.

MUNICÍPIO DE CLÁUDIA – MT

Altamir Kurten

Prefeito Municipal

IMPACTO PRESTADORA DE SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM LTDA ME EMPRESA

Edison Luiz Pereira

PROMITENTE FORNECEDORA

TESTEMUNHAS:

_____

Nome**: SHIRLEY YOTZCHETZ**

CPF: 018.905.239-25

_____

Nome: **HEMILIN FERNANDA TIEDT**

CPF: 041.620.821-54

PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALINHO

COVID-19: DECRETO MUNICIPAL Nº. 1987, DE 09 DE ABRIL DE 2021

DECRETO MUNICIPAL Nº. 1987, DE 09 DE ABRIL DE 2021

"Dispõe sobre atualização de medidas restritivas para conter a disseminação do coronavírus (2019-ncov) e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCALINHO, usando das atribuições que lhe conferem os art. 1º, 3º, 5º, e 64, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO as proposições exaradas pelo Comitê Municipal de Prevenção, Orientação e Enfrentamento ao COVID-19 nomeados pela Portaria nº. 001 de 04 de janeiro de 2021;

DECRETA:

Art. 1º Todas das medidas de prevenção, controle e combate a disseminação do novo coronavírus, bem como o trabalho de fiscalização das equipes de vigilância em saúde do Município de Cocalinho, seguirão, na íntegra, o Decreto Estadual nº 874/2021 e suas alterações ulteriores.

Parágrafo único. Os horários para funcionamento dos estabelecimentos mencionados do Decreto Estadual nº 874/2021, obedecerão ao horário de Brasília.

Art. 2º Durante os feriados prolongados, os cais, públicos e privados, no Município de Cocalinho, serão fechados, com a proibição do embarque e desembarque de pessoas ou o atracamento de barcos, exceto para os serviços de saúde e assistência social.

Parágrafo único. Quando houver a possibilidade de aumento excessivo da utilização dos cais, por quaisquer motivos, os mesmos serão automaticamente fechados.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cocalinho, Estado de Mato Grosso, aos nove dias do mês de abril de dois mil e vinte um.

Márcio Conceição Nunes de Aguiar

Prefeito Municipal

PORTARIA DP/PREF. Nº 5533 DE 12 DE ABRIL DE 2.021

PORTARIA DP/PREF. Nº 5533 DE 12 DE ABRIL DE 2.021

"CONCEDE FÉRIAS E 1/3 DE FÉRIAS

AO SERVIDOR MUNICIPAL"

O SENHOR **MARCIO CONCEIÇÃO NUNES DE AGUIAR**, PREFEITO MUNICIPAL DE COCALINHO, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO E GOZO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS, ESPECIALMENTE PELO ESTATUTO E REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES DA **LEI MUNICIPAL 056 DE 28 DE FEVEREIRO DE 1.991 ART.106 E DOS §1º AO §5º;**

RESOLVE:

Art. 1º Conceder **30 (trinta) dias de férias e o recebimento de 1/3 (um terço),** para o servidor Sr. **GETULIO RIBEIRO DE SOUZA**, efetivo no cargo de **CARPINTEIRO- CPE,** lotado junto a Secretaria Municipal de **Transportes Obras e Serviços Urbanos**, em regime **estatutário**. Iniciando no dia **01 de abril de 2.021** finalizando no dia **30 de abril de 2.021**. Pelo período aquisitivo de **23 de março de 2.020 a 22 de março de 2.021**, data de tua **admissão**.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se disposições contrarias.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE COCALINHO, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DOZE DIAS DO MÊS DE ABRIL DE DOIS MIL E VINTE E UM.

MARCIO CONCEIÇÃO NUNES DE AGUIAR

PREFEITO DE COCALINHO-MT

PORTARIA DP/PREF. Nº 5534 DE 12 DE ABRIL DE 2.021

PORTARIA DP/PREF. Nº 5534 DE 12 DE ABRIL DE 2.021

"CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE

A SERVIDORA MUNICIPAL"

O SENHOR **MARCIO CONCEIÇÃO NUNES DE AGUIAR**, PREFEITO MUNICIPAL DE COCALINHO, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO E GOZO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS, ESPECIALMENTE PELO ESTATUTO E REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES DA **LEI MUNICIPAL 056 DE 28 DE FEVEREIRO DE 1.991 ART. 88.**

RESOLVE:

Art. 1º Conceder **LICENÇA À GESTANTE,** para a servidora Sra. **RENATA MORAIS BRESCIANI**, efetiva no cargo de **OPERADOR DE MICRO COMPUTADOR-CPE,** lotado junto a Secretaria Municipal de **Turismo e Meio Ambiente**, em regime **estatutário**. Iniciando no dia **02 de março de 2.021** e finalizando nodia **29 de junho de 2.021**, de acordo com as formalidades legais, especialmente o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Município.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos legais a dois de março de dois mil e vinte e um, data do nascimento e atestado médico.

Art. 3º Revogam-se disposições contrarias.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE COCALINHO, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DOZE DIAS DO MÊS DE ABRIL DE DOIS MIL E VINTE E UM.

MARCIO CONCEIÇÃO NUNES DE AGUIAR

PREFEITO DE COCALINHO-MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER

DEPARTAMENTO DE PROJETOS
COVID-19: DECRETO Nº 46/2021

Súmula: ***"Atualiza, INTENSIFICA E PRORROGA as medidas RESTRITIVAS emergenciais e temporárias para a prevenção dos riscos de disseminação do Coronavírus (COVID-19), no âmbito do Município de COLIDER/MT, e dá outras providências."***

*O **EXCELENTÍSSIMO SENHOR HEMERSON LOURENÇO MÁXIMO, Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e***

CONSIDERANDO a necessidade de garantir segurança às atividades privadas essenciais à saúde, bem como zelando pelo bem estar da população, sem prejuízo à manutenção das medidas sanitárias preventivas à disseminação do coronavírus.

CONSIDERANDO o Decreto nº 874, do Governo do Estado de Mato Grosso, o qual atualiza a classificação de risco epidemiológico e fixa regras e diretrizes para adoção, pelo Municípios, de medidas restritivas para prevenir a disseminação da Covid-19, e dá outras providências;

CONSIDERANDO que conforme os dados contidos no Boletim Epidemiológico nº 396 Coronavírus/Covid-19 Mato Grosso, de 08 de abril de 2021, da Secretaria Estadual de Saúde – SES, aponta que o índice de ocupação dos leitos públicos de UTI's referente a 97,56% de taxa de ocupação, demonstrando o intenso aumento de casos graves no Estado de Mato Grosso, que demandam internação em Unidades de Tratamento Intensivo, bem como evidenciando o iminente colapso que se descortina diante do cenário mato-grossense;

CONSIDERANDO a necessidade de adoção de medidas não farmacológicas para evitar a disseminação da Covid-19, sem olvidar da manutenção das necessidades essenciais coletivas;

*Considerando, por fim, **a decisão proferida pelo Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, nos autos da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 1003497-90.2021.8.11.0000, que acabou por vincular os Municípios e seus Gestores, na observância fiel do Decreto Estadual nº 874, de 25/03/2021**.*

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica mantida a situação de emergência em todo território do Município de Colider/MT, na forma do Decreto Municipal nº 34/2021, para fins de prevenção e enfrentamento à pandemia da *Covid-19*, de importância internacional.

Parágrafo Único: Este Decreto consolida as medidas excepcionais, de caráter temporário, no que diz respeito às atividades públicas e privadas, para o início de uma nova etapa de condutas no âmbito municipal, a fim de manter a prevenção dos riscos de disseminação do *coronavíru*s, conforme Decretos Estaduais e Federais.

Art. 2º. Para enfrentamento da situação de emergência de saúde pública, fica mantida a suspensão do atendimento ao público em todos os Órgãos da Administração Direta, Indireta e Autárquica do Município de Colider/MT, bem como nas concessionárias municipais de serviço público, até o dia 23/04/2021.

§ 1º. Fica mantido o trabalho interno pelo funcionalismo público, com o atendimento de situações de urgência dentro do horário habitual de trabalho, assegurando-se também à população, os atendimentos por meios alternativos (remotos), como por telefone, *whatsapp* ou outros aplicativos de mensagens, correspondência eletrônica (*e-mail*), entre outros igualmente idôneos e eficazes.

§ 2º. A suspensão de atendimento ao público não se aplica à Secretaria Municipal de Saúde e aos órgãos a ela vinculados.

§ 3º. As sessões de licitações previamente agendadas ficarão mantidas, pois visam contratações inclusive emergenciais, mantendo-se todos os procedimentos em curso, desde que a presença das pessoas se dê com respeito às normas de proteção sanitária contra a disseminação do *coronavírus*.

§ 4º. Quanto as sessões presenciais da Comissão Permanente de Licitações – CPL, estas ficarão mantidas, e o acesso ao espaço físico do Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal, ocorrerá pela porta lateral do prédio do Paço Municipal, devendo haver identificação para facilitação do ingresso dos participantes e interessados.

§ 5º. Aos servidores que se enquadrarem no grupo de risco, fica garantida a continuidade das atividades laborativas em regime *home office*, podendo ser analisado, caso a caso, a consequente convocação para prestação de serviços em regime presencial, a critério da Administração Municipal.

Art. 3º. Fica mantida a suspensão das aulas presenciais nos estabelecimentos de ensino da rede pública municipal, devendo os estabelecimentos escolares da rede privada, privilegiarem o sistema remoto (*online)* para aulas e atividades, enquanto vigorar este Decreto.

Art. 4º. O funcionamento das atividades e serviços ficará sujeito às seguintes condições:

I - de segunda à sexta-feira, autorizado o funcionamento somente no período compreendido entre às 05h00m e 20h00m (horário oficial de Mato Grosso);

II - aos sábados e domingos, autorizado o funcionamento somente no período compreendido entre às 05h00m e 12h00m (horário oficial de Mato Grosso);

§ 1º. Fica proibido, até o dia 23/04/2021, o consumo de bebida alcoólica nos locais de venda e em suas imediações, ainda que dentro dos horários permitidos para funcionamento dos estabelecimentos por este Decreto, mantendo-se a revogação do art. 2º, do Decreto Municipal nº 36/2021.

§ 2º. Os supermercados, nos horários de funcionamento fixados nos incisos deste artigo, devem aplicar sistema de controle de entrada restrito a 01 (um) membro por família.

§ 3º. Excepcionalmente, os supermercados, padarias e açougues poderão funcionar aos sábados, até as 20h00m (horário oficial de Mato Grosso).

§ 4º. Excepcionalmente, os restaurantes poderão funcionar aos sábados e domingos até as 14h00m (horário oficial de Mato Grosso), obedecidos os protocolos de saúde e normas sanitárias já amplamente difundidos, e que estão definidos nos mais diversos expedientes (normatizações, regulamentos, informativos, etc.) expedidos em nível Federal, Estadual e Municipal, ficando vedado o consumo de bebidas alcoólicas no local.

§ 5º. As farmácias, os serviços de saúde, de hospedagem e congêneres, de imprensa, de transporte coletivo, transporte individual remunerado de passageiros por meio de taxi ou aplicativo, as funerárias, os postos de combustíveis (exceto conveniências), as indústrias, as atividades de colheita e armazenamento de alimentos e grãos, serviços de segurança e vigilância privada, de manutenção de fornecimento de energia, água, telefonia, coleta de lixo, e as atividades de logística de distribuição de alimentos, não ficam sujeitas às restrições de horário do presente artigo.

§ 6º. A essencialidade dos serviços e atividades deverão ser interpretadas conforme o Decreto Federal nº 10.282/2020.

Art. 5º. O funcionamento de serviço na modalidade *delivery* (entrega a domicílio) ficará autorizado somente até às 23h59m (horário oficial de Mato Grosso), enquanto que o serviço na modalidade *take away* (pegue e leve) poderá funcionar até 20h45m (horário oficial de Mato Grosso), inclusive aos sábados e domingos.

Parágrafo único: As farmácias poderão funcionar na modalidade *delivery*, sem restrição de dias e horários.

Art. 6º. Durante a vigência deste Decreto, os eventos sociais, corporativos, empresariais, técnicos e científicos, igrejas, templos e congêneres, academias, são permitidos, respeitado o limite de 30% (trinta por cento) da capacidade máxima do local, observados os limites de horário definidos nos incisos do art. 4º deste Decreto.

§ 1º. As atividades de cunho religioso, incluindo-se o funcionamento dos templos, igrejas e congêneres, poderão manter seu exercício e funcionamento, de segunda-feira à domingo, das 05h00m e 20h00m (horário oficial

de Mato Grosso), sempre respeitando o limite de pessoas presentes, conforme previsto no *caput*;

§ 2º. Durante a vigência deste Decreto Municipal, fica proibida a prática de esportes coletivos no Município de Colider/MT, seja em espaços públicos ou particulares.

Art. 7º. Enquanto vigente este Decreto, fica proibida a prática de qualquer atividade de lazer em estabelecimentos públicos ou a realização de eventos que causem aglomeração, inclusive nas residências, clubes e espaços particulares.

Parágrafo único: Fica proibida durante a vigência deste Decreto, a utilização de ginásios, parques, campos, praças públicas e do lago municipal, mantendo-se as restrições contidas no Decreto Municipal nº 36/2021, de 25/03/2021.

Art. 8º. Fica mantida e prorrogada até o dia 23/04/2021, a restrição de circulação de pessoas (toque de recolher) em todo o território do Município de Colider/MT, a partir das 21h00m até às 05h00m (horário oficial de Mato Grosso).

§ 1º. Excetuam-se da restrição disposta no *caput* do presente artigo, os funcionários, prestadores e consumidores das atividades e serviços cujo funcionamento é permitido após as 20h00m, bem como outras situações específicas a serem analisadas pelas autoridades responsáveis pela fiscalização.

§ 2º. A restrição fixada no *caput* deste artigo não se aplica ao transporte de cargas e passageiros em rodovias estaduais e federais.

Art. 9º. Todos os estabelecimentos em atividade no território do Município de Colider/MT, devem observar os seguintes protocolos de saúde e normas sanitárias durante seu funcionamento:

I - evitar circulação de pessoas pertencentes ao grupo de risco, conforme definição do Ministério da Saúde;

II - disponibilizar locais adequados para lavagem frequente das mãos com água e sabão e/ou disponibilização de álcool na concentração de 70%;

III - ampliar a frequência diária de limpeza e desinfecção de locais frequentemente tocados, tais como pisos, corrimãos, maçanetas, banheiros, interruptores, janelas, telefones, teclados de computador, controles remotos, máquinas acionadas por toque manual, mesas, balcões de atendimento, entre outros;

IV - evitar a realização presencial de reuniões de trabalho e priorizar a realização de atividades de forma remota mediante o uso de ferramentas tecnológicas;

V - controlar o acesso de modo a garantir o distanciamento mínimo de 1,5m (um metro e meio) entre as pessoas;

VI - vedar o acesso de funcionários, consumidores e usuários que não estejam utilizando máscara de proteção facial, ainda que artesanal;

VII - medir a temperatura corporal das pessoas na entrada dos estabelecimentos, impedindo sua entrada em caso de registro igual ou superior a 37,5º;

VIII - manter os ambientes arejados por ventilação natural;

IX - adotar as recomendações atuais de isolamento domiciliar para os profissionais pertencentes ao grupo de risco, conforme definido pelo Ministério da Saúde;

X - observar as determinações das autoridades sanitárias para a contenção de riscos, especialmente quando a atividade exigir atendimento presencial da população, com a orientação aos funcionários sobre o modo correto de relacionamento com o público.

Art. 10. Fica determinado aos Agentes Municipais de Trânsito do Município de Colider/MT e a Vigilância Municipal em Saúde, com o apoio direto da Polícia Militar local, além das ações de fiscalização e orientação que já vem sendo exercidas, também a promover a dispersão de pessoas que se encontrarem em aglomeração em locais públicos e de uso comum, como parques, praças, lagos, vias públicas, entre outros, sem prejuízo da aplicação de multas àqueles que estiverem nesta condição, conforme previsto neste Decerto.

Art. 11. Para enfrentamento da emergência de saúde pública reconhecida e declarada pelo Decreto Municipal nº 34/2021, as autoridades municipais poderão adotar, entre outras, as seguintes medidas:

I - isolamento domiciliar de pacientes em situação confirmada de *Covid-19*, em caráter obrigatório, por prescrição médica, pelos prazos definidos em protocolos;

II - quarentena domiciliar de pacientes sintomáticos em situação de caso suspeito de *Covid-19* e daqueles que com ele tiveram contato, em caráter obrigatório, por prescrição médica;

Art. 12. Fica determinado ao Secretário Municipal de Saúde, que adote as medidas administrativas que se fizerem necessárias, para que em 48 (quarenta e oito) horas, contadas da publicação deste Decreto, sejam montadas barreiras sanitárias em pontos específicos desta urbe, com vistas a identificar pessoas suspeitas de estarem acometidos de *coronavírus* (*Sars-COV-2*), e promover o encaminhamento para atendimento médico.

Art. 13. As denúncias por descumprimento às regras sanitárias e medidas de biossegurança quanto a prevenção à contaminação pelo *coronavírus* (*Sars-COV-2*), poderão ser feitas através dos telefones abaixo indicados, mantendo-se sempre o anonimato do denunciante:

§ 0800 647 5959 – Ouvidoria Municipal

§ (66) 3541-2591 – Vigilância Sanitária

§ (66) 3541-6300 – Departamento Jurídico

Art. 14. Os velórios e as cerimônias fúnebres dos falecidos decorrentes de casos confirmados ou suspeitos de *coronavírus* (*Sars-COV-2*), deverão obedecer às regras e prescrições contidas no Decreto Municipal nº 41/2021, publicado nesta mesma data.

Art. 15. O descumprimento das medidas emergenciais dispostas neste Decreto Municipal, importará em responsabilidade civil, penal e administrativa dos infratores, pessoas físicas e jurídicas, inclusive com aplicação de multas, nos termos e parâmetros da legislação Municipal e Estadual.

Art. 16. As medidas restritivas de circulação de pessoas previstas neste Decreto Municipal, permanecerão vigentes até o dia 23/04/2021, ou até que sobrevenha novo Decreto que as modifique.

Art. 17. A fiscalização quanto ao cumprimento das medidas estabelecidas por este Decreto Municipal, e a imposição das penalidades previstas, caberão, excepcionalmente, aos Agentes Municipais de Trânsito do Município de Colider/MT, com a participação direta dos Agentes da Vigilância em Saúde, no que se refere aos estabelecimentos comerciais.

Art. 18. Comunique-se imediatamente deste Decreto, os responsáveis pela fiscalização indicados no artigo anterior, bem como à Polícia Militar de Colider/MT.

Art. 19. Dê-se ampla, total e irrestrita divulgação aos termos deste Decreto Municipal, buscando a maior efetividade possível das medidas ora tomadas.

Art. 20. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE COLIDER, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 10 DE ABRIL DE 2.021 (SÁBADO).

HEMERSON LOURENÇO MÁXIMO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 062/GP/2021

DECRETO Nº 062/GP/2021 DE 12 DE ABRIL DE 2021.

"Dispõe sobre a designação de Fiscais de Contrato, revogando as disposições em contrário, e dá outras providencias".

MILTON DE SOUZA AMORIM, Prefeito Municipal de Colniza, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal deste Município de Colniza/MT,

DECRETA:

Art. 1º – Designa os servidores abaixo relacionados para desempenharem as atribuições de fiscais de contrato no âmbito do Poder Executivo Municipal nos termos da Lei nº. 8.666/93:

Hercules Pereira dos Santos - Matricula nº. 6787 - CPF nº. 798.893.362-00

Ivonete Rodrigues Leite - Matrícula nº. 7280 - CPF nº. 049.905.091-61

Lucas Silva Silveira - Matrícula nº. 6933 - CPF nº. 101.114.366-64

Ceres Regina Bahls Kava - Matrícula nº. 494 - CPF nº. 478.434.709-72

Deisilucide Aguiar de Andrade - Matrícula nº. 6783 - CPF nº. 573.925.102-82

Cristiano Antes Santos - Matrícula nº. 6686 - CPF nº. 905.225.592-04

Mercia de Souza Correia Pereira - Matricula nº. 2620 - CPF nº. 523.528.112-87

Reginaldo da Silva Gonçalves - Matrícula nº. 2908 - CPF nº. 253.719.108-08

Claudio Ferreira Marinho - Matricula nº. 580 - CPF nº. 204.569.642-15

Juliano Schulzed da Silva – Matricula nº. 6941 – CPF nº. 047.955.571-01

Mirian da Cunha de Oliveira - Matricula nº. 2645-1 - CPF nº. 849.795.422-04

Jose Reginaldo Alves da Guia - Matricula nº. 7722 - CPF nº. 800.758.601-63

Artigo 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogado o Decreto nº. 050/GP/2021, de 30 de março de 2021, e demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colniza/MT, em 12 de abril de 2021.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT, conforme autorização da Lei Municipal nº. 012/2001.
Colniza/MT, em 12 de abril de 2021.

Elvira Mund da Costa
Secretária Adjunta de Administração

MILTON DE SOUZA AMORIM

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 134/ADM/2021

PORTARIA Nº 134/ADM/2021, DE 12 DE ABRIL DE 2021.

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES,Secretário Municipal de Administração, com fundamento no inciso I e II do artigo 88 da Lei orgânica do Município de Colniza/MT e no artigo 24, inciso I, na Lei Municipal nº. 697/2017 que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT.

CONSIDERANDO: o disposto na Lei Municipal nº 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais no seu artigo 112;

CONSIDERANDO: a existência de comprovação documental, por meio de atestado médico, atestando a necessidade do afastamento por Licença Maternidade,

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Licença Maternidade** a Servidora Pública Municipal **Fernanda Maura Firmino,** *lotada na Secretaria Municipal de Administração, matricula nº 7545 a partir do dia* ***31 de março de 2021.***

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia **31 de março de 2021,** ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 12 de abril de 2021.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT.
Colniza/MT, em 12 de abril de 2021.

Ivone Aparecida de Mendonça Silva
Setor: RH

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2021

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 199/GP/2021

PORTARIA Nº199/GP/2021, DE 12 DE ABRIL 2021.

MILTON DE SOUZA AMORIM, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

ART. 1º - Revogar no seu inteiro teor a Portaria nº. 134/GP/2021, de 15 de fevereiro de 2021, que concedeugratificação de **30%** (trinta por cento)sobre o vencimento base inicial do Professor de Magistério 40 horas, para a servidora **Andreia Aparecida Kunz,** matricula nº. 6914-4, efetiva no Cargo de Professora, 30 horas, para exercer a Função de Coordenadora Pedagógica na Escola Municipal Valmir Neumann

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 12 de abril de 2021.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT, conforme autorização da Lei Municipal nº. 012/2001.
Colniza/MT, em 12 de abril de 2021.

Elvira Mund da Costa
Secretária Adjunta de Administração

MILTON DE SOUZA AMORIM

PREFEITO MUNICIPAL

ZACARIAS ANTUNES MAGALHAES

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 200/GP/2021

PORTARIA Nº200/GP/2021, DE 12 DE ABRIL 2021.

MILTON DE SOUZA AMORIM, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

ART. 1º - Concedergratificação de **40%** (quarenta por cento)sobre o vencimento base inicial do Professor de Magistério, 40 horas, para a servidora **Andreia Aparecida Kunz,** matricula nº. 6914-4, efetiva no Cargo de Professora, 30 horas, para exercer a Função de Diretora na Escola Municipal Valmir Neumann.

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 12 de abril de 2021.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT, conforme autorização da Lei Municipal nº. 012/2001.
Colniza/MT, em 12 de abril de 2021.

Elvira Mund da Costa
Secretária Adjunta de Administração

MILTON DE SOUZA AMORIM

PREFEITO MUNICIPAL

ZACARIAS ANTUNES MAGALHAES

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 198/GP/2021

PORTARIA Nº198/GP/2021, DE 12 DE ABRIL 2021.

MILTON DE SOUZA AMORIM, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

ART. 1º - Revogar no seu inteiro teor a Portaria nº. 012/GP/2020, de 10 de janeiro de 2020, que nomeou *Cleide da Penha de Oliveira Frutuoso, para exercer o cargo de* Diretora da Escola Municipal Valmir Neumann.

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 12 de abril de 2021.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT, conforme autorização da Lei Municipal nº. 012/2001.
Colniza/MT, em 12 de abril de 2021.

Elvira Mund da Costa
Secretária Adjunta de Administração

MILTON DE SOUZA AMORIM

PREFEITO MUNICIPAL

ZACARIAS ANTUNES MAGALHAES

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 201/GP/2021

PORTARIA Nº201/GP/2021, DE 12 DE ABRIL 2021.

MILTON DE SOUZA AMORIM, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

ART. 1º - Exonerar a pedido, nos moldes do Art. 41 da Lei Municipal nº. 499/2011 – Estatuto do Servidor Público, a Servidora **Andreia Carvalho Ramos,** matricula nº. 286-1, efetiva no Cargo de Serviços Gerais, 40 horas semanais, Vinculada à Secretaria Municipal Saúde.

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para o dia 01 de abril de 2021, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 12 de abril de 2021.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT, conforme autorização da Lei Municipal nº. 012/2001.
Colniza/MT, em 12 de abril de 2021.

Elvira Mund da Costa
Secretária Adjunta de Administração

MILTON DE SOUZA AMORIM

PREFEITO MUNICIPAL

ZACARIAS ANTUNES MAGALHAES

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

EXTRATO DE TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 014/2021

PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 014/2021 CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 027/2020 **DATA**: 05/04/2021 **GERENCIADORA**: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO.

FORNECEDORA: CARLOS SOUZA RAMOS 65907698268

OBJETO: ALTERAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA PREVISTA INICIALMENTE NOS TERMOS DO PROCESSO LICITATÓRIO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 035/2019– PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 052/2019, ESPECIFICAMENTE NO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 027/2020, QUE TEM COMO OBJETO CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SERRALHERIA (SOLDA, CONSERTO, REPAROS, MANUTENÇÕES E RECUPERAÇÕES) E SERVIÇO DE SERRALHERIA (INSTALAÇÃO DE ESTRUTURA METÁLICA COM RESPONSÁVEL TÉCNICO REGISTRADO NO CREA) PARA ATENDER DIVERSAS SECRETARIAS, SENDO ASSIM DISTRIBUÍDAS:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE A TRANSFERIR	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUAL
02	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SERRALHERIA (SOLDA, CONSERTO, REPAROS, MANUTENÇÕES E RECUPERAÇÕES)	10	03.04.2. 102.3.3. 90. 39.00. 00.00.00 2000 (135)	11.02.2. 028.3.3.90. 00.00.00. 00.00.01. (0000) – (845)

EXTRATO DE EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

PREGÃO ELETRONICO Nº 010/2021

O Município de Comodoro, Estado de Mato Grosso, através do Pregoeiro Fernando Oliveira Lemos da Rosa, torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade**REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS NO MUNICÍPIO DE CÁCERES PARA ATENDER OS VEÍCULOS DE DIVERSAS SECRETARIAS EM TRÂNSITO NA BR 174,** EDITAL n° 010/2021,cuja abertura ocorrerá às 08:00 horas (HORARIO DE BRASÍLIA) do dia 26/04/2021, via plataforma Eletrônica LICITANET. O Edital completo encontra-se à disposição dos interessados na sala de Licitações e no site: www.comodoro.mt.gov.br. Qualquer informação poderá ser obtida pelo telefone (0xx65) 3283-2404 com o Pregoeiro/Equipe de Apoio das 8:00 às 12:00 horas.

Comodoro – MT, 12 de Abril de 2021.

Fernando Oliveira Lemos da Rosa

Pregoeiro

EXTRATO DE AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2021

DECLARAÇÃO DE LICITAÇÃO FRACASSADA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2021

Processo Administrativo: 013/2021 Interessado: Prefeitura Municipal de Comodoro. Assunto: Pregão Eletrônico nº 008/2021

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL FORNECIMENTO DE PASSAGENS TERRESTRES E FRETES DE DOCUMENTOS, MALOTES, CAIXAS PEQUENAS PARA ATENDER DIVERSAS SECRETARIAS.

A empresa NAZÁRIO VIAGENS E TURISMO, única licitante que teve interesse no certame, porém apresentou em sua proposta valores acima do estimado por esta administração, sendo assim declara que não possui condições de melhorar a sua proposta. Face a essa manifestação, restou a esta comissão declarar FRACASSADA a licitação.

Comodoro – MT, 12 de Abril de 2021.

Fernando Oliveira Lemos da Rosa

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÃO
PORTARIA 082/2021 ADM DE 12 DE ABRIL DE 2021.

DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA FISCALIZAR A EXECUÇÃO DO CONTRATO FIRMADO POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO: o disposto na Instrução Normativa do Sistema de Licitações, Compras e Contratos, a qual dispõe sobre os procedimentos e normas para a celebração e acompanhamento da execução de contratos, aditivos e instrumentos congêneres no Poder Executivo Municipal, e no art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93 Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

CONSIDERANDO:a necessidade de padronizar, otimizar a fiscalização e o acompanhamento da execução dos contratos de prestação de serviços e fornecedores da Prefeitura Municipal de Confresa.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor público municipal como **FISCAIS DE CONTRATO, Srº. JEVERSON PEREIRA BORGES CPF: 046.037.811-21** do Contrato abaixo discriminado.

CONTRATO	**048/2021**	**CNPJ**	**VALOR TOTAL**
CONTRATADA	RF CONSTRUTORA E CONTABILIDADE LTDA	40.574.27/0001-42	R$ 303.619,96
OBJETO	CONSTRUÇÃO DO ALMOXARIFADO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ATENDENDO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO JUNTAMENTE A PREFEITURA DE CONFRESA - MT		
PRAZO DE VIGÊNCIA	420 DIAS – 12/04/2021 Á 06/06/2022.		

Art. 2º - O Departamento de Compras e CPL - Comissão Permanente de Licitações disponibilizará ao Fiscal designado, logo após a sua nomeação, em cumprimento ao disposto no contrato, do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, e, oportunamente, dos aditivos bem como, do setor competente, a relação das faturas recebidas e das pagas, sem prejuízo de outros documentos que o Fiscal entender necessários ao exercício da fiscalização.

Art. 3º - Os documentos mencionados no art. 2º poderão ser disponibilizados tanto em meio físico quanto digital devendo, neste último caso, serem lançados na pasta compartilhada na rede denominada “Pública” e em pastas e subpastas específicas com a identificação do respectivo fiscal e do contrato objeto da fiscalização.

Art. 4º - Fica garantido aos Fiscais do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos Contratos sob fiscalização.

Art. 5º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 12 de Abril de 2021.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS FEDERAIS

NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS FEDERAIS

O Município de Confresa-MT, nos termos da Lei Federal nº 9452 de 20/03/1997, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais, a liberação do(s) seguinte(s) recursos do Governo Federal:

Data do crédito	Conta	Origem	Aplicação	Valor (R$)
30/03/2021	001/3989-6/283144-9	ADO - ADO PLP 133/2020 COMPENSACAO DA UNIAO	Recursos transferidos pela União com base na LC 176/2020 – recomposição dos valores da Lei Kandir nº 87/96	67.658,54
25/03/2021	001/3989-6/30948-6	FNAS	INDICE DE GESTAO DESCENTRALIZADA - IGDBF	7.637,04
31/03/2021	001/3989-6/30955-9	FNAS	COMPONENTE - SERVICO DE CONVIVENCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULOS	5.791,17
31/03/2021	001/3989-6/30955-9	FNAS	COMPONENTE - PISO BASICO FIXO	3.443,16
31/03/2021	001/3989-6/33783-8	FNAS	COMPONENTE - PISO FIXO DE MEDIA COMPLEXIDADE - PAEFI	2.483,08
05/04/2021	3437/006/624076-7	FNS	PROGRAMA DE INFORMATIZAÇÃO DA APS	8.000,00
05/04/2021	3437/006/624076-7	FNS	INCENTIVO FINANCEIRO DA APS - CAPITAÇÃO PONDERADA	172.171,25
05/04/2021	3437/006/624076-7	FNS	INCENTIVO FINANCEIRO AOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS PARA A VIGILÂN-	13.523,04

			CIA EM SAÚDE - DESPESAS DIVERSAS	
05/04/2021	3437/006/624076-7	FNS	INCENTIVO FINANCEIRO DA APS - DESEMPENHO	29.025,00
05/04/2021	3437/006/624076-7	FNS	PROGRAMA DE INFORMATIZAÇÃO DA APS	16.000,00
05/04/2021	3437/006/624076-7	FNS	SAMU 192	17.062,50
05/04/2021	001/3989-6/30955-9	FNAS	ASSISTÊNCIA FINANCEIRA COMPLEMENTAR AOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS PARA AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS	14.725,00
05/04/2021	001/3989-6/30955-9	FNAS	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	130.200,00
05/04/2021	3437/006/624076-7	FNS	INCENTIVO FINANCEIRO ÀS AÇÕES DE VIGILÂNCIA E PREVENÇÃO E CONTROLE DAS DST/AIDS E HEPATITES VIRAIS	16.774,50
05/04/2021	3437/006/624076-7	FNS	ATENÇÃO À SAÚDE DA POPULAÇÃO PARA PROCEDIMENTOS NO MAC	202.941,21
05/04/2021	3437/006/624076-7	FNS	ASSISTÊNCIA FINANCEIRA COMPLEMENTAR AOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS PARA AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS	775,00
05/04/2021	3437/006/624076-7	FNS	PROMOÇÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA E INSUMOS ESTRATÉGICOS NA ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE	15.337,61
07/04/2021	3437/006/624076-7	FNS	INCENTIVO PARA AÇÕES ESTRATÉGICAS	22.077,00
08/04/2021	001/3989-6/21293-8	FNDE	PNAE - Alimentação Escolar - Pré-escola.	10.292,60
08/04/2021	001/3989-6/21293-8	FNDE	PNAE - Alimentação Escolar - Indígena	460,80
08/04/2021	001/3989-6/21293-8	FNDE	PNAE - Alimentação Escolar - Creche	5.007,60
08/04/2021	001/3989-6/21293-8	FNDE	PNAE - Alimentação Escolar - Ensino Fundamental	17.229,60
08/04/2021	001/3989-6/21293-8	FNDE	PNAE - Alimentação Escolar - AEE	116,60
			Confresa - MT, 12 de abril de 2021.	
			Departamento de Tesouraria	
			Secretaria de Finanças	

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÃO
PORTARIA 081/2021 ADM DE 09 DE ABRIL DE 2021.

DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA FISCALIZAR A EXECUÇÃO DO CONTRATO FIRMADO POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO: o disposto na Instrução Normativa do Sistema de Licitações, Compras e Contratos, a qual dispõe sobre os procedimentos e normas para a celebração e acompanhamento da execução de contratos, aditivos e instrumentos congêneres no Poder Executivo Municipal, e no art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93 Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

CONSIDERANDO:a necessidade de padronizar, otimizar a fiscalização e o acompanhamento da execução dos contratos de prestação de serviços e fornecedores da Prefeitura Municipal de Confresa.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor público municipal como **FISCAIS DE CONTRATO, Srº. ADALBERTO DE ARAUJO BASTOS PAGIOLLI CPF: 036. 358.471-43** do Contrato abaixo discriminado.

CONTRATO	**047/2021**	**CNPJ**	**VALOR TOTAL**
CONTRATADA	RF CONSTRUTORA E CONTABILIDADE LTDA	40.574.27/0001-42	R$ 29. 715,62
OBJETO	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA CONSTRUÇÃO DE ESTRUTURA EM CONCRETO ARMADO DA CAIXA D´AGUA QUE ATENDERÁ AS DEMANDAS DO LABORATÓTIO E USINA DE ASFALTO LOCALIZADO NO PÁTIO DA FUTURA INSTALAÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS, JUNTAMENTE A PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA-MT		
PRAZO DE VIGÊNCIA	150 DIAS - 09/04/2021 Á 06/09/2021.		

Art. 2º - O Departamento de Compras e CPL - Comissão Permanente de Licitações disponibilizará ao Fiscal designado, logo após a sua nomeação, em cumprimento ao disposto no contrato, do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, e, oportunamente, dos aditivos bem como, do setor competente, a relação das faturas recebidas e das pagas, sem prejuízo de outros documentos que o Fiscal entender necessários ao exercício da fiscalização.

Art. 3º - Os documentos mencionados no art. 2º poderão ser disponibilizados tanto em meio físico quanto digital devendo, neste último caso, serem lançados na pasta compartilhada na rede denominada “Pública” e em pastas e subpastas específicas com a identificação do respectivo fiscal e do contrato objeto da fiscalização.

Art. 4º - Fica garantido aos Fiscais do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos Contratos sob fiscalização.

Art. 5º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 09 de Abril de 2021.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
AVISO DE LICITACÃO DESERTA E REABERTURA PROCESSO LICITATÓRIO Nº059/2021. PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 025/2021.

A Prefeitura de Confresa, Estado de Mato Grosso, através do Pregoeiro, torna público que o **PROCESSO LICITATÓRIO Nº059/2021, PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 025/2021 que foi aberto** no dia **09 de ABRIL de 2021, às 09h00min** (horário local), foi declarado **DESERTO e terá REABERTURA em 29/04/2021 ás 09h00min.**

O Edital Retificado e seus anexos estarão disponíveis na sala do Departamento de Licitações e Contratos no endereço situada na Rua 13 de Maio S/N, ao lado da Heureka Contabilidade, Centro, na cidade de Confresa-MT e no site Confresa.org no link do Portal da Transparência, de segunda à sexta-feira, tel. Contato (66) 3564-1818

OBJETO: PREGÃO PRESENCIAL PARA AQUISIÇÃO DE SCANNER AUTOMOTIVO DO TIPO RASTHER COM ACESSORIOS INTEGRADOS PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS DA LINHA LEVE E PESADA PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, JUNTO AO MUNICÍPIO DE CONFRESA - MT

CONFRESA-MT, 12 de ABRIL de 2021.

CEZAR QUEIROZ DA SILVA

PREGOEIRO MUNICIPAL

PORTARIA N° 017/2021.

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
DESPACHO

Considerando oficio nº 227/2021, onde houve uma Auditoria no Processo, o Prazo concedido no último Aditivo ultrapassou o Prazo Legal de 60 meses, Portanto a Vigência do Aditivo só se estende do dia **28 de janeiro de 2021 a 01 de Agosto de 2021**, Portanto fica retificado o 6°Termo Aditivo ao Contrato n°188/2017 publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso • ANO XVI | N° 3.652, no dia 22 de Janeiro de 2021, página n°127, em substituição por outro, devido os fatores alegados neste processo, conforme pedido realizado pela Secretaria Municipal de Educação;

Comunicamos que houve alteração no aditivo, para a Secretaria Municipal de Educação no processo.

CONFRESA-MT, 12 de Abril de 2021.

_____

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
AVISO DE LICITACÃO DESERTA E REABERTURA PROCESSO LICITATÓRIO Nº072/2021. MODALIDADE: PREGÃO ELETRONICO Nº013/2021.

A Prefeitura de Confresa, Estado de Mato Grosso, através do Pregoeiro, torna público que o **PROCESSO LICITATÓRIO Nº072/2021, PREGÃO ELETRONICO–Nº013/2021 que foi aberto** no dia **12 de ABRIL de 2021, às 09h00min** (horário local), foi declarado **DESERTO e terá REABERTURA em 04/05/2021 ás 09h00min.**

O Edital Retificado e seus anexos estarão disponíveis na sala do Departamento de Licitações e Contratos no endereço situada na Rua 13 de Maio S/N, ao lado da Heureka Contabilidade, Centro, na cidade de Confresa-MT e no site Confresa.org no link do Portal da Transparência, de segunda à sexta-feira, tel. Contato (66) 3564-1818.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE BOMBAS SUBMERSAS COM SUAS RESPECTIVAS ESPECIFICAÇÕES EM CV DE POTÊNCIA, TEM COMO O OBJETIVO DISTRIBUIR ÁGUA NAS INSTALAÇÕES, ATENDENDO AS SECRETARIAS DO PODER EXECUTIVO E VILAS JUNTO AO MUNICÍPIO DE CONFRESA-MT.

DAS PROPOSTAS:

***DO RECEBIMENTO**: Inicia dia **26/04/2021 AS 08hs30min.**

***DO ENCERRAMENTO DE RECEBIMENTO**: Dia **04/05/2021 AS 08hs30min.**

***ABERTURA DAS PROPOSTAS**: Dia **04/05/2021 AS 09hs00min.**

***INICIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS**: DIA **04/05/2021 AS 09hs30min**

Endereço eletrônico: **www.bnc.org.br**,

OBS: HORÁRIO OFICIAL DE BRASÍLIA.

CONFRESA-MT, 12 de ABRIL de 2021.

_____

CEZAR QUEIROZ DA SILVA

PREGOEIRO

PORTARIA 017/2021

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
ERRATA DE PUBLICAÇÃO AO 1°APOSTILAMENTO AO CONTRATO N°034/2021.

NA EDIÇAO N° 3.687, do Diário Oficial dos Municípios no dia 16 de Março de 2021

A Comissão Permanente de Licitações Torna Público que na Publicação realizada no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso • ANO XVI | N° 3.687, Página 177, do dia 16 de Março de 2021.

Onde lê se:

Órgão: 06- SECRETARIA DE SAUDE

Unidade Adm: 06 – MAC – MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

Projeto Atividade: 2019 – Manut. E Enc/ com Hospital

Código Reduzido: 902– Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica

Fonte: 0002

Elemento: 3.3.90.39.00.00.00.00

ITEM	QTD	UNID	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
04	48	DIÁRIAS	LOCACAO DE TENDAS 12 X 12 METROS COM ATE 3 LATERAIS, FIXACAO DE 8 PES, COM SERVICOS DE MONTAGEM E DESMONTAGEM E DESPESAS DE TRANSPORTES.	R$ 710,00	**R$ 34. 080,00**

INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E REMANEJAMENTO DE VALOR.

Órgão: 06- SECRETARIA DE SAUDE

Unidade Adm: 04 – ATENÇÃO BÁSICA

Projeto Atividade: 2132 – Manut. E Enc/ com Enfrentamento COVID 19

Código Reduzido: 2034– Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica

Fonte: 0026

Elemento: 3.3.90.39.00.00.00.00

ITEM	QUANTIDADE REMANEJADA	UNID	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT.	VALOR REMANEJADO
04	48	DIÁRIAS	LOCACAO DE TENDAS 12 X 12 METROS COM ATE 3 LATERAIS, FIXACAO DE 8 PES, COM SERVICOS DE MONTAGEM E DESMONTAGEM E DESPESAS DE TRANSPORTES.	R$ 710,00	**R$ 34.080,00**

Ler -se:

Órgão: 06- SECRETARIA DE SAUDE

Unidade Adm: 06 – MAC – MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

Projeto Atividade: 2019 – Manut. E Enc/ com Hospital

Código Reduzido: 902– Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica

Fonte: 0002

Elemento: 3.3.90.39.00.00.00.00

ITEM	QTD	UNID	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
04	30	DIÁRIAS	LOCACAO DE TENDAS 12 X 12 METROS COM ATE 3 LATERAIS, FIXACAO DE 8 PES, COM SERVICOS DE MONTAGEM E DESMONTAGEM E DESPESAS DE TRANSPORTES.	R$ 710,00	**R$ 21. 300,00**

INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E REMANEJAMENTO DE VALOR.

Órgão: 06- SECRETARIA DE SAUDE

Unidade Adm: 04 – ATENÇÃO BÁSICA

Projeto Atividade: 2132 – Manut. E Enc/ com Enfrentamento COVID 19

Código Reduzido: 2034– Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica

Fonte: 0026

Elemento: 3.3.90.39.00.00.00.00

ITEM	QUANTIDADE REMANEJADA	UNID	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT.	VALOR REMANEJADO
04	23	DIÁRIAS	LOCACAO DE TENDAS 12 X 12 METROS COM ATE 3 LATERAIS, FIXACAO DE 8 PES, COM SERVICOS DE MONTAGEM E DESMONTAGEM E DESPESAS DE TRANSPORTES.	R$ 710,00	**R$ 16.330,00**

Órgão: 06- SECRETARIA DE SAUDE

Unidade Adm: 04 – ATENÇÃO BÁSICA

Projeto Atividade: 2132 – Manut. E Enc/ com Enfrentamento COVID 19

Código Reduzido: 2034– Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica

Fonte: 0026

Elemento: 3.3.90.39.00.00.00.00

ITEM	QUANTIDADE REMANEJADA	UNID	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT.	VALOR REMANEJADO
04	7	DIÁRIAS	LOCACAO DE TENDAS 12 X 12 METROS COM ATE 3 LATERAIS, FIXACAO DE 8 PES, COM SERVICOS DE MONTAGEM E DESMONTAGEM E DESPESAS DE TRANSPORTES.	R$ 710,00	**R$ 4.970,00**

Confresa-MT, 15 de Março de 2021.

_____

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 048/2021

PROCESSO LICITATÓRIO N° 038/2021

TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2021

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONSTRUÇÃO CIVIL PARA CONSTRUÇÃO DO ALMOXARIFADO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ATENDENDO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO JUNTAMENTE A PREFEITURA DE CONFRESA - MT.**

DO VALOR GLOBAL **R$ 303.619,96** (Trezentos e Três Mil, Seiscentos e Dezenove Reais e Noventa e Seis Centavos).

VIGÊNCIA: 12/04/2021 A 06/06/2022.

DATA: Confresa, 12 de abril de 2021

PARTES: CONTRATANTE - Prefeitura Municipal de Confresa – MT.

CONTRATADA: RF CONSTRUTORA E CONTABILIDADE LTDA - CNPJ: 40.574.27/0001-42

FORO: Porto Alegre do Norte - MT

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
PROCESSO LICITATÓRIO Nº061/2021. PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 026/2021.

A Prefeitura de Confresa, Estado de Mato Grosso, através do Pregoeiro, torna público que o **PROCESSO LICITATÓRIO Nº061/2021, PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 026/2021 que foi aberto** no dia **07 de ABRIL de 2021, às 09h00min** (horário local), foi declarado **DESERTO e terá REABERTURA em 05/05/2021 ás 09h00min.**

O Edital Retificado e seus anexos estarão disponíveis na sala do Departamento de Licitações e Contratos no endereço situada na Rua 13 de Maio S/N, ao lado da Heureka Contabilidade, Centro, na cidade de Confresa-MT e no site Confresa.org no link do Portal da Transparência, de segunda à sexta-feira, tel. Contato (66) 3564-1818

OBJETO: PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM INSTALA-

ÇÃO E FORNECIMENTO DE DIVISORIAS DE GESSO E MOLDURAS EM M², JUNTO AO MUNICÍPIO DE CONFRESA - MT.

CONFRESA-MT, 12 de ABRIL de 2021.

CEZAR QUEIROZ DA SILVA

PREGOEIRO MUNICIPAL

PORTARIA N° 017/2021.

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº151/2021/GAB

PORTARIA Nº151/2021/GAB

Confresa – MT, 12 de abril de 2021.

NOMEIA O GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CONFRESA/MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Ronio Condão Barros Milhomem, Prefeito Municipal de Confresa – MT, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal:

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear como responsável legal pela administração do **Fundo Municipal de Saúde de Confresa/MT**, **inscrito no CPNJ sob o nº 13.963. 182/0001-48**, o senhor **ELTON MESSIAS DA SILVA**, portador da Cédula de Identidade nº. 2149140 SSP/GO e CPF sob nº. 532.640.371-49.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com os efeitos retroativos a data de 01/01/2021.

Gabinete do Prefeito Municipal de Confresa – MT, 12 de abril de 2021.

Ronio Condão Barros Milhomem

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 047/2021 TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2021

A Prefeitura Municipal de Confresa/MT torna pública, para o conhecimento dos interessados, o resultado do processo licitatório na modalidade **TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2021**, conforme segue:

OBJETO:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DO RAMO DE ENGENHARIA, PARA EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE REFORMAS E MANUTENÇÃO DA ESTRUTURA FÍSICA DA ESCOLA MUNICIPAL VILA TAPIRAGUAIA, PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, JUNTAMENTE A PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA-MT.

HOMOLOGADO

Para a empresa:

S.R. LEITE CONSTRUTORA E EMPREENDIMENTO EIRELI.

CNPJ: 33.906.073/0001-04.

END: RUA CICERO PEREIRA LOPES, Nº 44, BAIRRO COMERCIAL.

CIDADE: SANTANA DO ARAGUAIA – PARA - CEP: 68.560-000;

FONE: (94) 3431-2674;

EMAIL: CONSTRUTORAEXPOENTE0@GMAIL.COM.

VENCEDORA DO ÚNICO ITEM DO CERTAME, NO VALOR GLOBAL DE R$ 712.212,74 (Setecentos e Doze Mil e Duzentos e Doze Reais e Setenta e Quatro Centavos).

Confresa-MT, 12 de ABRIL de 2021.

CEZAR QUEIROZ DA SILVA

Presidente Comissão de Licitação.

Portaria nº008/2021.

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 188/2017

SEXTO TERMO ADITIVO CONTRATUAL que celebram **O MUNICÍPIO DE CONFRESA,** ESTADO DE MATO GROSSO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida Centro Oeste nº 286, Centro de Confresa-MT, inscrita no CNPJ 37.464.716/0001-50, neste ato representado pelo Prefeito Municipal **RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM**, brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado na Avenida Ayrton Senna da Silva nr° 133, Centro, nesta cidade de Confresa-MT, CEP: 78.652-000, portador do RG 0875190-0 SSP/MT e CPF 535.561.191-53**,** doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE** e de outro lado a empresa **OMEGA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – ME**, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 17.468.557/0001-54, com sede Av. José Mansano nº 152-S bairro cidade alta, Tangará da Serra – MT, Representada neste ato por seu proprietário Sr. **ÊNIO ADRIANO DE MOURA PELEGRINO**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG Nº 887.480 SSP/MT e do CPF Nº568.802.781-91, residente e domiciliado na cidade de Tangará da Serra - MT, denominado simplesmente de **CONTRATADA**, foi realizado adesão a Ata de Registro de Preços nº 001/2016, através do Consórcio Público Intermunicipal Ji-Paraná-RO, para aderir à presente ata foi realizado procedimento licitatório na modalidade Pregão Presencial n. **47/2017** e legislação pertinente. Firmam o presente termo aditivo conforme cláusulas e condições a seguir. **Fica RETIFICADO O SEXTO TERMO ADITIVO publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso • ANO XVI | N° 3.652, no dia 22 de Janeiro de 2021, página n°127, em Substituição por este, Devido os fatores alegado neste Processo.**

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1– O objeto do presente aditivo é:

1.2–Prorrogação de vigência do contrato por mais 6 meses e 4 dias, vigorando de 28 de janeiro de 2021 a 01 de Agosto de 2021, sob pena de prejuízo do interesse público por tratar-se de Prestação de Serviços de forma continuada, assim o valor do contrato mensal é de **R$ 22.186,59 (Vinte e Dois Mil e Cento e Oitenta e Seis Reais e Cinquenta e Nove centavos)** passa a ser majorado em **R$ 116.077,75 (Cento e Dezesseis Mil, Setenta e Sete Reais e Sessenta e Cinco Centavos).**

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL

2.1 – O presente aditivo encontra embasamento legal na cláusula quarta, no art. 57 da Lei nº 8.666/93.

2.1.1 – A renovação promovida por este Termo se deve ao seguinte fator: A administração promoveu a alteração em razão de se tratar de serviço de forma continuada tendo em vista que o programa tem atendido de forma satisfatória.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR

3.1 – O valor global do presente contrato passa a ser de **R$ 116.077,75 (Cento e Dezesseis Mil, Setenta e Sete Reais e Sessenta e Cinco Centavos).**

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1**-** As despesas decorrentes da execução do presente aditivo correrão por conta de recursos próprios consignados no Orçamento Anual do Município.

Órgão: 05 – Secretaria Municipal de Educação e Desporto;

Unidade: 04 – Ensino Fundamental

Projeto/Atividade: 2.042 – Manutenção e Encargos com a Secretaria Municipal de Educação

Elemento: 3.3.90.39.00.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica;

Cód Red. 276

Fonte: 0001 – Recursos de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação

VALOR R$ 116.077,75

CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1 – As demais Cláusulas do Contrato original permanecem inalteradas.

5.2 – Fica eleito o Foro da Comarca de Porto Alegre do Norte (MT), para dirimir as dúvidas que por ventura surgirem em decorrência deste aditamento, excluindo-se qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem devidamente acordados, declaram as partes aceitar as disposições estabelecidas neste Instrumento, sujeitando-se às normas contidas na Lei nº 8.666/93 e assinam o presente em 03 (três) vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais.

Confresa – MT, 19 de janeiro de 2021.

_____

PREFEITURA MUNICIPAL CONFRESA

Ronio Condão Barros Milhomem

CONTRATANTE

_____-

_____

OMEGA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – ME

CNPJ nº 17.468.557/0001-54

Representante Legal: Ênio Adriano de Moura Pelegrino

CONTRATADA

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 047/2021

PROCESSO LICITATÓRIO N° 039/2021

TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2021

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA CONSTRUÇÃO DE ESTRUTURA EM CONCRETO ARMADO DA CAIXA D´AGUA QUE ATENDERÁ AS DEMANDAS DO LABORATÓTIO E USINA DE ASFALTO LOCALIZADO NO PÁTIO DA FUTURA INSTALAÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS, JUNTAMENTE A PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA-MT**

DO VALOR GLOBAL R$ 29.715,62 Vinte e Nove Mil Setecentos e Quinze Reais e Sessenta e Dois Centavos.

VIGÊNCIA: 09/04/2021 A **06/09/2021**.

DATA: Confresa, 09 de abril de 2021

PARTES: CONTRATANTE - Prefeitura Municipal de Confresa – MT.

CONTRATADA: **RF CONSTRUTORA E CONTABILIDADE LTDA - CNPJ:** 40.574.27/0001-42

FORO: Porto Alegre do Norte - MT

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 145/2021 DE 05 DE ABRIL DE 2021.

Portaria 145/2021 de 05 de Abril de 2021.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e Lei 208/2005.

CONSIDERANDO: o atestado médico de 22/03/2021 – Dr Dr. Luiz Marques da Silva- CRM 4558/MT.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder LICENÇA MATERNIDADE por 120 (cento e vinte) dias no período de 29/03/2021 a 26/07/2021 a servidora pública municipal JACKLINE DA SILVA MOURA, matricula 000871, efetiva no cargo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, lotada na Secretaria Municipal de Saúde/Secretaria.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos desde 22/03/2021.

Art. 3º - Revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 05 de Abril de 2021.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
TERMO DE SUSPENSÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 071/2021
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 027/2021

TERMO DE SUSPENSÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 071/2021

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 027/2021

A Prefeitura de Confresa, Estado de Mato Grosso, através do Pregoeiro, torna público aos interessados que Considerando a necessidade de adequação (retificação) do Edital, comunica A **SUSPENSÃO *SINE DIE*** da entrega dos envelopes, realização da sessão pública e a abertura do **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 071/2021**, **Pregão Presencial – SRP n° 027/2021**, que tem por **OBJETO: PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, INSTALAÇÃO E DESINSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE AR CONDICIONADO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE CONFRESA-MT.**

CONFRESA-MT, 12 de abril de 2021.

_____

PALANNA OLIVEIRA BEZERRA

PREGOEIRA

PORTARIA N° 126/2021.

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 049/2021

PROCESSO LICITATÓRIO N° 038/2021

TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2021

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONSTRUÇÃO CIVIL PARA A CONSTRUÇÃO DA SEDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS ATENDENDO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE OBRAS JUNTO A PREFEITURA DE CONFRESA - MT.**

DO VALOR GLOBAL R$ 303.619,97 (Trezentos e Três Mil, Seiscentos e Dezenove Reais e Noventa e Sete Centavos).

VIGÊNCIA: 12/04/2021 A 06/06/2022.

DATA: Confresa, 12 de abril de 2021

PARTES: CONTRATANTE - Prefeitura Municipal de Confresa – MT.

CONTRATADA: RF CONSTRUTORA E CONTABILIDADE LTDA - CNPJ: 40.574.27/0001-42

FORO: Porto Alegre do Norte - MT

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 150/2021 DE 12 DE ABRIL DE 2021.

Portaria 150/2021 de 12 de Abril de 2021.

DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO E/OU NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO COMISSIONADO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO a necessidade de formação e preenchimento do quadro de pessoal para gestão administrativa 2021/2024.

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR a Sra. EMERENTINA BEATRIZ CARDOSO DA SILVA, brasileira, viúva, administradora, inscrita no CPF/MF 392.726.720-15 e RG 851229 SSP/MT, residente e domiciliada neste município, para exercer o cargo comissionado de COORDENADOR, junto a Secretaria Municipal de Saúde/Hospital Municipal.

Art. 2º - Deverá o Departamento de Recursos Humanos proceder aos registros necessários referentes à presente nomeação.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos desde 01/04/2021.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 12 de Abril de 2021.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÃO
PORTARIA 083/2021 ADM DE 12 DE ABRIL DE 2021.

DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA FISCALIZAR A EXECUÇÃO DO CONTRATO FIRMADO POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO: o disposto na Instrução Normativa do Sistema de Licitações, Compras e Contratos, a qual dispõe sobre os procedimentos e normas para a celebração e acompanhamento da execução de contratos, aditivos e instrumentos congêneres no Poder Executivo Municipal, e no art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93 Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

CONSIDERANDO:a necessidade de padronizar, otimizar a fiscalização e o acompanhamento da execução dos contratos de prestação de serviços e fornecedores da Prefeitura Municipal de Confresa.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor público municipal como **FISCAIS DE CONTRATO, Srº. JEVERSON PEREIRA BORGES CPF: 046.037.811-21** do Contrato abaixo discriminado.

CONTRATO	049/2021	CNPJ	VALOR TOTAL
CONTRATADA	RF CONSTRUTORA E CONTABILIDADE LTDA	40.574.27/0001-42	R$ 303.619,97
OBJETO	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONSTRUÇÃO CIVIL PARA A CONSTRUÇÃO DA SEDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS ATENDENDO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE OBRAS JUNTO A PREFEITURA DE CONFRESA - MT		
PRAZO DE VIGÊNCIA	420 DIAS – 12/04/2021 Á 06/06/2022.		

Art. 2º - O Departamento de Compras e CPL - Comissão Permanente de Licitações disponibilizará ao Fiscal designado, logo após a sua nomeação, em cumprimento ao disposto no contrato, do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, e, oportunamente, dos aditivos bem como, do setor competente, a relação das faturas recebidas e das pagas, sem prejuízo de outros documentos que o Fiscal entender necessários ao exercício da fiscalização.

Art. 3º - Os documentos mencionados no art. 2º poderão ser disponibilizados tanto em meio físico quanto digital devendo, neste último caso, serem lançados na pasta compartilhada na rede denominada “Pública” e em pastas e subpastas específicas com a identificação do respectivo fiscal e do contrato objeto da fiscalização.

Art. 4º - Fica garantido aos Fiscais do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos Contratos sob fiscalização.

Art. 5º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 12 de Abril de 2021.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D`OESTE

PRESTAÇÃO DE CONTAS
PORTARIA 052/2021

“Dispõe sobre Elevação de Referência de Vencimento de servidores da Carreira da Administração e dos profissionais do magistério do Município de Conquista D’Oeste.”

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO, Prefeito Municipal de Conquista D’Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e, considerando a Lei Complementar nº 001/2001 e a Lei Complementar nº 002/2001 e 003/2001.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder **Elevação de Referência de Vencimento** aos servidores da Carreira da Administração e dos profissionais do magistério do Município de Conquista D'Oeste, nos termos do artigo 60, II, da Lei Complementar nº 002/2001, e nos termos do artigo 41, da Lei Complementar nº 003/2001, conforme quadro a seguir:

Cargo	Servidor	Matrícula	Ingresso	Classe Atual	Nova Classe	Efeito Financeiro
TRABALHADOR BRAÇAL	EDIVAN DA SILVA	491	01/03/2006	"A" (03)	"A" (04)	01/03/2021
TRABALHADOR BRAÇAL	VALMIR MIRANDA	492	01/03/2006	"A" (03)	"A" (04)	01/03/2021
DIGITADOR	ELVIO ALVES DA SILVA	502	03/03/2006	"C" (03)	"C" (04)	01/03/2021
PROFESSOR	CLENISMAR ARCANJO GONÇALVES	500	02/03/2006	"C" (05)	"C" (06)	01/03/2021
TECNICOEM ADMINISTRAÇÃO EDUCACIONAL	ANDRE LUIZ GUSE FRONZA	1099	01/03/2016	"A" (01)	"A" (02)	01/03/2021
SERVIÇOS GERAIS	SILVANA FELIX FURTADO	1100	14/03/2016	"A" (01)	"A" (02)	01/03/2021
MOTORISTA	CLAUDINEI GOMES MENDES	1101	21/03/2016	"D" (01)	"D" (02)	01/03/2021
PSICOLOGO	JANE DA SILVA MARTINS	488	01/03/2006	"C" (03)	"C" (04)	01/03/2021
ASSISTENTE SOCIAL	ANGELA DOS SANTOS	489	01/03/2006	"C" (03)	"C" (04)	01/03/2021
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	ELENIR LUCIA DE SOUZA	501	02/03/2006	"B" (03)	"B" (04)	01/03/2021

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 01 de março de 2021.

Registre-se.

Publique-se

Cumpra-se.

Gabinete da Prefeita, em 24 de março de 2021.

Maria Lucia de Oliveira Porto

Prefeita Municipal

LICITAÇÃO
RESULTADO PREGAO PRESENCIAL 010/2021 - SRP

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA DOESTE

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 227/2021

O MUNICIPIO DE CONQUISTA D'OESTE, através do pregoeiro oficial, torna público, para conhecimentos dos interessados, que a licitação promovida pelo PREGÃO PRESENCIAL Nº. 01/2021, que tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA MERENDA ESCOLAR A SER UTILIZADA PELA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, teve como vencedoras as seguintes empresas: ABSOLUTO SUPERMERCADO LTDA, sob CNPJ nº 09.296.387/0002-20, com o valor total de R$ 231.616,50 (duzentos e trinta e um mil seiscentos e dezesseis reais e cinquenta centavos) dos itens adjudicados; C L SUPERMERCADO LTDA - EPP, sob CNPJ nº 10.695.537/0001-77, com o valor total de R$ 238.831,90 (duzentos e trinta e oito mil oitocentos e trinta e um reais e noventa centavos) dos itens adjudicados; e COMERCIAL LUAR EIRELI – EPP, inscrita no CNPJ 02.545.557/0001-33, com o valor total de R$ 27.308,50 (vinte e sete mil trezentos e oito reais e cinquenta centavos).

Conquista D'Oeste, 12 de abril de 2021.

Fernando Roberto de Moraes

Pregoeiro Oficial

PRESTAÇÃO DE CONTAS
PORTARIA 054/2021

"Designa Fiscal de Contrato Administrativo."

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO, Prefeita Municipal de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições definidas no artigo 63, inciso IX, da Lei Orgânica do Município,

Considerando o disposto no artigo 67, da lei 8.666/93,

Considerando as disposições contidas no Decreto Municipal 038/2013, e;

Considerando os princípios que regem a Administração Pública;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor **LUCIO DIVINO GOMES**, portador da cédula de identidade sob o nº M-6908833, expedida pela SSP/MT e do CPF 031.805.137-05, lotado na Secretaria Municipal de Obras, para atuar como fiscal do contrato administrativo n° **019/2021.**

Art. 2º - Fica o fiscal obrigado a comunicar a administração todas às ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos eventualmente observados.

Parágrafo Único – As decisões e providencias que ultrapassem a competência do fiscal deverão ser solicitado, à administração, em tempo hábil, para a adoção das medidas saneadoras.

Art. 3º - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir da assinatura do contrato.

Cumpra-se

Gabinete do Prefeito, em 17 de março de 2021.

Maria Lucia de Oliveira Porto

Prefeita Municipal

PRESTAÇÃO DE CONTAS
PORTARIA 050/2021

"Declara a Vacância do cargo efetivo por morte do servidor."

MARIA LUCIA OLIVEIRA PORTO,Prefeita Municipal de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Fica declarada VACÂNCIA do cargo efetivo de Auditor Publico Interno, pelo falecimento da servidora **DORVALINA NUNES**, matricula 985, portador do RG: 0310199-1 SSP/MT e do CPF: 292.954.241-15, ocorrido na data de 13 de março de 2021.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13 de março de 2021, revogando se os efeitos das Portarias nº 063/2020 e 168/2020.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 16 de março de 2021.

Maria Lucia Oliveira Porto

Prefeita Municipal

PRESTAÇÃO DE CONTAS
PORTARIA 053/2021

"Designa Fiscal de Contrato Administrativo."

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO, Prefeita Municipal de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições definidas no artigo 63, inciso IX, da Lei Orgânica do Município,

Considerando o disposto no artigo 67, da lei 8.666/93,

Considerando as disposições contidas no Decreto Municipal 038/2013, e;

Considerando os princípios que regem a Administração Pública;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora **Rosilene Dutra Pereira**, ocupante do cargo de **Fiscal de Tributos**, portadora da cédula de identidade nº 001.522.908 – SSP/MS e CPF nº 021.987.311.93, lotada na Secretaria de Fazenda, para atuar como fiscal do contrato administrativo n° **018/2021.**

Art. 2º - Fica o fiscal obrigado a comunicar a administração todas às ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos eventualmente observados.

Parágrafo Único – As decisões e providencias que ultrapassem a competência do fiscal deverão ser solicitado, à administração, em tempo hábil, para a adoção das medidas saneadoras.

Art. 3º - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir da assinatura do contrato.

Gabinete do Prefeito, em 16 de março de 2021.

Maria Lucia de Oliveira Porto

Prefeita Municipal

PRESTAÇÃO DE CONTAS
PORTARIA 051/2021

"Dispõe sobre Progressão de Classe de servidores da Carreira da Administração do Município de Conquista D'Oeste."

MARIA LUCIA OLIVEIRA PORTO, Prefeita Municipal de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e, considerando a Lei Complementar nº 001/2001 e a Lei Complementar nº 002/2001,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder **Progressão de Classe** a servidora de Carreira da Administração do Município de Conquista D'Oeste, nos termos do artigo 60, I, da Lei Complementar nº 002/2001, conforme quadro a seguir:

Cargo	Processo	Servidor	Matrícula	Ref. Vencimento Atual	Nova Referência de Vencimento	Efeito Financeiro
TRABALHADOR DE SERV. GERAIS	020/2021	ILZA EUFRAZIO DA SILVA	239	"V-04" (C)	"V-04" (D)	17/02/2021
TRABALHADOR DE SERV. GERAIS	021/2021	CICERA DA SILVA CARDOSO	631	"V-03" (A)	"V-03" (B)	08/03/2021

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 20 de março de 2021.

Registre-se.

Publique-se

Cumpra-se.

Gabinete da Prefeita, em 20 de março de 2021.

MARIA LUCIA OLIVEIRA PORTO

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA PÚBLICA 001/2021 PROCESSO 035/2021

A Prefeitura Municipal de Cotriguaçu-MT, avenida. 20 de dezembro, n° 725 – Centro – Cotriguaçu/MT, torna público a ABERTURA de LICITAÇÃO NA MODALIDADE CONCORÊNCIA 001/2021, forma de julgamento**: Menor preço por item,** com a finalidade de selecionar propostas para**: "CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURIDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS PARA ATENDIMENTO NA ESTRATEGIA DA SAÚDE DA FAMILIA (UBS I), CENTRO DE ENFRENTAMENTO DA COVID-19 E REALIZAÇÃO DE PLANTÕES NO HOSPITAL MUNICIPAL E PLANTÕES DE SOBREAVISO".** Cujas especificações detalhadas encontram-se no Edital da Licitação regem a presente licitação a Lei nº 8.666/93. A abertura desta licitação ocorrerá no dia **13 de maio 2021 as 08:30 (oito horas e trinta minutos),** na Sala de Reuniões da Comissão de Licitação. Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital. O Edital completo poderá ser acessado pelos interessados através do site

da Prefeitura **www.cotriguacu.mt.gov.br**no portal transparência, os links de acesso direto são:

Link de acesso direto no portal transparência aos editais e seus anexos de licitações: https://www.cotriguacu.mt.gov.br/Transparencia/Lic...

Link de acesso direto no portal transparência aos editais e seus anexos de licitações destinadas ao Covid-19: https://www.cotriguacu.mt.gov.br/Transparencia/Cov...

Para esclarecimentos ou dúvidas poderá ser solicitado de segunda a sexta-feira respeitando o horário de atendimento pelo e-mail **licitacao@cotriguacu.mt.gov.br** ou pelo telefone (66) 3555-1247. Cotriguaçu-MT, 12 de abril de 2021.

Gislaine Moreira de Oliveira

Presidente da CPL

Port-076/2021.

EXTRATO DO CONTRATO 028/2021

De um lado a Prefeitura Municipal De Cotriguaçu-MT, inscrita no CNPJ/mf sob o nº 37.465.309/0001-67, situada à av. 20 de dezembro, nº 725 – bairro centro em Cotriguaçu-MT, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Srº: **Olirio Oliveira Dos Santos**, que doravante passa a ser identificado e chamado de **"Contratante"**, e a empresa **NORTELAB COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS LABORATORIAIS CNPJ: 28.729.142/0001-03 endereço Logradouro R Das Orquideas, Número 1207, Complemento ********,Cep 78.550-035, Bairro/Distrito Setor Residencial Sul, Município Sinop UF MT,** denominado **"Contratado"**. Objeto: **"AQUISIÇÃO DE KITS DE EMERGÊNCIA PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS".** O presente contrato tem o valor global de **R$ 17.992,15 (dezessete mil, novecentos e noventa e dois reais, e quinze centavos)** que integra o presente instrumento e que é de pleno conhecimento das partes. o presente contrato tem vigência a partir de**07 de abril de 2021 até 07 de outubro de 2021.**

Cotriguaçu-MT, Departamento de Licitações.

DEPARTAMENTO PESSOAL
EDITAL N.º PSS 003/PE/COTRIGUAÇU2021

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 004

CANCELAMENTO DAS VAGAS DO CARGO DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE E REESTRUTURAÇÃO DO CRONOGRAMA

A Presidente da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento do Processo Seletivo Simplificado do Município de Cotriguaçu, Estado de Mato Grosso, *Jesuína Maria De Aquino Sulzbach*, nomeada pela Portaria Municipal n.º 111, de 03 de março de 2021, no âmbito de sua competência, e em atendimento aos ditames regulatórios deste certame, e ainda...

Considerando o requerimento nº 022 datado de 25 de março de 2021, do *Sindicato dos Agentes Comunitários de Saúde do Estado de Mato Grosso – SINDACS*, recebido por esta Comissão de Fiscalização e Acompanhamento do Processo Seletivo Simplificado em 06 de abril de 2021;

Considerando a necessidade do desmembramento das vagas do cargo de Agente Comunitário de Saúde do Processo Seletivo Simplificado, para outro edital de Processo Seletivo Público, conforme determina a legislação vigente, e ainda;

Considerando a possibilidade de alteração das inscrições dos Agentes Comunitários de Saúde **ACSs a outros cargos, há a necessidade de alterar o cronograma dos trabalhos,**

Diante do exposto, RESOLVE A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL,

***ANULAR* as vagas oferecidas aos Agentes Comunitários de Saúde, e propor-lhes a possibilidade dos(as) candidatos(as) com inscrições deferidas, se inscreverem em outras áreas de atuação para aproveitar o valor pago de Taxa de Inscrição, ou optarem pela restituição do numerário.**

1. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1. Os(as) candidatos(as) com inscrição deferida através do Edital Complementar nº 002 de 06 de abril de 2021, concorrentes ao cargo de *Agente Comunitário de Saúde*, das diversas microáreas, receberão através de e-mail a informação da possibilidade de alterarem o cargo e vaga no Processo Seletivo Simplificado *até as 17:00hs do dia 15 de abril de 2021.*

1.2. Os(as) candidatos(as) inscritos(as) como Agente Comunitário de Saúde poderão escolher qualquer um dos cargos disponibilizados no Anexo I deste Edital Complementar, através do envio de e-mail à empresa organizadora **contato@sosconsultoria.com.br com os seguintes dados:** *nome completo, CPF, número da inscrição realizada e novo cargo com o local de lotação*.

1.3. Os(as) candidatos(as) inscritos(as) que não tiverem a intenção de alterar o cargo inscrito, poderão requerer a restituição do valor pago R$ 20,00 (vinte reais), do dia 19 até 30 de abril de 2021, através do envio de e-mail ao setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Cotriguaçu no seguinte endereço rh@cotriguacu.mt.gov.br**com as seguintes informações:** *nome completo, CPF, número da inscrição realizada e informações dos dados bancários para a restituição, preferencialmente em nome do próprio candidato.*

2. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

2.1. O novo Cronograma dos trabalhos, com os dados e datas atualizadas estão disponíveis no Anexo II deste Edital Complementar.

2.2. Eventuais alterações, ou novo regramento ao Processo Seletivo Simplificado, serão veiculados através de novos Editais Complementares.

Cotriguaçu MT, 12 de abril de 2021

Jesuína Maria de Aquino Sulzbach

Comissão de Fiscalização e Acompanhamento do Processo Seletivo Simplificado

ANEXO I

DOS CARGOS E VAGAS OPCIONAIS EXCLUSIVAMENTE AO

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE COM INSCRIÇÕES DEFERIDAS VEICULADAS NO EDITAL COMPLEMENTAR Nº 002

NÍVEL DE ENSINO **FUNDAMENTAL INCOMPLETO**

CATEGORIA FUNCIONAL	CARGO	LOCAL DE LOTAÇÃO	PROVA PRÁTICA	VAGAS AC*1	C/ R*2	C/ H	VENC./ REMUNER
Agente de Manutenção e Conservação	MOTORISTA DE GRANDE PORTE - CNH Cat. "D"	Estrutura Geral Sede	**SIM** (Direção e manobras com Caminhões)	Não	01	40	R$ 1.956,49
Agente de Manutenção e Conservação	MOTORISTA DE GRANDE PORTE - CNH Cat. "D"	Estrutura Geral Nova União	**SIM** (Direção e manobras com Caminhões)	Não	01	40	R$ 1.956,49
Agente de Manutenção e Conservação	OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS - CNH Cat. “D” Motoniveladora	Estrutura Geral Sede	**SIM** (Direção e manobras com Motoniveladora)	Não	01	40	R$ 1.956,49
Agente de Manutenção e Conservação	OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS - CNH Cat. “D” Motoniveladora	Estrutura Geral Nova União	**SIM** (Direção e manobras com Motoniveladora)	Não	01	40	R$ 1.956,49
Agente de Manutenção e Conservação	OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS - CNH Cat. “D” Escavadeira Hidráulica	Estrutura Geral Sede	**SIM** (Direção e manobras com Escavadeira Hidráulica)	Não	01	40	R$ 1.956,49
Agente de Manutenção e Conservação	OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS - CNH Cat. “D” Pá Carregadeira	Estrutura Geral Sede	**SIM** (Direção e manobras com Pá Carregadeira)	Não	01	40	R$ 1.956,49
Agente de Manutenção e Conservação	OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS - CNH Cat. “D” Trator de Esteiras	Estrutura Geral Sede	**SIM** (Direção e manobras com Trator de Esteiras)	Não	01	40	R$ 1.956,49
Agente de Serviço Saúde	LIMPEZA	SMS Nova União	**NÃO** (Não realiza)	Não	01	40	R$ 1.100,00
Agente de Serviço Saúde	LIMPEZA	SMS Agrovila	**NÃO** (Não realiza)	01	Não	40	R$ 1.100,00
Agente de Serviço Saúde	LIMPEZA	SMS Ouro Verde do Norte	**NÃO** (Não realiza)	Não	01	40	R$ 1.100,00
Agente de Serviço Saúde	LIMPEZA	SMS Nova Esperança	**NÃO** (Não realiza)	Não	01	40	R$ 1.100,00
Agente de Serviço Saúde	LIMPEZA/COZINHA	SMS Sede	**NÃO** (Não realiza)	02	Não	40	R$ 1.100,00
Agente de Vigilância	AGENTE DE VIGILÂNCIA	SMS Sede	**NÃO** (Não realiza)	Não	01	40	R$ 1.100,00
Agente de Vigilância	AGENTE DE VIGILÂNCIA	SMS Nova União	**NÃO** (Não realiza)	Não	01	40	R$ 1.100,00
Agente de Vigilância	AGENTE DE VIGILÂNCIA	Estrutura Geral Sede	**NÃO** (Não realiza)	Não	01	40	R$ 1.100,00
Agente Operacional	MOTORISTA VEÍCULO PEQUENO + CNH Cat. "B"	Estrutura Geral Sede	**SIM** (Direção e Manobras com veículo pequeno)	Não	01	40	R$ 1.545,09
Agente Público	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	Estrutura Geral Sede	**NÃO** (Não realiza)	Não	01	40	R$ 1.100,00
Agente Público	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	Estrutura Geral Nova União	**NÃO** (Não realiza)	Não	01	40	R$ 1.100,00

NÍVEL DE ENSINO **FUNDAMENTAL COMPLETO**

CATEGORIA FUNCIONAL	CARGO/FUNÇÃO	LOCAL DE LOTAÇÃO	PROVA PRÁTICA	VAGAS AC*1	C/ R*2	C/ H	VENC./ REMUNER
Apoio Operacional	MOTORISTA TRANSPORTE ESCOLAR + CNH Cat. "D"	SMEC Sede	SIM (direção e manobras c/ ônibus)	Não	01	40	R$ 1.871,88
Apoio Operacional	MOTORISTA TRANSPORTE ESCOLAR + CNH Cat. "D"	SMEC Nova União	SIM (direção e manobras c/ ônibus)	Não	01	40	R$ 1.871,88
Apoio Operacional	MOTORISTA TRANSPORTE ESCOLAR + CNH Cat. "D"	SMEC Nova Esperança	SIM (direção e manobras c/ ônibus)	Não	01	40	R$ 1.871,88
Apoio Operacional	MOTORISTA TRANSPORTE ESCOLAR + CNH Cat. "D"	SMEC Ouro Verde dos Pioneiros	SIM (direção e manobras c/ ônibus)	Não	01	40	R$ 1.871,88
Auxiliar Administrativo	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	Estrutura Geral / Sede	Não	01	Não	40	R$ 1.100,00
Auxiliar Administrativo	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	Estrutura Geral Nova União	Não	Não	01	40	R$ 1.100,00
Auxiliar Administrativo	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	SMS Sede	Não	04	Não	40	R$ 1.100,00
Auxiliar Administrativo	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	SMS Nova União	Não	Não	01	40	R$ 1.100,00
Auxiliar Administrativo	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	SMS Agrovila	Não	Não	01	40	R$ 1.100,00
Auxiliar de Consultório Odontológico	AUXILIAR DE CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO	SMS Sede	Não	Não	01	40	R$ 1.100,00
Auxiliar de Consultório Odontológico	AUXILIAR DE CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO	SMS Agrovila	Não	Não	01	40	R$ 1.100,00
Auxiliar de Consultório Odontológico	AUXILIAR DE CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO	SMS Nova União	Não	01	Não	40	R$ 1.100,00
Motorista	MOTORISTA + CNH "D" Motorista Ambulância/ SAMU	SMS SAMU	SIM (direção e manobras veiculares)	03	Não	40	R$ 1.320,59
Motorista	MOTORISTA + CNH "D" Motorista Ambulância ou de veículos leves	SMS	SIM (direção e manobras veiculares)	01	Não	40	R$ 1.320,59

Motorista	MOTORISTA + CNH "D" Motorista Ambulância	SMS Nova União	SIM (direção e manobras veiculares)	Não	01	40	R$ 1.320,59

OBS. AC*1 – Vagas de ampla concorrência e C/R*2 – Vagas para Cadastro de Reservas

ANEXO II

DAS ALTERAÇÕES DO CRONOGRAMA FUTURO

OCORRÊNCIAS PREVISTAS	DATAS PROVÁVEIS
Publicação das Inscrições Deferidas	**16/04/2021**
Publicação da Homologação das Inscrições Deferidas	**19/04/2021**
Publicação do Edital de ensalamento, confirmação do local e horário das Provas: Objetiva e Subjetiva	**20/04/2021**
Realização das Provas: Objetiva e Subjetiva	**25/04/2021**
Gabarito Prévio: Mural da Prefeitura e no site: *https://www.cotriguacu.mt.gov.br*	**26/04/2021**
Prazo para interpor recursos contra o Gabarito Prévio. Recurso através do site *https://www.cotriguacu.mt.gov.br*	**Até as 17:00hs de 28/04/2021**
Apresentação da defesa dos recursos e rerratificação dos Gabaritos	**30/04/2021**
Previsão para a publicação do Gabarito Oficial	**30/04/2021**
Publicação das Notas das Provas e Classificação Prévia	**03/05/2021**
Prazo para recurso contra o resultado prévio apresentado	**Até as 12:00hs de 05/05/2021**
Divulgação do Resultado Final - Local: Mural da Prefeitura e no site: *https://www.cotriguacu.mt.gov.br*	**Previsão: 07/05/2021**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ

AVISO DE CONVOCAÇÃO – 2ª CLASSIFICADA

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 005/2021

Considerando o Aviso de Resultado, Adjudicação e Homologação do **Pregão Eletrônico SRP nº 005/2021**, que tem como objeto **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL (GASOLINA COMUM, ETANOL, DIESEL COMUM, DIESEL S- 10), ATRAVÉS DE SUA REDE DE POSTOS CREDENCIADOS COM ATUAÇÃO EM CUIABÁ, PARA OS VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PRÓPRIOS OU LOCADOS DE USO EXCLUSIVO PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ**, que sagrou vencedora a empresa **K. Q. MOURA – COMÉRCIO VAREJISTA DE COMBUSTÍVEIS;**

Considerando, também, o **PEDIDO DE DESISTÊNCIA/CANCELAMENTO DA ARP Nº 007/2021** decorrente do Pregão Eletrônico nº 005/2021, apresentadopela empresa vencedora do certame**;**

Vimos pelo presente **CONVOCAR**, a empresa **POSTO LEBLON LTDA CNPJ Nº 97.550.180/0001-17**, 2ª colocada/classificada no **Pregão Eletrônico SRP nº 005/2021**, para, assim querendo, manifestar interesse no fornecimento do serviço, após abertas as negociações, apresentando proposta e preenchidos os requisitos de habilitação, **no prazo de 24 (vinte e quatro) horas**, somente via e-mail: licitacoes@cuiaba.mt.gov.br endereçado à Pregoeira do certame.

Informamos, que a não manifestação de interesse no prazo determinado, será entendido como desinteresse da empresa.

Cuiabá/MT, 09 de abril de 2021.

Priscila R. N. Moraes

Pregoeira

Agmar Divino Lara de Siqueira

Secretário Adjunto Especial de Licitações e Contratos

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2021

A Prefeitura Municipal de Curvelândia/MT, através do Pregoeiro Oficial, torna público, para conhecimento dos interessados, o resultado do Pregão Presencial nº 004/2021, do tipo “Menor Preço por Lote", cujo objeto é o Registro de preço para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de assessoria e consultoria para em apoio a administração executar os serviços e levantamentos, bem como o acompanhamento de informações econômico-fiscais. Cujo certame teve como vencedora a empresa: ETCA - CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA inscrita no CNPJ: 04.176.501/0001-84, para os lotes: 01 R$ 0,20; 02 R$ 10.000,00; perfazendo o valor total do pregão em R$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais).

Curvelândia/MT, 12 de abril de 2021.

Gustavo Alves do Carmo

Pregoeiro Oficial

CONTRATOS
EXTRATO DO 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 043/2020

EXTRATO DO SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 043/2020

Contratante: Prefeitura Municipal de Curvelândia - MT.

Contratada: CONSTRUTORA CAMPESATTO LTDA

CNPJ: 03.722.632/0001-57

OBJETO: Contratação de empresa especializada em engenharia para execução de Obras de Pavimentação Asfáltica e Drenagem Superficial na Avenida Brasil no município de Curvelândia/MT, mediante Contrato de Repasse nº 893086/2019, 1ª Etapa, compreendendo 5.170,80 M², entre as ruas Minas Gerais e Portugal, firmado entre o Ministério do Desenvolvimento Regional, representado pela Caixa Econômica Federal e o Município de Curvelândia, objetivando a Execução de Ações Relativas ao Planejamento Urbano.

Tomada de Preços nº 007/2020.

Prazo de execução: 10/04/2021 à 29/04/2021

Valor do Aditivo: R$ 40.169,39 (Quarenta Mil, Cento e Sessenta e Nove Reais e Trinta e Nove Centavos)

ASSINAM: Pelo Município de Curvelândia – MT, o Sr. JADILSON ALVES DE SOUZA, Prefeito Municipal, pela parte CONTRATADA, Sr. FERNANDO GIACOMAZZI CAMPESATTO, Sócio Administrador.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO 025-2019.

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO 025-2019.

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE UNIDADE HOSPITALAR PRESTADORA DE SERVIÇOS MÉDICOS-HOSPITALARES, MEDIANTE A PRESTAÇÃO DE AÇÕES E SERVIÇOS HOSPITALARES DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE NO MUNICÍPIO DE DIAMANTINO, DE FORMA COM-**

PLEMENTAR AO OFERECIDO, CONFORME DISPOSTO NA PORTARIA MS NO. 2.567 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2016

PRAZO DE VIGÊNCIA: 60 (SESSENTA) DIAS.

CONTRATADO: **ASSOCIAÇÃO SANTA MADRE PAULINA**

CONTRATANTE: MANOEL LOUREIRO NETO– PREFEITO MUNICIPAL

DIAMANTINO/MT, 08 DE ABRIL DE 2021.

TERMO DE ADIAMENTO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2021.

TERMO DE ADIAMENTO

O pregoeiro do município de Diamantino-MT, torna público aos interessados o **ADIAMENTO** da licitação na modalidade Pregão Eletrônico 001/2021, cujo objeto é **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO RODOVIÁRIO - CAMINHÃO CAÇAMBA EM ATENDIMENTO AO CONVÊNIO Nº 902273/2020 (SUDAM), PARA O MUNICÍPIO DE DIAMANTINO-MT.** Para fins de adequação junto a plataforma de realização da sessão pública. A nova data de realização será dia 26/04/2021 as 15:00 horas **(HORA DE BRASILIA-DF).**

Esta alteração será divulgada pela mesma forma que se deu o texto original.

Diamantino 12 de abril de 2021.

SÉRGIO VINÍCIUS MASSAROLO DIAS

Pregoeiro Oficial

PORTARIA CONSELHO DE CONTRIBUINTES

PORTARIA Nº 253 DE 12 DE ABRIL DE 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE DIAMANTINO, ESTADO DE MATO GROSSO, Dr. MANOEL LOUREIRO NETO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art. 1°Nomear, nos termos do art. 181 da Lei Complementar 053/2019, para compor o Conselho de Contribuintes:

§1° Membros Titulares:

I – Sr. Pedro de Almeida Calvo - Representante da Secretaria Municipal de Fazenda;

II – Rodolfo Lazaro Tobias Porto Silva – Representante da Secretaria Municipal de Fazenda;

III – Ademir Benedito da Saldanha da Silva – Representante da Secretaria Municipal de Fazenda;

IV – Dr. Caio Alexandre Ojeda da Silva – Representante da Procuradoria do Município;

V – Dr. Everton Vanni Catunda – Representante da OAB;

VI – Sr. Robison de Souza – Representante dos Contribuintes; e

VII – Vereador Edson da Silva – Representante do poder Legislativo.

§2° Membros suplentes:

I – Durval Domingos – Representante da Secretaria municipal de Fazenda;

II – Erivaldo Lopes de Macedo - Representante da Secretaria Municipal de Fazenda;

III – Benedito Carlos Xavier de Oliveira - Representante da Secretaria Municipal de Fazenda;

IV – Dr. Ramon de Oliveira Martins – Representante da Procuradoria do Município;

V – Dr. Raul Caju Cardoso – Representante da OAB;

VI – Sra. Sandra Baierle – Representante dos Contribuintes; e

VII – Vereador Edimilson Freitas Almeida – Representante do poder Legislativo.

Art. 2°O Conselho de Contribuintes elegerá Presidente e Secretário em primeira reunião após nomeação de composição.

Art. 3° O Conselho elaborará seu regimento interno que, será aprovado pela Secretaria Municipal de Fazenda.

Art. 4° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

P.R.I.C.

Diamantino/MT, 12 de Abril de 2021.

MANOEL LOUREIRO NETO

Prefeito Municipal

TERMO DE ADIAMENTO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2021.

TERMO DE ADIAMENTO

O pregoeiro do município de Diamantino-MT, torna público aos interessados o **ADIAMENTO** da licitação na modalidade Pregão Eletrônico 002/2021, cujo objeto é **Registro de preços para futura aquisição de uma máquina tipo Retroescavadeira Zero Km, para o Município de Diamantino-MT – Convênio MAPA nº 901575/2020.**Para fins de adequação junto a plataforma de realização da sessão pública. A nova data de realização será dia 27/04/2021 as 09:30 horas **(HORA DE BRASILIA-DF).**

Esta alteração será divulgada pela mesma forma que se deu o texto original.

Diamantino, 12 de Abril de 2021.

SÉRGIO VINÍCIUS MASSAROLO DIAS

Pregoeiro Oficial

TERMO DE ADIAMENTO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2021.

TERMO DE ADIAMENTO

O pregoeiro do município de Diamantino-MT, torna público aos interessados o **ADIAMENTO** da licitação na modalidade Pregão Eletrônico 003/2021, cujo objeto é **Registro de preços para futura aquisição de uma máquina tipo Escavadeira Hidráulica Nova, para o Município de Diamantino-MT – Convênio SUDECO nº 905035/2020.** Para fins de adequação junto a plataforma de realização da sessão pública. A nova data de realização será dia 27/04/2021 as 15:00 horas **(HORA DE BRASILIA-DF).**

Esta alteração será divulgada pela mesma forma que se deu o texto original.

Diamantino, 12 de Abril de 2021.

SÉRGIO VINÍCIUS MASSAROLO DIAS

Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM AQUINO

LICITAÇÃO, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO CONCORRÊNCIA 001/2021

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DA CONCORRÊNCIA 001/2021, QUE TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA HABILITADA PARA PRESTAÇÃO SERVIÇOS DE ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA DESTINADA AO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DE SERVIÇOS NO ÂMBITO ADMINISTRATIVO E JUDICIAL, NA DEFESA DOS INTERESSES DO CONTRATANTE, RELACIONADOS COM AS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIOS PRETÉRITOS, FIRMA-

DOS COM A UNIÃO E O ESTADO, EM FACE DAS PENDÊNCIAS JUNTO AOS DIVERSOS ÓRGÃOS DA UNIÃO, DO ESTADO, TCE, E AS AÇÕES JUDICIAIS RELACIONADAS AS CONTAS DOS CONVÊNIOS PENDENTES COM POTENCIAL RISCO DE PREJUÍZOS AO MUNICÍPIO, PARA ATENDER A DEMANDA DO GABINETE DO PREFEITO.

O MUNICÍPIO DE DOM AQUINO-MT, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista que o Processo Licitatório na modalidade de CONCORRÊNCIA transcorreu em todas as fases sem nenhum questionamento por parte dos licitantes e que foram obedecidos os ditames da Legislação em vigor, conforme as Leis Federais 8.666/93 e as suas alterações.

R E S O L V E :

ADJUDICAR e **HOMOLOGAR** a Empresa:**VASCONCELOS DE MORAES ADVOGADOS ASSOCIADOS**,inscrita no **CNPJ: 21.944.357/0001-06** com sede na Arnaldo de Matos, Bairro Centro Sul CEP: 78020-130 – **município de Cuiabá** - MT, neste ato representado por Edmilson Vasconcelos de Moraes, portador do CPF690.343.541-72, inscrito na OAB/MT sob o nº 8.548, **no valor global de** R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais),conforme resultado da tomada de preços 001/2021, destinado a atender a demanda da Secretaria de Educação, Esporte e Lazer.

Determina ainda ao departamento de Contabilidade a emissão do respectivo empenho em favor da Empresa vencedora.

Dom Aquino-MT, 12 de abril de 2021.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA

Prefeito Municipal

SETOR PESSOAL
DECRETO Nº 035/2021 DE 17 DE MARÇO DE 2021. REGULAMENTA NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE D

DECRETO Nº 035/2021 DE 17 DE MARÇO DE 2021.

REGULAMENTA NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE DOM AQUINO–MT O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PREVISTO NO ART. 15 DA LEI FEDERAL Nº 8.666 DE 21 DE JUNHO DE 1993 E ART. 11 DA LEI FEDERAL Nº 10.520 DE 17 DE JULHO DE 2002 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Valdécio Luiz da Costa, Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal; e,

CONSIDERANDO o que dispõe o Art. 15, §3º e Art. 118 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993;

CONSIDERANDO o disposto pelo Art. 11 da Lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002;

CONSIDERANDO a necessidade de se proceder à atualização das regras e procedimentos adotados para a utilização do Sistema de Registro de Preços;

CONSIDERANDO a necessidade de adotar medidas que contribuam para a redução de custos e que possam assegurar maior celeridade nos processos de contratação para aquisição de bens e prestação de serviços para o Município;

DECRETA:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º - As contratações de serviços e a aquisição de bens, quando efetuadas pelo Sistema de Registro de Preços - SRP, no âmbito da administração pública municipal, obedecerão ao disposto neste Decreto.

Art. 2º - Para os efeitos deste Decreto, são adotadas as seguintes definições:

I - Sistema de Registro de Preços - conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e aquisição de bens, para contratações futuras;

II - Ata de registro de preços - documento vinculativo, obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, em que se registram os preços, fornecedores, órgãos participantes e condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no instrumento convocatório e propostas apresentadas;

III - Órgão gerenciador - órgão ou entidade da administração pública municipal responsável pela condução do conjunto de procedimentos para registro de preços e gerenciamento da ata de registro de preços dele decorrente;

IV - Órgão participante - órgão ou entidade da administração pública que participa dos procedimentos iniciais do Sistema de Registro de Preços e integra a ata de registro de preços;

V - Órgão não participante - órgão ou entidade da administração pública que, não tendo participado dos procedimentos iniciais da licitação, atendidos os requisitos desta norma, faz adesão à ata de registro de preços.

Art. 3º - O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nas seguintes hipóteses:

I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;

II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;

III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; ou

IV - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

CAPÍTULO II

DAS COMPETÊNCIAS DO ÓRGÃO GERENCIADOR

Art. 4º - Caberá ao órgão gerenciador a prática de todos os atos de controle e administração do Sistema de Registro de Preços, e ainda o seguinte:

I - consolidar informações relativas à estimativa individual e total de consumo, promovendo a adequação dos respectivos termos de referência ou projetos básicos encaminhados para atender aos requisitos de padronização e racionalização;

II - promover atos necessários à instrução processual para a realização do procedimento licitatório;

III - realizar pesquisa de mercado para identificação do valor estimado da licitação e, consolidar os dados das pesquisas de mercado realizadas pelos órgãos e entidades participantes;

IV - confirmar junto aos órgãos participantes a sua concordância com o objeto a ser licitado, inclusive quanto aos quantitativos e termo de referência ou projeto básico;

V - realizar o procedimento licitatório;

VI - gerenciar a ata de registro de preços;

VII - conduzir eventuais renegociações dos preços registrados;

VIII - aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes de infrações no procedimento licitatório; e

IX - aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações.

X - autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo previsto no § 5º do art. 21 deste Decreto, respeitado o prazo de vigência da ata, quando solicitada pelo órgão não participante.

CAPÍTULO III

DAS COMPETÊNCIAS DO ÓRGÃO PARTICIPANTE

Art. 5º - O órgão participante será responsável pela manifestação de interesse em participar do registro de preços, providenciando o encaminhamento ao órgão gerenciador de sua estimativa de consumo, local de entrega e, quando couber, cronograma de contratação e respectivas especificações ou termo de referência ou projeto básico, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, adequado ao registro de preços do qual pretende fazer parte, devendo ainda:

I - garantir que os atos relativos à sua inclusão no registro de preços estejam formalizados e aprovados pela autoridade competente;

II - tomar conhecimento da ata de registros de preços, inclusive de eventuais alterações, para o correto cumprimento de suas disposições.

CAPÍTULO IV

DA LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS

Art. 6º - A licitação para registro de preços será realizada na modalidade de concorrência, do tipo menor preço, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, ou na modalidade de pregão, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, e será precedida de ampla pesquisa de mercado.

§ 1º - O julgamento por técnica e preço, na modalidade concorrência, poderá ser excepcionalmente adotado, a critério do órgão gerenciador e mediante despacho fundamentado da autoridade máxima do órgão ou entidade.

§ 2º - Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil.

Art. 7º - O órgão gerenciador poderá dividir a quantidade total do item em lotes, quando técnica e economicamente viável, para possibilitar maior competitividade, observada a quantidade mínima, o prazo e o local de entrega ou de prestação dos serviços.

§ 1º - No caso de serviços, a divisão considerará a unidade de medida adotada para aferição dos produtos e resultados, e será observada a demanda específica de cada órgão ou entidade participante do certame.

§ 2º - Na situação prevista no § 1º, deverá ser evitada a contratação, em um mesmo órgão ou entidade, de mais de uma empresa para a execução de um mesmo serviço, em uma mesma localidade, para assegurar a responsabilidade contratual e o princípio da padronização.

Art. 8º - O edital de licitação para registro de preços observará o disposto nas Leis nº 8.666, de 1993, e nº 10.520, de 2002, e contemplará, no mínimo:

I - a especificação ou descrição do objeto, que explicitará o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para a caracterização do bem ou serviço, inclusive definindo as respectivas unidades de medida usualmente adotadas;

II - estimativa de quantidades a serem adquiridas pelo órgão gerenciador e órgãos participantes;

III - estimativa de quantidades a serem adquiridas por órgãos não participantes, observado o disposto no § 4º do art. 21, no caso de o órgão gerenciador admitir adesões;

IV - quantidade mínima de unidades a ser cotada, por item, no caso de bens;

V - condições quanto ao local, prazo de entrega, forma de pagamento, e nos casos de serviços, quando cabível, frequência, periodicidade, características do pessoal, materiais e equipamentos a serem utilizados, procedimentos, cuidados, deveres, disciplina e controles a serem adotados;

VI - prazo de validade do registro de preço, observado o disposto no caput do art. 11;

VII - órgãos e entidades participantes do registro de preço;

VIII - modelos de planilhas de custo e minutas de contratos, quando cabível;

IX - penalidades por descumprimento das condições;

X - minuta da ata de registro de preços como anexo; e

XI - realização periódica de pesquisa de mercado para comprovação da vantajosidade.

§ 1º - O edital poderá admitir, como critério de julgamento, o menor preço aferido pela oferta de desconto sobre tabela de preços praticados no mercado, desde que tecnicamente justificado.

§ 2º - Quando o edital previr o fornecimento de bens ou prestação de serviços em locais diferentes, é facultada a exigência de apresentação de proposta diferenciada por região, de modo que aos preços sejam acrescidos custos variáveis por região.

§ 3º - A estimativa a que se refere o inciso III do caput não será considerada para fins de qualificação técnica e qualificação econômico-financeira na habilitação do licitante.

§ 4º - O exame e a aprovação das minutas do instrumento convocatório e do contrato serão efetuados exclusivamente pela assessoria jurídica do órgão gerenciador.

Art. 9º - Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

Parágrafo único - A apresentação de novas propostas na forma do *caput* não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

CAPÍTULO V

DO REGISTRO DE PREÇOS E DA VALIDADE DA ATA

Art. 10 - Após a homologação da licitação, o registro de preços observará, entre outras, as seguintes condições:

I - serão registrados na ata de registro de preços os preços e quantitativos do licitante mais bem classificado durante a fase competitiva;

II - será incluído na respectiva ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993;

III - a ordem de classificação dos licitantes registrados na ata deverá ser respeitada nas contratações.

§ 1º - O registro a que se refere o inciso II do *caput* tem por objetivo a formação de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ata, nas hipóteses previstas nos arts. 19 e 20.

§ 2º - Se houver mais de um licitante na situação de que trata o inciso II do caput, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva.

§ 3º - A habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva a que se refere o inciso II do **caput** será efetuada, na hipótese prevista no parágrafo único do art. 12 e quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente, nas hipóteses previstas nos arts. 19 e 20.

§ 4º - O anexo que trata o inciso II do **caput** consiste na ata de realização da sessão pública do pregão ou da concorrência, que conterá a informa-

ção dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame.

Art. 11 - O prazo de validade da ata de registro de preços não será superior a doze meses, incluídas eventuais prorrogações, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666, de 1993.

§ 1º - É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

§ 2º - A vigência dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços será definida nos instrumentos convocatórios, observado o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

§ 3º - Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

§ 4º - O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

CAPÍTULO VI

DA ASSINATURA DA ATA E DA CONTRATAÇÃO COM FORNECEDORES REGISTRADOS

Art. 12 - Homologado o resultado da licitação, o fornecedor mais bem classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no instrumento convocatório, podendo o prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo fornecedor e desde que ocorra motivo justificado aceito pela administração.

Parágrafo único - É facultado à administração, quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.

Art. 13 - A ata de registro de preços implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, após cumpridos os requisitos de publicidade.

Parágrafo único - A recusa injustificada de fornecedor classificado em assinar a ata, dentro do prazo estabelecido neste artigo, ensejará a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

Art. 14 - A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo órgão interessado por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993.

Art. 15 - A existência de preços registrados não obriga a administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.

CAPÍTULO VII

DA REVISÃO E DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

Art. 16 - Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do *caput* do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

Art. 17 - Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

§ 1º - Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

§ 2º - A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

Art. 18 - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

I - liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

II - convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

Parágrafo único - Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

Art. 19 - O registro do fornecedor será cancelado quando:

I - descumprir as condições da ata de registro de preços;

II - não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

IV - sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.

Parágrafo único. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV do caput será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

Art. 20 - O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

I - por razão de interesse público; ou

II - a pedido do fornecedor.

CAPÍTULO VIII

DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS OU

ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES

Art. 21 - Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.

§ 1º - Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

§ 2º - Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

§ 3º - As aquisições ou as contratações adicionais de que trata este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.

§ 4º - O instrumento convocatório deverá prever que o quantitativo decorrente das adesões caronas a ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem".

§ 5º - Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

§ 6º - Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

§ 7º - É facultado ao Município a adesão a ata de registro de preços da Administração Pública Federal.

CAPÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 22 - A Administração poderá utilizar recursos de tecnologia da informação na operacionalização do disposto neste Decreto e automatizar procedimentos de controle e atribuições dos órgãos gerenciadores e participantes.

Art. 23 - As atas de registro de preços vigentes, decorrentes de certames realizados sob a vigência do Decreto n.º 072 de 15 de março de 2013, poderão ser utilizadas pelos órgãos gerenciadores e participantes, até o término de sua vigência.

Parágrafo único - As atas de registro de preços vigentes na forma do disposto pelo *caput* poderão ser utilizadas pelos órgãos não participantes desde que observadas às regras contidas neste Decreto.

Art. 24 - O presente Decreto entra em vigor na presente data, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Dom Aquino-MT em 18 de março de 2021.

Valdécio Luiz da Costa

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria Municipal e publicada no Diário Oficial da AMM, Diário Oficial do TCE/MT e por afixação no local público de costume, conforme determina a Legislação em vigor.

Francisco Guedes Neto

Chefe de Gabinete/Administração

LICITAÇÃO, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
AVISO HOMOLOGAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 005/2021

AVISO HOMOLOGAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 005/2021

O Município de Dom Aquino-MT, através do Prefeito municipal abaixo assinado, **ADJUDICA e HOMOLOGA** a dispensa dos procedimentos licitatórios, com embasamento Legal: artigo 24, inciso II da Lei 8.666/93 e alterações posteriores e Parecer jurídico de Dispensa de Licitação proferido pela Assessoria Jurídica desse município, com objetivo de contratação de empresa especializada para prestação de serviços de atualização do Código Tributário municipal e atender a demanda da Secretaria de Finanças e Planejamento deste município, com dispensa de licitação, nos termos estatuídos pela Lei Federal nº 8.666/93.

Contratada: **BRACHIO ASSESSORIA E PLANEJAMENTO LTDA** inscrita no **CNPJ: 30.493.312/0001-45,** sediada à Avenida Marechal Deodoro, nº 383, 1º andar, sala 3B, Bairro Araés, CEP: **78.005-505,** Município de Cuiabá - MT, neste ato representada pelo sócio, Sr ANTONIO CARLOS DA SILVA JUNIOR, brasileiro, inscrito no CPF. 920.207.711-87, e portador da cédula de identidade nº 24.503- B OAB/MT - Valor Global de R$ 17.500,00 (dezessete mil e quinhentos reais).

Dom Aquino – MT, 12 de abril de 2021.

VALDÉCIO LUÍZ DA COSTA

Prefeito Municipal

SETOR PESSOAL
DECRETO N.º 041/2021 DE 09 DE ABRIL DE 2021.

DECRETO N.º 041/2021 DE 09 DE ABRIL DE 2021.

DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DO FERIADO DE ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO, DECRETA PONTO FACULTATIVO NA DATA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA, Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei;

CONSIDERANDO que em vista da pandemia do novo Coronavirus, bem como a classificação apurada e divulgada em Boletim Informativo pela Secretaria de Estado de Saúde do estado de Mato Grosso de que o Município de Dom Aquino se encontra na fase laranja (Alta), e, como forma de evitar a disseminação do Coronavirus;

CONSIDERANDO que o Município de Dom Aquino tem a devida autonomia de instituir as medidas que achar pertinentes em relação a proteção de seus munícipes das contaminações advindas da Covid-19;

CONSIDERANDO o aumento da taxa de contaminação do novo Coronavirus, em especial às novas cepas que possuem taxa de contaminação elevada;

D E C R E T A:

artigo 1º - Fica adiada a data do feriado municipal de Aniversário do Município de Dom Aquino que seria comemorado no dia 14 de abril de 2021 (quarta-feira) para o **dia 19 de abril de 2021 (segunda-feira).**

artigo 2º - Fica decretado ponto facultativo para o Funcionalismo Público Municipal no dia **20 de abril de 2021 (terça-feira).**

Parágrafo Único – Os serviços essenciais da saúde, nas datas que mencionam o presente Decreto terão atendimento no Hospital Bom Jesus.

artigo 3º - Caberá aos dirigentes dos órgãos e entidades a preservação e o funcionamento dos serviços essenciais afetos às respectivas áreas de competência, incluindo Coleta de Lixo e Departamento de Água e Esgoto.

artigo 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal em 09 de abril de 2021.

Valdécio Luiz da Costa

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria Municipal e publicada no Diário Oficial da AMM, Diário Oficial do TCE/MT e por afixação no local público de costume, conforme determina a Legislação em vigor.

Francisco Guedes Neto

Secretário de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL

PREFEITURA/DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA MUNICIPAL Nº 177/2021

DATA: 05 DE ABRIL DE 2021

JOSÉ ANTÔNIO DUBIELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas com fundamento no Art. 32 da Lei Complementar n° 003/2007:

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder **READAPTAÇÃO FUNCIONAL TEMPORÁRIA,** durante o período de 05/04/2021 a 01/10/2021, à servidora **EDILIA GONÇALVES DA SILVA,** ocupante do cargo efetivo de **APOIO EM MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA ESCOLAR II - ZELADORA**, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

§ 1° - A Readaptação Funcional ora concedida fundamenta-se em Laudo Médico Pericial emitido por profissional especializado em Medicina do Trabalho.

§ 2° - A servidora readaptada deverá exercer neste período as atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação de sua capacidade física no próprio cargo de Apoio em Manutenção de Infraestrutura Escolar II - Zeladora.

§ 3° - As novas atribuições deverão ser definidas pela Sra. Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS CINCO DIAS DO MÊS DE ABRIL DE 2021.

JOSE ANTONIO DUBIELLA

PREFEITO MUNICIPAL

EMANUEL LIMA COSTA

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,

PLANEJAMENTO E FINANÇAS

CONTABILIDADE
DECRETO MUNICIPAL N.º 026/2021.

DECRETO MUNICIPAL N.º 026/2021.

DATA: 01 DE MARÇO DE 2021.

SÚMULA: ABRE CRÉDITOS SUPLEMENTARES NO VALOR DE R$ 461.245,21 (QUATROCENTOS E SESSENTA E UM MIL, DUZENTOS E QUARENTA E CINCO REAIS E VINTE E UM CENTAVOS), PARA COBERTURA DE DESPESAS DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSE ANTONIO DUBIELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais tendo em vista o contido na lei municipal 0713/2020 e em consonância com a lei federal 4.320/64:

DECRETA:

Art. 1º Fica Aberto no Orçamento do Município de Feliz Natal os créditos adicionais suplementares no montante de R$ 461.245,21 (quatrocentos e sessenta e um mil, duzentos e quarenta e cinco reais e vinte e um centavos), nos termos do Art. 41, Inciso I da Lei Federal 4.320/64, destinados a atender as seguintes dotações orçamentárias:

04.SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

04.000.0.2.12.306.0005.2.049.3.3.90.30.00.00 0315051000 R$ 45.903,38

04.000.0.2.12.306.0005.2.050.3.3.90.30.00.00 0315051000 R$ 21.000,00

04.000.0.2.12.365.0005.2.052.3.3.90.30.00.00 0315051000 R$ 13.215,87

04.000.0.2.12.365.0005.2.053.3.3.90.30.00.00 0315051000 R$ 5.289,54

04.000.0.3.12.361.0005.2.011.3.1.90.04.00.00 0318000000 R$ 19.700,05

04.000.0.3.12.365.0005.2.015.3.1.90.11.00.00 0318000000 R$ 82.514,17

04.000.0.3.12.365.0005.2.015.3.1.91.13.00.00 0318000000 R$ 16.000,00

05.SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

05.000.0.2.08.122.0009.2.067.3.3.90.39.00.00 0329074000 R$ 100,00

05.000.0.2.08.244.0009.2.024.3.3.90.39.00.00 0343000000 R$ 4.000,00

05.000.0.3.08.243.0009.2.060.3.3.90.39.00.00 0300000000 R$ 200,00

06.SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

06.000.0.2.10.301.0011.2.030.3.3.90.39.00.00 0346000000 R$ 36.000,00

06.000.0.2.10.301.0019.2.074.3.3.90.30.00.00 0346074000 R$ 17.282,00

06.000.0.2.10.301.0019.2.074.3.3.90.39.00.00 0346074000 R$ 4.630,00

06.000.0.2.10.302.0011.1.037.3.3.90.30.00.00 0346074000 R$ 124.322,35

06.000.0.2.10.302.0011.2.034.3.3.90.30.00.00 0346000000 R$ 41.087,85

06.000.0.2.10.302.0011.2.034.3.3.90.39.00.00 0346000000 R$ 30.000,00

TOTAL: R$ 461.245,21

Art. 2º As despesas decorrentes do Art. 1º serão cobertas com o Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, nos termos do art. 43, parágrafo 1º inciso I da Lei Federal nº 4.320/64, mediante a utilização dos seguintes recursos:

FONTE	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0300000000	Livre Aplicação	200,00
0329074000	COVID 19	100,00
0346074000	COVID 19	143.952,35
0346000000	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal	107.087,85
0343000000	Transferência de recursos do Estado para ações de Assistência Social	4.000,00
0315051000	Merenda Escolar	85.408,79
0318000000	Transferências do FUNDEB 70%	118.214,22
	TOTAL	**461.245,21**

Art. 3º - O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Feliz Natal, ao primeiro dia do mês de março de 2021.

JOSE ANTONIO DUBIELLA

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA/DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA MUNICIPAL N° 168/2021

DATA: 05 DE ABRIL DE 2021

JOSÉ ANTÔNIO DUBIELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder férias ao Sr. **MARCELO KOHUT**, ocupante do cargo efetivo de **TÉCNICO EM INFORMÁTICA**, lotado junto a Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, pelo período de 05/04/2021 a 04/05/2021.

Parágrafo Único – As férias concedidas referem-se ao período aquisitivo de **2017/2018**.

Artigo 2° - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS CINCO DIAS DO MÊS DE ABRIL DE 2021.

JOSÉ ANTÔNIO DUBIELLA

PREFEITO MUNICIPAL

EMANUEL LIMA COSTA

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,

PLANEJAMENTO E FINANÇAS

PREFEITURA/DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA MUNICIPAL N° 175/2021

DATA: 05 DE ABRIL DE 2021

JOSÉ ANTÔNIO DUBIELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder férias a Sra. **JANETE DE SOUZA ALMEIDA CUNHA**, ocupante do cargo efetivo de **AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS**, lotada junto a Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de 01/04/2021 a 30/04/2021.

Parágrafo Único – As férias concedidas referem-se ao período aquisitivo de **2019/2020**.

Artigo 2° - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de abril de 2021.

Artigo 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS CINCO DIAS DO MÊS DE ABRIL DE 2021.

JOSÉ ANTÔNIO DUBIELLA

PREFEITO MUNICIPAL

EMANUEL LIMA COSTA

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,

PLANEJAMENTO E FINANÇAS

PREFEITURA/DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA MUNICIPAL Nº 159/2021

DATA: 31 DE MARÇO DE 2021

JOSÉ ANTÔNIO DUBIELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei, especialmente o Art. 32 da Lei Complementar 003/2007,

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder **PRORROGAÇÃO DE READAPTAÇÃO FUNCIONAL TEMPORÁRIA** à servidora **ROSICLEIA BRITO FREITAS**, ocupante do cargo efetivo de **PROFESSORA CLASSE C – 20 H,** lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, durante o período de 31/03/2021 a 11/09/2021.

§ 1 – A Readaptação Funcional ora concedida fundamenta-se em Laudo Médico Pericial emitido por profissional especializado em Medicina do Trabalho.

§ 2 – A servidora readaptada temporariamente deverá exercer, neste período, atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação de sua capacidade física ou mental a serem definidas pela Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes, e exercidas na sua própria unidade de trabalho.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS TRINTA E UM DIAS DO MÊS DE MARÇO DE 2021.

JOSE ANTONIO DUBIELLA

PREFEITO MUNICIPAL

EMANUEL LIMA COSTA

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,

PLANEJAMENTO E FINANÇAS

PREFEITURA/DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA MUNICIPAL N° 166/2021

DATA: 05 DE ABRIL DE 2021

JOSÉ ANTÔNIO DUBIELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder férias a Sra. **CAROLINE SILVA LACERDA**, ocupante do cargo efetivo de **ASSISTENTE ADMINISTRATIVO I**, lotada junto a Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, pelo período de 05/04/2021 a 04/05/2021.

Parágrafo Único – As férias concedidas referem-se ao período aquisitivo de **2019/2020**.

Artigo 2° - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS CINCO DIAS DO MÊS DE ABRIL DE 2021.

JOSÉ ANTÔNIO DUBIELLA

PREFEITO MUNICIPAL

EMANUEL LIMA COSTA

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,

PLANEJAMENTO E FINANÇAS

PREFEITURA/DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA MUNICIPAL N° 167/2021

DATA: 05 DE ABRIL DE 2021

JOSÉ ANTÔNIO DUBIELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder férias a Sra. **JULIELE MOURA RODRIGUES**, ocupante do cargo efetivo de **AGENTE ADMINISTRATIVO I**, lotada junto a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, pelo período de 05/04/2021 a 04/05/2021.

Parágrafo Único – As férias concedidas referem-se ao período aquisitivo de **2018/2019**.

Artigo 2° - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS CINCO DIAS DO MÊS DE ABRIL DE 2021.

JOSÉ ANTÔNIO DUBIELLA

PREFEITO MUNICIPAL

EMANUEL LIMA COSTA

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,

PLANEJAMENTO E FINANÇAS

CONTABILIDADE
DECRETO MUNICIPAL N.º 024/2021.

DECRETO MUNICIPAL N.º 024/2021.

DATA: 01 DE MARÇO DE 2021.

SÚMULA: ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE 28.000,00 (VINTE E OITO MIL REAIS), PARA COBERTURA DE DESPESAS DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSE ANTONIO DUBIELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais tendo em vista o contido na lei municipal 0713/2020 e em consonância com a lei federal 4.320/64:

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento do Município um Crédito Suplementar no valor de 28.000,00 (vinte e oito mil reais) nos termos do Art. 41, Inciso I da Lei Federal 4.320/64, para atender as seguintes dotações orçamentárias:

07.000.0.1.15.451.0013.2.038.3.3.90.30.00.00 0100000000 R$ 28.000,00

Total da Suplementação: R$ 28.000,00

Art. 2º - Para cumprimento do artigo anterior e de acordo com o art. 43, parágrafo 1º inciso III da Lei Federal nº 4.320/64 ficam parcialmente anuladas as seguintes dotações orçamentárias:

07.000.0.1.15.122.0002.2.036.3.3.90.30.00.00 0100000000 R$ 28.000,00

Total da Redução: R$ 28.000,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL ESTADO DE MATO GROSSO, AO 1º DIA DO MÊS DE MARÇO DE 2021.

Jose Antonio Dubiella

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA/DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA MUNICIPAL N° 170/2021

DATA: 05 DE ABRIL DE 2021

JOSÉ ANTÔNIO DUBIELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - Exonerar, a pedido, o Sr. **RAFAEL GEOMAR ALVES DA SILVA**, de seu cargo comissionado de **CHEFE DE DEPARTAMENTO**, matrícula n° 2366, lotado junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, do município de Feliz Natal, Mato Grosso.

Artigo 2° - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS CINCO DIAS DO MÊS DE ABRIL DE 2021.

JOSÉ ANTÔNIO DUBIELLA

PREFEITO MUNICIPAL

EMANUEL LIMA COSTA

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,

PLANEJAMENTO E FINANÇAS

CONTABILIDADE
DECRETO MUNICIPAL N.º 025/2021.

DECRETO MUNICIPAL N.º 025/2021.

DATA: 01 DE MARÇO DE 2021.

SÚMULA: ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE 117.248,62 (CENTO E DEZESSETE MIL, DUZENTOS E QUARENTA E OITO REAIS E SESSENTA E DOIS CENTAVOS), PARA COBERTURA DE DESPESAS DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSE ANTONIO DUBIELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais tendo em vista o contido na lei municipal 0713/2020 e em consonância com a lei federal 4.320/64:

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento do Município um Crédito Suplementar no valor de 117.248,62 (cento e dezessete mil, duzentos e quarenta e oito reais e sessenta e dois centavos), nos termos do Art. 41, Inciso I da Lei Federal 4.320/64, para atender as seguintes dotações orçamentárias:

03.000.0.1.04.122.0002.2.004.3.3.90.35.00.00 0100000000 R$ 67.343,15

04.000.0.3.12.361.0005.2.011.3.1.90.13.00.00 0318000000 R$ 5.000,00

04.000.0.4.27.813.0007.2.018.3.1.90.13.00.00 0100000000 R$ 2.000,00

05.000.0.3.08.243.0009.2.060.3.1.90.13.00.00 0100000000 R$ 2.000,0

06.000.0.2.10.301.0011.2.030.3.1.90.13.00.00 0146000000 R$ 1.156,36

06.000.0.2.10.301.0011.2.030.3.3.90.36.00.00 0102000000 R$ 22.600,00

07.000.0.3.15.451.0013.2.039.3.1.90.13.00.00 0100000000 R$ 5.000,00

07.000.0.4.17.512.0013.2.040.3.3.90.36.00.00 0100000000 R$ 12.149,11

Total da Suplementação R$ 117.248,62

Art. 2º - Para cumprimento do artigo anterior e de acordo com o art. 43, parágrafo 1º inciso III da Lei Federal nº 4.320/64 ficam parcialmente anuladas as seguintes dotações orçamentárias:

03.000.0.1.04.122.0002.2.004.3.3.90.39.00.00 0100000000 R$ 67.343,15

04.000.0.3.12.361.0005.2.011.3.1.91.13.00.00 0318000000 R$ 5.000,00

04.000.0.4.27.813.0007.2.018.3.3.90.39.00.00 0100000000 R$ 2.000,00

05.000.0.3.08.243.0009.2.060.4.4.90.52.00.00 0100000000 R$ 2.000,00

06.000.0.2.10.301.0011.2.030.3.3.90.39.00.00 0102000000 R$ 22.600,00

06.000.0.2.10.301.0011.2.030.4.4.90.52.00.00 0146000000 R$ 1.156,36

07.000.0.3.15.451.0013.2.039.4.4.90.52.00.00 0100000000 R$ 5.000,00

07.000.0.4.17.512.0013.2.040.3.3.90.39.00.00 0100000000 R$ 12.149,11

Total da Redução R$ 117.248,62

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL ESTADO DE MATO GROSSO, AO 1º DIA DO MÊS DE MARÇO DE 2021.

JOSE ANTONIO DUBIELLA

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA/DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA MUNICIPAL Nº 183/2021

DATA: 12 DE ABRIL DE 2021

JOSÉ ANTÔNIO DUBIELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei e nos termos do Art. 67 da Lei Federal n° 8.666/93,

RESOLVE:

Artigo 1º - Nomear o Sr. **ANDERSON SANTANA DOS SANTOS**, para ocupar o cargo comissionado de **ASSESSOR DE IMPRENSA E COMUNICAÇÃO SOCIAL**, lotado junto a Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, a partir desta data, com fundamento no Art. 46 da Lei Complementar nº 037/2015.

Artigo 2º - A remuneração a que faz jus está definida na Lei Complementar nº 055/2019, cumulado com a Lei Municipal n° 691/2020.

Artigo 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DOZE DIAS DO MÊS DE ABRIL DE 2021.

JOSÉ ANTÔNIO DUBIELLA

PREFEITO MUNICIPAL

EMANUEL LIMA COSTA

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,

PLANEJAMENTO E FINANÇAS

PREFEITURA/DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA MUNICIPAL N° 182/2021

DATA: 12 DE ABRIL DE 2021

JOSÉ ANTÔNIO DUBIELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder férias ao Sr. **ERONIDES CASTRO ANDRADE**, ocupante do cargo efetivo de **MOTORISTA II**, lotado junto a Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de 11/03/2021 a 30/03/2021, referente ao período aquisitivo **2017/2018**.

Parágrafo Único – A requerimento do servidor ficam convertidos os 10 (dez) dias iniciais das férias em abono pecuniário, no valor da remuneração que lhe seria devido, em conformidade com o Art. 74 da Lei Complementar n° 003/2007.

Artigo 2° - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DOZE DIAS DO MÊS DE ABRIL DE 2021.

JOSÉ ANTÔNIO DUBIELLA

PREFEITO MUNICIPAL

EMANUEL LIMA COSTA

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,

PLANEJAMENTO E FINANÇAS

PREFEITURA/DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA MUNICIPAL Nº 171/2021

DATA: 05 DE ABRIL DE 2021

JOSÉ ANTÔNIO DUBIELLA, **PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL**, **ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei e nos termos do Art. 67 da Lei Federal n° 8.666/93,

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder ao Sr. **DANIEL QUIRINO DE OLIVEIRA**, ocupante do cargo comissionado de **ASSESSORIA I**, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, **RETIDE** de 34% (trinta e quatro por cento), com fundamento no Art. 46 da Lei Complementar n° 037/2015.

Artigo 2º - A remuneração a que se faz jus está definida na Lei Complementar n° 037/2015.

Artigo 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS CINCO DIAS DO MÊS DE ABRIL DE 2021.

JOSÉ ANTÔNIO DUBIELLA

PREFEITO MUNICIPAL

EMANUEL LIMA COSTA

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,

PLANEJAMENTO E FINANÇAS

PREFEITURA/DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA MUNICIPAL Nº 181/2021

DATA: 06 DE ABRIL DE 2021

JOSÉ ANTÔNIO DUBIELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei:

RESOLVE:

Artigo 1º - REVOGAR a Portaria Municipal n° 009/2020 que concedeu Função Gratificada 04 para a servidora Sra. **NAIARA CABRAL DA COSTA**, ocupante do cargo efetivo de **AGENTE ADMINISTRATIVO II**, lotada na Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS SEIS DIAS DO MÊS DE ABRIL DE 2021.

JOSÉ ANTÔNIO DUBIELLA

PREFEITO MUNICIPAL

EMANUEL LIMA COSTA

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,

PLANEJAMENTO E FINANÇAS

PREFEITURA/DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA MUNICIPAL N° 172/2021

DATA: 05 DE ABRIL DE 2021

JOSÉ ANTÔNIO DUBIELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - Exonerar, a pedido, a Sra. **PATRICIA DE FATIMA ARDT**, de seu cargo comissionado de **ASSESSORIA III**, matrícula n° 2375, lotada junto a Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, do município de Feliz Natal, Mato Grosso.

Artigo 2° - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS CINCO DIAS DO MÊS DE ABRIL DE 2021.

JOSÉ ANTÔNIO DUBIELLA

PREFEITO MUNICIPAL

EMANUEL LIMA COSTA

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,

PLANEJAMENTO E FINANÇAS

PREFEITURA/DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA MUNICIPAL Nº 180/2021

DATA: 06 DE ABRIL DE 2021

JOSÉ ANTÔNIO DUBIELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei, especialmente o Art. 32 da Lei Complementar 003/2007,

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder **PRORROGAÇÃO DE READAPTAÇÃO FUNCIONAL TEMPORÁRIA** à servidora **MARCIA ADRIANE WEISS**, ocupante do cargo efetivo de **TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL,** lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, durante o período de 06/04/2021 a 02/10/2021.

§ 1 – A Readaptação Funcional ora concedida fundamenta-se em Laudo Médico Pericial emitido por profissional especializado em Medicina do Trabalho.

§ 2 – A servidora readaptada temporariamente deverá exercer, neste período, atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação de sua capacidade física ou mental a serem definidas pela Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes, e exercidas na sua própria unidade de trabalho.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS CINCO DIAS DO MÊS DE ABRIL DE 2021.

JOSE ANTONIO DUBIELLA

PREFEITO MUNICIPAL

EMANUEL LIMA COSTA

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,

PLANEJAMENTO E FINANÇAS

PREFEITURA/DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA MUNICIPAL Nº 179/2021

DATA: 05 DE ABRIL DE 2021

JOSÉ ANTÔNIO DUBIELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas com fundamento no Art. 32 da Lei Complementar n° 003/2007:

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder **READAPTAÇÃO FUNCIONAL TEMPORÁRIA,** durante o período de 05/04/2021 a 01/10/2021, à servidora **ELIZABETH DE SOUZA SILVA,** ocupante do cargo efetivo de **APOIO EM MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA ESCOLAR II - ZELADORA**, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

§ 1° - A Readaptação Funcional ora concedida fundamenta-se em Laudo Médico Pericial emitido por profissional especializado em Medicina do Trabalho.

§ 2° - A servidora readaptada deverá exercer neste período as atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação de sua capacidade física no próprio cargo de Apoio em Manutenção de Infraestrutura Escolar II - Zeladora.

§ 3° - As novas atribuições deverão ser definidas pela Sra. Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS CINCO DIAS DO MÊS DE ABRIL DE 2021.

JOSE ANTONIO DUBIELLA

PREFEITO MUNICIPAL

EMANUEL LIMA COSTA

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,

PLANEJAMENTO E FINANÇAS

PREFEITURA/DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA MUNICIPAL Nº 173/2021

DATA: 05 DE ABRIL DE 2021

JOSÉ ANTÔNIO DUBIELLA, **PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL**, **ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei, em especial o Art. 79 da Lei Complementar 008/2008,

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder Licença Prêmio por assiduidade convertida em pecúnia pelo período de 90 (noventa) dias, à servidora **PATRICIA DEVETAK PEREIRA COLEONE**, matrícula n° 311, ocupante do cargo efetivo de **PROFESSORA CLASSE C – 20 H**, referente ao período aquisitivo **2015/2020**, conforme o requerimento de 01 de março de 2021.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 01 de abril de 2021.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS CINCO DIAS DO MÊS DE ABRIL DE 2021.

JOSÉ ANTÔNIO DUBIELLA

PREFEITO MUNICIPAL

EMANUEL LIMA COSTA

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,

PLANEJAMENTO E FINANÇAS

PREFEITURA/DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA MUNICIPAL Nº 178/2021

DATA: 05 DE ABRIL DE 2021

JOSÉ ANTÔNIO DUBIELLA, **PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL**, **ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei:

RESOLVE:

Artigo 1º - Designar Interinamente a servidora municipal, Sra. **ROSINEI KOBELISKI DE MOURA**, nomeada como Orientadora Pedagógica para responder cumulativamente, pelo cargo de **DIRETORA** das seguintes escolas indígenas:

ESCOLA MUNICIPAL INDÍGENA KAI – ALDEIA GUARUJÁ

ESCOLA MUNICIPAL INDÍGENA JAYTATA – ALDEIA SOBRADINHO

ESCOLA MUNICIPAL INDÍGENA ARUWAK – ALDEIA ARUWAK

ESCOLA MUNICIPAL INDÍGENA MARAKA – ALDEIA SOBRADINHO

ESCOLA MUNICIPAL INDÍGENA SOL E LUA – ALDEIA MORENA

Artigo 2º - A presente designação não acrescentará vantagens pecuniárias ao salário da servidora.

Artigo 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS CINCO DIAS DO MÊS DE ABRIL DE 2021.

JOSÉ ANTÔNIO DUBIELLA

PREFEITO MUNICIPAL

EMANUEL LIMA COSTA

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,

PLANEJAMENTO E FINANÇAS

PREFEITURA/DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA MUNICIPAL Nº 176/2021

DATA: 05 DE ABRIL DE 2021

JOSÉ ANTÔNIO DUBIELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no Art. 58, III c/c o Art. 67, da Lei nº 8.666/93.

RESOLVE:

Artigo 1º - Nomear a Servidora Municipal Sra. **NAIARA CABRAL DA COSTA**, matrícula nº 1942, ocupante do cargo de **AGENTE ADMINISTRATIVO II**, inscrita no RG nº 24897523 SJSP/SP e CPF sob nº 022.542. 951-95 para atuar como **FISCAL DE CONTRATOS** celebrados pelo Município de Feliz Natal, relacionados à Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, em atendimento ao Art. 67 da Lei 8.666/93, à partir desta data.

Artigo 2º - A execução deverá ser acompanhada e fiscalizada pela servidora acima designada, a qual deverá exigir de cada empresa contratada relatório circunstanciado da execução dos serviços objeto do contrato.

§ 1º - A representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

§ 2º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência da representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Artigo 3° - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria Municipal 069/ 2021.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS CINCO DIAS DO MÊS DE ABRIL DE 2021.

JOSÉ ANTÔNIO DUBIELLA

PREFEITO MUNICIPAL

EMANUEL LIMA COSTA

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,

PLANEJAMENTO E FINANÇAS

PREFEITURA/DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA MUNICIPAL Nº 169/2021

DATA: 05 DE ABRIL DE 2021

JOSÉ ANTÔNIO DUBIELLA, **PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL**, **ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei:

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder **FUNÇÃO GRATIFICADA 02** para o Sr. **JOSE AMARILDO DOS SANTOS**, ocupante do cargo efetivo de **VIGIA**, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, por desenvolver a função de **MANUTENÇÃO DA HORTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**.

Artigo 2º - A remuneração a que faz jus está definida na Lei Complementar nº 055/2019.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS CINCO DIAS DO MÊS DE ABRIL DE 2021.

JOSÉ ANTÔNIO DUBIELLA

PREFEITO MUNICIPAL

EMANUEL LIMA COSTA

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,

PLANEJAMENTO E FINANÇAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE

AVISO DE ERRATA

AVISO DE ERRATA

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 014/2021

EDITAL Nº 001/2021

O Município Gaúcha do Norte/MT, por meio de sua Presidente da Comissão Permanente de licitação, torna público a **ERRATA** dos itens abaixo relacionados do procedimento licitatório de Concorrência cujo objeto é a Contratação de empresa na execução de obras de CONSERVAÇÃO E RECAPEAMENTO ASFALTICO das ruas do município onde será realizado no dia **23 de abril de 2021**.

Sendo assim, segue as alterações abaixo:

Onde se lê:

7.2.3 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

... c) Demonstrativos dos seguintes índices econômico-financeiros, extraídos do Balanço supra referido, sendo que a demonstração dos índices deverá ser efetuada mediante a elaboração, pela Licitante de documento contendo as fórmulas abaixo indicadas, a declaração formal de que os valores respectivos inseridos nas fórmulas foram extraídos do Balanço patrimonial apresentado, os quocientes respectivos apurados, bem como a(s) assinatura(s) do(s) representante(s) legal(is) da empresa e de seu contador, devidamente identificados, em papel timbrado da empresa.

c.1) Índice de Liquidez Corrente (ILC), igual ou maior que 1,50 (um vírgula cinquenta), obtido da seguinte fórmula:

AC

***ILC* = --------**

PC

c.2) Índice de Liquidez Geral (ILG), maior ou igual a 1,0:

AC + RLP

***ILG* = ----------**

PC + ELP

c.2) Grau de Endividamento Geral (GEG), igual ou menor a 0,50:

PC + ELP + DD

GEG = ----------

AT

Onde:

AC = Ativo Circulante

PC = Passivo Circulante

RLP = Realizável a Longo Prazo

ELP = Exigível a Longo Prazo

DD = Duplicatas Descontáveis

AT = Ativo Total

Lê se:

7.2.3 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

c) Demonstrativos dos seguintes índices econômico-financeiros, extraídos do Balanço supra referido, sendo que a demonstração dos índices deverá ser efetuada mediante a elaboração, pela Licitante de documento contendo as fórmulas abaixo indicadas, a declaração formal de que os valores respectivos inseridos nas fórmulas foram extraídos do Balanço patrimonial apresentado, os quocientes respectivos apurados, bem como a(s) assinatura(s) do(s) representante(s) legal(is) da empresa e de seu contador, devidamente identificados, em papel timbrado da empresa.

c.1) Índice de Liquidez Corrente (ILC), igual ou maior que ***1,00 (um vírgula zero)***, obtido da seguinte fórmula:

AC

***ILC* = --------**

PC

c.2) Índice de Liquidez Geral (ILG), maior ou igual a 1,0:

AC + RLP

***ILG* = ----------**

PC + ELP

c.2) Grau de Endividamento Geral (GEG), igual ou menor a 0,50:

PC + ELP + DD

GEG = ----------

AT

Onde:

AC = Ativo Circulante

PC = Passivo Circulante

RLP = Realizável a Longo Prazo

ELP = Exigível a Longo Prazo

DD = Duplicatas Descontáveis

AT = Ativo Total

Ficando as demais clausulas iguais às do edital.

Gaúcha do Norte MT, 22 de março de 2021.

NEILLA F. DE SOUZA

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

PORTARIA MUNICIPAL Nº 140/2021

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VONEY RODRIGUES GOULART, Prefeito Municipal de Gaúcha do Norte - MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Considerando, Lei Municipal n° 132/2001, Seção II Art. 133.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder a servidora **SIMONE SICHELERO,** brasileira nascida em 27/08/1983, portadora do RG nº 6076561271 SJTC/RS e do CPF nº 010.852.751-40, Servidora pública **EFETIVA** no cargo de **AGENTE ADMINISTRATIVO**, lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE, **FÉRIAS** referente ao período aquisitivo 2017/2018, onde 10 (dez) dias serão convertidos em **ABONO PECUNIÁRIO** e 10 (dez) dias em gozo, no intervalo de 12/04/2021 à 21/04/2021, com data prevista para retorno em 22/04/2021.

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gaúcha do Norte-MT, 12 de abril 2021.

Voney Rodrigues Goulart

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 1106/2021 - ALTERAÇÃO DE FONTE DE RECURSOS

Decreto nº 1106/2021 de 11 de Fevereiro de 2021

DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DE FONTE DE RECURSOS NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VONEY RODRIGUES GOULART, Prefeito Municipal de Gaúcha do Norte, Estado de MATO GROSSO, no uso de atribuições legais, especialmente a Lei 1011/2020, e em consonância com a Lei 4320/64.

DECRETA

Art. 1. - Fica aberto no Orçamento da Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte, ALTERAÇÃO DE FONTE DE RECURSOS, no montante de 350. 002,00 (Trezentos e cinquenta mil e dois reais), nas dotações orçamentárias a seguir:

12 SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E LAZER

003.12.306.0023.20056 MANUT. DO PROG. NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE

Cód. Reduzido 764

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO

003.12.306.0023.20063 MERENDA ESCOLAR

Cód. Reduzido 765

1,00

3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	350. 000,00
008.12.306.0023. 20076 **Cód. Reduzido**	MANUT. DO PROG. NAC. DE ALIMENTAÇÃO INDÍGENA **766**	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	1,00
	SUBTOTAL	**350. 002,00**
	TOTAL	**350. 002,00**

Art. 2. - O valor suplementado acima, será coberto com a redução das seguintes dotações orçamentárias:

12 SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E LAZER

003.12.306.0023.20056 MANUT. DO PROG. NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE

Cód. Reduzido 458

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO

003.12.306.0023.20063 MERENDA ESCOLAR

Cód. Reduzido 460

1,00

3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	350. 000,00
008.12.306.0023. 20076 **Cód. Reduzido**	MANUT. DO PROG. NAC. DE ALIMENTAÇÃO INDÍGENA **606**	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	1,00
	SUBTOTAL	**350. 002,00**
	TOTAL	**350. 002,00**

Art. 3. - A presente alteração não trata-se de crédito suplementar, apenas Alteração de Fonte de Recurso de Crédito já existente.

Art. 4. - O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário:

GABINETE DO PREFEITO DE GAÚCHA DO NORTE - MT. AOS ONZE DIAS DO MÊS DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E VINTE E UM

VONEY RODRIGUES GOULART

PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 022/2021

PREGÃO PRESENCIAL/SRP Nº 013/2021

'' PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME – EPP "

LEI FEDERAL COMPLEMENTAR Nº 147/2014 -

RESOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 17/2015 – TCE/MT

O Município de Gaúcha do Norte/MT, por meio de sua Pregoeira Oficial, torna se público o Pregão Presencial com Sistema de Registro de Preços para futura e eventual Contratação de empresa especializada na prestação de serviços para ***REALIZAR CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS OBJETIVAS PARA O PROVIMENTO DE CARGO DO QUADRO DE AUDITOR DE CONTROLE INTERNO MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE -MT***, conforme especificações do edital, onde será realizado no dia **26 de abril de 2021 às 07h30min** (**Horário de Cuiabá/MT**) na sala de licitações. Este pregão será regido pela Lei Federal 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, suas alterações e demais disposições aplicáveis. A retirada do edital será no site www.gauchadonorte.mt.gov.br e no e-mail licitacaogauchadonorte@gmail.com.

Gaúcha do Norte, 12 de abril de 2021.

NEILLA F. DE SOUZA

Pregoeira Oficial

DECRETO Nº 1097/2021 - CRÉDITO ADICIONAL

DECRETO Nº 1097/2021 DE TERÇA-FEIRA, 2 DE FEVEREIRO DE 2021

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VONEY RODRIGUES GOULART, Prefeito Municipal de GAÚCHA DO NORTE, Estado de MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, especialmente a Lei Municipal n.º 1011/2020, e em consonância com a Lei Federal 4320/64.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento da Prefeitura Municipal de GAÚCHA DO NORTE - MT, abre CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, até o montante de R$ 117.204,77 (CENTO E DEZESSETE MIL E DUZENTOS E QUATRO REAIS E SETENTA E SETE CENTAVOS), nas dotações orçamentárias:

12 SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E LAZER

Cód. Reduzido 486

003.12.361.0042.10089 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS (ÔNIBUS, MICRO , COMBI, VANS, CAMION

0.1.01.000000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - EDUCAÇÃO

4490520000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 114.999,00

Cód. Reduzido 591

007.13.392.0048.20073 MANUT. E ENCARGOS COM DEPTO DE CULTURA

0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS

3190130000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 705,77

Cód. Reduzido 619

008.12.361.0042.20077 MANUT. E ENCARGOS COM DEPTO INDÍGENA

0.1.01.000000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - EDUCAÇÃO

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 1.500,00

SUBTOTAL 117.204,77

TOTAL 117.204,77

Art. 2º - O valor transposto e remanejado pelo artigo anterior, será coberto com a redução das seguintes dotações orçamentárias:

12 SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E LAZER

Cód. Reduzido 463

003.12.361.0035.20112 MANUTENÇÃO COM O TRANSPORTE ESCOLAR - MUNICIPIO

0.1.01.000000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - EDUCAÇÃO

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 114.999,00

Cód. Reduzido 504

003.12.361.0042.20060 MANUT. E ENCARGOS COM DEP. DE EDUCAÇÃO

0.1.01.000000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - EDUCAÇÃO

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 1.500,00

Cód. Reduzido	**592**	
007.13.392.0048.20073	MANUT. E ENCARGOS COM DEPTO DE CULTURA	
0.1.00.000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	
3191130000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	705,77
	SUBTOTAL	**117.204,77**
	TOTAL	**117.204,77**

Art. 3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação em local de costume, revogadas as disposições em contrário:

GABINETE DO PREFEITO GAÚCHA DO NORTE - MT.

AOS DOIS DIAS DO MÊS DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E VINTE E UM.

VONEY RODRIGUES GOULART

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria e publicada por afixação no lugar público de costume na data supra.

PORTARIA MUNICIPAL Nº 141/2021

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VONEY RODRIGUES GOULART, Prefeito Municipal de Gaúcha do Norte - MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Considerando, Lei Municipal n° 132/2001, Seção II Art. 133.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder ao servidor (a) **DARCI LUIZ PIVETA,** brasileiro nascido em 08/02/1960, portador (a) do RG nº 33602936 SSP/PR e do CPF nº 524. 399.419-72, Servidor (a) público (a) **EFETIVO** no cargo de **MOTORIST**A, lotado (a) na SEC. MUNI. DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS, **FÉRIAS** de 30(trinta) dias, referente ao período aquisitivo 2018/2019, no intervalo de 12/04/2021 até 11/05/2021, com data prevista para retorno em 12/05/ 2021.

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gaúcha do Norte-MT, 12 de abril 2021.

Voney Rodrigues Goulart

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 1116/2021 - CRÉDITO ADICIONAL

DECRETO Nº 1116/2021 DE TERÇA-FEIRA, 2 DE MARÇO DE 2021

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VONEY RODRIGUES GOULART, Prefeito Municipal de GAÚCHA DO NORTE, Estado de MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, especialmente a Lei Municipal n.º 1011/2020, e em consonância com a Lei Federal 4320/64.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento da Prefeitura Municipal de GAÚCHA DO NORTE - MT, abre CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, até o montante de R$ 664.967,11 (SEISCENTOS E SESSENTA E QUATRO MIL E NOVECENTOS E SESSENTA E SETE REAIS E ONZE CENTAVOS), nas dotações orçamentárias:

02	**GABINETE DO PREFEITO**	
Cód. Reduzido	**2**	
001.04.122.0003. 10007	AQUIS. DE EQUIP. MÓVEIS E UTENSÍLIOS	
0.1.00.000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	174,00
	SUBTOTAL	**174,00**
06	**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE**	
Cód. Reduzido	**118**	

002.10.301.0075.20012 MANUT. E ENCARGOS COM O BLOCO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

0.1.46.000000 TRANSF. FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS - PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL -

4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	20. 190,00
Cód. Reduzido	**157**	
002.10.301. 0075.20023	MANUT. DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE	
0.1.02.000000	RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - SAUDE	
3371700000	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	12. 370,00
	SUBTOTAL	**32. 560,00**
09	**SEC. MUN. DE OBRAS E SERV. URBANOS**	
Cód. Reduzido	**301**	
001.15.451. 0011.10048	PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, CONST. DE GUIAS E SARJETAS	
0.1.00.000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	
4490510000	OBRAS E INSTALAÇÕES	621. 618,61
Cód. Reduzido	**322**	
001.15.451. 0011.10054	CONSTRUIR, REFORMAR E AMPLIAR PRAÇAS, JARDINS EM NOSSO M	
0.1.00.000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	
4490510000	OBRAS E INSTALAÇÕES	3. 700,00
	SUBTOTAL	**625. 318,61**

13	**SEC. MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL**	
Cód. Reduzido	**687**	
002.08.244. 0015.20084	MANUT. E APRIMORAMENTO DA GESTÃO DO IGD-SUAS	
0.1.29. 000000	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA	SOCIAL - FNAS
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	4.514,50
Cód. Reduzido	**718**	
003.08.243. 0015.20090	MANUT. E ENCARGOS COM FMDCA - CONS. TUTELAR	
0.1.00. 000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	2.400,00
	SUBTOTAL	**6.914,50**
	TOTAL	**664. 967,11**

Art. 2º - O valor transposto e remanejado pelo artigo anterior, será coberto com a redução das seguintes dotações orçamentárias:

02	**GABINETE DO PREFEITO**	
Cód. Reduzido	**8**	
001.04.122. 0003.20003	MANUT. ENCARGOS COM ATIV. DO GABINETE DO PREFEITO	
0.1.00.000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	174,00
	SUBTOTAL	**174,00**
03	**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**	
Cód. Reduzido	**38**	
001.04.122. 0003.20007	MANUT. E ENC. C/ATIV. DO GAB SECR. MUN. ADMINISTRAÇÃO	
0.1.00.000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA	200. 000,00
	SUBTOTAL	**200. 000,00**
06	**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE**	
Cód. Reduzido	**92**	
002.10.301. 0075.20009	MANUT. E ENCARGOS COM FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
0.1.02.000000	RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - SAUDE	
3390330000	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	32. 560,00
	SUBTOTAL	**32. 560,00**
09	**SEC. MUN. DE OBRAS E SERV. URBANOS**	
Cód. Reduzido	**298**	
001.15.451. 0011.10048	PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, CONST. DE GUIAS E SARJETAS	
0.1.00.000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	300. 000,00
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA	50. 000,00
4490510000	OBRAS E INSTALAÇÕES	42. 001,00
Cód. Reduzido	**326**	
001.15.451. 0011.20119	CONSTRUIR , REFORMAR E AMPLIAR CANTEIROS, ROTATÓRIAS EM	
0.1.00.000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	
4490510000	OBRAS E INSTALAÇÕES	3. 700,00
	SUBTOTAL	**395. 701,00**

11	**SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS**	
Cód. Reduzido	**394**	
001.04.122. 0003.20045	MANUT. E ENCARGOS COM SECRETARIA MUNIC. DE FINANÇAS	
0.1.00.000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA	29. 617,61
	SUBTOTAL	**29. 617,61**
13	**SEC. MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL**	
Cód. Reduzido	**652**	
002.08.244. 0015.20080	MANUT. E ENCARGOS COM FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	

0.1.00.000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	6.914,50
	SUBTOTAL	**6.914,50**
	TOTAL	**664.967,11**

Art. 3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação em local de costume, revogadas as disposições em contrário:

GABINETE DO PREFEITO GAÚCHA DO NORTE - MT.

AOS DOIS DIAS DO MÊS DE MARÇO DE DOIS MIL E VINTE E UM.

VONEY RODRIGUES GOULART

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria e publicada por afixação no lugar público de costume na data supra.

LEI COMPLEMENTAR Nº. 103/2021 - AUTORIZA O REMANEJAMENTO TEMPORÁRIO DAS VAGAS DE DIRETOR - COORDENADOR - ASSESSOR - SECRETÁRIOS

LEI COMPLEMENTAR Nº. 103, DE 12 DE ABRIL DE 2021.

(Projeto de Lei Complementar nº. 002, de 18 de março de 2021, do Executivo).

SANCIONADO E PUBLICADO EM 12/04/2021

"Dispõe sobre autorização para remanejamento temporário de vagas da Lei Complementar nº.05/2010, e dá outras providências."

Voney Rodrigues Goulart, Prefeito Municipal de Gaúcha do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores em sessão de 05/04/2021, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Autoriza o Poder Executivo em caráter temporário, por ato próprio a remanejar o quantitativo de vagas dos cargos abaixo relacionados:

Anexo II – Dos Cargos Comissionados e da Função Gratificada:

a) Dos Cargos Comissionados:

Cargo	CBO	Quantidade	Salário	Código
Diretor escolar até 350 alunos	131320	03	R$3.760,00	CC1
Diretor escolar com mais de 350 alunos até 600 alunos	131320	03	R$4.660,00	CC2
Diretor Escolar com mais de 600 alunos	131320	01	R$5.000,00	CC3
Secretário Escolar com até 350 alunos	1112-20	02	R$1.151,00	CC6
Secretário Escolar acima de 350 alunos até 600	1112-20	02	R$1.600,00	CC7
Secretário Escolar acima de 600 alunos	1112-20	02	R$1.800,00	CC8

Parágrafo único: O remanejamento será apenas do cargo de maior valor para o de menor valor de forma a não gerar aumento de despesa.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal.

Gaúcha do Norte - MT, em 12 de abril de 2021.

Voney Rodrigues Goulart

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 1119/2021 - CRÉDITO ADICIONAL

DECRETO Nº 1119/2021 DE TERÇA-FEIRA, 16 DE MARÇO DE 2021

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VONEY RODRIGUES GOULART, Prefeito Municipal de GAÚCHA DO NORTE, Estado de MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, especialmente a Lei Municipal n.º 1030/2021, e em consonância com a Lei Federal 4320/64.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento da Prefeitura Municipal de GAÚCHA DO NORTE - MT, abre CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, até o montante de R$ 73.321,47 (SETENTA E TRÊS MIL E TREZENTOS E VINTE E UM REAIS E QUARENTA E SETE CENTAVOS), nas dotações orçamentárias:

09	**SEC. MUN. DE OBRAS E SERV. URBANOS**	
Cód. Reduzido	**753**	
001.15.451.0293.10048	PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, CONST. DE GUIAS E SARJETAS	
0.1.00.082000	TRANSFERENCIAS DA UNIÃO - LEI KANDIR 176/2020	
4490510000	OBRAS E INSTALAÇÕES	73.321,47
	SUBTOTAL	**73.321,47**
	TOTAL	**73.321,47**

Art. 2º - Para cobertura do CRÉDITO SUPLEMENTAR a que se refere o artigo anterior serão utilizados os recursos provenientes de excesso de arrecadação da fonte de recurso 0.1.00.082000 - TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO – LEI KANDIR 176/2020, no valor de **R$ 73.321,47** (setenta e três mil, trezentos e vinte e um reais e quarenta e sete centavos) de acordo com o disposto nos artigos 42 e 43 da Lei nº 4.3201/64

TOTAL 73.321,47

Art. 3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação em local de costume, revogadas as disposições em contrário:

GABINETE DO PREFEITO GAÚCHA DO NORTE - MT.

AOS DEZESSEIS DIAS DO MÊS DE MARÇO DE DOIS MIL E VINTE E UM.

VONEY RODRIGUES GOULART

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 1118/2021 - ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL

DECRETO Nº 1118/2021 DE TERÇA-FEIRA, 16 DE MARÇO DE 2021

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO VALOR QUE E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VONEY RODRIGUES GOULART, Prefeito Municipal de GAÚCHA DO NORTE, Estado de MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, especialmente a Lei Municipal n.º 1029/2021, e em consonância com a Lei Federal 4320/64.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento da Prefeitura Municipal de GAÚCHA DO NORTE - MT, abre CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, até o montante de R$ 1.796.419,69 (UM MILHÃO E SETECENTOS E NOVENTA E SEIS MIL E QUATROCENTOS E DEZENOVE REAIS E SESSENTA E NOVE CENTAVOS), nas dotações orçamentárias:

09	**SEC. MUN. DE OBRAS E SERV. URBANOS**	
Cód. Reduzido	**763**	
001.15.451.0011.10048	PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, CONST. DE GUIAS E SARJETAS	
0.3.00.000000	RECURSOS ORDINÁRIOS - EXERCICIOS ANTERIOR	

4490510000	OBRAS E INSTALAÇÕES	1.796.419,69
	SUBTOTAL	**1.796.419,69**
	TOTAL	**1.796.419,69**

Art. 2º - Para dar cobertura ao Crédito Adicional Especial aberto no artigo 1º, serão utilizados recursos provenientes de Superavit Financeiro do exercício anterior da Fonte de Recurso 0.1.00.000.000 – Recursos Ordinários, conforme preceitua o artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/1964:

TOTAL 1.796.419,69

Art. 3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação em local de costume, revogadas as disposições em contrário:

GABINETE DO PREFEITO GAÚCHA DO NORTE - MT.

AOS DEZESSEIS DIAS DO MÊS DE MARÇO DE DOIS MIL E VINTE E UM.

VONEY RODRIGUES GOULART

PREFEITO MUNICIPAL

LEI Nº. 1.032/2021 - AUTORIZAÇÃO PARA ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR SUPERAVIT ASSIS. COVID

LEI Nº. 1.032, DE 12 DE ABRIL DE 2021.

(Projeto de Lei nº 019 de 18 de março de 2021, de Autoria do Executivo)

SANCIONADO E PUBLICADO EM 12/04/2021

"AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

VONEY RODRIGUES GOULART, Prefeito Municipal de Gaúcha do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores em sessão de 05/04/2021, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o poder executivo autorizado a criar as dotações abaixo relacionadas por intermédio de crédito adicional especial no orçamento vigente de até **R$ 87.633,93** (oitenta e sete mil seiscentos e trinta e três reais e noventa e três centavos);

13 - SEC. MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
002 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
08.244.0295.20135 - INCREMENTO TEMPORARIO AO BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA PARA AÇÕES DE COMBATE AO COVID-19. RECURSO EXTRAORDIÁRIO. PORTARIA 378/2020.		
4.4.90.52.00.00 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0.3.29.074000	R$ 15.000,00
3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO	0.3.29.074000	R$ 72.633,93
TOTAL	0.3.29.074000	**R$ 87.633,93**

Art. 2º - Para dar cobertura ao Crédito Adicional Especial aberto no artigo 1º, serão utilizados recursos provenientes de Superavit Financeiro do exercício anterior da Fonte de Recurso 0.1.29.000.000 – TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS, conforme preceitua o artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/1964.

Art. 3º - Fica o poder executivo autorizado a realizar as atualizações nos anexos do PPA (Plano Plurianual) e LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) vigentes, sejam por inclusão ou alteração de Programas e Ações.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito.

Gaúcha do Norte, 12 de abril de 2021.

VONEY RODRIGUES GOULART

PREFEITO MUNICIPAL

LEI Nº. 1.035/2021 - AUTORIZAÇÃO PARA ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR SUPERAVIT SAÚDE. COVID

LEI Nº. 1.035, DE 12 DE ABRIL DE 2021.

(Projeto de Lei nº 022 de 25 de março de 2021, de Autoria do Executivo)

SANCIONADO E PUBLICADO EM 12/04/2021

"AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

VONEY RODRIGUES GOULART, Prefeito Municipal de Gaúcha do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores em sessão de 05/04/2021, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o poder executivo autorizado a criar as dotações abaixo relacionadas por intermédio de crédito adicional especial no orçamento vigente de até **R$ 21.063,33** (vinte e um mil e sessenta e três reais e trinta e três centavos);

06 - SEC. MUN. DE SAÚDE		
002 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
10.301.0294.20129 - COVID-19 ENFRENTAMENTO A PANDEMIA - SAÚDE		
4.4.90.52.00.00 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0.3.00.077000	**R$ 21.063,33**

Art. 2º - Para dar cobertura ao Crédito Adicional Especial aberto no artigo 1º, serão utilizados recursos provenientes de Superavit Financeiro do exercício anterior da Fonte de Recurso 0.1.00.077.000 – TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO PROGRAMA DE ENFRENTAMENTO AO COVID-19, LC173/2020,ART5,II, conforme preceitua o artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/1964.

Art. 3º - Fica o poder executivo autorizado a realizar as atualizações nos anexos do PPA (Plano Plurianual) e LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) vigentes, sejam por inclusão ou alteração de Programas e Ações.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito.

Gaúcha do Norte, 12 de abril de 2021.

VONEY RODRIGUES GOULART

PREFEITO MUNICIPAL

LEI Nº. 1.034/2021 - AUTORIZAÇÃO PARA ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR SUPERAVIT SAÚDE. COVID

LEI Nº. 1.034, DE 12 DE ABRIL DE 2021.

(Projeto de Lei nº 021 de 25 de março de 2021, de Autoria do Executivo)

SANCIONADO E PUBLICADO EM 12/04/2021

"AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

VONEY RODRIGUES GOULART, Prefeito Municipal de Gaúcha do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores em sessão de 05/04/2021, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o poder executivo autorizado a criar as dotações abaixo relacionadas por intermédio de crédito adicional especial no orçamento vigente de até **R$ 38.836,67** (trinta e oito mil oitocentos e trinta e seis reais e sessenta e sete centavos);

06 - SEC. MUN. DE SAÚDE		
002 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
10.301.0294.20129 - COVID-19 ENFRENTAMENTO A PANDEMIA - SAÚDE		
4.4.90.52.00.00 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0.3.26. 076000	**R$ 38. 836,67**

Art. 2º - Para dar cobertura ao Crédito Adicional Especial aberto no artigo 1º, serão utilizados recursos provenientes de Superavit Financeiro do exercício anterior da Fonte de Recurso 0.1.26.076.000 – TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO PROGRAMA DE ENFRENTAMENTO AO COVID-19, LC173/2020,ART5,I-SAÚDE, conforme preceitua o artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/1964.

Art. 3º - Fica o poder executivo autorizado a realizar as atualizações nos anexos do PPA (Plano Plurianual) e LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) vigentes, sejam por inclusão ou alteração de Programas e Ações.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito.

Gaúcha do Norte, 12 de abril de 2021.

VONEY RODRIGUES GOULART

PREFEITO MUNICIPAL

LEI Nº. 1.033/2021 - RATIFICA O PROTOCOLO DE INTENÇÕES VACINA COVID

LEI Nº. 1.033, DE 12 DE ABRIL DE 2021.

(Projeto de Lei nº 020 de 22 de março de 2021, de Autoria do Executivo)

SANCIONADO E PUBLICADO EM 12/04/2021

"Ratifica protocolo de intenções firmado entre Municípios brasileiros, com a finalidade de adquirir vacinas para combate à pandemia do coronavírus; medicamentos, insumos e equipamentos na área da saúde."

VONEY RODRIGUES GOULART, Prefeito Municipal de Gaúcha do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores em sessão de 05/04/2021, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica ratificado, nos termos da lei federal nº 11.107/2005 e seu decreto federal regulamentador nº 6.017/2007, o protocolo de intenções firmado entre municípios de todas as regiões da República Federativa do Brasil, visando precipuamente a aquisição de vacinas para combate à pandemia do coronavírus, além de outras finalidades de interesse público relativas à aquisição de medicamentos, insumos e equipamentos na área da saúde**.**

Art. 2º O protocolo de intenções, após sua ratificação, converter-se-á em contrato de consórcio público.

Art. 3º O consórcio que ora se ratifica terá a personalidade jurídica de direito público, com natureza autárquica.

Art. 4º Fica autorizada a abertura de dotação orçamentária própria para fins de cumprimento do Art. 8º da Lei Federal 11.107/2005, podendo ser suplementadas em caso de necessidade.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Gaúcha do Norte, 12 de abril de 2021.

VONEY RODRIGUES GOULART

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO

EXTRATO DE CONTRATO N° 05/2021

EXTRATO DE CONTRATO N° 05/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO – MT.

CONTRATADO: TNOVE COMERCIO DE PEÇAS EIRELI

CNPJ: 30.369.251/0001-09

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS, ACESSORIOS E/OU COMPONENTES DE REPOSIÇÃO QUE ATENDAM AS MESMAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E PADRÕES DE QUALIDADE DAS PEÇAS DE PRODUÇÃO ORIGINAL/GENUÍNA (ABNT NBR 15296) PARA VEICULOS LEVES,PESADOS, E MAQUINAS QUE COMPOEM A FROTA DAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE GENERAL CARNEIRO/MT, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL

VALOR: R$ 1.272.733,70 (UM MILHÃO DUZENTOS SETENTA E DOIS MIL SETECENTOS TRINTA E TRESI REAIS E SETENTA CENTAVOS)

DATA: 05/04/2021

VIGÊNCIA: 31/12/2021

MARCELO AQUINO

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETOS/PORTARIAS 2021

DECRETO Nº.014/2021 DE 12 DE ABRIL DE 2021.

"Institui a Junta Médica do Município de General Carneiro, Estado de Mato Grosso."

MARCELO DE AQUINO, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica instituído por este Decreto, a Junta Médica do Município de General Carneiro, Estado de Mato Grosso e do Fundo de Previdência de General Carneiro – **GENERAL-PREVI.**

Art. 2º – A Junta Médica será constituída por 02 (dois) servidores do quadro da Prefeitura Municipal, com reputação ilibada e notório conhecimento médico, devidamente inscritos regularmente, sendo eles: **AMILTON SILVA DE MOURA – CRM/MT 9248 e FREDERICO ROSA FONSECA – CRM/MT 10647.**

Parágrafo Único – O exercício do mandato de membro da junta médica será considerado de relevante serviço público e poderá ser remunerado mediante formalização através de instrumento particular de credenciamento.

Art. 3º - compete aos membros da Junta Médica:

I – realizar perícia médica na admissão de servidores públicos pela Administração púbica municipal;

II – emitir laudo médico pericial nos processos de aposentadoria por invalidez, auxílio-doença, salário-maternidade e desvio de função do Fundo de Previdência de General Carneiro - **GENERALPREVI.**

Parágrafo Único – A competência de que trata este artigo poderá ser exercida individualmente, nos casos de desvio de função, auxílio-doença e salário-maternidade e nos demais coletivamente.

Art. 4º – Independente das atribuições descritas no artigo 3.º, a Junta Médica exercerá outras atividades relacionadas a área de medicina, sempre que convocados pelo Prefeito Municipal.

Parágrafo Único – A convocação de que trata o caput deste artigo, será efetuada com antecedência de 05 (cinco) dias.

Art. 5º– O mandato dos membros da Junta Médica será de quatros anos sendo sua nomeação de responsabilidade do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 6º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de General Carneiro-MT, 12 de Abril de 2021.

MARCELO DE AQUINO

Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 090/2021

"Dispõe sobre a concessão do benefício de Pensão por Morte ao dependente Sr. ***Marcelo Vigato."***

O Prefeito do Município de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e fundamentando no artigo 40, § 7º da Constituição Federal de 1988, de acordo com a redação da Emenda Constitucional nº 103, de 2019 c/c artigo 7º, I, artigo 28, caput, artigo 30, I, artigo 32, §1º, V, "c", item 6, ambos da Lei Complementar Municipal nº 539 de 28 de Setembro de 2005, com redação dada pela Lei Complementar Municipal nº 1029 de 29 de abril de 2020, que rege a previdência municipal,

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício de Pensão Por Morte, em decorrência do falecimento da Sra. **Sônia Maria Fonseca Vigato**, portadora do RG nº 687. 028 SSP/MT e CPF nº 341.944.286-68, na época do óbito Servidora Inativa, aposentada voluntariamente por Tempo de Contribuição, anteriormente ocupante do cargo de Auxiliar de Contabilidade, com uma jornada de trabalho de "40" horas semanais, classificada no PCCS Classe "H", Nível "V", lotada na Secretaria Municipal de Administração e Finanças da Prefeitura de General Carneiro/MT, com provento em favor do dependente Sr. **Marcelo Vigato**, portador do RG nº M-2.668.461 SSP/MG e CPF nº 341. 944.286-68, cônjuge da *"de cujus"*, o equivalente a 50% (cinqüenta por cento), acrescido de uma cota de 10% (dez por cento) em razão da existência de apenas um dependente, conforme processo administrativo do GENERAL - PREVI, n.º **2021.07.00001P**, a partir da data do óbito da Segurada, ocorrido em 23 de janeiro de 2021, até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

General Carneiro/MT, 16 de Março de 2021.

Marcelo Aquino Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA D´OESTE

EDITAL DE PUBLICAÇÃO N° 001/2021

A Senhora Gheysa Maria Bonfim Borgato, Prefeita Municipal de Glória D'oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições em cumprimento ao artigo 31, § 3° da Constituição Federal, artigo 209 da Constituição Estadual, comunica que as Contas Anuais de Governo da Prefeitura Municipal de Glória D'Oeste - MT, referente ao **Exercício Financeiro De 2020**, encontra-se a disposição para apreciação dos cidadãos e instituições da sociedade, os quais poderão questionar-lhes a legitimidade.

GLÓRIA D'OESTE — MT, 12 DE ABRIL DE 2021.

GHEYSA MARIA BONFIM BORGATO

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIAVAÍ

LEI Nº 713, DE 30 DE MARÇO DE 2021.

"Dispõe sobre a reestruturação do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - CACS-FUNDEB, em conformidade com o artigo 212-A da Constituição Federal, regulamentado na forma da Lei Federal nº 14. 113, de 02 de dezembro de 2020".

Sidnei Marques Lopes – Prefeito Municipal de Indiavaí, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente, **faz saber** que a **Câmara Municipal de Indiavaí** decreta e ele sanciona e promulga a seguinte Lei.

Art. 1º O Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação no Município de Indiavaí - MT - **CACS-FUNDEB**, criado nos termos da *Lei nº 356 de Abril de 2007*, em conformidade com o *art. 212-A da Constituição Federal*, regulamentado na forma da *Lei Federal nº 14.113 de 25 de dezembro de 2020*, fica reestruturado de acordo com as disposições desta lei.

Art. 2º O CACS-FUNDEB tem por finalidade proceder ao acompanhamento e ao controle social sobre a distribuição, a transferência e a aplicação dos recursos do Fundo, com organização e ação independentes e em harmonia com os órgãos da Administração Pública Municipal, competindo-lhe:

I - Elaborar parecer sobre as prestações de contas, conforme previsto no parágrafo único do *art. 31 da lei Federal nº 14.113, de 2020;*

II - Supervisionar o censo escolar anual e a elaboração da proposta orçamentária anual, objetivando concorrer para o regular e tempestivo tratamento e encaminhamento dos dados estatísticos e financeiros que alicerçam a operacionalização do Fundo;

III - Acompanhar a aplicação dos recursos federais transferidos à conta do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar- PNATE e do Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos:

IV- Acompanhar a aplicação dos recursos federais transferidos à conta dos programas nacionais do governo federal em andamento no Município;

V - Receber e analisar as prestações de contas referentes aos programas referidos nos *incisos III e IV do "caput" deste artigo*, formulando pareceres conclusivos acerca da aplicação desses recursos e encaminhados ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE;

VI - Examinar os registros contábeis e demonstrativos gerenciais mensais e atualizados relativos aos recursos repassados ou retidos à conta do Fundo;

VII - Atualizar o regimento interno, observado o disposto nesta lei.

Art. 3º O CACS-FUNDEB poderá, sempre que julgar conveniente:

I- Apresentar, ao Poder Legislativo e aos órgãos de controle interno e externo, manifestação formal acerca dos registros contábeis e dos demonstrativos gerenciais do Fundo, dando ampla transparência ao documento em sítio da internet;

II- Convocar, por decisão da maioria de seus membros, o Secretário Municipal de Educação ou servidor equivalente para prestar esclarecimentos acerca do fluxo de recursos e da execução das despesas do Fundo, devendo a autoridade convocada apresentar-se em prazo não superior a 30 (trinta) dias;

III - Requisitar ao Poder Executivo cópia de documentos, com prazo para fornecimento não superior a 20 (vinte) dias, referentes a:

a) Licitação, empenho, liquidação e pagamento de obras e de serviços custeados com recursos do Fundo;

b) Folhas de pagamento dos profissionais da educação, com a discriminação dos servidores em efetivo exercício na educação básica e a indicação do o respectivo nível, modalidade ou tipo de estabelecimento a que se encontrarem vinculados;

c) Convênios/parcerias com as instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos;

d) Outras informações necessárias ao desempenho de suas funções;

IV - Realizar visitas para verificar *"in loco"*, entre outras questões pertinentes:

a) O desenvolvimento regular de obras e serviços realizados pelas instituições escolares com recursos do Fundo;

b) A adequação do serviço de transporte escolar;

c) A utilização, em benefício do sistema de ensino, de bens adquiridos com recursos do Fundo para esse fim.

Art. 4º A fiscalização e o controle do cumprimento do disposto no *art. 212-A da Constituição Federal* e nesta lei, especialmente em relação à aplicação da totalidade dos recursos do Fundo, serão exercidos pelo CACS-FUNDEB.

Art. 5º O CACS-FUNDEB deverá elaborar e apresentar ao Poder Executivo parecer referente à prestação de contas dos recursos do Fundo.

Parágrafo Único. O parecer deve ser apresentado em até 30 (trinta) dias antes do vencimento do prazo de apresentação da prestação de contas pelo Poder Executivo ao Tribunal de Contas do Estado.

Art. 6º O CACS-FUNDEB será constituído por:

I - Membros titulares, na seguinte conformidade:

a) 02 (dois) representantes do Poder Executivo, sendo pelo menos 01 (um) deles da Secretaria Municipal de Educação;

b) 01 (um) representante dos professores da educação básica pública do Município;

c) 01 (um) representante dos diretores das escolas básicas públicas do Município

d) 01 (um) representante dos servidores técnico-administrativos das escolas básicas públicas do Município;

e) 02 (dois) representantes dos pais/responsáveis de alunos da educação básica pública do Município;

f) 02 (dois) representantes dos estudantes da educação básica pública do Município, devendo 01 (um) deles ser indicado pela entidade de estudantes secundaristas;

II - Integrarão ainda os conselhos municipais dos Fundos, quando houver:

a) - 01 (um) representante do respectivo Conselho Municipal de Educação (CME);

b) - 01 (um) representante do Conselho Tutelar a que se refere a Lei nº 8. 069, de 13 de julho de 1990**,** indicado por seus pares;

c) - 02 (dois) representantes de organizações da sociedade civil;

d) - 01 (um) representante das escolas indígenas;

e) - 01 (um) representante das escolas do campo;

f) - 01 (um) representante das escolas quilombolas.

III - Membros suplentes: para cada membro titular, será nomeado um suplente, representante da mesma categoria ou segmento social com assento no Conselho, que substituirá o titular em seus impedimentos temporários, provisórios e em seus afastamentos definitivos, ocorridos antes do fim do mandato.

§ 1º Para fins da representação referida na *alínea* "i" *do inciso I do "caput"* deste artigo, as organizações da sociedade civil deverão atender as seguintes condições:

I - Ser pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, nos termos da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014;

II - Desenvolver atividades direcionadas ao Município de Indiavaí;

III- Estar em funcionamento há, no mínimo, 01 (um) ano da data de publicação do edital;

IV- Desenvolver atividades relacionadas à educação ou ao controle social dos gastos públicos;

V - Não figurar como beneficiária de recursos fiscalizados pelo CACS-FUNDEB ou como contratada pela Administração a título oneroso.

§ 2º- Na hipótese de inexistência de estudantes emancipados, no caso da *alínea "f" do inciso I do "caput"* deste artigo, a representação estudantil poderá acompanhar as reuniões do conselho, com direito a voz.

Art. 7º Ficam impedidos de integrar o CACS-FUNDEB:

I - O Prefeito, o Vice-Prefeito e os Secretários Municipais, bem como seus cônjuges e parentes consanguíneos ou afins, até o terceiro grau;

II - O tesoureiro, contador ou funcionário de empresa de assessoria ou consultoria que prestem serviços relacionados à administração ou ao controle interno dos recursos do Fundo, bem como cônjuges, parentes consanguíneos ou afins desses profissionais, até o terceiro grau;

III - Estudantes que não sejam emancipados;

IV - Responsáveis por alunos ou representantes da sociedade civil que:

a) Exerçam cargos ou funções públicas de livre nomeação e exoneração no âmbito dos órgãos do Poder Executivo;

b) Prestem serviços terceirizados no âmbito do Poder Executivo.

Art. 8º Os membros do CACS-FUNDEB, observados os impedimentos previstos no artigo 7º desta lei, serão indicados na seguinte conformidade:

I - Pelo Prefeito, quando se tratar de representantes do Poder Executivo;

II - Pelo Conselho da Escola por meio de processo eletivo organizado para esse fim, no caso dos representantes dos estudantes e dos responsáveis por alunos;

III - Pelas entidades sindicais da respectiva categoria, quando se tratar dos representantes de diretores de escola, professores e servidores administrativos;

Parágrafo Único. As indicações dos Conselheiros ocorrerão com antecedência de, no mínimo 20 (vinte) dias do término do mandato dos conselheiros já designados.

Art. 9º Compete ao Poder Executivo designar, por meio de portaria específica, os integrantes do CACS-FUNDEB, em conformidade com as indicações referidas no *artigo 8º desta Lei.*

Art. 10º O Presidente e o Vice-Presidente do **CACS-FUNDEB** serão eleitos por seus pares em reunião do colegiado, nos termos previstos no seu regimento interno.

Parágrafo único. Ficam impedidos de ocupar as funções de Presidente e de Vice-Presidente qualquer representante do Poder Executivo no colegiado.

Art. 11º. A atuação dos membros do **CACS-FUNDEB**:

I - Não será remunerada;

II - Será considerada atividade de relevante interesse social;

III - Assegura isenção da obrigatoriedade de testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício de suas atividades e sobre as pessoas que lhes confiarem ou deles receberem informações;

IV - Será considerada dia de efetivo exercício dos representantes de professores, diretores e servidores das escolas públicas em atividade no Conselho;

V - Veda, no caso dos conselheiros representantes de professores, diretores ou servidores das escolas públicas, no curso do mandato:

a) A exoneração de ofício, demissão do cargo ou emprego sem justa causa ou transferência involuntária do estabelecimento de ensino em que atuam;

b) O afastamento involuntário e injustificado da condição de conselheiro antes do término do mandato para o qual tenha sido designado;

VI - Vedam, no caso dos conselheiros representantes dos estudantes em atividade no Conselho, no curso do mandato, a atribuição de falta injustificada nas atividades escolares, sendo lhes assegurados os direitos pedagógicos.

Art. 12º. Os membros titulares e suplentes terão um mandato de 02 (dois) anos, permitida uma única recondução para o mandato subsequente.

§1º - Fica vedada a recondução para o próximo mandato eletivo do poder Executivo.

Art. 13º. As reuniões do **CACS-FUNDEB** serão realizadas:

I - Na periodicidade definida pelo regimento interno, respeitada a frequência mínima bimestral, ou por convocação de seu Presidente;

II - Extraordinariamente, quando convocadas pelo Presidente ou mediante solicitação por escrito de no mínimo, 2/3 (dois terços) dos integrantes do colegiado.

§ 1º- As reuniões serão realizadas em primeira convocação, com a maioria simples dos membros do CACS-FUNDEB ou, em segunda convocação, 30 (trinta) minutos após, com os membros presentes.

§ 2º As deliberações serão aprovadas pela maioria dos membros presentes, cabendo ao Presidente o voto de qualidade nos casos em que o julgamento depender de desempate.

Art. 14º. O sítio na internet contendo informações atualizadas sobre a composição e o funcionamento do CACS-FUNDEB terá continuidade com a inclusão:

I - Dos nomes dos Conselheiros e das entidades ou segmentos que representam;

II - Do correio eletrônico ou outro canal de contato direto com o Conselho;

III- Das atas de reuniões;

IV- Dos relatórios e pareceres;

V - Outros documentos produzidos pelo Conselho.

Art. 15º. Caberá ao Poder Executivo, com vistas à execução plena das competências do CACS-FUNDEB, assegurar:

I – Infraestrutura, condições materiais e equipamentos adequados e locais para realização das reuniões;

II - Profissional de apoio para secretariar, em especial, as reuniões do colegiado.

Art. 16º. O regimento interno do CACS-FUNDEB deverá ser atualizado e aprovado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias após a posse dos Conselheiros.

Art. 17º. Fica autorizado o Poder Executivo a regulamentar esta lei por meio de Decreto.

Art. 18º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogada a Lei Nº 356/2007 de Abril de 2007.

Gabinete do Prefeito, Indiavaí-MT, em 30 de março de 2021.

Sidnei Marques Lopes

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 034/2021/ DRH/PMI

TERMO DE CONTRATO REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE SERVIDOR POR TEMPO DETERMINADO À ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ – MT E A SRA. ***DANIELA BATISTA DOS SANTOS*** *APROVADA NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2021. COM BASE NO PERMISSIVO CONSTITUICIONAL (Art. 37, inciso IX da C.F) E NO TEOR DO DISPOSITIVO NA LEI MUNICIPAL Nº. 267/2011 E LEIS COMPLEMENTARES 023/ 2009 E 024/2009 E SUAS ALTERAÇÕES.*

Pelo presente instrumento de Contrato Temporário de Serviços, que fazem as partes, de um lado, como **CONTRATANTE**, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ**, Estado de Mato Grosso, inscrita no C.N.P.J. (MF) sob nº. 07.209.225/0001-00, com sede na Avenida Santa Catarina, 314, Centro, Itanhangá - MT, representada neste ato por seu Prefeito Municipal, Sr. **EDU LAUDI PASCOSKI**, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade RG nº. 408854 SSP/MS, e do CPF nº. 411.269.551.91, residente e domiciliado na Avenida Santa Catarina, 313, Cidade de Itanhangá (MT) e, de outro lado, como **CONTRATADA, Sra**. **DANIELA BATISTA DOS SANTOS**, brasileira, solteira, portadora da Cédula de Identidade R. G. nº 2.032.311-5 SSP/SE e do CPF Nº. 033.923.015-07, residente e domiciliada na Avenida Rio Branco, centro, Município de Itanhangá (MT), doravante denominados, respectivamente, **CONTRATANTE** e **CONTRATADA**, têm certos e ajustados o que se segue:

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA: O presente instrumento tem como objeto a Contratação de Serviço por Tempo Determinado de **Auxiliar de Serviços Gerais – 40 Horas** para à Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Itanhangá (MT), conforme regulamentado no Artigo 2º, da Lei Municipal 267/2011 e Edital de Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2021, Item 1.

DA FORMA E REGIME DE PRESTAÇÃO SERVIÇO

CLÁUSULA SEGUNDA: O serviço ora contratado será prestado de segunda-feira à sexta-feira, perfazendo um total de **40 horas semanais**, sob a forma de Contrato Temporário de Serviço, conforme regulamentado na Lei Municipal 267/2011**.** O local de atuação e atribuições dos serviços prestados está vinculado a vaga que o servidor se classificou, conforme Edital de Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2021 - I, Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2021.

Parágrafo Único: Na rescisão contratual, quando da apuração final da compensação de horário, fica autorizado descontar do(a) contratado(a) o valor equivalente às eventuais horas não trabalhadas e acrescentar o valor equivalente às eventuais horas trabalhadas.

DO VALOR

CLÁUSULA TERCEIRA: O preço certo e ajustado entre as partes para a prestação do serviço é de R$ 15.130,68 (quinze mil, cento e trinta reais e sessenta e oito centavos);

DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

CLAUSULA QUARTA: O preço fixado pela cláusula anterior será pago da seguinte forma:

Parágrafo Primeiro: Os valores fixados na Clausula Quarta serão pagos até o quinto dia útil do mês subsequente ao trabalhado, em moeda corrente deste país.

Parágrafo Segundo: O valor ajustado neste contrato será fixado, em importância não superior ao vencimento base de início de carreira constante nos quadros de cargos e salários dos Servidores Públicos do Município,

conforme disposto nas Leis Complementares 023/2009 e 024/2009 e suas alterações.

Parágrafo Terceiro: Sobre os valores acima, ajustados conforme a Cláusula Terceira incidirá os seguintes gravames:

a) Em favor da Previdência Social Oficial; **b)** Imposto de Renda Retido na Fonte conforme tabela/alíquotas determinada pela Receita Federal.

DO INÍCIO E FIM DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

CLÁUSULA QUINTA: A prestação do serviço aqui avençado iniciará no dia 01 (primeiro) de abril de 2021 e encerrar-se-á no dia 31 (trinta e um) de março de 2022, conforme regulamentado no Artigo 4º, da Lei Municipal 267/2011.

Parágrafo Primeiro: Em casos de calamidade pública, pandemia declarada, grave perturbação da ordem interna, guerra ou outro motivo grave devidamente justificado, fica expressamente autorizada a suspensão deste contrato por tempo determinado, não gerando, durante todo o período de suspensão, o direito de recebimento de salários por parte do(a) contratado(a), nem haverá recolhimento de contribuição previdenciária, sendo facultado ao(à) contratado(a) o recolhimento na modalidade facultativo.

Parágrafo Secundo: Em havendo a necessidade de banco negativo, poderá ser autorizado pelo gestor da pasta a compensação das horas negativas, existente no controle/banco de horas, que deverá ser compensado até a data de vencimento do contrato.

FORMA DE RECEBIMENTO

CLÁUSULA SEXTA: A CONTRATADA, dentro dos prazos já pactuados receberá o valor da prestação do serviço por meio de deposito em conta salário no nome da contratada.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

CLÁUSULA SETIMA: As despesas decorrentes deste instrumento correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária, devidamente consignada no Orçamento Programa para o corrente exercício:

Dotação Orçamentária:

Fundo Municipal de Saúde – Atenção Básica

05.002.10.301.0034.2063.3190.04.00.00.00 Red. 0149

DO REGIME JÚRIDICO DOS CONTRATOS

CLÁUSULA OITAVA: A CONTRATADA declara-se ciente que o Regime Jurídico aplicado na contratação será o regulamentado pela Lei Municipal Nº. 267/2011 que institui o Regime Jurídico Especial de contratação por tempo determinado para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público nos termos do inciso IX do Artigo 37 da Constituição Federal, aplicando-se subsidiariamente a regulamentação da Lei Federal 8.666/93.

DA RESCISÃO E EXTINÇÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA NONA: A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei.

Parágrafo Primeiro: O contratado deverá manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas conforme Lei Municipal 267/2011 no termo de contrato firmado, a CONTRATADA que não cumprir as exigências deste contrato fica sujeito a rescisão do contrato.

Parágrafo Segundo: Os contratos firmados nos termos desta Lei serão regidos pela teoria geral dos contratos aplicando-se supletivamente o disposto na Lei 8.666/1993.

Parágrafo Terceiro: A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei.

Parágrafo Quarto: O contrato firmado de acordo com esta lei extinguir-se-á, sem direito a indenizações:

a) Pelo término do prazo contratual; b) Por iniciativa do contratado; c) Pela extinção da situação ensejadora da contratação, ainda que antes de seu término regulamentar.

Parágrafo Quinto: A extinção do contrato, por iniciativa do órgão contratante, decorrente de conveniência administrativa, importará no pagamento ao contratado do valor proporcional aos dias trabalhados acrescidos de Décimo Terceiro Salário e Férias.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA DÉCIMA: A CONTRATADA declara não ter nenhum impedimento legal para prestar o serviço pactuado neste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: Fica eleito o Foro da Comarca de Tapurah (MT), para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento, por mais privilegiado que outro possa ser.

E, por estarem justas e contratadas as partes deste instrumento, assinamno, por si e seus sucessores, em três vias de igual teor e forma, na presença das duas testemunhas abaixo, que a tudo assistem.

ITANHANGÁ – MT, EM 01 DE ABRIL DE 2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

EDU LAUDI PASCOSKI

CONTRATANTE

DANIELA BATISTA DOS SANTOS

CONTRATADA

ELISA MARIA DINIZ

ASSESSORA JURÍDICA

Testemunhas:

NOME _____

CPF _____

NOME _____

CPF _____

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
AVISO DE ABERTURA DE PROPOSTA DE PREÇOS TOMADA DE PREÇOS N° 004/2021

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ – ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público, com sede administrativa na Av. Santa Catarina, n° 314, Centro, Itanhangá – MT, CEP: 78.579-000, inscrita no CNPJ: 07.209.225/0001-00, através da sua CPL – Comissão Permanente de Licitação, nomeada pela Portaria n° 015/2021, torna Público para conhecimento os interessados, que decorrido o prazo recursal e após julgamento do recurso adminitrativo, da **Tomada de Preços nº 004/2021**, para **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DE ESTAÇÃO DE TRANSBORDO NO MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ – MT",** que realizará a abertura dos envelopes de proposta de preços das licitantes habilitadas no dia **15 de abril de 2021** às **08H00MIN (Horário Oficial de Itanhangá – MT),**na Sala de Licitação da Prefeitura Municipal. Maiores informações poderão ser obtidas junto a Comissão Permanente de Licitação, na Prefeitura Municipal em horário de expediente, das 07h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min ou através do telefone (66) 3578-2500ou através do e-mail: licitacao@itanhanga.mt.gov.br e do site oficial www.itanhanga.mt.gov.br

Itanhangá – MT, 12 de abril de 2021.

CAMILA BRUNA MORESCO

Presidente da C.P.L

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
JULGAMENTO – RECURSO ADMINISTRATIVO

JULGAMENTO – RECURSO ADMINISTRATIVO

Ref. **TOMADA DE PREÇOS 004/2021**

1) Empresa que apresentou Razões de Recurso:

- **UM CONSTRUTORA E ENGENHARIA LTDA – ME;**

2) Empresa que apresentou Contrarrazões de Recurso:

- RGN CONSTRUTORA EIRELI.

3) Empresa que renunciou a apresentação de Contrarrazões de Recurso:

- Não teve

1 – SÍNTESE DO RECURSO

Trata-se de Recurso interposto pela empresa UM CONSTRUTORA E ENGENHARIA LTDA – ME**, considerando a habilitação da empresa R G N Construtora Eireli – ME** no processo referente a TOMADA DE PREÇOS 004/2021**,** que tem como objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DE ESTAÇÃO DE TRANSBORDO NO MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ – MT.**

A recorrente informa que a empresa recorrida RGN Construtora apresentou demonstrativo de capacidade econômica em desacordo com as informações constantes no balanço apresentado.

A recorrente menciona que a Licitante **R G N Construtora Eireli – ME,** descumpriu exigências do edital no que se refere ao item 6.3 alínea (b), apresentando documento com números divergentes do documento oficial apresentado (BP) e por essa razão deve ser considerada INABILITADA por esta digna Comissão de Licitação por não cumprimento do edital. Independente da qualificação do ato se intencional ou não intencional, vale frisar que a mesma já fora desabilitada em outra licitação por motivo de não ter apresentado os respectivos índices solicitados no item de Qualificação Econômico-financeira.

Encaminhado as razões de recurso para a empresa recorrida a mesma apresentou suas contrarrazões a justificativa que o balanço apresentado refere-se ao exercício de 2019, sendo que o demonstrativo da capacidade econômica foram realizados com os dados do balanço já de 2020 que não foi apresentado pois ainda não estava registrado, sendo que na oportunidade apresenta os índices recalculados através do balanço patrimonial de 2019 apresentado no processo, comprovando mesmo assim que os índices atende o exigido pelo edital.

Estes são resumidamente os fatos.

2. DO JULGAMENTO DE MÉRITO

Em que pese, os fatos estarem sinteticamente resumidos, não há como deixar de mencionar que para análise profícua e emissão de decisão as razões e justificativas da Recorrente foram analisadas de forma minuciosa, visando emanar entendimento que realmente atenda o interesse público, bem como, a principal finalidade do processo de licitação, que é a seleção de empresa para prestar os serviços pelo menor preço global, mediante processo com ampla concorrência, bem como, cumpram na integra com as exigências previstas no edital de licitação, este é o objetivo máximo e a finalidade precípua dos processos de licitação.

Preambularmente, frise-se que a Administração procura sempre o fim público, respeitando todos os princípios basilares da licitação e dos atos administrativos, mormente a legalidade, a isonomia, a ampla concorrência, a vinculação ao instrumento convocatório, o julgamento objetivo, entre outros.

Tais princípios norteiam a atividade administrativa, impossibilitando o administrador de fazer prevalecer sua vontade pessoal, e impõe ao mesmo o dever de pautar sua conduta segundo as prescrições legais.

Aliás, este é o comando contido na Lei n° 8.666/93, que prescreve, in verbis:

Art. 3°. **A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia**, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, **da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos**.

Denota-se que o balanço patrimonial apresentado pela empresa recorrida RGN Construtora encontrava-se apresentado dentre as normas legais, não existindo ainda a obrigação de apresentação do Balanço Patrimonial do exercício de 2020, já que tal obrigação somente será exigida após o mês de Abril de 2021 pelas regras de direito financeiro e contábeis.

Na oportunidade a empresa recorrente alega que a empresa RGN apresentou a comprovação da capacidade econômica com dados divergentes do balanço patrimonial do exercício de 2019 apresentado pela licitante, sendo que a recorrida menciona em suas contrarrazões que os dados capacidade econômica já estava elaborada com base no balanço patrimonial de 2020, sendo que o balanço patrimonial de 2020 não foi apresentado por ainda não estar registrado, entretanto apresenta em suas contrarrazões as informações dos índices calculados com base no balanço patrimonial de 2019.

Evidentemente que pela regra do edital, não é possível apresentar documentação de habilitação posterior a entrega dos envelopes, motivo pela qual, não julgaremos o recurso considerando o referido documento.

Entretanto o edital na oportunidade cita no item 6.3, b:

b) Demonstrativo da capacidade econômica – financeira através dos índices discriminados nas fórmulas a seguir.

1) ILC (Índice de Liquidez Corrente), maior ou igual que 1,00 (um inteiro), aplicando-se a seguinte fórmula:		
AC = Ativo Circulante **PC** = Passivo Circulante		
2) ILG (Índice de Liquidez Geral), maior ou igual que 1,00 (um inteiro), aplicando-se a seguinte fórmula:		
AC = Ativo Circulante **PC** = Passivo Circulante **ELP** = Exigível a Longo Prazo **RLP** = Realizável a Longo Prazo		
3) GS (Grau de Solvência) maior ou igual que 1,00 (um inteiro), aplicando-se a seguinte fórmula:		
AT = Ativo Total	**PC** = Passivo Circulante	**ELP** = Exigível a Longo Prazo

b.1) **Estarão habilitadas as empresas que apresentarem resultado igual ou maior a 1,00 (um vírgula zero) nos índices acima**. **O cálculo dos índices deverá ser apresentado em documento anexo, calculados pelo responsável pela contabilidade da licitante, necessariamente assinada pelo contador contendo a indicação do seu nome e do número de registro no Conselho Regional de Contabilidade e pelo representante legal da empresa, vedada a apresentação somente de extrato.**

Nota-se que em momento algum o edital menciona que os dados constantes no documento do demonstrativo da capacidade Econômica devem estar condizentes com o balanço patrimonial apresentado.

Mesmo porque todas as informações referentes ao **AC** = Ativo Circulante, **PC** = Passivo Circulante, **ELP** = Exigível a Longo Prazo, **RLP** = Realizável a Longo Prazo que são os dados necessários para cálculo do Índice de Liquidez Corrente, Índice de Liquidez Geral e Grau de Solvência estavam previstos no Balanço Patrimonial apresentado, podendo ser comprovado pela própria CPL.

Tanto que no próprio edital dispoe: **22.12. É facultado à Comissão Permanente de Licitação, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão de posterior documento ou informação**

que deveria constar originalmente da Documentação de Habilitação ou da Proposta e Preços.

Nota-se que Rigor formal no exame das propostas dos licitantes não pode ser exagerado ou absoluto, sob pena de desclassificação de propostas mais vantajosas, **devendo as simples omissões ou irregularidades na documentação ou na proposta, desde que irrelevantes e não causem prejuízos à Administração ou aos concorrentes, serem sanadas mediante diligências. (Acórdão 2302/2012-Plenário)**

Entendemos que pela aplicação do princípio da ampla competitividade a inabilitação da empresa por elementos que podem ser comprovados no próprio edital mediante simples diligência da CPL trata-se de excesso de formalismo, devendo a CPL atuar sempre com razoabilidade na tomada de decisão.

Nesse sentido, orienta o TCU no acórdão 357/2015-Plenário:

No curso de procedimentos licitatórios, a Administração Pública deve pautar-se pelo princípio do formalismo moderado, que prescreve a adoção de formas simples e suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados, promovendo, assim, a prevalência do conteúdo sobre o formalismo extremo, respeitadas, ainda, as praxes essenciais à proteção das prerrogativas dos administrados.

Nota-se que sua utilização não significa desmerecimento ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório ou negativa de vigência do caput do art. 41 da lei 8.666/93 que dispõe sobre a impossibilidade de a Administração descumprir as normas e condições do edital. Trata-se de solução a ser tomada pelo intérprete a partir de um conflito de princípios.

Diante do caso concreto, e a fim de melhor viabilizar a concretização do interesse público, pode o princípio da legalidade estrita ser afastado frente a outros princípios. (Acórdão 119/2016-Plenário)

Portanto, deve a Administração zelar para que no certame seja garantida à moralidade e impessoalidade administrativa, isonomia e competitividade, visando a segurança jurídica, como o fez, no presente julgamento, razão pela qual, decidimos pela manutenção da decisão originária.

3 – DA DECISÃO:

Diante de toda narrativa, conhecemos o Recurso Administrativo interposto pela recorrente **UM CONSTRUTORA E ENGENHARIA EIRELI – ME**, para, no mérito, **NEGAR PROVIMENTO** ao pedido formulado, permanecendo inalterada a decisão proferida que Habilitou a empresa R G N Construtora Eireli na fase de julgamento da habilitação.

Publique-se, Registre-se e Intime-se.

Itanhangá – MT, 12 de abril de 2021.

CAMILA BRUNA MORESCO

Presidente da CPL

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 038/2021/ DRH/PMI

TERMO DE CONTRATO REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE SERVIDOR POR TEMPO DETERMINADO À ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ – MT E A SRA. ***NAYARA CRISTINA CONSTANTINO*** *APROVADA NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 003/2019. COM BASE NO PERMISSIVO CONSTITUICIONAL (Art. 37, inciso IX da C.F) E NO TEOR DO DISPOSITIVO NA LEI MUNICIPAL Nº. 267/2011 E LEIS COMPLEMENTARES 023/ 2009 E 024/2009 E SUAS ALTERAÇÕES.*

Pelo presente instrumento de Contrato Temporário de Serviços, que fazem as partes, de um lado, como **CONTRATANTE**, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ**, Estado de Mato Grosso, inscrita no C.N.P.J. (MF) sob nº. 07.209.225/0001-00, com sede na Avenida Santa Catarina, 314, Centro, Itanhangá - MT, representada neste ato por seu Prefeito Municipal, Sr. **EDU LAUDI PASCOSKI**, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade RG nº. 408854 SSP/MS, e do CPF nº. 411.269.551.91, residente e domiciliado na Avenida Santa Catarina, 313, Cidade de Itanhangá (MT) e, de outro lado, como **CONTRATADA, Sra**. **NAYARA CRISTINA CONSTANTINO**, brasileira, solteira, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº 2451824-7 SEJSP/MT e do CPF Nº. 048.109.791.05, residente e domiciliada na Rua Fortaleza, S/N, Quadra 29, Lote 09, centro, Município de Itanhangá (MT), doravante denominados, respectivamente, **CONTRATANTE** e **CONTRATADA**, têm certos e ajustados o que se segue:

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA: O presente instrumento tem como objeto a Contratação de Serviço por Tempo Determinado de **Odontóloga – 40 Horas** para à Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Itanhangá (MT), conforme regulamentado no Artigo 2º, da Lei Municipal 267/2011 e Edital de Processo Seletivo Simplificado Nº 003/2019, Item 1.3.1.

DA FORMA E REGIME DE PRESTAÇÃO SERVIÇO

CLÁUSULA SEGUNDA: O serviço ora contratado será prestado de segunda-feira à sexta-feira, perfazendo um total de **40 horas semanais**, sob a forma de Contrato Temporário de Serviço, conforme regulamentado na Lei Municipal 267/2011. O local de atuação e atribuições dos serviços prestados está vinculado a vaga que o servidor se classificou, conforme Edital Complementar 005/2019 de 12/12/2019, Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado Nº 003/2019.

Parágrafo Único: Na rescisão contratual, quando da apuração final da compensação de horário, fica autorizado descontar do(a) contratado(a) o valor equivalente às eventuais horas não trabalhadas e acrescentar o valor equivalente às eventuais horas trabalhadas.

DO VALOR

CLÁUSULA TERCEIRA: O preço certo e ajustado entre as partes para a prestação do serviço é de R$ 60.522,47 (sessenta mil, quinhentos e vinte e dois reais e quarenta e sete centavos);

DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

CLAUSULA QUARTA: O preço fixado pela cláusula anterior será pago da seguinte forma:

Parágrafo Primeiro: Os valores fixados na Clausula Quarta serão pagos até o quinto dia útil do mês subsequente ao trabalhado, em moeda corrente deste país.

Parágrafo Segundo: O valor ajustado neste contrato será fixado, em importância não superior ao vencimento base de início de carreira constante nos quadros de cargos e salários dos Servidores Públicos do Município, conforme disposto nas Leis Complementares 023/2009 e 024/2009 e suas alterações.

Parágrafo Terceiro: Sobre os valores acima, ajustados conforme a Cláusula Terceira incidirá os seguintes gravames:

a) Em favor da Previdência Social Oficial; **b)** Imposto de Renda Retido na Fonte conforme tabela/alíquotas determinada pela Receita Federal.

DO INÍCIO E FIM DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

CLÁUSULA QUINTA: A prestação do serviço aqui avençado iniciará no dia 12 (doze) de abril de 2021 e encerrar-se-á no dia 11 (onze) de abril de 2022, conforme regulamentado no Artigo 4º, da Lei Municipal 267/2011.

Parágrafo Primeiro: Em casos de calamidade pública, pandemia declarada, grave perturbação da ordem interna, guerra ou outro motivo grave devidamente justificado, fica expressamente autorizada a suspensão deste contrato por tempo determinado, não gerando, durante todo o período de suspensão, o direito de recebimento de salários por parte do(a) con-

tratado(a), nem haverá recolhimento de contribuição previdenciária, sendo facultado ao(à) contratado(a) o recolhimento na modalidade facultativo.

Parágrafo Secundo: Em havendo a necessidade de banco negativo, poderá ser autorizado pelo gestor da pasta a compensação das horas negativas, existente no controle/banco de horas, que deverá ser compensado até a data de vencimento do contrato.

FORMA DE RECEBIMENTO

CLÁUSULA SEXTA: A CONTRATADA, dentro dos prazos já pactuados receberá o valor da prestação do serviço por meio de deposito em conta salário no nome da contratada.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

CLÁUSULA SETIMA: As despesas decorrentes deste instrumento correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária, devidamente consignada no Orçamento Programa para o corrente exercício:

Dotação Orçamentária:

Fundo Municipal de Saúde

05.002.10.301.0034.2063.3190.04.00.00.00 Red. 0149

DO REGIME JÚRIDICO DOS CONTRATOS

CLÁUSULA OITAVA: A CONTRATADA declara-se ciente que o Regime Jurídico aplicado na contratação será o regulamentado pela Lei Municipal Nº. 267/2011 que institui o Regime Jurídico Especial de contratação por tempo determinado para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público nos termos do inciso IX do Artigo 37 da Constituição Federal, aplicando-se subsidiariamente a regulamentação da Lei Federal 8.666/93.

DA RESCISÃO E EXTINÇÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA NONA: A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei.

Parágrafo Primeiro: O contratado deverá manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas conforme Lei Municipal 267/2011 no termo de contrato firmado, a CONTRATADA que não cumprir as exigências deste contrato fica sujeito a rescisão do contrato.

Parágrafo Segundo: Os contratos firmados nos termos desta Lei serão regidos pela teoria geral dos contratos aplicando-se supletivamente o disposto na Lei 8.666/1993.

Parágrafo Terceiro: A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei.

Parágrafo Quarto: O contrato firmado de acordo com esta lei extinguir-se-á, sem direito a indenizações:

a) Pelo término do prazo contratual; b) Por iniciativa do contratado; c) Pela extinção da situação ensejadora da contratação, ainda que antes de seu término regulamentar.

Parágrafo Quinto: A extinção do contrato, por iniciativa do órgão contratante, decorrente de conveniência administrativa, importará no pagamento ao contratado do valor proporcional aos dias trabalhados acrescidos de Décimo Terceiro Salário e Férias.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA DÉCIMA: A CONTRATADA declara não ter nenhum impedimento legal para prestar o serviço pactuado neste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: Fica eleito o Foro da Comarca de Tapurah (MT), para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento, por mais privilegiado que outro possa ser.

E, por estarem justas e contratadas as partes deste instrumento, assinamno, por si e seus sucessores, em três vias de igual teor e forma, na presença das duas testemunhas abaixo, que a tudo assistem.

ITANHANGÁ – MT, EM 09 DE ABRIL DE 2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

EDU LAUDI PASCOSKI

CONTRATANTE

NAYARA CRISTINA CONSTANTINO

CONTRATADA

ELISA MARIA DINIZ

ASSESSORA JURÍDICA

Testemunhas:

NOME _____

CPF _____

NOME _____

CPF _____

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 037/2021/ DRH/PMI

CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 037/2021/ DRH/PMI

TERMO DE CONTRATO REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE SERVIDOR POR TEMPO DETERMINADO À ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ – MT E A SRA. ***JAQUELINE SILVA DE PAULA*** *APROVADA NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2021. COM BASE NO PERMISSIVO CONSTITUICIONAL (Art. 37, inciso IX da C.F) E NO TEOR DO DISPOSITIVO NA LEI MUNICIPAL Nº. 267/2011 E LEIS COMPLEMENTARES 023/2009 E 024/2009 E SUAS ALTERAÇÕES.*

Pelo presente instrumento de Contrato Temporário de Serviços, que fazem as partes, de um lado, como **CONTRATANTE**, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ**, Estado de Mato Grosso, inscrita no C.N.P.J. (MF) sob nº. 07.209.225/0001-00, com sede na Avenida Santa Catarina, 314, Centro, Itanhangá - MT, representada neste ato por seu Prefeito Municipal, Sr. **EDU LAUDI PASCOSKI**, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade RG nº. 408854 SSP/MS, e do CPF nº. 411.269.551.91, residente e domiciliado na Avenida Santa Catarina, 313, Cidade de Itanhangá (MT) e, de outro lado, como **CONTRATADA, Sra**. **JAQUELINE SILVA DE PAULA**, brasileira, solteira, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº 1386881-0 SSP/MT e do CPF Nº. 970.298.821.72, residente e domiciliada na Rua das Flores, Centro, lote 17, quadra 28, Município de Itanhangá (MT), doravante denominados, respectivamente, **CONTRATANTE** e **CONTRATADA**, têm certos e ajustados o que se segue:

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA: O presente instrumento tem como objeto a Contratação de Serviço por Tempo Determinado de **Professor Licenciatura Plena 24 Horas** para à Secretaria Municipal de Educação e Cultura da Prefeitura Municipal de Itanhangá (MT), conforme regulamentado no Artigo 2º, da Lei Municipal 267/2011 e Edital de Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2021, Item 1.

DA FORMA E REGIME DE PRESTAÇÃO SERVIÇO

CLÁUSULA SEGUNDA: O serviço ora contratado será prestado de segunda-feira à sexta-feira, perfazendo um total de **24 horas semanais**, sob a forma de Contrato Temporário de Serviço, conforme regulamentado na Lei Municipal 267/2011. O local de atuação e atribuições dos serviços prestados, está vinculado a vaga que o servidor se classificou, conforme Edital de Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2021 - I, Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2021.

Parágrafo Único: Na rescisão contratual, quando da apuração final da compensação de horário, fica autorizado descontar do(a) contratado(a) o valor equivalente às eventuais horas não trabalhadas e acrescentar o valor equivalente às eventuais horas trabalhadas.

DO VALOR

CLÁUSULA TERCEIRA: O preço certo e ajustado entre as partes para a prestação do serviço é de R$ 21.732,77 (vinte e um mil, setecentos e trinta e dois reais e setenta e sete centavos);

DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

CLAUSULA QUARTA: O preço fixado pela cláusula anterior será pago da seguinte forma:

Parágrafo Primeiro: Os valores fixados na Clausula Quarta serão pagos até o quinto dia útil do mês subsequente ao trabalhado, em moeda corrente deste país.

Parágrafo Segundo: O valor ajustado neste contrato será fixado, em importância não superior ao vencimento base de início de carreira constante nos quadros de cargos e salários dos Servidores Públicos do Município, conforme disposto nas Leis Complementares 023/2009 e 024/2009 e suas alterações.

Parágrafo Terceiro: Sobre os valores acima, ajustados conforme a Cláusula Terceira incidirá os seguintes gravames:

a) Em favor da Previdência Social Oficial; **b)** Imposto de Renda Retido na Fonte conforme tabela/alíquotas determinada pela Receita Federal.

DO INÍCIO E FIM DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

CLÁUSULA QUINTA: A prestação do serviço aqui avençado iniciará no dia 05 (cinco) de abril de 2021 e encerrar-se-á no dia 17 (dezessete) de dezembro de 2021, conforme regulamentado no Artigo 4º, da Lei Municipal 267/2011.

Parágrafo Primeiro: Em casos de calamidade pública, pandemia declarada, grave perturbação da ordem interna, guerra ou outro motivo grave devidamente justificado, fica expressamente autorizada a suspensão deste contrato por tempo determinado, não gerando, durante todo o período de suspensão, o direito de recebimento de salários por parte do(a) contratado(a), nem haverá recolhimento de contribuição previdenciária, sendo facultado ao(à) contratado(a) o recolhimento na modalidade facultativo.

Parágrafo Secundo: Em havendo a necessidade de banco negativo, poderá ser autorizado pelo gestor da pasta a compensação das horas negativas, existente no controle/banco de horas, que deverá ser compensado até a data de vencimento do contrato.

FORMA DE RECEBIMENTO

CLÁUSULA SEXTA: A CONTRATADA, dentro dos prazos já pactuados receberá o valor da prestação do serviço por meio de deposito em conta salário no nome da contratada.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

CLÁUSULA SETIMA: As despesas decorrentes deste instrumento correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária, devidamente consignada no Orçamento Programa para o corrente exercício:

Dotação Orçamentária:

Fundeb 60% Fundamental

04.003.12.361.0015.2026.3190.04.00.00.00 Red. 090

Fundeb 60% Infantil

04.003.12.365.0015.2114.3190.04.00.00.00 Red. 094

DO REGIME JÚRIDICO DOS CONTRATOS

CLÁUSULA OITAVA: A CONTRATADA declara-se ciente que o Regime Jurídico aplicado na contratação será o regulamentado pela Lei Municipal Nº. 267/2011 que institui o Regime Jurídico Especial de contratação por tempo determinado para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público nos termos do inciso IX do Artigo 37 da Constituição Federal, aplicando-se subsidiariamente a regulamentação da Lei Federal 8.666/93.

DA RESCISÃO E EXTINÇÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA NONA: A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei.

Parágrafo Primeiro: O contratado deverá manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas conforme Lei Municipal 267/2011 no termo de contrato firmado, a CONTRATADA que não cumprir as exigências deste contrato fica sujeito a rescisão do contrato.

Parágrafo Segundo: Os contratos firmados nos termos desta Lei serão regidos pela teoria geral dos contratos aplicando-se supletivamente o disposto na Lei 8.666/1993.

Parágrafo Terceiro: A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei.

Parágrafo Quarto: O contrato firmado de acordo com esta lei extinguir-se-á, sem direito a indenizações:

a) Pelo término do prazo contratual; b) Por iniciativa do contratado; c) Pela extinção da situação ensejadora da contratação, ainda que antes de seu término regulamentar.

Parágrafo Quinto: A extinção do contrato, por iniciativa do órgão contratante, decorrente de conveniência administrativa, importará no pagamento ao contratado do valor proporcional aos dias trabalhados acrescidos de Décimo Terceiro Salário e Férias.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA DÉCIMA: A CONTRATADA declara não ter nenhum impedimento legal para prestar o serviço pactuado neste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: Fica eleito o Foro da Comarca de Tapurah (MT), para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento, por mais privilegiado que outro possa ser.

E, por estarem justas e contratadas as partes deste instrumento, assinamno, por si e seus sucessores, em três vias de igual teor e forma, na presença das duas testemunhas abaixo, que a tudo assistem.

ITANHANGÁ – MT, EM 05 DE ABRIL DE 2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

EDU LAUDI PASCOSKI

CONTRATANTE

JAQUELINE SILVA DE PAULA

CONTRATADA

ELISA MARIA DINIZ

ASSESSORA JURÍDICA

Testemunhas:

NOME _____

CPF _____

NOME _____

CPF _____

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 036/2021/ DRH/PMI

TERMO DE CONTRATO REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE SERVIDOR POR TEMPO DETERMINADO À ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ – MT E

*A SRA. **JAQUELINE GOMES NOGUEIRA** APROVADA NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2021. COM BASE NO PERMISSIVO CONSTITUICIONAL (Art. 37, inciso IX da C.F) E NO TEOR DO DISPOSITIVO NA LEI MUNICIPAL Nº. 267/2011 E LEIS COMPLEMENTARES 023/2009 E 024/2009 E SUAS ALTERAÇÕES.*

Pelo presente instrumento de Contrato Temporário de Serviços, que fazem as partes, de um lado, como **CONTRATANTE**, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ**, Estado de Mato Grosso, inscrita no C.N.P.J. (MF) sob nº. 07.209.225/0001-00, com sede na Avenida Santa Catarina, 314, Centro, Itanhangá - MT, representada neste ato por seu Prefeito Municipal, Sr. **EDU LAUDI PASCOSKI**, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade RG nº. 408854 SSP/MS, e do CPF nº. 411.269.551.91, residente e domiciliado na Avenida Santa Catarina, 313, Cidade de Itanhangá (MT) e, de outro lado, como **CONTRATADA, Sra**. **JAQUELINE GOMES NOGUEIRA**, brasileira, divorciada, portadora da Cédula de Identidade R. G. nº 7.251.250-2 SESP/PR e do CPF Nº. 971.779.201.10, residente e domiciliada na Zona Rural, Rodovia MT 338, Município de Itanhangá (MT), doravante denominados, respectivamente, **CONTRATANTE** e **CONTRATADA**, têm certos e ajustados o que se segue:

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA: O presente instrumento tem como objeto a Contratação de Serviço por Tempo Determinado de **Auxiliar de Serviços Gerais – 40 Horas** para à Secretaria Municipal de Educação e Cultura da Prefeitura Municipal de Itanhangá (MT), conforme regulamentado no Artigo 2º, da Lei Municipal 267/2011 e Edital de Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2021, Item 1.

DA FORMA E REGIME DE PRESTAÇÃO SERVIÇO

CLÁUSULA SEGUNDA: O serviço ora contratado será prestado de segunda-feira à sexta-feira, perfazendo um total de **40 horas semanais**, sob a forma de Contrato Temporário de Serviço, conforme regulamentado na Lei Municipal 267/2011. O local de atuação e atribuições dos serviços prestados, está vinculado a vaga que o servidor se classificou, conforme Edital de Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2021 - I, Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2021.

Parágrafo Único: Na rescisão contratual, quando da apuração final da compensação de horário, fica autorizado descontar do(a) contratado(a) o valor equivalente às eventuais horas não trabalhadas e acrescentar o valor equivalente às eventuais horas trabalhadas.

DO VALOR

CLÁUSULA TERCEIRA: O preço certo e ajustado entre as partes para a prestação do serviço é de R$ 10.633,50 (dez mil, seiscentos e trinta e três reais e cinquenta centavos);

DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

CLAUSULA QUARTA: O preço fixado pela cláusula anterior será pago da seguinte forma:

Parágrafo Primeiro: Os valores fixados na Clausula Quarta serão pagos até o quinto dia útil do mês subsequente ao trabalhado, em moeda corrente deste país.

Parágrafo Segundo: O valor ajustado neste contrato será fixado, em importância não superior ao vencimento base de início de carreira constante nos quadros de cargos e salários dos Servidores Públicos do Município, conforme disposto nas Leis Complementares 023/2009 e 024/2009 e suas alterações.

Parágrafo Terceiro: Sobre os valores acima, ajustados conforme a Cláusula Terceira incidirá os seguintes gravames:

a) Em favor da Previdência Social Oficial; **b)** Imposto de Renda Retido na Fonte conforme tabela/alíquotas determinada pela Receita Federal.

DO INÍCIO E FIM DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

CLÁUSULA QUINTA: A prestação do serviço aqui avençado iniciará no dia 05 (cinco) de abril de 2021 e encerrar-se-á no dia 17 (dezessete) de dezembro de 2021, conforme regulamentado no Artigo 4º, da Lei Municipal 267/2011.

Parágrafo Primeiro: Em casos de calamidade pública, pandemia declarada, grave perturbação da ordem interna, guerra ou outro motivo grave devidamente justificado, fica expressamente autorizada a suspensão deste contrato por tempo determinado, não gerando, durante todo o período de suspensão, o direito de recebimento de salários por parte do(a) contratado(a), nem haverá recolhimento de contribuição previdenciária, sendo facultado ao(à) contratado(a) o recolhimento na modalidade facultativo.

Parágrafo Secundo: Em havendo a necessidade de banco negativo, poderá ser autorizado pelo gestor da pasta a compensação das horas negativas, existente no controle/banco de horas, que deverá ser compensado até a data de vencimento do contrato.

FORMA DE RECEBIMENTO

CLÁUSULA SEXTA: A CONTRATADA, dentro dos prazos já pactuados receberá o valor da prestação do serviço por meio de deposito em conta salário no nome da contratada.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

CLÁUSULA SETIMA: As despesas decorrentes deste instrumento correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária, devidamente consignada no Orçamento Programa para o corrente exercício:

Dotação Orçamentária:

Secretaria Municipal de Educação – Gabinete do Secretário

04.001.12.122.0012.2016.3190.04.00.00.00 Red. 049

DO REGIME JÚRIDICO DOS CONTRATOS

CLÁUSULA OITAVA: A CONTRATADA declara-se ciente que o Regime Jurídico aplicado na contratação será o regulamentado pela Lei Municipal Nº. 267/2011 que institui o Regime Jurídico Especial de contratação por tempo determinado para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público nos termos do inciso IX do Artigo 37 da Constituição Federal, aplicando-se subsidiariamente a regulamentação da Lei Federal 8.666/93.

DA RESCISÃO E EXTINÇÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA NONA: A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei.

Parágrafo Primeiro: O contratado deverá manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas conforme Lei Municipal 267/2011 no termo de contrato firmado, a CONTRATADA que não cumprir as exigências deste contrato fica sujeito a rescisão do contrato.

Parágrafo Segundo: Os contratos firmados nos termos desta Lei serão regidos pela teoria geral dos contratos aplicando-se supletivamente o disposto na Lei 8.666/1993.

Parágrafo Terceiro: A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei.

Parágrafo Quarto: O contrato firmado de acordo com esta lei extinguir-se-á, sem direito a indenizações:

a) Pelo término do prazo contratual; b) Por iniciativa do contratado; c) Pela extinção da situação ensejadora da contratação, ainda que antes de seu término regulamentar.

Parágrafo Quinto: A extinção do contrato, por iniciativa do órgão contratante, decorrente de conveniência administrativa, importará no pagamento ao contratado do valor proporcional aos dias trabalhados acrescidos de Décimo Terceiro Salário e Férias.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA DÉCIMA: A CONTRATADA declara não ter nenhum impedimento legal para prestar o serviço pactuado neste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: Fica eleito o Foro da Comarca de Tapurah (MT), para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento, por mais privilegiado que outro possa ser.

E, por estarem justas e contratadas as partes deste instrumento, assinamno, por si e seus sucessores, em três vias de igual teor e forma, na presença das duas testemunhas abaixo, que a tudo assistem.

ITANHANGÁ – MT, EM 05 DE ABRIL DE 2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

EDU LAUDI PASCOSKI

CONTRATANTE

JAQUELINE GOMES NOGUEIRA

CONTRATADA

ELISA MARIA DINIZ

ASSESSORA JURÍDICA

Testemunhas:

NOME _____

CPF _____

NOME _____

CPF _____

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 035/2021/ DRH/PMI

CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 035/2021/ DRH/PMI

TERMO DE CONTRATO REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE SERVIDOR POR TEMPO DETERMINADO À ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ – MT E A SRA. ***SANDRA ELIANE GOLNIK*** *APROVADA NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2021. COM BASE NO PERMISSIVO CONSTITUICIONAL (Art. 37, inciso IX da C.F) E NO TEOR DO DISPOSITIVO NA LEI MUNICIPAL Nº. 267/2011 E LEIS COMPLEMENTARES 023/2009 E 024/2009 E SUAS ALTERAÇÕES.*

Pelo presente instrumento de Contrato Temporário de Serviços, que fazem as partes, de um lado, como **CONTRATANTE**, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ**, Estado de Mato Grosso, inscrita no C.N.P.J. (MF) sob nº. 07.209.225/0001-00, com sede na Avenida Santa Catarina, 314, Centro, Itanhangá - MT, representada neste ato por seu Prefeito Municipal, Sr. **EDU LAUDI PASCOSKI**, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade RG nº. 408854 SSP/MS, e do CPF nº. 411.269.551.91, residente e domiciliado na Avenida Santa Catarina, 313, Cidade de Itanhangá (MT) e, de outro lado, como **CONTRATADA, Sra**. **SANDRA ELIANE GOLNIK**, brasileira, solteira, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº 8. 581.661-6 SESP/PR e do CPF Nº. 684.746.870.04, residente e domiciliada na Rodovia Rural, S/N, Agrovila Monte Alto, Município de Itanhangá (MT), doravante denominados, respectivamente, **CONTRATANTE** e **CONTRATADA**, têm certos e ajustados o que se segue:

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA: O presente instrumento tem como objeto a Contratação de Serviço por Tempo Determinado de **Auxiliar de Serviços Gerais – 30 Horas** para à Secretaria Municipal de Educação e Cultura da Prefeitura Municipal de Itanhangá (MT), conforme regulamentado no Artigo 2º, da Lei Municipal 267/2011 e Edital de Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2021, Item 1.

DA FORMA E REGIME DE PRESTAÇÃO SERVIÇO

CLÁUSULA SEGUNDA: O serviço ora contratado será prestado de segunda-feira à sexta-feira, perfazendo um total de **30 horas semanais**, sob a forma de Contrato Temporário de Serviço, conforme regulamentado na Lei Municipal 267/2011. O local de atuação e atribuições dos serviços prestados, está vinculado a vaga que o servidor se classificou, conforme Edital de Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2021 - I, Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2021.

Parágrafo Único: Na rescisão contratual, quando da apuração final da compensação de horário, fica autorizado descontar do(a) contratado(a) o valor equivalente às eventuais horas não trabalhadas e acrescentar o valor equivalente às eventuais horas trabalhadas.

DO VALOR

CLÁUSULA TERCEIRA: O preço certo e ajustado entre as partes para a prestação do serviço é de R$ 10.217,06 (dez mil, duzentos e dezessete reais e seis centavos);

DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

CLAUSULA QUARTA: O preço fixado pela cláusula anterior será pago da seguinte forma:

Parágrafo Primeiro: Os valores fixados na Clausula Quarta serão pagos até o quinto dia útil do mês subsequente ao trabalhado, em moeda corrente deste país.

Parágrafo Segundo: O valor ajustado neste contrato será fixado, em importância não superior ao vencimento base de início de carreira constante nos quadros de cargos e salários dos Servidores Públicos do Município, conforme disposto nas Leis Complementares 023/2009 e 024/2009 e suas alterações.

Parágrafo Terceiro: Sobre os valores acima, ajustados conforme a Cláusula Terceira incidirá os seguintes gravames:

a) Em favor da Previdência Social Oficial; **b)** Imposto de Renda Retido na Fonte conforme tabela/alíquotas determinada pela Receita Federal.

DO INÍCIO E FIM DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

CLÁUSULA QUINTA: A prestação do serviço aqui avençado iniciará no dia 05 (cinco) de abril de 2021 e encerrar-se-á no dia 17 (dezessete) de dezembro de 2021, conforme regulamentado no Artigo 4º, da Lei Municipal 267/2011.

Parágrafo Primeiro: Em casos de calamidade pública, pandemia declarada, grave perturbação da ordem interna, guerra ou outro motivo grave devidamente justificado, fica expressamente autorizada a suspensão deste contrato por tempo determinado, não gerando, durante todo o período de suspensão, o direito de recebimento de salários por parte do(a) contratado(a), nem haverá recolhimento de contribuição previdenciária, sendo facultado ao(à) contratado(a) o recolhimento na modalidade facultativo.

Parágrafo Secundo: Em havendo a necessidade de banco negativo, poderá ser autorizado pelo gestor da pasta a compensação das horas negativas, existente no controle/banco de horas, que deverá ser compensado até a data de vencimento do contrato.

FORMA DE RECEBIMENTO

CLÁUSULA SEXTA: A CONTRATADA, dentro dos prazos já pactuados receberá o valor da prestação do serviço por meio de deposito em conta salário no nome da contratada.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

CLÁUSULA SETIMA: As despesas decorrentes deste instrumento correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária, devidamente consignada no Orçamento Programa para o corrente exercício:

Dotação Orçamentária:

Fundeb 40% Fundamental

04.004.12.361.0015.2027.3190.04.00.00.00 Red. 098

Fundeb 40% Infantil

04.004.12.365.0015.2116.3190.04.00.00.00 Red. 102

DO REGIME JÚRIDICO DOS CONTRATOS

CLÁUSULA OITAVA: A CONTRATADA declara-se ciente que o Regime Jurídico aplicado na contratação será o regulamentado pela Lei Municipal Nº. 267/2011 que institui o Regime Jurídico Especial de contratação por tempo determinado para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público nos termos do inciso IX do Artigo 37 da Constituição Federal, aplicando-se subsidiariamente a regulamentação da Lei Federal 8.666/93.

DA RESCISÃO E EXTINÇÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA NONA: A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei.

Parágrafo Primeiro: O contratado deverá manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas conforme Lei Municipal 267/2011 no termo de contrato firmado, a CONTRATADA que não cumprir as exigências deste contrato fica sujeito a rescisão do contrato.

Parágrafo Segundo: Os contratos firmados nos termos desta Lei serão regidos pela teoria geral dos contratos aplicando-se supletivamente o disposto na Lei 8.666/1993.

Parágrafo Terceiro: A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei.

Parágrafo Quarto: O contrato firmado de acordo com esta lei extinguir-se-á, sem direito a indenizações:

a) Pelo término do prazo contratual; b) Por iniciativa do contratado; c) Pela extinção da situação ensejadora da contratação, ainda que antes de seu término regulamentar.

Parágrafo Quinto: A extinção do contrato, por iniciativa do órgão contratante, decorrente de conveniência administrativa, importará no pagamento ao contratado do valor proporcional aos dias trabalhados acrescidos de Décimo Terceiro Salário e Férias.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA DÉCIMA: A CONTRATADA declara não ter nenhum impedimento legal para prestar o serviço pactuado neste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: Fica eleito o Foro da Comarca de Tapurah (MT), para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento, por mais privilegiado que outro possa ser.

E, por estarem justas e contratadas as partes deste instrumento, assinamno, por si e seus sucessores, em três vias de igual teor e forma, na presença das duas testemunhas abaixo, que a tudo assistem.

ITANHANGÁ – MT, EM 05 DE ABRIL DE 2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

EDU LAUDI PASCOSKI

CONTRATANTE

SANDRA ELIANE GOLNIK

CONTRATADA

ELISA MARIA DINIZ

ASSESSORA JURÍDICA

Testemunhas:

NOME _____

CPF _____

NOME _____

CPF _____

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA

PROCURADORIA JURIDICA
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 013/2021 ALTERA O CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2021.

A Presidente da Comissão Organizadora e Avaliadora do Processo Seletivo Simplificado da Prefeitura Municipal de Itiquira-MT, nos termos dos itens 9.7,9.8 e 9.9 do Edital de Abertura nº 001/2021, visando atender os princípios norteadores da Administração Pública, da publicidade, da legalidade e da impessoalidade, e;

Considerando o aumento significativo dos casos de Covid 19 em nosso município, bem como, para possibilitar que seja cumprido o distanciamento social, evitando as aglomerações e consequentemente o risco de contaminação:

FAZ SABER, QUE o Cronograma de Execução do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2021 foi alterado.

DATAS PREVISTAS	EVENTOS
12/04/2021	DIVULGAÇÃO DOS LOCAIS DE PROVA OBJETIVA
18/04/2021	REALIZAÇÃO DA PROVA OBJETIVA
19/04/2021	DIVULGAÇÃO DO GABARITO PRELIMINAR APÓS AS 18 HORAS
20/04/2021 a 22/04/2021	PRAZO DE RECURSOS CONTRA O GABARITO PRELIMINAR
26/04/2021	DIVULGAÇÃO DO JULGAMENTO DOS RECURSOS CONTRA A PROVA OBJETIVA DIVULGAÇÃO DO GABARITO OFICIAL
30/04/2021	DIVULGAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROVAS OBJETIVAS
03/05 e 04/05/2021	PRAZO DE RECURSOS CONTRA A CLASSIFICAÇÃO DAS PROVAS OBJETIVAS
05/05/2021	DIVULGAÇÃO DO JULGAMENTO DOS RECURSOS CONTRA A CLASSIFICAÇÃO DIVULGAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROVAS OBJETIVAS PARA OS CARGOS QUE FARÃO AS PROVAS PRÁTICAS E DE APTIDÃO FÍSICAS
09/05/2021	REALIZAÇÃO DA PROVA PRÁTICA
11//05/2021	DIVULGAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO GERAL DAS PROVAS OBJETIVAS E DA PROVA PRÁTICA
12/05 e 13/05/2021	PRAZO DE RECURSOS CONTRA A CLASSIFICAÇÃO GERAL E CONTRA A PROVA PRATICA
14/05/2021	JULGAMENTO DOS RECURSOS CONTRA A CLASSIFICAÇÃO GERAL E CONTRA A PROVA PRATICA
14/05/2021	DIVULGAÇÃO DO RESULTADO GERAL PARA HOMOLOGAÇÃO DO EXECUTIVO

ITIQUIRA – MT, aos 12 de abril de 2021.

.....

Ana Maria Moraes e Souza

Presidente da Comissão Organizadora e Avaliadora do Processo Seletivo Simplificado

N.º 001/2021

PROCURADORIA JURIDICA
DECRETO MUNICIPAL N° 031, DE 12 DE ABRIL DE 2.021.

"Decreta Luto Oficial no dia 12 de abril de 2.021, e dá outras providências".

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei e,

CONSIDERANDO o falecimento do Sr. PEDRO CRISTIANO RODRIGUES, ocorrido em 11 de abril de 2.021;

CONSIDERANDO que o falecido era um Cidadão e Servidor Público Municipal assíduo, responsável, comprometido com seu trabalho, tendo prestado relevantes serviços ao Município como um todo;

CONSIDERANDO que é dever do Poder Público Municipal render justas homenagens àqueles que com o seu trabalho, seu exemplo e sua dedicação, contribuíram para o bem-estar da coletividade Itiquirense;

DECRETA:

Art. 1º Fica Decretado Luto Oficial nas repartições Públicas Municipais no dia 12 de abril de 2.021, em virtude do falecimento do Sr. PEDRO CRISTIANO RODRIGUES.

Art. 2º Que se dê conhecimento deste Ato à família enlutada.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal *"Rosa Pereira Campos"*, Gabinete do Prefeito, em Itiquira/MT, aos 12 de abril de 2.021.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

FABIANO DALLA VALLE

PREFEITO MUNICIPAL

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N° 179, DE 12 DE ABRIL DE 2021.

"***Substituir servidor que compõe a Equipe Técnica desta Prefeitura responsável pelas licitações na modalidade Pregão no exercício financeiro de 2021, deste Poder Executivo Municipal."***

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, incisos IV e VI, e art. 95, inciso XXI, combinados com o art. 51 da Lei Federal n° 8.666, de 21/06/93, com as alterações impostas pelas Leis n° 8.883, de 08/06/94, e 9.648, de 27/05/98 – normas para licitações e contratos da Administração Pública, e

CONSIDERANDO a necessidade e a obrigatoriedade da instituição de Equipe Técnica responsável pelas Licitações na Modalidade Pregão, em cumprimento à legislação epigrafada, atendendo às normas para licitações e contratos da Administração Pública, e de outras providências,

CONSIDERANDO o deslocamento ao Município de Cuiabápara participar de capacitação do servidor membro da Equipe Técnica desta Prefeitura responsável pelas licitações na modalidade Pregão;

R E S O L V E:

Art. 1° - Fica substituído o Servidor **LUCAS DANTS VITORIO RODRIGUES, CPF-MF: 007.451.551-97**, membro da Equipe Técnica desta Prefeitura responsável pelas licitações na modalidade Pregão no exercício financeiro de 2021, especificamente para **O PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2021**, pela Servidora **NATALIA DE ANDRADE VIDOTTI CPF-MF: 956.037.511-34**.

Art. 2° - Após o retorno ao município, o servidor acima mencionado voltará a compor a Equipe Técnica desta Prefeitura responsável pelas licitações na modalidade Pregão no exercício financeiro de 2021.

Art. 3° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira – MT, 12 de abril de 2021.

FABIANO DALLA VALLE

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURIDICA
DECRETO N.º 022/2021 DE: 01.03.2021

"Estabelece a Programação Financeira e o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso das unidades orçamentárias do Poder Executivo/Prefeitura Municipal para o período de MARÇO e ABRIL de 2021, e dá outras providências."

HUMBERTO BORTOLINI, Prefeito Municipal de Itiquira, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e exaradas no art. 167, § 3.° da Constituição Federal; arts. 47 a 50 da Lei Federal n.° 4.320, de 17 de março de 1964, e 8.° da Lei Complementar Federal n.° 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), e

CONSIDERANDO imposição legal, e a necessidade de planejamento prévio para a operacionalização orçamentária e financeira do Poder Executivo/Prefeitura Municipal de todas as unidades administrativas, que consubstancia-se na programação financeira e no cronograma de execução mensal,

DECRETA

Art. 1º. Fica estabelecida a Programação Financeira e o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso das Unidades Orçamentárias/Órgãos/Unidades Administrativas do Poder Executivo/Prefeitura para o 2.° (segundo) bimestre do corrente exercício (2021), compreendendo os meses de MARÇO e ABRIL, desdobrados mês a mês, conforme os ANEXOS I e II.

Parágrafo único. Os recursos legalmente vinculados a finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.

Art. 2º. A fixação das cotas de que trata o Anexo I atenderá aos seguintes objetivos:

a) assegurar às unidades orçamentárias, em tempo útil, a soma de recursos necessários e suficientes à melhor execução do seu programa anual de trabalho;

b) manter, durante o exercício, na medida do possível, o equilíbrio entre a receita arrecadada e a despesa realizada, de modo a reduzir ao mínimo eventuais insuficiências de tesouraria.

Art. 3º. A programação da despesa orçamentária, para efeito do disposto no artigo anterior, levará em conta os créditos adicionais e as operações extra-orçamentárias.

Art. 4º. As cotas bimestrais poderão ser alteradas durante o exercício, observados o limite da dotação e o comportamento da execução orçamentária.

Art. 5°. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itiquira, Estado de Mato Grosso, ao primeiro dia do mês de março de 2021.

FABIANO DALLA VALLE

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURIDICA
TERMO DE RECEBIMENTO

TERMO DE RECEBIMENTO

O **MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT**, por meio de sua Procuradoria Jurídica Municipal, declara que na data de **21/01/2021**, por ordem do MM. Juiz de Direito da Comarca de Itiquira/MT, junto aos autos do **Processo nº 0000999-11.2008.8.11.0027 – Código 10168, RECEBEU** a intimação Ref. 09, o qual requisita desta Fazenda Pública Municipal para que proceda ao Pagamento da Obrigação de Pequeno Valor (RPV) dos débitos apurados no processo acima mencionado, sendo:

- Honorários Advocatícios de Sucumbência no **VALOR LÍQUIDO de R$ 8. 505,12** (oito mil, quinhentos e cinco reais e doze centavos), em favor de IDELVANDA RODRIGUES DE MORAES (Interessada).

Desta forma, passo aos trâmites legais conforme art. 535, § 3º, II, do Código de Processo Civil.

Itiquira/MT, aos 06 de abril de 2021.

LAYANE INÁCIO PARREIRA

COORDENADORA DE PROCESSOS LEGISLATIVOS E

ASSISTÊNCIA PROCESSUAL

PORTARIA MUNICIPAL Nº 53/2021

PROCURADORIA JURIDICA
DECRETO Nº 030, DE 10 DE ABRIL DE 2021.

"Atualiza as medidas não farmacológicas excepcionais, de caráter temporário, restritivas às atividades públicas e privadas, para a prevenção dos riscos de contágio pelo coronavírus em todo o território Municipal, e dá outras providências".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal:

CONSIDERANDO a edição de Decretos Municipal anterior que prevê *medidas temporárias restritivas às atividades privadas para prevenção do risco de disseminação do coronavírus*;

CONSIDERANDO a edição do Decreto Estadual nº 874, de 25 de março de 2021, que atualiza a classificação de risco epidemiológico e fixa regras e diretrizes para adoção, pelos Municípios, de medidas restritivas para prevenir a disseminação da COVID-19, bem como, prevê a obrigatoriedade de cumprimento das referidas medidas pelos gestores municipais;

CONSIDERANDO a classificação de risco deste município como ALTO, segundo os critérios do Decreto anteriormente mencionado;

CONSIDERANDO, ainda, o crescimento da taxa de contaminação do novo coronavírus em todos os municípios do Estado de Mato Grosso;

CONSIDERANDO a inconstante situação vivenciada pela sociedade, ante o comportamento da pandemia causada pelo novo Coronavírus (COVID-19).

CONSIDERANDO a emissão de Parecer Técnico pela equipe de Vigilância Epidemiológica do Município de Itiquira, informando que, por ora, são bastantes e suficientes as medidas restritivas contidas no Decreto Estadual nº 874, de 25 de março de 2021 para aplicação no âmbito municipal.

DECRETA:

Art. 1º Este Decreto, em consonância com o Decreto Estadual, levando-se em consideração a classificação de risco do município de Itiquira como "ALTO", atualiza as medidas não farmacológicas excepcionais, de caráter temporário, restritivas às atividades públicas e privadas, para a prevenção dos riscos de contágio pelo coronavírus em todo o território Municipal.

Art. 2º Fica suspenso o atendimento PRESENCIAL nos órgãos da Administração Pública Municipal, devendo o cidadão, em caso de necessidade, procurar canais de atendimento ao público não-presenciais, como telefone ou outro meio remoto de comunicação ser disponibilizado.

Art. 3º O disposto no artigo anterior não se aplica:

I - a unidades de assistência à saúde;

II - a unidades de Assistência Social;

III - ao setor de licitação;

IV - ao setor de Protocolo Central da Prefeitura Municipal que funcionará das 7h00min às 11h00min.

V - As secretarias escolares, no que tange a entrega das atividades escolares aos pais, que deverão ser realizadas de forma escalonada evitando-se fluxo de movimentação;

Art. 4º Enquanto vigente este decreto, o funcionamento de todas as atividades e serviços ficará sujeito às seguintes condições:

I – de segunda à sexta-feira, autorizado o funcionamento somente no período compreendido entre às 05h00m e 20h00m;

II – aos sábados e domingos, autorizado o funcionamento somente no período compreendido entre às 05h00m e 12h00m;

§ 1º As farmácias, os serviços de saúde, de hospedagem e congêneres, de transporte coletivo, transporte individual remunerado de passageiros por meio de taxi ou aplicativo, as funerárias, os postos de combustíveis, exceto conveniências, as indústrias, as atividades de colheita e armazenamento de alimentos e grãos, serviços de guincho, segurança e vigilância privada, manutenção de fornecimento de energia, água, telefonia, coleta de lixo, e as atividades de logística de distribuição de alimentos, não ficam sujeitas às restrições de horário do presente artigo.

§ 2º Os supermercados, nos horários de funcionamento fixados nos incisos do *caput*, devem aplicar sistema de controle de entrada restrito a 01 (um) membro por família.

§ 3º Durante a vigência deste decreto os eventos sociais, corporativos, empresariais, técnicos e científicos, igrejas, templos e congêneres, cinemas, museus, teatros são permitidos respeitado o limite de 30% (trinta) por cento da capacidade máxima do local, observados os limites de horário definidos nos incisos do caput.

§4º Excepcionalmente, os supermercados, mercados e congêneres poderão funcionar aos sábados até as 20h00m, ficando vedado o consumo de bebidas alcoólicas no local, obedecidos os protocolos de saúde e normas sanitárias exigidas.

§5º Excepcionalmente, os restaurantes, inclusive localizados em shopping centers, poderão funcionar aos sábados e domingos até as 14h00m, obedecidos os protocolos de saúde e normas sanitárias exigidas.

§6º O funcionamento de serviço na modalidade delivery ficará autorizado somente até às 23h59m, inclusive aos sábados e domingos, com exceção das farmácias e congêneres, que poderão funcionar, na modalidade delivery, sem restrições de dias e horários.

§7º Fica autorizado o funcionamento de restaurantes e congêneres nas modalidades take-away e drive-thru somente até às 20h45min, permitido o serviço delivery até as 23h59min na forma do parágrafo anterior.

§8º Fica proibida a venda de bebida alcoólica nas conveniências, restaurantes, lanchonetes e congêneres localizadas em postos de combustíveis situados em rodovias estaduais e federais no âmbito territorial do Município de Itiquira fora dos horários definidos nos incisos do caput deste artigo.

Art. 5º Deve ser observado em todo o território Municipal, além de outros vigentes, os seguintes protocolos de saúde e normas sanitárias:

I - evitar circulação de pessoas pertencentes ao grupo de risco, conforme definição do Ministério da Saúde;

II - disponibilizar em todos os estabelecimentos, sejam públicos ou privados, locais adequados para lavagem frequente das mãos com água e sabão e/ou disponibilização de álcool na concentração de 70%;

III - ampliar a frequência diária de limpeza e desinfecção de locais frequentemente tocados, tais como pisos, corrimãos, maçanetas, banheiros, interruptores, janelas, telefones, teclados de computador, controles remotos, máquinas acionadas por toque manual, elevadores e outros;

IV - evitar a realização presencial de reuniões de trabalho e priorizar a realização de atividades de forma remota mediante o uso de ferramentas tecnológicas;

V - controlar o acesso das pessoas aos estabelecimentos públicos e privados, de modo a garantir o distanciamento mínimo de 1,5m entre as pessoas;

VI - vedar o acesso de funcionários, consumidores e usuários que não estejam utilizando máscara de proteção facial, ainda que artesanal;

VII - manter os ambientes arejados por ventilação natural;

VIII - observar as determinações das autoridades sanitárias para a contenção de riscos, especialmente quando a atividade exigir atendimento presencial da população, com a orientação aos funcionários sobre o modo correto de relacionamento com o público.

IX – isolamento domiciliar de pacientes em situação confirmada de COVID-19, em caráter obrigatório, por prescrição médica, pelos prazos definidos em protocolos;

X – quarentena domiciliar de pacientes sintomáticos em situação de caso suspeito para de COVID-19, e de daqueles que com ele tiveram contato, em caráter obrigatório, por prescrição médica;

XI – quarentena domiciliar para pessoas acima de 60 anos e grupos de risco definidos pelas autoridades sanitárias;

XII – proibição de qualquer atividade de lazer ou evento que cause aglomeração;

XIII – adoção de medidas preparatórias para a quarentena obrigatória, iniciando com incentivo à quarentena voluntária e outras medidas julgadas adequadas pela autoridade municipal para evitar a circulação e aglomeração de pessoas

Art. 6º Fica instituída restrição de circulação de pessoas (toque de recolher) em todo o território Municipal a partir das 21h00m até às 05h00m.

§1º Excetuam-se da restrição disposta no *caput* do presente artigo os funcionários e prestadores de serviço das atividades cujo funcionamento é permitido após o horário supramencionado, bem como outras situações específicas a serem analisadas pela autoridade responsável pela fiscalização.

§2º A restrição fixada no caput deste artigo não se aplica ao transporte de cargas e passageiros em rodovias estaduais e federais.

Art. 7º O descumprimento das medidas restritivas por pessoas físicas e jurídicas, inclusive condomínios residenciais, ensejará aplicação de multas, interdição temporária e outras sanções administrativas, cíveis e criminais cabíveis, pelas autoridades policiais, sanitárias e fiscais estaduais e municipais, conforme estabelecido na Lei nº 11.316, de 02 de março de 2021, com a redação alterada pela Lei nº 11.326, de 24 de março de 2021.

Art. 8º Fica proibido, o consumo de bebida alcoólica nos locais de venda, ainda que dentro dos horários permitidos para funcionamento dos estabelecimentos por este Decreto e por normas municipais.

Art. 9º As medidas instituídas no presente Decreto terão vigência pelo prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da publicação do presente, prorrogáveis em caso de necessidade.

Art. 10. Durante a vigência do presente Decreto, ficam suspensos os efeitos de todas as disposições em contrário, contidas nos Decretos Municipais.

Art. 11. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Rosa Pereira Campos, Gabinete do Prefeito, Itiquira aos 10 de abril de 2021.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

FABIANO DALLA VALLE

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA

AVISO DE RESULTADO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF nº 24.772.147/0001-68, localizada na Rua Paço Municipal Júlio Domingos de Campos, S/Nº, Bairro Centro, JANGADA – MT – CEP. 78.490-000, através de seu Pregoeiro, TORNA PÚBLICO, para conhecimento de quantos possam interessar o Resultado do Pregão Presencial Nº 008/2021, POR REGISTRO DE PREÇO. Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FUNERÁRIOS (URNAS E TRANSLADO) PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA-MT**, de acordo com o que determina as Leis nº 8.666/93 e 10.520/2002 e todas as suas alterações; Lei Complementar nº 123/2006, Lei Complementar nº. 147, de 07 de Agosto de 2014 e suas alterações, sagrou se vencedora do certame a empresa F B GUARNIERI–ME, Inscrita no CNPJ Nº 36.480.863/0001-50, no valor total de R$ 152. 900,00 (cento e cinquenta e dois mil novecentos reais), a Ata encontra disponível no Setor de Licitações e Contratos do Município.

Jangada – MT, 12 de Abril de 2021.

Adilson Pereira Nunes - Pregoeiro

AVISO DE PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF nº 24.772.147/0001-68, localizada na Rua Paço Municipal Júlio Domingos de Campos, S/Nº, Bairro Centro, JANGADA – MT – CEP. 78.490-000 TORNA PÚBLICO, para conhecimento de quantos possam interessar que por razões de interesse da Administração Pública a Abertura do procedimento licitatório, do tipo “Menor Preço Por Item”, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2021, POR REGISTRO DE PREÇO. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE 01 UM CAMINHÃO COLETOR COMPACTADOR DE LIXO COM CAPACIDADE DE 15M³, PARA O MUNICÍPIO DE JANGADA-MT, TERMO DE CONVÊNIO Nº 0560-2020, fica prorrogado a abertura da licitação para o dia 19/04/2021, de acordo com o que determina as Leis nº 8.666/93 e 10.520/2002 e todas as suas alterações; Lei Complementar nº 123/2006 e suas a alterações; Decreto nº 3.555/2000; Decreto Municipal Nº 022/2020, Decreto nº 7.892/2013, Decreto 10.024/2019 e Outras normas e regulamentos inerentes, a ser regidas pelos mencionados diplomas legais e pelas cláusulas e condições do edital.

Abertura das Propostas: das 08h31 do dia 19/04/2021 as 09h:00m do dia 19/04/2021.

Início da Sessão da Disputa de Preços: 09h01m. do dia 19/04/2021. (horário de Brasília).Edital Completo: Afixado no endereço acima e-mail: licitacaojangada@hotmail.com, licitacao@jangada.mt.gov.br ou pelo SITE: http://www.jangadamt.com.br

Jangada – MT, 12 de Abril de 2021.

Adilson Pereira Nunes - Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº 23/2021/GS/SME/MT

PORTARIA Nº 23/2021/GS/SME/MT

A Secretaria Municipal de Educação de Juara-MT, no uso de suas atribuições, dispõe sobre critérios e procedimentos a serem adotados na reorganização administrativa da Rede Municipal de Ensino para cumprimento do regime/jornada de trabalho dos servidores efetivos: professor, Apoio Administrativo Educacional e Técnico Administrativo Educacional em conformidade com as leis que regulamentam a Educação Básica, e em consonância com suas alterações, *bem como os decretos e leis que regulamentam o período de pandemia originado pelo COVID-19.*

CONSIDERANDO, a necessidade de reorganização administrativa, com vistas ao cumprimento de jornada de trabalho de 30 horas (hora aula/horas atividades) prevista no Plano e Cargo e Carreira dos servidores da Educação, LC nº68/2009.

CONSIDERANDO a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial de Saúde, em 30 de janeiro de 2020, bem como o Regulamento Sanitário Internacional, promulgado pelo Decreto Federal nº 10.212, de 30 de janeiro de 2020;

CONSIDERANDO a necessidade de manutenção e atualização da regulamentação, no âmbito do Município de Juara Estado de Mato Grosso, da

Lei Federal nº 13.979/2020 de 06 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do novo Coronavírus (COVID-19), responsável pelo surto de 2019, regulamentada pela Portaria do Ministério da Saúde nº 356, de 11 de março de 2020;

CONSIDERANDO que a Organização Mundial de Saúde declarou, em 11 de março de 2020, que a disseminação do novo coronavírus, causador da doença denominada COVID-19, caracteriza pandemia;

CONSIDERANDO o Decreto nº 425 de 25 de março de 2020 do Estado de Mato Grosso que Consolida as medidas temporárias restritivas às atividades privadas para prevenção dos riscos de disseminação do Coronavírus (COVID-19) e dá outras providências;

CONSIDERANDO o Decreto nº432 de 31 de março de 2020 do Estado de Mato Grosso que Consolida as medidas temporárias restritivas às atividades privadas para prevenção dos riscos de disseminação do Coronavírus (COVID-19) e dá outras providências;

CONSIDERANDO, Resolução Normativa nº 002/2020-CEE/MT de 20 de março de 2020, publicado em D.O 23/03/2020, que dispõe sobre as normas a serem adotadas pelas Instituições pertencentes ao Sistema Estadual de Ensino, enquanto perdurar a situação de pandemia pelo novo COVID-19;

CONSIDERANDO, os Pareceres CNE/CP nº 09, de 8 de junho de 2020, CNE/CP nº 11, de 7 de julho de 2020 e CNE/CP nº 19, de 8 de dezembro de 2020, homologado pelo Ministro da Educação de 09 de dezembro de 2020.

CONSIDERANDO, a Resolução CNE/CP Nº. 02 de 10 de dezembro de 2020 que Institui Diretrizes Nacionais orientadoras para implementação dos dispositivos da Lei Federal nº 14.040, de 18 de agosto de 2020, que estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas pelos sistemas de ensino, instituições, redes escolares, públicas, privadas, comunitárias e confessionais durante o estado de calamidade reconhecido pelo Decreto nº 6 de março de 2020.

CONSIDERANDO que as ações a serem implementadas devem zelar pela preservação da dignidade das pessoas e dos direitos humanos, pelo respeito à segurança, saúde, a intimidade e à vida privada e pela necessidade, adequação, razoabilidade e proporcionalidade de tais medidas imediatas visando a contenção da propagação do novo Coronavírus e objetivando a proteção da coletividade especialmente da população Juarense;

CONSIDERANDO uma medida abrangendo as atividades educacionais da rede pública de ensino, é a forma mais eficiente e razoável de se lidar com possibilidade de coibir a propagação do novo Coronavírus no ambiente escola-família;

CONSIDERANDO, a necessidade de reorganização das atividades educacionais e da jornada de trabalho *ao abrigo do caput do art.23 da Lei nº9394/96, afetado pelo estado de calamidade pública.*

CONSIDERANDO, o **Decreto Municipal de Juara-MT, n°.1.604 de 29 de janeiro de 2021**, que dispõe sobre procedimentos administrativos quanto aos profissionais servidores efetivos e contratados temporariamente da Rede Pública de Educação Municipal e suas alterações.

CONSIDERANDO a importância de garantir o cumprimento d*o regime de jornada de trabalho semanal de 30 horas em conformidade com a legislação em vigor e as regras constantes na Portaria de Assiduidade do* quadro dos profissionais das unidades educacionais da rede municipal de acordo com os cargos/funções da educação.

CONSIDERANDO a preservação dos direitos e deveres especiais previsto nos artigos **74 e 75** da Lei Complementar nº68 de 30 de dezembro de 2009, com fulcro n*o caput do art.23 da Lei nº9394/96, afetado pelo estado de calamidade pública.*

CONSIDERANDO a Instrução Normativa Nº 005/2021 – SME/JUARA-MT queDispõe sobre normas a serem adotadas e orientações atinentes às atividades não presenciais nas unidades escolares da Rede Pública Municipal de Ensino de Juara/MT.

RESOLVE:

Art. 1º Orientar e estabelecer critérios a serem adotados no processo de reorganização do cumprimento do regime/jornada de trabalho de 30 horas semanal de acordo com o PCCs- Lei Complementar nº068/2009 dos profissionais da Rede Municipal de Ensino durante o " **período de restrição de circulação"** afetado pelo estado de calamidade pública do município de Juara-MT:

§ 1º. Os professores e os Técnicos de Desenvolvimento Infantil em atendimento às atividades não presenciais – "Atividades Remotas" cumprirão sua jornada semanal no formato de Teletrabalho sendo compatível com o ensino atual, devendo organizar as planilhas de controle conforme Portaria de Assiduidade.

§ 2º. Os professores em função de coordenação pedagógica desenvolverão suas atividades em regime misto de teletrabalho e revezamento presencial na unidade no acompanhamento das etapas de impressão e entrega das atividades pelos professores, no suporte ao ensino **não** presencial e demais atividades da função.

§ 3º. Os profissionais na função de direção escolar, técnico administrativo escolar e secretário escolar organizarão sistema de revezamento, sendo teletrabalho e escalonamento presencial na unidade escolar para garantir o funcionamento essencial, o cumprimento dos prazos nas plataformas e Sistemas Administrativos , entregas dos Kits de Alimentação Escolar e no apoio a entrega das Atividades Pedagógicas assegurado os direitos sociais previstos na Constituição Federal.

§ 4º. Os profissionais efetivos de **apoio escolar nutrição e infraestrutura**, por ser uma função que não permite o formato de teletrabalho, passará pela a **suspensão** da jornada de trabalho, durante o período de restrição de circulação amparado no Decreto Municipal nº 1.604 de 29/01/2021, denominada **suspensão** integrada da jornada de trabalho composta de: **aperfeiçoamento profissional e de escalas de trabalhos presenciais** com aproveitamento desta carga horária:

A. Aperfeiçoamento profissional será por meio de cursos de 30 horas cada atendendo a jornada semanal, **durante o período da suspensão da jornada,** no formato cursos sem tutoria do Portal https://www.fnde.gov.br/educacaocorporativa/index.... com temáticas dos programas complementares do cotidiano escolar.

B. São cursos autoinstrucionais, ou seja, sem orientação e acompanhamento de tutores. Os estudantes acessam o material didático, realizam as atividades de estudo (não avaliativas), submetem a atividade final (avaliativa) e podem obter o certificado.

C. Os certificados de cada módulo assim que forem finalizados os cursos devem ser impressos e entregues cópias a Secretaria Municipal da Educação do setor administrativo.

D. As escalas de trabalho presencial serão organizados pelos diretores escolares com a finalidade da manutenção da higienização e limpeza dos ambientes das unidades, sempre quando necessário.

E. Haverá um profissional da SME para auxiliar nas inscrições, caso seja necessário.

Parágrafo único: O aproveitamento dos cursos referente a pontuação será descrito em um orientativo especifico da formação continuada.

***Art. 2º** Toda atividade a ser realizada na unidade escolar deve ser organizada em conformidade com os protocolos produzidos pelas autoridades sanitárias, observando as regras de gestão, de higiene, de distanciamento físico e outras medidas de biossegurança recomendadas.*

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, salvo alterações de lei, revogadas as disposições em contrário.

Juara-MT, 12 de março de 2021.

Maria de Fátima Ribeiro

Chefe de Divisão Administrativo

Portaria GP/085/2021

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 265-2021

PORTARIA Nº 265/2021.

Institui o Comitê Gestor Municipal do Programa SER Família, define diretrizes gerais.

CARLOS AMADEU SIRENA, Prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que a Lei Orgânica lhe confere;

Considerando o Processo SAD nº 4.402 de 07/04/2021.

Considerando o disposto na Lei Estadual 10.523, de 17 de março de 2017, que cria o Programa SER Família e a Lei 11.222 que altera e acrescenta dispositivo.

Considerando a Instrução Normativa da Secretaria de Estado de Assistência Social e Cidadania – SETASC Nº. 001 DE 10/10/2020:

RESOLVE:

Art. 1º - Instituir o Comitê Gestor Municipal do Programa **SER Família** que terá as seguintes competências:

I – Elaborar e aprovar seu Regimento Interno, regulamentando suas competências, composição e funcionamento;

II- Analisar e aprovar a lista de famílias encaminhadas pela equipe de referência do município e, após, encaminhar ao Comitê Gestor Estadual para a análise e aprovação;

III- Aprovar e acompanhar o cumprimento do Pacto **SER Família** firmado pelo município;

IV - Apreciar relatório trimestral de evolução das famílias do Programa sob a responsabilidade do município, elaborado pela equipe técnica de referência e encaminhar à coordenação estadual do Programa **SER Família**;

V - Integrar e apoiar iniciativas para instituição de políticas públicas sociais visando promover a emancipação das famílias beneficiadas na esfera municipal;

VI - Articular a rede de proteção do município e dinamizar a oferta de serviços, destinados às famílias participantes;

VII – O Comitê Gestor Municipal deverá encaminhar à Gestão Estadual, em forma de planilha, as informações referentes às famílias beneficiárias a serem substituídas e das famílias que serão inseridas, o motivo da substituição e o instrumento hábil a aprovação da medida.

Art. 2º Ficam nomeados para compor o Comitê Gestor Municipal do Programa **SER Família**, pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, com competências disciplinadas no artigo 1º desta portaria, os seguintes membros:

I- **Creusa Cristina Carvalho Mota**, representando a Secretaria Municipal de Assistência Social e **Marines Pellizari do Nascimento**, como respectivo suplente;

II- **Maria de Fatima Ribeiro**, representando a Secretaria Municipal de Educação e **Karla Cristina de Moraes,** como respectivo suplente;

III- **Fernanda Steinhauser Paredes**, representando a Secretaria Municipal de Municipal de Saúde e **Mayara Jessica Cordeiro Cavalheiro**, como respectivo suplente;

IV- **Flavio do Nascimento Melo**, representando a Secretaria Municipal de Municipal de Habitação e **Rafael Vicente de Oliveira**, como respectivo suplente

V- Outras Secretarias Municipais que a gestão municipal entender pertinentes ao cumprimento do Pacto SER família;

Art. 3º O Comitê Gestor Municipal do Programa **SER Família** será convocado, sempre que necessário, pelo Secretário Municipal, com antecedência, mínima de 2 (dois) dias úteis.

§ 1º. As deliberações se darão por votação e as aprovações ou reprovações por maioria do voto, dos membros presentes nas reuniões.

§ 2º. O Comitê Gestor Municipal do Programa contará com uma Secretária Executiva, designada por ato de seu Presidente.

§ 3º - O (A) Presidente do Comitê Gestor Municipal, dar publicidade à composição do Comitê, bem como convocará a primeira reunião dos seus membros no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da publicação dessa Portaria.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor nesta data revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, 07 de abril de 2021.

MARCIA REGINA F. ARAUJO CARLOS AMADEU SIRENA

Secretária Mun. Administração Prefeito do Município

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se!

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUÍNA

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE JUINA
PORTARIA 678/2021 - NOMEIA OS MEMBROS TITULARES E SUPLENTES DA JARI

PORTARIA N.º 678/2021.

Nomeia os Membros titulares e respectivos suplentes da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI, do Município de Juína, Estado de Mato Grosso, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal e pelo art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município; e, com base no art. 3.º, § 2.º, da Lei Municipal n.º 1.609/2015,

RESOLVE:

Art. 1.º NOMEAR os seguintes Membros titulares e respectivos suplentes para compor a Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI, do Município de Juína, Estado de Mato Grosso:

I - Representantes indicados pelo Prefeito Municipal:

a) Titular: LINCOLN MARCOS DE OLIVEIRA - OAB/MT n.º 19.390-O;

b) Suplente: NATANIEL TOMASINI – CPF/MF n.º 917.764.491-34.

II - Representantes indicados pela Ordem dos Advogados do Brasil - OAB/MT, Subseção de Juína-MT:

a) Titular: FERNANDO FERRARI DE QUEIROZ – OAB/MT n.º 24.156;

b) Suplente: NADER THOMÉ NETO – OAB/MT n.º 11.890-B.

III - Representantes do Órgão Competente para impor penalidade.

a) Titular: MONALIZA ROCHA NUNES – CPF/MF n.º 027.777.641-40;

Art. 2.º A Presidência da Junta Administrativa de Recursos de Infrações – JARI será exercida pelo Representante relacionado no inciso I, do art. 1.º, da presente Portaria.

Art. 3.º Compete a JARI, do Município de Juína, Estado de Mato Grosso, a teor do art. 17, da Lei Federal n.º 9.503/97, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro – CTB:

I - Julgar os recursos interpostos pelos infratores;

II - Solicitar aos órgãos e entidades executivos de trânsito e executivos rodoviários informações complementares relativas aos recursos, objetivando uma melhor análise da situação recorrida; e,

III - encaminhar aos órgãos e entidades executivos de trânsito e executivos rodoviários informações sobre problemas observados nas autuações e apontados em recursos, e que se repitam sistematicamente.

Art. 4.º O mandato dos Membros nomeado pela presente Portaria será de 02 (dois) anos, a contar da sua publicação, permitida a recondução.

Art. 5.º A Junta Administrativa de Recursos de Infrações – JARI terá Regimento Próprio que deverá ser elaborado pela Procuradoria Geral do Município – PGM no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da publicação da presente Portaria e, posteriormente, submetido à aprovação por Decreto do Executivo, caso ainda não aprovado.

Art. 6.º Os Membros da Junta Administrativa de Recursos de Infrações – JARI não serão remunerados pelos serviços prestados, mas a atuação dos mesmos constituirá serviço público relevante e estabelecerá presunção de idoneidade moral.

Art. 7.º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 8.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial, a Portaria Municipal n.º 8.259/2019.

Juína-MT, 12 de abril de 2021.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

PAULO AUGUSTO VERONESE

Prefeito Municipal

REGISTRADO e PUBLICADO por afixação na data supra no local de costume.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUENA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

	Estado do Mato Grosso	
	PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUENA	**Inexigibilidade Nr.: 3 / 2021 - MT**
	CNPJ 24.950.461/0001-93	
	AVENIDA 4 DE JULHO, n.º 360 - CENTRO - CEP 78 340-000	
	Fone (66) 3553-1346 prefeitura@pmjuruena.com.br	

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

Código	Razão Social	CNPJ	Qtde de Itens	Valor
33768 -	NOVA LICITA TREINAMENTO EMPRESARIAL LTDA	35.167.767/0001-94	1	$8,500.00
			1	**$8,500.00**

JURUENA-MT, 09 DE ABRIL DE 2021.

MANOEL GONTIJO DE CARVALHO
PREFEITA

Page 1 de 1

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Juruena/MT, no exercício das atribuições que lhe confere a Portaria n° 104/2021, torna público para conhecimento de todos, que com amparo no art. 25, parágrafo II, da Lei nº 8.666/93, realiza a Inexigibilidade de Licitação nº 003/2021, Processo Administrativo n° 035/2021, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MINISTRA CURSO DE CAPACITAÇÃO DE SERVIDOR, através da Pessoa Juridica NOVA LICITA TREINAMENTO EMPRESARIAL LTDA, CNPJ 35.167.767/0001-94, com valor total de R$ 8.500,00 (oito mil e quinhentos reais-quarenta e cinco mil reais).

Juruena - MT, 09 de abril de 2021

Robson Gomes Dias Presidente da Comissão Permanente de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA

PORTARIA Nº 090/2021, 09 DE ABRIL DE 2021.

"Dispõe sobre concessão de **Licença Prêmio** a Servidor Efetivo **Srº Delçon dos Santos,** e dá outras providências".

MOISES DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Juscimeira, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder 90 (noventa) dias de **LICENÇA PREMIO** á Servidor Público Municipal Efetivo **Matricula 348 – Delçon dos Santos,** lotado na Secretaria de Infraestrutura no Cargo de Vigia, no período de 05 de Abril a 03 de julho de 2021, com retorno em **04/07/2021**, a Licença Prêmio concedida refere-se aos qüinqüênio 04/05/2015 à 03/05/2020.

Artigo 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, em 09 de Abril de 2021.

CELSO KIITIRO FUJII

Secretario de Infraestrutura

MOISÉS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 089/2021, 09 DE ABRIL DE 2021.

"Dispõe sobre concessão de **Licença Prêmio** a Servidor Efetivo **Srª Olinda Leite Da Silva,** e dá outras providências".

MOISES DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Juscimeira, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder 90 (noventa) dias de **LICENÇA PREMIO** á Servidor Público Municipal Efetivo **Matricula 145 – Olinda Leite da Silva,** lotado na

Secretaria de Educação no Cargo de Recepcionista, no período de 05 de Abril a 03 de julho de 2021, com retorno em **04/07/2021**, a Licença Prêmio concedida refere-se aos qüinqüênio 01/01/2014 à 03/01/2019.

Artigo 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, em 09 de Abril de 2021.

BRUNA MARTINS DOS SANTOS

Secretario de Educaçao

MOISÉS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

AVISO RESULTADO PREGÃO Nº 002/2021

Estado de MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA
JUSCIMEIRA - MT, AVENIDA JOAQUIM MIGUEL DOS SANTOS, nº 210, CAJUS

AVISO DE RESULTADO do Pregão Presencial Nº 00000002/2021. O Município de torna público o resultado do Julgamento da licitação supramencionada, julgada no dia 15 de Março 2021, com inicio às 07:30, tendo como objeto registro de preços para futura e eventual aquisição de sistema de vídeo monitoramento nos prédios indicados pela prefeitura municipal de juscimeira/mt, com suporte e garantia de 12 (doze) meses, conforme condições e quantidades e exigências estabelecidas das quais foram vencedoras as empresas: Lote 001 - Itens 40936, 40937, **HIPERBIT SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA LTDA** inscrita no CNPJ sob o número 20.928.575/0001-86 no valor de **R$ 766.000,00**. JUSCIMEIRA - MT, 12 de Abril de 2021.

MAIKO WILSON CUNHA DE ALMEIDA
PREGOEIRO

PORTARIA Nº 091/2021, 09 DE ABRIL DE 2021

.

"Dispõe sobre concessão de **Licença Prêmio** a Servidor Efetivo **Srº Marquilene Garcia de Souza** e dá outras providências".

MOISES DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Juscimeira, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder 60 (sessenta) dias de **LICENÇA PREMIO** á Servidor Público Municipal Efetivo **Matricula 1601 – Marquilene Garcia de Souza,** lotado na Secretaria de Administração no Cargo de Recepcionista, no período de 27 de Março a 25 de Maio de 2021, com retorno em **26/05/2021**, a Licença Prêmio concedida refere-se ao qüinqüênio 19/09/2013 à 18/09/2018.

Artigo 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, em 09 de Abril de 2021.

LEANDRO CARDOSO LEITAO

Secretario de Administração

MOISÉS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 092/2021, 09 DE ABRIL DE 2021.

"DECLARA **VACANCIA** DE 01 (UM) CARGO EFETIVO DE **SERVIÇOS GERAIS** DO SERVIDOR SRº **OLAIDES ALVES MARTINS,** EDA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MOISES DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Juscimeira, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

RESOLVE:

Artigo 1º - Declarar vago 01 (um) Cargo Efetivo de Serviços Gerais, do Quadro Efetivo da Prefeitura Municipal de Juscimeira, em virtude de Falecimento, do Servidor **OLAIDES ALVES MARTINS, Matricula nº 361.1,** brasileiro, inscrita no CPF nº 284.058.891-91, residente e domiciliado na Rua Enedina Martins Barbosa s/nº do Povoado de Placa de Santo Antonio Município de Juscimeira-MT. ocorrido na data de **02/04/2021**.

Artigo 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, em 09 de Abril de 2020.

MOISÉS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 093/2021, 09 DE ABRIL DE 2021.

"Dispõe sobre concessão de **Licença Prêmio** a Servidor Efetivo **Srº João Alves Euzébio,** e dá outras providências".

MOISES DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Juscimeira, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder **LICENÇA PREMIO** á Servidor Público Municipal Efetivo **Matricula 365.1 – João Alves Euzébio,** lotado na Secretaria de Infraestrutura no Cargo de Serviços Gerais, no período de 06 de Abril a 31 de Dezembro de 2021, com retorno em **03/01/2022**, a Licença Prêmio concedida refere-se aos qüinqüênios 04/05/2005 à 03/05/2010, 04/05/2010 a 03/05/2015, 04/05/2015 a 03/05/2020.

Artigo 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, em 09 de Abril de 2021.

CELSO KIITIRO FUJII

Secretario de Infraestrutura

MOISÉS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2021 AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 014/2021

A Prefeitura Municipal de Juscimeira/MT, localizada a Avenida Joaquim Miguel dos Santos, nº 210 – Bairro Cajus, Juscimeira-MT através de seu Pregoeiro Oficial, nomeada pela Portaria nº 063/2021, TORNA PÚBLICO que realizará às **07:30 HORAS DO DIA 29 DE ABRIL 2021** na sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima citado, sessão pública para realização de licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2021**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, tendo por objeto **"AQUISIÇÃO DE PATRULHA MECANIZADA, CONFORME PROPOSTA DE Nº 000358/2020. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL / SUPERINT. DE DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE / PLATAFORMA + BRASIL"** Os envelopes contendo as proposta de preços e os documentos de habilitação serão recebidos até às **07:30 HORAS DO DIA 29 DE ABRIL 2021.** O credenciamento **deverá ser efetuado no inicio da sessão (ou abertura dos envelopes)**. Os interessados poderão ler ou obter cópia do Edital e seus anexos na Prefeitura Municipal de Juscimeira no endereço acima, no horário das 08:00 às 13:00 horas, através petição do e-mail licitação@juscimeira.mt.gov.br nos dias úteis a partir desta data. Outras informações poderão ser obtidas pelo telefone (66) 3412-1371 ou 1381.

Juscimeira/MT., 12 De Abril de 2021.

Maiko Wilson Cunha De Almeida

PREGOEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
DECRETO SUPLEMENTAR Nº 00044/2021

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELANDIA
CNPJ: 03238987000175
Rua dos Tres Poderes, 0000777 - Centro
Telefone 06635363100
marcelandia@marcelandia.mt.gov.br

DECRETO SUPLEMENTAR Nº 00044/2021

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Poder Executivo Municipal de MARCELANDIA, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal **01037/2021** , e em consonância com a Lei Federal 4320/64

DECRETA

Art. 1 - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado abrir um Credito Adicional Suplementar por Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores em favor da Prefeitura Municipal no valor de R$ 194.602,93 (Cento e noventa e quatro mil seiscentos e dois mil e noventa e três centavos), nos termos do artigo 43, §1° inciso 1 e § 2º da Lei Federal 4.320/64, para reforço de dotações consignadas no orçamento vigente, Lei Municipal 1037 de 14 de janeiro de 2021

05.001-Gabinete da Secretaria

Superávit Financeiro-Rec.Vinc.

05.001.25.752.0012.2030.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	
0317000000-Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	33.417,25
05.001.26.782.0012.2101.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo	
0330000000-Recursos do Fundo de Transporte e Habitação - FETHAB	18.067,69
05.001.26.782.0012.2101.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	
0330000000-Recursos do Fundo de Transporte e Habitação - FETHAB	1.470,30
Sub-Total:	**52.955,24**

06.002-Fundo Municipal de Saude

06.002.10.122.0050.2106.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo	
0346074000-Acoes de saude para o enfrentamento do Coronavirus - COVID 19	35.625,97
06.002.10.301.0014.2071.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo	
0342000000-Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Estado	7.745,00
06.002.10.303.0014.2074.3.3.9.0.32.00.00.00 Material de Distribuicao Gratuita	
0342000000-Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Estado	3.425,32
06.002.10.305.0014.2073.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo	
0346000000-Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal	510,00
Sub-Total:	**47.306,29**

07.001-Gabinete da Secretaria

07.001.12.306.0016.2078.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo	
0315000000-Transferência de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FN	26.541,43
07.001.12.361.0015.2077.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo	
0315000000-Transferência de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FN	8.322,92
07.001.12.361.0015.2077.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	
0315000000-Transferência de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FN	9.402,11
07.001.12.361.0015.2077.3.3.9.0.40.00.00.00 SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO	
0315000000-Transferência de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FN	1.170,00
07.001.12.361.0019.2080.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo	
0330000000-Recursos do Fundo de Transporte e Habitação - FETHAB	236,38
07.001.12.361.0019.2080.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	
0325000000-Demais Recursos Vinculados Destinados à Educação	19.229,50
Sub-Total:	**64.902,34**

08.002-Fundo Municipal de Assistencia Social

08.002.08.243.0021.2022.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	
0343000000-Transferência de Recursos do Estado para ações de Assistência Social	4.189,00
08.002.08.244.0021.2020.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	
0329000000-Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	800,00

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELANDIA

CNPJ: 03238987000175

Rua dos Tres Poderes, 0000777 - Centro

Telefone 06635363100

marcelandia@marcelandia.mt.gov.br

DECRETO SUPLEMENTAR Nº 00044/2021

08.002.08.244.0051.2107.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo	
0329074000-Acoes de saude para o enfrentamento do Coronavirus - COVID 19	7.855,06
08.002.08.244.0051.2107.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	
0329074000-Acoes de saude para o enfrentamento do Coronavirus - COVID 19	14.005,00
08.002.08.244.0051.2107.4.4.9.0.52.00.00.00 Equipamentos e Material Permanente	
0329074000-Acoes de saude para o enfrentamento do Coronavirus - COVID 19	2.590,00
Sub-Total:	**29.439,06**
Total Parcial Suplementado:	**194.602,93**

Art. 2 § 2º - Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar correrão à conta do superávit financeiro - recurso vinculado apurado no balanço patrimonial do exercício anterior.

Total Parcial Reduzido:

Art. 3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Poder Executivo Municipal. MARCELANDIA, 01, Marco de 2021

CELSO LUIZ PADOVANI
Prefeito Municipal

Emissão: 12/04/2021 09:00:41 Page 2 de 2

Homologado

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
DECRETO SUPLEMENTAR Nº 00015/2021

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELANDIA
CNPJ: 03238987000175
Rua dos Tres Poderes, 0000777 - Centro
Telefone 06635363100
marcelandia@marcelandia.mt.gov.br

DECRETO SUPLEMENTAR Nº 00015/2021

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Poder Executivo Municipal de MARCELANDIA, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal **01036/2021** , e em consonância com a Lei Federal 4320/64

DECRETA

Art. 1§ - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado abrir um Credito Adicional Suplementar em favor da Prefeitura Municipal no valor de ate R$ 382.387,10 (Trezentos e oitenta e dois mil trezentos e oitenta e sete reais e dez centavos).

05.001-Gabinete da Secretaria

Anul. Total ou Parcial de Dotação

05.001.15.451.0012.1147.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	
0133000000-Outras Transferências de Convênios ou Contratos de Repasse do Estado (não relac	150,00
Sub-Total:	**150,00**

06.002-Fundo Municipal de Saude

06.002.10.302.0013.1093.3.3.7.1.70.00.00.00 Rateio a Consorcios Publicos	
0102000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	122.413,00
06.002.10.302.0013.1187.4.4.9.0.51.00.00.00 Obras e Instalacoes	
0102000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	6.000,00
06.002.10.302.0013.2040.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo	
0102000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	52.500,00
Sub-Total:	**180.913,00**

07.001-Gabinete da Secretaria

07.001.12.361.0015.2056.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo	
0101000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	40.059,02
07.001.12.365.0017.2100.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo	
0101000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	159.856,00
Sub-Total:	**199.915,02**

07.003-FUNDEB 40

07.003.12.361.0018.2050.3.3.9.0.08.00.00.00 OUTROS BENEFICIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR OU DO	
0101000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	461,43
Sub-Total:	**461,43**

13.001-Gabinete da Secretaria

13.001.04.122.0028.2092.3.3.9.0.33.00.00.00 Passagens e despesas com locomocao	
0100000000-Recursos Ordinários	947,65
Sub-Total:	**947,65**
Total Parcial Suplementado:	**382.387,10**

Artigo 2.o - Para fazer face as Suplementacoes consignadas no artigo anterior serao anuladas as Dotacoes Orcamentarias descritas abaixo, conforme artigo 43, incisos III, da Lei Federal 4.320/64:

06.002-Fundo Municipal de Saude

Anul. Total ou Parcial de Dotação

06.002.10.302.0014.2072.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo	
0146000000-Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal	150.000,00
Sub-Total:	**150.000,00**

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELANDIA
CNPJ: 03238987000175
Rua dos Tres Poderes, 0000777 - Centro
Telefone 06635363100
marcelandia@marcelandia.mt.gov.br

DECRETO SUPLEMENTAR Nº 00015/2021

07.001-Gabinete da Secretaria

07.001.12.365.0017.1152.4.4.9.0.51.00.00.00 Obras e Instalacoes	
0101000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	232.387,10
Sub-Total:	**232.387,10**
Total Parcial Reduzido:	**382.387,10**

Art. 3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Poder Executivo Municipal. MARCELANDIA, 15, Janeiro de 2021

CELSO LUIZ PADOVANI
Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
DECRETO Nº. 069/2021

DATA: 12/04/2021.

SÚMULA: NOMEIA COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

CONSIDERANDO - Que o monitoramento e avaliação dos benefícios eventuais deverá ser realizada pelo Município - Órgão Gestor da Assis-

tência Social, através do Departamento da Vigilância Socioassistencial e a Comissão de Benefícios Eventuais.

O **Sr. Celso Luiz Padovani,** Prefeito do Município de Marcelândia,Estado de Mato Grosso**,** no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei:

DECRETA:

Artigo 1º - Ficam nomeados os membros da Comissão de Benefícios Eventuais da Assistência Social, para monitoramento e avaliação, conforme exigências da Lei nº 1.044/2021 que "Dispõe sobre a Política Pública de Assistência social do Município de Marcelândia e com validade até 31/12/2024.

Artigo 2º - A Comissão de monitoramento e avaliação de Benefícios Eventuais de assistência social será composta através da seguinte representatividade:

A. um representante da Gestão da SEDES:

Cristiane Bulgarelli Padovani

Cpf: 493.072.319-15

B. um representante do CRAS pela Proteção Social Básica:

Alexandra Padovani David

Cpf: 261.946.318-13

C. um representante do Conselho Municipal de Assistência Social;

Jean Paulo Hilbig

Cpf: 028.898.909-02

D. um representante do setor Funerário:

Fernando Rodrigo do Prado

Cpf: 262.216.768-78

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua Publicação, Revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal, Marcelândia - MT, em 12 de abril de 2021.

Celso Luiz Padovani

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
DECRETO SUPLEMENTAR Nº 00043/2021

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELANDIA
CNPJ: 03238987000175
Rua dos Tres Poderes, 0000777 - Centro
Telefone 06635363100
marcelandia@marcelandia.mt.gov.br

DECRETO SUPLEMENTAR Nº 00043/2021

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Poder Executivo Municipal de MARCELANDIA, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal **01037/2021** , e em consonância com a Lei Federal 4320/64

DECRETA

Art. 1 - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado abrir um Credito Adicional Suplementar por Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores em favor da Prefeitura Municipal no valor de R$ 577.749,65 (Quinhentos e setenta e sete mil setecentos e quarenta e nove reais e sessenta e cinco centavos), nos termos do artigo 43, §1° inciso 1 e § 2º da Lei Federal 4.320/64, para reforço de dotações consignadas no orçamento vigente, Lei Municipal 1037 de 14 de janeiro de 2021.

02.001-Gabinete do Prefeito

Superávit Financeiro

02.001.04.122.0028.2005.3.1.9.0.11.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	
0300000000-Recursos Ordinários		38.342,98
02.001.04.122.0028.2005.3.3.9.0.30.00.00.00	Material de Consumo	
0300000000-Recursos Ordinários		1.450,00
02.001.04.122.0028.2005.3.3.9.0.39.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	
0300000000-Recursos Ordinários		220,00
02.001.04.122.0028.2005.3.3.9.0.93.00.00.00	Indenizacoes e restituicoes	
0300000000-Recursos Ordinários		6.000,00
02.001.04.122.0028.2005.4.4.9.0.52.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	
0300000000-Recursos Ordinários		10.940,00
02.001.04.124.0006.2064.3.1.9.0.11.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	
0300000000-Recursos Ordinários		4.974,16
	Sub-Total:	**61.927,14**

03.001-Gabinete da Secretaria

03.001.04.121.0028.2012.3.1.9.0.11.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	
0300000000-Recursos Ordinários		15.114,72
03.001.04.121.0028.2012.3.3.9.0.39.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	
0300000000-Recursos Ordinários		5.134,24
03.001.04.121.0028.2012.3.3.9.0.93.00.00.00	Indenizacoes e restituicoes	
0300000000-Recursos Ordinários		3.930,00
	Sub-Total:	**24.178,96**

04.001-Gabinete da Secretaria

04.001.20.606.0008.2062.3.1.9.0.11.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	
0300000000-Recursos Ordinários		15.570,26
04.001.20.606.0008.2062.3.1.9.0.13.00.00.00	Obrigacoes Patronais	
0300000000-Recursos Ordinários		863,41
04.001.20.606.0008.2062.3.1.9.1.13.00.00.00	Obrigacoes Patronais - RPPS	
0300000000-Recursos Ordinários		2.583,10
04.001.20.606.0008.2062.3.3.9.0.30.00.00.00	Material de Consumo	
0300000000-Recursos Ordinários		757,05
04.001.20.606.0008.2062.3.3.9.0.39.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	
0300000000-Recursos Ordinários		140,00
04.001.20.606.0008.2062.3.3.9.0.93.00.00.00	Indenizacoes e restituicoes	
0300000000-Recursos Ordinários		3.930,00
	Sub-Total:	**23.843,82**

05.001-Gabinete da Secretaria

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELANDIA
CNPJ: 03238987000175
Rua dos Tres Poderes, 0000777 - Centro
Telefone 06635363100
marcelandia@marcelandia.mt.gov.br

DECRETO SUPLEMENTAR Nº 00043/2021

05.001.26.782.0012.2031.3.1.9.0.11.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	
0300000000-Recursos Ordinários		109.999,27
05.001.26.782.0012.2031.3.1.9.0.13.00.00.00	Obrigacoes Patronais	
0300000000-Recursos Ordinários		3.001,69
05.001.26.782.0012.2031.3.1.9.1.13.00.00.00	Obrigacoes Patronais - RPPS	
0300000000-Recursos Ordinários		15.389,41
05.001.26.782.0012.2031.3.3.9.0.30.00.00.00	Material de Consumo	
0300000000-Recursos Ordinários		15.901,61
05.001.26.782.0012.2031.3.3.9.0.39.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	
0300000000-Recursos Ordinários		41.450,90
05.001.26.782.0012.2031.3.3.9.0.93.00.00.00	Indenizacoes e restituicoes	
0300000000-Recursos Ordinários		3.930,00
	Sub-Total:	**189.672,88**

08.001-Gabinete da Secretaria

08.001.08.244.0021.2025.3.1.9.0.11.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	
0300000000-Recursos Ordinários		5.684,49
08.001.08.244.0021.2025.3.1.9.0.13.00.00.00	Obrigacoes Patronais	
0300000000-Recursos Ordinários		1.193,74
08.001.08.244.0021.2025.3.3.9.0.40.00.00.00	SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO	
0300000000-Recursos Ordinários		304,91
08.001.08.244.0021.2025.3.3.9.0.93.00.00.00	Indenizacoes e restituicoes	
0300000000-Recursos Ordinários		3.930,00
	Sub-Total:	**11.113,14**

08.002-Fundo Municipal de Assistencia Social

08.002.08.244.0021.2020.3.1.9.0.11.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	
0300000000-Recursos Ordinários		55.666,49
08.002.08.244.0021.2020.3.1.9.0.13.00.00.00	Obrigacoes Patronais	
0300000000-Recursos Ordinários		1.485,32
08.002.08.244.0021.2020.3.1.9.1.13.00.00.00	Obrigacoes Patronais - RPPS	
0300000000-Recursos Ordinários		10.027,99
08.002.08.244.0021.2020.3.3.9.0.40.00.00.00	SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO	
0300000000-Recursos Ordinários		732,78
	Sub-Total:	**67.912,58**

08.003-Fundo Municipal da Infancia e Adolescente

08.003.08.243.0021.2029.3.1.9.0.11.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	
0300000000-Recursos Ordinários		13.992,97
08.003.08.243.0021.2029.3.1.9.0.13.00.00.00	Obrigacoes Patronais	
0300000000-Recursos Ordinários		1.100,00
08.003.08.243.0021.2029.3.1.9.1.13.00.00.00	Obrigacoes Patronais - RPPS	
0300000000-Recursos Ordinários		1.209,29
08.003.08.243.0021.2029.3.3.9.0.30.00.00.00	Material de Consumo	
0300000000-Recursos Ordinários		104,94
08.003.08.243.0021.2029.3.3.9.0.39.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	
0300000000-Recursos Ordinários		381,57
08.003.08.243.0021.2029.3.3.9.0.40.00.00.00	SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO	
0300000000-Recursos Ordinários		193,39
	Sub-Total:	**16.982,16**

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELANDIA
CNPJ: 03238987000175
Rua dos Tres Poderes, 0000777 - Centro
Telefone 06635363100
marcelandia@marcelandia.mt.gov.br

DECRETO SUPLEMENTAR Nº 00043/2021

09.001-Gabinete da Secretaria

09.001.18.542.0024.2085.3.1.9.0.11.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	
0300000000-Recursos Ordinários		12.084,85
09.001.18.542.0024.2085.3.3.9.0.39.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	
0300000000-Recursos Ordinários		140,00
	Sub-Total:	**12.224,85**

11.001-Gabinete da Secretaria

11.001.04.122.0028.2009.3.1.9.0.11.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	
0300000000-Recursos Ordinários		82.821,16
11.001.04.122.0028.2009.3.1.9.0.13.00.00.00	Obrigacoes Patronais	
0300000000-Recursos Ordinários		10.174,68
11.001.04.122.0028.2009.3.1.9.1.13.00.00.00	Obrigacoes Patronais - RPPS	
0300000000-Recursos Ordinários		22.874,97
11.001.04.122.0028.2009.3.3.9.0.30.00.00.00	Material de Consumo	
0300000000-Recursos Ordinários		1.717,74
11.001.04.122.0028.2009.3.3.9.0.39.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	
0300000000-Recursos Ordinários		3.734,57
11.001.04.122.0028.2009.3.3.9.0.40.00.00.00	SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO	
0300000000-Recursos Ordinários		1.116,42
11.001.04.122.0028.2009.3.3.9.0.93.00.00.00	Indenizacoes e restituicoes	
0300000000-Recursos Ordinários		3.930,00
11.001.04.131.0027.2090.3.3.9.0.39.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	
0300000000-Recursos Ordinários		1.802,88
11.001.28.843.0026.2089.3.3.9.0.91.00.00.00	Sentencas Judiciais	
0300000000-Recursos Ordinários		5.651,77
	Sub-Total:	**133.824,19**

12.001-Gabinete da Secretaria

12.001.04.122.0028.2011.3.1.9.0.11.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	
0300000000-Recursos Ordinários		2.795,90
12.001.04.122.0028.2011.3.3.9.0.39.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	
0300000000-Recursos Ordinários		291,25
	Sub-Total:	**3.087,15**

13.001-Gabinete da Secretaria

13.001.04.122.0028.2092.3.1.9.0.11.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	
0300000000-Recursos Ordinários		4.111,50
13.001.04.122.0028.2092.3.3.9.0.30.00.00.00	Material de Consumo	
0300000000-Recursos Ordinários		590,00
13.001.04.122.0028.2092.3.3.9.0.93.00.00.00	Indenizacoes e restituicoes	
0300000000-Recursos Ordinários		3.930,00
	Sub-Total:	**8.631,50**

15.001-Gabinete da Secretaria

15.001.27.812.0032.2061.3.1.9.0.11.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	
0300000000-Recursos Ordinários		2.672,99
15.001.27.812.0032.2061.3.3.9.0.30.00.00.00	Material de Consumo	
0300000000-Recursos Ordinários		935,50

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELANDIA
CNPJ: 03238987000175
Rua dos Tres Poderes, 0000777 - Centro
Telefone 06635363100
marcelandia@marcelandia.mt.gov.br

DECRETO SUPLEMENTAR Nº 00043/2021

15.001.27.812.0032.2061.3.3.9.0.93.00.00.00	Indenizacoes e restituicoes	
0300000000-Recursos Ordinários		3.930,00
15.001.27.812.0032.2061.4.4.9.0.52.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	
0300000000-Recursos Ordinários		789,80
	Sub-Total:	**8.328,29**
16.001-Gabinete da Secretaria		
16.001.02.062.0005.2003.3.1.9.0.11.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	
0300000000-Recursos Ordinários		16.022,99
	Sub-Total:	**16.022,99**
	Total Parcial Suplementado:	**577.749,65**

Art. 2 § 2º - Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar correrão à conta do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior

Total Parcial Reduzido:

Art. 3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Poder Executivo Municipal. MARCELANDIA, 01, Marco de 2021

CELSO LUIZ PADOVANI
Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
DECRETO ESPECIAL Nº 00056/2021

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELANDIA
CNPJ: 03238987000175
Rua dos Tres Poderes, 0000777 - Centro
Telefone 06635363100
marcelandia@marcelandia.mt.gov.br

DECRETO ESPECIAL Nº 00056/2021

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Poder Executivo Municipal de MARCELANDIA, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal **01041/2021** , e em consonância com a Lei Federal 4320/64

DECRETA

Art. 1§ - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado abrir um Credito Adicional Especial em favor da Prefeitura Municipal no valor de ate R$ 165.000,00 (Cento e sessenta e cinco mil reais).

06.002-Fundo Municipal de Saude

Anul. Total ou Parcial de Dotação	
06.002.10.122.0050.2106.3.1.9.0.11.00.00.00 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	
0346074000-Acoes de saude para o enfrentamento do Coronavirus - COVID 19	140.000,00
06.002.10.122.0050.2106.3.1.9.1.13.00.00.00 Obrigacoes Patronais - RPPS	
0346074000-Acoes de saude para o enfrentamento do Coronavirus - COVID 19	25.000,00
Sub-Total:	**165.000,00**
Total Parcial Suplementado:	**165.000,00**

Artigo 2.o - Para fazer face as Suplementacoes consignadas no artigo anterior serao anuladas as Dotacoes Orcamentarias descritas abaixo, conforme artigo 43, incisos III, da Lei Federal 4.320/64:

06.002-Fundo Municipal de Saude

Anul. Total ou Parcial de Dotação	
06.002.10.302.0013.2040.3.1.9.0.11.00.00.00 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	
0146000000-Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal	140.000,00
06.002.10.302.0013.2040.3.1.9.1.13.00.00.00 Obrigacoes Patronais - RPPS	
0146000000-Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal	25.000,00
Sub-Total:	**165.000,00**
Total Parcial Reduzido:	**165.000,00**

Art. 3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Poder Executivo Municipal. MARCELANDIA, 17, Marco de 2021

CELSO LUIZ PADOVANI
Prefeito Municipal

Emissão: 12/04/2021 09:47:27 Page 1 de 1

Homologado

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
TERMO DE ALTERAÇÃO DE FONTE Nº 00001/2021

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELANDIA
CNPJ: 03238987000175
Rua dos Tres Poderes, 0000777 - Centro
Telefone 06635363100
marcelandia@marcelandia.mt.gov.br

TERMO DE ALTERAÇÃO DE FONTE Nº 00001/2021

SÚMULA: "Dispõe sobre a realização de remanejamento orçamentário, através de realocação de valores entre fontes de recursos de dotação orçamentária".

O Poder Executivo Municipal de MARCELANDIA, no uso de suas atribuições legais, e em consonância com a Lei Orgânica;

Considerando a necessidade de realocação de recursos orçamentários, com vistas variações do recebimento dos recursos e suas destinações;

Considerando a necessidade de inclusão no orçamento em vigor, de Fonte/Detalhamento de Recurso específica, em consonância com os Comunicados APLIC do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso;

Considerando que as realocações de saldos entre fontes de recursos não alteram os saldos das respectivas dotações orçamentárias, mas apenas alterações de valores entre as fontes a elas vinculadas;

Considerando que o Art. 0 da Lei Municipal nº 1036 de 14 de Janeiro de 2021, autoriza a transpor, remanejar e transferir orçamentária entre Fontes de Recursos, o qual consiste na realocação entre fontes de recursos numa mesma dotação orçamentária;

Art. 1§ - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a fazer Alteração/Transposição Fontes de Recursos em favor da Prefeitura Municipal no valor de ate R$ 55.168,86(Cinquenta e cinco mil cento e sessenta e oito reais e oitenta e seis centavos).

06.002-Fundo Municipal de Saude

Anul. Total ou Parcial de Dotação	
06.002.10.301.0013.2038.3.1.9.1.13.00.00.00 Obrigacoes Patronais - RPPS	
0142000000-Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Estado	3.735,61
06.002.10.301.0013.2038.3.1.9.1.13.00.00.00 Obrigacoes Patronais - RPPS	
0146000000-Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal	4.264,39
06.002.10.301.0014.2071.3.1.9.0.11.00.00.00 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	
0142000000-Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Estado	47.168,86
Sub-Total:	**55.168,86**
Total Parcial Suplementado:	**55.168,86**

Artigo 2º - Para dar cobertura ao crédito aberto para Alteração/Transposição Fontes de Recursos, conforme descrito no artigo primeiro serão utilizados os recursos aqueles mencionados no artigo 43 da Lei 4.320/64, e seus parágrafos e incisos.

06.002-Fundo Municipal de Saude

Anul. Total ou Parcial de Dotação	
06.002.10.301.0013.2038.3.1.9.1.13.00.00.00 Obrigacoes Patronais - RPPS	
0102000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	8.000,00
06.002.10.301.0014.2071.3.1.9.0.11.00.00.00 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	
0102000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	47.168,86
Sub-Total:	**55.168,86**
Total Parcial Reduzido:	**55.168,86**

Art. 3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Poder Executivo Municipal. MARCELANDIA, 01, Marco de 2021

CELSO LUIZ PADOVANI
Prefeito Municipal

Emissão: 12/04/2021 09:56:20 Page 1 de 1

Homologado

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
COVID-19: DECRETO N° 068 DE 9 DE ABRIL DE 2021.

"Regulamenta o ar. 155 § 7 da L.C. 07/2005 Código Tributário Municipal, em relação a continuidade de atividade e/ou pratica de atos sujeitos ao Poder de Polícia Administrativa do Município, estabelecendo medidas temporárias para minorar os efeitos financeiros causados pelo Coronavírus-COVID-19 no âmbito do Município de Marcelândia, e dá outras providências."

O Prefeito de Marcelândia – MT, CELSO LUIZ PADOVANI, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e,

CONSIDERANDO as disposições da Lei Orgânica artigo 10 inciso I alínea "b"; artigo 54 inciso IV alínea "x"; artigo 59 inciso I alínea "a"; e artigo 71 inciso II;

CONSIDERANDO o Ofício Circular nº 2/SEDEC (MDR)/GAB-Sedec, de 19/03/2020, da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil;

CONSIDERANDO A Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional declarada pelo Ministério da Saúde por meio da Portaria nº 188/2020 após a Organização Mundial da Saúde (OMS) ter declarado Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional, em 30 de janeiro de 2020**.**

CONSIDERANDO a Portaria MS nº 454, de 20 de março de 2020, por meio da qual o Ministro de Estado da Saúde declarou o estado de transmissão comunitária do Coronavírus (COVID-19), em todo o território nacional;

CONSIDERANDO a Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, dispôs sobre medidas para o enfrentamento da citada emergência de saúde pública de importância nacional e internacional;

CONSIDERANDO a decisão liminar proferida pelo Ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal (STF), que estendeu a vigência de dispositivos da Lei 13.979/2020, para combater à pandemia da Covid-19, na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 6625; observando por prudência a continuidade das medidas excepcionais previstas na Lei 13.979/2020 que por enquanto, devem "a integrar o arsenal das autoridades sanitárias para combater a pandemia".

CONSIDERANDO o teor dos Ofícios n. 019/2021 oriundo do Corpo Clinico do Hospital Municipal Maria Zélia, e n. 20/2021 oriundo da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento endereçados ao Gabinete do Prefeito que dão conta da Gravidade e do Agravamento da Situação da Pandemia Covid-19 no Município de Marcelândia - MT;

CONSIDERANDO os últimos números, projeções acerca do Covid-19, aliada a falta de Leitos e vagas em UTI junto ao sistema de saúde do Estado de Mato Grosso;

CONSIDERANDO a Decisão Liminar exarada nos autos de A.D.I. n. 1003497-90.2021.8.11.0000 ela Exma. Sra. Des. Maria Helena G. Povoas no Órgão Especial do TJ/MT, que estendeu os efeitos ao Município de Marcelândia – MT, aumentando a restrição, inclusive sobre o comercio;

CONSIDERANDO o firme e reiterado comprometimento da Administração Publica Municipal com a preservação da saúde, economia e do bem estar dos Munícipes;

DECRETA:

Art. 1 – Fica regulamentado o § 7 do artigo 155 da Lei Complementar 07/2005, em relação a continuidade das atividades ou continuidade da pratica de atos sujeitos ao Poder de Polícia Administrativa do Município na forma do artigo 147.

Parágrafo Único – Nos casos do artigo 1, a Taxa de Localização poderá ser recolhida de forma parcelada em até 03 (três) parcelas, iguais e sucessivas, vencidas mensalmente, mediante opção do contribuinte.

Art. 2 – Exclui-se da possibilidade do pagamento parcelado de que trata este Decreto a taxa devida pela licença para exercício de atividade transitória ou eventual, assim como no caso de concessão de primeira licença ou autorização.

Art. 3º - Considera-se feita a opção pelo pagamento parcelado mediante o adimplemento da primeira parcela no prazo de vencimento, ou requerimento formal junto ao Departamento de Tributação Municipal.

Art. 4º - Feita a opção pelo pagamento parcelado e/ou paga a primeira parcela, será deferida a licença em caráter provisório, cuja convolação em definitiva ficará condicionada ao pagamento integral do crédito tributário.

Parágrafo único. A licença concedida em caráter provisório perderá a validade e a eficácia na hipótese de inadimplemento, integral ou parcial, de qualquer das parcelas nos termos deste Decreto.

Art. 5º - A parcela não paga no vencimento sujeita o contribuinte aos encargos moratórios previstos no Código Tributário Municipal 43 c/c 192.

Art. 6º - O atraso superior a 30 (trinta) dias de qualquer parcela importará o vencimento antecipado de todas as parcelas vincendas, com a aplicação de todos os acréscimos legais respectivos.

Parágrafo único. A existência de saldo devedor após a data de vencimento da última parcela será considerada inadimplemento do crédito tributário, ocasionando a incidência de todos os encargos legais, bem como a perda da validade e eficácia da licença concedida em caráter provisório.

Art. 7º - A não quitação integral do crédito tributário ocasionará a inscrição de seu saldo devedor na Dívida Ativa do Município.

Art. 8º - Ficam a Secretaria de Administração e Finanças e o Departamento de Tributos incumbidos do cumprimento do presente, assim como da atualização nos sistemas, obedecendo-se as regras sanitárias do Covid-19.

Art. 9. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com vigência enquanto durar a situação de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional declarada pelo Ministério da Saúde, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal, em Marcelândia – MT, 09 de abril de 2021.

CELSO LUIZ PADOVANI

PREFEITO DE MARCELÂNDIA

CAMARA MUNICIPAL/SECRETARIA
PORTARIA Nº 14/2021

CÂMARA MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA
Estado de Mato Grosso
Rua dos Três Poderes, 1090 - Fone 3536-1230 CEP 78535-000

PORTARIA Nº 014/2021

Súmula: Suspende temporariamente atividades da Câmara Municipal de Marcelândia/MT entre os dias 12/04/2021 e 16/04/2021.

PEDRO JOSÉ FIABANE, Presidente da Câmara Municipal de Marcelândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e,

✓ Considerando a edição do Decreto Estadual de nº 874/2021, de 25/03/2021, que atualiza as medidas restritivas para conter a disseminação da Covid-19 e dá outras providências;
✓ Considerando a edição do Decreto Municipal de nº 066/2021, de 09/04/2021, e seus artigos 10 e 11,
✓ Considerando o crescimento da taxa de contaminação do Coronavírus em Marcelândia, classificando-a em estado de RISCO MUITO ALTO,

RESOLVE,

Art. 1º - Suspender o funcionamento da Câmara Municipal de Marcelândia (expediente interno e externo), entre os dias 12/04/2021 e 16/04/2021, prorrogáveis, ou enquanto durar a quarentena domiciliar estabelecida pelo Decreto Municipal nº 066/2021 em seu artigo 1º.

Art. 2º - Ficam suspensos todos os procedimentos administrativos em curso, devendo ser retornados o seu cômputo a partir de 19/04/2021, para todos os efeitos.

Art. 3º - As sessões serão realizadas apenas extraordinariamente, em caso de necessidade, e na forma virtual, sob convocação, conforme Portaria 010/2021, de 29/03/2021.

Art. 4º - Os serviços inadiáveis deverão ser executados home office pelos servidores encarregados do seu processamento, bem como todo e qualquer servidor deverá permanecer em sobreaviso, pois, poderá ser convocado a qualquer momento.

Art. 5º - De forma a dar continuidade à prestação de serviços à população, no período estabelecido no artigo 1º, o atendimento ao público em geral será feito por parte dos servidores desta casa em home office, através dos seguintes canais:

CÂMARA MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA
Estado de Mato Grosso
Rua dos Três Poderes, 1090 - Fone 3536-1230 CEP 78535-000

I – Através dos celulares: (66) 9 9962-4457 – Paulo Maciel
(66) 9 9999-9822 – Dr. Paulo Barbosa
(66) 9 9981-9499 – Thaís Cian

II – Através do e-mail: administracao@camaramarcelandia.mt.gov.br

Art. 6º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Presidência, em Marcelândia - MT, 12 de abril de 2021.

Pedro José Fiabane
Assinado de forma digital por Pedro José Fiabane
Dados: 2021.04.12 08:24:46 -04'00'

PEDRO JOSÉ FIABANE
Presidente

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
DECRETO SUPLEMENTAR Nº 00017/2021

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELANDIA
CNPJ: 03238987000175
Rua dos Tres Poderes, 0000777 - Centro
Telefone 06635363100
marcelandia@marcelandia.mt.gov.br

DECRETO SUPLEMENTAR Nº 00017/2021

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Poder Executivo Municipal de MARCELANDIA, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal **01037/2021** , e em consonância com a Lei Federal 4320/64

DECRETA

Art. 1 - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado abrir um Credito Adicional Suplementar por Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores em favor da Prefeitura Municipal no valor de R$ 821.061,93 (Oitocentos e vinte e um mil sessenta e um reais e noventa e três centavos), nos termos do artigo 43, §1° inciso 1 e § 2º da Lei Federal 4.320/64, para reforço de dotações consignadas no orçamento vigente, Lei Municipal 1037 de 14 de janeiro de 2021.

05.001-Gabinete da Secretaria

Superávit Financeiro-Rec.Vinc.

05.001.15.451.0012.1147.4.4.9.0.51.00.00.00 Obras e Instalacoes	
0333000000-Outras Transferências de Convênios ou Contratos de Repasse do Estado (não relac	269.506,18
05.001.25.752.0012.2030.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	
0317000000-Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	49.584,17
05.001.26.782.0012.2101.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo	
0330000000-Recursos do Fundo de Transporte e Habitação - FETHAB	26.190,90
05.001.26.782.0012.2101.4.4.9.0.51.00.00.00 Obras e Instalacoes	
0330000000-Recursos do Fundo de Transporte e Habitação - FETHAB	319.674,50
Sub-Total:	**664.955,75**

06.002-Fundo Municipal de Saude

06.002.10.301.0014.2071.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo	
0342000000-Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Estado	11.170,00
06.002.10.301.0014.2071.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	
0342000000-Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Estado	1.100,00
06.002.10.305.0014.2073.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo	
0346000000-Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal	140,00
Sub-Total:	**12.410,00**

07.001-Gabinete da Secretaria

07.001.12.306.0016.2078.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo	
0315000000-Transferência de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FN	16.720,86
07.001.12.361.0015.2077.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	
0315000000-Transferência de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FN	16.102,27
07.001.12.361.0019.2080.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo	
0330000000-Recursos do Fundo de Transporte e Habitação - FETHAB	1.997,50
07.001.12.361.0019.2080.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo	
0325000000-Demais Recursos Vinculados Destinados à Educação	26.692,00
07.001.12.361.0019.2080.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	
0325000000-Demais Recursos Vinculados Destinados à Educação	840,00
Sub-Total:	**62.352,63**

08.002-Fundo Municipal de Assistencia Social

08.002.08.244.0021.2020.3.1.9.0.11.00.00.00 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	
0329000000-Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	2.936,24
08.002.08.244.0021.2020.3.1.9.1.13.00.00.00 Obrigacoes Patronais - RPPS	
0329000000-Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	747,57
08.002.08.244.0021.2020.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo	
0343000000-Transferência de Recursos do Estado para ações de Assistência Social	1.042,00

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELANDIA
CNPJ: 03238987000175
Rua dos Tres Poderes, 0000777 - Centro
Telefone 06635363100
marcelandia@marcelandia.mt.gov.br

DECRETO SUPLEMENTAR Nº 00017/2021

	Sub-Total:	**4.725,81**
11.001-Gabinete da Secretaria		
11.001.28.843.0026.2089.3.3.9.0.91.00.00.00 Sentencas Judiciais		
0317000000-Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP		76.617,74
	Sub-Total:	**76.617,74**
	Total Parcial Suplementado:	**821.061,93**

Art. 2 § 2º - Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar correrão à conta do superávit financeiro - recurso vinculado apurado no balanço patrimonial do exercício anterior.

Total Parcial Reduzido:

Art. 3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Poder Executivo Municipal. MARCELANDIA, 15, Janeiro de 2021

CELSO LUIZ PADOVANI
Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
DECRETO SUPLEMENTAR Nº 00029/2021

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELANDIA
CNPJ: 03238987000175
Rua dos Tres Poderes, 0000777 - Centro
Telefone 06635363100
marcelandia@marcelandia.mt.gov.br

DECRETO SUPLEMENTAR Nº 00029/2021

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Poder Executivo Municipal de MARCELANDIA, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal **01036/2021** , e em consonância com a Lei Federal 4320/64

DECRETA

Art. 1§ - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado abrir um Credito Adicional Suplementar em favor da Prefeitura Municipal no valor de ate R$ 195.464,85 (Cento e noventa e cinco mil quatrocentos e sessenta e quatro reais e oitenta e cinco centavos).

06.001-Gabinete da Secretaria

Anul. Total ou Parcial de Dotação

06.001.10.301.0013.2035.3.3.9.0.32.00.00.00	Material de Distribuicao Gratuita	
0102000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde		1.432,62
	Sub-Total:	**1.432,62**

06.002-Fundo Municipal de Saude

06.002.10.302.0013.2040.3.3.9.0.30.00.00.00	Material de Consumo	
0102000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde		1.163,00
	Sub-Total:	**1.163,00**

07.001-Gabinete da Secretaria

07.001.12.361.0015.2056.3.3.9.0.40.00.00.00	SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO	
0101000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação		158.665,20
	Sub-Total:	**158.665,20**

11.001-Gabinete da Secretaria

11.001.04.122.0028.2009.3.3.9.0.40.00.00.00	SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO	
0100000000-Recursos Ordinários		30.000,00
	Sub-Total:	**30.000,00**

13.001-Gabinete da Secretaria

13.001.04.122.0028.2092.3.3.9.0.33.00.00.00	Passagens e despesas com locomocao	
0100000000-Recursos Ordinários		904,03
13.001.04.122.0028.2092.4.4.9.0.52.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	
0100000000-Recursos Ordinários		3.300,00
	Sub-Total:	**4.204,03**
	Total Parcial Suplementado:	**195.464,85**

Art. 2 § 2º - Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar correrão à conta do superávit financeiro - recurso vinculado apurado no balanço patrimonial do exercício anterior.

07.001-Gabinete da Secretaria

Anul. Total ou Parcial de Dotação

07.001.12.361.0015.2056.3.3.9.0.39.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	
0101000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação		99.900,00
	Sub-Total:	**99.900,00**

11.001-Gabinete da Secretaria

11.001.28.843.0026.2089.3.3.9.0.91.00.00.00	Sentencas Judiciais	
0100000000-Recursos Ordinários		95.564,85

Emissão: 05/04/2021 15:07:57 Page 1 de 2

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELANDIA

CNPJ: 03238987000175

Rua dos Tres Poderes, 0000777 - Centro

Telefone 06635363100

marcelandia@marcelandia.mt.gov.br

DECRETO SUPLEMENTAR Nº 00029/2021

Sub-Total:	**95.564,85**
Total Parcial Reduzido:	**195.464,85**

Art. 3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Poder Executivo Municipal. MARCELANDIA, 01, Fevereiro de 2021

CELSO LUIZ PADOVANI
Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
DECRETO SUPLEMENTAR Nº 00030/2021

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELANDIA
CNPJ: 03238987000175
Rua dos Tres Poderes, 0000777 - Centro
Telefone 06635363100
marcelandia@marcelandia.mt.gov.br

DECRETO SUPLEMENTAR Nº 00030/2021

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Poder Executivo Municipal de MARCELANDIA, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal **01037/2021** , e em consonância com a Lei Federal 4320/64

DECRETA

Art. 1 - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado abrir um Credito Adicional Suplementar por Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores em favor da Prefeitura Municipal no valor de R$ 499.629,82 (Quatrocentos e noventa e nove mil seiscentos e vinte e nove reais e oitenta e dois centavos), nos termos do artigo 43, §1° inciso 1 e § 2º da Lei Federal 4.320/64, para reforço de dotações consignadas no orçamento vigente, Lei Municipal 1037 de 14 de janeiro de 2021.

02.001-Gabinete do Prefeito

Superávit Financeiro

02.001.04.122.0028.2005.3.1.9.0.11.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	
0300000000-Recursos Ordinários		38.342,98
02.001.04.122.0028.2005.3.3.9.0.14.00.00.00	Diarias	
0300000000-Recursos Ordinários		660,00
02.001.04.122.0028.2005.3.3.9.0.93.00.00.00	Indenizacoes e restituicoes	
0300000000-Recursos Ordinários		12.000,00
	Sub-Total:	**51.002,98**

03.001-Gabinete da Secretaria

03.001.04.121.0028.2012.3.3.9.0.39.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	
0300000000-Recursos Ordinários		234,61
03.001.04.121.0028.2012.3.3.9.0.93.00.00.00	Indenizacoes e restituicoes	
0300000000-Recursos Ordinários		7.860,00
	Sub-Total:	**8.094,61**

04.001-Gabinete da Secretaria

04.001.20.606.0008.2062.3.3.9.0.30.00.00.00	Material de Consumo	
0300000000-Recursos Ordinários		28,00
04.001.20.606.0008.2062.3.3.9.0.39.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	
0300000000-Recursos Ordinários		185,50
04.001.20.606.0008.2062.3.3.9.0.93.00.00.00	Indenizacoes e restituicoes	
0300000000-Recursos Ordinários		7.860,00
	Sub-Total:	**8.073,50**

05.001-Gabinete da Secretaria

05.001.26.782.0012.2031.3.1.9.0.11.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	
0300000000-Recursos Ordinários		105.490,85
05.001.26.782.0012.2031.3.1.9.0.13.00.00.00	Obrigacoes Patronais	
0300000000-Recursos Ordinários		2.955,49
05.001.26.782.0012.2031.3.1.9.1.13.00.00.00	Obrigacoes Patronais - RPPS	
0300000000-Recursos Ordinários		14.650,00
05.001.26.782.0012.2031.3.3.9.0.30.00.00.00	Material de Consumo	
0300000000-Recursos Ordinários		2.517,30
05.001.26.782.0012.2031.3.3.9.0.39.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	
0300000000-Recursos Ordinários		28.456,20
05.001.26.782.0012.2031.3.3.9.0.93.00.00.00	Indenizacoes e restituicoes	
0300000000-Recursos Ordinários		7.860,00
	Sub-Total:	**161.929,84**

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELANDIA
CNPJ: 03238987000175
Rua dos Tres Poderes, 0000777 - Centro
Telefone 06635363100
marcelandia@marcelandia.mt.gov.br

DECRETO SUPLEMENTAR Nº 00030/2021

08.001-Gabinete da Secretaria

08.001.08.244.0021.2025.3.1.9.0.11.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	
0300000000-Recursos Ordinários		5.990,34
08.001.08.244.0021.2025.3.1.9.0.13.00.00.00	Obrigacoes Patronais	
0300000000-Recursos Ordinários		1.221,26
08.001.08.244.0021.2025.3.3.9.0.93.00.00.00	Indenizacoes e restituicoes	
0300000000-Recursos Ordinários		7.860,00
	Sub-Total:	**15.071,60**

08.002-Fundo Municipal de Assistencia Social

08.002.08.244.0021.2020.3.1.9.0.11.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	
0300000000-Recursos Ordinários		53.126,16
08.002.08.244.0021.2020.3.1.9.0.13.00.00.00	Obrigacoes Patronais	
0300000000-Recursos Ordinários		1.485,32
08.002.08.244.0021.2020.3.1.9.1.13.00.00.00	Obrigacoes Patronais - RPPS	
0300000000-Recursos Ordinários		10.607,55
08.002.08.244.0021.2020.3.3.9.0.32.00.00.00	Material de Distribuicao Gratuita	
0300000000-Recursos Ordinários		358,88
08.002.08.244.0021.2020.3.3.9.0.39.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	
0300000000-Recursos Ordinários		1.515,64
08.002.08.244.0021.2020.4.4.9.0.52.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	
0300000000-Recursos Ordinários		255,00
	Sub-Total:	**67.348,55**

08.003-Fundo Municipal da Infancia e Adolescente

08.003.08.243.0021.2029.3.1.9.0.11.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	
0300000000-Recursos Ordinários		11.792,96
08.003.08.243.0021.2029.3.1.9.0.13.00.00.00	Obrigacoes Patronais	
0300000000-Recursos Ordinários		1.100,00
08.003.08.243.0021.2029.3.1.9.1.13.00.00.00	Obrigacoes Patronais - RPPS	
0300000000-Recursos Ordinários		929,23
08.003.08.243.0021.2029.3.3.9.0.30.00.00.00	Material de Consumo	
0300000000-Recursos Ordinários		623,31
08.003.08.243.0021.2029.3.3.9.0.39.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	
0300000000-Recursos Ordinários		1.290,28
	Sub-Total:	**15.735,78**

09.001-Gabinete da Secretaria

09.001.18.542.0024.2085.3.3.9.0.39.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	
0300000000-Recursos Ordinários		3.822,89
	Sub-Total:	**3.822,89**

09.002-Departamento de Assuntos Indigenas

09.002.14.423.0048.2102.3.3.9.0.39.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	
0300000000-Recursos Ordinários		554,29
	Sub-Total:	**554,29**

11.001-Gabinete da Secretaria

11.001.04.122.0028.2009.3.1.9.0.11.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	
0300000000-Recursos Ordinários		81.166,97

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELANDIA
CNPJ: 03238987000175
Rua dos Tres Poderes, 0000777 - Centro
Telefone 06635363100
marcelandia@marcelandia.mt.gov.br

DECRETO SUPLEMENTAR Nº 00030/2021

11.001.04.122.0028.2009.3.1.9.0.13.00.00.00	Obrigacoes Patronais		
0300000000-Recursos Ordinários			7.413,23
11.001.04.122.0028.2009.3.1.9.1.13.00.00.00	Obrigacoes Patronais - RPPS		
0300000000-Recursos Ordinários			18.186,58
11.001.04.122.0028.2009.3.3.9.0.30.00.00.00	Material de Consumo		
0300000000-Recursos Ordinários			1.105,70
11.001.04.122.0028.2009.3.3.9.0.39.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica		
0300000000-Recursos Ordinários			10.080,94
11.001.04.122.0028.2009.3.3.9.0.93.00.00.00	Indenizacoes e restituicoes		
0300000000-Recursos Ordinários			7.860,00
		Sub-Total:	**125.813,42**

13.001-Gabinete da Secretaria

13.001.04.122.0028.2092.3.1.9.0.11.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil		
0300000000-Recursos Ordinários			4.111,50
13.001.04.122.0028.2092.3.3.9.0.14.00.00.00	Diarias		
0300000000-Recursos Ordinários			258,00
13.001.04.122.0028.2092.3.3.9.0.30.00.00.00	Material de Consumo		
0300000000-Recursos Ordinários			139,00
13.001.04.122.0028.2092.3.3.9.0.93.00.00.00	Indenizacoes e restituicoes		
0300000000-Recursos Ordinários			7.860,00
		Sub-Total:	**12.368,50**

15.001-Gabinete da Secretaria

15.001.27.812.0032.2061.3.1.9.0.11.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil		
0300000000-Recursos Ordinários			2.672,99
15.001.27.812.0032.2061.3.3.9.0.39.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica		
0300000000-Recursos Ordinários			677,30
15.001.27.812.0032.2061.3.3.9.0.93.00.00.00	Indenizacoes e restituicoes		
0300000000-Recursos Ordinários			7.860,00
15.001.27.812.0032.2061.4.4.9.0.52.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente		
0300000000-Recursos Ordinários			2.580,59
		Sub-Total:	**13.790,88**

16.001-Gabinete da Secretaria

16.001.02.062.0005.2003.3.1.9.0.11.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil		
0300000000-Recursos Ordinários			16.022,98
		Sub-Total:	**16.022,98**
		Total Parcial Suplementado:	**499.629,82**

Art. 2 § 2º - Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar correrão à conta do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior.

Total Parcial Reduzido:

Art. 3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Poder Executivo Municipal. MARCELANDIA, 01, Fevereiro de 2021

CELSO LUIZ PADOVANI
Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
DECRETO SUPLEMENTAR Nº 00031/2021

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELANDIA
CNPJ: 03238987000175
Rua dos Tres Poderes, 0000777 - Centro
Telefone 06635363100
marcelandia@marcelandia.mt.gov.br

DECRETO SUPLEMENTAR Nº 00031/2021

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Poder Executivo Municipal de MARCELANDIA, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal **01037/2021** , e em consonância com a Lei Federal 4320/64

DECRETA

Art. 1 - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado abrir um Credito Adicional Suplementar por Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores em favor da Prefeitura Municipal no valor de R$ 176.236,38 (Cento e setenta e seis mil duzentos e trinta e seis reais e trinta e oito centavos), nos termos do artigo 43, §1° inciso 1 e § 2º da Lei Federal 4.320/64, para reforço de dotações consignadas no orçamento vigente, Lei Municipal 1037 de 14 de janeiro de 2021.

05.001-Gabinete da Secretaria

Superávit Financeiro-Rec.Vinc.

05.001.15.451.0012.1147.4.4.9.0.51.00.00.00 Obras e Instalacoes	
0333000000-Outras Transferências de Convênios ou Contratos de Repasse do Estado (não relac	42.019,60
05.001.25.752.0012.2030.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	
0317000000-Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	33.895,24
05.001.26.782.0012.2101.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	
0330000000-Recursos do Fundo de Transporte e Habitação - FETHAB	5.129,85
Sub-Total:	**81.044,69**

06.001-Gabinete da Secretaria

06.001.10.301.0013.2035.3.3.9.0.93.00.00.00 Indenizacoes e restituicoes	
0323000000-Transferências de Convênios - Saúde	706,46
Sub-Total:	**706,46**

06.002-Fundo Municipal de Saude

06.002.10.301.0014.2071.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo	
0346000000-Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal	777,00
06.002.10.301.0014.2071.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo	
0342000000-Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Estado	36.540,35
06.002.10.301.0014.2071.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	
0346000000-Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal	1.038,12
06.002.10.305.0014.2073.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo	
0346000000-Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal	410,00
Sub-Total:	**38.765,47**

07.001-Gabinete da Secretaria

07.001.12.306.0016.2078.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo	
0315000000-Transferência de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FN	18.304,96
07.001.12.361.0015.2077.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo	
0315000000-Transferência de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FN	13.015,70
07.001.12.361.0015.2077.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	
0315000000-Transferência de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FN	3.930,08
07.001.12.361.0019.2080.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo	
0330000000-Recursos do Fundo de Transporte e Habitação - FETHAB	1.532,19
07.001.12.361.0019.2080.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo	
0325000000-Demais Recursos Vinculados Destinados à Educação	3.549,79
07.001.12.361.0019.2080.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	
0330000000-Recursos do Fundo de Transporte e Habitação - FETHAB	3.272,40
07.001.12.361.0019.2081.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	
0315000000-Transferência de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FN	119,95

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELANDIA
CNPJ: 03238987000175
Rua dos Tres Poderes, 0000777 - Centro
Telefone 06635363100
marcelandia@marcelandia.mt.gov.br

DECRETO SUPLEMENTAR Nº 00031/2021

07.001.12.365.0017.2100.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	
0315000000-Transferência de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FN	800,11
Sub-Total:	**44.525,18**
08.002-Fundo Municipal de Assistencia Social	
08.002.08.243.0021.2022.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo	
0343000000-Transferência de Recursos do Estado para ações de Assistência Social	6.414,58
08.002.08.243.0021.2022.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	
0343000000-Transferência de Recursos do Estado para ações de Assistência Social	4.504,00
08.002.08.244.0051.2107.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo	
0329074000-Acoes de saude para o enfrentamento do Coronavirus - COVID 19	276,00
Sub-Total:	**11.194,58**
Total Parcial Suplementado:	**176.236,38**

Art. 2 § 2º - Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar correrão à conta do superávit financeiro - recurso vinculado apurado no balanço patrimonial do exercício anterior.

Total Parcial Reduzido:

Art. 3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Poder Executivo Municipal. MARCELANDIA, 01, Fevereiro de 2021

CELSO LUIZ PADOVANI
Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
DECRETO SUPLEMENTAR Nº 00042/2021

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELANDIA
CNPJ: 03238987000175
Rua dos Tres Poderes, 0000777 - Centro
Telefone 06635363100
marcelandia@marcelandia.mt.gov.br

DECRETO SUPLEMENTAR Nº 00042/2021

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Poder Executivo Municipal de MARCELANDIA, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal **01036/2021** , e em consonância com a Lei Federal 4320/64

DECRETA

Art. 1§ - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado abrir um Credito Adicional Suplementar em favor da Prefeitura Municipal no valor de ate R$ 955.893,56 (Novecentos e cinquenta e cinco mil oitocentos e noventa e três reais e cinquenta e seis centavos).

05.001-Gabinete da Secretaria

Anul. Total ou Parcial de Dotação

05.001.26.782.0030.1171.4.4.9.0.52.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	
0100000000-Recursos Ordinários		24.625,00
	Sub-Total:	**24.625,00**

06.001-Gabinete da Secretaria

06.001.10.301.0013.2035.3.3.9.0.32.00.00.00	Material de Distribuicao Gratuita	
0102000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde		9.224,48
	Sub-Total:	**9.224,48**

06.002-Fundo Municipal de Saude

06.002.10.301.0013.2038.4.4.9.0.52.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	
0102000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde		6.475,10
06.002.10.301.0014.2071.3.3.9.0.39.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	
0102000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde		32.066,48
06.002.10.302.0013.1093.3.3.7.1.70.00.00.00	Rateio a Consorcios Publicos	
0142000000-Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Estado		15.429,20
06.002.10.302.0013.2040.3.3.9.0.30.00.00.00	Material de Consumo	
0102000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde		69.154,74
06.002.10.302.0013.2040.3.3.9.0.39.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	
0102000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde		772.620,52
	Sub-Total:	**895.746,04**

07.001-Gabinete da Secretaria

07.001.12.361.0015.2056.3.1.9.0.96.00.00.00	RESSARCIMENTO DE DESP. DE PESSOAL REQUISITADO	
0101000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação		22.950,03
07.001.12.361.0015.2056.3.3.9.0.30.00.00.00	Material de Consumo	
0101000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação		129,60
07.001.12.361.0015.2056.3.3.9.0.40.00.00.00	SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO	
0101000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação		1.000,00
	Sub-Total:	**24.079,63**

11.001-Gabinete da Secretaria

11.001.04.122.0028.2009.3.3.9.0.40.00.00.00	SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO	
0100000000-Recursos Ordinários		2.218,41
	Sub-Total:	**2.218,41**
	Total Parcial Suplementado:	**955.893,56**

Artigo 2.o - Para fazer face as Suplementacoes consignadas no artigo anterior serao anuladas as Dotacoes Orcamentarias descritas abaixo, conforme artigo 43, incisos III, da Lei Federal 4.320/64:

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELANDIA

CNPJ: 03238987000175

Rua dos Tres Poderes, 0000777 - Centro

Telefone 06635363100

marcelandia@marcelandia.mt.gov.br

DECRETO SUPLEMENTAR Nº 00042/2021

05.001-Gabinete da Secretaria

Anul. Total ou Parcial de Dotação

05.001.25.752.0012.2030.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	
0117000000-Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	100.000,00
05.001.26.782.0012.2031.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo	
0100000000-Recursos Ordinários	100.000,00
05.001.26.782.0012.2031.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	
0100000000-Recursos Ordinários	100.000,00
05.001.26.782.0012.2101.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo	
0130000000-Recursos do Fundo de Transporte e Habitação - FETHAB	100.000,00
05.001.26.782.0012.2101.4.4.9.0.51.00.00.00 Obras e Instalacoes	
0130000000-Recursos do Fundo de Transporte e Habitação - FETHAB	100.000,00
Sub-Total:	**500.000,00**

06.002-Fundo Municipal de Saude

06.002.10.301.0013.2038.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo	
0102000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	50.000,00
06.002.10.301.0013.2038.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	
0102000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	100.000,00
06.002.10.301.0014.2071.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo	
0146000000-Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal	100.000,00
Sub-Total:	**250.000,00**

07.001-Gabinete da Secretaria

07.001.12.361.0019.2080.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo	
0130000000-Recursos do Fundo de Transporte e Habitação - FETHAB	50.000,00
07.001.12.365.0017.1152.4.4.9.0.51.00.00.00 Obras e Instalacoes	
0122000000-Transferências de Convênios - Educação	30.000,00
07.001.12.365.0017.1152.4.4.9.0.51.00.00.00 Obras e Instalacoes	
0115000000-Transferência de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FN	30.000,00
07.001.12.365.0017.1152.4.4.9.0.51.00.00.00 Obras e Instalacoes	
0101000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	31.053,94
Sub-Total:	**141.053,94**

11.001-Gabinete da Secretaria

11.001.28.843.0026.2088.4.6.9.0.71.00.00.00 Principal da Divida Contratual Resgatado	
0100000000-Recursos Ordinários	64.839,62
Sub-Total:	**64.839,62**
Total Parcial Reduzido:	**955.893,56**

Art. 3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Poder Executivo Municipal. MARCELANDIA, 01, Marco de 2021

CELSO LUIZ PADOVANI
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
AVISO DE RESULTADO - PREGÃO ELETRÔNICO - Nº. 017/2021

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da equipe da pregoeira, comunica a todos os interessados que realizou por meio do site www.bllcompras.org.br **"PREGÃO ELETRÔNICO SISTEMA REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE REGISTRADOR ELETRÔNICO DE PONTO E ITENS PARA REPOSIÇÃO EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT"**, aonde consagrou-se vencedor o Licitante: **MG CONTROLE DE ACESSO EIRELI** INSCRITA NO CNPJ: **23.936.211/0001-36** COM VALOR TOTAL DE **R$ 94.905,72**. Matupá – MT, 12 de abril de 2021. ALEXSANDRA TOSTA BATISTA - Pregoeira Oficial –

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
EXTRATO DO CONTRATO DE AQUISIÇÃO Nº 053/2021

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT

OBJETO: Constitui objeto deste Contrato**"PREGÃO ELETRÔNICO PARA AQUISIÇÃO DE CAMINHÃO TIPO 3/4, ZERO QUILÔMETRO, ANO DE FABRICAÇÃO 2021 OU SUPERIOR, POTÊNCIA IGUAL OU SUPERIOR A 146 CV COM CESTO AÉREO PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA EM ATENDIMENTO A SECRETARIA DE OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTES",** de acordo com o Termo de Referência que é parte integrante do Edital 030/2021 do respectivo **Pregão Eletrônico nº 015/2021.**

CONTRATADA: TORINO COMERCIAL DE VEICULOS LTDA

Valor/Global: **O valor total estimado para esta contratação é de R$ 380.000,00 (Trezentos e oitenta mil reais).**

Assinatura: 12/04/2021

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
DECRETO Nº 3.552, DE 10 DE ABRIL DE 2021.

"DECLARA LUTO OFICIAL NO MUNICÍPIO DE MATUPÁ PELO FALECIMENTO DO EX-PREFEITO ADARIO MARTINS DE ALMEIDA".

FERNANDO ZAFONATO, Prefeito Municipal de Matupá - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A

Artigo 1º - É declarado luto oficial no Município de Matupá, pelo período de 03 (três) dias, contados da data deste Decreto, em sinal de pesar pelo falecimento do ex-prefeito Adário Martins de Almeida.

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor em 10 de abril de 2021.

Gabinete do Prefeito, aos dez dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e um.

Registre-se.

Publique-se.

FERNANDO ZAFONATO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D´OESTE

LICITAÇÃO
TERMO ADITIVO

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 052/2020, firmado entre o Município e a empresa RENOVA ENGENHARIA E CONSULTORIA EIRELI ME. OBJETO: Retificação da clausula 5.2 do contrato original que tem por objeto contratação de EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE POSTO DE TRANSFORMAÇÃO 112,5KVA 220/127V – 13,8KV NA CRECHE PRO INFÂNCIA B, para correção das dotações orçamentárias e a inclusão de uma nova. DATA DA ASSINATURA: 23/12/2020.

4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 052/2020, firmado entre o Município e a empresa RENOVA ENGENHARIA E CONSULTORIA EIRELI ME. OBJETO: Aditamento de prazo e valor do contrato original. R$ 15.887,28 (quinze mil oitocentos e oitenta e sete reais e vinte e oito centavos). VIGÊNCIA: 60 (sessenta) dias. DATA DA ASSINATURA: 04/02/2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D OESTE MT
DECRETOS PLANEJAMENTO 2021

PREFEITURA MUN. DE MIRASSOL DOESTE
RUA ANTONIO TAVARES, 3310
03755477/0001-75 Exercício: 2021

DECRETO Nº 3954 , DE 29 DE MARÇO DE 2021 - LEI N.1629

Abre no orçamento vigente crédito adicional suplementar e da outras providências

O(A) PREFEITO(A) MUNICIPAL DE MIRASSOL DOESTE, no uso de suas atribuições legais.

DECRETA:
Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional suplementar na importância de R$ 47.000,00 distribuídos as seguintes dotações:

02 13 01 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAUDE PREF. SAMUEL GREVE

712	10.122.0156.1251.0000	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANEN	17.000,00
	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	F.R.: 0 1 00
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	110 000	GERAL	
716	10.302.0156.2190.0000	MANUTENÇAO COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	30.000,00
	3.1.90.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	F.R.: 0 1 00
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	110 000	GERAL	

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de:

Anulação:

02 13 01 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAUDE PREF. SAMUEL GREVE

730	10.302.0156.2191.0000	MANUTENÇÃO COM A FUNCAÇÃO MUNICIPAL	-47.000,00
	3.3.90.91.00	SENTENÇAS JUDICIAIS	F.R. Grupo: 0 1 00
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	110 000	GERAL	

Artigo 3o.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

MIRASSOL DOESTE, 29 de março de 2021

HECTOR ALVARES BEZERRA
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUN. DE MIRASSOL DOESTE
RUA ANTONIO TAVARES, 3310
03755477/0001-75 Exercício: 2021

DECRETO Nº 3952 , DE 25 DE MARÇO DE 2021 - LEI N.1648

Abre no orçamento vigente crédito adicional suplementar e da outras providências

O(A) PREFEITO(A) MUNICIPAL DE MIRASSOL DOESTE, no uso de suas atribuições legais.

DECRETA:
Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional suplementar na importância de R$ 695.394,00 distribuídos as seguintes dotações:

02 02 01 GABINETE DO PREFEITO

27	04.122.0002.2002.0000	MANUTENÇAO DAS DESPESAS DO GABINETE DO PREFEIT	3.563,60
	3.3.90.41.00	CONTRIBUIÇÕES	F.R.: 0 1 00
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	110 000	GERAL	
29	04.122.0002.2002.0000	MANUTENÇAO DAS DESPESAS DO GABINETE DO PREFEIT	2.000,00
	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	F.R.: 0 1 00
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	110 000	GERAL	
30	04.122.0002.2003.0000	MANUTENÇAO DAS ATIVIDADES COM ENTIDADES MUNICI	76.800,00
	3.1.71.70.00	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	F.R.: 0 1 00
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	110 000	GERAL	
31	04.122.0002.2003.0000	MANUTENÇAO DAS ATIVIDADES COM ENTIDADES MUNICI	19.200,00
	3.3.71.70.00	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	F.R.: 0 1 00
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	110 000	GERAL	

PREFEITURA MUN. DE MIRASSOL DOESTE
RUA ANTONIO TAVARES, 3310
03755477/0001-75 Exercício: 2021

DECRETO Nº 3952 , DE 25 DE MARÇO DE 2021 - LEI N.1648

02 06 02 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

405	10.301.0028.2036.0000	MANUTENÇAO DAS DESPESAS DO PROGRAMA SAUDE DA	88.500,00	
	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	F.R.: 0 1	02
	1	Recursos do Exercício Corrente		
	110 000	GERAL		
421	10.302.0029.2040.0000	MANUTENÇAO DAS DESPESAS COM ATENÇAO MAC AMBU	170.000,00	
	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	F.R.: 0 1	02
	1	Recursos do Exercício Corrente		
	110 000	GERAL		
423	10.302.0029.2040.0000	MANUTENÇAO DAS DESPESAS COM ATENÇAO MAC AMBU	150.000,00	
	3.3.90.32.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATU	F.R.: 0 1	02
	1	Recursos do Exercício Corrente		
	110 000	GERAL		
427	10.302.0029.2040.0000	MANUTENÇAO DAS DESPESAS COM ATENÇAO MAC AMBU	60.000,00	
	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	F.R.: 0 1	02
	1	Recursos do Exercício Corrente		
	110 000	GERAL		
448	10.303.0030.2042.0000	MANUTENÇAO DAS DESPESAS DO PROGRAMA FARMACIA	26.639,00	
	3.3.90.32.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATU	F.R.: 0 1	02
	1	Recursos do Exercício Corrente		
	110 000	GERAL		
802	10.302.0039.2092.0000	MEDIDAS DE ENFRENTAMENTO AO COVID-19	98.691,40	
	3.3.90.32.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATU	F.R.: 0 1	02
	1	Recursos do Exercício Corrente		
	110 000	GERAL		

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de:

Anulação:

02 03 01 GAB. DO SEC. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

63	04.122.0002.2005.0000	MANUTENÇAO E ENCARGOS COM O GAB DO SEC DE ADMIN	-5.563,60	
	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	F.R. Grupo: 0 1	00
	1	Recursos do Exercício Corrente		
	110 000	GERAL		

02 04 02 DIVISÃO DE AGRICULTURA E PECUÁRIA

128	20.602.0004.1128.0000	APOIO A POLITICA DE INCENTIVO A PISICULTURA	-3.000,00	
	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	F.R. Grupo: 0 1	00
	1	Recursos do Exercício Corrente		
	110 000	GERAL		
150	20.607.0004.1030.0000	REFORMA E MANUTENCAO DO VIVEIRO MUNICIPAL	-10.000,00	
	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	F.R. Grupo: 0 1	00
	1	Recursos do Exercício Corrente		
	110 000	GERAL		

02 04 03 DIVISÃO DE IND. COM. TURISMO E MEIO AMBIENTE

152	23.695.0032.2012.0000	INCENTIVO TURISMO RURAL	-10.000,00	
	3.3.90.36.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	F.R. Grupo: 0 1	00

PREFEITURA MUN. DE MIRASSOL DOESTE
RUA ANTONIO TAVARES, 3310
03755477/0001-75 Exercício: 2021

DECRETO Nº 3952 , DE 25 DE MARÇO DE 2021 - LEI N.1648

02 04 03 DIVISÃO DE IND. COM. TURISMO E MEIO AMBIENTE
1 Recursos do Exercício Corrente
110 000 GERAL

02 05 02 COORDENADORIA DE EDUCACAO E CULTURA

280 13.392.0007.2021.0000 MANUTENCAO DAS ATIVIDADES COM EVENTOS CULTURAIS -30.000,00
3.3.50.41.00 CONTRIBUIÇÕES F.R. Grupo: 0 1 00
1 Recursos do Exercício Corrente
110 000 GERAL

02 06 02 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

413 10.301.0028.2036.0000 MANUTENÇAO DAS DESPESAS DO PROGRAMA SAUDE DA F/ -16.639,00
4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE F.R. Grupo: 0 1 02
1 Recursos do Exercício Corrente
110 000 GERAL

432 10.302.0029.2040.0000 MANUTENÇAO DAS DESPESAS COM ATENÇAO MAC AMBUL I -98.691,40
4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE F.R. Grupo: 0 1 02
1 Recursos do Exercício Corrente
110 000 GERAL

474 10.304.0031.2044.0000 MANUTENÇAO DAS DESPESAS COM A VIGILANCIA EPIDEMO -10.000,00
4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE F.R. Grupo: 0 1 02
1 Recursos do Exercício Corrente
110 000 GERAL

02 07 02 COORDENADORIA DE OBRAS CIVIS E SERVICOS URBANOS

493 15.451.0002.1068.0000 CONSTRUÇÃO DE CAMPO SOCIETY -90.000,00
4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R. Grupo: 0 1 00
1 Recursos do Exercício Corrente
110 000 GERAL

504 15.451.0019.1239.0000 URBANIZAÇÃO DA PRAÇA JARDIM FAVO DE MEL -10.000,00
4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R. Grupo: 0 1 00
1 Recursos do Exercício Corrente
110 000 GERAL

506 17.512.0015.1038.0000 DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS - ATERRO SANITÁRIO -196.000,00
3.3.71.70.00 RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO F.R. Grupo: 0 1 00
1 Recursos do Exercício Corrente
110 000 GERAL

512 17.512.0015.1238.0000 SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA -20.000,00
4.4.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. Grupo: 0 1 00
1 Recursos do Exercício Corrente
110 000 GERAL

513 26.782.0016.1083.0000 CONSTRUÇAO E REFORMA DE PONTES -50.000,00
4.4.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. Grupo: 0 1 00
1 Recursos do Exercício Corrente
110 000 GERAL

516 26.782.0016.1083.0000 CONSTRUÇAO E REFORMA DE PONTES -30.000,00
4.4.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo: 0 1 00
1 Recursos do Exercício Corrente
110 000 GERAL

02 07 05 COORDENADORIA DE TRANSITO

530 26.782.0018.1088.0000 IMPLEMENTAÇAO DA SINALIZAÇAO NO PERIMETRO URBANC -100.000,00
4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R. Grupo: 0 1 00

PREFEITURA MUN. DE MIRASSOL DOESTE
RUA ANTONIO TAVARES, 3310
03755477/0001-75 Exercício: 2021

DECRETO Nº 3952 , DE 25 DE MARÇO DE 2021 - LEI N.1648

02	07	05	COORDENADORIA DE TRANSITO					
			1	Recursos do Exercício Corrente				
			110 000	GERAL				
02	09	01	GABINETE DO SEC. DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL					
	595		08.243.0021.2057.0000	MANUTENÇAO DAS ATIVIDADES DESENV. PELO CONSELHO	-15.500,00			
			4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	F.R. Grupo:	0	1	00
			1	Recursos do Exercício Corrente				
			110 000	GERAL				

Artigo 3o.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

MIRASSOL DOESTE, 25 de março de 2021

HECTOR ALVARES BEZERRA
PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

RESULTADO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRONICO Nº 19/2021. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS - AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA AS UNIDADES DE SAÚDE E MEDICAMENTO PARA COMBATE AO COVID, sendo vencedoras as empresas: **APPOLARI INFORMATICA LTDA - ME** o item 8, com o valor de R$ 2.900,00 (dois mil e novecentos reais); o item 9, com o valor de R$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais); o item 11,

com o valor de R$ 1.785,00 (um mil, setecentos e oitenta e cinco reais); o item 15, com o valor de R$ 582,00 (quinhentos e oitenta e dois reais). Perfazendo o valor total de R$ 7.467,00 (sete mil, quatrocentos e sessenta e sete reais). **PMH PRODUTOS MEDIC. HOSPITALARES LTDA** o item 12, com o valor de R$ 13.000,00 (treze mil reais). **MAXLAB PRODUTOS PARA DIAGNOSTICOS E PESQUISAS LTDA** o item 1, com o valor de R$ 660,00 (seiscentos e sessenta reais); o item 2, com o valor de R$660,00 (seiscentos e sessenta reais); o item 3, com o valor de R$ 255,00 (duzentos e cinquenta e cinco reais); o item 6, com o valor de R$250,00 (duzentos e cinquenta reais); o item 7, com o valor de R$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais); o item 10, com o valor de R$14.700,00 (quatorze mil e setecentos reais); o item 13, com o valor de R$ 1.440,00 (um mil, quatrocentos e quarenta reais); o item 14, com o valor de R$ 11.200,00 (onze mil e duzentos reais); o item 16, com o valor de R$ 613,20 (seiscentos e treze reais e vinte centavos); o item 17, com o valor de R$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais). Perfazendo o valor total de R$ 34.528,20 (trinta e quatro mil, quinhentos e vinte e oito reais e vinte centavos). **ROSILENE VIEIRA LOPES** o item 4, com o valor de R$ 6.840,00 (seis mil, oitocentos e quarenta reais). Os itens 5 e 18 foram DESERTOS. **O PREGÃO FOI HOMOLOGADO em 12/04/2021.** Luismar da Silva Martins - Pregoeiro - Portaria 073/2021. M. D' Oeste, 13/04/2021.

CAMARA MUNICIPAL DE MIRASSOL D OESTE
EXTRATO CONTRATUAL

ESTADO DE MATO GROSSO

CÂMARA MUNICIPAL DE MIRASSOL D'OESTE

TERCEIRO ADITAMENTO CONTRATUAL

Contrato Nº..: 009/2020

Contratante..: CAMARA MUNICIPAL DE MIRASSOL D'OESTE - CNPJ Nº 03.756.178/0001-55

Contratada....: ENGº MARCIO MARIANO DA SILVA, CPF 810.557.491-87 – CREA/SP 2602475122

Objeto.....: TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, QUE ENTRE SI FAZEM A CÂMARA MUNICIPAL DE MIRASSOL D'OESTE E O ENGº MARCIO MARIANO DA SILVA, CPF 810.557.491-87 – CREA/SP 2602475122, CONFORME CLÁUSULAS E CONDIÇÕES QUE SEGUEM.

DO PRAZO – Por este termo, fica o contrato aditivado em mais 30 (trinta) dias, a partir de 13/04/2021.

MIRASSOL D'OESTE, 12 de abril de 2021.

ELTON CESAR MARQUES DE QUEIROZ

Presidente da Câmara Municipal

CONTRATANTE

ENGº MARCIO MARIANO DA SILVA

CPF 810.557.491-87 – CREA/SP 2602475122

CONTRATADO

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
PORTARIA Nº 225 DE 12 DE ABRIL DE 2021.

PORTARIA Nº 225 DE 12 DE ABRIL DE 2021.

NOMEIA SERVIDORA PARA EXERCER A FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO QUE ESPECIFICA.

HECTOR ALVARES BEZERRA, Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas legais atribuições resguardadas na Lei Orgânica do Município;

Considerando a necessidade do cumprimento do disposto no Artigo 67 da Lei de Licitações (8.666/93);

Considerando o Decreto Municipal nº 2761/2014 e a Instrução Normativa nº 50/2014;

R E S O L V E

Art. 1º - Designar a servidora QUEILIANE COUTINHO MOURA, Auxiliar Administrativo, CPF nº 030.434.491-50 para acompanhar e fiscalizar, como titular, a execução do **Contrato de Rateio nº 016/2021** celebrado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D' OESTE e a empresa FACILITA - GESTÃO PÚBLICA BRASIL EIRELI ME, CNPJ nº 17.286.917/0001-05.

Art. 2º - Fica designada para substituta, nos impedimentos, a servidora VERA LÚCIA PEREIRA MANDARINO, CPF nº 453.297.701-06.

Art. 3º - Compete à fiscal ora designada as atribuições especificadas no Decreto nº 2761 de 07 de novembro de 2014 e na Instrução Normativa nº 50 de 07 de novembro de 2014, bem como o atendimento à Lei 8.666/93 no que for pertinente à execução dos contratos.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do contrato ou até sua rescisão.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, Paço Municipal Miguel Botelho de Carvalho, em 12 de abril de 2021.

HECTOR ALVARES BEZERRA

Prefeito

CAMARA MUNICIPAL DE MIRASSOL D OESTE
TERMO DE ADJUDICAÇÃO

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

PROCESSO Nº 006/2021

DISPENSA DE LICITAÇÃO 005/2021

OBJETO: Contratação de empresa especializada em prestação de serviços na manutenção corretiva do Windows server, manutenção em informática e manutenção em equipamentos audiovisual, para atender aos interesses da Câmara Municipal de Mirassol D'Oeste.

Adjudico o item a Empresa:

W L DE CASTRO EIRELI

ECOCENTAURO

CNPJ: 20.115.695/0001-64

Mirassol D'Oeste - MT, 12 de Abril de 2021

ELTON CESAR MARQUES DE QUEIROZ

Presidente da Câmara Municipal

SAEMI - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 018

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N°

018

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2021

PROCESSO LICITATÓRIO 000008

No dia 31 de Março de 2021, no(a) SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE MIRASSOL D`OESTE - SAEMI/MT , inscrito(a) no CNPJ

07.745.657/0001-27, com sede à RUA RICARDO DRUZIAN GALLO n° 167 CEP 78280-000 – Mirassol d'Oeste-MT neste ato legalmente representado por

Tulio Cezar Guimarães, portador do CPF n° 05106219612, RESOLVE registrar preços para eventual aquisição em face da apresentação da(s)

proposta(s) da(s) empresa(s) abaixo qualificada(s):

Fornecedor: SOARES BONFIM & CIA LTDA CNPJ: 12.025.386/0001-75

Representante: ANESIO REZENDE

Telefone: (65) 3241-2900

Email: financeirosoaresmdo@hotmail.com

Endereço: R PRESIDENTE TANCREDO NEVES, 5465 - VILA SAO JOSE, Mirassol d'Oeste - MT - 78280-000

Lote Descrição Qtde Unidade Marca Modelo Preço Unitário Valor Total

1 PECAS E ACESSORIOS EM

GERAL - PARA VEICULOS

PESADOS (CAMINHOES E

ONIBUS) BASEADA NA TABELA

DE PRECOS AO VAREJO DAS

PECAS E ACESSORIOS DO

FABRICANTE DO VEICULO OU

EQUIVALENTE.

1,00 UNIDADE SERVIÇO SERVIÇO 70,50 70,50

As especificações técnicas constantes do processo em epígrafe, assim como todas as obrigações e condições descritas na minuta da Ata de Registro de

Preços e na Proposta de Preços integram esta ARP, independentemente de transcrição.

A validade desta Ata de Registro de Preços é até 31/03/2022 , a contar do dia 31/03/2021 .

A presente Ata de Registro de Preços, após lida e achada conforme, é assinada pelas partes.

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE MIRASSOL D`OESTE - SAEMI/MT

07.745.657/0001-27

SOARES BONFIM & CIA LTDA

12.025.386/0001-75

CAMARA MUNICIPAL DE MIRASSOL D OESTE
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO Nº 006/2021

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 005/2021

OBJETO: Contratação de empresa especializada em prestação de serviços na manutenção corretiva do Windows server, manutenção em informática e manutenção em equipamentos audiovisual, para atender aos interesses da Câmara Municipal de Mirassol D'Oeste.

Tendo em vista o que consta dos autos deste processo, e diante do resultado apresentado pela Comissão Permanente de Licitação, homologo o presente processo, para que produza todos os efeitos legais previstos em lei.

Homologo o item a Empresa W L DE CASTRO EIRELI

ECOCENTAURO

CNPJ: 20.115.695/0001-64

Mirassol D'Oeste - MT, 12 de Abril de 2021.

ELTON CESAR MARQUES DE QUEIROZ

Presidente da Câmara Municipal

CAMARA MUNICIPAL DE MIRASSOL D OESTE
COVID-19: PORTARIA Nº 018 DE 12 DE ABRIL DE 2021.

PORTARIA Nº 018 DE 12 DE ABRIL DE 2021.

ESTABELECE MEDIDAS RESTRITIVAS EM FACE DO COVID-19 NO PODER LEGISLATIVO DE MIRASSOL D'OESTE-MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O vereador ELTON CÉSAR MARQUES DE QUEIROZ, Presidenteda Câmara Municipal de Mirassol D´Oeste, Estado de Mato Grosso,usando de suas legais atribuições:

CONSIDERANDO os dados contidos no Painel Epidemiológico nº 381 Coronavírus/Covid-19 Mato Grosso, de 24 de março de 2021, da Secretaria Estadual de Saúde, que indicam que a taxa de ocupação dos leitos públicos de UTIs no Estado de Mato Grosso está em 98,05% (noventa e oito e zero vírgula cinco por cento);

CONSIDERANDO o aumento de demanda hospitalar pública e privada por oxigênio medicinal e medicamentos necessários para intubação de pacientes em estado grave como decorrência do aumento do número de contaminações e internações;

CONSIDERANDO a necessidade de adoção de medidas não farmacológicas para evitar a disseminação da Covid-19 sem olvidar da manutenção das necessidades essenciais coletivas;

CONSIDERANDO que o Município de Mirassol D'Oeste se encontra em classificação de risco "MUITO ALTO", devendo adotar as medidas não farmacológicas impostas no inciso IV, do art. 5º do Decreto Estadual nº 874, de 25 de março de 2021;

CONSIDERANDO que o Supremo Tribunal Federal, no bojo da Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental – ADPF nº 672 e da Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADI 6.341, reafirmou a competência concorrente da União, Estados e Municípios, para legislarem sobre normas que cuidem da saúde, dirigirem o Sistema Único e executarem ações de vigilância sanitária e epidemiológica,

CONSIDERANDO a Medida Provisória nº 966/2020, que dispõe sobre a responsabilização de agentes públicos por ações ou omissões em atos relacionados a pandemia da COVID-19;

CONSIDERANDO a decisão judicial liminar proferida pela Presidente do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, Maria Helena Gargaglione Póvoas, nos autos da Ação Direta de Inconstitucionalidade n° 1003497-90.2021.8.11.000 determinou a aplicação imediata das medidas contidas no Decreto Estadual n° 874/2021.

CONSIDERANDO ainda o Decreto nº 3.955 de 30 de Março de 2021, do Poder Executivo Municipal, Decreta medida restritiva de quarentena coletiva obrigatória no território do município de Mirassol D'Oeste, para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente da COVID-19 e dá outras providências;

CONSIDERANDO ainda o Decreto nº 3.958 de 09 de Abril de 2021, do Poder Executivo Municipal, Altera o Decreto Municipal nº 3956/2021, o qual dispõe sobre as medidas restritivas de quarentena obrigatória COVID-19.

R E S O L V E:

Art. 1º - As atividades do Poder Legislativo Municipal, a partir do dia 12 de abril de 2021, passarão a ser exercidas internamente, não ocorrendo atendimento presencial aos munícipes, salvo para os casos que não for possível o atendimento por meios digitais, o que deverá ser agendado pelos meios de comunicação disponíveis no site **https://www.camaramirassoldoeste.mt.gov.br** e também através do telefone **(65) 3241-1454**.

Parágrafo Único - Caso haja a necessidade de adentrar ao prédio do Poder Legislativo deverão ser observadas todas as regras de prevenção estabelecidas nos decretos citados para prevenção do COVID-19.

Art. 2º - As Sessões Ordinárias serão realizadas temporariamente as Segundas-feiras as **15:00 horas**,devendo ser observadas as regras de prevenção ao COVID-19.

Art. 3º - Na realização das Sessões Ordinárias e Extraordinárias, serão permitidas apenas a entrada da imprensa e de munícipes até o limite de 30% da capacidade do plenário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário em especial a **Portaria nº 017 de 31 de Março de 2021**.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, em 12 de Abril de 2021.

ELTON CÉSAR MARQUES DE QUEIROZ

PRESIDENTE

CAMARA MUNICIPAL DE MIRASSOL D OESTE
EXTRATO CONTRATUAL

ESTADO DE MATO GROSSO

CÂMARA MUNICIPAL DE MIRASSOL D'OESTE

QUINTO ADITAMENTO CONTRATUAL

Contrato Nº..: 008/2020

Contratante..: CAMARA MUNICIPAL DE MIRASSOL D'OESTE - CNPJ Nº 03.756.178/0001-55

Contratada....: M. V. CONSTRUÇÕES EIRELLI – CNPJ Nº 20.842.262/0001-00

Objeto.....: 5º (quinto) aditamento contratual que celebram a CÂMARA MUNICIPAL DE MIRASSOL D'OESTE e Empresa M. V. CONSTRUÇÕES EIRELLI – CNPJ Nº 20.842.262/0001-00.

DO PRAZO - Por este termo, fica o contrato aditivado em mais 30 (trinta) dias, a partir de 13/04/2021.

MIRASSOL D'OESTE, 12 de abril de 2021.

ELTON CESAR MARQUES DE QUEIROZ

Presidente da Câmara Municipal

CONTRATANTE

M. V. CONSTRUÇÕES EIRELLI

CNPJ Nº 20.842.262/0001-00

CONTRATADA

CAMARA MUNICIPAL DE MIRASSOL D OESTE
COVID-19: PORTARIA Nº. 019 DE 12 DE ABRIL DE 2021.

PORTARIA Nº. 019 DE 12 DE ABRIL DE 2021.

Transfere a Sessão Ordinária do dia 12 de Abril de 2021 para o dia 14 de Abril de 2021, às 15:00 horas.

O VEREADOR ELTON CESAR MARQUES DE QUEIROZ, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MIRASSOL D´OESTE, ESTADO DE MATO GROSSO, Usando de suas legais atribuições e,

CONSIDERANDO ainda o Decreto nº 3.958 de 09 de Abril de 2021, do Poder Executivo Municipal, Altera o Decreto Municipal nº 3956/2021, o qual dispõe sobre as medidas restritivas de quarentena obrigatória COVID-19.

R E S O L V E:

Art. 1º. - Transferir a Sessão Ordinária do dia 12 de abril de 2021 para o dia **14 de abril de 2021**, com início da às 15:00 horas, no Plenário da Câmara Municipal de Mirassol D'Oeste.

Art. 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

GABINETE DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MIRASSOL D´OESTE, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 12 DE ABRIL DE 2021.

ELTON CÉSAR MARQUES DE QUEIROZ

Presidente

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
PORTARIA Nº 214 DE 1° DE ABRIL DE 2021.

PORTARIA Nº 214 DE 1° DE ABRIL DE 2021.

REVOGA A PORTARIA Nº 137/2021 QUE EXONEROU A SENHORA KAREN TATYANI PEREIRA TERTILIANO DO CARGO DE DIRETOR PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO HOSPITAL SAMUEL GREVE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas legais atribuições, com base Princípio da Autotutela e, considerando a solicitação contida no Ofício nº 044-2021 do Hospital Samuel Greve e o disposto no artigo 10, inciso II, "b", do ADCT da Constituição Federal,

RESOLVE

Artigo 1º - Revogar a Portaria 137/2021 que exonerou a senhora Karen Tatyani Pereira Tertiliano do Cargo de Diretora Presidente da Fundação Hospital Samuel Greve.

Artigo 2° - Retornar a senhora Karen Tatyani Pereira Tertiliano ao quadro de funcionários da Fundação Samuel Greve.

Artigo 3º - Reconhecer a Licença em virtude de atestado médico da senhora Karen Tatyani Pereira Tertiliano período de 24 de fevereiro de 2021 a 09 de março de 2021.

Artigo 4° - Reconhecer a licença maternidade da senhora Karen Tatyani Pereira Tertiliano pelo período de 120 dias, contados a partir do dia 10 de março de 2021.

Artigo 5° - Ratificar a Portaria 138/2021 que nomeou, em caráter de substituição, a senhora Daniela Santos Veloso Maraslis como Diretora Presidente de Fundação Samuel Greve.

Artigo 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito do Município de Mirassol D´Oeste, Estado de Mato Grosso, "Paço Municipal Miguel Botelho de Carvalho" em 31 de março de 2021.

Héctor Alvares Bezerra

Prefeito

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
PORTARIA Nº 220 DE 08 DE ABRIL DE 2021.

PORTARIA Nº 220 DE 08 DE ABRIL DE 2021.

NOMEIA SERVIDORA PARA EXERCER A FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO QUE ESPECIFICA.

HECTOR ALVARES BEZERRA, Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas legais atribuições resguardadas na Lei Orgânica do Município;

Considerando a necessidade do cumprimento do disposto no Artigo 67 da Lei de Licitações (8.666/93);

Considerando o Decreto Municipal nº 2761/2014 e a Instrução Normativa nº 50/2014;

R E S O L V E

Art. 1º - Designar a servidora MARIA ARACELLY MACHADO, Auxiliar Administrativo, CPF nº 013.791.961-16 para acompanhar e fiscalizar, como titular, a execução do **Contrato de Rateio nº 015/2021** celebrado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D' OESTE e a AGÊNCIA REGIONAL DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO DO COMPLEXO DO PANTANAL, CNPJ nº 35.468.416/0001-13.

Art. 2º - Fica designada para substituta, nos impedimentos, a servidora Silvana Kippaiz Nogueira, Agente Administrativo, CPF nº 442.016.301-10.

Art. 3º - Compete à fiscal ora designada as atribuições especificadas no Decreto nº 2761 de 07 de novembro de 2014 e na Instrução Normativa nº 50 de 07 de novembro de 2014, bem como o atendimento à Lei 8.666/93 no que for pertinente à execução dos contratos.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do contrato ou até sua rescisão.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, Paço Municipal Miguel Botelho de Carvalho, em 08 de abril de 2021.

HECTOR ALVARES BEZERRA

Prefeito

CAMARA MUNICIPAL DE MIRASSOL D OESTE
RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 006/2021

RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 005/2021

Objeto: Contratação de empresa especializada em prestação de serviços na manutenção corretiva do Windows server, manutenção em informática e manutenção em equipamentos audiovisual, para atender aos interesses da Câmara Municipal de Mirassol D'Oeste.

CONTRATADO:

W L DE CASTRO EIRELI

ECOCENTAURO

Endereço: Rua Maria dos Anjos Braga, nº 596, Bairro: centro

CEP: 78.280-000

Mirassol D'Oeste – MT

CNPJ: 20.115.695/0001-64

Valor da contratação: Valor global do contrato é de R$ 15.048,00 (quinze mil e quarenta e oito reais);

Prazo para a prestação dos serviços: 12 (doze) meses a contar a partir da assinatura contratual.

Fundamento legal: Art. 24, II da Lei nº 8.666/93 e suas atualizações posteriores.

Tendo em vista o que consta dos autos, tudo **RATIFICO** e, por conseqüência lógica, determino a contratação direta da empresa, para que produza todos os efeitos legais.

Considerando o Parecer Jurídico favorável à contratação direta com fulcro no art. 24, II da Lei nº 8.666/93, cujo ao teor aderimos na íntegra;

RESOLVO,

RATIFICAR a justificativa apresentada, em cumprimento ao que dispõe o art. 26 da Lei nº 8.666/93, determinando sua publicação na imprensa oficial como condição de sua eficácia.

Mirassol D'Oeste – MT, 12 de abril de 2021

ELTON CESAR MARQUES DE QUEIROZ

Presidente da Câmara Municipal

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2021

EDITAL COMPLEMENTAR 003/2021

O Presidente da Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado 001/2021, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

I – Retificar o cronograma no Processo Seletivo Simplificado conforme segue:

ATIVIDADE	DATA DE REALIZAÇÃO
Período de inscrição	12/04/2021 a 20/04/2021
Publicação das inscrições deferidas e indeferidas	22/04/2021
Interposição de recurso contra a homologação das inscrições	23/04/2021 a 26/04/2021
Publicação do resultado dos recursos contra a homologação das inscrições	27/04/2021
Publicação do Aprovado e dos Classificados	27/04/2021
Interposição de recurso contra a lista de Classificados	28/04/2021 a 29/04/2021
Publicação dos Resultados da Análise dos Recursos Interpostos contra a Lista de Aprovados e Classificados	30/04/2021
Publicação do Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado	30/04/2021

Mirassol d'Oeste – MT, 12 de abril de 2021.

Masterson Felipe da Silva

Presidente da Comissão

Portaria 139/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES

LICITAÇÃO
RESULTADO PREGÃO 13/21

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES

RESULTADO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial SRP Nº 13/2021

A Comissão de Pregão – CAP, torna público para amplo conhecimento que a Licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 13/2021,cujo Objeto visa **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE REFEIÇÃO NA ZONA RURAL (DISTRITO DE BOM JARDIM E COQUEIRAL), NO MUNICÍPIO DE NOBRES – MT, PARA ATENDER A DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS**, para atender a diversas Secretarias Municipais**, através da Prefeitura Municipal de Nobres - MT**, foi Adjudicada e Homologada para as empresas **MARIA DE FATIMA DA SILVA NASCIMENTO65051742149,** com valor global R$ 256.528,00 (duzentos e cinquenta e seis mil quinhentos e vinte e oito reais), **TEREZINHA XAVIER DE MATOS BELEM01587636107,** com o valor global de R$ 99.180,00 (noventa e nove mil cento e oitenta reais), **ERLANDA PROVIN01854443933,** com o valor global de R$70.110,00 (setenta mil cento e dez reais).

Nobres/MT, 12 de Abril de 2021.

Quézia da Rosa Ferreira

Pregoeira

LICITAÇÃO
RESULTADO PREGÃO 08/21

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES

RESULTADO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial SRP Nº 08/2021

A Comissão de Pregão – CAP, torna público para amplo conhecimento que a Licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 08/2021,cujo Objeto visa ***CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONFECÇÃO DE MATERIAL GRÁFICO PARA ATENDER AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE NOBRES*** **- MT**, foi Adjudicada e Homologada para as empresas **4D DESIGNER GRAFICA EDITORA E COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA,** com valor global de R$ 181.887,30 (cento e oitenta e um mil, oitocentos e oitenta e sete reais com trinta centavos); para a empresa **AGILIZA INDUSTRIA E COM. GRAFICA E EDITORA EIRELI,** com valor global de R$ 255.418,45 (duzentos e cinquenta e cinco mil, quatrocentos e dezoito reais com quarenta e cinco centavos); para a empresa **JORNAL A GAZETA LTDA,** com valor global de R$ 62.536,30 (sessenta e dois mil, quinhentos e trinta e seis reais com trinta centavos).

Nobres/MT, 12 de Abril de 2021.

Quézia da Rosa Ferreira

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 1263/2021

SUMULA: AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE, POR SUPERÁVIT FINANCEIRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CESAR AUGUSTO PERIGO, Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e ainda com fulcro na Lei Orgânica do Município, encaminha para apreciação e deliberação da Câmara Municipal o seguinte projeto de Lei.

Art. 1º. Fica autorizado o Poder Executivo Municipal abrir Crédito Adicional Suplementar no Orçamento em curso LOA/2021, aprovado pela Lei nº 1229/2020, bem como, incluir **na LDO/2021,** sancionada pela Lei nº 1218/2020, ainda, incluir no PPA 2021, sancionado pela Lei nº 1043/2017, o valor total de R$ 430.250,00 (quatrocentos e trinta mil, duzentos e cinquenta reais), por Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior.

Art. 2º. O crédito adicional ora autorizado, atende às prerrogativas do disposto no artigo 43, parágrafo 1º, Inciso I, da Lei Federal nº 4.320/64, e serão suplementadas nas funcionais programáticas a seguir:

I. No Projeto/Atividade 2.005 o valor de R$ 330.250,00, assim distribuído:

Órgão: 03 – Secretaria Municipal de Administração

Unidade Orçamentária: 001 – Gabinete do Secretario

Função: 04 – Administração

Subfunção: 122 – Administração Geral

Programa: 0003 – Compromisso e Gestão Administrativa

Atividade: 2.005 – Manutenção do Gabinete do Secretário de Administração

3390.39 – Outros Serviços de Terceiro – Pessoa Jurídica R$ 330.250,00

Fonte de Recursos: 0.3.00 – Recursos Ordinários

II. No Projeto/Atividade 1.023 o valor de R$ 100.000,00, assim distribuído:

Órgão: 09 – Secretaria Municipal de Assistência Social

Unidade Orçamentária: 001 – Gabinete do Secretario

Função: 08 – Assistência Social

Subfunção: 244 – Assistência Comunitária

Programa: 0033 – Renovação da Frota e Equipamentos

Atividade: 1.023 – Aquisição de Equipamentos e Material Permanente

4490.52 – Equipamentos e Material Permanente R$ 100.000,00

Fonte de Recursos: 0.3.00 – Recursos Ordinários

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Nova Bandeirantes-MT, 12 de abril de 2021

CÉSAR AUGUSTO PÉRIGO

PREFEITO MUNICIPAL

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 1266/2021

SUMULA: "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE, POR SUPERÁVIT FINANCEIRO, PARA ATENDER CONSTRUÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CESAR AUGUSTO PERIGO, Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e ainda com fulcro na Lei Orgânica do Município, encaminha para apreciação e deliberação da Câmara Municipal o seguinte projeto de Lei.

Art. 1º. Fica autorizado o Poder Executivo Municipal abrir Crédito Adicional Suplementar no Orçamento em curso LOA/2021, aprovado pela Lei nº 1229/2021, bem como, incluir **na LDO/2021,** sancionada pela Lei nº 1218/2020, ainda, incluir no PPA 2021, sancionado pela Lei nº 1043/2017, o valor total de R$ 783.000,00 (setecentos e oitenta e três mil reais), por Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior.

Art. 2º. O crédito adicional ora autorizado, atende às prerrogativas do disposto no artigo 43, parágrafo 1º, Inciso I, da Lei Federal nº 4.320/64, e serão suplementadas nas funcionais programáticas a seguir:

I. No Projeto/Atividade 1.088 o valor de R$ 783.000,00, assim distribuído:

Órgão: 05 - Secretaria Municipal de Saúde

Unidade Orçamentária: 001 – Gabinete do Secretario

Função: 10 – Saúde

Subfunção: 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Programa: 0005 – Atenção a Saúde Pública

Atividade: 1.088 – Construção e Reforma do Hospital Municipal

449051 – Obras e Instalações R$ 783.000,00

Fonte de Recursos: 0.3.02 – Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos – Saúde

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Nova Bandeirantes-MT, 12 de abril de 2021

CÉSAR AUGUSTO PÉRIGO

PREFEITO MUNICIPAL

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 019/2021

TERMO DE RATIFICAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 019/2021

Nos termos do Artigo 26 da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, RATIFICA-SE a Dispensa de Licitação nº. 019/2021, na **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA RETIRADA E TRANSPORTE DA COBERTURA METÁLICA DO GINÁSIO DE ESPORTE DO DISTRITO DE JAPURANÃ, ATÉ SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS DO MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES/MT, COM CAMINHÃO MUNCK, EM ATENDIMENTO A SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESPORTO E LAZER, CULTURA E JUVENTUDE, conforme laudo técnico em anexo.**

CONTRATADA:

CONTRATADA:MARMORARIA E VIDRAÇARIA METAL FORTE LTDA

CNPJ Nº: **38.370.312/0001-60**

VALOR TOTAL **R$ 20.750,00 (vinte mil setecentos e cinquenta reais).**

A Equipe informa ainda, que os autos do Processo se encontram com vistas franqueadas aos interessados a partir da data desta publicação, nos dias úteis no horário de expediente da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes/MT.

Registra-se, Publique-se, Cumpra-se.

Nova Bandeirantes/MT, 12 de abril de 2021.

_____

CÉSAR AUGUSTO PÉRIGO

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 1267/2021

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE, POR SUPERÁVIT FINANCEIRO, PARA ATENDER AÇÕES DA EDUCAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CESAR AUGUSTO PERIGO, Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e ainda com fulcro na Lei Orgânica do Município, encaminha para apreciação e deliberação da Câmara Municipal o seguinte projeto de Lei.

Art. 1º. Fica autorizado o Poder Executivo Municipal abrir Crédito Adicional Suplementar no Orçamento em curso LOA/2021, aprovado pela Lei nº 1229/2021, bem como, incluir **na LDO/2021,** sancionada pela Lei nº 1218/2020, ainda, incluir no PPA 2021, sancionado pela Lei nº 1043/2017, o valor total de R$: 214.000,00 (duzentos e quatorze mil reais), por Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior.

Art. 2º. O crédito adicional ora autorizado, atende às prerrogativas do disposto no artigo 43, parágrafo 1º, Inciso I, da Lei Federal nº 4.320/64, e serão suplementadas nas funcionais programáticas a seguir:

I. No Projeto/Atividade 2.014 o valor de R$ 214.000,00 assim distribuído:

Órgão: 04 - Secretaria Municipal de Educação

Unidade Orçamentária: 001 – Gabinete do Secretario

Função: 12 – Educação

Subfunção: 361 – Ensino Fundamental

Programa: 0006 – Educação de Qualidade

Atividade: 2.014 – Manutenção da Quota Salário Educação

339030 – Material de Consumo R$ 214.000,00

Fonte de Recursos: 0.3.15 – Transferências de Recursos do FNDE

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Nova Bandeirantes-MT, 12 de abril de 2021

CÉSAR AUGUSTO PÉRIGO

PREFEITO MUNICIPAL

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 1262/2021

SUMULA: "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE, POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, PARA ATENDER AQUISIÇÃO DE VEICULO PARA SECRETARIA DE SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CESAR AUGUSTO PERIGO, Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e ainda com fulcro na Lei Orgânica do Município, encaminha para apreciação e deliberação da Câmara Municipal o seguinte projeto de Lei.

Art. 1º. Fica autorizado o Poder Executivo Municipal Suplementar a Rubrica de Receita Orçamentária **1.7.2.8.03.1.1.00 - Transferências de Recursos do Estado para programa de Saúde**, no Orçamento em curso LOA/2021, aprovado pela Lei nº 1229/2020, bem como, incluir na LDO/2021, sancionada pela Lei nº 1218/2020, ainda, incluir no PPA 2021, sancionado pela Lei nº 1043/2017, o valor total de R$ 220.000,00 (duzentos e vinte mil reais), por excesso de arrecadação.

Meta Financeira: R$ 220.000,00

Fonte de Recursos: 01.42.000 - Transferência de Recursos da Saúde - SUS Estado

Art. 2º. O crédito adicional ora autorizado, atende às prerrogativas do disposto no artigo 43, parágrafo 1º, Inciso II, da Lei Federal nº 4.320/64, e serão suplementadas nas funcionais programáticas a seguir:

I. No Projeto/Atividade 1.053 o valor de R$ 220.000,00, assim distribuído:

Órgão: 05 - Secretaria Municipal de Saúde

Unidade Orçamentária: 001 – Gabinete do Secretario

Função: 10 – Saúde

Subfunção: 301– Atenção Básica

Programa: 0005 – Atenção à Saúde Publica

Atividade: 1.053 – Aquisição de Veículos e Equipamentos – Saúde

4490.52 – Aquisição de Equipamentos e Material Permanente R$ 220.000,00

Fonte de Recursos: 0.1.42.000 – Transferências de Recursos da Saúde - SUS – Estado

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Nova Bandeirantes-MT, 12 de abril de 2021

CÉSAR AUGUSTO PÉRIGO

PREFEITO MUNICIPAL

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 1265/2021

SUMULA: "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE, POR SUPERÁVIT FINANCEIRO, PARA ATENDER AÇÕES DA EDUCAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CESAR AUGUSTO PERIGO, Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e ainda com fulcro na Lei Orgânica do Município, encaminha para apreciação e deliberação da Câmara Municipal o seguinte projeto de Lei.

Art. 1º. Fica autorizado o Poder Executivo Municipal abrir Crédito Adicional Suplementar no Orçamento em curso LOA/2021, aprovado pela Lei nº 1229/2020, bem como, incluir **na LDO/2021,** sancionada pela Lei nº 1218/

2020, ainda, incluir no PPA 2021, sancionado pela Lei nº 1043/2017, o valor total de R$ 1.100.000,00 (um milhão e cem mil reais), por Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior.

Art. 2º. O crédito adicional ora autorizado, atende às prerrogativas do disposto no artigo 43, parágrafo 1º, Inciso I, da Lei Federal nº 4.320/64, e serão suplementadas nas funcionais programáticas a seguir:

I. No Projeto/Atividade 2.012 o valor de R$ 380.000,00, assim distribuídos:

Órgão: 04 – Secretaria Municipal de Educação

Unidade Orçamentária: 001 – Gabinete do Secretario

Função: 12 – Educação

Subfunção: 361 – Ensino Fundamental

Programa: 0006 – Educação de Qualidade

Atividade: 2.012 – Manutenção e Encargos Secretaria de Educação

3390.30 – Material de Consumo R$ 250.000,00

3390.39 – Outros Serviços de Terceiro – Pessoa Jurídica R$ 130. 000,00

Fonte de Recursos: 0.3.01 – Receitas de Impostos e Transferência de Impostos – Educação

II. No Projeto/Atividade 1.030 o valor de R$ 220.000,00, assim distribuído:

Órgão: 04 – Secretaria Municipal de Educação

Unidade Orçamentária: 001 – Gabinete do Secretario

Função: 12 – Educação

Subfunção: 361 – Ensino Fundamental

Programa: 0033 – Renovação da Frota e Equipamentos

Atividade: 1.030 – Aquisição de Moveis, Utensílios e Equipamentos

449052 – Equipamentos e Materiais Permanente R$ 220.000,00

Fonte de Recursos: 0.3.01 – Receitas de Impostos e Transferência de Impostos – Educação

III. No Projeto/Atividade 1.079 o valor de R$ 500.000,00, assim distribuídos:

Órgão: 04 – Secretaria Municipal de Educação

Unidade Orçamentária: 001 – Gabinete do Secretario

Função: 12 – Educação

Subfunção: 361 – Ensino Fundamental

Programa: 0006 – Educação de Qualidade

Atividade: 1.079 – Construção e Reforma Prédios Ensino Fundamental

449051 – Obras e Instalações R$ 500.000,00

Fonte de Recursos: 0.3.01 – Receitas de Impostos e Transferência de Impostos – Educação

Nova Bandeirantes-MT, 12 de abril de 2021

CÉSAR AUGUSTO PÉRIGO

PREFEITO MUNICIPAL

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 1264/2021

SUMULA: "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE, POR SUPERÁVIT FINANCEIRO, PARA ATENDER AÇÕES DA COVID-19, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CESAR AUGUSTO PERIGO, Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e ainda com fulcro na Lei Orgânica do Município, encaminha para apreciação e deliberação da Câmara Municipal o seguinte projeto de Lei.

Art. 1º. Fica autorizado o Poder Executivo Municipal abrir Crédito Adicional Suplementar no Orçamento em curso LOA/2021, aprovado pela Lei nº 1229/2020, bem como, incluir **na LDO/2021,** sancionada pela Lei nº 1218/2020, ainda, incluir no PPA 2021, sancionado pela Lei nº 1043/2017, o valor total de R$ 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil reais), por Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior.

Art. 2º. O crédito adicional ora autorizado, atende às prerrogativas do disposto no artigo 43, parágrafo 1º, Inciso I, da Lei Federal nº 4.320/64, e serão suplementadas nas funcionais programáticas a seguir:

I. No Projeto/Atividade 2.200 o valor de R$ 750.000,00, assim distribuído:

Órgão: 05 - Secretaria Municipal de Saúde

Unidade Orçamentária: 002 – Fundo Municipal de Saúde

Função: 10 – Saúde

Subfunção: 122 – Administração Geral

Programa: 0037 – Covid - enfrentamento da emergência de saúde pública

Atividade: 2.200 – COVID19 Enfrentamento da Emergência

3190.04 – Contratação por Tempo Determinado R$ 42.000,00

3190.11 – Vencimentos e Vantagens Fixas R$ 260.000,00

3190.13 – Obrigações Patronais R$ 75.000,00

3390.14 – Diárias – Civil R$ 3.000,00

3390.30 – Material de Consumo R$ 200.000,00

3390.36 – Outros Serviços de Terceiro - Pessoa Física R$ 120.000,00

3390.39 – Outros Serviços de Terceiro – Pessoa Jurídica R$ 50.000,00

Fonte de Recursos: 0.3.46.074.00 - Ações de saúde p/ enfrentamento do Coronavírus - COVID 19

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Nova Bandeirantes-MT, 12 de abril de 2021

CÉSAR AUGUSTO PÉRIGO

PREFEITO MUNICIPAL

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 1268/2021

Institui e Regulamenta a emissão da Carteira de Identificação da pessoa com Transtorno do Espectro Autista (CIA/TEA) no âmbito do Município de Nova Bandeirantes, e dá outras providências.

CESAR AUGUSTO PERIGO, Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e ainda com fulcro na Lei Orgânica do Município, encaminha para apreciação e deliberação da Câmara Municipal o seguinte projeto de Lei.

Art. 1º. Fica instituída a Carteira de Identificação do Autista (CIA), destinada a conferir identificação à pessoa diagnosticada com Transtorno do Espectro Autista (TEA), no âmbito do Município de Nova Bandeirantes, para fins de garantia de seus direitos, como pessoa com necessidades e cuidados especiais.

Art. 2º. A pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA) é legalmente considerada pessoa com deficiência para todos os efeitos, com direito a assistência social.

Art. 3º. É competente o Poder Executivo, através da Secretaria Municipal de Assistência Social, para:

- Expedir a Carteira de Identificação do Autista (CIA), a ser emitida por intermédio dos Centros de Referências de Assistência Social (CRAS), de

modo a possibilitar a identificação e a garantia de direitos às pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no município de Nova Bandeirantes;

- Administrar a política de emissão e distribuição da Carteira de Identificação do Autista (CIA);

- Adequar sua plataforma de serviços à expedição da Carteira de Identificação do Autista (CIA);

Art. 4º. A Carteira de Identificação do Autista (CIA) terá validade de 05 (cinco) anos, devendo, no ato de revalidação, permanecer com o mesmo número de identificação.

Parágrafo único. Em caso de perda ou extravio da CIA, será emitida, gratuitamente, a segunda via, mediante apresentação e preenchimento de formulário próprio assinado pelo representante legal.

Art. 5º. A Carteira de Identificação do Autista (CIA), será expedida sem qualquer custo, por meio de formulário próprio devidamente preenchido e assinado pelo interessado ou por seu representante legal, acompanhado de relatório médico, confirmando o diagnóstico, munido de seus documentos pessoais, bem como dos de seus pais ou responsáveis legais (Certidão de Nascimento ou Carteira de Identidade e CPF) e comprovante de endereço, originais e fotocópias.

§1º - No caso de pessoa estrangeira autista, naturalizada ou domiciliada no Município de Nova Bandeirantes, deverá ser apresentado título declaratório de nacionalidade brasileira ou passaporte.

§ - 2º O relatório médico atestando o diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista deverá ser firmado por médico especialista em Neurologia ou Psiquiatria.

Art. 6º. Verificada a regularidade da documentação recebida, cadastrada e devidamente autuada, o Poder Executivo será responsável pela expedição da Carteira de Identidade do Autista (CIA) e determinará sua emissão no prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 7º. O portador de TEA (Transtorno do Espectro Autista) e o seu representante legal ou acompanhante, munido da CIA, terão direito:

– De preferência e prioridade total em todos os órgãos, setores e repartições públicas e particulares que possuam filas e ordem de chegada para fins de atendimento, no âmbito do Município de Nova Bandeirantes;

– À gratuidade total de acesso em quaisquer eventos públicos e privados, sobretudo em atividades e espetáculos culturais e esportivos, tais como: exposições, feiras, peças teatrais e espetáculos circenses, partidas de futebol e demais eventos esportivos, realizados no âmbito do Município de Nova Bandeirantes;

– À gratuidade em estacionamentos públicos e privados;

Parágrafo único: Todos os locais de atendimento, públicos ou privados, no âmbito do Município de Nova Bandeirantes terão em suas placas indicativas de prioridades já previstas em Lei, seja ela Federal, Estadual ou Municipal, o símbolo indicativo de que as pessoas com TEA têm prioridade total de atendimento, consistente na “fita feita de peças de quebra-cabeça coloridas”, notoriamente conhecida.

Art. 8º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Nova Bandeirantes-MT, 12 de abril de 2021

CÉSAR AUGUSTO PÉRIGO

PREFEITO MUNICIPAL

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 1261/2021

SÚMULA: “DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE ADVOGADO(A) PELA MUNICIPALIDADE DE NOVA BANDEIRANTES DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**”.**

CESAR AUGUSTO PÉRIGO, Prefeito do Município de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Município de nova Bandeirantes/MT, autorizado a contratar advogado(a), para suprir necessidade Municipal, nos termos das Leis Municipais em vigor, em especial Leis Municipais: nº 619/2009 e nº 1201/2020.

Art. 2º. A remuneração será regida pela Tabela I, da Lei Municipal 988/2017.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes, em 12 de abril de 2021

CÉSAR AUGUSTO PÉRIGO

PREFEITO MUNICIPAL

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 019/2021

Homologo a Presente Dispensa de Licitação nº. 019/2021, adjudicando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA RETIRADA E TRANSPORTE DA COBERTURA METÁLICA DO GINÁSIO DE ESPORTE DO DISTRITO DE JAPURANÃ, ATÉ SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS DO MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES/MT, COM CAMINHÃO MUNCK, EM ATENDIMENTO A SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESPORTO E LAZER, CULTURA E JUVENTUDE,** conforme laudo técnico em anexo.

Adjudique-se a empresa:

CONTRATADA:MARMORARIA E VIDRAÇARIA METAL FORTE LTDA

CNPJ Nº: **38.370.312/0001-60**

VALOR TOTAL **R$ 20.750,00 (vinte mil setecentos e cinquenta reais).**

ITEM	DESCRIÇÃO	MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO ORÇAMENTOS	VALOR TOTAL
1	DESMONTAGEM DE COBERTURA EM ESTRUTURA METALICA DIMENSÕES COM CAMINHÃO MUNCK 24X42m INCLUSIVE A REIRADA DAS TELHA DE ZINCO	UN	1	R$ 20.000,00	R$ 20.000,00
2	TRANSPORTE DE ESTRUTURA METALICA DO DISTRITO JAPURANÃ AO MUNICIPO DE NOVA BANDEIRANTES	km	38	R$ 19,74	R$ 750,00
					R$ 20.750,00

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE

Nova Bandeirantes/MT, 12 de abril de 2021.

_____

CÉSAR AUGUSTO PÉRIGO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 47/2021

EXTRATO DE CONTRATO Nº 47/2021.

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT**

CONTRATADA**: NP CAPACITAÇÃO E SOLUÇÕES TECNOLOGICAS LTDA**

CNPJ: 07.797.967/0001-95

OBJETO: Contratação de assinatura anual para acesso aos serviços do sistema banco de preços - ferramentas de pesquisas e comparação de preços praticados pela administração pública, Dispensa nº 019/2021.

VALOR R$ 8.700,00 (oito mil e setecentos reais).

ASSINATURA: **30 de março de 2021.**

VIGENCIA: **30 de março de 2021 a 30 de março de 2022.**

FUNDAMENTO: **De acordo com a Lei nº 8.666/93 e a lei nº 10.520/2002**

Prefeita Municipal: **MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 47/2021

EXTRATO DE CONTRATO Nº 47/2021.

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT**

CONTRATADA**: NP CAPACITAÇÃO E SOLUÇÕES TECNOLOGICAS LTDA**

CNPJ: 07.797.967/0001-95

OBJETO: Contratação de assinatura anual para acesso aos serviços do sistema banco de preços - ferramentas de pesquisas e comparação de preços praticados pela administração pública, Dispensa nº 019/2021.

VALOR R$ 8.700,00 (oito mil e setecentos reais).

ASSINATURA: **30 de março de 2021.**

VIGENCIA: **30 de março de 2021 a 30 de março de 2022.**

FUNDAMENTO: **De acordo com a Lei nº 8.666/93 e a lei nº 10.520/2002**

Prefeita Municipal: **MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA**

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO N°092/2020

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO N°092/2020

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT**

CONTRATADA: **4 D DESIGNER GRAFICA EDITORA E COMUNICAÇÃO VISUAL EIRELI**

CNPJ: 13.278.238/0001-25

OBJETO: **Prorrogação do prazo** de duração do Contrato Original por mais 273 (duzentos e setenta e três) dias**,** vigorando a partir 02 de abril de 2021 a 31 de dezembro de 2021.

ASSINATURA**: 01 de abril de 2021.**

FUNDAMENTO: **De acordo com a Lei nº 8.666/93**

Prefeita Municipal: **MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA**

COVID-19: EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N°.077/2020

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N°.077/2020

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT**

CONTRATADA: **DINAIR SANTANA DOS SANTOS.**

CPF: 015.187.111-62

OBJETO: Prorrogação do prazo de duração do Contrato Original por mais 60 (sessenta) dias**,** vigorando a partir de 02 de abril de 2021 a 01 de junho de 2021.

O Valor total do aditivo do contrato será de **R$ 2.963,04 (dois mil novecentos e sessenta e três reais e quatro centavos)**.

ASSINATURA: 01 de abril de 2021.

FUNDAMENTO: **De acordo com a Lei nº 8.666/93**

Prefeita Municipal: **MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA**

AVISO DE RESULTADO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 002/2021 CREDENCIAMENTO N° 001/2021

AVISO DE RESULTADO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 002/2021 CREDENCIAMENTO N° 001/2021.

A Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia/MT, CNPJ: 15.023.963/00041-88, com sede na Avenida Vereador Genival Nunes de Araújo, nº. 993 – Centro, Nova Brasilândia, CEP: 78860-000, fone (66) 3385-1277, **TORNA PÚBLICO**, o resultado do **CREDENCIAMENTO Nº 001/2021,** que tem como objetivo:**CREDENCIAMENTO** das **EMPRESAS** QUE TENHAM INTERESSE NA PRESTAÇÃO SE SERVIÇOS MÉDICOS PARA ATENDIMENTO NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS E, EM URGÊNCIA E EMERGÊNCIA EM REGIME DE PLANTÃO DE 12 HORAS, de forma complementar aos serviços oferecidos no Município de Nova Brasilândia/MT, rede Municipal de Saúde/Sistema Único de Saúde, termos e condições estabelecidas neste Edital e Termo de Referência **Anexo I** deste Instrumento**,** que se deu no dia **12/04/2021**, onde constatamos a entrega dos envelopes, tempestivamente lacrados, das empresas : **GEDIEL CANDIDO DA SILVA EIRELI - ME** inscrita no **CNPJ: 35.505.313/0001-86** e a empresa **REMAIH & PEDRINHO SERVIÇOS MÉDICOS LTDA** inscrita no **CNPJ: 13.089.551/0001-15.** Todos os participantes estavam presentes no ato. Em conformidade com o Edital de Credenciamento nº 001/2021, a CEL procedeu a avaliação da documentação na presente data. Em sequência, as documentações foram rubricadas e conferidas pela CEL, comprovando a autenticidade das mesmas. A Comissão averiguou quanto à documentação as empresas: **GEDIEL CANDIDO DA SILVA EIRELI – ME** inscrita no **CNPJ: 35.505.313/0001-86**, que se credenciou nos itens**: 03 e 04** encontra-se **APTA** ao Credenciamento e a empresa **REMAIH & PEDRINHO SERVIÇOS MÉDICOS LTDA** inscrita no **CNPJ: 13.089.551/0001-15,** que se credenciou nos itens**: 01, 02, 03 e 04** encontra-se **APTA** ao Credenciamento. A Presidente da CEL, explanou que a classificação das empresas APTAS ao Credenciamento será divulgada em até (2) dois dias úteis após a realização do ato de Credenciamento. Nada havendo a relatar, encerrou-se a presente sessão às 11:20 horas. Assim a Presidente, para dar cumprimento ao que dispõe o artigo 109 da Lei 8.666/93 determinou que o resultado fosse publicado na imprensa oficial e que o prazo fosse aguardado lavrado a presente ata, que uma vez lida e achada conforme vai assinada por todos os presentes. A Ata encontra-se disponível no setor de licitação.

Nova Brasilândia – 12 de abril de 2021.

_____

NAYARA CAMPOS MASCARENHAS

Presidente da CEL/CPL

PORTARIA: Nº. 135/2021

LEI N° 839/2021

"DISPÕE SOBRE A REGULARIZAÇÃO DO ENDEREÇAMENTO URBANO, ALTERAÇÃO, DENOMINAÇÃO E CORREÇÃO DE NOMES DE VIAS PÚBLICAS DO MUNICIPIO DE NOVA BRASILÂNDIA – MT, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS".

A SENHORA MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de Nova Brasilândia - MT, no uso de suas atribuições legais, ***FAZ SABER*** que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º.Fica alterada o nome da Rua Manaus do Bairro Boa Vista a partir desta data passará a ser denominada Rua "**ANDRE AUGUSTO ALVES DE FREITAS"**

CAPÍTULO I

DAS DENOMINAÇÕES DAS VIAS PÚBLICAS DO BAIRRO BOA VISTA

Art. 1º - Fica alterada a denominação da Via pública RUA: 02, do Bairro Boa Vista de "LOURIVAL FERREIRA DOS SANTOS".

Art. 2º - Fica alterada a denominação da Via pública RUA: 07, do Bairro Boa Vista de "RUA Joel Francisco de Campos"

Art. 3º - Fica alterada a denominação da Via pública RUA: 06, do Bairro Boa Vista de "Rua Joquim Reis Nação"

CAPÍTULO II

DAS DENOMINAÇÕES DAS VIAS PÚBLICAS DO CONJUNTO HABITACIONAL DURVAL THOMÂS

Art. 4º - Fica alterada a denominação da Via pública RUA: G, do Conjunto Cohab Durval Thomaz de "RUA Luzinete Maria Feitosa"

Art. 5º - Fica alterada a denominação da Via pública RUA: H, do Conjunto Cohab Durval Thomaz de "RUA Genilza Maria dos Reis".

CAPÍTULO III

DAS DENOMINAÇÕES DAS VIAS PÚBLICAS DO CONJUNTO HABITACIONAL MORADA DOS VENTOS

Art. 6º - Fica alterada a denominação da Via pública ALOYSIO DILL, do Conjunto Habitacional Morada dos Ventos de "RUA Antenor Lemes de Souza"

Art. 7º - Fica alterada a denominação da Via pública NELSON ECKER, do Conjunto Habitacional Morada dos Ventos de "RUA Simone dos Santos Silva"

Art. 8º - Fica alterada a denominação da Via pública CARMINDA MOSS ECKER, do Conjunto Habitacional Morada dos Ventos de "RUA Custódio Cândido Borges"

Art. 9° - Fica alterada a denominação da Via pública SÃO PAULO, do Conjunto Habitacional Morada dos Ventos de "RUA Phellype Adriano Pereira dos Santos".

Art. 10 - Fica alterada a denominação da Via pública MODELO, do Conjunto Habitacional Morada dos Ventos de "RUA Arlindo Leonel da Silva".

CAPÍTULO IV

DA DENOMINAÇÃO DA VIA PÚBLICA DO BAIRRO ALVORADA

Art. 11 - Fica denominada oficialmente a Via Pública Projetada no Bairro Alvorada de "RUA Maria de Lurdes Duarte Carvalho".

CAPÍTULO V

DA RGULAMENTAÇÃO DE RUAS COM MAIS DE UM NOME NO MUNICIPIO DE NOVA BRASILÂNDIA.

Art. 12 - Fica denominada oficialmente a Rua Araxá de "RUA SÃO PAULO".

Art. 13 - Fica denominada oficialmente a Rua Iporá de "RUA DAVI BARROSO".

Art. 14 - Fica denominada oficialmente a Rua Mato Grosso de "RUA AVELINO FLÁVIO NOVAES".

Art. 15 - Fica denominada oficialmente a Rua Rio Verde de "RUA ARISTIDES LUIZ FERREIRA".

CAPÍTULO VI

DO DESMEMBRAMENTO DAS VIAS PUBLICAS NO MUNICIPIO DE NOVA BRASILÂNDIA.

Art. 16 - Fica desmembrada oficialmente a "Rua Cuiabá" da "Rua Maria Dãozinha de Jesus da Silva" tendo com marco divisor a "Rua Amadeus Domingues".

CAPÍTULO VII

DA VEDAÇÃO DE ALTERAÇÃO DE NOMES DE VIAS, RUAS, AVENIDAS, BAIRROS, NO MUNICIPIO DE NOVA BRASILÂNDIA.

Art. 17 - Fica vedada a alteração de nomes de Vias, Ruas, Avenidas e Bairros no Município de Nova Brasilândia – MT, uma vez, já estando denominado.

PARÁGRAFO ÚNICO – Fica aberta a possibilidade por meio de Projeto de Lei a denominação de nomes de Vias, Ruas, Avenidas e Bairros somente quando houver a criação e fundação de novos logradouros.

Art. 18. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 19. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita, 08 de abril 2021.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N°.055/2021/GP/PMNG.

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDOR EFETIVO DO QUADRO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA – MT E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS. "

O Prefeito Municipal de Nova Guarita, Estado de Mato Grosso, Sr. JOSÉ LAIR ZAMONER, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE

ART. 1° - EXONERAR, a pedido e a partir da data da presente Portaria, o (a) Servidor (a) Bruna Carolina Lemes da Rosa, Matrícula nº 1752 do cargo efetivo de Professor IV, lotado (a) no Departamento do Fundeb 60%, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer, desta Prefeitura Municipal de Nova Guarita, Estado de Mato Grosso.

ART. 2° - O (a) Servidor (a) exonerado (a) pela presente portaria, fica definitivamente desligado do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Nova Guarita, estado de Mato Grosso, onde vinha desempenhando as atribuições de seu cargo desde o dia 04/02/2019.

ART. 3° - O (a) Servidor (a) ora exonerado (a) deverá dirigir-se ao Departamento de Recursos Humanos, desta Prefeitura Municipal, a partir da data da presente Portaria, para a percepção dos valores oriundos e decorrentes do presente ato, devendo para tanto, firmar toda e qualquer documentação necessária e pertinente ao mesmo.

ART. 4° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, aos doze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e um.

Registre-se

Publique-se.

Cientifique-se.

CUMPRA-SE

José Lair Zamoner

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N°. 127/2021/GP/PMNG.

ESTABELECE NORMAS DE FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Nova Guarita, Estado de Mato Grosso, Sr. José Lair Zamoner, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a publicação do Decreto Municipal nº 027 de 13 de abril de 2021, que atualiza medidas não farmacológicas de enfrentamento e combate ao coronavirus, e estabelece medidas restritivas no âmbito do município de nova guarita e dá outras providências.

RESOLVE

ART. 1º - Informar aos munícipes que não haverá atendimento presencial ao público nos departamentos públicos do município, o atendimento será da seguinte forma:

Secretaria Municipal de Administração e Fazenda:

Fone: (66) 3574-1404 (horário 07:00 horas às 12:00 horas)

Celular: (66) 98415-1870 (Geverson)

Emails: prefeitura@novaguarita.mt.gov.br

recursoshumanos@novaguarita.mt.gov.br (Departamento de RH)

licitacao@novaguarita.mt.gov.br (Departamento Licitação)

tributos@novaguarita.mt.gov.br (Departamento de Tributação)

Secretaria Municipal de Obras

Fone: (66) 3574-1311 (horário das 07:00hs às 11:00hs e das 13:00hs às 17:00)

Celular: (66) 8425-2550 (Carlos Gilberto Menegazzi)

Email: obras@novaguarita.mt.gov.br

Secretaria Municipal de Assistência Social

Fone: (66) 3574 -1084 (horário das 07:00 horas as 13:00 horas)

Celular: (66) 98418-4535 (Gabryela)

Email: assistênciasocial@novaguarita.mt.gov.br

Secretaria de Educação, Cultura, Desporto e Lazer

Fone: (66) 3574 -1412 (horário das 07:00 horas as 12:00 horas)

Celular: (66) 98457-4667 (Josiane)

Email: educacao@novaguarita.mt.gov.br

ART. 2° - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, por afixação no local de costume, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, aos doze dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e um.

Registre-se

Publique-se.

Cientifique-se.

CUMPRA-SE

JOSE LAIR ZAMONNER

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 125/2021/GP/PMNG

O Prefeito Municipal de Nova Guarita, Estado de Mato Grosso, Sr. JOSE LAIR ZAMONER, no uso de suas atribuições legais e considerando o resultado final do Concurso Público desta Prefeitura, nos termos do Edital do Concurso nº 001/2018.

RESOLVE

ART. 1º - Convocar o candidato abaixo relacionado, para comparecer ao prédio sede da Prefeitura Municipal de Nova Guarita - MT, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação desta Portaria, e em conformidade com o artigo 14, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, alterado pela Lei nº 108/2004 de 22 de abril de 2004.

§ PRIMEIRO – O não comparecimento dos candidatos no prazo estipulado neste artigo implicará na sua desclassificação, sendo considerado desistente da vaga.

§ SEGUNDO – O candidato convocado deverá apresentar-se no prazo estipulado nesta portaria para a apresentação de documentos de habilitação conforme item 9.2 do Edital de Concurso Público 001/2018 e demais documentos conforme relação em anexo.

ART. 2º - Os (A) candidatos convocados (a) poderão solicitar por meio de requerimento dentro do prazo previsto no artigo anterior a prorrogação por mais 15 dias de prazo devidamente fundamentado e justificado sob pena de decair o direito a posse.

NOME	INSC. Nº	CARGO
Maryana Militão	0000190	Auxiliar de Serviços Gerais (SAAE)

ART. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, por afixação nos locais de costume, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, aos doze dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e um.

Registre-se. Publique-se. Cientifique-se. CUMPRA-SE.

JOSE LAIR ZAMONER

Prefeito Municipal

Anexo a Portaria 125/2021/GP/PMNG

1ª fase: Apresentação de documentos

Cópia autenticada em cartório da carteira de identidade (RG) Cópia autenticada em cartório do CPF e Comprovante de situação Cadastral emitida no site da receita federal (http://receita.economia.gov.br). Cópia autenticada em cartório do titulo de eleitor e certidão de regularidade expedida pelo TRE. Cópia autenticada em cartório do Certificado de reservista ou documento equivalente, ou ainda dispensa de incorporação (se do sexo masculino) Comprovante de endereço atualizado Cópia autenticada em cartório da Certidão de Nascimento Comprovante de estado civil (casado e CPF do cônjuge), união estável (declaração de união estável com a assinatura dos dois) Cópia do Cartão do PIS ou PASEP, caso não possua fazer declaração informando. Cópia da Carteira de Trabalho (frente e verso do cadastro) Duas fotografias 3X4 colorida e recente. Cópia autenticada em cartório dos documentos que comprovem a escolaridade exigida para o cargo / categoria profissional/especialidade reconhecida pelo conselho, conforme discriminado neste edital, e respectivo registro no conselho de classe do estado de Mato Grosso se for o caso. Cópia da carteira nacional de habilitação para os cargos de Motorista I (veículo grande) CNH D Motorista II (veículo pequeno) CNH B, Motorista de Ambulância CNH D, Ope-

rador de máquinas e Operador de máquinas pesadas CNH C. Exibição do original de Diploma ou certificado de conclusão do curso correspondente à escolaridade exigida, conforme especificação constante no edital. Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos; ou maiores se for dependente Carteira de vacinação dos filhos menores de 06 anos e acima de 06 anos declaração de matrícula escolar. Certidão da Justiça (civil e criminal de 1º e 2º grau), acessar o site: www.tjmt.jus.br e emitir a certidão no campo certidões. Declaração que responde ou não a inquérito policial e a processo Administrativo disciplinar Declaração de Bens e valores que constituem seu patrimônio (Devendo conter todas as informações referente aos bens, descrição, localização e valores) (original) Declaração de que não foi demitido por justa causa e a bem do serviço público, no período de 10(dez) anos, na esfera federal, estadual e municipal CPF do Pai e da Mãe e/ou Declaração de falecimento ou de desconhecimento parental Declaração de não-acumulação remunerada ou não, de cargos e empregos públicos e quando houver a acumulação a declaração de compatibilidade de horários, conforme está disposto no Inciso XVI, artigo 37 da Constituição Federal (original) Cópia do comprovante de Abertura de conta corrente no Sicredi com titularidade do servidor. Certidão de regularidade emitida pelo órgão responsável de cada categoria. Cópia do CPF dos filhos e/ou dependentes Certidão de negativa de tributos municipais (Departamento de Tributos)

2ª Fase:Exame médico Pré-Admissional, emitidos por médico credenciados junto ao **MUNICIPIO DE NOVA GUARITA,** apenas se o candidato convocado apresentar todos os documentos solicitados na 1ª Fase. O candidato convocado deverá submeter-se a exame médico Pré-Admissional ou a exame médico específico (portadores de deficiência) a ser realizado pelo órgão de saúde do **MUNICIPIO DE NOVA GUARITA**, que terá decisão terminativa, após análise dos seguintes exames a serem realizados pelo candidato convocado:

a)Resultado de Laudo Médico Pericial, emitido por médico credenciado junto ao **MUNICÍPIO DE NOVA GUARITA,** juntamente com os seguintes exames: **Para todos os cargos,** Hemograma completo,

Eletrocardiograma,

Plaquetas,

Velocidade de hemossedimentação (VHS),

Creatinina,

Glicemia de jejum,

Gama glutamiltransferase (GAMA GT),

Tempo de tromboplastina total e Parcial ativado (TTPA),

EAS,

Raio-X do Tórax;

b) **Atestado Médico de Aptidão Física e Mental**

Demais exames médicos/laboratoriais, se necessários, solicitados no Edital de convocação do candidato.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA

ADMINISTRAÇÃO DEPTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 085/2021

PORTARIA Nº 085/2021

O Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, Excelentíssimo Senhor **UILSON JOSE DA SILVA,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e nos termos das Leis Complementares 021/2005 de 15 de dezembro de 2005 e 873/2020 de 30 de abril de 2020, e demais legislações pertinentes,

Resolve:

Art. 1º - Conceder o benefício Auxílio-doença, a servidora Lucimar Dos Santos Vitoriano Lidorio, matricula nº 29, portadora do CPF: 834.552.211-49, efetiva no cargo de Agente de serviços gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, a partir de 04/01/2021 e termino em 18/02/2021.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario, tendo seus efeitos retroagidos a 04/01/2021.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, aos 31 dias do mês de março de 2021.

UILSON JOSE DA SILVA

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
DISPENSA LICITAÇÃO Nº 08/2021

DISPENSA LICITAÇÃO Nº 08/2021

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Nova Lacerda- MT, torna público aos interessados a contratação;

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE SOFTWARE COMO REFERÊNCIA DE PREÇO PARA LICITAÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA A FROTA DE VEÍCULOS DO MUNICÍPIO DE NOVA LACERDA-MT.

Favorecida: L. RICARDO DE MAGALHÃES-EPP R$ 17.592,00 (Dezessete mil e quinhentos e noventa e dois reais).

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 24, Inciso II da Lei nº 8.666/93, Lei Municipal 730/2015 e Decreto municipal 895/2015.

Nova Lacerda- MT 12 de Abril de 2021.

Uilson Jose da Silva

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
ATA DA LICITAÇÃO DESERTA REFERENTE AO EDITAL N.º 14/2021, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

ATA DA LICITAÇÃO DESERTA REFERENTE AO EDITAL N.º 14/2021, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

Aos 12 (doze) dias do mês de abril do corrente ano, na cidade de Nova Lacerda- MT, na Sala de Licitação da Prefeitura Municipal de Nova Lacerda, estava marcado para as 08:00 horas, em sessão pública, onde o pregoeiro e membros, instituída pela PT n.º 225 de 01 de setembro de 2020, abaixo assinados, encarregada de dirigir e julgar este certame, destinado a ***AQUISIÇÃO DE PATRULHA MECANIZADA PARA O MUNICIPIO DE NOVA LACERDA.*** No entanto, não houve nenhum interesse dos licitantes em participar do evento, ocasionando uma licitação deserta. Fundamentado na Lei 8.666/93, o Processo deverá ser repetido no dia 26 de abril de 2021, ás 13:30 horas. O Presidente deu por encerrado os trabalhos, lavrando a presente Ata, que vai assinada pelo presidente, juntamente com os membros.

Nova Lacerda- MT 12 de abril de 2021.

Jacson Douglas Nunes Cordeiro

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ

LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 013/2021

TERMO DE RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 013/2021

Considerando as informações prestadas pela Comissão Permanente de Licitação, bem como pelo contido no presente Processo de Dispensa de

Licitação, com todos seus documentos, juntamente com o parecer da Assessoria Jurídica n°054/2021, **RATIFICO** todos os atos do presente Processo de Dispensa nº 013/2021 e autorizo a contratação da empresa **MARIA DE FATIMA GONÇALVES - ME com CNPJ 12.413.042/0001-66,** objetivando a **AQUISIÇÃO COLCHÕES DE SOLTEIRO PARA USO DE SERVIDORES MUNICIPAIS EM ACAMPAMENTOS DURANTE A MANUTENÇÃO DE ESTRADAS QUE INTERLIGAM O MUNICIPIO DE NOVA MARIGÁ- MT,** no valor total de **R$ 14.919,60** (Quatorze mil novecentos e dezenove reais e sessenta centavos)**.** A presente Dispensa de Licitação está enquadrada no inciso II do artigo 24, da Lei Federal nº 8.666/93, e suas alterações posteriores.

Publique-se, para os fins do artigo 26 da Lei nº 8.666/93.

Nova Maringá-MT, 12 de abril de 2021.

ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE

PREFEITA MUNICIPAL

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO 015/2021

AVISO DE LICITAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO 015/2021

A Prefeitura Municipal de Nova Maringá – MT, Estado de Mato Grosso através de sua comissão Permanente de Licitação, designada pela portaria 142/2021 de 16 de março de 2021 tornam publico o resultado da Dispensa de Licitação N°015/2021, tendo como Objeto: **AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS PEDAGÓGICOS PARA PRÁTICA DE ATIVIDADES LÚDICAS QUE DESENVOLVAM OS ASPECTOS SOCIAIS E COGNITIVOS DAS CRIANÇAS VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO,** a empresa **SEBASTIÃO LOURENÇO DA CRUZ com CNPJ 32.273.838/0001-45** com a menor proposta no Valor total de **13.409,00** (**treze mil quatrocentos e nove reis)**, com os termos no inciso II do artigo 24 da Lei Federal N°8.666/93 com suas alterações posteriores.

O processo referente a licitação acima, encontra- se a disposição dos interessados na sala da licitação da Prefeitura, localizada na Av. Amos Bernardino Zanchet, Centro, neste Município de Nova Maringá, de segunda a sexta no horário de atendimento ao público.

Nova Maringá - MT, 12 de Abril de 2021.

EDI CARLOS RODRIGUES JULIO

PRESIDENTE DA CPL

DECRETO N° 020/2021 DE 12 DE ABRIL DE 2021

Súmula: *"Dispõe sobre a nomeação dos membros do Conselho Municipal do FETHAB e dá outras providências".*

ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE, Prefeita Municipal de Nova Maringá, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais no que lhe confere o inciso IV, do art. 54, da Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO, a Lei Municipal nº 899 de 06 de fevereiro de 2017 e a Lei 1.062 de 01 de fevereiro de 2021 que regulamenta o Conselho Municipal do FETHAB;

DECRETA:

Artigo 1º - Ficam nomeados os membros do Conselho Municipal do FETHAB, pelo período de 02 (dois) anos, que será composto pelos seguintes nomes:

I) Representantes do Poder Publico Municipal: a) Paulo da Silva Pereira, **Função:** Secretário de Administração;

CPF: 701.332.801-44 **RG:** 1435392-0

End. Av. Amos Bernardino Zanchet.

b) Welder Souza Cunha

Função: Chefe de Gabinete

CPF: 037.865.001-77 **RG:** 18443150 SESP/MT

End. Rua Meryhelen, Bairro Jardim Mayra.

c) Cleverson Eduardo Allievi

Função: Secretário de Finanças

CPF: 781.706.050-91 **RG:** 9050918193 SESP/MT

End. Rua Santa Rosa, bairro Santa Rosa.

d) Ricardo Ono

Função: Secretário de Agricultura

CPF: 805.199.541-49 **RG:** 21481535 SESP/MT

End. Chácara Unção do Senhor, Caixa Postal 50, Projeto Casulo, Zona Rural;

f) Jefferson Augusto Lordano – Representante do Poder Legislativo Municipal

CPF: 027.508.621-67 **RG:** 20536763 SESP/MT

End: Av. Amós Bernardino Zanchet

II) Representantes de Organizações da Sociedade Civil

g) Alexandre Pizzolato – Representante do Sindicato Rural

CPF: 695.533.000-49 **RG:** 9042669789 SESP/MT

End: Fazenda Santa Inês, Zona Rural;

h) Claudinei Melo Freitas – Representante do Sindinorte

CPF: 513.054.101-49 **RG:** 782223 SSP/MT

End: Rua Italia, bairro Jardim Europa;

i) Lazaro Jose Pletsch – Representante da Aprosoja

CPF: 571.591.061-72 **RG:** 11365625 SSP/MT

End: Sitio Alvorada, Zona Rural;

j) Eva Aparecida Machado de Oliveira – Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais

CPF: 567.837.012-04 **RG:** 336206 SSP/MT

End: Rua Magda, Jardim Mayra

h) Aldair Paulo Griebeler – Representante da Associação da Rodovia MT-488

CPF: 866.125.819-72 RG: 33432686SSP/MT

End: Avenida Amós Bernardino Zanchet, Centro.

Artigo 2º -Fica nomeado como Presidente do Conselho Municipal do FETHAB, o **Sr. Cleverson Eduardo Allievi.**

Artigo 3º. Os membros constantes neste decreto são declarados empossados, entrando de imediato no uso de sua funções e respectivos cargos.

Artigo 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto n°. 013/2019 de 12 de abril de 2019, e Decreto n°. 015/2021 de 23 de março de 2021 e as demais disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Nova Maringá/MT, 12 de abril de 2021.

ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº. 151/2021

"Dispõe sobre a nomeação de Cargo Efetivo de Eletricista - Sr. VALDEIR SIQUEIRA DE ANDRADE"

ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE, Prefeita Municipal de Nova Maringá - MT, no uso de suas atribuições legais.

Considerando o art. 54, inciso I da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 8º, inciso II da Lei n.º 293/2003 e demais alterações, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Nova Maringá-MT.

RESOLVE:

Art. 1º – NOMEAR o Sr. **VALDEIR SIQUEIRA DE ANDRADE** portador do RG Nº. 1203719 SESDC/RO inscrito no CPF sob o n.º 017.753.992.57, ao cargo efetivo de Eletricista do Município de Nova Maringá-MT, a partir de 01 de Abril de 2021, até posterior deliberação.

Art. 2°- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos a 01 de Abril de2021,revogando todas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Nova Maringá – MT, 12 de Abril de 2021.

ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº. 153/2021

"Dispõe sobre a nomeação de Cargo Comissionado de Chefe de Departamento de Convenios e Prestação de Contas - Sr. ADRYAN NERI ALVES BERTE"

ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE, Prefeita Municipal de Nova Maringá - MT, no uso de suas atribuições legais.

Considerando o art. 54, inciso I da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 8º, inciso II da Lei n.º 293/2003 e demais alterações, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Nova Maringá-MT.

RESOLVE:

Art. 1º – NOMEAR o Sr. **ADRYAN NERI ALVES BERTE** portador do RG Nº. 28360532 SESP/MT inscrito no CPF sob o n.º 082.026.351.60, ao cargo comissionado de CHEFE DO DEPARTAMENTO DE CONV. E PRES. DE CONTAS do Município de Nova Maringá-MT, a partir de 07 de Abril de 2021, até posterior deliberação.

Art. 2°- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos a 07 de Abril de2021,revogando todas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Nova Maringá – MT, 12 de Abril de 2021.

ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº. 152/2021

"Dispõe sobre a nomeação de Cargo Efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais - Sra. LUCIANA DA SILVA"

ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE, Prefeita Municipal de Nova Maringá - MT, no uso de suas atribuições legais.

Considerando o art. 54, inciso I da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 8º, inciso II da Lei n.º 293/2003 e demais alterações, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Nova Maringá-MT.

RESOLVE:

Art. 1º – NOMEAR o Sra. **LUCIANA DA SILVA** portadora do RG Nº. 709354 SESDC/RO inscrita no CPF sob o n.º 709.902.632.15, ao cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS do Município de Nova Maringá-MT, a partir de 01 de Abril de 2021, até posterior deliberação.

Art. 2°- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos a 01 de Abril de2021,revogando todas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Nova Maringá – MT, 12 de Abril de 2021.

ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº. 155/2021

"Dispõe sobre a nomeação de Cargo Efetivo de Tecnico Adm Educacional-Monitor - Sra. LUCIANA DA SILVA"

ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE, Prefeita Municipal de Nova Maringá - MT, no uso de suas atribuições legais.

Considerando o art. 54, inciso I da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 8º, inciso II da Lei n.º 293/2003 e demais alterações, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Nova Maringá-MT.

RESOLVE:

Art. 1º – NOMEAR o Sra. **ISABELA FERREIRA DA SILVA BORBA** portadora do RG Nº. 26723883 SSP/MT inscrita no CPF sob o n.º 703.635. 171.38, ao cargo efetivo de TECNICO ADMINIST EDUCACIONAL - MONITOR do Município de Nova Maringá-MT, a partir de 12 de Abril de 2021, até posterior deliberação.

Art. 2°- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando todas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Nova Maringá – MT, 12 de Abril de 2021.

ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

CAMARA MUNICIPAL
RETIFICAÇÃO DE PORTARIA

A Câmara Municipal de Nova Monte Verde vem a público fazer alterações na publicação da seguinte portaria:

Na edição do Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, n° 3.705 de 12/04/2021, página 511 onde se lê:

PORTARIA N° 017/2021

Leia-se:

PORTARIA N° 018/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA NAZARÉ

PREFEITURA/LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2021

REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeitura Municipal de Nova Nazaré-MT, através de seu Pregoeiro Oficial, torna público o **Registro de preços para futura e eventual aquisição de escavadeira hidráulica conforme contrato de repasse nº 871934/2018/MAPA/CAIXA, por intermédio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento,** conforme especificações do edital e anexos,na modalidade **Pregão Presencial** no dia **26/04/2021 às 08h30min** (**Horário de Brasília**) na sala de licitações. Este pregão será regido pela Lei Federal 10520/2002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, suas alterações e demais disposições aplicáveis.**Os interessados poderão solicitar e retirar o edital completona Prefeitura Municipal de Nova Nazaré/MT - podendo ser retirado pessoalmente,** por telefone (66) – 3467.1019, no horário das 07h00min às 12h00min, através do e-mail **licitacaonovanazare@hotmail.com** ou no endereço eletrônico **www.novanazare.mt.gov.br.**

Nova Nazaré-MT, 12 de Abril de 2021.

ENOQUE DE SOUSA LIMA

Pregoeiro Oficial

PREFEITURA
DECRETO Nº. 3087 DE 12 DE ABRIL DE 2021.

DECRETO Nº. 3087 DE 12 DE ABRIL **DE 2021.**

"Dispõe sobre a Convocação de Candidatos Classificados Processo Seletivo Simplificado– Edital n° 001/2021 e da outras providências."

O Srº *JOÃO TEODORO FILHO,* Prefeito Municipal de Nova Nazaré, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, considerando o interesse público e a necessidade da Administração Pública Municipal;

Considerando ainda o Decreto Municipal nº. 3056 de 18 de FEVEREIRO de 2.021 e o Edital de n° 001/2021.

DECRETA

Art. 1º - Fica convocado o candidato a seguir relacionado com respectivo cargo.

Nº DA INSCRIÇÃO	VIGIA	Prova Objetiva	Classificação Final
04	JOAO HENRIQUE SOUZA GONÇALVES	67,5	APROVADO

Art. 2º. O não comparecimento do candidato ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal no prazo de 30 (trinta) dias a partir da publicação deste Decreto implicará na nulidade do ato que o convocou, abrindo vaga para o candidato subsequente na ordem de classificação.

Art. 3º - O candidato convocado deverá apresentar no prazo máximo estabelecido no artigo 2º, os seguintes documentos:

a) cópia da cédula de identidade;

b) cópia do cadastro de pessoa física - CPF/MF;

c) cópia do título de eleitor e certidão de quitação eleitoral;

d) cópia do reservista ou documento equivalente (quando sexo masculino);

e) cópia da certidão de casamento ou nascimento;

f) cópia da certidão de nascimento dos filhos;

g) cópia da carteira de vacinação dos filhos de 0 a 7 anos ou declaração de frequência escolar dos filhos acima de 07 anos até 14 anos;

h) cópia do certificado de escolaridade exigida pelo cargo;

i) certificado de Comprovação para as especialidades, pós-graduação e cursos de qualificação, conforme os casos apresentados no ato da inscrição;

j) cópia da carteira profissional no caso de profissão regulamentada;

k) cópia do comprovante de inscrição no PIS/PASEP, exceto se nunca fora inscrito;

l) cópia do comprovante de residência;

m) número de conta corrente para pagamento

Art. 4º - A nomeação será feita exclusivamente no Regime Especialmente Administrativo, nos termos deste Edital, e no que tange a relação previdenciária aplica-se o Regime de Previdência Social (INSS).

Parágrafo Único - A jornada de trabalho é aquela definida no referido Edital.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Nova Nazaré - MT em 12 de ABRIL

de 2.021.

JOÃO TEODORO FILHO

Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA NAZARÉ – MT EXTRATOS DOS CONTRATOS DO MÊS DE MARÇO DE 2021

.

CONTRATO N°: 019/2021

BENEFICIARIO: ODVALDO RIBEIRO DA SILVA - EIRELLI

OBJETO: fornecimento de madeiras serradas para atender as necessidades das Secretarias Municipais de Nova Nazaré.

VALOR R$: 234.900,00.

VIGÊNCIA: 01/03/2021 A 01/03/2022.

CONTRATO N°: 020/2021

BENEFICIARIO: LEOPOLDO MAURICIO MAYERON ROBERTO.

OBJETO: Coleta de lixo, na região dos Pesqueiros do Rio das Mortes, 04 (quatro) vezes por mês.

VALOR R$: 11.000,00

VIGÊNCIA: 04/03/2021 A 31/12/2021

CONTRATO N°: 021/2021

BENEFICIARIO: PEDRO ALBERTO SOARES AS SILVA.

OBJETO: Coleta de lixo, na região da Balsa (rio manso) e na Aldeia Tritopa, 04 (quatro) vezes por mês..

VALOR R$: 11.000,00.

VIGÊNCIA: 04/03/2021 A 31/12/2021.

CONTRATO N°: 022/2021

BENEFICIARIO: ALMEIDA FILHO E CHAVES MARTINS LTDA .ME.

OBJETO: fornecimento de peças e acessórios originais e/ou genuínos, para manutenção preventiva e corretiva da frota do Município de Nova Nazaré-MT,.

VALOR R$: 230.700,00

VIGÊNCIA: 09/03/2021 A 09/03/2022

CONTRATO N°: 023/2021

BENEFICIARIO: BIELMAQ COMERCIO DE PEÇAS PARA MAQUINAS LTDA,

OBJETO: fornecimento de peças e acessórios originais e/ou genuínos, para manutenção preventiva e corretiva da frota do Município de Nova Nazaré-MT.

VALOR R$: 127.800,00

VIGÊNCIA: 09/03/2021 A 09/03/2022

CONTRATO N°: 024/2021

BENEFICIARIO IDEAL COMERCIO DE AUTO PEÇAS

OBJETO: fornecimento de peças e acessórios originais e/ou genuínos, para manutenção preventiva e corretiva da frota do Município de Nova Nazaré-MT.

VALOR R$: 314.250,00

VIGÊNCIA: 09/03/2021 A 09/03/2022

CONTRATO N°: 025/2021

BENEFICIARIO: SÓ PESADO COMERCIO DE PEÇAS LTDA

OBJETO: fornecimento de peças e acessórios originais e/ou genuínos, para manutenção preventiva e corretiva da frota do Município de Nova Nazaré-MT.

VALOR R$: 382.000,00

VIGÊNCIA: 09/03/2021 A 09/03/2022

CONTRATO N°: 026/2021

BENEFICIARIO: TNOVE COMERCIO DE PEÇAS EIRELI.

OBJETO: fornecimento de peças e acessórios originais e/ou genuínos, para manutenção preventiva e corretiva da frota do Município de Nova Nazaré-MT.

VALOR R$: 230.400,00

VIGÊNCIA: 09/03/2021 A 09 /03/2022

CONTRATO N°: 027/2021

BENEFICIARIO: TRICATE COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATORES EIRELI.

OBJETO: fornecimento de peças e acessórios originais e/ou genuínos, para manutenção preventiva e corretiva da frota do Município de Nova Nazaré-MT.

VALOR R$: 384.000,00

VIGÊNCIA: 09/03/2021 A 09/03/2022

CONTRATO N°: 028/2021

BENEFICIARIO: ELÉTRICA LUZ COMERCIAL DE MATERIAIS ELETRICOS EIRELI.

OBJETO: fornecimento de diversos materiais elétricos.

VALOR R$: 42.000,00

VIGÊNCIA: 11/03/2021 A 11/03/2022

CONTRATO N°: 029/2021

BENEFICIARIO: JOÃO HENRIQUE SOUZA GONÇALVES 00520099125.

OBJETO: contratação de empresa para serviços de borracheiro para a manutenção de veículos, máquinas leves e pesadas, caminhões, ônibus, micro-ônibus, caminhonetes, dentre outros, sem o fornecimento de peças e/ou materiais de consumo para atender as necessidades das Secretarias Municipais de Nova Nazaré-MT.

VALOR R$: 42.000,00

VIGÊNCIA: 16/03/2021 A 16/03/2022

CONTRATO N°: 030/2021

BENEFICIARIO: LUIZ CESARIO DA SILVA 24038300110.

OBJETO: contratação de empresa para serviços de mecânico eletricista para a manutenção de veículos, máquinas leves e pesadas, caminhões, ônibus, micro-ônibus, caminhonetes, dentre outros, sem o fornecimento de peças e/ou materiais de consumo para atender as necessidades das Secretarias Municipais de Nova Nazaré-MT.

VALOR R$: 36.000,00

VIGÊNCIA: 16/03/2021 A 16/03/2022

CONTRATO N°: 031/2021

BENEFICIARIO: DIVINA SANTANA DA SILVA 91634253191.

OBJETO: contratação de empresa para uma cozinheira para a confecção de lanches e refeições diariamente para a manutenção dos programas do CRAS da Assistência Social de Nova Nazaré-MT.

VALOR R$: 30.000,00

VIGÊNCIA: 17/03/2021 A 17/02/2022

CONTRATO N°: 032/2021

BENEFICIARIO: DIEGO LAUTARO ALCIR MAGALHAES DE LA BARRA

OBJETO: educador musical para aulas de violão, canto, teclado, contrabaixo, guitarra, bateria e fanfarra, das Secretarias Municipais de Educação/Cultura e Assistência Social de Nova Nazaré-MT.

VALOR R$: 54.000,00

VIGÊNCIA: 17/03/2021 A 17/ 03/2022

CONTRATO N°: 033/2021

BENEFICIARIO: INFOGED – GERENCIAMENTO E ESCANEAMENTO DE DOCUMENTOS LTDA.

OBJETO: fornecimento de tablet's para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde

VALOR R$: 18.599,85

VIGÊNCIA: 17/03/2021 A 17/03/2022

CONTRATO N°: 034/2021

BENEFICIARIO: SERGIO ANTONIO DE ALMEIDA 59870443168.

OBJETO: prestação de serviços de transporte de cascalho (terra) com caminhão basculante, com todas as despesas (óleo diesel, lubrificantes, filtros, pneus, manutenção mecânica, elétrica, etc) e motorista por conta do contratado.

VALOR R$: 240.000,00

VIGÊNCIA: 17/03/2021 A 17/03/2022

CONTRATO N°: 035/2021

BENEFICIARIO: CONTRULARES MATERIAIS PARA CONSTRUÇAO EIRELI.

OBJETO: fornecimento de Cimento para manutenção predial e outras atividades das Secretarias Municipais.

VALOR R$: 72.000,00

VIGÊNCIA: 18/03/2021 A 18/03/2022

CONTRATO N°: 036/2021

BENEFICIARIO: FERNANDO DIDOMENICO COMERCIO - ME.

OBJETO: fornecimento de recargas de oxigênio (gás medicinal) para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

VALOR R$: 75.340,00

VIGÊNCIA: 18/03/2021 A 18 /03/2022

CONTRATO N°: 037/2021

BENEFICIARIO: RAFAEL AUGUSTI GABRIEL.

OBJETO: contratação de pessoa física com formação superior em enfermagem para a prestação de serviços temporários como enfermeira para o enfrentamento do COVID-19 para atender as necessidades do Pronto Atendimento 24 horas de Nova Nazaré-MT.

VALOR R$: 31.677,18

VIGÊNCIA: 25/03/2021 A 25/09/2021

CONTRATO N°: 038/2021

BENEFICIARIO: MARIA LUCIA DE OLIVEIRA SILVA

OBJETO prestação de serviços como instrutora de cursos junto a Secretaria Municipal de Assistência Social -MT.

VALOR R$: 14.000,00

VIGÊNCIA: 25/03/2021 A 25/10/2022

CONTRATO N°: 039/2021

BENEFICIARIO: PRYCILLA DE SOUZA PEDROSO.

OBJETO: contratação de pessoa física com formação superior em enfermagem para a prestação de serviços temporários como enfermeira para

o enfrentamento do COVID-19 para atender as necessidades do Pronto Atendimento 24 horas de Nova Nazaré-MT.

VALOR R$: 35.157,18

VIGÊNCIA: 25/03/2021 A 25/09/2021

CONTRATO N°: 040/2021

BENEFICIARIO: CONSTRULARES MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO EIRELI.

OBJETO: fornecimento de diversos materiais elétricos.

VALOR R$: 72.618,00

VIGÊNCIA: 29/03/2021 A 29/03/2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA

LICITAÇÃO
EXTRATO:

PRIMEIRO TERMO DE REAJUSTE FINANCEIRO Nº 27/2021 PROCESSO ADMINISTRATIVO 98/2021 PMNO, REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 40/2020, E SUA RESPECTIVA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 12000040/2020.

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA- MT inscrita no CNPJ. Sob n. º 03.238.920/0001-30, com sede na Rua Wilson de Almeida, N.º 259-S, Ouro verde, nesta cidade, nesta cidade, neste ato representada por seu Prefeito Municipal o Senhor **JOSÉ ELPÍDIO DE MORAES CAVALCANTE,** brasileiro, casado, portador do Documento de Identidade RG sob N.º 250859 SSP/AL e do CPF 099.414.364-87, residente e domiciliado a Rua Vinte e Oito, Nº 295, Bairro Jardim das Oliveiras, Cep: 78.370-000, na cidade de Nova Olímpia-MT.

CONTRATADA: IGUAÇU COMERCIO DE GAS LTDA-ME, cadastrada no CNPJ sob N. º 12.835.034/0001-85, Inscrição Estadual N.º 13406719-3, Bairro Santa Rosa, com sede à Rua José Alves Leão, Jardim Santa Rosa, Cep: 78.370-000 em Nova Olímpia-MT, neste ato representada pela Senhora: Rosilda Costa Flores dos Santos, brasileira, casada, comerciante, CPF 025.421.509-23, RG 82861572 SSP/PR.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇAO DE MATERIAL DE LIMPEZA, HIGIENIZAÇAO, DESCARTAVEIS E AFINS DESTINADOS AOS ORGAOS PUBLICOS MUNICIPAIS DO MUNICIPIO DE NOVA OLIMPIA/MT

FUNDAMENTO LEGAL: Clausula Sexta da ata RP 1200040/2020 que alínea “d” do inciso II E **§ 1o**do caput do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

MOTIVO: Alterar a clausula quarta do preço ata de registro de preço nº 1200040/2020/PMNO Referente pregão presencial nº 040/2020, repactuando o preço registrado conforme justificativa, pesquisa de preço e comprovação de aumento de valor praticado atualmente.

VALOR UNITARIO PASSARÁ A SER COMO INDICATIVO TABELA ABAIXO:

ITEM	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO ATUAL	PERCENTUAL DE SUPRESSAO DE PREÇO	VALOR UNITÁRIO REAJUSTADO
1152 1481	un	Copo descartável- de poliestireno , para liquido com capacidade de 180 ml, acondicionado em embalagem com 100 copos.	R$ 2,30	74%	R$ 4,00
1225 1329 1410 1552 1717 1882 2021 2065	caixa	Copo descartável- de poliestireno , para liquido com capacidade de 180 ml, acondicionado em embalagem com 100 copos.	R$ 54,50	74%	R$94.83

VIGENCIA: 12/04/2021 ATE 17/11/2021.

Nova Olímpia/MT, 12 de abril de 2020.

JOSÉ ELPÍDIO DE MORAES CAVALCANTE

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÃO
AVISO DE RETIFICAÇAO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRONICO Nº001/2021/PMNO

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 083/2021/PMNO

O município de Nova Olímpia - Mato Grosso, através da Pregoeira devidamente instituída, torna público para conhecimento dos interessados, que **RETIFICA** a Licitação na Modalidade PREGÃO ELETRONICO SRP Nº. 001/2021/PMNO, para seleção da melhor proposta pelo MENOR PREÇO POR ITEM, tendo como objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇAO DE VEICULOS E MOTOCICLETAS ZERO QUILOMETRO DESTINADOS AO MUNICIPIO DE NOVA OLIMPIA/MT. **As alterações encontra-se em destaque no edital retificado de licitação disponível na integra no site da prefeitura municipal de Nova Olímpia/MT.** A Abertura do certame está prevista para as **08h00min do dia 28 de ABRIL de 2021**.As especificações detalhadas encontram-se em anexo acompanhando o edital da licitação. O edital completo poderá ser obtido pelos interessados através do site **www.novaolimpia.mt.gov.br**. As duvidas sobre o certame será dirimidas no departamento de licitações de segunda a sexta-feira no prédio da prefeitura municipal de nova Olímpia localizado na Rua Wilson de Almeida 259 S- Jardim Ouro Verde, no horário de 07:00 às 13: horas, ou contatar pelo telefone (65) 3332-1130.

Nova Olímpia/MT, 12 de abril de 2021.

Eliete Silva

Pregoeira Oficial

Port. 072/2020

LICITAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 129 DE 05 DE ABRIL DE 2021

“QUE DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL”

José Elpídio de Moraes Cavalcante, Prefeito Municipal de Nova Olímpia, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais que lhe são inerentes por Lei, expede a seguinte Portaria,

R E S O L V E N D O:

Art. 1º - Ficam nomeados para ocuparem o cargo de acompanhamento e fiscalização da execução contratual de acordo com os termos do art. 67 da Lei nº 8.666/1993, os servidores abaixo relacionados:

NOME	SECRETARIA	CONTRATO/ ATA RP	OBJETO
FISCAL: ANTONIO FERNANDO LEMOS SOARES CPF: 11007702168 SUPLENTE: JESSICA AQUINO DE OLIVEIRA CPF: 01309550190	SECRETARIA SAÚDE	CARTA CONVITE PARA PRESTACAO DE SERVICOS PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 076/2021/PMNO	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO DE SOFTWARE MEDIANTE LICENÇA DE USO, SERVIÇOS DE SUPORTE TÉCNICO ESPECIALIZADO, MANUTENÇÃO E CONFIGURAÇÃO PÁRA A AREA DE GESTAO EM SAUDE INTEGRÁDAS COM ÁS ARESA DE GESTAO HOSPITALAR CONTEMPLANDO O PRONTO ATENDIMENTO INTERNAÇOES CLINICAS GESTAO DO LABORATORIO CENTRO DE ESPECIALIDADES CENTRO DE REABILITAÇAO FARMACIA CENTRAL E CAF RELACIONADOS NO TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL
FISCAL: THEREZA THOMAZIA ANTUNES BEZERRA DE LIMA CPF: 01963035160 SUPLENTE: MARCIA ANDREIA SEGABINAZI SCHEFFER CPF: 83024310100	SECRETARIA DE ASSISTENSENCIA SOCIAL	CHAMAMNETO PUBLICO-Nº. 003/2021/PMNO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 073/2021/PMNO	CREDENCIAMENTO DE PESSOA FÍSICA PARA COMPOR A EQUIPE DE PROFISSIONAIS DOS PROGRAMAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA-MT
FISCAL : RONALDO ROCHA DOS SANTOS CPF: 61652270159 SUPLENTE: ERISON BARROS CAMPOS CPF: 88208273104	SECRETARIA FINANÇAS	CARTA CONVITE PARA PRESTACAO DE SERVICOS PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 074/2021/PMNO	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA ACOMPANHAMENTO E GERENCIAMENTO NA FORMAÇÃO DO VALOR ADICIONADO E COMPOSIÇÃO DO ÍNDICE DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS NA DISTRIBUIÇÃO DA COTA PARTE DOS IMPOSTOS SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS NO ESTADO DE MATO GROSSO, ACOMPANHAMENTO E GERENCIAMENTO DAS DECLARAÇÕES, DADOS DO ITR, NOTIFICAÇÕES, PAGAMENTO, RECURSOS ADMINISTRATIVOS SOBRE O ITR (IMPOSTO TERRITORIAL RURAL) JUNTO A RECEITA FEDERAL DO BRASIL, PARA A ARRECADAÇÃO E RECUPERAÇÃO DO IMPOSTO, VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ECONOMIA E FINANÇAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLIMPIA –MT.
FISCAL: JESSICA AQUINO DE OLIVEIRA CPF: 01309550190 SUPLENTE: MARCIA FATIMA DE JESUS PADILHA CPF: 63325098053	SECRETARIA DE SAUDE	DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 008/2021/PMNO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 84/2021/PMNO	CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE (ENFERMEIRA) POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDIMENTO NA UNIDADE MISTA DE SAUDE NO MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA/MT
FISCAIS: LUCIANA DE FREITAS ALVES CPF: 45989966172 HENRIQUE ROBERTO RIVELINO CORREIA DA SILVA CPF: 05855777146 LUCIMAR PEREIRA DE CARVALHO NASCIMENTO CPF: 93739737115 THEREZA THOMAZIA ANTUNES BEZERRA DE LIMA CPF: 01963035160 SUPLENTES: ANÉZIO GONÇALVES CPF: 40621189120 JAMIR RODRIGUES DOS SANTOS CPF: 51441535187 PEDRO MIGUEL DA SILVA CPF: MARCIA ANDREIA SE-	SECRETARIA 02 CHEFIA DO EXECUTIVO- 03 ADMINISTRAÇÃO- 04 FINANÇAS- 05 EDUCAÇÃO- 06 SAUDE- 07 ASSISTENCIA SOCIAL- 08 OBRAS 09 AGRICULTURA- 11 DES. INDUSTRIA E COMERCIO – 12-PLANEJAMENTO	PREGÃO PRESENCIAL Nº020/2021/PMNO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 086/2021/PMNO	REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS (DIESEL COMUM E DIESEL S10 DESERTOS NO PREGAO 08/2021) DESTINADOS A FROTA DE VEÍCULOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLIMPIA-MT.

GABINAZI SCHEFFER CPF: 83024310100			
FISCAL: ROBSON DA SILVA OLIVEIRA CPF: 05801415190 LUCIANA DE FREITAS ALVES CPF: 45989966172 LUCIMAR PEREIRA DE CARVALHO NASCIMENTO CPF: 93739737115 THEREZA THOMAZIA ANTUNES BEZERRA DE LIMA CPF: 01963035160 SUPLENTE: ELIZETE MARIA DA SILVA CPF: 97488607104 PEDRO MIGUEL DA SILVA MARCIA ANDREIA SEGABINAZI SCHEFFER CPF: 83024310100	SECRETARIA 03 ADMINISTRAÇÃO- 05 EDUCAÇÃO- 06 SAUDE- 07 ASSISTENCIA SOCIAL- 08 OBRAS 09 AGRICULTURA- 12-PLANEJAMENTO	PREGÃO PRESENCIAL Nº021/2021/PMNO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 089/2021/PMNO	REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇAO DE MATERIAL DE CONSTRUÇAO E HIDRAULICO PARA A MANUTENÇÃO DOS ÓRGÃOS PUBLICOS MUNICIPAIS DE NOVA OLIMPIA/MT.
FISCAL: ALMIR ROGERIO BARBOSA CPF: 61596329149 ANÉZIO GONÇALVES CPF: 40621189120 SUPLENTE: LUIZ ANTONIO FLORES CPF: 48882275191 LUCIANA DE FREITAS ALVES CPF: 45989966172	SECRETARIA 03 ADMINISTRAÇÃO- 05 EDUCAÇÃO- 06 SAUDE- 07 ASSISTENCIA SOCIAL- 08 OBRAS 09 AGRICULTURA- 12-PLANEJAMENTO	PREGÃO PRESENCIAL Nº022/2021/PMNO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 090/2021/PMNO	REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇAO DE LUBIFICANTES E FILTROS DESTINADOS A MANUTENÇAO DA FROTA DE VEÍCULOS DE NOVA OLIMPIA/MT
FISCAL: ANTONIO FERNANDO LEMOS SOARES CPF: 11007702168 SUPLENTE: FABIO JUNIOR VIEIRA SILVA CPF: 00813188121	SECRETARIA 06 SAUDE	PREGÃO PRESENCIAL Nº023/2021/PMNO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 094/2021/PMNO	REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇAO DE MATERIAIS E INSUMOS LABORATORIAIS PARA O LABORATÓRIO MUNICIPAL DO MUNICIPIO DE NOVA OLIMPIA/MT.
FISCAL: ELIZETE MARIA DA SILVA CPF: 97488607104 SUPLENTE: CLEONICE APARECIDA DA SILVA W. SOLTYS CPF: 00546476147	SECRETARIA 06 SAUDE	PREGÃO PRESENCIAL Nº024/2021/PMNO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 095/2021/PMNO	REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA (CASA DE APOIO COM PLACA, PAINEL OU LETREIRO) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM, TRANSPORTE E FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES PARA PACIENTES, E SEUS ACOMPANHANTES QUANDO FOR O CASO, EM TRATAMENTO DE SAUDE NA CIDADE DE CUIABÁ E VÁRZEA GRANDE.

Art.2º - Os servidores ora nomeados não farão jus a gratificação ou remuneração especial, por se tratar de serviços relevantes prestados ao Município.
Art.3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal em Nova Olímpia – MT, 05 de abril de 2021.

José Elpídio de Moraes Cavalcante

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
AVISO DE RETIFICAÇAO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS -PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

TOMADA DE PREÇOS Nº 007/2021/PMNO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 067/2021/PMNO

O município de Nova Olímpia **-** Mato Grosso,através da CPL devidamente instituída pela portaria 093/2021, torna público para conhecimento dos interessados, que que RETIFICA o edital de Licitação na Modalidade **TOMADA DE PREÇOS -PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 007/2021/PMNO,** para seleção da melhor proposta pelo **MENOR PREÇO GLOBAL ,** tendo como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇAO DE DRENAGEM DE AGUAS PLUVIAIS NA AVENIDA OLACIR DE MORAES NO MUNICIPIO DE NOVA OLIMPIA-MT. **As alterações encontra-se em destaque no edital retificado de licitação disponível na integra no site da prefeitura municipal de Nova Olímpia/MT.** A Abertura do certame está prevista para as **08h00min do dia 29 de abril de 2021**.As especificações detalhadas encontram-se em anexo acompanhando o edital da licitação. O edital completo poderá ser obtido pelos interessados através do site **www.novaolimpia.mt.gov.br**. As duvidas sobre o certame será dirimidas no departamento de licitações de segunda a sexta-feira no prédio da prefeitura municipal de nova Olímpia localizado na Rua Wilson de Almeida 259 S- Jardim Ouro Verde, no horário de 07:00 às 13: horas, ou contatar pelo telefone (65) 3332-1130.

Nova Olímpia/MT, 12 de abril de 2021.

GIVALDO VALERIO DOS SANTOS FILHO

Presidente Da CPL

LEI MUNICIPAL N° 1.213 DE 09 DE ABRIL DE 2021.

Autoriza o Poder Executivo a abertura de crédito adicional Especial no orçamento vigente, e dá outras providencias;

JOSÉ ELPÍDIO DE MORAES CAVALCANTE, Prefeito Municipal de Nova Olímpia, considerando o disposto pelo § 2º, do Art. 167 da Constituição Federal, combinado com o estabelecido no inciso II, Art. 41 da Lei federal nº. 4.320/64, faz saber que a Câmara Municipal de Nova Olímpia, aprova e ele **sanciona** a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizado a abertura de crédito Adicional Especial no orçamento vigente, Lei Municipal nº 1.206/2020, no valor de R$ 30.000,00 (Trinta Mil Reais), a ser consignado nas seguintes Dotações Orçamentárias:

ÓRGÃO	01	Câmara Municipal	
Unidade	001	Presidência da Câmara Municipal	
Função	01	Legislativa	
Sub-Função	031	Ação Legislativa	
Programa	0001	Câmara Cidadã	
Atividade	1.001	Aquisição de Moveis e Equipamentos para o Legislativo	
Elemento Despesa	**Descrição**	**Fonte**	**R$ Valor**
44.90.51.00.00.00	Obras e Instalações	**1.00.00000**	**30.000,00**

Art. 2º - Para amparar o crédito aberto no artigo anterior, serão utilizados os recursos do Art. 43, inciso III da Lei Federal nº. 4.320/1964, provenientes da anulação total e ou parcial das seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO	01	Câmara Municipal		
Unidade	002	Secretaria Geral da Câmara Municipal		
Função	01	Legislativa		
Sub-Função	031	Ação Legislativa		
Programa	0001	Câmara Cidadã		
Atividade	2.003	Subsidiar e Desenvolver as Atividades Legislativa		
Elemento Despesa	**Descrição**		**Fonte**	**R$ Valor**
33.90.14.00.00.00	Diárias - Civil		**1.00.00000**	**8.704,50**
33.90.93.00.00.00	Indenizações e Restituições		**1.00.00000**	**4.720,50**

ÓRGÃO	01	Câmara Municipal	
Unidade	002	Secretaria Geral da Câmara Municipal	
Função	01	Legislativa	
Sub-Função	031	Ação Legislativa	
Programa	0001	Câmara Cidadã	
Atividade	2.006	Divulgação e Publicidade de atos e Assuntos de Interesse Publico	
Elemento Despesa	**Descrição**	**Fonte**	**R$ Valor**
33.90.39.00.00.00	Outros Serviços Terceiros – Pessoa Jurídica	**1.00.00000**	**16.575,00**

Art. 3º - Autoriza à inclusão da programação orçamentária que trata o artigo 1º desta lei, ao Anexo de Metas e Prioridades da Lei Municipal n°. 1.203/2020, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2020 - LDO, e na Lei Municipal nº. 1.112/2017, Plano Plurianual 2018/2021.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Olímpia – MT, em 09 de abril de 2021.

JOSÉ ELPÍDIO DE MORAES CAVALCANTE

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO GARI

Nova Santa Helena/MT. 12 de abril de 2.021.

CONVOCAÇÃO

Prezado Senhor,

O Prefeito Municipal de Nova Santa Helena, Exmo. Senhor Paulinho Bortolini, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao disposto no

artigo 4º, parágrafos 1º e 2º da Lei Municipal n.º 010 de 17 de janeiro de 2. 001 e suas Leis posteriores, e, considerando o resultado final do **Processo Seletivo Simplificado 001/2021** de Provas e Provas e Títulos, para o provimento de cargos e cadastro reserva no quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena, realizado em 31 de janeiro de 2.021, vem à presença de V. Senhor., nos termos da legislação em vigor, tendo em vista a sua aprovação para o Cargo de **GARI**, CONVOCÁ-LO a comparecer na sede da Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, sito na Praça João Alberto Zaneti s/n.º, para tomar posse ao cargo supra Processo Seletivo Simplificado 001/2021, munida dos seguintes documentos, **sob pena de ser considerada desistente**:

1. Documento de identidade - 1 (uma) cópia autenticada;

2. CPF - 1 (uma) cópia autenticada;

3. Título eleitoral 1 (uma) cópia autenticada;

4. Carteira de Trabalho e Previdência Social 1 (uma) cópia autenticada;

5. Certificado de reservista ou Certificado de Dispensa de Incorporação - 1 (uma) cópia autenticada (se candidato do sexo masculino);

6. Comprovação que está quite com as obrigações eleitorais.

7. PIS ou PASEP - 1 (uma) cópia, no caso de já ter sido empregado;

8. Comprovante de endereço;

9. Comprovação da Escolaridade e os respectivos registros nos órgãos fiscalizadores quando exigidos, 1 (uma) cópia autenticada;

10. Certidão de nascimento ou casamento - 1 (uma) cópia autenticada;

11. Certidão de nascimento dos filhos - 1 (uma) cópia autenticada;

12. CPF dos dependentes- 1 (uma) cópia autenticada;

13. Certidão negativa da justiça (civil e criminal) das cidades onde o(a) candidato(a) tenha residido nos últimos cinco anos;

14. Declaração que responde ou não a inquérito policial e a processo administrativo disciplinar;

15. Declaração de bens e valores que compõem seu patrimônio;

16. Declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública;

17. Declaração de que não foi exonerado com justa causa e a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) anos, nas esferas federal, estadual e municipal.

18. Declaração de não acumulação ilegal de cargo e emprego público;

19. Certidão Negativa de Débito Fiscal junto ao Município;

20. (uma) foto 3x4 recente;

21. Atestado de Sanidade Física e Mental expedido por Órgão Oficial;

22. Comprovar a Qualificação Cadastral junto ao sistema e-social do Governo Federal.

23. Das declarações exigidas, modelos serão disponibilizados pelo Departamento de Recursos Humanos aos(as) candidatos(as) para a efetiva posse.

24. O(a) candidato(a) que não atender a convocação para apresentar a documentação citada no prazo estabelecido será considerado(a) eliminado(a.

Após a posse, o(a) candidato(a) será lotado(a) na unidade da Estrutura Administrativa, desde que seja compatível com o cargo concorrido, observado o interesse da Administração e a legislação vigente, exceto aos cargos previamente definidos.

Atenciosamente,

PAULINHO BORTOLINI

Prefeito Municipal

Ilustríssimo Senhor

ALEX SANDRO PEREIRA ALVES RG Nº 2664178-0 SSP/MT

Nova Santa Helena – MT.

CIENTE: .....

EM_____/_____/_____

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 168/2021

EXMO. PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, ESTADO DE MATO GROSSO, PAULINHO BORTOLINI, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLVE

Art. 1º Nomear o Srº **EDIVAN DE JESUS DA SILVA,** portador da Cédula de Identidade RG nº. 2394674-1 SSP/MT e do CPF nº. 045.538.811-36 para exercer o cargo de Secretário Municipal de Indústria e Comércios, a partir desta data.

.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, 12 de abril de 2021.

PAULINHO BORTOLINI

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE.

Publicado e afixado no mural desta Prefeitura Municipal no período de 12/04/2021 a 12/05/2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ

PORTARIA Nº. 0319/2021

PORTARIA Nº. 0319/2021

DATA: 09 DE ABRIL DE 2021

EDEGAR JOSÉ BERNARDI, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

ART.1º. EXONERAR a pedido o Sr. **ADINÃ GERALDO BETT,** portador do RG nº. 793872 SSP/MT e CPF nº. 903.832.811-72, efetivo no cargo de **MOTORISTA,** lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social.

ART. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ART.3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, em 09 de abril de 2021.

EDEGAR JOSÉ BERNARDI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

FRANCINE OLIVEIRA

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº. 0318/2021

PORTARIA Nº. 0318/2021

DATA: 07 DE ABRIL DE 2021

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A AVERBAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO DA SERVIDORA DIVA FARIAS".

O SRº. EDEGAR JOSE BERNARDI, PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA UBIRATA ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI E,

Considerando o art. 107, da Lei Complementar 061/2013 de 27 de maio de 2.015, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município,

Resolve,

Art. 1° - Averbar a Certidão de Tempo de Contribuição nº 08001290.1.00356/21-4, emitida pelo INSS- Instituto Nacional de Seguridade Social, a servidora **DIVA FARIAS.**

Certidão nº 08001290.1.00356/21-4

Período	Empregador	Tempo de Contribuição	Tempo de contribuição dias
01/07/1989 a 25/10/1997	J Martins Supermercados Planalto Ltda	8 anos ,3 meses, 25 dias	3.035 dias

Art. 2º - O período averbado compreende 3.035 dias, correspondendo a 8 anos, 3 meses e 25 dias.

Art. 3° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal em exercício de Nova Ubiratã, em 07 de abril de 2021.

EDEGAR JOSÉ BERNARDI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

FRANCINE OLIVEIRA

Secretária Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA

LICITAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 005/2.021

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA – MT, através do seu Prefeito Municipal **Sr. JOÃO MACHADO NETO**, comunica a todos os interessados que após todos os procedimentos necessários e de acordo com Parecer exarado pela Procuradoria Geral do Município, homologa e adjudica o Processo de Dispensa de Licitação nº 005/2.021, objetivando **AQUISIÇÃO DE EXTINTORES NOVOS E RECARGAS DE EXTITORES, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO**, com as especificações descritas no correspondente processo de contratação.

Nova Xavantina – MT, 12 de abril de 2.021.

JOÃO MACHADO NETO

Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 020/2021

PREGÃO: 009/2021 – REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO: 012/2021

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES, contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios - AMM.

Pelo presente instrumento, **A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE – ESTADO DE MATO GROSSO**, inscrita com o CNPJ sob o n. 03.238.888/0001-93, com sede administrativa na Rua Augusto de Souza, 171, Centro, na cidade de Novo Horizonte do Norte/MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. **Silvano Pereira Neves**, brasileiro, casado,empresário, residente e domiciliado neste Município, portador da Carteira de Identidade/RG n° 0625916-2 SSP/MT e inscrito no CPF sob o n° 503.521.641-15, **RESOLVE** registrar os preços da empresa, **CF COMERCIO ATACADISTA E REPRESENTAÇÃO DE SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA LTDA**, inscrita no **CNPJ: 37.200.096/0001-41**, localizada na Av. Rua Tenente Cipriano, nº 157, Bairro Centro - Norte, CEP: 78.110-610, no município de Várzea Grande, representada pela Sra. **CAMILA SILVA PAES DE BARROS**, portador do RG: 2666374-7 SEJSP/MT e CPF: 063.997.741-36, na quantidade estimada, de acordo com a classificação por ela alcançada por ITEM, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei 10.520/2002 e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir.

1 - DO OBJETO

1.1. Registro de Preços para futura e eventual aquisição de Produtos do Gênero Alimentício, Higiene e Limpeza, Copa e Cozinha e Utensílios Domésticos, para atendimento das diversas Secretarias Municipais e seus respectivos Departamentos, conforme especificado no anexo I – Termo de Referência do edital.

1.1.1. Este instrumento não obriga a Administração a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisições do(s) objeto(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

2 - DA VIGÊNCIA

2.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial.

3 - DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 O gerenciamento deste instrumento caberá a Administração, através de fiscal de contrato, no seu aspecto operacional e à Coordenadoria Jurídica de Licitações, nas questões legais.

4 – DO ITEM

4.1 Os Itens, as especificações, unidades, as quantidades, marcas, fornecedores, e os preços unitários que estão registrados nessa Ata de Registro de Preços, encontram-se indicados na tabela abaixo:

Item	Descrição dos itens	Unidade	Quant.	Marca	Valor unitário	Valor total
204	Cesto telado para roupa - em plástico, telado, medindo aproximadamente 60 litros, cores diversas.	Unidade	**37**	MERCOPLAST	38,24	1.414,88
275	Mega pano para limpeza, no mínimo 85% de algodão, panão cru, extra grande para limpeza pesada, medindo 78 cm x 88 cm.	Unidade	**484**	ECO	6,35	3.073,40
286	Panela numero 50 de 24,00 litros aluminio batido	Unidade	**11**	NCA	280,00	3.080,00
293	Papel higiênico folha simples picotado na cor branca, textura macia, medindo 60m x10 cm com 04 unidades	Unidade	**140**	FLORAX	3,32	464,80
294	Papel toalha interfolhado branco 20x21 cm com 1000 folhas para dispenser de alto poder de absorção.	Pacote	**1512**	SPECIAL	7,50	11.340,00
303	Removedor de sujeiras, detergente limpa pisos, concentrado, elimina sujeiras e encardidos sem danificar o piso. Embalagem de 2 litros.	Unidade	**407**	ALVO	8,59	3.496,13
311	Sabonete - líquido, neutro (ph entre 7,0 a 8,0), para higiene das maos, 1 litro.	Unidade	**362**	PLAB	8,56	3.098,72
				Total	**25.967,93**	
VINTE E CINCO MIL, NOVESCENTOS E SESSENTA E SETE REAIS E NOVENTA E TRÊS CENTAVOS.						

4.2. Os valores acima poderão eventualmente sofrer revisão (aumento ou decréscimos) nas seguintes hipóteses:

a) Para mais, visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial desta Ata, na hipótese de sobrevir fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior caso fortuito, fato do príncipe e fato da administração, nos termos do art. 65, II, “d” e § 5º da Lei 8.666/93;

b) Para menos, na hipótese do valor contratado ficar muito superior ao valor do mercado, ou, ainda, quando ocorrer o fato do príncipe previsto no art. 65, § 5º da Lei 8.666/93.

4.3. A revisão de preços será feita com fundamento em planilhas de composição de custos e/ou preço de mercado;

4.4. Nos preços supracitados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, etc.)

5. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. As quantidades descritas acima são meramente estimativas, podendo variar durante a vigência da ata de registro de preços, não cabendo a licitante vencedora do certame quaisquer direitos, caso não seja atingida a quantidade total durante o prazo da vigência da ata de registro de preços;

5.2. Não serão aceitos produtos fora das especificações constantes neste Termo de referência, produtos fora de sua embalagem original, em embalagens abertas e/ou danificadas que comprometam a qualidade do produto

5.3. Os gêneros alimentícios como frutas, verduras e legumes, deverão estar frescos, com boa aparência e devidamente embalados.

5.4. Os Gêneros alimentícios e de higiene e limpeza, com exceção de frutas, verduras e legumes quando da entrega deverão estar no mínimo com 80 (oitenta) % do prazo de validade**.**

6. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1. Se obriga a fornecer produtos de primeira qualidade, na sede da secretaria solicitante no prazo máximo de até 02 (dois) dias uteis da solicitação formal através de requisição emitida pelo órgão competente.

6.2. As solicitações de compra serão de forma fracionada, podendo essas solicitações serem diárias, semanais, quinzenais ou mensais de acordo com as necessidades da contratante.

6.3. A empresa arcara com todas as despesas de pessoal, equipamentos, produtos apropriados e também por danos ou defeitos que os veículos apresentem em decorrência da prestação dos serviços contratados.

6.4. A contratada apenas poderá fornecer os produtos com a devida autorização da secretaria solicitante mediante a apresentação de requisição emitida pelo órgão competente.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. Assinar a Ata com o órgão no prazo de **05 (cinco) dias corridos**, a contar da data do recebimento da convocação;

7.2. Após a homologação da licitação, **retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) dias**, contados do recebimento da convocação formal;

7.3. Realizar a entrega dos produtos/serviços nas quantidades, prazos e condições estabelecidas no anexo I – Termo de Referencia do edital;

7.4. Substituir, às suas expensas, no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, após notificação formal, os serviços executados em desacordo com as especificações deste Edital, seus anexos e com a respectiva proposta, ou que apresente vício de qualidade;

7.5. Atender, para o devido recebimento, ao que determina o Decreto 4.752, de 06 de agosto de 2002, no tocante a emissão da Nota Fiscal/Fatura;

7.6. A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes.

7.7. Se a licitante vencedora não cumprir o prazo do item **7.1.** ou recusar-se a retirar a nota de empenho, sem justificativa formalmente aceita pelo órgão, decairá do direito de fornecer o objeto adjudicado, sujeitando-se às penalidades constantes da Seção **12 e anexo I – Termo de Referencia do** Edital.

7.8. Se a licitante vencedora, injustificadamente, não apresentar situação regular no ato da feitura da nota de empenho, a sessão será retomada e os demais licitantes serão chamados, na ordem de classificação, para fazê-lo nas condições de suas respectivas ofertas, observado que a Pregoeiro examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor, sujeitando-se o desistente às penalidades constantes da Seção **12** e anexo I – Termo de Referencia do Edital.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. À Contratante se reserva o direito de não mais adquirir os produtos/serviços da Contratada caso esta não cumpra o estabelecido na presente Ata de registro de preços, cabendo ao infrator as penalidades previstas no edital, na Lei n. 10.520/02 e Lei n. 8.666/93;

8.2. Manter o efetivo controle do fornecimento de requisições, não se responsabilizando pelo pagamento dos produtos/serviços entregues sem a correspondente requisição;

8.3. Efetuar os pagamentos de acordo com a Cláusula nona;

8.4. Fiscalizar a utilização e a qualidade dos produtos/serviços entregues;

8.5. Denunciar as infrações e aplicar as penalidades cabíveis nos termos da clausula 13º (décima terceira) desta ata, da Lei n. 10.520/02 e Lei n. 8.666/93.

8.6. A Contratante fica obrigada a fiscalizar e controlar a entrega dos produtos/serviços e emitir requisição sempre que necessitar do referido objeto da licitação.

9. DO PAGAMENTO

9.1. O pagamento será realizado conforme Ata de Registro de Preços, devendo ainda atender aos termos do **art. 60 da Lei federal n.º 4.320, de 17/03/1964,** após entrega dos produtos em até 30 (trinta) dias, contado a partir do recebimento da Nota Fiscal, atestada pelo servidor responsável da Prefeitura, devidamente acompanhada dos documentos estabelecidos na Legislação Vigente ou o que venha a substituí-los, através de boleto ou transferência bancaria em conta jurídica da empresa contratada.

10. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

10.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhes no máximo o repasse do percentual determinado.

10.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

10.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Administração Municipal, através de seu Fiscal de Contrato designado, solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo único.

10.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado a Administração poderá solicitar a rescisão desta Ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço da 1ª (primeira), as demais empresas com preços registrados, cabendo-lhes rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso de negociação.

10.5. Serão considerados compatíveis com o mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo Fiscal do Contrato.

11. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

11.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o fornecedor/signatário não cumprir com as obrigações constantes no Edital e desta Ata;

b) quando o fornecedor/signatário der causa a rescisão administrativa na Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do artigo 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente deste Registro;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

11.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor/signatário será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.4. A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Administração, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.5. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR relativas ao fornecimento dos produtos/serviços.

11.6. Caso a Administração não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, pode suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

12. DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

12.1. Os preços apresentados na proposta devem incluir todos os custos e despesas, tais como: **custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, treinamento, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto do Edital e seus Anexos.**

12.2. Quaisquer tributos, despesas e custos, diretos ou indiretos, omitidos da proposta ou incorretamente cotados, que não tenham causado a desclassificação da mesma por caracterizar preço inexequível no julgamento das propostas, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos a esse, ou qualquer título, devendo os serviços serem fornecidos sem ônus adicionais.

13. DAS PENALIDADES

(Art. 86 e 87 Lei 8.666/93 e Art. 7 da Lei 10.520/02)

13.1. Quem convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato: 01 (um) ano de suspensão impedido de licitar e contratar coma União, Estados, DF ou Municípios.

13.2. Adjudicatária ou contratada que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame:

13.2.1. Deixar de executar totalmente o contrato ou apresentar documentação falsa: **Suspensão de 02 (dois) anos impedido de licitar e contratar coma União, Estados, DF ou Municípios**;

13.2.2. **Deixar de executar parcialmente o contrato: Suspensão por 18 (dezoito) meses e multa de 20% do valor dos serviços a serem prestados.**

13.3. Ensejar o retardamento da execução de seu objeto: **Multa com mora de 2% (dois) ao dia até limite de 10% (dez).**

13.4. Não mantiver a proposta: **Suspensão de 01 (um) ano impedido de licitar e contratar coma União, Estados, DF ou Municípios.**

13.5. Falhar ou fraudar na execução da Ata, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal: **Declaração de Inidoneidade para licitar e contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada conforme Inciso III do Art. 87 da Lei 8.666/93.**

13.6. Será concedido o direito de ampla defesa a empresa que cometer as penalidades acima relacionadas.

14. DOS ILÍCITOS PENAIS

14.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais comunicações aplicáveis.

15. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.1. As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata, correrão à conta da dotação orçamentária previstas nos órgãos/entidades que aderiram aos registros de preços.

Elemento de Despesa: 33.90.30.00 – Material de Consumo.
Secretaria Municipal de Administração e Planejamento (Prefeitura);
Secretaria Municipal de Saúde – Hospital Municipal;
Secretaria Municipal de Saúde – Uni. Básica de Saúde - PSF. Urbano João Calegari;
Secretaria Municipal de Saúde – Uni. Básica de Saúde – P.S.F. Rural Casto Nery;
Secretaria Municipal de Saúde – Vigilância Ambiental;
Secretaria Municipal de Saúde – Vigilância Sanitária;
Secretaria Municipal de Assistência Social - Conselho tutelar;
Secretaria Municipal de Assistência Social – SCFV (Criança e Adolescente);
Secretaria Municipal de Assistência Social – SCFV (Idosos)
Secretaria Municipal de Assistência Social – SCFV (Outros)
Secretaria Municipal de Assistência Social – PAIF (Cras)
Secretaria Municipal de Educação – Cultura;
Secretaria Municipal de Educação – Desporto;
Secretaria Municipal de Educação – Escola M. Ed. Infantil Neiva dos Santos Bezerra;
Secretaria Municipal de Educação – Escola M. Ed. Infantil Padre Günter;
Secretaria Municipal de Educação – Escola M. Ulisses Guimarães (Ens. Fundamental);
Secretaria Municipal de Educação – Turismo;
Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Indústria e Comercio;

16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente Ata de Registro de Preços.

b) vincula-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de Pregão Presencial nº 009/2021, seus anexos e as propostas das classificadas.

c) é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Administração Municipal.

17 -DOFORO

17.1. As partes contratantes elegem o foro da Comarca de Porto dos Gaúchos como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente Ata de Registro de Preço, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Novo Horizonte do Norte/MT, 31 de março de 2021.

SILVANO PEREIRA NEVES

Prefeito Municipal

Contratante

CF COMERCIO ATACADISTA E REPRESENTAÇÃO DE

SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA LTDA

CNPJ: 37.200.096/0001-41

CAMILA SILVA PAES DE BARROS

Fornecedor/Signatário

MELISSA RAIMUNDI RODRIGUES

Fiscal de Contrato

Secretaria Administração

PATRICIA JAMARIQUELI CASTILHO

Fiscal de Contrato

Secretaria Saúde

GESIANE MARIA DOS SANTOS

Fiscal de Contrato

Secretaria Assistência Social

SELMA DE ARAÚJO AMORIM

Fiscal de Contrato

Secretaria Educação

BRUNO RICARDO BARELA IORI

Assessor Jurídico

OAB nº 18.438/MT

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 019/2021

PREGÃO: 009/2021 – REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO: 012/2021

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES, contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios - AMM.

Pelo presente instrumento, **A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE – ESTADO DE MATO GROSSO**, inscrita com o CNPJ sob o n. 03.238.888/0001-93, com sede administrativa na Rua Augusto de Souza, 171, Centro, na cidade de Novo Horizonte do Norte/MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. **Silvano Pereira Neves**, brasileiro, casado,empresário, residente e domiciliado neste Município, portador da Carteira de Identidade/RG n° 0625916-2 SSP/MT e inscrito no CPF sob o n° 503.521.641-15, **RESOLVE** registrar os preços da empresa, **MARIA JOSÉ DOS REIS NETO EPP**, inscrita no **CNPJ: 10.226.940/0001-57**, localizada na Rua Comandante Costa, nº 10, Bairro Planalto Ipiranga, CEP: 78.166-000, no município de Várzea Grande, representada pela Sra. **MARIA JOSÉ DOS REIS NETO**, portadora do RG: 35858-4 SSP/GO e CPF: 320.455.901-78, na quantidade estimada, de acordo com a classificação por ela alcançada por ITEM, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei 10.520/2002 e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir.

1 - DO OBJETO

1.1. Registro de Preços para futura e eventual aquisição de Produtos do Gênero Alimentício, Higiene e Limpeza, Copa e Cozinha e Utensílios Domésticos, para atendimento das diversas Secretarias Municipais e seus respectivos Departamentos, conforme especificado no anexo I – Termo de Referência do edital.

1.1.1. Este instrumento não obriga a Administração a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisições do(s) objeto(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

2 - DA VIGÊNCIA

2.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial.

3 - DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 O gerenciamento deste instrumento caberá a Administração, através de fiscal de contrato, no seu aspecto operacional e à Coordenadoria Jurídica de Licitações, nas questões legais.

4 – DO ITEM

4.1 Os Itens, as especificações, unidades, as quantidades, marcas, fornecedores, e os preços unitários que estão registrados nessa Ata de Registro de Preços, encontram-se indicados na tabela abaixo:

Item	Descrição dos itens	Unidade	Quant.	Marca	Valor unitário	Valor total
185	Algodão hidrófilo - na cor branca, boa absorção, macio e inodoro, em camadas uniformes,e compacta, com 1 a 1,5 de espessura,10cm largura e 40cm comprimento em caixa de 50 gramas, em papel	Unidade	**230**	COTTON	3,40	782,00

	apropiado, o produto deverá estar acondicionado art.31 l.8078/90 e port.conj.n1 de 23/1/96-m.saude, a apresentacao do produto devera obedecer a combinado com o art.31 da lei 8078/90.					
188	Avental plástico - plástico impermeável resistente, com quatro tiras anatômicas adulto, individual, reutilizável doméstico, não descartável.	Unidade	**121**	MAICOL	8,48	1.026,08
190	Bacia - de plastico, com diametro de 60 cm, na altura de 7 cm, com capacidade para 500 ml.	Unidade	**65**	ARQPLAST	2,64	171,60
192	Bacia de plástico reforçada, com capacidade para 36 litros.	Unidade	**54**	ARQPLAST	32,00	1.728,00
193	Balão em latex liso com 30 cm de diametro inflado nº 7 pacote c/ 50 unid	Pacote	**112**	IDEATEX	4,86	544,32
196	Barbeador de plastico aparelho de barbear descartavel com 02 laminas de aço inoxidavel embalagem com 02 unidades	Unidade	**300**	HI BRASIL	1,56	468,00
205	Coador – plastico, nylon e tnt completo nº 103, formato conico, acondicionado de forma adequada, para café.	Unidade	**167**	RODOBEM	2,33	389,11
207	Colher - materia-prima plástico, descartável,para refeição, tamanho grande, cor branca ou transparente 50 unidades	Pacote	**552**	SERT PLAST	2,47	1.363,44
208	Colher de sobremesa, toda de inox.	Unidade	**100**	KEHOME	2,06	206,00
209	Colher de sopa, toda de inox	Unidade	**125**	CORTEX	1,40	175,00
211	Copo - de plástico com bico e tampa, com capacidade para 200ml, diametro com 71mm de diâmetro, altura com de 10cm de altura, para suco, leite, água, etc.	Unidade	**50**	SBRISSA	1,97	98,50
216	Cortador de unha - aço inox, grande, convencional, com haste de lixa, em embalagem apropriada.	Unidade	**10**	MERHEJE	6,86	68,60
228	Escova para cabelo - de plastico, arredondada, ou quadrada e com cabo emborrachado.	Unidade	**50**	ESCOBEL	6,22	311,00
229	Escova de lavar mamadeira e bico, com cabo de plástico, arame torcido e cerdas de naylon.	Unidade	**10**	LET	1,97	19,70
231	Escovão tipo vassoura c/ cabo, cerdas de nylon reforçadas, base de plástico.	Unidade	**132**	RODOBEM	7,45	983,40
233	Escova plástica, para escovar unhas, 10cm.	Unidade	**10**	DSR	2,86	28,60
235	Esponja para banho - em espuma, no formato retangular, medindo < 115 x 77 > mm - c/ 23 mm de espessura.	Unidade	**40**	BRITISH	1,02	40,80
238	Faca - em aço carbono, medindo 20 cm de lâmina, com cabo de madeira.	Unidade	**32**	WELLMIX	5,08	162,56
239	Faca - de aço inox, com lamina de 23 cm, e cabo em madeira.	Unidade	**25**	DISOLLE	9,99	249,75
240	Faca - de inox, tamanho grande, com cabo branco em polipropileno.	Unidade	**27**	DISOLLE	11,28	304,56
241	Faca - inox, médio 8 polegadas tipo serra para pão, cabo polipropileno.	Unidade	**27**	DISOLLE	8,04	217,08
248	Garfo - de inox, para refeição, apresentaçao lisa.	Unidade	**135**	CORTEX	1,54	207,90
254	Creme para pele - óleo hidratante, para corpo, a base de ácidos graxos essenciais tubo c/200ml, para a pele seca.	Unidade	**40**	PAIXAO	6,66	266,40
259	Lenço umedecido formato 20x26, tecido grosso hipoalergenicas com fragancia suave pacote com 40 unidades	Unidade	**440**	IZABABY	8,32	3.660,80
262	Limpa móveis: emulsão aquosa cremosa, perfumado, para superficie em geral (exceto piso),composto cera,silicone,solvente,emulsificante,conservante, sequestrante, perfume e água, embalado em frasco plástico - destac 500ml lavanda.	Unidade	**106**	AUDAX	6,90	731,40
267	Lixeira - de polipropileno rígido, retângular, c/tampa e pedal capacidade 20 litros, cores diversas.	Unidade	**60**	ARQPLAST	50,38	3.022,80
270	Luva de protecao – vinil (tecido sintético), p,m,g,gg,eg,padrao, manipulacao e preparacao de alimentos.	Par	**56**	TALGE	6,40	358,40
280	Palito - de madeira, para picole, formato chato com 10 cm, embalagem com 100 unidade.	Unidade	**800**	THEOTO	2,09	1.672,00
281	Panela numero 20 de 2,6 litros aluminio batido	Unidade	**26**	CP	43,68	1.135,68
282	Panela numero 26 de 4,5 litros aluminio batido	Unidade	**27**	CP	71,76	1.937,52
283	Panela numero 32 de 08,00 litros aluminio batido	Unidade	**31**	CP	132,60	4.110,60
284	Panela numero 36 de 11,50 litros aluminio batido	Unidade	**31**	CP	148,20	4.594,20
285	Panela numero 40 de 18,00 litros aluminio batido	Unidade	**11**	CP	184,08	2.024,88
300	Prato de vidro - diametro 160mm, com altura de 24,8mm, tipo fundo para sopa, incolor.	Unidade	**150**	VITAZZA	3,26	489,00
302	Ralador - de inox com cabo, possuindo 4 faces de diversas formas, para ralar alimentos ,, acondicionado de forma adequada	Unidade	**18**	KEHOME	6,81	122,58
304	Rodo(puxa e seca) - cabo de madeira, base medindo 60cm, base de madeira, com 2 laminas de borracha	Unidade	**189**	RODOBEM	8,89	1.680,21
305	Rodo(puxa e seca) - cabo de madeira, base medindo 40cm, base de plastico, com duas laminas de borracha.	Unidade	**161**	RODOBEM	6,57	1.057,77
308	Sabao alvejante - em po,para lavagem de roupas,acondicionado em embalagem contendo 1 kg,rotulo com que contenha em seu rotulo descricao do produto, indicacao dos componentes quimicos, informacoes sobre modo de utilizacao, responsavel tecnico, fabricante, registro na anvisa ou ministerio da saude, data de fabricacao e data de validade.	Unidade	**1003**	ASTER	3,93	3.941,79
310	Sabonete anti-bacteriano 90 gr, proteção antibacteriana prolongada.	Unidade	**150**	NIPS	1,15	172,50
313	Saco para lixo domestico - de polietileno, com capacidade de 30 litros, medindo (larg.59cmxalt.62cmxesp.0,06mm), na cor preta, pesando 2,5kgs, nbr 9190,nbr 9191	Unidade	**4724**	RC	0,14	661,36
316	Saco para lixo doméstico - de polietileno, com capacidade de 15 litros, medindo (larg. 39 cm x alt. 58 cm x esp.0,05mm), na cor preta, pesando 850gramas, nbr 9190, nbr 9191.	Unidade	**6770**	RC	0,10	677,00
321	Tapete - tipo para banheiro, em tecido, medindo aproximadamente (44x30)cm.	Unidade	**23**	DEYFORT	9,01	207,23
				Total	**42.070,12**	
QUARENTA E DOIS MIL E SETENTA REAIS E DOZE CENTAVOS.						

4.2. Os valores acima poderão eventualmente sofrer revisão (aumento ou decréscimos) nas seguintes hipóteses:

a) Para mais, visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial desta Ata, na hipótese de sobrevir fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior caso fortuito, fato do príncipe e fato da administração, nos termos do art. 65, II, “d” e § 5º da Lei 8.666/93;

b) Para menos, na hipótese do valor contratado ficar muito superior ao valor do mercado, ou, ainda, quando ocorrer o fato do príncipe previsto no art. 65, § 5º da Lei 8.666/93.

4.3. A revisão de preços será feita com fundamento em planilhas de composição de custos e/ou preço de mercado;

4.4. Nos preços supracitados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, etc.)

5. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. As quantidades descritas acima são meramente estimativas, podendo variar durante a vigência da ata de registro de preços, não cabendo a licitante vencedora do certame quaisquer direitos, caso não seja atingida a quantidade total durante o prazo da vigência da ata de registro de preços;

5.2. Não serão aceitos produtos fora das especificações constantes neste Termo de referência, produtos fora de sua embalagem original, em embalagens abertas e/ou danificadas que comprometam a qualidade do produto

5.3. Os gêneros alimentícios como frutas, verduras e legumes, deverão estar frescos, com boa aparência e devidamente embalados.

5.4. Os Gêneros alimentícios e de higiene e limpeza, com exceção de frutas, verduras e legumes quando da entrega deverão estar no mínimo com 80 (oitenta) % do prazo de validade**.**

6. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1. Se obriga a fornecer produtos de primeira qualidade, na sede da secretaria solicitante no prazo máximo de até 02 (dois) dias uteis da solicitação formal através de requisição emitida pelo órgão competente.

6.2. As solicitações de compra serão de forma fracionada, podendo essas solicitações serem diárias, semanais, quinzenais ou mensais de acordo com as necessidades da contratante.

6.3. A empresa arcara com todas as despesas de pessoal, equipamentos, produtos apropriados e também por danos ou defeitos que os veículos apresentem em decorrência da prestação dos serviços contratados.

6.4. A contratada apenas poderá fornecer os produtos com a devida autorização da secretaria solicitante mediante a apresentação de requisição emitida pelo órgão competente.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. Assinar a Ata com o órgão no prazo de **05 (cinco) dias corridos**, a contar da data do recebimento da convocação;

7.2. Após a homologação da licitação, **retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) dias**, contados do recebimento da convocação formal;

7.3. Realizar a entrega dos produtos/serviços nas quantidades, prazos e condições estabelecidas no anexo I – Termo de Referencia do edital;

7.4. Substituir, às suas expensas, no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, após notificação formal, os serviços executados em desacordo com as especificações deste Edital, seus anexos e com a respectiva proposta, ou que apresente vício de qualidade;

7.5. Atender, para o devido recebimento, ao que determina o Decreto 4.752, de 06 de agosto de 2002, no tocante a emissão da Nota Fiscal/Fatura;

7.6. A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes.

7.7. Se a licitante vencedora não cumprir o prazo do item **7.1.** ou recusar-se a retirar a nota de empenho, sem justificativa formalmente aceita pelo órgão, decairá do direito de fornecer o objeto adjudicado, sujeitando-se às penalidades constantes da Seção **12 e anexo I – Termo de Referencia do** Edital.

7.8. Se a licitante vencedora, injustificadamente, não apresentar situação regular no ato da feitura da nota de empenho, a sessão será retomada e os demais licitantes serão chamados, na ordem de classificação, para fazê-lo nas condições de suas respectivas ofertas, observado que a Pregoeiro examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor, sujeitando-se o desistente às penalidades constantes da Seção **12** e anexo I – Termo de Referencia do Edital.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. À Contratante se reserva o direito de não mais adquirir os produtos/serviços da Contratada caso esta não cumpra o estabelecido na presente Ata de registro de preços, cabendo ao infrator as penalidades previstas no edital, na Lei n. 10.520/02 e Lei n. 8.666/93;

8.2. Manter o efetivo controle do fornecimento de requisições, não se responsabilizando pelo pagamento dos produtos/serviços entregues sem a correspondente requisição;

8.3. Efetuar os pagamentos de acordo com a Cláusula nona;

8.4. Fiscalizar a utilização e a qualidade dos produtos/serviços entregues;

8.5. Denunciar as infrações e aplicar as penalidades cabíveis nos termos da clausula 13º (décima terceira) desta ata, da Lei n. 10.520/02 e Lei n. 8.666/93.

8.6. A Contratante fica obrigada a fiscalizar e controlar a entrega dos produtos/serviços e emitir requisição sempre que necessitar do referido objeto da licitação.

9. DO PAGAMENTO

9.1. O pagamento será realizado conforme Ata de Registro de Preços, devendo ainda atender aos termos do **art. 60 da Lei federal n.º 4.320, de 17/03/1964,** após entrega dos produtos em até 30 (trinta) dias, contado a partir do recebimento da Nota Fiscal, atestada pelo servidor responsável da Prefeitura, devidamente acompanhada dos documentos estabelecidos na Legislação Vigente ou o que venha a substituí-los, através de boleto ou transferência bancaria em conta jurídica da empresa contratada.

10. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

10.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhes no máximo o repasse do percentual determinado.

10.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

10.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Administração Municipal, através de seu Fiscal de Contrato designado, solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo único.

10.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado a Administração poderá solicitar a rescisão desta Ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço da 1ª (primeira), as demais empresas com preços registrados, cabendo-lhes rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso de negociação.

10.5. Serão considerados compatíveis com o mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo Fiscal do Contrato.

11. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

11.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o fornecedor/signatário não cumprir com as obrigações constantes no Edital e desta Ata;

b) quando o fornecedor/signatário der causa a rescisão administrativa na Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do artigo 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente deste Registro;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

11.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor/signatário será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.4. A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Administração, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.5. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR relativas ao fornecimento dos produtos/serviços.

11.6. Caso a Administração não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, pode suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

12. DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

12.1. Os preços apresentados na proposta devem incluir todos os custos e despesas, tais como: **custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, treinamento, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto do Edital e seus Anexos.**

12.2. Quaisquer tributos, despesas e custos, diretos ou indiretos, omitidos da proposta ou incorretamente cotados, que não tenham causado a desclassificação da mesma por caracterizar preço inexequível no julgamento das propostas, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos a esse, ou qualquer título, devendo os serviços serem fornecidos sem ônus adicionais.

13. DAS PENALIDADES

(Art. 86 e 87 Lei 8.666/93 e Art. 7 da Lei 10.520/02)

13.1. Quem convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato: 01 (um) ano de suspensão impedido de licitar e contratar coma União, Estados, DF ou Municípios.

13.2. Adjudicatária ou contratada que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame:

13.2.1. Deixar de executar totalmente o contrato ou apresentar documentação falsa: **Suspensão de 02 (dois) anos impedido de licitar e contratar coma União, Estados, DF ou Municípios**;

13.2.2. **Deixar de executar parcialmente o contrato: Suspensão por 18 (dezoito) meses e multa de 20% do valor dos serviços a serem prestados.**

13.3. Ensejar o retardamento da execução de seu objeto: **Multa com mora de 2% (dois) ao dia até limite de 10% (dez).**

13.4. Não mantiver a proposta: **Suspensão de 01 (um) ano impedido de licitar e contratar coma União, Estados, DF ou Municípios.**

13.5. Falhar ou fraudar na execução da Ata, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal: **Declaração de Inidoneidade para licitar e contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada conforme Inciso III do Art. 87 da Lei 8.666/93.**

13.6. Será concedido o direito de ampla defesa a empresa que cometer as penalidades acima relacionadas.

14. DOS ILÍCITOS PENAIS

14.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais comunicações aplicáveis.

15. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.1. As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata, correrão à conta da dotação orçamentária previstas nos órgãos/entidades que aderiram aos registros de preços.

Elemento de Despesa: 33.90.30.00 – Material de Consumo.
Secretaria Municipal de Administração e Planejamento (Prefeitura);
Secretaria Municipal de Saúde – Hospital Municipal;
Secretaria Municipal de Saúde – Uni. Básica de Saúde - PSF. Urbano João Calegari;
Secretaria Municipal de Saúde – Uni. Básica de Saúde – P.S.F. Rural Casto Nery;
Secretaria Municipal de Saúde – Vigilância Ambiental;
Secretaria Municipal de Saúde – Vigilância Sanitária;
Secretaria Municipal de Assistência Social - Conselho tutelar;
Secretaria Municipal de Assistência Social – SCFV (Criança e Adolescente);
Secretaria Municipal de Assistência Social – SCFV (Idosos)
Secretaria Municipal de Assistência Social – SCFV (Outros)
Secretaria Municipal de Assistência Social – PAIF (Cras)
Secretaria Municipal de Educação – Cultura;
Secretaria Municipal de Educação – Desporto;
Secretaria Municipal de Educação – Escola M. Ed. Infantil Neiva dos Santos Bezerra;
Secretaria Municipal de Educação – Escola M. Ed. Infantil Padre Günter;
Secretaria Municipal de Educação – Escola M. Ulisses Guimarães (Ens. Fundamental);
Secretaria Municipal de Educação – Turismo;
Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Indústria e Comercio;

16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente Ata de Registro de Preços.

b) vincula-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de Pregão Presencial nº 009/2021, seus anexos e as propostas das classificadas.

c) é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Administração Municipal.

17 -DOFORO

17.1. As partes contratantes elegem o foro da Comarca de Porto dos Gaúchos como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente Ata de Registro de Preço, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Novo Horizonte do Norte/MT, 31 de março de 2021.

SILVANO PEREIRA NEVES

Prefeito Municipal

Contratante

MARIA JOSÉ DOS REIS NETO EPP

CNPJ: 10.226.940/0001-57

Maria José dos Reis Neto

Fornecedor/Signatário

MELISSA RAIMUNDI RODRIGUES

Fiscal de Contrato

Secretaria Administração

PATRICIA JAMARIQUELI CASTILHO

Fiscal de Contrato

Secretaria Saúde

GESIANE MARIA DOS SANTOS

Fiscal de Contrato

Secretaria Assistência Social

SELMA DE ARAÚJO AMORIM

Fiscal de Contrato

Secretaria Educação

BRUNO RICARDO BARELA IORI

Assessor Jurídico

OAB nº 18.438/MT

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 018/2021

PREGÃO: 009/2021 – REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO: 012/2021

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES, contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios - AMM.

Pelo presente instrumento, **A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE – ESTADO DE MATO GROSSO**, inscrita com o CNPJ sob o n. 03.238.888/0001-93, com sede administrativa na Rua Augusto de Souza, 171, Centro, na cidade de Novo Horizonte do Norte/MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. **Silvano Pereira Neves**, brasileiro, casado,empresário, residente e domiciliado neste Município, portador da Carteira de Identidade/RG n° 0625916-2 SSP/MT e inscrito no CPF sob o n° 503.521.641-15, **RESOLVE** registrar os preços da empresa, **NUTRICENTER PRODUTOS NUTRICIONAIS E HOSPITALARES LTDA - ME**, inscrita no **CNPJ: 06.372.763/0001-40**, localizada na Av. das Flores, nº 334 - Quadra 28, Lote 04, Bairro Jardim Cuiabá, CEP: 78.043-172, no município de Cuiabá - MT, representada pelo procurador Sr. **AYRTON PEREIRA DIAS**, portador do RG: 2462670-8 SSP/MT e CPF: 059.535.091-70, na quantidade estimada, de acordo com a classificação por ela alcançada por ITEM, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei 10.520/2002 e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir.

1 - DO OBJETO

1.1. Registro de Preços para futura e eventual aquisição de Produtos do Gênero Alimentício, Higiene e Limpeza, Copa e Cozinha e Utensílios Domésticos, para atendimento das diversas Secretarias Municipais e seus respectivos Departamentos, conforme especificado no anexo I – Termo de Referência do edital.

1.1.1. Este instrumento não obriga a Administração a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisições do(s) objeto(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

2 - DA VIGÊNCIA

2.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial.

3 - DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 O gerenciamento deste instrumento caberá a Administração, através de fiscal de contrato, no seu aspecto operacional e à Coordenadoria Jurídica de Licitações, nas questões legais.

4 – DO ITEM

4.1 Os Itens, as especificações, unidades, as quantidades, marcas, fornecedores, e os preços unitários que estão registrados nessa Ata de Registro de Preços, encontram-se indicados na tabela abaixo:

Item	Descrição dos itens	Unidade	Quant.	Marca	Valor unitário	Valor total
172	Sustagem adulto -composição: leite em pó desnatado instantaneo, sacarose, sólidos de xarope de milho, leite em pó integral, cacau, fostato de magnésio, ascorbato de sódio, sulfato ferroso, sulfato de zinco, inositol, iodeto de potássio, acetado de dl-alfa tocoferol, niacinamida, sulfato de manganês, sulfato cúprico, fitomenadiona, acetato de vitamina a, pantotenato de cálcio, cianocobalamina, cloridrato de piridoxina, cloridrato de tiamina, riboflavina, colecalciferol, cloreto de cromo, ácido fólico, biotina, aromatizante,e stabilizantes carragena e lecitina de soja. Não conté, glútem. Contém lactose. Sabor chocolate. Lata 400g. Validade mínima de 12 meses	Unidade	**90**	PRODIET	39,00	3.510,00
244	Fralda descartável infantil - tamanho g, com barreiras laterais antivazamento, formato anatômico, super absorvente, anti-alérgica e atóxica, sem perfume, cobertura externa impermeável, elasticos nas pernas e fitas adesivas laterais,em embalagem plástica,rótulo com número do lote, data fabriçao/validade e procedência. Registro do ministério da saúde. No mínimo 80 unidade no pacote.	Pacote	**150**	DRY LOCK	53,00	7.950,00
247	Fralda descartável infantil - tamanho xg, acima de 10kg, com barreiras laterais antivazamento, formato anatômico, super absorvente, anti alérgica e atoxica, sem perfume, cobertura externa impermeável, elasticos nas pernas e fitas adesivas laterais, em pacote, rótulo com número do lote, data fabrção/validade minima de 02 anos e procedência. Registro do ministério da saúde pacote com no minimo 80 unidades	Pacote	**250**	DRY LOCK	58,00	14.500,00
				Total	**25.960,00**	
VINTE E CINCO MIL, NOVESCENTOS E SESSENTA REAIS.						

4.2. Os valores acima poderão eventualmente sofrer revisão (aumento ou decréscimos) nas seguintes hipóteses:

a) Para mais, visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial desta Ata, na hipótese de sobrevir fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior caso fortuito, fato do príncipe e fato da administração, nos termos do art. 65, II, “d” e § 5º da Lei 8.666/93;

b) Para menos, na hipótese do valor contratado ficar muito superior ao valor do mercado, ou, ainda, quando ocorrer o fato do príncipe previsto no art. 65, § 5º da Lei 8.666/93.

4.3. A revisão de preços será feita com fundamento em planilhas de composição de custos e/ou preço de mercado;

4.4. Nos preços supracitados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, etc.)

5. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. As quantidades descritas acima são meramente estimativas, podendo variar durante a vigência da ata de registro de preços, não cabendo a licitante vencedora do certame quaisquer direitos, caso não seja atingida a quantidade total durante o prazo da vigência da ata de registro de preços;

5.2. Não serão aceitos produtos fora das especificações constantes neste Termo de referência, produtos fora de sua embalagem original, em embalagens abertas e/ou danificadas que comprometam a qualidade do produto

5.3. Os gêneros alimentícios como frutas, verduras e legumes, deverão estar frescos, com boa aparência e devidamente embalados.

5.4. Os Gêneros alimentícios e de higiene e limpeza, com exceção de frutas, verduras e legumes quando da entrega deverão estar no mínimo com 80 (oitenta) % do prazo de validade**.**

6. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1. Se obriga a fornecer produtos de primeira qualidade, na sede da secretaria solicitante no prazo máximo de até 02 (dois) dias uteis da solicitação formal através de requisição emitida pelo órgão competente.

6.2. As solicitações de compra serão de forma fracionada, podendo essas solicitações serem diárias, semanais, quinzenais ou mensais de acordo com as necessidades da contratante.

6.3. A empresa arcara com todas as despesas de pessoal, equipamentos, produtos apropriados e também por danos ou defeitos que os veículos apresentem em decorrência da prestação dos serviços contratados.

6.4. A contratada apenas poderá fornecer os produtos com a devida autorização da secretaria solicitante mediante a apresentação de requisição emitida pelo órgão competente.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. Assinar a Ata com o órgão no prazo de **05 (cinco) dias corridos**, a contar da data do recebimento da convocação;

7.2. Após a homologação da licitação, **retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) dias**, contados do recebimento da convocação formal;

7.3. Realizar a entrega dos produtos/serviços nas quantidades, prazos e condições estabelecidas no anexo I – Termo de Referencia do edital;

7.4. Substituir, às suas expensas, no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, após notificação formal, os serviços executados em desacordo com as especificações deste Edital, seus anexos e com a respectiva proposta, ou que apresente vício de qualidade;

7.5. Atender, para o devido recebimento, ao que determina o Decreto 4.752, de 06 de agosto de 2002, no tocante a emissão da Nota Fiscal/Fatura;

7.6. A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes.

7.7. Se a licitante vencedora não cumprir o prazo do item **7.1.** ou recusar-se a retirar a nota de empenho, sem justificativa formalmente aceita pelo órgão, decairá do direito de fornecer o objeto adjudicado, sujeitando-se às penalidades constantes da Seção **12 e anexo I – Termo de Referencia do** Edital.

7.8. Se a licitante vencedora, injustificadamente, não apresentar situação regular no ato da feitura da nota de empenho, a sessão será retomada e os demais licitantes serão chamados, na ordem de classificação, para fazê-lo nas condições de suas respectivas ofertas, observado que a Pregoeiro examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor, sujeitando-se o desistente às penalidades constantes da Seção **12** e anexo I – Termo de Referencia do Edital.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. À Contratante se reserva o direito de não mais adquirir os produtos/serviços da Contratada caso esta não cumpra o estabelecido na presente Ata de registro de preços, cabendo ao infrator as penalidades previstas no edital, na Lei n. 10.520/02 e Lei n. 8.666/93;

8.2. Manter o efetivo controle do fornecimento de requisições, não se responsabilizando pelo pagamento dos produtos/serviços entregues sem a correspondente requisição;

8.3. Efetuar os pagamentos de acordo com a Cláusula nona;

8.4. Fiscalizar a utilização e a qualidade dos produtos/serviços entregues;

8.5. Denunciar as infrações e aplicar as penalidades cabíveis nos termos da clausula 13º (décima terceira) desta ata, da Lei n. 10.520/02 e Lei n. 8.666/93.

8.6. A Contratante fica obrigada a fiscalizar e controlar a entrega dos produtos/serviços e emitir requisição sempre que necessitar do referido objeto da licitação.

9. DO PAGAMENTO

9.1. O pagamento será realizado conforme Ata de Registro de Preços, devendo ainda atender aos termos do **art. 60 da Lei federal n.º 4.320, de 17/03/1964,** após entrega dos produtos em até 30 (trinta) dias, contado a partir do recebimento da Nota Fiscal, atestada pelo servidor responsável da Prefeitura, devidamente acompanhada dos documentos estabelecidos na Legislação Vigente ou o que venha a substituí-los, através de boleto ou transferência bancaria em conta jurídica da empresa contratada.

10. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

10.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhes no máximo o repasse do percentual determinado.

10.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

10.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Administração Municipal, através de seu Fiscal de Contrato designado, solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo único.

10.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado a Administração poderá solicitar a rescisão desta Ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço da 1ª (primeira), as demais empresas com preços registrados, cabendo-lhes rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso de negociação.

10.5. Serão considerados compatíveis com o mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo Fiscal do Contrato.

11. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

11.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o fornecedor/signatário não cumprir com as obrigações constantes no Edital e desta Ata;

b) quando o fornecedor/signatário der causa a rescisão administrativa na Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do artigo 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente deste Registro;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

11.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor/signatário será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.4. A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Administração, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.5. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR relativas ao fornecimento dos produtos/serviços.

11.6. Caso a Administração não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, pode suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

12. DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

12.1. Os preços apresentados na proposta devem incluir todos os custos e despesas, tais como: **custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, treinamento, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto do Edital e seus Anexos.**

12.2. Quaisquer tributos, despesas e custos, diretos ou indiretos, omitidos da proposta ou incorretamente cotados, que não tenham causado a desclassificação da mesma por caracterizar preço inexequível no julgamento das propostas, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos a esse, ou qualquer título, devendo os serviços serem fornecidos sem ônus adicionais.

13. DAS PENALIDADES

(Art. 86 e 87 Lei 8.666/93 e Art. 7 da Lei 10.520/02)

13.1. Quem convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato: 01 (um) ano de suspensão impedido de licitar e contratar coma União, Estados, DF ou Municípios.

13.2. Adjudicatária ou contratada que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame:

13.2.1. Deixar de executar totalmente o contrato ou apresentar documentação falsa: **Suspensão de 02 (dois) anos impedido de licitar e contratar coma União, Estados, DF ou Municípios**;

13.2.2. **Deixar de executar parcialmente o contrato: Suspensão por 18 (dezoito) meses e multa de 20% do valor dos serviços a serem prestados.**

13.3. Ensejar o retardamento da execução de seu objeto: **Multa com mora de 2% (dois) ao dia até limite de 10% (dez).**

13.4. Não mantiver a proposta: **Suspensão de 01 (um) ano impedido de licitar e contratar coma União, Estados, DF ou Municípios.**

13.5. Falhar ou fraudar na execução da Ata, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal: **Declaração de Inidoneidade para licitar e contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada conforme Inciso III do Art. 87 da Lei 8.666/93.**

13.6. Será concedido o direito de ampla defesa a empresa que cometer as penalidades acima relacionadas.

14. DOS ILÍCITOS PENAIS

14.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais comunicações aplicáveis.

15. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.1. As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata, correrão à conta da dotação orçamentária previstas nos órgãos/entidades que aderiram aos registros de preços.

Elemento de Despesa: 33.90.30.00 – Material de Consumo.

Secretaria Municipal de Administração e Planejamento (Prefeitura);
Secretaria Municipal de Saúde – Hospital Municipal;
Secretaria Municipal de Saúde – Uni. Básica de Saúde - PSF. Urbano João Calegari;
Secretaria Municipal de Saúde – Uni. Básica de Saúde – P.S.F. Rural Casto Nery;
Secretaria Municipal de Saúde – Vigilância Ambiental;
Secretaria Municipal de Saúde – Vigilância Sanitária;
Secretaria Municipal de Assistência Social - Conselho tutelar;
Secretaria Municipal de Assistência Social – SCFV (Criança e Adolescente);
Secretaria Municipal de Assistência Social – SCFV (Idosos)
Secretaria Municipal de Assistência Social – SCFV (Outros)
Secretaria Municipal de Assistência Social – PAIF (Cras)
Secretaria Municipal de Educação – Cultura;
Secretaria Municipal de Educação – Desporto;
Secretaria Municipal de Educação – Escola M. Ed. Infantil Neiva dos Santos Bezerra;
Secretaria Municipal de Educação – Escola M. Ed. Infantil Padre Günter;
Secretaria Municipal de Educação – Escola M. Ulisses Guimarães (Ens. Fundamental);
Secretaria Municipal de Educação – Turismo;
Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Indústria e Comercio;

16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente Ata de Registro de Preços.

b) vincula-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de Pregão Presencial nº 009/2021, seus anexos e as propostas das classificadas.

c) é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Administração Municipal.

17 -DOFORO

17.1. As partes contratantes elegem o foro da Comarca de Porto dos Gaúchos como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente Ata de Registro de Preço, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Novo Horizonte do Norte/MT, 31 de março de 2021.

SILVANO PEREIRA NEVES

Prefeito Municipal

Contratante

NUTRICENTER DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS

NUTRICIONAIS E HOSPITALARES LTDA - ME

CNPJ: 06.372.763/0001-40

Ayrton Pereira Dias

Fornecedor/Signatário

MELISSA RAIMUNDI RODRIGUES

Fiscal de Contrato

Secretaria Administração

PATRICIA JAMARIQUELI CASTILHO

Fiscal de Contrato

Secretaria Saúde

GESIANE MARIA DOS SANTOS

Fiscal de Contrato

Secretaria Assistência Social

SELMA DE ARAÚJO AMORIM

Fiscal de Contrato

Secretaria Educação

BRUNO RICARDO BARELA IORI

Assessor Jurídico

OAB nº 18.438/MT

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 151/2021

Dispõe sobre a nomeação dos Membros para compor o Conselho Municipal de Turismo para o Biênio 2020/2021.

Silvano Pereira Neves, Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que, Confere-lhe o Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Artigo 1º - De acordo com a Lei Municipal nº: 1.200/2017, ficam nomeados para compor o Conselho Municipal de Turismo, os seguintes membros para o Biênio 2020/2021.

1 – REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO;

Titular: José Luiz de Souza Santos CPF: 008.211.201-07

Suplente: Claudeir Aparecido Rocha CPF: 005.655.131-25

2 – REPRESENTANTES DE ENTIDADES CIVIS, RELIGIOSAS, SINDICATOS E ASSOCIAÇÕES;

Titular: Valdir Fernandes da Silva CPF: 979.749.271-00

Suplente: Juarez Cirino de Souza CPF: 292.105.001-30

Titular: Rogério Ribeiro da Silva CPF: 923.579.111-15

Suplente: José Nilton de Brito CPF: 761.796.991-00

3 – REPRESENTANTES DE AGENTES CULTURAIS, MÚSICOS, ARTESÃOS E ARTISTAS;

Titular: Cláudio Marcos Zanol CPF: 354.065.001-63

Suplente: Joana da Costa CPF: 970.266.381-49

Titular: Margarida Aparecida de Gois CPF: 766.752.201-44

Suplente: Silvia Cristina Outramário Peixoto CPF: 016.635.099-05

Artigo 2º - Os dispostos que trata no artigo 1º, não farão jus à remuneração.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se em especial a portaria n°003/2020 e suas disposições em contrárias.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte/MT, 12 de abril de 2021.

SILVANO PEREIRA NEVES ALBERTO GORGES

Prefeito Municipal Secretário Municipal de Administração

PREFEITURA/LICITACAO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO - SRP 012/2021 PROCESSO LICITATÓRIO 015/2021

A **Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte – MT**, através do pregoeiro e equipe de apoio, torna público aos interessados a **Adjudicação** do processo licitatório Pregão Eletrônico 012/2021, cujo **objeto é o Registro de preços para futura e eventual aquisição de medicamentos e materiais hospitalares para utilização nas ações de combate a pandemia,** conforme especificações e condições do edital e seus anexos, em favor das empresas vencedoras do certame conforme segue: **BE CARE Comercio de produtos Medico Hospitalares Ltda. EIREL,** inscrita no **CNPJ: 12.918.336/0003-89,** com valor total **R$ 7.000,00** para os **Item 81; Centermedi Comércio de Produtos Hospitalares Ltda.,** inscrita no **CNPJ 03.652.030/0001-70,** com valor total de **R$ 10.207,00** para os **Itens 37, 39, 48, 62, 68** e **69; Cirúrgica Alstyn EIRELI,** inscrita no **CNPJ: 23. 141.314/0001-00,** com valor total de **R$ 16.126,00** para os **itens 01, 13, 22, 23, 28, 29, 31** e **80; Cirúrgica MM Hospitalar Ltda.,** inscrita no **CNPJ: 17.059.112/0001-10,** com valor total de **R$ 980,00,** para os **itens 52, 59, 60** e **61; Disnorma Com. Atacadista de Medicamentos e Material Médico Hospitalar Ltda. – EPP,** Inscrita no **CNPJ: 01.326.495/0001-06**, com valor total de **R$ 4.489,50** para os **itens 54, 74, 79** e **82; Farmácia Bom Preço Ltda. – EPP,** inscrita no **CNPJ: 11.504.314/0001-48**, no valor total de **R$ 3.440,00** para os **itens 11** e **16; FF Distribuidora de Medicamentos Ltda.,** Inscrita no **CNPJ: 28.093.678/0001-85** no valor total de **R$ 29. 684,70** para os **itens 03, 05, 07, 08, 09, 10, 14, 15, 18, 32, 33, 35** e **36; Hiperdental Com. e Rep. de Produtos Odontológicos e Médico Hospitalar – EPP,** inscrita no **CNPJ: 13.994.852/0001-93,** no valor total de **R$ 28.367,10** para os **itens 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 49, 50, 51, 53, 57, 58, 66, 67, 70, 72, 73, 75, 76, 77** e **78; Medicamentos de AZ EIRELI - ME**, inscrita no **CNPJ: 09.676.256/0001-98,** no valortotal de **R$ 24.122,00** para os **itens 17, 25, 26, 27 e 34; MMH Med. Comercial de Produtos Hospitalares – ME,** inscrita no **CNPJ: 21.484.336/0001-47,** no valor de **R$ 1. 625,00** para os **item 65; Mundial Distribuidora de Produtos Farmacêuticos e Hospitalares Ltda. – EPP,** inscrita no **CNPJ: 07.768.887/0001-01,** no valor total de **R$ 820.630,00** para os **itens 02, 04** e **20; Nossa Dental Produtos Odontológicos Ltda. – ME,** no valor total de **R$ 18.980,00** para os **item 64; Nutricenter Distribuidora de Produtos Nutricionais e Hospitalares Ltda. – ME,** inscrita no **CNPJ 06.372.763/0001-40,** no valor total de **R$ 7.198,00** para os **itens 55** e **56; Top Norte Comercio de Material Médico Hospitalar EIRELI – ME,** inscrita no **CNPJ: 22.862.531/0001-26** no valor total de **R$ 6.425,00** para os **itens 19, 38, 63** e **71.** Os **Itens 06, 12, 24** e **30** foram declarados **desertos** e o **Item 21** foi declarado **fracassado.** Maiores informações nos endereços eletrônicos www.portaldecompraspublicas.com.br e portal da transparência http://www.novohorizontedonorte.mt.gov.br.

Novo Horizonte do Norte-MT, 12 de abril de 2021.

JULIANO GAMBA

Pregoeiro Oficial

PORTARIA Nº 150/2021

CONCESSÃO DE FÉRAS PARA SERVIDORA.

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte, Estado de Mato Grosso, Sr. **SILVANO PEREIRA NEVES,** no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, resolve:

ARTIGO 1º- Conceder 20(VINTE) dias de férias à servidora **GENELICE EPIFÂNIO DA COSTA,** brasileira, maior, portadora do RG: 237.226 SSP/MT e do CPF: nº 503.630.341-53, servidora publica lotada na Secretaria Municipal de Saúde no cargo de **TÉCNICA DE ENFERMAGEM,** referente ao período aquisitivo de **2019/2020** a partir de 12/04/2021 Á 01/05/2021.

ARTIGO 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte-MT, em 12de Abril de 2021.

SILVANO PEREIRA NEVES

PREFEITO MUNICIPAL

ALBERTO GORGES

SECRETARIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 021/2021

PREGÃO: 009/2021 – REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO: 012/2021

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES, contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios - AMM.

Pelo presente instrumento, A **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE – ESTADO DE MATO GROSSO**, inscrita com o **CNPJ sob o n. 03.238.888/0001-93**, com sede administrativa na Rua Augusto de Souza, 171, Centro, na cidade de Novo Horizonte do Norte/MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. **Silvano Pereira Neves**, brasileiro, casado,empresário, residente e domiciliado neste Município, portador da **Carteira de Identidade/RG n° 0625916-2 SSP/MT** e inscrito no **CPF sob o n° 503.521.641-15**, **RESOLVE** registrar os preços da empresa, **EDSON MARIANO OLIVEIRA - ME**, inscrita no CNPJ: **23.345.837/0001-78**, localizada na Av. Mestre Falcão, Bairro centro, CEP: 78.570-000, no município de Novo Horizonte do Norte - MT, telefone (66) 3559 1353 e e-mail r.favaro@hotmail.com representada pela Sra. **Rosana Pedroso Favaro**, portador do **RG: 69630537 SESP/PR** e **CPF: 024.815.639.05**, na quantidade estimada, de acordo com a classificação por ela alcançada por ITEM, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei 10.520/2002 e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir.

1 - DO OBJETO

1.1. Registro de Preços para futura e eventual aquisição de Produtos do Gênero Alimentício, Higiene e Limpeza, Copa e Cozinha e Utensílios Domésticos, para atendimento das diversas Secretarias Municipais e seus respectivos Departamentos, conforme especificado no anexo I – Termo de Referência do edital.

1.1.1. Este instrumento não obriga a Administração a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisições do(s) objeto(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

2 - DA VIGÊNCIA

2.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial.

3 - DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 O gerenciamento deste instrumento caberá a Administração, através de fiscal de contrato, no seu aspecto operacional e à Coordenadoria Jurídica de Licitações, nas questões legais.

4 – DO ITEM

4.1 Os Itens, as especificações, unidades, as quantidades, marcas, fornecedores, e os preços unitários que estão registrados nessa Ata de Registro de Preços, encontram-se indicados na tabela abaixo:

Item	Descrição dos itens	Unidade	Quant.	Marca	Valor unitário	Valor total
1	Abacaxi pérola (peso acima de 1 kg cada) fresco, de ótima qualidade, compacto, firme, coloração uniforme, aroma, cor, típicos da espécie, em perfeito estado de desenvolvimento. Não serão permitidos danos que lhe alterem a conformação e a aparência. Necessita estar isenta de sujidades, parasitas, rachaduras, cortes e perfurações.	Quilo	350	Bom preço	4,95	1.732,50
2	Abóbora kabotiá grande selecionada fresca, de ótima qualidade, compacta, firme, coloração uniforme, aroma, cor, típicos da espécie, em perfeito estado de conservação.	Quilo	420	Bom preço	4,50	1.890,00
3	Abobrinha - italiana boa qualidade, tamanho e coloracao uniformes, isentam de enfermidades, material terroso e umidade externa anormal, sem danos fisicos e mecanicos oriundos de manuseio e transporte.	Quilo	420	Bom preço	3,85	1.617,00
4	Agua mineral garafas 500 ml	Unidade	2350	Lebrinha	1,23	2.890,50
5	Açafrão, curcuma em pó puro pacote de 30 gr	Unidade	720	Mika	1,72	1.238,40
6	Achocolatado em pó, instantâneo, tradicional, a base de açúcar, cacau em pó e maltodextrina, embalagem em lata ou pote plástico contendo 400g, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido. O produto deverá ter registro no ministério da agricultura e/ou ministério da saude.	Unidade	1334	Nescau	7,50	10.005,00
7	Açúcar cristal sacarose obtida a partir do caldo de cana-de-açúcar. Cristal, branco, aspecto granuloso fino a médio, isento de matéria terrosa, livre de umidade e fragmentos estranhos. Acondicionado em embalagem de polietileno transparente original de fábrica de 2 kg com identificação do produto, dos ingredientes, informações nutricionais, marca do fabricante e informações do mesmo, prazo de validade, peso líquido e rotulagem de acordo com a legislação	Unidade	3404	Barralcool	5,45	18.551,80
8	Alecrim pacote de no minimo 10 gramas.	Unidade	270	Mika	1,75	472,50
9	Alface de primeira qualidade, em pé, apresentando grau de evolução completo do tamanho, aroma e cor proprias. Com ausência de sujidades, parasitos e larvas.	Unidade	740	Bom preço	3,38	2.501,20
10	Alho a granel grande, aparência fresca e sã, colhidos ao atingirem grau de evolução completo e perfeito estado de desenvolvimento. Isento de danos e defeitos de natureza física ou mecânica, terra aderente, sujidades	Quilo	567	Kialho	22,50	12.757,50
11	Amendoim - cru, com casca, cosntituido de grãos inteiros, sãos de boa qualidade, sem fermentação e mofo, isento de sujividades parasitas e larvas, acondicionado em pacotes de 500 gr.	Unidade	335	Zaeli	9,55	3.199,25
12	Amido de milho produto amiláceo extraído de milho fabricados a partir de matérias primas sãs e limpas, isentas de matéria terrosa, fungos ou parasitas, livre de umidade, fermentação ou ranço. O amido deve produzir ligeira crepitação quando comprimido entre os dedos. Embalagem original de fábrica de 1 kg com identificação do produto, dos ingredientes, informações nutricionais, marca do fabricante e informações do mesmo, prazo de validade, peso líquido e rotulagem de acordo com a legislação.	Unidade	600	Maisena	13,05	7.830,00
13	Adoçante dietetico liquido, zero calorias, sem glutem, sem sacarose, embalagem de 100 ml	Unidade	101	Zero call	4,75	479,75
14	Atum ralado (atum ralado em oleo comestivel, com peso liquido drenado minimo de 90%, sem aditivos quimicos, sem gluten, comercialmente esteril, embalado em saco metalizado flexivel (tipo pouch), como embalagem primaria, estavel a temperatura ambiente, com peso de 500g. Validade minima de 01 ano.	Unidade	380	Coqueiro	7,90	3.002,00
15	Arroz branco subgrupo polido, classe longo fino, agulha, tipo 1 isento de máteria terrosa, pedras, fungos ou parasitas, livre de umidade com grãos inteiros. Acondicionado em embalagem de polietileno transparente, original de fábrica de 5 kg com identificação do produto, dos ingredientes, informa-	Unidade	3635	Koblenz	21,45	77.970,75

	ções nutricionais, marca do fabricante e informações do mesmo, prazo de validade, peso líquido e rotulagem de acordo com a legislação					
16	Aveia - farelo de aveia camada externa do grao de aveia retirado atraves de processo de refino, fico em fobras soluveis, 100% integral e natural acondicionado em embalagem própria de 200g (cod. 558)	Unidade	170	Quaker	4,40	748,00
17	Azeite de oliva - oleo comestivel óleo comestível - azeite de oliva, extra virgem, obtido do fruto da oliveira unicamente por processos mecânicos ou outros meios físicos, isento de ranco e substancias estranhas, acidez igual ou inferior a 1% apto para consumo ma mesa, e que não tenha sido submetido a outro tratamento que não a lavagem, decantação, centrifugação e filtragem, embalagem em vidro ou plástico atoxico de 500 ml (cod. 2091)	Unidade	135	Galo	24,20	3.267,00
18	Azeitona em conserva - verde, inteira com caroco, imersa em liquido, tamanho e coloracao uniformes, acondicionada em sache com 200 gramas, devendo ser considerado como peso liquido o produto drenado (c0d. 290)	Unidade	575	Zaeli	5,88	3.381,00
19	Bacon:resfriado , defumado, em peça, e embalagem plástica á vácuo, com até 5 kg.	Quilo	370	Perdigão	31,00	11.470,00
20	Banana maça grande com médio grau de maturação, procedente de espécie sãdia, fresca, não estar golpeada e danificada por quaisquer lesões de origem física, mecânica ou biológica que afetem sua aparência. Estar isenta de substâncias terrosas, sujidades, parasitos, odores estranhos	Quilo	1110	Bom preço	3,99	4.428,90
21	Banana nanica grande com médio grau de maturação, procedente de espécie sadia, fresca, não estar golpeada e danificada por quaisquer lesões de origem física, mecânica ou biológica que afetem sua aparência. Estar isenta de substâncias terrosas, sujidades, parasitos, odores estranhos.	Quilo	1080	Bom preço	3,95	4.266,00
22	Batata doce graúda selecionada, fresca, de ótima qualidade, compacta, firme, coloração uniforme, aroma, cor, típicos da espécie, em perfeito estado de desenvolvimento. Não serão permitidos danos que lhe alterem a conformação e a aparência. Necessita estar isenta de sujidades, parasitas, rachaduras, cortes e perfurações.	Quilo	380	Bom preço	5,80	2.204,00
23	Batata inglesa graúda selecionada, fresca, de ótima qualidade, compacta, firme, coloração uniforme, aroma, cor, típicos da espécie, em perfeito estado de desenvolvimento. Não serão permitidos danos que lhe alterem a conformação e a aparência. Necessita estar isenta de sujidades, parasitas, rachaduras, cortes e perfurações.	Quilo	2395	Bom preço	4,25	10.178,75
24	Batata palha batata processada - tipo palha,embalada em saco plastico,esterilizada em atmosfera,acondicionada para transporte em saco plastico,higienizada, cortada em tiras,com aspecto, cor, cheiro e sabor proprios,firme e intacta,livre de fertilizantes, sujidades, parasitas e larvas, embalagem de 500 g	Unidade	170	Claumar	14,55	2.473,50
25	Bebida láctea fermentada com polpa de fruta (sabor de salada de frutas e morango). Embalagem de polietileno original de fábrica de 1 litro com identificação do produto, dos ingredientes, informações nutricionais, marca do fabricante e informações do mesmo, prazo de validade, peso líquido e rotulagem de acordo com a legislação. Litro	Unidade	250	Batavo	5,55	1.387,50
26	Beterraba especial tipo a selecionada fresca, de ótima qualidade, compacta, firme, coloração uniforme, aroma, cor, típicos da espécie, em perfeito estado de desenvolvimento. Não serão permitidos danos que lhe alterem a conformação e a aparência. Necessita estar isenta de sujidades, parasitas, rachaduras, cortes e perfurações.	Quilo	955	Bom preço	5,20	4.966,00
27	Bolacha cookies integral não contém glúten, com soja, arroz e milho com castanhas, fonte de fibra e proteínas, 150gr	Unidade			0,00	0,00
28	Biscoito com /água e sal 400 gr, dupla embalagem, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido. O produto deverá ter registro no ministério da agricultura e/ou ministério da saúde.	Unidade	2656	Mabel	4,10	10.889,60
29	Biscoito doce sem recheio - tipo biscoito doce sem recheio tipo maria, composicao basica farinha de trigo, gordura vegetal, sal, acucar, outra substanciaspermitidas, acondicionado em embalagem fime bopp, 400 gr	Unidade	2654	Mabel	4,29	11.385,66
30	Biscoito doce sem recheio - tipo biscoito doce sem recheio tipo amanteigado, composicao basica farinha de trigo, gordura vegetal,sal,acucar, outra substanciaspermitidas, acondicionado em embalagem fime bopp, 400 gr	Unidade	1454	Mabel	5,59	8.127,86
31	Biscoito doce sem recheio - tipo biscoito doce sem recheio tipo maisena, sem lactose, composicao basica farinha de trigo, gordura vegetal, sal, acucar, outra substanciaspermitidas, acondicionado em embalagem fime bopp, 400 gr	Unidade	1110	Mabel	4,39	4.872,90
32	Bombom especialidades, caixa com mínimo 400 gr	Unidade	212	Nestle	10,20	2.162,40
33	Bombom pacote de 01 kg	Unidade	350	Sonho de valsa	36,10	12.635,00
34	Café torrado e moído, embalagem a vácuo, de primeira qualidade, contendo no minimo 500 gr e identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade, selo de pureza da associação brasileira da industria do café - abci. O produto deverá ter registro no ministério da saúde e atender a portaria 451/97 do ministério da saúde e a resolução 12/78 da comissão nacional de normas e padrões pra alimentos – cnnpa.	Unidade	1721	Do carmo	9,50	16.349,50
35	Caldo de carne c/ 12 tabletes	Unidade	320	Knorr	2,56	819,20
36	Caldo de galinha com 12 tabletes	Unidade	320	Knorr	2,85	912,00
37	Canela em casca obtida da casca de especimes vegetais genuinos, casca saes e limpas, de coloração pardo, amarelada ou marrom claro, com aspecto cheiro aromático e sabor próprio, livre de sujidades e materiais estranhos a sua espécie, acondicionada em saco plástico transparente,atoxico, embalagem com 40 gramas.	Unidade	140	Mika	1,55	217,00
38	Canela em po fina homogênea, obtida da casca de especimes vegetais genuinos, grãos e limpos, pardo amarelada ou marrom claro, com aspectos cheiros aromaticos e sabor próprio, livre de sujidades e materiais estranhos a sua espécie, acondicionada em embalagem com 40 gramas	Unidade	110	Mika	1,70	187,00
39	Carne bovina de 2ª em pedaços (cubos) acem ou paleta sem osso de cor vermelha brilhante ou púrpura resfriada (0º a 4º) sem peles e gorduras provenientes de animais sadios, abatidos sob inspeção sanitária, manipulada em condições higiênicas satisfatórias, de aspecto firme não amolecido nem pegajoso, cor uniforme sem máchas esverdeadas ou pardacentas e odor próprio.	Quilo	2070	Bom preço	27,35	56.614,50
40	Carne bovina - tipo musculo, picada de 2cm , no maximo 10% de sebo e gordura limpa,com aspecto,cor,cheiro e sabor proprios, resfriada, embalada em saco plastico transparente, atoxico, abatidos sob inspeção sanitária, manipulada em condições higiênicas satisfatórias. De aspecto firme não amolecido nem pegajoso, cor uniforme sem manchas esverdeadas ou pardacentas e odor próprio	Quilo	1870	Bom preço	19,35	36.184,50
41	Carne bovina patinho, em bife, resfriada, e no maximo 10% de sebo e gordura com aspecto, cor, cheiro e sabor proprio, embalada em saco plastico transparente,atoxico.abatidos sob inspeção sanitária, manipulada em condições higiênicas satisfatórias. De aspecto firme não amolecido nem pegajoso,cor uniforme sem manchas esverdeadas ou pardacentas e odor próprio.	Quilo	2150	Bom preço	27,10	58.265,00
42	Carne bovina - tipo acem, peca inteira, resfriada, e no maximo 10% de sebo e gordura com aspecto, cor, cheiro e sabor proprio, embalada em saco plastico transparente, atoxico.	Quilo	1003	Bom preço	26,30	26.378,90
43	Carne bovina fraldinha, resfriada, e no maximo 10% de sebo e gordura com aspecto, cor, cheiro e sabor proprio, embalada em saco plastico transparente, atoxico. , abatidos sob inspeção sanitária, manipulada em condições higiênicas satisfatórias. De aspecto firme não amolecido nem pegajoso, cor uniforme sem manchas esverdeadas ou pardacentas e odor próprio.	Quilo	900	Bom preço	30,40	27.360,00

44	Carne bovina de 2ª moida no maximo 10% de sebo e gordura com aspecto, cor e cheiro próprio, embalada em saco plastico transparente, atoxico, abatidos sob inspeção sanitária, manipulada em condições higiênicas satisfatórias. De aspecto firme não amolecido nem pegajoso, cor uniforme sem manchas esverdeadas ou pardacentas e odor próprio.	Quilo	2400	Bom preço	18,60	44.640,00
45	Carne bovina alcatra resfriada, embalagem em filme pvc ou em saco plástico transparente, contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, marcas e carimbos oficiais, de acordo com as portarias do ministério da agricultura, dipoa nº 304 de 22/04/96 e nº145 de 22/04/98, resolução da anvisa nº105 de 19/05/99 e da lei municipal/vigilância sanitária	Quilo	900	Bom preço	35,40	31.860,00
46	Carne bovina tipo charque embalagem em filme pvc transparente ou saco plastico transparente, contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, marcas e carimbos oficiais, de acordo com as portarias do ministério da agricultura, dipoa n.304 de 22/04/96 e n.145 de 22/04/98, da resolução da anvisa n.105 de 19/05/99	Quilo	1040	Bom preço	19,20	19.968,00
47	Carne bovina coxão duro resfriada, embalagem em filme pvc ou em saco plástico transparente, contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, marcas e carimbos oficiais, de acordo com as portarias do ministério da agricultura, abatidos sob inspeção sanitária, manipulada em condições higiênicas satisfatórias. De aspecto firme não amolecido nem pegajoso, cor uniforme sem manchas esverdeadas ou pardacentas e odor próprio.	Quilo	1350	Bom preço	28,35	38.272,50
48	Carne suína tipo paleta, sem pele, resfriada, e no maximo 10% de sebo e gordura com aspecto, cor, cheiro e sabor proprio, embalada em saco plastico transparente, atoxico.	Quilo	980	Bom preço	15,70	15.386,00
49	Carne suina – tipo pernil, em peca inteira, congelado, sem osso, acondicionada em saco plastico transparente,atoxico, pesando aproximadamente 3 kg	Quilo	650	Bom preço	18,80	12.220,00
50	Carne bovina coxão mole resfriada, embalagem em filme pvc ou em saco plástico transparente, contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, marcas e carimbos oficiais, de acordo com as portarias do ministério da agricultura, abatidos sob inspeção sanitária, manipulada em condições higiênicas satisfatórias. De aspecto firme não amolecido nem pegajoso, cor uniforme sem manchas esverdeadas ou pardacentas e odor próprio.	Quilo	1100	Bom preço	31,40	34.540,00
51	Cebola branca selecionada fresca, de ótima qualidade, compacta, firme, coloração uniforme, aroma, cor, típicos da espécie, em perfeito estado de desenvolvimento. Não serão permitidos danos que lhe alterem a conformação e a aparência. Necessita estar isenta de sujidades, parasitas, rachaduras, cortes e perfurações.	Quilo	463	Bom preço	5,66	2.620,58
52	Cenoura grande selecionada fresca, de ótima qualidade, compacta, firme, coloração uniforme, aroma, cor, típicos da espécie, em perfeito estado de desenvolvimento. Não serão permitidos danos que lhe alterem a conformação e a aparência. Necessita estar isenta de sujidades, parasitas, rachaduras, cortes e perfurações.	Quilo	1702	Bom preço	4,45	7.573,90
53	Chá - camomila, constituido de flores, de especimes vegetais genuinos dessecados, com aspecto cor, cheiro e sabor próprio, isento de sujidades, parasitas e larvas, acondicionado em saco plástico, em embalagem apropriada de 40 gr.	Unidade	450	Leão	2,35	1.057,50
54	Chá diversos sabores, caixa 10gr contendo 10 saquinhos (faz porção 200ml cada)	Unidade	355	Leão	5,40	1.917,00
55	Cha erva doce com mínimo de 10 gramas	Unidade	290	Leão	2,43	704,70
56	Cha mate, caixa com 250 gr, o produto deverá ter registro no ministerio da agricultura e/ou ministerio da saude, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade de acordo com a resolução 12/78 da cnnpa.	Unidade	667	Leão	5,45	3.635,15
57	Chá - erva mate queimado, constituido de folha novas, de especimes vegetais genuinos ligeiramente tostados e partidos, de cor verde amarronzada escura, com aspecto cor,cheiro e sabor proprios, isento de sujidades,parasitas e larvas, acondicionado em embalagem a granel de 200 gr.	Unidade	255	Leão	5,50	1.402,50
58	Cheiro verde, maço composto por cebolinha verde e salsinha, folhas íntegras, frescas e limpas	Pacote	500	Bom preço	3,50	1.750,00
59	Chocolate em po- preparado com cacau, acucar, leite, licor de cacau.,manteiga de cacau e outras substancias,embalagem com 400 gramas.	Unidade	1029	Nescau	4,75	4.887,75
61	Chocolate granulado - ao leite,tipo granulado,preparado com cacau, acucar, leite, licor de cacau. ,manteiga de cacau e outras substancias,embalagem com 200 gramas.	Unidade	230	Dori	3,90	897,00
62	Chuchu - de boa qualidade, tamanho e coloração uniforme, livre de enfermidades, livre de enfermidades, sem danos fisicos e mecanicos.	Quilo	730	Bom preço	4,45	3.248,50
63	Coco ralado produto obtido do fruto do coqueiro por processo tecnológico adequado e separado parcialmente da emulsão óleo/água por processo mecânico. Embalagem primária aluminizada de 100 grmas com identificação do produto, dos ingredientes, informações nutricionais, marca do fabricante e informações do mesmo, prazo de validade, peso líquido e rotulagem de acordo com a legislação	Unidade	620	Sococo	2,58	1.599,60
64	Colorifico - em po fino, homogeneo, obtido de frutos maduros de especimes genuinos, graos sadios,limpos,dessecados e moidos, de coloracao vermelho intenso, com aspecto cor,cheiro e sabor proprios, isento de materiais estranhos a sua especie, acondicionado em saco plastico transparente,atoxico, resistente e hermeticamente vedado, embalagem de 200 grama	Unidade	470	Zaeli	1,77	831,90
65	Couve-flor selecionada, fresca, de ótima qualidade, compacta, firme, coloração uniforme, aroma, cor, típicos da espécie, em perfeito estado de desenvolvimento. Não serão permitidos danos que lhe alterem a conformação e a aparência. Necessita estar isenta de sujidades, parasitas, rachaduras, cortes e perfurações.	Pacote	395	Bom preço	9,05	3.574,75
66	Couve maço , folhas integras e limpas , livre de sujidades pragas e fertilizantes	Pacote	400	Bom preço	3,40	1.360,00
67	Coxa e sobre coxa de frango	Quilo	1605	Sadia	8,68	13.931,40
68	Coxinha da asa do frango, cor, textura e aparencia normais, peso em kg	Quilo	1430	Sadia	12,20	17.446,00
69	Cravo da índia pacote minimo 10 gramas	Unidade	230	Mika	1,68	386,40
70	Creme de leite embalagem mínima de 200 gramas, t, apresentando teor de matéria gorda mínima de 25%, embalagem em lata ou caixinha, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido. O produto deverá ter registro no ministério da agricultura e/ou ministério da saúde.	Unidade	1025	Piracanjuba	3,18	3.259,50
71	Creme de cebola em pó 63 gr	Unidade	120	Arisco	5,50	660,00
72	Doce de leite cremoso pote com minimo de 400 gramas	Unidade	284	Incotril	4,00	1.136,00
73	Doce em pasta de frutas para pao sabores diversos 400 gr	Unidade	285	Incotril	3,80	1.083,00
74	Doces em pasta - de goiaba (goiabada), simples, em massa, obtido do processamento das partes, comestiveis desintegradas da fruta, com acucar,com ou sem adicao de agua,pectina, ajustador de ph,aditivos e outros ingredientes, isento de sujidades e materiais estranhos, acondicionado em embalagem apropriada de 400g	Unidade	160	Predilecta	4,15	664,00
75	Ervas finas, composta de alecrim, tomilho, manjericão, salsa, estragão e orégano. Pacote de 10g transparente e atoxico	Unidade	270	Mika	2,10	567,00
76	Ervilha em conserva lata, sem ferrugem externa e amassos peso drenado de 200 gr produto preparado com ervilhas previamente debulhadas, envazadas praticamente cruas, reidratadas ou pré cozidas, imersas em liquido de cobertura apropriado (salmoura), submetidas a adequado processamen-	Unidade	580	Olé	2,50	1.450,00

	to tecnológico. Será considerado como peso líquido o produto drenado. O produto deverá apresentar grãos inteiros selecionados (mínimo de 98% de ervilhas inteiras). O produto deve apresentar cor apropriada, sabor e odor próprios dos ingredientes, devendo o produto estar isento de sabores e odores estranhos, possuir textura apropriada, uniformidade de tamanho e formato, ausência de defeitos tais como cascas, sementes, unidades manchadas ou descoloradas, resíduos de vegetais e outros, ph adequado a composição e natureza do produto.					
77	Ervilha seca tipo i, pacote com 500 gramas o produto deverá ser constituído de no mínimo 95 % de ervilhas partidas, de tamanho e formato naturais, maduras, limpas e secas. Deverá obedecer aos limites máximos de tolerância de matérias estranhas e impurezas para o tipo i, correspondente a 0,5% conforme anexo i da portaria no 65 de 16/02/1993 do ministério da agricultura	Unidade	50	Mika	6,65	332,50
78	Essencia de baunilha-essencia artificial - preparada com vegetais genuinos maduros, com aspecto cor, cheiro e sabor de baunilha, acondicionada em frasco de plastico, transparente, atoxico de 30 ml	Unidade	170	Dr. Oetker	3,90	663,00
79	Extrato de tomate - concentrado, produto resultante da concentracao da polpa de tomate por processo tecnologico, preparado com frutos maduros selecionados sem pele, sem sementes e corantes artificiais, isento de sujidades e fermentacao, acondicionado em lata, pesando 340 gramas	Unidade	743	Elefante	1,45	1.077,35
80	Extrato de tomate concentrado, produto resultante da concentracao da polpa de tomate por processo tecnologico, preparado com frutos maduros selecionados sem pele, sem sementes e corantes artificiais, isento de sujidades e fermentacao, acondicionado em lata, mbalagem de 1 kg	Unidade	590	Elefante	8,74	5.156,60
81	Farinha de trigo pura especial de 1ª, embalagem de 1kg, com vitamina B9, fortificada com ferro e contendo gluten enriquecida com acido folico.	Unidade	907	Alvalade	3,85	3.491,95
82	Farinha de mandioca - crua, branca, isenta de sujidades, parasitas e larvas, acondicionada em saco plastico, atoxico, embalagem com 1 kg.	Unidade	553	Pinduca	6,73	3.721,69
83	Farinha de mandioca temperada, sem pimenta, tempero suave, embalagem atoxica de cor escura de 500 gr	Unidade	280	Pinduca	4,42	1.237,60
84	Farinha de milho, amarela, livre de sugividades e pragas, pacote 500 gramas.	Unidade	580	Mika	3,15	1.827,00
85	Farinha lactea, constituida por farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, leite em pó integral, vitaminas e minerais, sal e aromatizante. Lata 400g.	Unidade	80	Nestle	11,20	896,00
86	Farinha de rosca, constituído por pão torrado, embalagem atoxica e transparente de 500g.	Unidade	240	Mika	4,35	1.044,00
87	Farinha trigo para kibe- trigo para quibe de primeira qualidade - embalagem de 1kg - a farinha de trigo devera se apresentar limpa, seca e isenta de odores ou sabores estranhos ou improprios ao produto. O produto devera estar em conformidade com as leis especificas vigentes.	Unidade	600	Mika	7,50	4.500,00
88	Feijão preto tipo 01 novo, grãos inteiros, aspecto brilhoso, liso, isento de matéria terrosa, pedras ou corpos estranhos, fungos ou parasitas e livre de umidade. Embalagem plástica de polietileno transparente de 1 kg original de fábrica com identificação do produto, dos ingredientes, informações nutricionais, marca do fabricante e informações do mesmo, prazo de validade, peso líquido e rotulagem de acordo com a legislação	Unidade	818	Novo estado	8,20	6.707,60
89	Feijão tipo 1, carioca, novo, grãos inteiros, aspecto brilhoso, liso, isento de matéria terrosa, pedras ou corpos estranhos, fungos ou parasitas e livre de umidade. Embalagem plástica de polietileno transparente de 01 kg original de fábrica com identificação do produto, dos ingredientes, informações nutricionais, marca do fabricante e informações do mesmo, prazo de validade, peso líquido e rotulagem de acordo com a legislação	Unidade	2303	Boca cheia	6,80	15.660,40
90	Fermento biológico - tipo granulado seco instantaneo, composto de saccharornyces cerevisial,agente de reidratacao, acondicionado em embalagem apropriada de 125 gr	Unidade	347	Dr. Oetker	5,07	1.759,29
91	Fermento quimico - tipo em po,composto de pirofosfato acido de sodio, bicarbonato de sodio,fosfato monocalcico,acondicionado em embalagem apropriada de 200 gr	Unidade	452	Dr. Oetker	6,05	2.734,60
92	Figado - bovino em bife, resfriado, com aspecto proprio, firme, nao pegajoso, isento de manchas esverdeadas, com cheiro e sabor proprio, acondicionado em saco plastico transparente, atoxico.	Quilo	930	Bom preço	12,90	11.997,00
93	Flocos de milho. Farinha de milho, tipo flocão, amarelo, com aspecto, cor, cheiro e sabor próprios com ausência de umidade, fermentação, ranço, isento de sujidades, parasitas e larvas. Embalagem de 500g, sacos plásticos transparentes e atóxicos, tampos não violados, resistentes que garantam a integridade do produto até o momento do consumo, acondicionado em fardos lacrados. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informação nutricional, nº do lote, data de validade, quantidade do produto. O produto deverá apresentar validade mínima de 05 (cinco) meses a partir da data de entrega da unidade requisitante.	Unidade	190	Sinhá	2,20	418,00
94	Folhas de louro - em folhas secas, obtido de especimes vegetais genuinos, graos saos, limpos e secos, de coloracao verde pardacenta, com aspecto cor, cheiro e sabor proprios, isento de materiais estranhos a sua especie, acondicionado em saco plastico transparente, atoxico, resistente e hermeticamente vedado, de 5g.	Unidade	170	Mika	1,54	261,80
95	Frango semi-processado- inteiro, congelado, sem pe, sem cabeca, com aspecto de cor e cheiro proprios, sem manchas, acondicionado em saco plastico transparente, atoxico, com selo do servico de inspecao federal e estadual.	Quilo	2560	Sadia	8,10	20.736,00
96	Frango semi-processado- em peças , resfriado ,peito,com aspecto de cor e cheiro proprios, sem manchas, acondicionado em saco plastico transparente, atoxico, com selo do servico de inspecao federal e estadual.	Quilo	1845	Sadia	10,65	19.649,25
97	Fubá de milho amarelo – fino: deve apresentar um aspecto de pó fino, cor amarelada, cheiro e sabor próprios, ausência de sujidades, parasitas ou larvas. Embalagem 01 kg	Unidade	1210	Zaeli	4,10	4.961,00
98	Gelatina-preparado em pó sabores variados 45 grama	Unidade	2280	Fleischmann	1,15	2.622,00
99	Goiabada barra;com consistência firme para corte .isento de sujidades,parasitas e larvas ,embalagem de 500 grama	Unidade	150	Olé	4,30	645,00
100	Iogurte tipo grego, zero lactose, sabores diversos, embalagem de 90 gr	Unidade	1990	Batavo	2,65	5.273,50
101	Iogurte - sabor natural, de consistência cremosa, integral, acondicionado em embalagem apropriada de 1 litro	Unidade	2250	Batavo	11,20	25.200,00
102	Laranja pera fresca, de ótima qualidade, compacta, firme, coloração uniforme, aroma, cor, típicos da espécie, em perfeito estado de desenvolvimento. Não serão permitidos danos que lhe alterem a conformação e a aparência. Necessita estar isenta de sujidades, parasitas, rachaduras, cortes e perfurações.	Quilo	3100	Bom preço	3,15	9.765,00
103	Leite de coco, tradicional, embalagem contendo 200 ml, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido, de acordo com a resolução 12/78 da cnnpa. O produto deverá ter registro no ministério da agricultura e/ou ministério da saúde. Unidade.	Unidade	250	Sococo	3,45	862,50
104	Leite condensado - composto de leite, açucar e lactose, de consistência cremosa e textura homogênea, acondicionado em embalagem de 395 gramas.	Unidade	1350	Piracanjuba	4,95	6.682,50
105	Leite longa vida - desnatado, teor maximo de 0,5% de gordura,,recipiente hermetico em tipo tetra pak com tampa de 1 litro, validade de no mínimo 90 dias,com registro no ministério da agricultura	Unidade	1220	Piracanjuba	4,99	6.087,80
106	Leite sem lactose loga vida integral - processado por uht (ultra hight temperature), zero lactose, recipiente hermetico em tipo tetra pak com 1 litro e validade de no mínimo 90 dias	Unidade	600	Piracanjuba	5,15	3.090,00

107	Leite longa vida - uht integral, teor de materia gorda composto carboidratos, proteínas, gorduras totais e saturadas, gorduras trans og, fibra alimentar og, sódio e cálcio, recipiente hermetico em tipo tetra pak com 1 litro.	Unidade	1859	Piracanjuba	4,65	8.644,35
108	Leite em po - formula infantil - para lactentes a partir de 06 meses, isosmolar,isotonica,soro de leite, enriquecido com ferro e vitaminas hdrossoluveis,embalagem apropriada ao produto	Unidade	300	Ninho	26,99	8.097,00
109	Leite em pó fórmula infantil com ferro para lactentes com nucleotídeos, dha, ara, de 0 a 6 meses. Lata 400g	Unidade	200	Nestle	27,45	5.490,00
110	Leite em po instantaneo - composicao: leite integral, vitaminas (a,d e c), e minerais (ferro e zinco) e emulsificante lecitina de soja. Não contém glúten	Unidade	130	Nestle	13,35	1.735,50
111	Leite em po nan 1, base de leite de vaca, para alimentacao de lactentes no 1º e 2º semestres de vida, enriquecido com 1 mg de 100 kcal, contando com minimo 60 kcal por 100 ml de leite reconstituido acondicionado embalagem minimo 400 g, produto devera conter 8 mg de vitamina C por 100 kcal, no minimo, caso o ferro utilizado para o enriquicimento esteja na forma "sal de ferro", acrescido ou não de amido pre gelatinizado. Validade minima igual ou superior a 80 % do prazo total de validade contado a partir da data de fabricação.	Unidade	100	Neslte	26,99	2.699,00
112	Leite em po nestogeno 1, leite em po, base de leite de vaca, para alimentacao de lactentes no 1º e 2º semestres de vida, enriquecido com 1 mg de 100 kcal, contando com minimo 60 kcal por 100 ml de leite reconstituido acondicionado embalagem minimo 400 g, produto devera conter 8 mg de vitamina C por 100 kcal, no minimo, caso o ferro utilizado para o enriquicimento esteja na forma "sal de ferro", acrescido ou não de amido pre gelatinizado. Validade minima igual ou superior a 80 % do prazo total de validade contado a partir da data de fabricação.	Unidade	100	Nestle	21,95	2.195,00
113	Leite sem lactose em pó, fórmula infantil isenta de lactose, à base de leite de vaca, óleos vegetais e maltodextrina (única fonte de carboidratos); enriquecida com vitaminas, nucleotídeos, minerais, ferro e outros oligoelementos para crianças de 0 -12 meses, embalagem de 400g	Unidade	130	Nestle	17,90	2.327,00
115	Lentilha - de primeira, nova, constituida de graos inteiros e saos, com umidade maxima de 15% por peso, isenta de sujidades, parasitas e larvas, acondicionada em saco de polietileno.	Unidade	400	Mika	4,70	1.880,00
116	Limão comum fresco, taiti ou galego, de ótima qualidade, com bastante sumo. Necessita estar isento de parasitas, rachaduras, cortes e perfurações	Quilo	340	Bom preço	4,75	1.615,00
117	Linguiça defumada, tipo calabresa, preparada com carne não mista, toucinho e condimentos, com aspecto normal, firme, sem umidade,não pegajosa, isenta de sujidades,parasitas e larvas, mantida em temperatura e refrigeração adequada, acondicionada em saco de polietileno.	Quilo	580	Bom preço	22,50	13.050,00
118	Linguiça frescal toscana: preparada com carne suína, toucinho e condimentos, com aspecto normal, firme, sem umidade, não pegajosa, isenta de sujidades, parasitas e larvas, mantida em temperatura e refrigeração adequada, acondicionada em saco de polietileno, e suas condições deverão estar de acordo com a nta 05 (decreto 12486 de 20/10/78). Transporte: veículo de transporte estar limpo e ser capaz de manter a temperatura ideal de conservação. Transporte: veículo de transporte estar limpo e ser capaz de manter a temperatura ideal de conservação reposição do produto: no caso de alteração do mesmo antes do vencimento do prazo de validade e embalagens danificadas.	Quilo	250	Perdigão	19,25	4.812,50
119	Linguiça frescal: toscana: preparada com carne não mista, toucinho e condimentos, com aspecto normal, firme, sem umidade, não pegajosa, isenta de sujidades, parasitas e larvas, mantida em temperatura e refrigeração adequada, acondicionada em saco de polietileno, e suas condições deverão estar de acordo com a nta-05 (decreto 12486 de 20/10/78)	Quilo	240	Perdigão	14,90	3.576,00
120	Maça nacional fresca, de ótima qualidade, compacta, firme, coloração uniforme, aroma, cor, típicos da espécie, em perfeito estado de desenvolvimento. Não serão permitidos danos que lhe alterem a conformação e a aparência. Necessita estar isenta de sujidades, parasitas, rachaduras, cortes e perfurações.	Quilo	1910	Bom preço	6,78	12.949,80
121	Massa alimenticia - tipo seca e fresca, formato ave maria, cor amarela, obtida pelo amassamento da semola, ovos, vitaminado, isenta de corantes artificiais, isento de sujidades e parasitas, acondicionada em saco plastico transparente e atoxico 500 grama	Unidade	1490	Galo	3,85	5.736,50
122	Massa alimenticia - tipo seca e fresca, formato padre nosso, cor amarela, obtida pelo amassamento da semola, ovos, vitaminado, isenta de corantes artificiais, isento de sujidades e parasitas, acondicionada em saco plastico transparente e atoxico 500 grama	Unidade	1570	Galo	4,10	6.437,00
123	Massa lasanha farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, água, gordura vegetal hidrogenada, sal, açúcar, conservante ins 202 e corante natural ins 160a (i).contém glutén,embalagem 500 grama	Unidade	380	Petybom	6,69	2.542,20
124	Macarrão espaguete com ovos. Massa seca de sêmola com ovos, fabricado a partir de matérias-primas sãs e limpas, isentas de matéria terrosa e parasitos. Acondicionado em embalagem primaria resistente, intacta, sem qualquer tipo de perfuração, pacote de 1 kg, resistente, transparentes, atóxicos; contendo data de fabricação e de validade	Unidade	1300	Galo	6,95	9.035,00
125	Macarrão de arroz, constituido pela massa do arroz triturada, enriquecido com vitamina a e antioxidantes, embalagem de 500 gr	Unidade	300	Urbano	3,20	960,00
126	Macarrão tipo parafuso com ovos. Embalagem resistentes, intacta e bem vedada. Ingredientes: farinha de trigo comum enriquecida com ferro e ácido fólico, ovos, sêmola de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, e corantes naturais cúrcuma e urucum. Contém glúten. Deve constar na embalagem data de validade. Sendo a validade mínima de 3 meses a partir da data de entrega do produto.	Unidade	1200	Galo	3,78	4.536,00
127	Maionese -emulsao cremosa obtida com ovos e oleo vegetal, sem adicao de condimentos, substâncias comestíveis e sem corantes, de consistencia cremosa, amarelo claro, com cheiro e sabor proprio, isento de sujidades e seus ingredientes em perfeito estado de conservacao, acondicionada em embalagem de 500 gramas.	Unidade	1247	Hellmans	5,24	6.534,28
128	Mamão formosa fresco, de ótima qualidade, compacto, firme, coloração uniforme, aroma, cor, típicos da espécie, em perfeito estado de desenvolvimento. Não serão permitidos danos que lhe alterem a conformação e a aparência. Necessita estar isenta de sujidades, parasitas, rachaduras, cortes e perfurações.	Quilo	510	Bom preço	6,50	3.315,00
129	Mamão papaia de ótima qualidade, compacto, firme, coloração uniforme, aroma, cor, típicos da espécie, em perfeito estado de desenvolvimento. Não serão permitidos danos que lhe alterem a conformação e a aparência. Necessita estar isento de sujidades, parasitas, rachaduras, cortes e perfurações.	Quilo	515	Bom preço	10,10	5.201,50
130	Mandioca descascada selecionada tipo 1, embalada em embalada em saco plástico, higienizada, corte em tolete, aproximadamente 6 a 8cm de comprimento e congelada, com aspecto cor,cheiro e sabor próprios, firme e intacta, livre de fertilizantes, sujidades,parasitas e larvas.	Quilo	790	Bom preço	3,62	2.859,80
132	Margarina- produto industrializado pela hidrogenação de óleos vegetais (80% lipidios), leite pasteurizado e outros produtos, batida até ficar homogênea. Enriquecida de vitaminas, adicionada de sal. Apresentação, aspecto, cheiro, sabor e cor peculiares e deverão estar isentos de ranço e de bolores. Embalagem primária de 1 kg com proteção de papel aluminizado após a tampa e com identificação do produto, dos ingredientes, informações nutricionais, marca do fabricante e informações do mesmo, prazo de validade, peso líquido e rotulagem de acordo com a legislação.	Unidade	897	Delicia	11,90	10.674,30
133	Margarina light -produto insdustrializado através dos ingredientes: água, óleos vegetais líquidos e interesterificados, sal (cloreto de sódio), soro de leite em pó, leite em pó desnatado, vitamina a, estabilizantes: mono e diglicerídeos de ácidos graxos e ésteres de poliglicerol de ácido ricinoléico, conservadores: sorbato de potássio e benzoato de sódio, acidulante: ácido cítrico, antioxidantes: tbhq, bht, edta, aromatizante: aroma idêntico ao natural, corantes: beta caroteno sintético idêntico ao natural, embalagem 500 grama	Unidade	230	Delicia	6,75	1.552,50

134	Melancia com peso acima de 10 kg fresca, de ótima qualidade, compacta, firme, coloração uniforme, aroma, cor, típicos da espécie, em perfeito estado de desenvolvimento. Não serão permitidos danos que lhe alterem a conformação e a aparência. Necessita estar isenta de sujidades, parasitas, rachaduras, cortes e perfurações.	Quilo	3500	Bom preço	2,50	8.750,00
135	Melão nacional fresco, de ótima qualidade, compacto, firme, coloração uniforme, aroma, cor, típicos da espécie, em perfeito estado de desenvolvimento. Não serão permitidos danos que lhe alterem a conformação e a aparência. Necessita estar isenta de sujidades, parasitas, rachaduras, cortes e perfurações.	Quilo	1942	Bom preço	5,25	10.195,50
136	Milho para canjica (branca ou amarela), produto dos grãos ou pedaços de milho provenientes da espécie (zea mays) que apresentam ausencia parcial ou total do gérmem, em função do processo de escarificação mecânica. Os grãos podem ser de coloração branca ou amarela, de primeira qualidade, 500 gr	Unidade	1235	Mika	3,95	4.878,25
137	Milho para pipoca de primeira qualidade,beneficiado,polido,limpo, isento de sujidades,parasitas e larvas, admitindo umidade maxima de 14% por peso, acondicionado em saco filme bopp. Embalagem de 500 grama	Unidade	1497	Mika	3,14	4.700,58
138	Milho verde em conserva , grãos inteiros, imerso em liquido de cobertura, tamanho e coloracao uniformes, acondicionado em lata com no minino 280 gramas, devendo ser considerado como peso líquido o produto drenado	Unidade	1450	Quero	2,58	3.741,00
140	Mucilon de arroz, cereal infantil, conendo probioticos e nutrientes essenciais como zinco, vitamina a, vitamina c e ferro de melhor absorção, sabores milho, arroz, multicereais, embalagem de 500 grama	Unidade	630	Nestle	7,50	4.725,00
141	Molho de tomate - produto preparado com frutas maduras e sas, sem pele, sem sementes, acrescidas de condimentos, sal, acucar,cebola,glutamato monossodico, e outros ingredientes permitidos, isento de sujidades,parasitas,larvas e fermentacoes, livre de defeitos de processamento, embalagem sache de 340g	Unidade	1870	Pomarola	1,25	2.337,50
142	Óleo de soja produto obtido do grão da soja que sofreu processo tecnológico adequado como degomoagem, neutralização, clarificação, frigorificação de desodorização. Líquido viscoso refinado, fabricado a partir de matérias primas limpas e sãs. Embalagem em polietileno tereftalato (pet) de 900 ml com identificação do produto, dos ingredientes, informações nutricionais, marca do fabricante e informações do mesmo, prazo de validade, peso líquido e rotulagem de acordo com a legislação	Unidade	4508	Liza	7,24	32.637,92
143	Ovo de galinha, branco ou vermelho, classe a, sem rachaduras manchas ou deformações.	Duzia	1527	Picini	5,26	8.032,02
144	Orégano - em folhas secas, obtido de especimes vegetais genuinos, graos sao e limpos, de coloracao verde pardacenta, com cheiro aromatico e sabor proprio, isento de sujidades e materiais estranhos a sua especie, acondicionado em saco plastico transparente, atoxico, resistente e hermeticamente vedado, embalagem com 10 gramas.	Unidade	320	Mika	1,65	528,00
145	Pão de forma, pacote com 500 gramas, superfície lisa, macia e brilhante, não quebradiça, miolo consistente, sedoso e macio, tipo tradicional, peça fatiada, composto de farinha de trigo, açúcar, gordura vegetal, leite em pó, sal, água, fermento biológico, antimofo, embalado em saco plástico pvc atóxico, com validade mínima de 05 dias a contar da data de entrega.	Unidade	1200	Visconti	6,75	8.100,00
146	Pao doce - doce liso,composicao minima da massa com,farinha de trigo,fermento biologico,agua,embalado em embalagem apropriada,seguindo as normas da legislacao virgente, minimo de 500 gramas	Unidade	925	Bom preço	13,45	12.441,25
147	Pão frances com no minimo 50 g, fabricado com materia prima de primeira qualidade, isentos de materia terrosa, parasitos e em perfeito estado de conservacao, de acordo com a resolucao 12/78 da cnnpa	Quilo	2930	Bom preço	9,70	28.421,00
148	Pao de hot-dog - do tipo mini pao hot-dog, pesando 25g a unidade, superficie macia, lisa, brilhante, com miolo consistente e sedoso, com vida util de 5 dias, embalado em saco plastico	Unidade	2310	Bom preço	9,09	20.997,90
149	Pão para “cachorro quente” de 40g de boa qualidade com miolo branco e casca de cor dourada brilhante e homogênea. Serão rejeitados pães mal assados, achatados, queimados, amassados e embatumados aspecto massa pesada e de características organolépticas anormais.	Unidade	2200	Bom preço	14,65	32.230,00
150	Pão de queijo - apresentação congelado. Tamanho médio. Sabor queijo, embalagem 1 kg	Quilo	720	Bom preço	12,90	9.288,00
151	Pão de queijo ,assado , de boa qualidad,cor dourada brilhante e hemogênea, serão rejeitados pães mal assados.	Quilo	1005	Bom preço	27,15	27.285,75
152	Pepino do tipo caipira, selecionado fresco, de ótima qualidade, compacto, firme, coloração uniforme, aroma, cor, típicos da espécie, em perfeito estado de desenvolvimento. Não serão permitidos danos que lhe alterem a conformação e a aparência. Necessita estar isenta de sujidades, parasitas, rachaduras, cortes e perfurações.	Quilo	910	Bom preço	4,50	4.095,00
153	Pescado em conserva - tipo sardinha, preparados com pescado fresco, limpo, eviscerado, apresentacao: inteira com espinha, conservado em oleo comestivel, com aspecto cor cheiro e sabor proprio, isento de ferrugem e danificação das latas, sujidades, parasitos e larvas, acondicionado em lata de 250 gr.	Unidade	1005	Coqueiro	8,85	8.894,25
154	Pêssego em calda , contendo água, açúcar e antioxidante ácido ascórbico. Não contém glúten lata de 450 grama	Unidade	110	Olé	8,00	880,00
155	Pimentão verde selecionado fresco, de ótima qualidade, compacto, firme, coloração uniforme, aroma, cor, típicos da espécie, em perfeito estado de desenvolvimento. Não serão permitidos danos que lhe alterem a conformação e a aparência. Necessita estar isento de sujidades, parasitas, rachaduras, cortes e perfurações.	Quilo	370	Bom preço	7,85	2.904,50
156	Pirulito - com sabor artificial de fruta, no formato redondo, embalagem plastico atoxico com 50 unidade.	Unidade	442	Toffano	5,85	2.585,70
157	Polvilho - azedo, branca, acondicionado em saco plastico transparente, atoxico, isento de sujidades,parasitas e larvas, embalagem com 500 gramas.	Unidade	230	Zaeli	4,65	1.069,50
158	Polvilho - doce, branca, acondicionado em saco plastico transparente, atoxico, isento de sujidades,parasitas e larvas	Unidade	250	Zaeli	5,10	1.275,00
159	Presunto - fatiado, resfriado a 10º C, com aspecto, cor, cheiro e sabor proprios, isento de sujidades, parasitos e larvas, acondicionado em embalagem plastica atoxica, inspecionado	Quilo	725	Perdigão	7,90	5.727,50
160	Queijo - tipo mussarela, fatiado, resfriado, com aspecto, cor, cheiro e sabor próprios, isento de sujidades, parasitos e larvas, acondicionado em embalagem plática atóxica, inspecionado.	Quilo	625	Juara	32,60	20.375,00
161	Queijo ralado: queijo parmesão ralado(leite,fermento lacteo, coalho e sal) antiaglutinante celulose microcristalina e conservante acido sórbico 100 gr	Unidade	220	Zaeli	5,00	1.100,00
162	Quiabo frescos, frutos devem ter cor verde intensa, serem firmes, sem manchas escuras e com comprimento menor que 12cm.	Quilo	350	Bom preço	4,45	1.557,50
163	Repolho verde limpo de tamanho médio, fresco, de ótima qualidade, compacto, firme, coloração uniforme, aroma, cor, típicos da espécie, em perfeito estado de desenvolvimento. Não serão permitidos danos que lhe alterem a conformação e a aparência. Necessita estar isento de sujidades, parasitas, rachaduras, cortes e perfurações.	Quilo	1183	Bom preço	3,50	4.140,50
164	Repolho - roxo, fresco, de primeira, tamanho e coloracao uniformes, devendo ser bem desenvolvido, firme e intacto, sem lesoes de origem fisica ou mecanica,perfuracoe e cortes, acondicionado em saco de polietileno	Quilo	1020	Bom preço	5,60	5.712,00
165	Rúcula maço, folhas integras, livres de pragas e sujidades, sem fertilizantes, embalada em saco plastico transparente e atoxico	Pacote	350	Bom preço	3,85	1.347,50

166	Sal produto refinado, iodado, com granulação uniforme e com cristais brancos, com no mínimo 98,5% de cloreto de sódio e com dosagem de sais de iodo de no mínimo 10 mg e máximo 15 mg de iodo por quilo de acordo com a legislação federal específica. Embalagem plástica de polietileno transparente de 1 kg com identificação do produto, dos ingredientes, informações nutricionais, marca do fabricante e informações do mesmo, prazo de validade, peso líquido e rotulagem de acordo com a legislação	Unidade	970	Marlin	1,50	1.455,00
167	Salada verde (almeirão) folhas integras, livres de pragas e sujidades, sem fertilizantes, embalada em saco plastico transparente e atoxico	Pacote	250	Bom preço	3,85	962,50
168	Salsicha - hot dog, composta de carne bovina, congelada com condimentos triturados e cozidos, acondicionada em acondicionados em sistema cry-o-vac, pesando aproximadamente 50g por unidade.	Quilo	1233	Perdigão	10,35	12.761,55
169	Seleta de legumes - composta de cenoura, vagem, batata, graos de milho e ervilha,selecionada, higienizada ,corte em cubos,pesando aproximadamente 200gr,firme e intacta,com aspecto cor,cheiro e sabor proprios,livre de fertilizantes, sujidades,parasitas e larvas, lata de 200g	Unidade	700	Quero	3,20	2.240,00
170	Preparo para suco em pó industrializado varios sabores 300 gr	Unidade	680	Tang	0,98	666,40
171	Suco de fruta concentrado para preparo: sabores variados. Sem açúcar; diluído em água. Ingredientes: corante natural, conservante benzoato de sódio e metabissulfito de sódio. Qualidade obtida da fruta madura, processamento tecnológico adequado submetido a tratamento que assegure sua apresentação e conservação até o consumo. Com aspecto de cor e sabor próprio; com rendimento aproximado de 5 litros, validade minima de 10 meses a contar da data de entrega acondicionado em garrafa pet de 500 ml suas condições deverão estar de acordo com a nta23 (dec 12486,20/10/78), (40/01 da anvisa)	Unidade	460	Maguari	6,00	2.760,00
173	Sustagem kids - composição: leite desnatado, sacarose, leite integral, sólidos de xaropes de milho, fosfato de magnésio, arcorbato de sódio, sulfato ferroso, sulfato de zinco, niacinamida, inositol, iodeto de potássio, acetato de dl-alfa tocoferol, sulfato de manganês, sulfato cúprico, acetato de vitamina a, fitometadiona, pantotenato de cálcio, cloridrato de piridoxina, cloridrato de tiamina, cianocobalamina (vitamina b12), riboflavina, ácido fólico e biotina. Sabor chocolate. Lata 380g. Validade mínima de 12 meses	Unidade	90	Mead jhonsons	22,40	2.016,00
174	Tempero alho granulado alho desidratado e granulado, embalagem com 20 gramas	Unidade	150	Mika	1,75	262,50
175	Tempero cebola em flocos cebola desidratada em flocos, embalagem com 15 gramas	Unidade	140	Mika	3,50	490,00
176	Tempero pimenta calabresa em flocos, embalagem com 20 gramas.	Unidade	210	Mika	1,69	354,90
177	Tempero vinagrete tempero em po - vinagrete desidratado, 100% natural, feito a partir de alho, cebola, pimentao, tomate, oregano. Sem glutamato monossodico e sal. Para saladas, quibes, assados e recheios.	Unidade	130	Mika	2,40	312,00
178	Tempero a base de açafrão, pacote de 30 gramas	Unidade	320	Mika	1,90	608,00
179	Tomate para salada extra a ou caquítipo 1 selecionado, médio grau de maturação, fresco, de ótima qualidade, compacto, firme, coloração uniforme, aroma, cor, típicos da espécie, em perfeito estado de desenvolvimento. Não serão permitidos danos que lhe alterem a conformação e a aparência. Necessita estar isento de sujidades, parasitas, rachaduras, cortes e perfurações.	Quilo	2235	Bom preço	7,30	16.315,50
180	Uva passa- obtida por perda pacial de água da fruta madura 200 gr	Unidade	130	Mika	6,10	793,00
181	Vinagre de álcool claro, frasco com 750 ml. Líquido claro, com odor e sabor característicos. Embalagem com dados de identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e de acordo com as normas e/ou resoluções da anvisa/ms.	Unidade	602	Vitalia	1,35	812,70
182	Água sanitária - solução aquosa, principio ativo: hipoclorito de sódio, plástica contendo 1.000 ml. Produto com registro no ministério da saúde, hipoclorito de sódio, hidróxido de sódio e água, teor ativo entre 2% e 2,5% p/p.	Unidade	6309	Eport	2,79	17.602,11
183	Álcool etílico - com teor alcóolico 70%,hidratado, embalado em tubo com 500 ml, em forma de gel bactericida.	Unidade	5469	Safra	5,35	29.259,15
184	Alcool etilico - com teor alcóolico de 70 gl, hidratado, líquido, embalado em frasco plastico resistente contendo 01 litro.	Unidade	5424	Patriota	5,29	28.692,96
186	Amaciante - principio ativo cloreto de diestearil dietil amonio, composicao basica quaternario de amonio, corante e outras substancias quimicas permitidas, teor de nao volateis basico:2,0%minimo, teor de ativos cationico basico:1,8%minimo, acondicionamento em frasco plastico com 2000ml, e as suas condicoes deverão estar de acordo com a (resolução ms 1/78),(port.874/98)	Unidade	1215	Urca	4,20	5.103,00
187	Amaciante - principio ativo cloreto de diestearil dietil amonio, composicao basica quaternario de amonio, corante e outras substancias quimicas permitidas, teor de nao volateis basico:2,0%minimo, teor de ativos cationico basico:1,8%minimo, acondicionamento em frasco plastico com 5000ml, e as suas condicoes deverão estar de acordo com a (resolução ms 1/78),(port.874/98)	Unidade	100	Qboa	8,90	890,00
189	Avental - em tecido brim na cor natural,tamanho unico,com bolsos, sem mangas, com tiras para amarrar na cintura.	Unidade	35	Itatex	8,83	309,05
191	Bacia - em plástico resistente, com capacidade para 50 litros, cores diversas	Unidade	50	Erca	55,00	2.750,00
194	Balde - em plástico translúcido,com capacidade de 12 litros,graduado,com alça,acondicionado em embalagem apropriada para o produto.	Unidade	89	Erca	8,90	792,10
195	Balde - de plastico resistente, com capacidade de 20 litros, com alça de metal, cores variadas.	Unidade	89	Erca	16,48	1.466,72
197	Bateria alcalina 09 v 250 mah embalagem com 01 unidade	Unidade	400	Duracell	14,87	5.948,00
199	Bico de mamadeira - de silicone, para uso em mamadeira de 240 ml, sem defeitos, resistente a autoclave.	Unidade	60	Ideatex	2,90	174,00
200	Peça de reposição para utensílios de cozinha - borracha para panela de pressão de 10 litros.	Unidade	50	Bom preço	5,00	250,00
201	Peça de reposição para utensílios de cozinha - borracha para panela de pressão de 7 litros.	Unidade	50	Bom preço	3,90	195,00
202	Bota em pvc injetado, cano medio com forro na cor branca ou preta tamanho 35a 43	Par	119	Pega forte	36,00	4.284,00
203	Cera líquida para piso - principio ativo líquida com emulsão de ceras, composição básica com emulsificante, formol, coadjuvante, hidróxido de amônia, plastificante, perfume e água, teor não volateis, na cor incolor, acondicionado em embalagem de 900ml, produto com registro.	Unidade	156	Polilar	3,10	483,60
206	Coador - de papel, no formato cônico, na cor branca, com capacidade n.103, em caixa, para café.	Caixa	375	Solo	3,69	1.383,75
210	Creme para cabelo - criança,condicionador glicosil infantil hipoalergenico para cabelo de criança,para ser ultilizado em criança acondicionado em frasco apropiado contendo 500ml	Unidade	50	Tralala	12,50	625,00
212	Copo descartavel - de poliestireno, para liquidos, com capacidade de 180 ml, acondicionado em embalagem apropriada com 100 copos	Pacote	5332	Coposul	3,86	20.581,52
213	Copo descartável de poliestireno para líquidos com capacidade de 300 ml, acondicionado em embalagem com 100 copos.	Pacote	3212	Coposul	5,89	18.918,68
214	Copo descartável - de poliestireno, para líquidos, com capacidade de 50ml, acondicionado em embalagem com 100 copos.	Pacote	4162	Coposul	1,75	7.283,50
215	Corda de nylon para varal, poliamida, trançada, embalagem com 10 metros.	Unidade	45	Plascor	1,95	87,75

217	Haste para higiêne - flexivel, pessoal com pontas de algodão, embalagem caixa contendo 75 unidades,cores diversas	Unidade	330	Topz	1,42	468,60
218	Creme dental - creme, uso adulto (entre: 1.000 e 1.500 ppm de f),pesando 90gr,hortelã,composto de: monofluorfosfato de sódio, silicato de sódio, copolimero, fluoreto de sódio,água, agente anti-séptico, aroma, sacarina,bisnaga, embalada individualmente em caixa papel cartão,contendo externamente marca comercial, número de lote e data de validade.	Unidade	260	Sorriso	1,65	429,00
219	Creme dental - creme,uso infantil (entre: 1.000 e 1.100 ppm de f),pesando 90gr,tutti-frutti,composto de: monofluorfosfato de sódio, silicato de sódio, fluoreto de sódio,água, agente anti-séptico, aroma, sacarina,bisnaga, embalada individualmente em caixa papel cartão,contendo externamente marca comercial, número de lote e data de validade.	Unidade	180	Tandy	3,05	549,00
220	Creme para cabelo - cabelos normais, para pentear os cabelos creme,desembaraçante infantil sem enxague testado dermatologicamente, com bico dosador acondicionado em frascos com no mínimo 300ml.	Unidade	30	Tralala	10,65	319,50
221	Desinfetante - agente desinfetante que elimina germes e bactérias,alquil benzeno, sulfonato de sódio,coadjuvantes,sequestrante,composição aromática fragância e água,acondicionado de forma adequad embalagem 2 lts	Unidade	3102	Oeste	3,85	11.942,70
222	Desinfetante - agente desinfetante que elimina germes e bactérias, alquil benzeno, sulfonato de sódio,coadjuvantes,sequestrante,composição aromática fragância e água,acondicionado de forma adequada embalagem 1 lt.	Unidade	1505	Pinho bril	2,49	3.747,45
223	Limpador multiuso doméstico - líquido, composto de lauril eter sulfonato de sódio e dodecil, ativos:água,formol,carbonato de sódio,álcool, lauril etoxilado,opacificante,perfume, hidróxido de sódio,tensoativos biodegradaveis, embalado em frasco plástico, e suas condiçoes deverão estar de acordo com a port.874 de 05/11/98,c/registro no min. Da saúde, embalagem 500 ml.	Unidade	2382	Veja	2,25	5.359,50
224	Desodorizador ambiental - aerosol, na fragãncia lavanda suave, quaternario de amônio, solubilizantes, etc, em frasco de aluminio com 400g.	Unidade	947	Glade	7,25	6.865,75
225	Desodorizador ambiental - de ar, contendo 400 ml,benzoato de sodio, borato de sodio, fragancia e propelentes, ingrediente ativo: álcool etílico 96 gl 41,68%,com registro no ms.	Unidade	1067	Glade	7,25	7.735,75
226	Detergente líquido - principio ativo detergente líquido concentrado, com glicerina,com tensoativos anionicos,anfoteros, coadjuvantes, composicao básica preservantes, sequestrantes, espessantes, controlador de ph, branqueador óptico, corantes, fragrancia,preservantes,sequestrante,espessante,fragancias a e veiculo, teor de ativos componente ativo linear alquilbenzeno sulfanato de sódio, com tensoativos biodegradáveis, composição aromática neutro, acondicionado em tubo de plastico com 500 ml, tampa dosadora.	Unidade	3408	Limpol	1,60	5.452,80
227	Escova dental - infantil,com cerda macia,em cores diversas,tipo comum,modelo reto,manual,com capa protetora de pvc.	Unidade	150	Condor	3,10	465,00
230	Escova para limpeza - de vaso sanitário, modelo convencional, com cerdas flexível em nylon, sem alça, cabo de tipo normal, medindo 30cm, acessório estojo.	Unidade	154	Condor	4,50	693,00
232	Escovas - nylon, para roupa, formato oval, base em madeira, medindo aproximadamente 13 cm de comprimento, 6,5 cm de largura, cerdas em nylon.	Unidade	244	Condor	2,15	524,60
234	Palito de madeira para espetinho tipo churrasco, resistente, embalagem com 50 unidades.	Pacote	340	Arco iris	3,25	1.105,00
236	Esponja para limpeza - tipo dupla face, medindo no minimo de 100x70x20 mm, com formato retangular, poliuretano com bactericida, na cor verde/amarela.	Unidade	1234	Scoth brite	0,55	678,70
237	Faca de cozinha lamina em aço inox 17 cm e cabo de polipropileno com carbonato e antibacteriano.	Unidade	44	Tramontina	9,45	415,80
242	Flanela branca - 100% algodão, medindo (40 x 60)cm.	Unidade	607	Itatex	1,90	1.153,30
243	Acendedor - tipo fósforo, de madeira, composto de vegetal e minério, apresentado na forma de palito, com ponta de pólvora, caixa com 40 palitos, médio, pacote com 10 caixas.	Fardo	193	Parana	2,70	521,10
245	Fralda descartável infantil - tamanho m, de 5 a 10kg, com barreiras laterais antivazamento, formato anatômico, com super poder de absorção, anti alérgica e atóxica, sem perfume, cobertura externa impermeável, elasticos nas pernas e fitas adesivas laterais,em pacote,embalagem com numero do lote, data fabricação/validade mínima de 02 anos e procedência. Registro do ministério da saúde, pacote com no mínimo 80 unid.	Pacote	250	Cremer	47,95	11.987,50
246	Fralda descartavel infantil - para bebe tamanho p, com barreira lateral protetora, elastico anatômico, com super absorção, anti alérgico e atóxico, sem perfume, cobertura externa impermeável, elasticos nas pernas e fitas adesivas laterais, formato anatômico, procedência nacional, embalagem contendo dados de identificação e procedência, lote, 2 anos de validade no mínimo e registro do ministerio da saude. Pacote com no mínimo 80 unid.	Pacote	150	Anjinho	39,95	5.992,50
249	Garrafa - térmica, revestida em plástico, interna e externamente, com tampa, alça e rosca, capacidade para 5 litros.	Unidade	37	Invicta	28,80	1.065,60
250	Garrafa - térmica, revestida em plástico rígido, vidro temperado, com tampa tipo pressao, capacidade de 1 litro.	Unidade	34	Invicta	38,80	1.319,20
251	Garrafa - térmica, com tampa de pressao, 1,8 litros.	Unidade	35	Invicta	61,00	2.135,00
252	Pano de copa e cozinha - de algodão, medindo (40 x 60)cm, branca, com estampa.	Unidade	424	Itatex	2,38	1.009,12
253	Guardanapo de papel, 100% celulose,medindo 220 x 200 mm guardanapo de papel 24mm x 2cm c/ 50.	Pacote	1002	Mili	0,95	951,90
255	Multi-inseticida aerossol à base de água eficiente para matar mosquitos (inclusive o mosquito da dengue, zika vírus e chikungunya), pernilongos, muriçocas, carapanãs, moscas, baratas, aranhas e pulgal, embalagem com 300 ml.	Unidade	299	Sbp	6,10	1.823,90
256	Acendedor - tipo isqueiro, de plástico, tamanho grande, combustivel a base de fluído	Unidade	110	Bic	1,80	198,00
257	Jarra - em plástico, capacidade para 4 litros,com diâmetro de 19 cm ,altura de 26 cm, transparente, com tampa e com alça.	Unidade	70	Erca	15,30	1.071,00
258	Lampada fluorescente fml 30 110 V de baixo consumo de 30 w	Unidade	299	Flc	15,80	4.724,20
260	Limpa forno - em pasta, a base de soda cáustica, que dissolva gorduras incrustadas em fornos, chapas e grelhas de ferro. Embalagem contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, peso líquido, registro no ministério da saúde, instruções e cuidados na utilização.	Unidade	103	Easy off	9,85	1.014,55
261	Limpa aluminio - substancia desoxidante com aspecto liquido amarelo limpid, odor leve, densidade a 25º C 1,02 - 1,06 g/cm³, solubilidade wm agua completa ph 8,5 - 9,0	Unidade	337	Polylar	2,34	788,58
264	Lixeira - em plástico, com tampa e pedal, capacidade para 30 litros,cor branca.	Unidade	121	Erca	27,50	3.327,50
268	Lixeira de polipropileno rígido, retangular, c/tampa e pedal,capacidade aproximadamanete 50 litros, cores variadas.	Unidade	100	Erca	119,00	11.900,00
269	Lixeiro telado - deposito para lixo, pequeno, telado.	Unidade	125	Erca	4,13	516,25
271	Luva para limpeza - borracha de latex natural,norma nbr-13393, tamanho grande, com revestimento interno,reforcada,com superficie externa antiderrapante.	Par	145	Sanro	4,15	601,75
272	Luva para limpeza - borracha de latex natural,norma nbr 13393, tamanho médio, com revestimento interno,reforçada,com superfície externa antiderrapante.	Par	105	Sanro	4,15	435,75

273	Luva para limpeza - borracha de latex natural,norma nbr-13393, tamanho pequeno, com revestimento interno,reforçada, com superfície externa antiderrapante.	Par	95	Sanro	4,15	394,25
274	Mamadeira - em plástico resistente atóxico, com resistência a temperatura, com bico de silicone, com capacidade para 150 ml, com graduação, indicada no rótulo.	Unidade	40	Fiona	10,60	424,00
276	Odorizante pedra sanitaria 35 gramas	Unidade	229	Suave lar	1,23	281,67
278	Lã de aço: composto de aço carbono, acondicionado em saco plástico, embalado em 08 unidades. Fardo com 14 unidade.	Unidade	494	Bombril	1,15	568,10
279	Palito - de madeira, para higiene bucal, formato redondo, c/ 100 unidade.	Unidade	346	Gina	0,50	173,00
287	Panelas - em aluminio, tipo pressão, com capacidade para 07 litros, modelo com cabo.	Unidade	26	Panelux	84,00	2.184,00
288	Panelas - de aluminio, tipo de pressão, com capacidade para 4,5 l, modelo com cabo.	Unidade	1	Panelux	49,00	49,00
289	Pano de limpeza medindo 71x54cm fabricado em algodão cru na cor branca.	Unidade	356	Itatex	4,20	1.495,20
290	Papel aluminio - medindo 0,45cmx7,50m, espessura de 0,011 micras, apresentado em rolo,com código de barras do fabricante.	Unidade	537	Wyda	4,45	2.389,65
291	Papel higiênico de alta qualidade - folha dupla, de alta qualidade, picotado gofrado,somente na cor branca,medindo 30m x 10cm, neutro,com relevo, resistente e hidrossolúvel,composto de 100% fibras naturais, utilizando fibras virgens,tubete medindo 10cm,embalagem com 64 unidades.	Fardo	665	Neve	76,00	50.540,00
292	Papel higiênico de alta qualidade - folha dupla, de alta qualidade, picotado gofrado,somente na cor branca,medindo 30m x 10cm, neutro,com relevo, resistente e hidrossolúvel,composto de 100% fibras naturais, utilizando fibras virgens,tubete medindo 10cm,embalagem com 04 unidades.	Unidade	150	Neve	4,79	718,50
294	Papel toalha interfolhado branco 20x21 cm com 1000 folhas para dispenser de alto poder de absorção.	Pacote	842	Styllos	3,45	2.904,90
296	Pente para cabelo - de plástico, dentes duráveis e resistentes, garantem grande praticidade e eficiência ao penteado, pente forte grande, cores diversas	Unidade	12	Condor	3,75	45,00
298	Pilha - tipo alcalina_(aaa), na voltagem de 1,5v, no tamanho palito, embalado em cartela com 4 unidades.	Unidade	702	Rayovac	9,50	6.669,00
299	Pilha tipo alcalina d grande voltagem 1,50v embalagem com 02 unidades.	Unidade	267	Duracell	16,60	4.432,20
301	Prendedor de roupa - de plástico, no formato retângular, medindo 8cm, acondicionado de forma adequada com 12 unidades.	Unidade	360	Parana	1,70	612,00
306	Sabao em barra - composicao basica carbonato de sodio,dioxido de titanio,glicerina, corante e outras substancias quimicas permitidas, embalagem 05 unidades.	Unidade	749	Ype	6,20	4.643,80
307	Sabao alvejante - em po,para lavagem e limpeza geral,composicao minima de tensoativo enzimas, agua, perfume, tamponantes, coadjuvantes, sinergista, branqueador otico e corante,biodegradavel,coloracao azulada,acondicionado em embalagem do tipo caixa com 1kg,rotulo com que contenha descricao do produto, indicacao dos componentes quimicos, informacoes sobre modo de utilizacao, responsavel tecnico, fabricante, notificacao ou autorizacao no ministerio da saude ou registro na anvisa, data de fabricacao e data de validade	Unidade	1266	Omo	3,92	4.962,72
309	Sabonete - em tablete, suave(ph entre 5,5 a 8,5), comum, para higiene corporal, 90 gramas	Unidade	561	Lux	1,14	639,54
314	Saco para lixo domestico - de polietileno, com capacidade de 50 litros, medindo (63cmx0,08mm), na cor preta, pesando 3 kgs, nbr 9190,nbr 9191.	Unidade	4845	Giopack	0,18	872,10
315	Saco para lixo doméstico - de polietileno, com capacidade de 100 litros, medindo (90cmx0,08mm), na cor preta, pesando 5kgs.	Unidade	6840	Giopack	0,31	2.120,40
317	Saco plastico transparente 30 x 20 cm rolo com no minimo 100 unidades	Unidade	700	Giopack	2,80	1.960,00
318	Saponaceo - liquido, em frasco plastico 300 ml	Unidade	404	Bombril	3,98	1.607,92
319	Shampoo - infantil, fórmula suave e ph neutro. Para cabelos de todos os tipos, isento de sais e corantes, embalagem com 380 ml.	Unidade	40	Tralala	9,60	384,00
320	Soda caústica - tipo escama, embalada em frasco plástico,contendo 1 quilo, composta de hidróxido de sódio.	Unidade	27	Sodabel	14,00	378,00
322	Tolha de banho composto de 100% em algodão, medindo aproximadamente 70cm x 140cm em cores variadas.	Unidade	100	Itatex	16,40	1.640,00
323	Toalha de rosto, composto de 100% em algodão, medindo aproximadamente 44 cm x 71 cm em cores variadas.	Unidade	106	Itatex	10,55	1.118,30
324	Toalha para limpeza domestica excelente absorção de liquidos possui franjas na barra, composição 100% algodão tamanho 46 x 96 cm.	Unidade	166	Itatex	9,00	1.494,00
326	Peça de reposição para utensílios de cozinha - válvula de segurança para tampa da panela de pressão de 4 litros.	Unidade	16	Bom preço	5,30	84,80
327	Tampa plastica para ralo pia/lavatorio c/ 2unidades	Unidade	18	Bom preço	1,00	18,00
328	Peça de reposiçao para utensilios de cozinha - valvula de seguranca para tampa da panela de pressao de 7 litros.	Unidade	15	Bom preço	5,30	79,50
329	Vassoura - de cerda de palha (tipo caipira), cabo de madeira, medida da base 30cm.	Unidade	323	Bom preço	17,20	5.555,60
330	Vassoura de pelo: sintetico de nylon, cabo de madeira, medida da base entre 24 a 27 cm.	Unidade	368	Noviça	8,85	3.256,80
331	Vela parafina antura 16 cm embalagem com 06 unidades	Unidade	110	Guaporé	8,25	907,50
				Total	**1.716.052,47**	
Hum milhão, setecentos e dezesseis mil e cinquenta e dois reais e quarenta e sete centavos.						

4.2. Os valores acima poderão eventualmente sofrer revisão (aumento ou decréscimos) nas seguintes hipóteses:

a) Para mais, visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial desta Ata, na hipótese de sobrevir fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior caso fortuito, fato do príncipe e fato da administração, nos termos do art. 65, II, “d” e § 5º da Lei 8.666/93;

b) Para menos, na hipótese do valor contratado ficar muito superior ao valor do mercado, ou, ainda, quando ocorrer o fato do príncipe previsto no art. 65, § 5º da Lei 8.666/93.

4.3. A revisão de preços será feita com fundamento em planilhas de composição de custos e/ou preço de mercado;

4.4. Nos preços supracitados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, etc.)

5. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. As quantidades descritas acima são meramente estimativas, podendo variar durante a vigência da ata de registro de preços, não cabendo a licitante vencedora do certame quaisquer direitos, caso não seja atingida a quantidade total durante o prazo da vigência da ata de registro de preços;

5.2. Não serão aceitos produtos fora das especificações constantes neste Termo de referência, produtos fora de sua embalagem original, em embalagens abertas e/ou danificadas que comprometam a qualidade do produto

5.3. Os gêneros alimentícios como frutas, verduras e legumes, deverão estar frescos, com boa aparência e devidamente embalados.

5.4. Os Gêneros alimentícios e de higiene e limpeza, com exceção de frutas, verduras e legumes quando da entrega deverão estar no mínimo com 80 (oitenta) % do prazo de validade**.**

6. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1. Se obriga a fornecer produtos de primeira qualidade, na sede da secretaria solicitante no prazo máximo de até 02 (dois) dias uteis da solicitação formal através de requisição emitida pelo órgão competente.

6.2. As solicitações de compra serão de forma fracionada, podendo essas solicitações serem diárias, semanais, quinzenais ou mensais de acordo com as necessidades da contratante.

6.3. A empresa arcara com todas as despesas de pessoal, equipamentos, produtos apropriados e também por danos ou defeitos que os veículos apresentem em decorrência da prestação dos serviços contratados.

6.4. A contratada apenas poderá fornecer os produtos com a devida autorização da secretaria solicitante mediante a apresentação de requisição emitida pelo órgão competente.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. Assinar a Ata com o órgão no prazo de **05 (cinco) dias corridos**, a contar da data do recebimento da convocação;

7.2. Após a homologação da licitação, **retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) dias**, contados do recebimento da convocação formal;

7.3. Realizar a entrega dos produtos/serviços nas quantidades, prazos e condições estabelecidas no anexo I – Termo de Referencia do edital;

7.4. Substituir, às suas expensas, no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, após notificação formal, os serviços executados em desacordo com as especificações deste Edital, seus anexos e com a respectiva proposta, ou que apresente vício de qualidade;

7.5. Atender, para o devido recebimento, ao que determina o Decreto 4.752, de 06 de agosto de 2002, no tocante a emissão da Nota Fiscal/Fatura;

7.6. A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes.

7.7. Se a licitante vencedora não cumprir o prazo do item **7.1.** ou recusar-se a retirar a nota de empenho, sem justificativa formalmente aceita pelo órgão, decairá do direito de fornecer o objeto adjudicado, sujeitando-se às penalidades constantes da Seção **12 e anexo I – Termo de Referencia do** Edital.

7.8. Se a licitante vencedora, injustificadamente, não apresentar situação regular no ato da feitura da nota de empenho, a sessão será retomada e os demais licitantes serão chamados, na ordem de classificação, para fazê-lo nas condições de suas respectivas ofertas, observado que a Pregoeiro examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor, sujeitando-se o desistente às penalidades constantes da Seção **12** e anexo I – Termo de Referencia do Edital.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. À Contratante se reserva o direito de não mais adquirir os produtos/serviços da Contratada caso esta não cumpra o estabelecido na presente Ata de registro de preços, cabendo ao infrator as penalidades previstas no edital, na Lei n. 10.520/02 e Lei n. 8.666/93;

8.2. Manter o efetivo controle do fornecimento de requisições, não se responsabilizando pelo pagamento dos produtos/serviços entregues sem a correspondente requisição;

8.3. Efetuar os pagamentos de acordo com a Cláusula nona;

8.4. Fiscalizar a utilização e a qualidade dos produtos/serviços entregues;

8.5. Denunciar as infrações e aplicar as penalidades cabíveis nos termos da clausula 13º (décima terceira) desta ata, da Lei n. 10.520/02 e Lei n. 8.666/93.

8.6. A Contratante fica obrigada a fiscalizar e controlar a entrega dos produtos/serviços e emitir requisição sempre que necessitar do referido objeto da licitação.

9. DO PAGAMENTO

9.1. O pagamento será realizado conforme Ata de Registro de Preços, devendo ainda atender aos termos do **art. 60 da Lei federal n.º 4.320, de 17/03/1964,** após entrega dos produtos em até 30 (trinta) dias, contado a partir do recebimento da Nota Fiscal, atestada pelo servidor responsável da Prefeitura, devidamente acompanhada dos documentos estabelecidos na Legislação Vigente ou o que venha a substituí-los, através de boleto ou transferência bancaria em conta jurídica da empresa contratada.

10. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

10.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhes no máximo o repasse do percentual determinado.

10.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

10.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Administração Municipal, através de seu Fiscal de Contrato designado, solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo único.

10.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado a Administração poderá solicitar a rescisão desta Ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço da 1ª (primeira), as demais empresas com preços registrados, cabendo-lhes rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso de negociação.

10.5. Serão considerados compatíveis com o mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo Fiscal do Contrato.

11. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

11.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o fornecedor/signatário não cumprir com as obrigações constantes no Edital e desta Ata;

b) quando o fornecedor/signatário der causa a rescisão administrativa na Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do artigo 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente deste Registro;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

11.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor/signatário será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.4. A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Administração, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.5. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR relativas ao fornecimento dos produtos/serviços.

11.6. Caso a Administração não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, pode suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

12. DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

12.1. Os preços apresentados na proposta devem incluir todos os custos e despesas, tais como: **custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, treinamento, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto do Edital e seus Anexos.**

12.2. Quaisquer tributos, despesas e custos, diretos ou indiretos, omitidos da proposta ou incorretamente cotados, que não tenham causado a desclassificação da mesma por caracterizar preço inexequível no julgamento das propostas, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos a esse, ou qualquer título, devendo os serviços serem fornecidos sem ônus adicionais.

13. DAS PENALIDADES

(Art. 86 e 87 Lei 8.666/93 e Art. 7 da Lei 10.520/02)

13.1. Quem convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato: 01 (um) ano de suspensão impedido de licitar e contratar coma União, Estados, DF ou Municípios.

13.2. Adjudicatária ou contratada que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame:

13.2.1. Deixar de executar totalmente o contrato ou apresentar documentação falsa: **Suspensão de 02 (dois) anos impedido de licitar e contratar coma União, Estados, DF ou Municípios**;

13.2.2. **Deixar de executar parcialmente o contrato: Suspensão por 18 (dezoito) meses e multa de 20% do valor dos serviços a serem prestados.**

13.3. Ensejar o retardamento da execução de seu objeto: **Multa com mora de 2% (dois) ao dia até limite de 10% (dez).**

13.4. Não mantiver a proposta: **Suspensão de 01 (um) ano impedido de licitar e contratar coma União, Estados, DF ou Municípios.**

13.5. Falhar ou fraudar na execução da Ata, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal: **Declaração de Inidoneidade para licitar e contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada conforme Inciso III do Art. 87 da Lei 8.666/93.**

13.6. Será concedido o direito de ampla defesa a empresa que cometer as penalidades acima relacionadas.

14. DOS ILÍCITOS PENAIS

14.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais comunicações aplicáveis.

15. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.1. As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata, correrão à conta da dotação orçamentária previstas nos órgãos/entidades que aderiram aos registros de preços.

Elemento de Despesa: 33.90.30.00 – Material de Consumo.
Secretaria Municipal de Administração e Planejamento (Prefeitura);
Secretaria Municipal de Saúde – Hospital Municipal;
Secretaria Municipal de Saúde – Uni. Básica de Saúde - PSF. Urbano João Calegari;
Secretaria Municipal de Saúde – Uni. Básica de Saúde – P.S.F. Rural Casto Nery;
Secretaria Municipal de Saúde – Vigilância Ambiental;
Secretaria Municipal de Saúde – Vigilância Sanitária;
Secretaria Municipal de Assistência Social - Conselho tutelar;
Secretaria Municipal de Assistência Social – SCFV (Criança e Adolescente);
Secretaria Municipal de Assistência Social – SCFV (Idosos)
Secretaria Municipal de Assistência Social – SCFV (Outros)
Secretaria Municipal de Assistência Social – PAIF (Cras)
Secretaria Municipal de Educação – Cultura;
Secretaria Municipal de Educação – Desporto;
Secretaria Municipal de Educação – Escola M. Ed. Infantil Neiva dos Santos Bezerra;
Secretaria Municipal de Educação – Escola M. Ed. Infantil Padre Günter;
Secretaria Municipal de Educação – Escola M. Ulisses Guimarães (Ens. Fundamental);
Secretaria Municipal de Educação – Turismo;
Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Indústria e Comercio;

16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente Ata de Registro de Preços.

b) vincula-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de Pregão Presencial nº 009/2021, seus anexos e as propostas das classificadas.

c) é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Administração Municipal.

17 -DOFORO

17.1. As partes contratantes elegem o foro da Comarca de Porto dos Gaúchos como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente Ata de Registro de Preço, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Novo Horizonte do Norte/MT, 31 de março de 2021.

SILVANO PEREIRA NEVES

Prefeito Municipal

Contratante

EDSON MARIANO OLIVEIRA - ME

CNPJ: 23.345.837/0001-78

Rosana Pedroso Favaro

Fornecedor/Signatário

MELISSA RAIMUNDI RODRIGUES

Fiscal de Contrato

Secretaria Administração

PATRICIA JAMARIQUELI CASTILHO

Fiscal de Contrato

Secretaria Saúde

GESIANE MARIA DOS SANTOS

Fiscal de Contrato

Secretaria Assistência Social

SELMA DE ARAÚJO AMORIM

Fiscal de Contrato

Secretaria Educação

BRUNO RICARDO BARELA IORI

Assessor Jurídico

OAB nº 18.438/MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO

PREVIDÊNCIA
COVID-19: DECRETO Nº 026-2021- ATUALIZA A CLASSIFICAÇÃO DE RISCO EPIDEMIOLÓGICO NO MUNICIPIO

DECRETO Nº 026/2021.

De 12 de abril de 2021.

"Atualiza classificação de risco epidemiológico e fixa regras e diretrizes para adoção, no Município de Novo Mundo, de medidas restritivas para prevenir a disseminação da COVID-19 e dá outras providências".

O EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei

CONSIDERANDO **que de acordo com o inciso II, do art. 23 da Constituição Federal a competência para cuidar da saúde pública é comum entre União, Estados e Municípios, cabendo-lhes o dever de atuação conjunta para evitar o colapso sanitário decorrente da proliferação coronavírus - COVID-19, conforme entendimento sedimentado pelo STF no julgamento da ADI 6341 MC-REF / DF;**

CONSIDERANDO **o Decreto Estadual n.º 874 de 25 de março de 2021, que obedece a função estadual de fixar regras e diretrizes para as ações públicas de combate aos efeitos da pandemia, sem ferir a autonomia dos Municípios para legislar sobre assuntos de interesse local (art. 30, I, da CF), conforme suas peculiaridades geográficas, econômicas e sociais;**

CONSIDERANDO **o aumento de demanda hospitalar pública e privada por oxigênio medicinal e medicamentos necessários para intubação de pacientes em estado grave como decorrência do aumento do número de contaminações e internações;**

CONSIDERANDO **a necessidade de adoção de medidas não farmacológicas para evitar a disseminação da Covid-19 sem olvidar da manutenção das necessidades essenciais coletivas;**

CONSIDERANDO **a necessidade da manutenção de medidas restritivas para o Município de Novo Mundo, em razão da classificação do município como RISCO ALTO de contaminação de acordo com o Anexo II do Decreto Estadual n.º 874 de 25 de março de 2021,**

CONSIDERANDO **os índices de taxas de ocupação dos leitos públicos de UTI's, que conforme os dados contidos no Painel Epidemiológico nº 399 Coronavírus/Covid-19 Mato Grosso, de 11 de abril de 2021, da Secretaria Estadual de Saúde, indicam 91,19% de taxa de ocupação.**

DECRETA:

Art. 1º **Este Decreto institui classificação de risco de disseminação do novo coronavírus e estabelece diretrizes para adoção de medidas não farmacológicas excepcionais, de caráter temporário, restritivas à circulação de pessoas e ao funcionamento das atividades privadas, para a prevenção dos riscos de contágio pelo coronavírus em todo o território do município de Novo Mundo, nas situações que especifica.**

Art. 2º **Para efeito deste Decreto, consideram-se:**

I **- taxa de ocupação de leitos de UTI (TOL): é a relação entre o número de leitos efetivamente disponíveis para os pacientes de COVID 19 no Sistema Único de Saúde no território do Estado de Mato Grosso, sejam federais, estaduais ou municipais, e a sua efetiva ocupação por pacientes acometidos pela referida doença, medida e divulgada diariamente em boletim pela Secretaria de Estado de Saúde;**

II **- taxa de crescimento da contaminação (TCC): é a relação entre o número acumulado de pessoas infectadas no território de determinado município, no dia da divulgação do boletim, com o acumulado dos valores de média móvel dos últimos 14 (quatorze) dias, medido e divulgado em boletim pela Secretaria de Estado de Saúde;**

III **- casos ativos de COVID 19: soma dos casos (média móvel) COVID 19, nos últimos 14 (quatorze) dias e divulgado em boletim pela Secretaria de Estado de Saúde;**

IV **- classificação de risco: identifica a situação epidemiológica do Município aferida pela relação entre o número de casos ativos de COVID, a taxa de crescimento da contaminação e a taxa de ocupação dos leitos de UTI da rede pública exclusiva para tratamento da referida doença;**

V **- boletim informativo: documento divulgado pela Secretaria Municipal de Saúde, diariamente, com a situação epidemiológica do Município e com a sua respectiva classificação de risco;**

VI **- isolamento: medida para separar, pelo prazo mínimo de 14 (quatorze) dias, pessoas sintomáticas, assintomáticas e suspeitas, em investigação clínica e laboratorial, das demais de modo a evitar a propagação da infecção e transmissão;**

VII - **quarentena: medida que tem como objetivo evitar a propagação da pandemia por meio do confinamento obrigatório de pessoas em suas habitações, com restrição ao trânsito de pessoas, ficando permitida a circulação apenas para o exercício e/ou acesso às atividades essenciais;**

VIII **- área de contenção: perímetro delimitado pela autoridade municipal na qual a população esteja submetida a intensa ocorrência e expansão da epidemia, onde as intervenções de quarentena e de isolamento coletivo obrigatório serão aplicadas.**

§ 1º **Para o cálculo da TCC, serão utilizadas as informações do total de casos, com base na data do início dos sintomas dos respectivos casos.**

§ 2º **Para o cálculo dos casos acumulados, serão contabilizados todos os casos ocorridos nos 90 (noventa) dias anteriores ao da divulgação do boletim.**

Art. 3º **Nos termos deste Decreto, para servir de diretriz para adoção de medidas não-farmacológicas, o Município tem a sua classificação apurada e divulgada em Boletim Informativo pela Secretaria de Estado de Saúde, de acordo com os seguintes critérios de aferição de risco:**

I - número de casos ativos de pacientes com COVID 19 no Município;

II - taxa de crescimento da contaminação;

III - taxa de ocupação de leitos de UTI da rede do Sistema Único de Saúde exclusivos para tratamento de pacientes com COVID 19.

Parágrafo único **O boletim informativo de que trata este artigo será publicado uma vez por semana pela Secretaria de Estado de Saúde.**

Art. 4º *A classificação de RISCO ALTO de contaminação no Município de Novo Mundo, de acordo com os anexos I e II do Decreto Estadual* n.º 874 de 25 de março de 2021, obriga o município a adotar as seguintes medidas não-farmacológicas:

a) **evitar circulação de pessoas pertencentes ao Grupo de Risco, conforme definição do Ministério da Saúde;**

b) **isolamento domiciliar de pacientes em situação confirmada de COVID-19, em caráter obrigatório, por prescrição médica, pelos prazos definidos em protocolos;**

c) **quarentena domiciliar de pacientes sintomáticos em situação de caso suspeito para de COVID-19, e daqueles que com ele tiveram contato, em caráter obrigatório, por prescrição médica;**

d) **disponibilizar, em estabelecimentos públicos e privados, locais adequados para lavagem frequente das mãos com água e sabão e/ou disponibilização de álcool na concentração de 70%;**

e) **ampliar, em estabelecimentos públicos e privados, a frequência diária de limpeza e desinfecção de locais frequentemente tocados,**

tais como pisos, corrimãos, maçanetas, banheiros, interruptores, janelas, telefones, teclados de computador, controles remotos, máquinas acionadas por toque manual, elevadores e outros;

f) **evitar a realização presencial de reuniões de trabalho e priorizar a realização de atividades de forma remota mediante o uso de ferramentas tecnológicas;**

g) **controlar o acesso de pessoas em estabelecimentos públicos e privados de modo a garantir o distanciamento mínimo de 1,5m entre as pessoas;**

h) **vedar o acesso a estabelecimentos públicos e privados de funcionários, consumidores e usuários que não estejam utilizando máscara de proteção facial, ainda que artesanal;**

i) **manter os ambientes arejados por ventilação natural;**

j) **adotar as recomendações atuais de isolamento domiciliar para os profissionais pertencentes ao Grupo de Risco, conforme definido pelo Ministério da Saúde;**

k) **observar as determinações das autoridades sanitárias para a contenção de riscos, especialmente quando a atividade exigir atendimento presencial da população, com a orientação aos funcionários sobre o modo correto de relacionamento com o público no período de emergência em saúde pública;**

l) **quarentena domiciliar para pessoas acima de 60 anos e grupos de risco definidos pelas autoridades sanitárias;**

m) **proibição de qualquer atividade de lazer ou evento que cause aglomeração;**

n) **proibição de atendimento presencial em órgãos públicos e concessionárias de serviços públicos, devendo ser disponibilizado canais de atendimento ao público não-presenciais, conforme regulamento;**

o) **adoção de medidas preparatórias para a quarentena obrigatória, iniciando com incentivo à quarentena voluntária e outras medidas julgadas adequadas para evitar a circulação e aglomeração de pessoas.**

Art. 5º **O funcionamento de ambientes públicos ou privados, não caracterizados nesse Decreto e com ausência de normas de funcionamento publicadas, poderão ser utilizados, desde que observado o distanciamento mínimo de 1,5m entre as pessoas, ficando vedado o acesso sem o uso de máscara de proteção facial.**

Art. 6º **Quando a taxa de ocupação estadual das UTI´s for superior a 85% (oitenta e cinco por cento), além das medidas aplicáveis conforme art. 4º, o funcionamento das atividades e serviços permitidos conforme a respectiva classificação de risco no âmbito do Município de Novo Mundo, ficará sujeita às seguintes condições:**

I - **de segunda a sexta-feira, autorizado o funcionamento somente no período compreendido entre as 05h00m e as 20h00m;**

II - **aos sábados e domingos, autorizado o funcionamento somente no período compreendido entre as 05h00m e as 12h00m.**

§ 1º **As farmácias, os serviços de saúde, de hospedagem e congêneres, de imprensa, de transporte coletivo, de transporte individual remunerado de passageiros por meio de táxi ou aplicativo, as funerárias, os postos de combustíveis, exceto conveniências, as indústrias, as atividades de colheita e armazenamento de alimentos e grãos, serviços de guincho, segurança e vigilância privada, de manutenção e fornecimento de energia, água, telefonia e coleta de lixo e as atividades de logística de distribuição de alimentos, não ficam sujeitas às restrições de horário previstos no presente artigo.**

§ 2º **Os supermercados e congêneres, nos horários de funcionamento fixados nos incisos deste artigo, devem aplicar sistema de controle de entrada restrito a 01 (um) membro por família.**

§ 3º **Durante a vigência deste Decreto, os eventos sociais, corporativos, empresariais, técnicos e científicos, igrejas, templos e congêneres, cinemas, museus, teatros e a prática de esportes coletivos são permitidos, respeitado o limite de 30% (trinta por cento) da capacidade máxima do local, observados os limites de horário definidos nos incisos deste artigo.**

§ 4º **Excepcionalmente, os supermercados, mercados, lanchonetes, bares e congêneres poderão funcionar aos sábados até as 20h00m, ficando vedado o consumo de bebidas alcoólicas no local, obedecidos os protocolos de saúde e normas sanitárias definidos neste Decreto.**

§ 5º **Excepcionalmente, os restaurantes e congêneres, poderão funcionar aos sábados e domingos até as 14h00m, obedecidos os protocolos de saúde e normas sanitárias definidos neste Decreto.**

§ 6º **O funcionamento de serviço na modalidade delivery ficará autorizado somente até as 23h59m, inclusive aos sábados e domingos, com exceção das farmácias e congêneres, que poderão funcionar, na modalidade delivery, sem restrição de dias e horários.**

§ 7º *Fica autorizado o funcionamento de restaurantes e congêneres nas modalidades take-away e drive-thru somente até às 20h 45m, permitido o serviço de delivery até as 23h59m na forma do §6º deste artigo.*

Art. 7º **Quando a taxa de ocupação estadual das UTI´s for superior a 85% (oitenta e cinco por cento), além das medidas aplicáveis à respectiva classificação de risco, conforme art. 4º deste Decreto, fica instituída restrição de circulação de pessoas em todo o território do município de Novo Mundo a partir das 21h00m até as 05h00m.**

§ 1º **Excetuam-se da restrição disposta no caput do presente artigo os funcionários, prestadores e consumidores das atividades e serviços cujo funcionamento é permitido após as 20h00m, bem como outras situações específicas a serem analisadas pela autoridade responsável pela fiscalização.**

§ 2º **A restrição fixada no caput deste artigo não se aplica ao transporte de cargas e passageiros em rodovias estaduais e federais.**

Art. 8º **A fiscalização das regras deste Decreto ficará a cargo da:**

I - Órgãos de vigilância sanitária e tributária municipal;

II - Outros órgãos municipais investidos de poder fiscalizatório.

§ 1º **A Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, conforme Decreto Estadual fica autorizada a dispersar aglomerações, inclusive em bares e restaurantes.**

§ 2º **O descumprimento das medidas restritivas por pessoas físicas ensejará a lavratura de Termo Circunstanciado de Ocorrência pela autoridade policial competente, além da aplicação de multas e sanções cíveis cabíveis.**

§ 3º **As autoridades municipais que não aplicarem as medidas restritivas instituídas por este Decreto ficam sujeitas à aplicação das sanções penais cabíveis, por infração às medidas sanitárias preventiva, conforme previsão do art. 268 do Código Penal.**

§ 4º **Caberão aos órgãos competentes, fiscalizar se os agentes públicos municipais estão cumprindo e fazendo cumprir as determinações deste Decreto, propondo, quando julgar pertinente, as demandas judiciais e extrajudiciais cabíveis.**

§ 5º **O descumprimento das medidas restritivas por pessoas físicas e jurídicas, inclusive condomínios residenciais, ensejará aplicação de multas, interdição temporária e outras sanções administrativas, cíveis e criminais cabíveis, pelas autoridades policiais, sanitárias e fiscais municipais, conforme estabelecido na Lei nº 11.316, de 02 de março de 2021, com a redação alterada pela Lei nº 11.326, de 24 de março de 2021.**

Art. 9º **Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.**

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito de Novo Mundo – MT, 12 de abril de 2021.

ANTÔNIO MAFINI

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 009/2021 TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2021 ATO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

Tendo em vista o que consta dos autos do Processo de Licitação realizado na modalidade de TOMADA DE PREÇOS nº 001/2021, e resultados apresentados pela Comissão Permanente de Licitação, **homologo** o presente certame para todos os efeitos previstos em lei. O objeto do Processo Licitatório é: **CONSTRUÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL SÃO JOÃO – BLOCO 01, COMUNIDADE CRISTALINO DO NORTE, NOVO MUNDO - MT.**

Novo Mundo – MT, em 12 de abril de 2021.

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 010/2021 PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2021 ATO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

Tendo em vista o que consta dos autos do Processo de Licitação realizado na modalidade de Pregão Presencial nº 006/2021, e resultados apresentados pela Comissão Permanente de Licitação, **homologo** o presente certame para todos os efeitos previstos em lei. O objeto do Processo Licitatório é: **Registro de Preços para futura e eventual Aquisição e Confecção de artigos de vestuários e enxovais (uniforme, lençol, campos entre outros), em atendimento a Secretaria Municipal de Saúde.**

Novo Mundo – MT, em 12 de abril de 2021.

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTÔNIO

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 02/2021 ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 017/2021

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 02/2021

ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 017/2021

ADERENTE (CONTRATANTE): PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTÔNIO-MT

CONTRATADA: COPEMAQUINAS COMERCIO DE PEÇAS E REPRESENTAÇÕES LTDA

CNPJ Nº: 13.160.566/0001-198

OBJETO: O PRESENTE INSTRUMENTO TEM POR OBJETO FIRMAR A ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 017/2021 RESULTANTE DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2021 REALIZADO PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM-MT VISANDO À CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE UM VEICULO “ESCAVADEIRA HIDRÁULICA NOVA SEM USO, ZERO KM, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA DE OBRAS DO MUNICIPIO DE NOVO SANTO ANTÔNIO-MT”. ATRAVÉS DA DISPONIBILIDADE DA CONTRATADA

VALOR DA ADESÃO: R$: 638.000,00 (SEICENTOS E TRINTA E OITO MIL REAIS)

VIGÊNCIA: O PRESENTE INSTRUMENTO TERÁ VIGÊNCIA DE 90 (NOVENTA) DIAS A PARTIR DE SUA ASSINATURA.

Novo Santo Antônio – MT, 13 de Abril de 2021.

ADÃO SOARES NOGUEIRA

Prefeito Municipal

Município de Novo Santo Antônio - MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM

LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 4/2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 26/2021

LICITAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP, ART. 47 LEI COMPLEMENTAR 147/2014

MODO DE DISPUTA FECHADO/ABERTO

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: durante os dias 14 de abril a 26 de abril de 2021, período integral do expediente, sendo que excepcionalmente, no dia 27 de abril de 2021 as propostas poderão ser encaminhadas até às 07h59, horário de Brasília. **ABERTURA DAS PROPOSTAS:** 08:00h. Início da sessão da disputa: às 09:00h (Brasília) do dia 27 de abril de 2021. Objeto da licitação na modalidade pregão eletrônico: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE FREALDAS DESCARTÁVEIS INFANTIS E GERIÁTRICAS PARA ATENDIMENTO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE NOVO SÃO JOAQUIM, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL.** Conforme condições e especificações constantes no Edital e seus anexos. **LOCAL DA DISPUTA**: Site da Bolsa de Licitações e Leilões: **www.bllcompras.gov.br**, **RETIRADA DO EDITAL:** site: **www.novosaojoaquim.mt.gov.br/Transparência/**. **INFORMAÇÕES:** As empresas deverão providenciar o cadastro no sistema da BLL, conforme edital de chamamento. **CONTATO:** (0**66)3479-1158 ou e-mail **licitação@novosaojoaquim.mt.gov.br** .

Novo São Joaquim-MT, 13 de abril de 2021.

VALBER KENEDY BARBOZA SANDES - Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

LICITAÇÃO
DECISÃO ADMINISTRATIVA

DECISÃO ADMINISTRATIVA

Trata-se de Recursos Administrativos apresentados pelas Empresas **VIVAX CONSTRUTORA LTDA** e **L. E. DE LIMA ENGENHARIA EIRELI**, quanto aos atos praticados no curso do certame licitatório realizado pela Prefeitura de Paranatinga/MT, no âmbito da Carta Convite n°. 001/2021.

A Empresa VIVAX CONSTRUTORA LTDA argumentou em suma que:

- Que a desclassificação de sua proposta em razão da não apresentação de planilha orçamentária e cronograma físico financeiro fere a lisura do certame;

- Que apresentou planilha orçamentária conforme exigido no Edital;

- Que não apresentou cronograma físico financeiro por não ser exigido no edital.

A Empresa L. E. DE LIMA ENGENHARIA EIRELI, por sua vez, asseverou que:

- Que a desclassificação de sua proposta, em razão da apresentação de sua planilha orçamentária de maneira diferente daquela exigida pelo Edital, em seu Anexo XII, fere a lisura do certame, visto tratar de mero erro formal.

Tais irresignações foram contrarrazoadas pela Empresa **TOTAL ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA EPP.**

É o relatório.

Passo a decidir.

Inicialmente, cumpre salientar que a Empresa **VIVAX CONSTRUTORA LTDA** teve sua proposta desclassificada por não apresentar cronograma físico financeiro e a Empresa **L. E. DE LIMA ENGENHARIA EIRELI** por não apresentar planilha orçamentária.

Não foi utilizado como fundamento para a desclassificação da proposta da Empresa VIVAX CONSTRUTORA LTDA a não apresentação de planilha orçamentária.

Esclarecido esse ponto, importa salientar que a apresentação de planilha orçamentária e cronograma físico financeiro eram exigências contidas no Edital, em seus anexos XII e XIII respectivamente.

Portanto, em não sendo cumprida tal obrigação, imperiosa a manutenção da decisão proferida na sessão de abertura e julgamento das propostas, a teor do que leciona o Art. 41 da Lei de Licitações, *in verbis:*

"Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada".

Nesse sentido, aliás, posiciona-se a jurisprudência:

"ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL – APELAÇÃO CÍVEL – MANDADO DE SEGURANÇA – LICITAÇÃO PÚBLICA – MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE – AFRONTA AOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS - RECURSO NÃO PROVIDO. A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. A norma municipal que restringe a condição de licitante somente aos microempreendedores, às microempresas e empresas de pequeno porte situadas no Município de Campo Verde, afronta aos princípios da igualdade, isonomia e à competitividade, que constituem o caráter essencial do processo licitatório e entalhado no artigo 3º, §1º, inciso I da Lei de Licitações. Em respeito ao art. 37, XXI, da Constituição Federal, as exigências editalícias para participar de licitação não podem restringir a competitividade e, mais, devem observar os princípios da isonomia e da razoabilidade na busca da proposta mais vantajosa à Administração Pública". (N.U 0001295-77.2016.8.11.0051, CÂMARAS ISOLADAS CÍVEIS DE DIREITO PÚBLICO, MARCIO APARECIDO GUEDES, Segunda Câmara de Direito Público e Coletivo, Julgado em 18/11/2020, Publicado no DJE 26/11/2020) (gn)

Demais disso, o próprio instrumento convocatório previa a possiblidade de desclassificação da proposta[1], imperiosa a adoção da providência.

Ante ao exposto, **nego** provimento a ambos os recursos e mantenho incólume o resultado do certame.

Registre-se.

Publique-se.

Cumpra-se.

Paranatinga/MT, 05 de Abril de 2021.

DANIEL SCHILO

Procurador Jurídico

Portaria 447/2017

OAB/MT 9954/MT

[1] **"9.9 Serão desclassificadas as propostas que não atenderem as especificações e exigências do presente Edital e de seus Anexos e que apresentem omissões, irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento";**

LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL 13/2021

A Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT, através do Pregoeiro **Devenilson da Silva,** nomeado pela **Portaria 025/2020**, torna público para conhecimento dos interessados o resultado da Licitação pela modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 13/2021**, regido pela lei 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal n°1.005/2014, subsidiada pela Lei 8.666/93, tendo por Objeto: Constitui o objeto da presente Licitação o Registro de Preços para Futura e Eventual **Prestação de Serviços de Horas Máquina de Esteira com Operador,** Peso Operacional mínimo de 12.886 kg e Com Capacidade de Lâmina de 2,7 M³ (Metros Cúbicos), sendo as despesas mecânicas, deslocamento da máquina e Abastecimento por conta da contratada, atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos de Paranatinga-MT. Conforme especificações contidas no ANEXO I e Termo de Referência do respectivo Edital. Empresa Vencedora.

NOME DA EMPRESA	CNPJ DA EMPRESA	Valor Total
VALDEMAR GRACIANO EIRELI - ME	25.028.460/ 0001-59	R$: 594. 000,00

Em 12 de abril de 2021. Pregoeiro Devenilson da Silva.

OUVIDORIA MUNICIPAL
PORTARIA N° 149 DE 12 DE ABRIL DE 2021.

PORTARIA N° 149 DE 12 DE ABRIL DE 2021.

O Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, **Sr. JOSIMAR MARQUES BARBOSA**, no uso e gozo das suas atribuições legais:

RESOLVE:

I – Conceder Vacância, o **Sr. VANDERLEY APARECIDO DIONEZIO,** inscrito no CPF/MF sob o nº 003.832.641-89 e portador do RG sob o nº 15836924 SSP/MT, do cargo efetivo de **"TÉCNICO EM ENFERMAGEM",** matrícula 2774, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, nos termos do art. 64, VI, da Lei Municipal nº 024/97, subsidiada pelo Artigo 43, da Lei Complementar nº 04/1990.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

III – Registra-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga/MT, 12 de abril de 2021.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÃO
COVID-19: DISPENSA DE LICITAÇÃO 25/2021.

Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT.

Dispensa de Licitação 25/2021.

RATIFICAÇÃO:

Contratada: VALERIA FRANCA BARRETO - COMERCIO VAREJISTA; CNPJ: 30.026.755/0001-26.

Objeto; Contratação de Empresa Especializada para **Aquisição de EPI – Equipamento de Proteção Individual**, atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de assistência Social.

Fundamento Legal: com fulcro no artigo 24 inciso II da lei 8.666/93 alterada pelo Decreto Nº 9.412/2018.

Valor da contratação: R$: **13.637,10** (treze mil seiscentos e trinta e sete reais e dez centavos).

Data da contratação: 12/04/2021.

Dispensa de Licitação 25/2021.

O Prefeito Municipal de Paranatinga – MT, o Senhor **JOSIMAR MARQUES BARBOSA**, tendo concordado com os motivos e as motivações apresentados pela ilustre Secretária Municipal de Assistência Social, a Senhora **FATIMA ROSANE RITTER PEREIRA** e que resultaram na contratação direta acima especificada, resolve **RATIFICAR** a justificativa para contratação direta em questão e determinar sua publicação aprazada na imprensa oficial em cumprimento ao que dispõe o art. 26 da lei 8.666/93.

Paranatinga – MT., 12 de abril de 2021.

Josimar Marques Barbosa

Prefeito Municipal.

OUVIDORIA MUNICIPAL
DECRETO N°. 1960 DE 12 DE ABRIL DE 2021

DECRETO N°. 1960 DE 12 DE ABRIL DE 2021

"INSTITUI MEDIDAS PARA MINIMIZAR A PROPAGAÇÃO DO CORONAVIRUS (COVID-19), NO SETOR PRIVADO DO MUNICIPIO DE PARANATINGA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANATINGA, ESTADO DE MATO GROSSO, SR. JOSIMAR MARQUES BARBOSA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E CONSTITUCIONAIS, SOBRETUDO O DISPOSTO NOS ARTIGOS 78, VI; 11, II E 164, TODOS DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL E;

CONSIDERANDO a necessidade de garantir segurança jurídica às atividades privadas essenciais à saúde, segurança e sobrevivência da população, sem prejuízo da manutenção das medidas sanitárias preventivas à disseminação do coronavírus;

CONSIDERANDO a necessidade de adoção de medidas não farmacológicas para evitar a disseminação da Covid-19 sem olvidar da manutenção das necessidades essenciais coletivas;

DECRETA:

Art. 1º - Este Decreto dispõe sobre medidas de prevenção, controle e contenção de riscos de espalhar o Coronavírus no setor privado do município de Paranatinga-MT.

Artigo 2º Para melhor compreensão deste Decreto, consideram-se:

I – Confraternização familiar: pequeno agrupamento de familiares em suas próprias residências com realização de celebração fraterna informal;

II – Evento Comercial: Festas, baladas, casas noturnas, bailes dançantes e congêneres com comercialização ou não de ingressos, com intuito lucrativo;

III – Evento social: Festas comemorativas – aniversários, formaturas, casamentos, festas comunitárias sem fins lucrativos, podendo ser realizados em casas de festas licenciadas para tal fim, bem como residências ou locais diversos, precedido de emissão de licença especial para realização deste;

IV – Atividades Sociais: Dinâmicas externas entre pessoas, tais como práticas esportivas, condolências póstumas e demais exercícios;

V – Atendimento Balcão (take-away): Estabelecimentos comerciais com portas fechadas prestando serviços para consumidores na parte externa;

VI – Drive-thru: Estabelecimento Comerciais entregando produtos aos consumidores em seus próprios veículos;

VII- Delivery: Serviço de entrega de produtos para consumidores, fornecido pela empresa prestadora ou moto-táxi

Artigo 3º Todas as empresas e atividades mencionadas ou não no Artigo 3º do Decreto Federal nº 10.282/2020, deverão cumprir as normativas específicas da atividade-fim bem como as medidas de prevenção dispostas neste decreto, sendo elas:

I- Disponibilizar locais adequados para lavagem frequente das mãos com água e sabão e/ou disponibilização de álcool na concentração de 70%;

II - Realizar periodicamente e ampliar a frequência diária de limpeza e desinfecção de locais frequentemente tocados, tais como pisos, corrimãos, maçanetas, banheiros, interruptores, janelas, telefones, teclados de computador, controles remotos, máquinas acionadas por toque manual, elevadores e outros;

III - Obedecer ao limite de distanciamento de 1,5m (um metro e meio) entre as pessoas;

IV- Suspender a entrada de pessoas sem máscara de proteção facial;

V – Sempre que possível manter os ambientes arejados por ventilação natural;

Parágrafo único. Os estabelecimentos credenciados ao DETRAN-MT deverão observar normativa expedida pelo próprio órgão, ressalvado o horário determinado no artigo 6º deste Decreto.

Artigo 4º Ficam PROIBIDOS por prazo indeterminado, as seguintes atividades:

I- A utilização de narguile ou qualquer espécie de tabaco de uso compartilhado, tereré, chimarrão compartilhado em qualquer estabelecimento;

II – Os eventos comerciais especificados no artigo 2º, inciso II deste Decreto;

III – Circos, parques de diversão e congêneres;

IV – Show ao vivo, danças com contato entre pessoas em qualquer estabelecimento;

Artigo 5º Ficam PERMITIDAS COM RESTRIÇÕES, as seguintes atividades, além das medidas de biossegurança contida no artigo 3º deste Decreto:

I - A realização de feiras e congêneres, exclusivamente para o comércio de alimentos, sendo que o feirante deverá atender as seguintes medidas:

1. uso de touca, máscara, luvas, em caso de alimentos uso de bandeja descartável e plástico filme;

2. disponibilização de uma pessoa para entrega do alimento diversa daquela que irá receber o pagamento;

II - exercício das atividades de cunho religioso condicionado à adoção, pelos responsáveis, das seguintes medidas:

1. suspensão de qualquer contato físico entre as pessoas;

2. são permitidos o limite de 20% (vinte) por cento da capacidade máxima do local.

3. Medir a temperatura corporal das pessoas na entrada dos estabelecimentos, impedindo sua entrada em caso de registro igual ou superior a 37,5º;

III - Restaurantes, bares, lanchonetes, pizzarias, sorveterias e congêneres terão permissão de atuação da seguinte maneira:

1. O distanciamento mínimo de 2m (dois metros) entre as mesas, com a utilização **de no máximo 20% da capacidade do ambiente;**

IV - As atividades de supermercados, mercados, mercearias, açougues, padarias, peixaria, atendendo as seguintes medidas:

1. Adotar medidas que evitem a ocorrência de aglomeração, tanto na parte interna quanto externa, **restringindo a entrada para um 01 (um) membro por família;**

2. Medir a temperatura corporal das pessoas na entrada dos estabelecimentos, impedindo sua entrada em caso de registro igual ou superior a 37,5º;

V - Salões de estética, cabeleireiro e congêneres, academias de musculação, pilates, studio de danças e afins, casas Lotéricas, Bancos, Cooperativas de Créditos, Correspondente Bancários, e congêneres **poderão atuar:**

1. Higienização constante dos equipamentos;

2. Adotar medidas que evitem a ocorrência de aglomeração, tanto na parte interna quanto externa, observando a lotação máxima de pessoas no local em razão do distanciamento mínimo de 2m (dois metros) entre pessoas;

VI - As realizações de velórios sem suspeita de COVID-19 deverão observar:

1. Realização preferencialmente em local aberto; **2.** Ocorrendo óbito pelo COVID-19, deverá ser observado a Nota Técnica GVIMS/GGTES/ANVISA 04/2020 ou a que lhe sucede**.**

VII– As atividades esportivas de caráter recreativo ou para fins de treinamento poderão ser realizadas, observando:

1. É vedado a realização de torneios, campeonatos ou qualquer outra modalidade de competição. **2.** Adotar medidas que evitem a ocorrência de aglomeração, tanto na parte interna quanto externa, observando a lotação máxima de pessoas no local em razão do distanciamento mínimo de 2m (dois metros) entre pessoas;

VIII– Os estabelecimentos de balneário e quiosques a beira-rio poderão funcionar mediante:

1. Apresentação e aprovação do plano de contingenciamento a Vigilância Sanitária presencial, respeitando **a capacidade máxima de 20% (vinte por cento) de lotação.**

IX- **Eventos Sociais poderão ser realizadas observando:**

1.distanciamento mínimo de 2m (dois metros) entre as mesas, sendo possível acomodação de 6 (seis) cadeiras por mesa;

2. Estipular lotação máxima de pessoas/clientes em razão ao tamanho do estabelecimento comercial, e afixar a informação da metragem e da lotação em local visível;

3. Sendo realizado em local que não possua alvará de funcionamento para esta atividade, deverá ser emitido licença especial no Setor de Tributação da Prefeitura Municipal;

X - Aulas e atividades presenciais na rede privada de ensino, creches e congêneres, bem como cursos privados, e demais instituições que mantém cursos de formação e treinamento, com aulas presenciais:

1. Apresentação e aprovação do plano de contingenciamento/protocolo de biossegurança a Secretaria Municipal de Educação e Cultura e Vigilância Sanitária, presencialmente.

2. medir a temperatura corporal das pessoas na entrada dos estabelecimentos, impedindo sua entrada em caso de registro igual ou superior a 37,5;

Artigo 6º. Fica determinada a proibição de locomoção de qualquer cidadão no território do Município de Paranatinga no período compreendido entre às **22:00 horas até as 05:00 horas da manhã**, em todos os dias da semana, pelo prazo definido neste Decreto, salvo:

I – Circulação de profissionais da área de saúde;

II – Servidores públicos das áreas de fiscalização ou correlacionado, quando em pleno exercício da função;

III - Funcionários, prestadores e consumidores das atividades e serviços **delivery cujo funcionamento é permitido até 23h59m;**

IV - transporte de cargas e passageiros em trânsito no território municipal;

V - Outras situações específicas a serem analisadas pela autoridade policial responsável pela fiscalização.

§1º Todos os estabelecimentos em atividade no território no Município, independente dos horários estabelecidos no alvará de funcionamento observará**:**

I - de segunda à domingo autorizado o funcionamento somente no período compreendido entre às 05h00m e 21h00m;

§2º Excetua-se do contido no parágrafo primeiro:

I - farmácias e laboratórios;

II – funerárias e serviços relacionados;

III – serviços de segurança pública e privada;

IV – serviços de taxi e aplicativo de transporte individual remunerado de passageiros;

Artigo 7º. Os hospitais e laboratórios públicos e privados, que tiverem casos suspeitos da doença COVID-19, deverão, imediatamente, informar as autoridades sanitárias do Município.

Artigo 8º A fiscalização das regras deste Decreto ficará a cargo da:

I – PROCON Municipal;

II - Órgãos de vigilância sanitária estadual e municipal;

III - Polícia Militar - PM/MT;

IV - Polícia Judiciária Civil - PJC/MT; e

V - outros órgãos municipais investidos de poder fiscalizatório;

§ 1º A Polícia Militar do Estado de Mato Grosso fica autorizada a dispersar aglomerações, inclusive em bares e restaurantes.

§ 2º O descumprimento das medidas restritivas por pessoas físicas ensejará a lavratura de Termo Circunstanciado de Ocorrência pela autoridade policial competente, além da aplicação de multas e sanções cíveis cabíveis.

Artigo 9º. Considerar-se-á abuso do poder econômico a elevação arbitrária de preços, sem justa causa, dos insumos e serviços relacionados ao enfrentamento do COVID-19, sujeitando os infratores às penalidades previstas na legislação específica.

Parágrafo único. Competirá ao PROCON Municipal, realizar as medidas de fiscalização necessárias, mediante representação, para fins de observância do disposto no caput do presente artigo, disponibilizando o telefone 66.3573.1332 para informações e denúncias.

Artigo 10. Fica disponibilizado o telefone **(66) 3573-3419**, nos horários de 7h às 11h e 13h às 17h **para denúncias** dos estabelecimentos que não estejam cumprindo as normas sanitárias previstas neste Decreto, bem como as estipuladas pelo Ministério da Saúde.

§1º E ainda, têm-se disponibilizado o telefone **Disque Denúncia da Polícia Militar 190** cujo atendimento é 24 (vinte e quatro) horas, para denúncias relacionadas a aglomerações, bem como eventos comercias e congêneres.

Artigo 11. Enquanto vigente o estado de calamidade pública declarado no Decreto Estadual nº 424, de 25 de março de 2020, somente será permitida a circulação de pessoas no município mediante utilização de máscara facial, ainda que artesanal.

§1º Os estabelecimentos públicos e privados, incluindo condomínios horizontais e verticais, comerciais, residenciais ou mistos, que estiverem em funcionamento deverão exigir o uso de máscara de proteção facial, ainda que artesanal, por seus funcionários, colaboradores, clientes, moradores e visitantes para acesso às suas dependências e áreas comuns.

§ 2º O descumprimento das medidas restritivas por pessoas jurídicas, inclusive condomínios residenciais, ensejará aplicação de multas, interdição temporária e outras sanções administrativas, cíveis e criminais cabí-

veis, pelas autoridades policiais, sanitárias e fiscais estaduais e municipais, conforme estabelecido em lei específica.

Artigo 12. Este Decreto entra em vigor a partir de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 12 de abril de 2021 revogando as medidas contidas no do decreto nº 1953 de 30 de março de 2021 sendo que este decreto terá validade até de 20 de abril de 2021, podendo ser prorrogado.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga, Estado de Mato Grosso, em 12 de abril de 2021

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL DE PARANATINGA

OUVIDORIA MUNICIPAL
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 005/2021

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 005/2021

Divulga o resultado dos recursos contra o edital de homologação das inscrições

O Presidente da Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado 001/2021 da Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT, visando a atender aos princípios da publicidade, da legalidade e da impessoalidade, e;

Considerando o item 9 do edital de abertura;

RESOLVE:

I. Declarar que não houve apresentação de recursos contra o edital de homologação de inscrições.

Paranatinga, 13 de abril de 2021

UESTERDOUGLAS**S**OARES**R**OCHA

***P**RESIDENTE DA **C**OMISSÃO **P**ERMANENTE **O**RGANIZADORA DO*

***P**ROCESSO **S**ELETIVO **S**IMPLIFICADO 001/2021*

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

PORTARIA Nº 240/2021 - DESIGNAÇÃO JOSIANE CELIZE DA SILVA BOTELHO DE GÓIS

DE 12 DE ABRIL DE 2021

Dispõe sobre DESIGNAÇÃO de Servidora Pública Municipal, e dá outras providências;

NELSON ANTONIO ORLATO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR a Servidora Pública Municipal a Senhora JOSIANE CELIZE DA SILVA BOTELHO DE GÓIS, ocupante do cargo efetivo de Contínua/Merendeira, para desenvolver suas funções na Secretaria Geral de Coordenação Administrativa do Município de Pedra Preta – MT.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.

AOS DOZE DIAS DO MÊS DE ABRIL DO ANO DE 2021.

NELSON ANTONIO ORLATO

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial Da AMM.

PORTARIA Nº 241/2021 - LICENÇA PRÊMIO JOSIANE CELIZE DA SILVA BOTELHO DE GÓIS

DE 12 DE ABRIL DE 2021

Dispõe sobre LICENÇA PRÊMIO de Servidora Pública Municipal e dá outras providências;

NELSON ANTONIO ORLATO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO o recebimento do requerimento de Licença Prêmio protocolado pelo Departamento de Recursos Humanos.

CONSIDERANDO que a servidora faz jus a referida, adquirida no período aquisitivo de **19/09/2011 à 19/09/2016.**

RESOLVE:

Art.1º Conceder LICENÇA PRÊMIO à servidora **JOSIANE CELIZE DA SILVA BOTELHO DE GÓIS,** lotada na Secretaria Geral de Coord. Administrativa, ocupante do cargo de Contínua/Merendeira, a serem usufruídas nos períodos de **12/04/2021 à 10/07/2021.**

Art.2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.

AOS DOZE DIAS DO MÊS DE ABRIL DO ANO DE 2021.

NELSON ANTONIO ORLATO

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial Da AMM.

PORTARIA Nº 243/2021 - EXONERAÇÃO WELLINGTON MILHOMEN DE BRITO

DE 12 DE ABRIL DE 2021

Dispõe sobre EXONERAÇÃO de Servidor Público Municipal **e** dá outras providências.

NELSON ANTONIO ORLATO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO o Ofício nº 180/2021/GESTÃO DO SUS.

RESOLVE:

ART. 1º Exonerar o Servidor WELLINGTON MILHOMEN DE BRITO, ocupante do cargo de Médico Auditor do Hospital Municipal "Luciana Martins", lotado na Secretaria Municipal de Saúde no Município de Pedra Preta - MT.

ART.2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 12/04/2021.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.

AOS DOZE DIAS DO MÊS DE ABRIL DO ANO DE 2021.

NELSON ANTONIO ORLATO

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial Da AMM.

COVID-19: DECRETO Nº 068/2021 - ATUALIZAÇÃO MEDIDAS RESTRITIVAS COVID-19

DE 12 DE ABRIL DE 2021.

Dispõe sobre atualização das medidas restritivas para minimizar a proliferação, entre a população, do novo coronavírus (COVID-19), e dá outras providências.

NELSON ANTONIO ORLATO, Prefeito Municipal de Pedra Preta, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO as medidas estabelecidas pelo Governo do Estado de Mato Grosso, editadas por meio do Decreto n° 874/2021, de 25 de março de 2021;

CONSIDERANDO a necessidade de complementar e /ou prorrogar as medidas anteriormente fixadas pelo Governo Municipal, para a imposição de maior controle no combate ao *novo coronavírus* (COVID-19);

CONSIDERANDO a classificação de risco estabelecida pelo Decreto Estadual 874/2021;

CONSIDERANDO que o município de Pedra Preta se mantém na classificação de risco apurada quando da publicação do Decreto estadual 874/2021;

DECRETA:

Art. 1º As medidas restritivas estabelecidas no Decreto Municipal n° 052/2021 ficam prorrogadas até 22/04/2021, podendo haver nova prorrogação ou alteração, a depender da classificação de risco em que o município vier a estar enquadrado.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA-MT.

AOS DOZE DIAS DO MÊS DE ABRIL DO ANO DE 2021.

NELSON ANTONIO ORLATO

=Prefeito Municipal=

Registrada nesta Secretaria e

Publicado no Diário Oficial.

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2021 - MODALIDADE: ANÁLISE CURRICULAR

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA/MT, no uso de suas atribuições legais, e em consonância com as disposições constitucionais referentes ao assunto, a saber:

I. Divulgação da **classificação** dos candidatos inscritos no Processo Seletivo nº 002/2021, referente à análise curricular.

II. Divulgação **da data para a realização da entrevista** na Secretaria Municipal de Saúde.

III. O presente Edital e a Listagem Completa estão disponíveis no endereço eletrônico: no Quadro de avisos da Prefeitura Municipal e Diário Oficial do Município de Pedra Preta/MT, disponível em https://diariomunicipal.org/mt/amm/edicoes/.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se,

Pedra Preta, 12 de Abril de 2021.

_____

VIVIANE SANTANA ORLATO

Secretária Municipal de Saúde

RESULTADO CLASSIFICATÓRIO – ANÁLISE CURRÍCULAR

MÉDICO DE PSF			
NOME	CPF	PONTUAÇÃO	ENTREVISTA
CLEICE MILENE STRADA	043.422.741-24	5	15/04/2021
MISAEL BATISTA PERES	066.621.921-47	5	15/04/2021

MÉDICO DE HOSPITAL E/OU UNIDADES DE SAÚDE MUNICIPAL			
NOME	CPF	PONTUAÇÃO	ENTREVISTA
GUSTAVO PEREIRA BRITO DO AMARAL	054.683.581-31	5	15/04/2021

FISIOTERAPEUTA			
NOME	CPF	PONTUAÇÃO	ENTREVISTA
ADÁLIA SILVA DE ASSIS LIMA	545.990.911-20	5	15/04/2021
EUZIANE FERREIRA DA SILVA	024.439.241-22	5	15/04/2021

TÉCNICO EM ENFERMAGEM			
NOME	CPF	PONTUAÇÃO	ENTREVISTA
CLEIDIONICE DOS SANTOS	631.561.481-72	5	14/04/2021
KÁTIA REGINA ALVES DA SILVA	985.181.601-97	5	14/04/2021
LORENA PINTO LOPES	901.172.121-72	5	14/04/2021
MARIA INÊS DE SOUZA RAMOS	822.952.471-87	5	14/04/2021
THAYNARA DA SILVA MENDONÇA DOS SANTOS	064.718.231-93	5	14/04/2021

MOTORISTA			
NOME	CPF	PONTUAÇÃO	ENTREVISTA
KATIA APARECIDA DE LIMA	027.053.821-60	0,50	14/04/2021
RUTH KRISLAINE ACÁSSIO PIO		DESCLASSIFICADO	
WASHINGTON PAVANELLO CONCEIÇÃO	396.738.648-10	0,50	14/04/2021

DECRETO Nº 069/2021 - HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 003/2021

DE 12 DE ABRIL DE 2021.

Dispõe sobre a **HOMOLOGAÇÃO do Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado nº 003/2021**, realizado pela Prefeitura Municipal de Pedra Preta – MT, para contratação temporária de excepcional interesse público.

NELSON ANTONIO ORLATO, Prefeito Municipal de Pedra Preta/MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, Considerando a regularidade formal dos procedimentos adotados na formalização do Processo Seletivo Simplificado (Edital nº 003/2021).

CONSIDERANDO que todas as exigências do Regulamento e do Edital do Processo Seletivo Simplificado Edital nº 003/2021 foram cumpridas; Considerando que foram respeitados e praticados todos os atos que garantiram a legalidade e o bom andamento do Processo Seletivo Simplificado Edital nº 003/2021.

CONSIDERANDO o que trata o art. 37, IX da Constituição Federal, o art. 68, VI da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO os termos e prazos estabelecidos pela Lei Complementar Municipal Nº 017/2014 e conforme autorizado pelo Decreto nº 058/2021 de 31 de março de 2021.

CONSIDERANDO o item 7 do Edital do Processo Seletivo n. 003/2021, prevê que poderá ser realizada a homologação;

DECRETA:

Art. 1º FICA HOMOLOGADO O RESULTADO FINAL, final referente ao Processo Seletivo Simplificado nº 003/2021.

§1º. O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado nº 003/2021 é de 01 (um) ano, contado da data de publicação do presente Decreto de Homologação, podendo ser prorrogado por igual período, conforme possibilita o inciso III, do artigo 37, da Constituição Federal.

§2º. Os candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 003/2021 deverão atender à convocação para anuência de maneira expressa, para confirmar ou não o seu interesse na nomeação, posse e exercício do cargo Simplificado.

§3º. O não comparecimento do candidato convocado para a anuência no prazo fixado no edital de convocação implicará reconhecimento de sua desistência pela vaga oferecida, revertendo o direito de nomeação em favor do aprovado que o suceder, na ordem de classificação, se for o caso.

Art. 2º A convocação dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 003/2021, quando se der, respeitará rigorosamente a ordem de classificação final dos candidatos, sob pena de nulidade.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA-MT

AOS DOZE DIAS DO MÊS DE ABRIL DO ANO DE 2021

NELSON ANTONIO ORLATO

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e

Publicado no Diário Oficial.

PORTARIA Nº 242/2021 - LICENÇA SEM REMUNERAÇÃO ANTONIO RIBEIRO DA SILVA

DE 12 DE ABRIL DE 2021

Dispõe sobre **LICENÇA SEM REMUNERAÇÃO** de Servidor Público Municipal e dá outras providências.

NELSON ANTONIO ORLATO, PREFEITO DOMUNICÍPIO DE PEDRA PRETA, ESTADO DE MATOGROSSO, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o requerimento do Senhor ANTONIO RIBEIRO DA SILVA.

CONSIDERANDO o art. 102 da Lei Municipal nº 075/1998, 23 de Março 1. 998.

RESOLVE:

ART. 1º - Conceder LICENÇA SEM REMUNERAÇÃO para tratar de interesse particular ao Senhor ANTONIO RIBEIRO DA SILVA,ocupante do cargo de Operador de Computador, lotado junto a Secretaria Geral de Coordenação Administrativa, a ser usufruída no período de 12/04/2021 por até 2 anos.

ART.2ºEsta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.

AOS DOZE DIAS DO MÊS DE ABRIL DO ANO DE 2021.

NELSON ANTONIO ORLATO

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial Da AMM.

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 003 AO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 003/2021

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA/MT, no uso de suas atribuições legais, e em consonância com as disposições constitucionais referentes ao assunto, a saber:

I. Divulgar o Resultado da Prova Prática e resultado classificatório Final dos candidatos que realizaram a Prova Prática do Processo Seletivo nº 003/2021.

MOTORISTA - CNH D/ZONA RURAL - ASSENTAMENTO MONTE AZUL –

Nome	Pontuação Curricular	Pontuação Prova Prática	Pontuação Final	Nascimento	Posição	Resultado
Eraldo Gomes de Lima	50	100	150	31/08/1969	1º	Classificado
Waldeci Leão de Araujo	45	95	140	15/06/1969	2º	Classificado
Washington Pavanello Conceição	20	-	20	21/04/1978	-	Desclassificado

OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS/PC/SECRETARIA DE OBRAS –

Nome	Pontuação Curricular	Pontuação Prova Prática	Pontuação Final	Nascimento	Posição	Resultado
Cicero Ferreira da Silva	90	100	190	24/03/1964	1º	Classificado

OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS/PÁ CARREGADEIRA/SECRETARIA DE OBRAS –

Nome	Pontuação Curricular	Pontuação Prova Prática	Pontuação Final	Nascimento	Posição	Resultado
Jucelino Guedes dos Reis Junior	75	87,5	162,5	06/12/1989	1º	Aprovado
Sidnei Alves Gonçalo	45	87,5	132,5	26/03/1979	2º	Classificado
Valdely José de Melo	30	56,25	86,25	09/03/1962	3º	Classificado
Wender Batista do Espirito Santo	100	-	100	26/12/1979	-	Desclassificado
Cicero da Silva Souza	40	-	40	14/09/1979	-	Desclassificado
Paulo Sérgio da Silva	20	-	20	24/02/1973	-	Desclassificado

OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS/MOTONIVELADORA/SECRETARIA DE OBRAS –

Nome	Pontuação Curricular	Pontuação Prova Prática	Pontuação Final	Nascimento	Posição	Resultado
Placido José de Assis	30	81,25	111,25	24/05/1950	1º	Aprovado
Evandro Gomes da Rocha	35	-	35	10/09/1982	-	Desclassificado

II. O presente Edital e a Listagem Completa estão disponíveis no endereço eletrônico: no Quadro de avisos da Prefeitura Municipal e Diário Oficial do Município de Pedra Preta/MT, disponível em https://diariomunicipal.org/mt/amm/edicoes/.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se,

Pedra Preta, 12 de abril de 2021.

ADENILDA VIEIRA COELHO

Chefe Departamento de Recursos Humanos

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

DIVULGAÇÃO DO GABARITO PRELIMINAR DA PROVA OBJETIVA DO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2021

DIVULGAÇÃO DO GABARITO PRELIMINAR DA PROVA OBJETIVA DO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2021

O Prefeito do Município de Peixoto do Azevedo, Estado de Mato Grosso, Sr. Mauricio Ferreira de Souza, no uso de suas atribuições legais conferidas por lei, em conjunto com a **COMISSÃO ESPECIAL PARA SUPERVISIONAR E ACOMPANHAR A REALIZAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO MUNICIPAL**, nomeada pela **Portaria Municipal nº 125 de Janeiro de 2021,** mediante as condições estipuladas neste Edital e demais disposições legais aplicáveis, **TORNA PÚBLICO**, aos interessados, **A DIVULGAÇÃO DO GABARITO PRELIMINAR (PASSÍVEL DE ALTERAÇÃO APÓS OS RECURSOS) DA PROVA OBJETIVA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2021 PREFEITURA DE PEIXOTO DE AZEVEDO MT,** conforme discriminado abaixo:

GABARITO PRELIMINAR – SUJEITO A RECURSOS

001 - PROFESSOR DE PEDAGOGIA (ANOS INICIAIS)									
01: C	02: B	03: C	04: D	05: A	06: A	07: B	08: C	09: A	10: B
11: A	12: D	13: A	14: D	15: C	16: C	17: B	18: A	19: D	20: D
21: C	22: A	23: D	24: B	25: A					

002 - PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA (LETRAS)									
01: C	02: B	03: C	04: D	05: A	06: A	07: B	08: C	09: A	10: B
11: A	12: D	13: A	14: D	15: C	16: C	17: A	18: D	19: C	20: B
21: D	22: A	23: C	24: D	25: B					

003 - PROFESSOR DE MATEMÁTICA									
01: C	02: B	03: C	04: D	05: A	06: A	07: B	08: C	09: A	10: B
11: A	12: D	13: A	14: D	15: C	16: A	17: A	18: D	19: A	20: D
21: A	22: C	23: C	24: A	25: D					

004 - PROFESSOR DE HISTÓRIA									
01: C	02: B	03: C	04: D	05: A	06: A	07: B	08: C	09: A	10: B
11: A	12: D	13: A	14: D	15: C	16: C	17: D	18: D	19: C	20: A
21: B	22: B	23: A	24: C	25: D					

005 - PROFESSOR DE GEOGRAFIA									
01: C	02: B	03: C	04: D	05: A	06: A	07: B	08: C	09: A	10: B
11: A	12: D	13: A	14: D	15: C	16: A	17: D	18: D	19: B	20: C
21: C	22: D	23: C	24: D	25: B					

006 - PROFESSOR DE CIÊNCIAS									
01: C	02: B	03: C	04: D	05: A	06: A	07: B	08: C	09: A	10: B
11: A	12: D	13: A	14: D	15: C	16: A	17: D	18: A	19: B	20: A
21: A	22: A	23: B	24: A	25: A					

007 - PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA									
01: C	02: B	03: C	04: D	05: A	06: A	07: B	08: C	09: A	10: B
11: A	12: D	13: A	14: D	15: C	16: B	17: A	18: B	19: B	20: A
21: A	22: B	23: B	24: D	25: D					

008 - PROFESSOR DE INGLÊS									
01: C	02: B	03: C	04: D	05: A	06: A	07: B	08: C	09: A	10: B
11: A	12: D	13: A	14: D	15: C	16: B	17: C	18: D	19: A	20: C
21: B	22: A	23: C	24: D	25: D					

009 - PROFESSOR DE PEDAGOGIA EM EDUCAÇÃO INFANTIL									
01: C	02: B	03: C	04: D	05: A	06: A	07: B	08: C	09: A	10: B
11: A	12: D	13: A	14: D	15: C	16: C	17: B	18: A	19: D	20: D
21: C	22: A	23: D	24: B	25: A					

010 - TAE - TÉCNICO ADM. ESCOLAR									
01: D	02: A	03: B	04: D	05: C	06: A	07: B	08: D	09: C	10: C
11: A	12: B	13: D	14: D	15: B	16: A	17: D	18: A	19: D	20: C

011 - TDI - TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL									
01: D	02: A	03: B	04: D	05: C	06: A	07: B	08: D	09: C	10: C
11: A	12: B	13: D	14: D	15: B	16: A	17: D	18: A	19: D	20: C

020 - TDI - TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL									
01: D	02: A	03: B	04: D	05: C	06: A	07: B	08: D	09: C	10: C
11: A	12: B	13: D	14: D	15: B	16: A	17: D	18: A	19: D	20: C

027 - PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA (LETRAS)									
01: C	02: B	03: C	04: D	05: A	06: A	07: B	08: C	09: A	10: B
11: A	12: D	13: A	14: D	15: C	16: C	17: A	18: D	19: C	20: B
21: D	22: A	23: C	24: D	25: B					

038 - PROFESSOR MAGISTÉRIO									
01: C	02: B	03: C	04: D	05: A	06: A	07: B	08: C	09: A	10: B
11: A	12: D	13: A	14: D	15: C	16: C	17: B	18: A	19: D	20: D
21: C	22: A	23: D	24: B	25: A					

Peixoto do Azevedo, 12 de abril de 2021.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

DIVULGAÇÃO DO RESULTADO PRELIMINAR DA PROVA DE TÍTULOS DO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2021

DIVULGAÇÃO DO RESULTADO PRELIMINAR DA PROVA DE TÍTULOS DO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2021

O Prefeito do Município de Peixoto do Azevedo, Estado de Mato Grosso, Sr. Mauricio Ferreira de Souza, no uso de suas atribuições legais conferidas por lei, em conjunto com a **COMISSÃO ESPECIAL PARA SUPERVISIONAR E ACOMPANHAR A REALIZAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO MUNICIPAL**, nomeada pela **Portaria Municipal nº 125 de Janeiro de 2021,** mediante as condições estipuladas neste Edital e demais disposições legais aplicáveis, **TORNA PÚBLICO**, aos interessados, **A DIVULGAÇÃO DO RESULTADO PRELIMINAR (PASSÍVEL DE ALTERAÇÃO APÓS OS RECURSOS) DA PROVA DE TÍTULOS DO PROCESSO SELETIVO 001/2021 PREFEITURA DE PEIXOTO DE AZEVEDO MT,** conforme discriminado abaixo:

PROVA DE TÍTULOS PARA NÍVEL SUPERIOR				
RECURSO	**INSCRIÇÃO**	**NOME**	**SITUAÇÃO**	**RESPOSTA**
9158	572	ABINOAN FEREIRA CUNHA	DEFERIDO	Pós Graduação 0,5
9163	455	ADAILSON SILVA	DEFERIDO	Pós Graduação 0,5
9224	413	ALZIRA SOARES DE OLIVEIRA MARCHIOSI	DEFERIDO	Pós Graduação 0,5
8960	130	AMAURI OLIMPIO DA SILVA	DEFERIDO	Pós Graduação 0,5
9153	520	AMÉLIA ROSELI GONÇALVES DA SILVA	INDEFERIDO	Documentação incompleta, faltando sequência para proceder análise.
8965	330	ANA CLEIA FERREIRA DO NASCIMENTO	DEFERIDO	Pós Graduação 0,5
9171	578	ANA TÁVILA SANTOS LOPES	DEFERIDO	Pós Graduação 0,5
8951	309	ANDREIA ARDT DE SOUZA CARDOSO	DEFERIDO	Pós Graduação 0,5
8935	204	ANTONIA BRITO FARIAS	DEFERIDO	Mestrado 1,0
8943	265	ANTONIO GOUVEA FERNANDES	DEFERIDO	Pós Graduação 0,5
9074	444	ANTONIO JUNIOR ANDRADE FERREIRA	DEFERIDO	Pós Graduação 0,5
9221	267	ARIANE MARCHIOSI	INDEFERIDO	Candidato(a) não apresentou Documentação
9080	301	BENILDA ARAUJO PEREIRA DA CRUZ	DEFERIDO	Pós Graduação 0,5
9138	549	CARLIJANE SOUZA NASCIMENTO	DEFERIDO	Pós Graduação 0,5
8933	292	CASSIA DE OLIVEIRA BOSING	DEFERIDO	Pós Graduação 0,5
9124	328	CLAUDETE RODRIGUES DOS SANTOS TEALDO	DEFERIDO	Pós Graduação 0,5
8994	129	CLAUDIA AGUIAR NUNES	DEFERIDO	Pós Graduação 0,5
9043	435	CLAUDIA DE FATIMA LIMA	DEFERIDO	Pós Graduação 0,5
8930	146	CLEIDIANE SOUSA SILVA	DEFERIDO	Pós Graduação 0,5
8945	308	CLEUSA DE MELO CAVALHEIRO	DEFERIDO	Pós Graduação 0,5
9240	611	DAIANE COLARES DAMACENA DE OLIVEIRA	DEFERIDO	Pós Graduação 0,5
8967	335	DAIANE DA COSTA SILVA	DEFERIDO	Pós Graduação 0,5
9119	358	DAMIANA SARAFIM CARDOSO	DEFERIDO	Pós Graduação 0,5
8948	311	DÉBORA DOS SANTOS KIESSLER	DEFERIDO	Pós Graduação 0,5
9170	560	DILIANE MENEZ	DEFERIDO	Pós Graduação 0,5
9113	485	DINÉIA BARBOSA OLIVEIRA COELHO	DEFERIDO	Pós Graduação 0,5
9026	343	EDIONE AMORIM DA SILVA	DEFERIDO	Pós Graduação 0,5
9249	178	ELAINE RODRIGUES PINTO RIBEIRO	INDEFERIDO	Candidato(a) não apresentou Documentação
9001	223	ELENIR SOKOLOSKI DE MORAES	DEFERIDO	Pós Graduação 0,5
9093	499	ELINE VIEIRA SILVA SOUSA	INDEFERIDO	Candidato(a) não apresentou Documentação
9010	377	ELLIS VITHORIA DE SOUZA	DEFERIDO	Pós Graduação 0,5
8973	228	EUDES PEREIRA DA SILVA	DEFERIDO	Pós Graduação 0,5
8942	45	EVA FERREIRA DE FRANÇA	DEFERIDO	Pós Graduação 0,5
8946	306	EVELYN DEBORAH DA COSTA BARBOSA TAVARES	DEFERIDO	Pós Graduação 0,5
9095	263	FABIOLA MELÃO DOS SANTOS	DEFERIDO	Pós Graduação 0,5
9192	596	FERNANDA BEDIN	DEFERIDO	Pós Graduação 0,5
9195	273	FRANCISCA DAS CHAGAS RESENDE DOS SANTOS	DEFERIDO	Pós Graduação 0,5
9185	579	FRANCISCA MARIA DA CONCEIÇÃO	INDEFERIDO	Candidato(a) apresentou Diploma de Graduação
9085	498	GENI FERREIRA DOS SANTOS	DEFERIDO	Pós Graduação 0,5
9037	208	GEUSA JERRY DA CRUZ SOUSA	DEFERIDO	Pós Graduação 0,5
9162	471	GIANCARLO SOUZA NASCIMENTO	DEFERIDO	Pós Graduação 0,5
9233	619	GISELE SOARES DA SILVA	INDEFERIDO	Candidato(a) apresentou Diploma de Graduação
9137	287	GISLAINE DA CRUZ DIAS	DEFERIDO	Pós Graduação 0,5
9213	528	GRACILENE PEREIRA SILVA RODRIGUES	DEFERIDO	Pós Graduação 0,5
9191	360	IRILENE CONCEIÇÃO SANTOS SILVA	DEFERIDO	Pós Graduação 0,5
9038	225	IVANEIDE ALVES LIMA	DEFERIDO	Pós Graduação 0,5
9071	486	IZABEL CRISTINA ADVINCULA GUEDES DA SILVA	DEFERIDO	Pós Graduação 0,5
9261	211	JAYNE ROSA RODRIGUES	DEFERIDO	Pós Graduação 0,5
9028	36	JHAYANNY ALENCAR DA SILVA KOTIKOSKI	DEFERIDO	Pós Graduação 0,5
9017	395	JOANA DARC LIMA BORGES	DEFERIDO	Pós Graduação 0,5

9063	469	JOANA MISS DOS SANTOS COSTA HALMENS-CHLAGER	DEFERIDO	Pós Graduação 0,5
9050	210	JOELMA SANTOS MENDES ARAUJO	DEFERIDO	Pós Graduação 0,5
9215	517	JOSÉ CARLOS FERREIRA	DEFERIDO	Pós Graduação 0,5
9066	339	JOSÉ PEREIRA DE ALMEIDA	DEFERIDO	Pós Graduação 0,5
9008	365	JOSIVÂNIA ALVES PEREIRA	INDEFERIDO	Candidato(a) não apresentou a documentação
9225	546	JOYC LIVIA SOUSA DA SILVA GALLON	INDEFERIDO	Candidato(a) apresentou Diploma de Graduação
9111	232	JUREMA STUMM	DEFERIDO	Pós Graduação 0,5
9004	369	KELLY CRUZ SILVA	DEFERIDO	Pós Graduação 0,5
9184	573	KERLEY SILVA RODRIGUES	DEFERIDO	Pós Graduação 0,5
9220	588	LARA PEREIRA MARTINS	INDEFERIDO	Candidato(a) não apresentou Documentação
9081	440	LEIDIANE FERNANDA SANTANA BARROSO	DEFERIDO	Pós Graduação 0,5
8997	111	LEUCIMAR GALVÃO SOUSA	DEFERIDO	Pós Graduação 0,5
9104	338	LUCIENE DE SOUSA UCHÔA DUARTE.	DEFERIDO	Pós Graduação 0,5
9264	601	LUCIMARA PEREIRA DOS SANTOS	INDEFERIDO	Candidato(a) apresentou Diploma de Graduação
9007	382	LUCINÉIA VICENTE DOS SANTOS	INDEFERIDO	Candidato(a) apresentou Diploma de Graduação
9122	207	LUCIVANIA QUEIROZ DE SOUZA	DEFERIDO	Pós Graduação 0,5
9135	6	LUIS ALBERTO	DEFERIDO	Pós Graduação 0,5
8988	346	LUSIRENE RODRIGUES DA SILVA	DEFERIDO	Pós Graduação 0,5
9059	317	MANOEL OLIVEIRA DA SILVA	INDEFERIDO	Documentação anexada não segue as diretrizes do edital
9023	191	MÁRCIA DE SOUSA LIMA	DEFERIDO	Pós Graduação 0,5
9088	269	MARCOS HENRIQUE GAMBA DA CONCEIÇÃO	DEFERIDO	Pós Graduação 0,5
9147	536	MARIA APARECIDA TAVEIRA BISPO	DEFERIDO	Pós Graduação 0,5
8971	227	MARIA DA ANUNCIAÇÃO MARQUES DA SILVA	DEFERIDO	Pós Graduação 0,5
9019	391	MARIA DO SOCORRO DA SILVA PAIXÃO	DEFERIDO	Pós Graduação 0,5
9039	153	MARIA HELENA DA CRUZ	DEFERIDO	Pós Graduação 0,5
9252	632	MARIA PETRONILIA BENTO DE SOUSA	DEFERIDO	Pós Graduação 0,5
9239	604	MARIA SILVANA DA SILVA SOUZA	DEFERIDO	Pós Graduação 0,5
9083	496	MARIA ZULEIDE CAVALCANTE PAIXAO	DEFERIDO	Pós Graduação 0,5
8978	44	MARINEUZA CARBOLIN	DEFERIDO	Pós Graduação 0,5
8970	221	MARLENE ALVES DE JESUS DO NASCIMENTO	DEFERIDO	Pós Graduação 0,5
8985	347	MARTA FERREIRA ESCALIAR	DEFERIDO	Pós Graduação 0,5
8937	302	MEIRI RUBIA LOPES	DEFERIDO	Pós Graduação 0,5
9266	189	MÔNICA KELLY CAMPELO LEITE SILVA	DEFERIDO	Pós Graduação 0,5
9053	70	NAIARA DE SOUZA MATTEI DORIGON	DEFERIDO	Pós Graduação 0,5
9032	89	NEIDE PEREIRA DOS SANTOS SILVA	DEFERIDO	Pós Graduação 0,5
9250	570	NOME: CLECI MACARI MORAIS	DEFERIDO	Pós Graduação 0,5
9025	103	PAULA MENEZES GOMES PERETTO	INDEFERIDO	Candidato(a) apresentou Diploma de Graduação
9127	102	RANA PEREIRA DA SILVA	DEFERIDO	Pós Graduação 0,5
8923	270	RAPHAELA RODRIGUES FÉLIX	DEFERIDO	Pós Graduação 0,5
9229	491	RAQUEL DE OLIVEIRA BRITO	DEFERIDO	Pós Graduação 0,5
9055	436	REGIANE BENTES NASCIMENTO GUIMARAES	DEFERIDO	Pós Graduação 0,5
9199	595	REGIELE BENTES NASCIMENTO	DEFERIDO	Pós Graduação 0,5
9125	422	RENATA APARECIDA DOS REIS	INDEFERIDO	Documentação incompleta, faltando sequência para proceder análise.
9200	150	RENATO DOS SANTOS SILVA	DEFERIDO	Pós Graduação 0,5
9257	239	ROCHELI CARNEIRO CALDAS	DEFERIDO	Candidato(a) apresentou Diploma de Graduação
9086	20	ROSEMILDA MARIA LUCAS DE OLIVEIRA	DEFERIDO	Pós Graduação 0,5
9155	320	ROSICRÉR MOREIRA DA SILVA	DEFERIDO	Pós Graduação 0,5
9154	196	SARA TALITA MARTINS WANDERLEY	DEFERIDO	Pós Graduação 0,5
9145	555	SILVANA TEIXEIRA	DEFERIDO	Pós Graduação 0,5
9073	426	SOLANGE DE OLIVEIRA SILVA SANTOS	DEFERIDO	Pós Graduação 0,5
9175	581	SÔNIA DIAS DA SILVA	DEFERIDO	Pós Graduação 0,5
8958	322	SUNAMITA ANDRADE BRITO DE SOUSA	INDEFERIDO	Candidato(a) apresentou Diploma de Graduação
9052	452	TIAGO PIRES SOUSA	DEFERIDO	Pós Graduação 0,5
9000	367	TIENE OLIVEIRA DA SILVA	DEFERIDO	Pós Graduação 0,5
8976	283	VANDERLÉIA FERREIRA DA ROCHA	DEFERIDO	Pós Graduação 0,5
9014	368	VERA LUCIA LIMA BORGES	DEFERIDO	Pós Graduação 0,5
9114	334	VERA TEREZINHA ALBINO DA SILVA	DEFERIDO	Pós Graduação 0,5
9077	58	WILLIAN DO NASCIMENTO BEZERRA	DEFERIDO	Pós Graduação 0,5

Peixoto do Azevedo, 12 de abril de 2021.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DECRETO Nº 2247/2021

DECRETO N2 2247/2021 DE 12 DE ABRIL DE 2021

“Dispõe sobre a composição do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação- CACS/FUNDEB."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 76 da Lei Orgânica do Município e considerando a Lei Municipal Nº 1002 de 26 de março de 2021;

DECRETA:

Art. 2º - O Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação-CACS/FUNDEB, fica composto com os seguintes representantes:

• Representantes do Executivo Municipal

Titular: Lais Gomes Suplente: Rauflis Oliveira Mello Titular: Alessandro dos Santos Oliveira Suplente: João Felipe de Souza Vieira

• Representante dos Diretores das Escolas Básicas Públicas

Titular: Palmira Roberta Félix Suplente: Elainy Parreira de Oliveira

• Representante do Conselho Tutelar

Titular: Zilda Pereira de Souza Silva Suplente: Marcos Veloso Oliveira

• Representante dos Técnicos Administrativos das Escolas Públicas Básicas

Titular: Maria Aparecida Dias Fernandes Duarte Suplente: Rejane Evangelista Galvão

• Representante do Conselho Municipal de Educação

Titular: Raimunda Alves Oliveira Suplente: Lindomar Alves de Sousa

• Representantes de Organização da Sociedade Civil

Titular: Ademilton Castro dos Santos Suplente: Raelton Sousa Sal Titular: Cleber Rabelo de Moura HÍ Suplente: Carlos Jesus Ferreira de Oliveira

• Representante dos Professores da Educação Básica

Titular: Fúlvia Domingos Corrêa Suplente: Feliciane Luiza dos Reis

• Representante dos Pais de Alunos da Educação Básica

Titular: Israelita Francisco Velostí Suplente: Luana Gomes Tavares Titular: Cacilda Maria Louro Suplente: Marta José da Silva

• Representantes dos Estudantes da Educação Básica

Titular: Nathalia Gabrielli Alves Menezes Suplente: Leonardo Iury Machado de Camargo Titular: Danilo Rodrigues Queiroz Suplente: Matheus Soares Silva

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 2242/2021, de 31/03/2021.

Pontal do Araguaia - MT, 12 de abril de 2021

ADELCINO FRANCISCO LOPO

Prefeito Municipal

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS PORTARIA Nº 075/GP/2021

PORTARIA N° 075/GP/2021 De 01 de Março de 2021.

"Concede Férias e Licença Prémio à Servidores e dá outras providências".

ADELCINO FRANCISCO LOPO, Prefeito Municipal de Pontal do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 19 - Efetuar o pagamento de 1/3 de Férias, para os Servidores abaixo relacionados, conforme Art. 4 e Art. 55 da Lei Municipal 534/2009; Art. 72, Art. 77 e Art. 79 da Lei Municipal n° 295/2001; Art. 78 da Lei Municipal 296/2001; e Art. 129 do Decreto-Lei ns. 5.452 de 01/05/1943 da CLT para servidores temporários:

Mat.	Servidor	Cargo	Período Aquisitivo	Gozo
1855	Janderson Fontoura da Silva	Office Boy	08/07/2019 a 07/07/2020	30 dias
1041	Alexandre Cesário Alves	Agente Comunitário de Saúde	01/11/2019 a 31/10/2020	30 dias
1558	Fernanda Rodrigues Machado	Aux. Serv. Gerais	14/02/2019 a 13/02/2020	30 dias
1004	Wilkerson Batista da Silva	Agente Administrativo	21/11/2019 a 20/11/2020	30 dias
35	Norma Théia Batista Maciel	Agente Administrativo	03/01/2018 a 02/01/2019	30 dias
1007	Darcilene Guerra Liborio	Assistente Social	21/11/2019 a 20/11/2020	30 dias
339-6	Mônica Paz da Silva	Conselheira Tutelar	10/01/2020 a 09/01/2021	30 dias
19	João Batista Borges Silva	Aux. Serv.Gerais	10/02/2020 a 09/02/2021	30 dias
22	Magaly Sousa Negreiro Lima	Téc. Admin. Educac.	03/01/2019 a 02/01/2020	30 dias
44	Divina Laura M. Parreira	Digitadora	08/10/2019 a 07/10/2020	20 dias

Art. 29 - Conceder Licença-Prêmio, a ser paga para os Servidores abaixo relacionados, conforme Lei Municipal nº 366/2004, e letra "b" do Art. 93 da Lei Orgânica do Município:

Mat.	Servidor	Cargo	Período Aquisitivo	Gozo	
1560	Patrícia de Moraes Parreira	Agente Administrativo	21/02/2016 a 20/02/2021	01/03/2021 a 29/05/2021	G

Art. 39 - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Pontal do Araguaia/MT, 01 de Março de 2021.

ADELCINO FRANCISCO LOPO

Prefeito Municipal

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS PORTARIA N°097/GP/2021

PORTARIA Nº 097/GP/2021

"Dispõe sobre a nomeação da Comissão Coordenadora e Equipe Técnica para Monitoramento e Avaliação Periódica do Plano Municipal de Educação (PME)"

ADELCINO FRANCISCO LOPO, Prefeito Municipal de Pontal do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. Iº - Nomear a Comissão Coordenadora e Equipe Técnica para Monitoramento e Avaliação Periódica do Plano Municipal de Educação (PME), conforme Art. 5o da Lei Federal n° 13.005/2014.

Art. 2º - A Comissão Coordenadora e Equipe Técnica de que trata o artigo anterior será composta dos seguintes membros:

Wandeir Silverina da Silva Sousa, Elainy Parreira de Oliveira, Maria de Nazaré Araújo dos Santos, Lais Gomes

Art. 3º - Fica autorizada a presente comissão coordenadora e equipe técnica, monitorar e avaliar as etapas que se articulam continuamente em um único processo, contribuindo para o alcance das metas propostas, apontando as lacunas e eventuais mudanças necessárias no percurso e incorporarem ao plano o caráter de flexibilidade necessário para absorver as demandas da sociedade.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, devendo-se ser publicada no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso e no site da Prefeitura Municipal, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal

Pontal do Araguaia/MT, 07 de Abril de 2021

Adelcino Francisco Lopo

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA
DECRETO Nº34/2021

DECRETO Nº 034, DE 12 DEABRIL DE 2021

"DECLARA LUTO OFICIAL EM PONTE BRANCA - MT PELO FALECIMENTO DE MARIA NOGUEIRA DE FREITAS E ELDO SOUSA E SILVA"

CLENEI PARREIRA DA SILVA, Prefeito Municipal de Ponte Branca, Estado de Mato Grosso, com enorme pesar, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e demais dispositivos de regência e

CONSIDERANDO o falecimento de Maria Nogueira de Freitas na data de 11/04/2021, pessoa reconhecida pela sociedade municipal e de família tradicional pontebranquense;

CONSIDERANDO o falecimento de Eldo Sousa e Silva, na madruga de hoje (12/04/2021), pessoa também reconhecida pela sociedade municipal e de família tradicional pontebranquense;

CONSIDERANDO o consternamento geral da comunidade pontebranquense e o sentimento de solidariedade, dor e saudade que emerge pela perda de uma cidadã querida;

CONSIDERANDO, finalmente, que é dever do Poder Público pontebranquense render justas homenagens àqueles que com o seu trabalho, seu exemplo e sua dedicação, contribuíram para o bem-estar da Coletividade;

DECRETA:

Art. 1º - Luto Oficial no Município de Ponte Branca – MT pelo falecimento de Maria Nogueira de Freitas e Eldo Sousa e Silva, como expressão de pesar.

Art. 2º - Fica Decretado ponto facultativo nas repartições da Administração Pública do Município de Ponte Branca - MT, no dia 13 de Abril de 2021.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua afixação no átrio do Poder Executivo Municipal e publicação simultânea no órgão de imprensa oficial do Município.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ponte Branca, Estado de Mato Grosso, em 12 de Abril de 2021.

Clenei Parreira da Silva

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL Nº 006/2021. TORNA-SE PÚBLICO A LEI COMPLEMENTAR Nº 018/2021

EDITAL Nº 006/2021.

PORTO ALEGRE DO NORTE, 10 DE ABRIL DE 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, EM CUMPRIMENTO AO QUE DISPOEM A CONSTITUIÇÃO FEDERAL E ESTADUAL EM SEU ARTIGO 61 E A LEI ORGÃNICA MUNICIPAL.

T O R N A – S E P Ú B L I C O:

A Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte TORNA-SE PÚBLICO A LEI COMPLEMENTAR Nº 018/2021 "Altera a Lei Complementar n° 017 de 04 de março de 2021, que fixa o desconto antecipado do Imposto Predial Territorial Urbano - IPTU, no exercício de 2021 e dá outras providências.

A LEI COMPLEMENTAR 018/2021, ficará a disposição da população para questionar sua legitimidade, pelo prazo preconizado pela Legislação vigente.

Para os devidos fins de direito e conhecimento dos interessados expediu-se o presente Edital.

C U M P R A – S E

R E G I S T R E – S E

P U B L I Q U E – S E

DANIEL ROSA DO LAGO

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 940/2021 DISPOE SOBRE ABERTURA DE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

LEI nº 940/2021

10/04/2021

SUMULA: "DISPOE SOBRE ABERTURA DE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DA OUTRAS PROVIDENCIAS"

***DANIEL ROSA DO LAGO*,** Prefeito Municipal de Porto Alegre do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que à Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Artigo 1 – Fica aberto no Orçamento Programa vigente de 2020, Lei Municipal **936/2020 – Lei Orçamentária Anual 2021**, um Credito Adicional Suplementar no valor de **R$ 97.615,41 (Noventa e Sete Mil, Seiscentos e Quinze Reais, Quarenta e Um Centavos),** a ser consignado na seguinte Dotação Orçamentária:

Órgão	08 – Secretaria de Finanças
Unid. Orçam.	001 – Gabinete do Secretário
Função	04 – Administração
Sub-Função	123 – Administração Financeira
Programa	0001 – GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
Atividade	2007 – Manutenção das Atividades da Sec. de Finanças e Departamentos
Elemento	339035000000 – Serviços de Consultoria
Valor – R$	**97.615,41**
Elemento	0100000000

Artigo 2 – Para amparar o Crédito aberto no artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes de Superávit Financeiro Apurado em Balanço Patrimonial do Exercício Anterior, nos termos do artigo 43, § 1º, Inciso I, da Lei 4320/64, no valor de **R$ 97.615,41**,proveniente de receita decorrente

da recuperação de créditos tributários federais, contabilizados nas Receitas de código Reduzidos (381), REST. INSS COMPENSADO.

Artigo 3 - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder aos ajustes necessários ao Anexo de Metas e Prioridades da Lei Municipal n° 920/2020, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2021 - LDO, e na Lei Municipal nº. 805/2017, Plano Plurianual 2018/2021.

Artigo 4 – Esta Lei entrara em vigor na data da sua afixação, revogando as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, em 10 de Abril de 2020.

DANIEL ROSA DO LAGO

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI COMPLEMENTAR N° 018/2021ALTERA A LEI COMPLEMENTAR N° 017 DE 04 DE MARÇO DE 2021, QUE FIXA O DESCONTO ANTECIPADO DO IPTU

LEI COMPLEMENTAR N° 018/2021

10/04/2021.

Altera a Lei Complementar n° 017 de 04 de março de 2021, que fixa o desconto antecipado do Imposto Predial Territorial Urbano - IPTU, no exercício de 2021 e dá outras providências.

DANIEL ROSA DO LAGO, Prefeito Municipal de Porto Alegre do Norte, Estado de Mato Grosso – MT, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou, e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1°. A Lei Complementar n° 017 de 04 março de 2021, passa a vigorar com a seguinte alteração;

.....

“Art. 1°. Fica estabelecido e concede o desconto de 25 % (vinte e cinco por cento) sobre o Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, excepcionalmente no exercício de 2021, para o pagamento antecipado em cota única até o vencimento de 30/06/2021 (trinta e um de junho de dois mil e vinte e um).

.....

Art. 2°. Fica estabelecido excepcionalmente no exercício 2021, em razão da pandemia do coronavírus (Covid-19) o parcelamento sobre o Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU de 2021 em até 04 parcelas, sendo o vencimento da primeira parcela em 30/06/2021 (trinta de junho de dois mil e vinte e um) e a última com vencimento em 30/09/2021 (trinta de setembro de dois mil e vinte e um), sendo que valor mínimo de cada parcela, não poderá ser inferior a 03 (três) UPF.

Art. 3°. A datas de vencimentos e descontos concedidos no artigo anterior não substituem datas já predefinidas na Lei Complementar n° 003/2016- nos art. 223 e 224, para os exercícios seguintes.

Art. 4°. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando

as disposições em contrários.

Porto Alegre do Norte – MT, 10 de Abril de 2021.

DANIEL ROSA DO LAGO

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL Nº 007/2021. TORNA-SE PÚBLICO A LEI Nº 940/2021

EDITAL Nº 007/2021.

PORTO ALEGRE DO NORTE, 10 DE ABRIL DE 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, EM CUMPRIMENTO AO QUE DISPOEM A CONSTITUIÇÃO FEDERAL E ESTADUAL EM SEU ARTIGO 61 E A LEI ORGÃNICA MUNICIPAL.

T O R N A – S E P Ú B L I C O:

A Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte TORNA-SE PÚBLICO A LEI Nº 940/2021 “DISPOE SOBRE ABERTURA DE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$ - 97.615,41, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS”.

A LEI 940/2021, ficará a disposição da população para questionar sua legitimidade, pelo prazo preconizado pela Legislação vigente.

Para os devidos fins de direito e conhecimento dos interessados expediu-se o presente Edital.

C U M P R A – S E

R E G I S T R E – S E

P U B L I Q U E – S E

DANIEL ROSA DO LAGO

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIÃO

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO EDITAL Nº 01/2021- AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE.

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO EDITAL nº 01/2021

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

De ordem do Sr. Martins Dias de Oliveira, Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, por meio da Comissão Organizadora do Processo Seletivo Público nº. 01/2021, nomeada através da Portaria Municipal nº. 054/2021, em cumprimento ao que determina o artigo 37, incisos I, II e VIII da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988; às disposições da Lei Orgânica do Município de Porto Esperidião - MT; Lei Municipal nº 525/2009 de 24/11/2009, Lei Complementar nº. 112/2021, que autoriza a contratação para os cargos de Agentes Comunitários de Saúde; e, demais legislações vigentes condizentes a este certame, R E S O L V E divulgar e estabelecer normas para abertura das inscrições e a realização deste Processo, destinado a selecionar candidatos para ingresso no quadro permanente da Prefeitura Municipal de Porto Esperidião - MT, com a execução técnico administrativa da empresa Líder Consultoria e Assessoria Empresarial LTDA, CNPJ nº 11.499.448/0001-18, Rua Arthur Francisco Xavier, nº 555, Bairro Centro, Sala 02, CEP nº 78.260-000, Araputanga - MT, mediante as condições estabelecidas neste Edital.

ANEXO I

EDITAL n. º 01/2021 - PROCESSO SELETIVO PÚBLICO

MICROAREA	Cargo (Categoria)	Escolaridade / Requisitos Exigidos	N.º Total de Vagas	Nº de Vagas Classificatórias da 1º Etapa	Carga Horária Semanal	TIPOS DE PROVAS	Vencimento Base R$	Valor da Taxa de Inscrição (R$)	LOCAL DE TRABALHO	
									Sede	Rural
07	Agente Comunitário de Saúde	ENSINO MÉDIO COMPLETO + RESIDIR NA MICRO ÁREA ONDE IRÁ ATUAR + SER APROVADO COM APROVEITAMENTO NO CURSO INTRODUTÓRIO DE FORMAÇAO INICIAL E CONTINUADA (ETAPA 2)	1	-	40h	- **Prova Objetiva.** **- Curso Introdutório de Formação Inicial e Continuada.**	1.550,00	R$30,00	X	Sete Galho
03	Agente Comunitário de Saúde	ENSINO MÉDIO COMPLETO + RESIDIR NA MICRO ÁREA ONDE IRÁ ATUAR + SER APROVADO COM APROVEITAMENTO NO CURSO INTRODUTÓRIO DE FORMAÇAO INICIAL E CONTINUADA (ETAPA 2)	1	-	40h	- **Prova Objetiva.** **- Curso Introdutório de Formação Inicial e Continuada.**	1.550,00	R$30,00	Centro	X
01	Agente Comunitário de Saúde	ENSINO MÉDIO COMPLETO + RESIDIR NA MICRO ÁREA ONDE IRÁ ATUAR + SER APROVADO COM APROVEITAMENTO NO CURSO INTRODUTÓRIO DE FORMAÇAO INICIAL E CONTINUADA (ETAPA 2)	1	-	40h	- **Prova Objetiva.** **- Curso Introdutório de Formação Inicial e Continuada.**	1.550,00	R$30,00	Maria da Conceição	X
29	Agente Comunitário de Saúde	ENSINO MÉDIO COMPLETO + RESIDIR NA MICRO ÁREA ONDE IRÁ ATUAR + SER APROVADO COM APROVEITAMENTO NO CURSO INTRODUTÓRIO DE FORMAÇAO INICIAL E CONTINUADA (ETAPA 2)	1	-	40h	- **Prova Objetiva.** **- Curso Introdutório de Formação Inicial e Continuada.**	1.550,00	R$30,00	Parque das Américas	X
33	Agente Comunitário de Saúde	ENSINO MÉDIO COMPLETO + RESIDIR NA MICRO ÁREA ONDE IRÁ ATUAR + SER APROVADO COM APROVEITAMENTO NO CURSO INTRODUTÓRIO DE FORMAÇAO INICIAL E CONTINUADA (ETAPA 2)	1	-	40h	- **Prova Objetiva.** **- Curso Introdutório de Formação Inicial e Continuada.**	1.550,00	R$30,00	Aeroporto/ Chacrinhas	Aeroporto/ Chacrinhas

PSF- GILDA MARIA FERERINE VALLES DE MIRANDA- CENTRO

PSF- NORA NEY MARTINS DE LARA

MICROAREA	Cargo (Categoria)	Escolaridade / Requisitos Exigidos	N.º Total de Vagas	Nº de Vagas Classificatórias da 1º Etapa	Carga Horária Semanal	TIPOS DE PROVAS	Vencimento Base R$	Valor da Taxa de Inscrição (R$)	LOCAL DE TRABALHO	
									Sede	Rural
08	Agente Comunitário de Saúde	ENSINO MÉDIO COMPLETO + RESIDIR NA MICRO ÁREA ONDE IRÁ ATUAR + SER APROVADO COM APROVEITAMENTO NO CURSO INTRODUTÓRIO DE FORMAÇAO INICIAL E CONTINUADA (ETAPA 2)	1	-	40h	- **Prova Objetiva.** **- Curso Introdutório de Formação Inicial e Continuada.**	1.550,00	R$30,00	X	Sucuri/Barranqueira
15	Agente Comunitário de Saúde	ENSINO MÉDIO COMPLETO + RESIDIR NA MICRO ÁREA ONDE IRÁ ATUAR + SER APROVADO COM APROVEITAMENTO NO CURSO INTRODUTÓRIO DE FORMAÇAO INICIAL E CONTINUADA (ETAPA 2)	1	-	40h	- **Prova Objetiva.** **- Curso Introdutório de Formação Inicial e Continuada.**	1.550,00	R$30,00	X	Destacamento Fortuna/Fazendinha/Acorizal

PSF- VALE DO AGUAPEÍ/PEDRO NECA/BOCAIUVAL

MICROAREA	Cargo (Categoria)	Escolaridade / Requisitos Exigidos	N.º Total de Vagas	Nº de Vagas Classificatórias da 1º Etapa	Carga Horária Semanal	TIPOS DE PROVAS	Vencimento Base R$	Valor da Taxa de Inscrição (R$)	LOCAL DE TRABALHO	
									Sede	Rural
18	Agente Comunitário de Saúde	ENSINO MÉDIO COMPLETO + RESIDIR NA MICRO ÁREA ONDE IRÁ ATUAR + SER APROVADO COM APROVEITAMENTO NO CURSO INTRODUTÓRIO DE FORMAÇAO INICIAL E CONTINUADA (ETAPA 2)	1	-	40h	- **Prova Objetiva.** **- Curso Introdutório de Formação Inicial e Continuada.**	1.550,00	R$30,00	X	Pedro Neca I (comunidade)
20	Agente Comunitário de Saúde	ENSINO MÉDIO COMPLETO +	1	-	40h	- **Prova Objetiva.**	1.550,00	R$30,00	X	Morada do Sol

		RESIDIR NA MICRO ÁREA ONDE IRÁ ATUAR + SER APROVADO COM APROVEITAMENTO NO CURSO INTRODUTÓRIO DE FORMAÇAO INICIAL E CONTINUADA (ETAPA 2)				**- Curso Introdutório de Formação Inicial e Continuada.**				
31	Agente Comunitário de Saúde	ENSINO MÉDIO COMPLETO + RESIDIR NA MICRO ÁREA ONDE IRÁ ATUAR + SER APROVADO COM APROVEITAMENTO NO CURSO INTRODUTÓRIO DE FORMAÇAO INICIAL E CONTINUADA (ETAPA 2)	1	-	40h	- **Prova Objetiva.** **- Curso Introdutório de Formação Inicial e Continuada.**	1.550,00	R$30,00	X	Pedro Neca III

Porto Esperidião 12 de Abril de 2021.

Martins Dias de OliveiraHERCULIS ALBERTINI VENTURELL

Prefeito Municipal PRESIDENTE DA COMISSÃO ORGANIZADORA DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO

PORTARIA N°. 076/2021 DE 01 DE ABRIL DE 2021.

PORTARIA N°. 076/2021 DE 01 DE ABRIL DE 2021.

Dispõe sobre a Designação de Fiscal de Contratos do Município de Porto Esperidião-MT.

O Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por Lei, Art. 67, da nº 8.666/93, 21 de junho de 1993.

RESOLVE:

Art. 1º – **DESIGNAR**, a partir desta data **26 DE MARÇO DE 2021**, para fiscalizar contrato o senhor **MOISES CARDOSO DE OLIVEIRA,** matrícula 75-8, inscrito no CPF nº 496.176.801-49.

CONTRATO	OBJETO	CONTRATADA
CONTRATO Nº 14/2021	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REFORMA DA QUADRA DA ESCOLA THEODORO JOSÉ DUARTE- VILA CARDOSO.	VANESSA CAMPOS DOS SANTOS E CIA LTDA. **CNPJ: 10.633.983/0001-57.**

Art. 2°- Em razão da Nomeação acima, o ora nomeado assumirá as responsabilidades e obrigações previstas na Lei 8666/93.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, em 01 de abril de 2021.

Martins Dias De Oliveira

Prefeito

CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO.

Declaro-me ciente da designação ora atribuída, e das funções que são inerentes em razão da função. Fiscal dos Contratos nº 14/2021.

_____

MOISES CARDOSO DE OLIVEIRA

CPF nº 496.176.801-49.

PORTARIA N°. 077/2021 DE 01 DE ABRIL DE 2021.

PORTARIA N°. 077/2021 DE 01 DE ABRIL DE 2021.

Dispõe sobre a Designação de Fiscal de Contratos do Município de Porto Esperidião-MT.

O Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por Lei, Art. 67, da nº 8.666/93, 21 de junho de 1993.

RESOLVE:

Art. 1º – **DESIGNAR**, a partir desta data **11 DE JANEIRO DE 2021**, para fiscalizar contrato o senhor **MOISES CARDOSO DE OLIVEIRA,** matrícula 75-8, inscrito no CPF nº 496.176.801-49.

CONTRATO	OBJETO	CONTRATADA
CONTRATO Nº 01/2021	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE TUBOS, CANOS E CONEXÕES.	ELETROLAR MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO. **CNPJ: 03.274.481/0001-11.**

Art. 2°- Em razão da Nomeação acima, o ora nomeado assumirá as responsabilidades e obrigações previstas na Lei 8666/93.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, em 01 de abril de 2021.

Martins Dias De Oliveira

Prefeito

CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO.

Declaro-me ciente da designação ora atribuída, e das funções que são inerentes em razão da função. Fiscal dos Contratos nº 01/2021.

_____

MOISES CARDOSO DE OLIVEIRA

CPF nº 496.176.801-49.

PORTARIA N°. 078/2021 DE 05 DE ABRIL DE 2021.

PORTARIA N°. 078/2021 DE 05 DE ABRIL DE 2021.

Dispõe sobre a Designação de Fiscal de Contratos do Fundo Municipal De Previdência Social Dos Servidores De Porto Esperidião-MT.

O Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por Lei, Art. 67, da nº 8.666/93, 21 de junho de 1993.

RESOLVE:

Art. 1º – **DESIGNAR**, para fiscalizar contratos do **Fundo Municipal De Previdência Social Dos Servidores De Porto Esperidião** o senhor **SAULO ALVES BARBOSA,** matrícula 72-1, inscrito no CPF nº 468.350.671-87.

CONTRATO	OBJETO	CONTRATADA
CONTRATO Nº 05/2020	EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LICENCIAMENTO DE SOFTWARES DE CONTABILIDADE PÚBLICA, incluindo a prestação dos serviços de conversão de	FASPEL CONSULTORIA E INFORMATICA LTDA.

	base de dados, implantação, treinamento dos servidores públicos, customização do banco e manutenção de dados.	**CNPJ: 14.722. 241/0001-59.**
CONTRATO N° 01/2021	EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LICENCIAMENTO DE SOFTWARES DE SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL.	P.H DA C. FERREIRA ASSESSORIA PUBLICA-ME. **CNPJ: 09.517. 508/0001-36.**

CONTRATO N° 02/2021	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO CONTINUADA DE SERVIÇOS NA ÁREA PREVIDENCIÁRIA, CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS, COMPENSAÇÃO FINANCEIRA E ASSESSORIA JURÍDICA.	I. F ATUARIAL CONSULTORIA EIRELI. **CNPJ: 10.541. 510/0001-20.**
CONTRATO N° 03/2021	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE AVALIAÇÃO ATUARIAL.	I.F ATUARIAL CONSULTORIA EIRELI. **CNPJ: 10.541. 510/0001-20.**

Art. 2°- Em razão da Nomeação acima, o ora nomeado assumirá as responsabilidades e obrigações previstas na Lei 8666/93.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° - Revogam-se as disposições em contrário, em especial as portarias 044/2021, 045/2021 e 046/2021 de 01 de março de 2021.

Gabinete do Prefeito de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, em 05 de abril de 2021.

Martins Dias De Oliveira

Prefeito

CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO.

Declaro-me ciente da designação ora atribuída, e das funções que são inerentes em razão da função. Fiscal dos Contratos nº 05/2020, 01/2021, 02/2021 e 03/2021.

_____

SAULO ALVES BARBOSA

CPF nº 468.350.671-87.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA
DECRETO MUNICIPAL Nº 037/2021

DECLARA LUTO OFICIAL DE 03 (TRÊS) DIAS, EVIDO FALECIMENTO DA SRª MICHELLE TATIANE BERNARDES SANTOS MORADIRA NATA DESTE MUNICÍPIO DE PORTO ESTRELA/MT.

Srº EUGÊNIO PELACHIM, Prefeito Municipal de Porto Estrela, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o falecimento da senhora **Miclelle Tatiane Bernardes Santos**, moradora de longa data deste Município de Porto Estrela/MT, ocorrido na data de 10 de Abril de 2021.

Considerando que a falecida era filha de servidora municipal e ainda também esposa de servidor municipal do Município de Porto Estrela/MT.

Decreta:

Art. 1º - Fica decretado, com profundo pesar, **LUTO OFICIAL DE 03 (TRÊS) DIAS**, em virtude do falecimento da senhora **Miclelle Tatiane Bernardes Santos**, moradora de longa data deste Município de Porto Estrela/MT, ocorrido na data de 10 de Abril de 2021.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Porto Estrela/MT, em 12 de Abril de 2021.

EUGÊNIO PELACHIM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/RECURSOS HUMANOS
COVID-19: DECRETO Nº 36 DE 09 DE ABRIL DE 2.021. DISPÕE SOBRE A SUSPENSÃO DE DETERMINADOS SERVIÇOS E ATIVIDADES NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE PORTO ESTRELA PARA CONTROLE DA PANDEMIA DO COVID-19

Eugenio Pelachim Prefeito Municipal de Porto Estrela – MT, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei,

CONSIDERANDO que de acordo com o inciso II, do art. 23 da Constituição Federal a competência para cuidar da saúde pública é comum entre União, Estados e Municípios, cabendo-lhes o dever de atuação conjunta para evitar o colapso sanitário decorrente da proliferação coronavírus - COVID-19, conforme entendimento sedimentado pelo STF no julgamento da ADI 6341 MC-REF/DF;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual do Mato Grosso n.º 874 de 25 de março de 2021, que atualiza classificação de risco epidemiológico e fixa regras e diretrizes para adoção, pelos Municípios, de medidas restritivas para prevenir a disseminação da COVID-19, sendo que Porto Estrela esta como MUITO ALTO;

CONSIDERANDO o oficio n.º 158/PJCível/2021-CAC do Ministério Público da Comarca de Barra do Bugres, que determina que os municípios se adequem ao Decreto do Estado de Mato Grosso n.º 874/2021;

CONSIDERANDO o firme e reiterado comprometimento da Administração Pública com a preservação da saúde e bem estar de toda população de Porto Estrela/MT;

CONSIDERANDO as orientações da Vigilância Sanitária do Município, no sentido de manter a suspensão de determinados serviços e atividades;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam atualizadas as medidas restritivas para conter a disseminação da Covid-19, no município de Porto Estrela/MT.

Art. 2º - O funcionamento de todas as atividades e serviços ficará sujeito às seguintes condições:

I - de segunda à sexta-feira, autorizado o funcionamento somente no período compreendido entre às 05h00m e 18h00m;

II - aos sábados autorizado o funcionamento somente no período compreendido entre às 05h00 m e 12h00 m;

III – aos domingos é vedado o funcionamento de estabelecimentos, inclusive na modalidade delivery;

§ 1º - As farmácias, os serviços de saúde, de hospedagem e congêneres, de transporte coletivo, transporte individual remunerado de passageiros por meio de taxi ou aplicativo, as funerárias, os postos de combustíveis, exceto conveniências, as indústrias, as atividades de colheita e armazenamento de alimentos e grãos, serviços de manutenção de fornecimento de energia, água, telefonia, coleta de lixo, não ficam sujeitas às restrições de horário do presente artigo.

§ 2º - Os supermercados, nos horários de funcionamento fixados nos incisos do caput, devem disponibilizar funcionário para aplicar sistema de controle de entrada restrito a 01 (um) membro por família, que também será fiscalizado pelos agentes públicos;

§ 3º - Durante a vigência deste decreto estão proibidos os eventos sociais, corporativos, empresariais, técnicos, e congêneres, bem como a prática de esportes coletivos e o uso do espaço da bocha, campo de futebol e quadra de esporte;

§ 4º - Os cultos de igrejas e templos não podem gerar aglomeração sendo permitidos com no máximo 50% (cinqüenta) por cento da capacidade máxima do local, observados os limites de horário definidos nos incisos do caput.

§ 5º - Proibido o consumo de bebidas alcoólicas nos estabelecimentos e nos espaços públicos como: praças, calçadas, beiras de rio, etc.

Art. 3º - O funcionamento de serviço na modalidade delivery ficará autorizado somente até às 21h00m, sendo proibido aos domingos.

§ 1º - Somente os estabelecimentos que oferecem alimentos preparados, desde que cadastrados e autorizados pela vigilância sanitária, podem atender no sistema delivery;

§ 2º - As farmácias e congêneres poderão funcionar, na modalidade delivery, sem restrição de dias e horários;

Art. 4º - Todos os estabelecimentos em atividade no território de Porto Estrela/MT devem observar os seguintes protocolos de saúde e normas sanitárias durante seu funcionamento:

I - evitar circulação de pessoas pertencentes ao grupo de risco, conforme definição do Ministério da Saúde;

II - disponibilizar locais adequados para lavagem frequente das mãos com água e sabão e/ou disponibilização de álcool na concentração de 70%;

III - ampliar a frequência diária de limpeza e desinfecção de locais frequentemente tocados, tais como pisos, corrimãos, maçanetas, banheiros, interruptores, janelas, telefones, teclados de computador, controles remotos, máquinas acionadas por toque manual, elevadores e outros;

IV - evitar a realização presencial de reuniões de trabalho e priorizar a realização de atividades de forma remota mediante o uso de ferramentas tecnológicas;

V - controlar o acesso de modo a garantir o distanciamento mínimo de 1,5m entre as pessoas;

VI - vedar o acesso de funcionários, consumidores e usuários que não estejam utilizando máscara de proteção facial, ainda que artesanal;

VII - medir a temperatura corporal das pessoas na entrada dos estabelecimentos, impedindo sua entrada em caso de registro igual ou superior a 37,5º;

VIII - manter os ambientes arejados por ventilação natural;

IX - adotar as recomendações atuais de isolamento domiciliar para os profissionais pertencentes ao grupo de risco, conforme definido pelo Ministério da Saúde;

X - observar as determinações das autoridades sanitárias para a contenção de riscos, especialmente quando a atividade exigir atendimento presencial da população, com a orientação aos funcionários sobre o modo correto de relacionamento com o público.

Art. 5º - Fica instituída restrição de circulação de pessoas (toque de recolher) em todo o território de Porto Estrela/MT a partir das 21h00m até às 05h00m.

§ 1º - Excetuam-se da restrição disposta no caput do presente artigo os funcionários, prestadores e consumidores das atividades e serviços cujo funcionamento é permitido após as 19h00m, bem como outras situações específicas a serem analisadas pela autoridade policial responsável pela fiscalização.

§ 2º - A restrição fixada no caput deste artigo não se aplica ao transporte de cargas e passageiros em rodovias estaduais e federais.

Art. 6.º - Ficaproibido o atendimento presencial em órgãos públicos e concessionárias de serviços públicos, devendo ser disponibilizado canais de atendimento ao público não-presenciais;

Art. 7º - Fica instituída a implantação da Barreira Sanitária nas divisas do município para conter a circulação de pessoas em atividades que não sejam essenciais;

Art. 8º - Fica instituído a fiscalização volante para dispersar aglomerações, garantir o uso obrigatório de mascaras, verificar se os estabelecimentos estão cumprindo as diretrizes do presente decreto e atender as denúncias;

Art. 9º - Os pacientes diagnosticados com casos de síndrome respiratória deverão cumprir rigorosamente:

I - isolamento domiciliar de pacientes em situação confirmada de COVID-19, em caráter obrigatório, por prescrição médica, pelos prazos definidos em protocolos;

II - quarentena domiciliar de pacientes sintomáticos em situação de caso suspeito para de COVID-19, e de daqueles que com ele tiveram contato, em caráter obrigatório, por prescrição médica;

Art. 10º - Fica instituída a multa por desobediência do presente decreto:

I – De R$ 200,00 (duzentos reais) a R$ 500,00 (quinhentos reais) para pessoa física;

II - De R$ 3.000,00 (três mil reais) a R$ 10.000,00 (dez mil reais) para pessoa jurídica;

Parágrafo Único – Em caso de multa, o estabelecimento fica sujeito a interdição no período igual ou superior a vigência do presente decreto;

Art. 11º - A fiscalização das regras deste Decreto ficará a cargo da:

I - Órgãos de vigilância sanitária estadual e municipal;

II - Polícia Militar - PM/MT;

III - Polícia Judiciária Civil - PJC/MT; e

IV – Fiscalização volante;

V - outros órgãos municipais investidos de poder fiscalizatório;

§ 1º - A Polícia Militar do Estado de Mato Grosso fica autorizada a dispersar aglomerações, inclusive em bares e restaurantes.

§ 2º - O descumprimento das medidas restritivas por pessoas físicas ensejará a lavratura de Termo Circunstanciado de Ocorrência pela autoridade policial competente, além da aplicação de multas e sanções cíveis cabíveis.

Art. 12º - As medidas instituídas no presente Decreto terão vigência pelo prazo de 15 (quinze) dias, prorrogáveis em caso de necessidade.

Art. 13º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando os efeitos do decreto municipal n.º 30/2021.

Porto Estrela/MT, 09 de Abril de 2021.

EUGÊNIO PELACHIM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE N. 081/2021 DE 07 DE ABRIL DE 2021.

PORTARIA DE N. 081/2021 DE 07 DE ABRIL DE 2021.

"CONCEDE LICENÇA SEM REMUNERAÇÃO POR UM PERÍODO DE 02 (DOIS) ANOS CONSECUTIVOS PARA TRATAR DE ASSUNTO PARTICULAR A SERVIDORA ELCI NILZA COSTA DE PAULA, LOTADA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DESTA PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL-MT."

JONAS CAMPOS VIEIRA, Prefeito Municipal de Reserva do Cabaçal-MT

no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º - Concede Licença sem remuneração por um período de 02 (dois) anos consecutivo a servidora **ELCI NILZA COSTA DE PAULA,** lotada na secretaria Municipal de Saúde desta Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal-MT.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de 07 de abril de 2021, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Reserva do Cabaçal-MT, Estado de Mato Grosso, 07 de abril de 2021.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

_____

JONAS CAMPOS VIEIRA

Prefeito de Reserva do Cabaçal-MT

RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE PUBLICAÇÃO AUDIENCIA PUBLICA – ELABORAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIA PARA 2022.

EDITAL DE PUBLICAÇÃO

AUDIENCIA PUBLICA – ELABORAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIA PARA 2022.

O Prefeito do Município de Reserva do Cabaçal, Estado de Mato Grosso, **Jonas Campos Vieira** ,vêm a público, em atendimento ao disposto no Parágrafo Único do Art. 48, da Lei 101 de 04 de maio de 2000 (LRF), para convocar todos os cidadãos reservenses à participarem da Audiência Pública para apresentação e discussão da **proposta da Lei de Diretrizes Orçamentária - LDO/2022,** e em razão à Lei Federal 13.979 de 06/02/2020; Decreto Estadual 407de 16/03/2020; Portaria do Ministério da Saúde 356 de 11/03/2020; Decreto Federal 10.212 de 30/01/2020; Decretos Estaduais 425 de 25/03/2020 e 432 de 31/03/2020 e os Decretos Municipais 026/2020; 02/2021; 015/2021 e 023/2021 se fará de forma **VIRTUAL**, no dia 14/04/2021 às 14 (quatorze) horas, na página do Facebook da PREFEITURA DE RESERVA DO CABAÇAL no endereço: https://www.facebook.com/Prefeitura-Municipal-Rese...

Cópia do presente Edital, publicado pela Imprensa Oficial do Município, permanecerá afixada em local visível nas dependências do Paço Municipal.

JONAS CAMPOS VIEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 024/2021 DE 12 DE ABRIL DE 2021

DECRETO Nº 024/2021 DE 12 DE ABRIL DE 2021.

"DISPÕE SOBRE O HORÁRIO DE EXPEDIENTE AO PÚBLICO NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL, Estado de Mato Grosso, Senhor JONAS CAMPOS VIEIRA, no uso de suas atribuições legais:

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica Decretado que a partir do dia 13 de Abril de 2021, a Administração Municipal de Reserva do Cabaçal-Mt terá os seguintes horários das 07:00 as 11:00 e das 13:00 as 17:00 horas. **TODAS AS SECRETARIAS,** com todas asrestrições do decreto complementar N° 23/2021. Seguindo as medidas restritivas para o enfrentamento ao novo corona vírus (COVID 19).

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Reserva do Cabaçal-MT, aos 13 dias do Mês de Abril de 2021.

Registre-se

Publique-se

Cumpra-se

_____

JONAS CAMPOS VIEIRA

Prefeito de Reserva do Cabaçal-MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO 16/2021

EXTRATO DO CONTRATO 16/2021

Partes: Município de Ribeirão Cascalheira – MT, CNPJ 24.772.113/0001-73 e a pessoa jurídica SEFE –SISTEMA EDUCACIONAL FAMILIA E ESCOLA LTDA O CNPJ: 00.874.813/0001-00 OBJETO: AQUISIÇÃO DE LIVROS DIDÁTICOS PARA ALUNOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL PRÉ ESCOLA I 4 ANOS E PRÉ ESCOLA II 5 ANOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO POR MEIO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 01/2020 MUNICIPIO DE AÇAILANDIA /MA PP Nº 18/2020

DATA DA ASSINATURA: 10/03/2021

DO VALOR: R$ 48.510,00 (Quarenta e oito mil quinhentos e dez reais)

DA VIGÊNCIA: O prazo de vigência será de 12 meses.

ASSINAM: Luzia Nunes Brandão – Prefeita Municipal de Ribeirão Cascalheira e a pessoa jurídica SEFE SITEMA EDUCACIONAL FAMILIA E ESCOLA LTDA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 19/2021

EXTRATO DO CONTRATO 19/2021

Partes: Município de Ribeirão Cascalheira – MT, CNPJ 24.772.113/0001-73 e a pessoa Juridica

PAULO ROGERIO DE SOUZA CARVALHO-MEI **CNPJ:** 26.865.041/0001-34 **O**BJETO:

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE COMPUTADORES E EQUIPAMENTOS PERIFÉRICOS NOS PRÉDIOS PÚBLICOS PERTECENTES A ESTE MUNÍCIPIO DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA-MT

DATA DA ASSINATURA: 11/03/2021

DO VALOR: 72.000,00 (setenta e dois mil reais).

DA VIGÊNCIA: O prazo de vigência será de 12 meses.

ASSINAM: Luzia Nunes Brandão – Prefeita Municipal de Ribeirão Cascalheira e a pessoa Juridica Paulo Rogerio de Souza Carvalho MEI

RELATORIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 6º BIMESTRE

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal
Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2020
Período de referência: 3º quadrimestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Despesa com Pessoal	Despesa Executada com Pessoal													
	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	<MR-11>	<MR-10>	<MR-9>	<MR-8>	<MR-7>	<MR-6>	<MR-5>	<MR-4>	<MR-3>	<MR-2>	<MR-1>	<MR>	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
Despesa com Pessoal (Últimos 12 Meses)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.319.699,75	1.380.021,09	1.921.600,80	1.663.072,25	1.674.459,63	1.648.005,16	1.279.093,64	910.150,10	382.472,61	2.683.670,85	3.176.033,26	2.305.621,04	20.343.900,18	388,08
Pessoal Ativo	1.186.227,88	1.230.695,15	1.769.577,12	1.472.981,91	1.510.276,61	1.481.893,70	1.106.855,07	747.599,36	199.404,37	2.507.541,04	2.991.911,03	2.146.429,20	18.351.392,44	388,08
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	1.016.167,60	1.230.695,15	1.300.414,60	1.227.883,80	1.259.890,69	1.240.825,05	956.359,89	597.530,64	3.000,00	2.202.563,86	2.572.375,70	1.768.307,34	15.376.014,32	0,00
Obrigações Patronais	170.060,28	0,00	469.162,52	245.098,11	250.385,92	241.068,65	148.495,18	150.068,72	196.404,37	304.977,18	419.535,33	378.121,86	2.973.378,12	388,08
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	133.471,87	149.325,94	152.023,68	190.090,34	164.183,02	166.111,46	172.238,57	162.550,74	183.068,24	176.129,81	184.122,23	159.191,84	1.992.507,74	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	119.380,06	138.660,59	141.358,33	179.424,99	152.472,67	154.530,19	161.573,22	147.726,09	167.457,52	161.517,62	169.510,04	144.415,55	1.838.026,87	0,00
Pensões	14.091,81	10.665,35	10.665,35	10.665,35	11.710,35	11.581,27	10.665,35	14.824,65	15.610,72	14.612,19	14.612,19	14.776,29	154.480,87	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	142.007,40	149.325,94	152.023,68	190.090,34	164.183,02	168.642,89	172.238,57	162.550,74	183.068,24	176.129,81	184.122,23	419.055,01	2.263.437,87	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	8.535,53	0,00	0,00	0,00	0,00	2.531,43	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	259.863,17	270.930,13	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	133.471,87	149.325,94	152.023,68	190.090,34	164.183,02	166.111,46	172.238,57	162.550,74	183.068,24	176.129,81	184.122,23	159.191,84	1.992.507,74	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	1.177.692,35	1.230.695,15	1.769.577,12	1.472.981,91	1.510.276,61	1.479.362,27	1.106.855,07	747.599,36	199.404,37	2.507.541,04	2.991.911,03	1.886.566,03	18.080.462,31	388,08

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório de Gestão Fiscal
Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2020
Período de referência: 3º quadrimestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	
	Valor	% sobre a RCL Ajustada
DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	-	-
RECEITA CORRENTE LIQUIDA - RCL (IV)	44.225.285,82	
(-) Transferências Obrigatórias da União relativas às Emendas Individuais (art. 166-A, §1º, da CF) (V)	0,00	
(-) Transferências Obrigatórias da União relativas às Emendas de Bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	0,00	
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI)	44.225.285,82	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (IIIa + IIIb)	18.080.850,39	40,88
LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	23.881.654,34	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	22.687.571,62	51,30
LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x IX) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	21.493.488,91	48,60

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2020
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório de Gestão Fiscal**
	Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2020
	Período de referência: 3º quadrimestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal	Apuração da Trajetória de Retorno ao Limite da DTP								
	Exercício de Descumprimento do Limite			Exercício do Primeiro Período Seguinte			Exercício do Segundo Período Seguinte		
	No Quadrimestre/Semestre			Primeiro Período Seguinte			Segundo Período Seguinte		
	Limite Máximo (a)	% DTP (b)	% Excedente (c) = (b-a)	Redutor Mínimo de 1/3 do Excedente (d) = (1/3*c)	Limite (e) = (b-d)	% DTP (f)	Redutor Residual (g) = (f-a)	Limite (h) = (a)	% DTP (i)
Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Percentual Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal									

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório de Gestão Fiscal**
	Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2020
	Período de referência: 3º quadrimestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2020
Notas Explicativas	-
Identificação do Quadrimestre em que Excedeu o Limite e dos Períodos de Retorno	
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2020
Notas Explicativas	-
Identificação do Quadrimestre em que Excedeu o Limite e dos Períodos de Retorno	
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.4 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal - Ente Consorciado

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2020
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal
Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2020
Período de referência: 3º quadrimestre

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Estados, DF e Municípios

Tabela 2.0 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida	Cálculo da Dívida Consolidada Líquida			
	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2020		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
Dívida Consolidada	-	-	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	7.555.629,37	7.556.809,93	7.349.555,36	5.613.660,88
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	7.555.629,37	7.556.809,93	7.349.555,36	5.613.660,88
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Internos				
Externos				
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Internos				
Externos				
Parcelamento e Renegociação de Dívidas	7.555.629,37	7.556.809,93	7.349.555,36	5.613.660,88
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Previdenciárias	7.555.629,37	7.556.809,93	7.349.555,36	5.613.660,88
De Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS				
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas Contratuais	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) Vencidos e Não Pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	13.953,92	427.956,11	2.955.479,69	8.784.154,08
Disponibilidade de Caixa	0,00	414.002,19	2.941.525,77	8.770.200,16
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.690.819,49	2.892.317,05	5.334.281,89	8.863.128,06
(-) Restos a Pagar Processados	3.585.109,56	2.478.314,86	2.392.756,12	92.927,90
Demais Haveres Financeiros	13.953,92	13.953,92	13.953,92	13.953,92
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	7.541.675,45	7.128.853,82	4.394.075,67	-3.170.493,20
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	32.969.604,32	34.549.761,62	37.652.884,58	44.225.285,82
(-) Transferências Obrigatórias da União Relativas às Emendas Individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	32.969.604,32	34.549.761,62	37.652.884,58	44.225.285,82
% da DC sobre a RCL AJUSTADA (I/VI)	22,92	21,87	19,52	12,69
% da DCL sobre a RCL AJUSTADA (III/VI)	22,87	20,63	11,67	-7,17
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL	39.563.525,18	41.459.713,94	45.183.461,50	53.070.342,98
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF)	35.607.172,66	37.313.742,55	40.665.115,35	47.763.308,68
Outros Valores Não Integrantes da DC	-	-	-	-
Precatórios Anteriores a 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Não incluídos na DC)	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial				
Insuficiência Financeira	894.290,07	0,00	0,00	0,00
Depósitos e Consignações Sem Contrapartida	1.081.832,62	1.209.315,98	1.414.501,28	1.289.145,26
RP Não-Processados	1.749.981,15	1.489.110,16	1.284.496,84	624.948,06
Antecipações de Receita Orçamentária - ARO				

Documento gerado em 29/03/2021 17:33:45

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal
Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2020
Período de referência: 3º quadrimestre

Tabela 2.0 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida	Cálculo da Dívida Consolidada Líquida			
	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2020		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
Dívida Contratual de PPP				
Apropriação de Depósitos Judiciais				

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro TesouroNacional	**Relatório de Gestão Fiscal**
	Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2020
	Período de referência: 3º quadrimestre

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Estados, DF e Municípios

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2020
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório de Gestão Fiscal**
	Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2020
	Período de referência: 3º quadrimestre

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.1 - Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida - Estados, DF e Municípios

Tabela 2.1 - Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida	Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida											
	Exercício em que Excedeu o Limite			Exercício do primeiro período seguinte			Exercício do segundo período seguinte			Exercício do terceiro período seguinte		
	Quadrimestre em que Excedeu o Limite			Primeiro período seguinte			Segundo período seguinte			Terceiro período seguinte		
	Limite Máximo (a)	% DCL (b)	% Excedente (c) = (b-a)	Redutor mínimo de 25% do Excedente (d) = (0,25*c)	Limite (e) = (b-d)	% DCL (f)	Redutor Residual (g) = (f-a)	Limite (h) = (e)	% DCL (i)	Redutor Residual (j) = (i-a)	Limite (k) = (a)	% DCL (l)
Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valores Percentuais												

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro TesouroNacional	**Relatório de Gestão Fiscal**
	Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2020
	Período de referência: 3º quadrimestre

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.1 - Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida - Estados, DF e Municípios

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2020
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	
Identificação do Quadrimestre em que Excedeu o Limite e dos Períodos de Retorno	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal
Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2020
Período de referência: 3º quadrimestre

RGF-Anexo 03 | Tabela 3.0 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores

Garantias Concedidas e Contragarantias Recebidas	Saldos das Garantias Concedidas e Contragarantias Recebidas			
	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2020		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
Garantias Concedidas	-	-	-	-
Garantias Concedidas	-	-	-	-
AOS ESTADOS (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas				
Em Operações de Crédito Internas				
AOS MUNICÍPIOS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas				
Em Operações de Crédito Internas				
ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas				
Em Operações de Crédito Internas				
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)				
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Transferências Obrigatórias da União relativas às Emendas Individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VIII) = (VI - VII)	0,00	0,00	0,00	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL AJUSTADA (V/VIII)				
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL				
LIMITE DE ALERTA (inciso III § 1º do art. 59 da LRF)				
Contragarantias Recebidas	-	-	-	-
Contragarantias Recebidas	-	-	-	-
DOS ESTADOS (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às Operações de Crédito Externas				
Em Garantia às Operações de Crédito Internas				
DOS MUNICÍPIOS (X)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às Operações de Crédito Externas				
Em Garantia às Operações de Crédito Internas				
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às Operações de Crédito Externas				
Em Garantia às Operações de Crédito Internas				
EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (XII)				
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XIII) = (IX + X + XI + XII)	0,00	0,00	0,00	0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório de Gestão Fiscal
Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2020
Período de referência: 3º quadrimestre

RGF-Anexo 03 | Tabela 3.0 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2020
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 04 | Tabela 4.0 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Estados, DF e Municípios

Operações de Crédito	Valor Realizado no Período	
	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
Operações de Crédito	-	-
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de Crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação (I)	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipações de Receitas pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação (II)	0,00	0,00
TOTAL (III)	0,00	0,00

RGF-Anexo 04 | Tabela 4.0 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Estados, DF e Municípios

Apuração do Cumprimento dos Limites	Apuração do Cumprimento dos Limites	
	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Apuração do Cumprimento dos Limites	-	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	44.225.285,82	
(-) Transferências Obrigatórias da União relativas às Emendas Individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)		
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	44.225.285,82	
OPERAÇÕES VEDADAS (VII)	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VIII) = (IIIa + VII - Ia - IIa)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	7.076.045,73	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF)	6.368.441,16	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	3.095.770,01	7,00

RGF-Anexo 04 | Tabela 4.0 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Estados, DF e Municípios

Outras Operações Que Integram a Dívida Consolidada	Valor Realizado no Período	
	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
Outras Operações Que Integram a Dívida Consolidada	-	-
Parcelamentos de Dívidas	5.613.660,88	5.613.660,88
Tributos	0,00	0,00
Contribuições Previdenciárias	5.613.660,88	5.613.660,88
FGTS	0,00	0,00
Operações de Reestruturação e Recomposição do Principal de Dívidas	0,00	0,00

RGF-Anexo 04 | Tabela 4.0 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Estados, DF e Municípios

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2020
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal
Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2020
Período de referência: 3º quadrimestre

RGF-Anexo 05 | Tabela 5.0 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar

Disponibilidade de Caixa	Disponibilidade de Caixa									
	Disponibilidade de Caixa									
		OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS								
	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigações Financeiras (e)	INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO (f)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (g)=(a-(b+c+d+e)-f)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO (h)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (i) = (g - h)
		De Exercícios Anteriores (b)	Do Exercício (c)							
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)	3,386,574.05	4,127,932.41	341,533.44	630,602.65	-374,949.01	0.00	-1,338,545.44	542,145.88	400,476.10	-1,880,691.32
Recursos Ordinários	3,386,574.05	4,127,932.41	341,533.44	630,602.65	-374,949.01		-1,338,545.44	542,145.88	400,476.10	-1,880,691.32
Outros Recursos não Vinculados										
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II)	11,571,939.59	2,926,610.55	465,252.09	-5,654.59	1,346,126.42	0.00	6,839,605.12	1,724,503.21	263,991.07	5,115,101.91
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	2,134,011.79	387,350.84	40,145.56	-10,000.00	362,910.97		1,353,604.42	5,582.00	68,027.45	1,348,022.42
Transferências do FUNDEB	194,535.07	1,226,039.22	194,960.94		655,643.40		-1,882,108.49	41,259.48	7,208.03	-1,923,367.97
Outros Recursos Vinculados à Educação	340,156.49		809.65		252.21		339,094.63	1,558,830.14	9,040.13	-1,219,735.51
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	1,110,678.78	634,796.29	81,476.42	4,594.90	273,990.80		115,820.37	115,691.77	119,324.76	128.60
Outros Recursos Vinculados à Saúde	7,764.58						7,764.58			7,764.58
Recursos Vinculados à Assistência Social	516,694.97	49,985.05	147,859.52	-249.49	7,648.48		311,451.41	3,139.82	58,971.23	308,311.59
Recursos Vinculados ao RPPS - Plano Previdenciário										
Recursos Vinculados ao RPPS - Plano Financeiro										
Recursos de Operações de Crédito (exceto vinculados à Educação e à Saúde)										
Recursos de Alienação de Bens/Ativos										
Outros Recursos Vinculados	7,268,097.91	628,439.15			45,680.56		6,593,978.20		1,419.47	6,593,978.20
TOTAL (III) = (I + II)	14,958,513.64	7,054,542.96	806,785.53	624,948.06	971,177.41	0.00	5,501,059.68	2,266,649.09	664,467.17	3,234,410.59

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório de Gestão Fiscal
Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2020
Período de referência: 3º quadrimestre

RGF-Anexo 05 | Tabela 5.0 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2020
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Receita Corrente Líquida	Valor Até o Quadrimestre
	Valor Até o Quadrimestre
Receita Corrente Líquida	-
Receita Corrente Líquida	44.225.285,82
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	44.225.285,82
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	44.225.285,82

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Despesa com Pessoal	Valor Realizado no Período	
	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Despesa com Pessoal	-	-
Despesa Total com Pessoal - DTP	18.080.850,39	40,88
Limite Máximo (incisos **I**, **II** e **III** art. 20 da LRF) - <%>	23.881.654,34	54,00
Limite Prudencial (parágrafo único art. 22 da LRF) - <%>	22.687.571,63	51,30
Limite de Alerta (inciso **II** do §1º do art. 59 da LRF) - <%>	21.493.488,91	48,60

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Dívida Consolidada	Comparativo do Saldo da Dívida	
	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Dívida Consolidada	-	-
Dívida Consolidada Líquida	-3.170.493,20	4.394.075,67
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	12,69	19,52

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Garantias de Valores	Comparativo do Saldo de Garantia	
	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Garantias de Valores	-	-
Total das Garantias Concedidas		
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Operações de Crédito	Valor Realizado no Período	
	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Operações de Crédito	-	-
Operações de Crédito Internas e Externas		
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	7.076.045,73	16,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita		
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	3.095.770,01	7,00

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Restos a Pagar	Restos a Pagar e Disponibilidade de Caixa	
	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Restos a Pagar	-	-
Valor Total	2.266.649,09	3.234.410,59

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2020
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

Lista de Assinaturas

Assinatura: 1
Assinatura: 2
Assinatura: 3
Assinatura: 4
Assinatura: 5
Assinatura: 6

As assinaturas digitais podem ser verificadas no arquivo PDF.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 18/2021

EXTRATO DO CONTRATO 18/2021

Partes: Município de Ribeirão Cascalheira – MT, CNPJ 24.772.113/0001-73 e a pessoa física

ELOI ILARIO FRIGO **CPF:** 441.688.611-04 **O**BJETO: LOCAÇÃO DE IMÓVEL COMERCIAL, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA E A PESSOA FÍSICA ELOI ILARIO FRIGO, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

DATA DA ASSINATURA: 10/03/2021

DO VALOR: R$ 13.200,00 (treze mil e duzentos reais).

DA VIGÊNCIA: O prazo de vigência será de 12 meses.

ASSINAM: Luzia Nunes Brandão – Prefeita Municipal de Ribeirão Cascalheira e a pessoa fisica Eloi Ilario Frigo

RELATORIO DE GESTÃO FISCAL 3º QUADRIMESTRE 2020

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal
Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2020
Período de referência: 3º quadrimestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Despesa com Pessoal	Despesa Executada com Pessoal													
	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	<MR-11>	<MR-10>	<MR-9>	<MR-8>	<MR-7>	<MR-6>	<MR-5>	<MR-4>	<MR-3>	<MR-2>	<MR-1>	<MR>	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
Despesa com Pessoal (Últimos 12 Meses)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.319.699,75	1.380.021,09	1.921.600,80	1.663.072,25	1.674.459,63	1.648.005,16	1.279.093,64	916.150,10	382.472,61	2.683.670,85	3.176.033,26	2.305.621,04	20.343.900,18	388,08
Pessoal Ativo	1.186.227,88	1.230.695,15	1.769.577,12	1.472.981,91	1.510.276,61	1.481.893,70	1.106.855,07	747.599,36	199.404,37	2.507.541,04	2.991.911,03	2.146.429,20	18.351.392,44	388,08
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	1.016.167,60	1.230.695,15	1.300.414,60	1.227.883,80	1.259.890,69	1.240.825,05	956.359,89	597.530,64	3.000,00	2.202.563,86	2.572.375,70	1.768.307,34	15.376.014,32	0,00
Obrigações Patronais	170.060,28	0,00	469.162,52	245.098,11	250.385,92	241.068,65	148.495,18	150.068,72	196.404,37	304.977,18	419.535,33	378.121,86	2.973.378,12	388,08
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	133.471,87	149.325,94	152.023,68	190.090,34	164.183,02	166.111,46	172.238,57	162.550,74	183.068,24	176.129,81	184.122,23	159.191,84	1.992.507,74	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	119.380,06	138.660,59	141.358,33	179.424,99	152.472,67	154.530,19	161.573,22	147.726,09	167.457,52	161.517,62	169.510,04	144.415,55	1.838.026,87	0,00
Pensões	14.091,81	10.665,35	10.665,35	10.665,35	11.710,35	11.581,27	10.665,35	14.824,65	15.610,72	14.612,19	14.612,19	14.776,29	154.480,87	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	142.007,40	149.325,94	152.023,68	190.090,34	164.183,02	168.642,89	172.238,57	162.550,74	183.068,24	176.129,81	184.122,23	419.055,01	2.263.437,87	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	8.535,53	0,00	0,00	0,00	0,00	2.531,43	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	259.863,17	270.930,13	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	133.471,87	149.325,94	152.023,68	190.090,34	164.183,02	166.111,46	172.238,57	162.550,74	183.068,24	176.129,81	184.122,23	159.191,84	1.992.507,74	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	1.177.692,35	1.230.695,15	1.769.577,12	1.472.981,91	1.510.276,61	1.479.362,27	1.106.855,07	747.599,36	199.404,37	2.507.541,04	2.991.911,03	1.886.566,03	18.080.462,31	388,08

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório de Gestão Fiscal
Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2020
Período de referência: 3º quadrimestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	
	Valor	% sobre a RCL Ajustada
DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	-	-
RECEITA CORRENTE LIQUIDA - RCL (IV)	44.225.285,82	
(-) Transferências Obrigatórias da União relativas às Emendas Individuais (art. 166-A, §1º, da CF) (V)	0,00	
(-) Transferências Obrigatórias da União relativas às Emendas de Bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	0,00	
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI)	44.225.285,82	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (IIIa + IIIb)	18.080.850,39	40,88
LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	23.881.654,34	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	22.687.571,62	51,30
LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x IX) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	21.493.488,91	48,60

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2020
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório de Gestão Fiscal**
	Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2020
	Período de referência: 3º quadrimestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal	Apuração da Trajetória de Retorno ao Limite da DTP								
	Exercício de Descumprimento do Limite			Exercício do Primeiro Período Seguinte			Exercício do Segundo Período Seguinte		
	No Quadrimestre/Semestre			Primeiro Período Seguinte			Segundo Período Seguinte		
	Limite Máximo (a)	% DTP (b)	% Excedente (c) = (b-a)	Redutor Mínimo de 1/3 do Excedente (d) = (1/3*c)	Limite (e) = (b-d)	% DTP (f)	Redutor Residual (g) = (f-a)	Limite (h) = (a)	% DTP (i)
Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Percentual Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal									

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório de Gestão Fiscal**
	Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2020
	Período de referência: 3º quadrimestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2020
Notas Explicativas	-
Identificação do Quadrimestre em que Excedeu o Limite e dos Períodos de Retorno	
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2020
Notas Explicativas	-
Identificação do Quadrimestre em que Excedeu o Limite e dos Períodos de Retorno	
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.4 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal - Ente Consorciado

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2020
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal
Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2020
Período de referência: 3º quadrimestre

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Estados, DF e Municípios

Tabela 2.0 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida	Cálculo da Dívida Consolidada Líquida			
	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2020		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
Dívida Consolidada	-	-	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	7.555.629,37	7.556.809,93	7.349.555,36	5.613.660,88
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	7.555.629,37	7.556.809,93	7.349.555,36	5.613.660,88
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Internos				
Externos				
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Internos				
Externos				
Parcelamento e Renegociação de Dívidas	7.555.629,37	7.556.809,93	7.349.555,36	5.613.660,88
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Previdenciárias	7.555.629,37	7.556.809,93	7.349.555,36	5.613.660,88
De Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS				
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas Contratuais	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) Vencidos e Não Pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	13.953,92	427.956,11	2.955.479,69	8.784.154,08
Disponibilidade de Caixa	0,00	414.002,19	2.941.525,77	8.770.200,16
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.690.819,49	2.892.317,05	5.334.281,89	8.863.128,06
(-) Restos a Pagar Processados	3.585.109,56	2.478.314,86	2.392.756,12	92.927,90
Demais Haveres Financeiros	13.953,92	13.953,92	13.953,92	13.953,92
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	7.541.675,45	7.128.853,82	4.394.075,67	-3.170.493,20
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	32.969.604,32	34.549.761,62	37.652.884,58	44.225.285,82
(-) Transferências Obrigatórias da União Relativas às Emendas Individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	32.969.604,32	34.549.761,62	37.652.884,58	44.225.285,82
% da DC sobre a RCL AJUSTADA (I/VI)	22,92	21,87	19,52	12,69
% da DCL sobre a RCL AJUSTADA (III/VI)	22,87	20,63	11,67	-7,17
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL	39.563.525,18	41.459.713,94	45.183.461,50	53.070.342,98
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF)	35.607.172,66	37.313.742,55	40.665.115,35	47.763.308,68
Outros Valores Não Integrantes da DC	-	-	-	-
Precatórios Anteriores a 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Não incluídos na DC)	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial				
Insuficiência Financeira	894.290,07	0,00	0,00	0,00
Depósitos e Consignações Sem Contrapartida	1.081.832,62	1.209.315,98	1.414.501,28	1.289.145,26
RP Não-Processados	1.749.981,15	1.489.110,16	1.284.496,84	624.948,06
Antecipações de Receita Orçamentária - ARO				

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal
Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2020
Período de referência: 3º quadrimestre

Tabela 2.0 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida	Cálculo da Dívida Consolidada Líquida			
	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2020		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
Dívida Contratual de PPP				
Apropriação de Depósitos Judiciais				

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro TesouroNacional	**Relatório de Gestão Fiscal**
	Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2020
	Período de referência: 3º quadrimestre

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Estados, DF e Municípios

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2020
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal
Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2020
Período de referência: 3º quadrimestre

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.1 - Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida - Estados, DF e Municípios

Tabela 2.1 - Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida	Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida											
	Exercício em que Excedeu o Limite			Exercício do primeiro período seguinte			Exercício do segundo período seguinte			Exercício do terceiro período seguinte		
	Quadrimestre em que Excedeu o Limite			Primeiro período seguinte			Segundo período seguinte			Terceiro período seguinte		
	Limite Máximo (a)	% DCL (b)	% Excedente (c) = (b-a)	Redutor mínimo de 25% do Excedente (d) = (0,25*c)	Limite (e) = (b-d)	% DCL (f)	Redutor Residual (g) = (f-a)	Limite (h) = (e)	% DCL (i)	Redutor Residual (j) = (i-a)	Limite (k) = (a)	% DCL (l)
Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valores Percentuais												

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório de Gestão Fiscal**
	Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2020
	Período de referência: 3º quadrimestre

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.1 - Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida - Estados, DF e Municípios

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2020
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	
Identificação do Quadrimestre em que Excedeu o Limite e dos Períodos de Retorno	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal
Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2020
Período de referência: 3º quadrimestre

RGF-Anexo 03 | Tabela 3.0 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores

Garantias Concedidas e Contragarantias Recebidas	Saldos das Garantias Concedidas e Contragarantias Recebidas			
	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2020		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
Garantias Concedidas	-	-	-	-
Garantias Concedidas	-	-	-	-
AOS ESTADOS (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas				
Em Operações de Crédito Internas				
AOS MUNICÍPIOS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas				
Em Operações de Crédito Internas				
ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas				
Em Operações de Crédito Internas				
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)				
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Transferências Obrigatórias da União relativas às Emendas Individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VIII) = (VI - VII)	0,00	0,00	0,00	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL AJUSTADA (V/VIII)				
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL				
LIMITE DE ALERTA (inciso III § 1º do art. 59 da LRF)				
Contragarantias Recebidas	-	-	-	-
Contragarantias Recebidas	-	-	-	-
DOS ESTADOS (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às Operações de Crédito Externas				
Em Garantia às Operações de Crédito Internas				
DOS MUNICÍPIOS (X)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às Operações de Crédito Externas				
Em Garantia às Operações de Crédito Internas				
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às Operações de Crédito Externas				
Em Garantia às Operações de Crédito Internas				
EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (XII)				
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XIII) = (IX + X + XI + XII)	0,00	0,00	0,00	0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal
Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2020
Período de referência: 3º quadrimestre

RGF-Anexo 03 | Tabela 3.0 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2020
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 04 | Tabela 4.0 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Estados, DF e Municípios

Operações de Crédito	Valor Realizado no Período	
	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
Operações de Crédito	-	-
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de Crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação (I)	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipações de Receitas pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação (II)	0,00	0,00
TOTAL (III)	0,00	0,00

RGF-Anexo 04 | Tabela 4.0 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Estados, DF e Municípios

Apuração do Cumprimento dos Limites	Apuração do Cumprimento dos Limites	
	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Apuração do Cumprimento dos Limites	-	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	44.225.285,82	
(-) Transferências Obrigatórias da União relativas às Emendas Individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)		
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	44.225.285,82	
OPERAÇÕES VEDADAS (VII)	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VIII) = (IIIa + VII - Ia - IIa)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	7.076.045,73	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF)	6.368.441,16	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	3.095.770,01	7,00

RGF-Anexo 04 | Tabela 4.0 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Estados, DF e Municípios

Outras Operações Que Integram a Dívida Consolidada	Valor Realizado no Período	
	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
Outras Operações Que Integram a Dívida Consolidada	-	-
Parcelamentos de Dívidas	5.613.660,88	5.613.660,88
Tributos	0,00	0,00
Contribuições Previdenciárias	5.613.660,88	5.613.660,88
FGTS	0,00	0,00
Operações de Reestruturação e Recomposição do Principal de Dívidas	0,00	0,00

RGF-Anexo 04 | Tabela 4.0 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Estados, DF e Municípios

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2020
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal
Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2020
Período de referência: 3º quadrimestre

RGF-Anexo 05 | Tabela 5.0 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar

Disponibilidade de Caixa	Disponibilidade de Caixa									
	Disponibilidade de Caixa									
		OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS								
	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigações Financeiras (e)	INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO (f)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (g)=(a-(b+c+d+e)-f)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO (h)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (i) = (g - h)
		De Exercícios Anteriores (b)	Do Exercício (c)							
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)	3,386,574.05	4,127,932.41	341,533.44	630,602.65	-374,949.01	0.00	-1,338,545.44	542,145.88	400,476.10	-1,880,691.32
Recursos Ordinários	3,386,574.05	4,127,932.41	341,533.44	630,602.65	-374,949.01		-1,338,545.44	542,145.88	400,476.10	-1,880,691.32
Outros Recursos não Vinculados										
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II)	11,571,939.59	2,926,610.55	465,252.09	-5,654.59	1,346,126.42	0.00	6,839,605.12	1,724,503.21	263,991.07	5,115,101.91
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	2,134,011.79	387,350.84	40,145.56	-10,000.00	362,910.97		1,353,604.42	5,582.00	68,027.45	1,348,022.42
Transferências do FUNDEB	194,535.07	1,226,039.22	194,960.94		655,643.40		-1,882,108.49	41,259.48	7,208.03	-1,923,367.97
Outros Recursos Vinculados à Educação	340,156.49		809.65		252.21		339,094.63	1,558,830.14	9,040.13	-1,219,735.51
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	1,110,678.78	634,796.29	81,476.42	4,594.90	273,990.80		115,820.37	115,691.77	119,324.76	128.60
Outros Recursos Vinculados à Saúde	7,764.58						7,764.58			7,764.58
Recursos Vinculados à Assistência Social	516,694.97	49,985.05	147,859.52	-249.49	7,648.48		311,451.41	3,139.82	58,971.23	308,311.59
Recursos Vinculados ao RPPS - Plano Previdenciário										
Recursos Vinculados ao RPPS - Plano Financeiro										
Recursos de Operações de Crédito (exceto vinculados à Educação e à Saúde)										
Recursos de Alienação de Bens/Ativos										
Outros Recursos Vinculados	7,268,097.91	628,439.15			45,680.56		6,593,978.20		1,419.47	6,593,978.20
TOTAL (III) = (I + II)	14,958,513.64	7,054,542.96	806,785.53	624,948.06	971,177.41	0.00	5,501,059.68	2,266,649.09	664,467.17	3,234,410.59

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório de Gestão Fiscal
Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2020
Período de referência: 3º quadrimestre

RGF-Anexo 05 | Tabela 5.0 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2020
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Receita Corrente Líquida	Valor Até o Quadrimestre
	Valor Até o Quadrimestre
Receita Corrente Líquida	-
Receita Corrente Líquida	44.225.285,82
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	44.225.285,82
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	44.225.285,82

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Despesa com Pessoal	Valor Realizado no Período	
	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Despesa com Pessoal	-	-
Despesa Total com Pessoal - DTP	18.080.850,39	40,88
Limite Máximo (incisos **I**, **II** e **III** art. 20 da LRF) - <%>	23.881.654,34	54,00
Limite Prudencial (parágrafo único art. 22 da LRF) - <%>	22.687.571,63	51,30
Limite de Alerta (inciso **II** do §1º do art. 59 da LRF) - <%>	21.493.488,91	48,60

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Dívida Consolidada	Comparativo do Saldo da Dívida	
	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Dívida Consolidada	-	-
Dívida Consolidada Líquida	-3.170.493,20	4.394.075,67
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	12,69	19,52

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Garantias de Valores	Comparativo do Saldo de Garantia	
	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Garantias de Valores	-	-
Total das Garantias Concedidas		
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Operações de Crédito	Valor Realizado no Período	
	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Operações de Crédito	-	-
Operações de Crédito Internas e Externas		
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	7.076.045,73	16,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita		
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	3.095.770,01	7,00

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Restos a Pagar	Restos a Pagar e Disponibilidade de Caixa	
	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Restos a Pagar	-	-
Valor Total	2.266.649,09	3.234.410,59

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2020
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

Lista de Assinaturas

Assinatura: 1
Assinatura: 2
Assinatura: 3
Assinatura: 4
Assinatura: 5
Assinatura: 6

As assinaturas digitais podem ser verificadas no arquivo PDF.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO 17/2021

EXTRATO DO CONTRATO 17/2021

Partes: Município de Ribeirão Cascalheira – MT, CNPJ 24.772.113/0001-73 e a pessoa jurídica SEFE –SISTEMA EDUCACIONAL FAMILIA E ESCOLA LTDA O CNPJ: 00.874.813/0001-00 OBJETO: AQUISIÇÃO DE LIVROS DIDÁTICOS PARA ALUNOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL PRÉ ESCOLA I 4 ANOS E PRÉ ESCOLA II 5 ANOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO POR MEIO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 01/2020 MUNICIPIO DE AÇAILANDIA /MA PP Nº 18/2020

DATA DA ASSINATURA: 10/03/2021

DO VALOR: R$ 48.510,00 (Quarenta e oito mil quinhentos e dez reais)

DA VIGÊNCIA: O prazo de vigência será de 12 meses.

ASSINAM: Luzia Nunes Brandão – Prefeita Municipal de Ribeirão Cascalheira e a pessoa jurídica SEFE SISTEMA EDUCACIONAL FAMILIA E ESCOLA LTDA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 15/2021

EXTRATO DO CONTRATO 15/2021

Partes: Município de Ribeirão Cascalheira – MT, CNPJ 24.772.113/0001-73 e a pessoa fisica CPF nº 309.379.731-49

OBJETO: CONTRATO DE LOCAÇÃO DE BENS MOVEIS E IMOVEIS ENTRE O MUNICIPIO DE RIBEIRAO CASCALHEIRA E A Srª DORALICE CARVALHO DE AZEVEDO

DO VALOR: R$ 212.062,08 (Duzentos e doze mil , sessenta e e dois reais e oito centavos)**DA VIGÊNCIA:** O prazo de vigência será de 12 meses.

ASSINAM: Luzia Nunes Brandão – Prefeita Municipal de Ribeirão Cascalheira e a pessoa física DORALICE CARVALHO DE AZEVEDO

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO

AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL DE Nº 003/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO/MT

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 008/2021

AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL DE Nº 003/2021

TIPO DESTA LICITAÇÃO: "MENOR PREÇO – ITEM POR ITEM"

A Prefeitura Municipal de Rio Branco – MT, em 12 de abril de 2021, através da sua Pregoeira Vanderléia Rodrigues Alves e sua Equipe de Apoio torna público para conhecimento dos interessados, que realizará no dia 27 de abril de 2021 as 08h00min, a Licitação na Modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2021**, cujo objeto é "Registro de Preços para aquisição de Cestas Básicas no Auxílio a Famílias em Situação de Vulnerabilidade Social do Município de Rio Branco – MT", a pasta contendo o Edital completo e seus anexos encontram-se a disposição dos interessados no horário de expediente desta Prefeitura.

Rio Branco – MT, em 12 de abril de 2021.

Vanderléia Rodrigues Alves

- Pregoeira -

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA

LICITAÇÃO
EDITAL DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRONICO COM SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO DE Nº. 55/2020

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA-MT, através de sua Pregoeira nomeada através do Decreto nº 007/GAB/PMR de 11 de Janeiro de 2021, **TORNA PÚBLICO** para o conhecimento dos interessados que no dia e horadesignados para a sessão pública de recebimento dos envelopes contendo Proposta de Preço e documentos para Habilitação referente aoprocedimento licitatório sob a modalidade **PREGÃO ELETRONICO COM O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO DE Nº. 55/2020**, processado nos autos do Processo Administrativo de nº. 127/2020, cujo Objeto:**"Registro de preço para futura e eventual Aquisição de Medicamentos da Farmácia Básica, Medicamentos de Auto Custo do Componente Especializado, Material Penso de Uso Hospitalar e Uso Hospitalar Injetável para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde."**
Sagrou-se vencedora dos itens 02, 07, 11, 12, 18, e 20 ora licitados a empresa: **LOBIANCO & LIMA LTDA 22.870.240/0001-80**, com a proposta final perfazendo um valor total de R$ 18.239,76 (dezoito mil duzentos e trinta e nove reais e setenta e seis centavos).

Não obtivemos sucesso em conseguir oferta de preços para os Itens: **1 - 3 - 4 - 5 - 6 - 8 - 9 - 10 - 13 - 14 - 15 - 16 - 17 - 19 - 22 - 23 - 24 - 26 - 27 - 28 - 29 - 30 - 32 - 33 - 34 - 35 - 36 - 38 -39 - 40 - 41 - 43 - 44**, tornando-os itens "Desertos" e os itens **21 - 25 - 31 - 37 - 42 – 45 "**fracassados" do certame, ou seja, Itens não Adjudicados;

Rondolândia – MT, 12 de Abril de 2021.

Keila Taiane

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

RESULTADO DE JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO

MODALIDADE: "TOMADA DE PREÇO Nº 20/2021"

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, Estado de Mato Grosso, torna público a todos interessados, que em Licitação na Modalidade de Tomada de Preço nº 19/2021, tendo como objeto: **"REFORMA DO POSTO DE SAÚDE VILA BUENO, LOCALIZADO NA ZONA RURAL DE RONDONÓPOLIS - MT, CONFORME PROJETO BÁSICO, JUSTIFICATIVA DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E JUSTIFICATIVA DE QUALIFICAÇÃO ECONOMICA FINANCEIRA ENVIADO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, ANEXO AO EDITAL** que após a análise detalhada da documentação apresentada pelas empresas participantes, a comissão de licitação julgou inabilitadas as seguintes empresas:

De nossa análise temos que a empresas:

R. ELY PAVIMENTAÇÃO E CONSTRUÇÃO EIRELI – ME, nãoatendeu os Itens 6.3 do edital, ao qual refere-se ao Projeto Básico item 2.0 alínea c) da Capacidade Técnica Profissional (Contrato de trabalho não autenticado em Cartório).

I. G. DO A. LEITE CONSTRUTORA E ENGENHARIA, nãoatendeu os Itens 6.3 do edital, ao qual refere-se ao Projeto Básico item 2.0 alínea c) da Capacidade Técnica Profissional (Contrato de trabalho não autenticado em Cartório) e na Justificativa De Qualificação Econômica Financeira não atendeu o item 2 referente parte integrante do Projeto Básico.

Temos que que dessa feita as empresas, R. **ELY PAVIMENTAÇÃO E CONSTRUÇÃO EIRELI – ME e I. G. DO A. LEITE CONSTRUTORA E ENGENHARIA,** ficando assim **INABILITADAS.**

Porem de acordo com o Art. 48, § 3º:

§ 3º Quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a administração poderá fixar aos licitantes o prazo de oito dias úteis para a apresentação de nova documentação.

Sendo assim a Comissão de Licitação abre prazo recursal após sua decisão de oito dias uteis o mesmo se encerrando no dia 22 de abril de 2021. Que não havendo mais nada a ser registrado na presente ata, a Comissão de Licitação dá por encerrada a presente sessão às 16:00.

Rondonópolis-MT, 09 de abril de 2021.

Paula Cristiane Moraes Pereira

Presidente Da Comissão De Licitação

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

RESULTADO DE JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO

MODALIDADE: "TOMADA DE PREÇO Nº 19/2021"

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, Estado de Mato Grosso, torna público a todos interessados, que em Licitação na Modalidade de Tomada de Preço nº 19/2021, tendo como objeto: **REFORMA DO PSF JARDIM CANAÃ, RUA ALBERTO CORRÊA, 406 – JARDIM IPANEMA, RONDONÓPOLIS - MT, CONFORME PROJETO BÁSICO, JUSTIFICATIVA DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E JUSTIFICATIVA DE QUALIFICAÇÃO ECONOMICA FINANCEIRA ENVIADO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, ANEXO AO EDITAL",** que após a análise detalhada da documentação apresentada pelas empresas participantes, a comissão de licitação julgou inabilitadas as seguintes empresas:

De nossa analise a empresa **EVOLUTION ENGENHARIA E AVALIAÇÕES EIRELI,** apresentou cópia simples, descumprindo o item 6.2.1.1 do Edital, deixou de apresentar as declarações dos itens 6.2.1.6, 6.2.1.7e 6. 2.1.8, deixou de apresentar o item 6.2.3.2.1 b).

De nossa analise a empresa **X3 CONSTRUTORA E ENGENHARIA EIRELI,** cumpri-o todas as exigências editalíssimas.

De nossa analise a empresa **B N PASQUALOTTO ENGENHARIA EIRELI - ME,** cumpri-o todas as exigências editalíssimas.

Temos que as empresas **X3 CONSTRUTORA E ENGENHARIA EIRELI e B N PASQUALOTTO ENGENHARIA EIRELI – ME,** encontram-se ***HABILITADA***, para próxima fase do certame e as empresas **GUILHERME LUIZ AIMI – ME e** EVOLUTION **ENGENHARIA E AVALIAÇÕES EIRELI,** encontram-se ***INABILITADAS***, para próxima fase do certame.

A Comissão de Licitação informa aos representantes das empresas supracitadas, que transcorrido o prazo recursal, proceder-se-á abertura dos envelopes contendo a proposta comercial das empresas habilitadas no dia **20 de abril de 2021, às 14:00 horas**, no mesmo local da abertura, no caso de recurso administrativo o dia da abertura ficará suspenso e ao final do recurso será publicado a nova data de abertura das propostas.

Rondonópolis-MT, 12 de abril de 2021.

Paula Cristiane Moraes Pereira

Presidente Da Comissão De Licitação

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

RESULTADO DE JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO

MODALIDADE: "TOMADA DE PREÇO Nº 11/2021"

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, Estado de Mato Grosso, torna público a todos interessados, que em Licitação na Modalidade de Tomada de Preço nº 19/2021, tendo como objeto **"REFORMA DA CMEI IRACY PEREIRA DA CONCEIÇÃO ARAÚJO, LOCALIZADA NA RUA DAS PERDIZES, S/N, JARDIM OASIS, NESTE MUNICÍPIO, CONFORME PROJETO BÁSICO, JUSTIFICATIVA DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E JUSTIFICATIVA DE QUALIFICAÇÃO ECONOMICA FINANCEIRA ENVIADO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ANEXO AO EDITAL",** que após a análise detalhada da documentação apresentada pelas empresas participantes, a comissão de licitação julgou inabilitadas as seguintes empresas:. Em análise a empresa **B N PASQUALOTO ENGENHARIA EIRELI – ME,** não atendeu ao item 6.2.3.2.1 alineá D (II), e também não atendeu Item 6.3.1 do edital, do seu anexo no projeto básico item 1.2 alineá B4 capacidade técnica operacional, ficando assim INABILITADA.Também de análise a empresa **I. G. DO A. LEITE CONSTRUTORA E ENGENHARIA,** não atendeu ao item 6.2.3.2.1 alineá B, e também não atendeu Item 4.4 do edital referente aos atestados de capacidade técnica cópia simples, sob a alegação a empresa **PRESTADORA DE SERVIÇOS J. S. CONSTRUTORA,** prospera uma vez que a empresa não atendeu o Item 2 e 4 do anexo no projeto básico na justificativa de exigência para qualificação econômica financeira, ficando assim INABILITADA.

De nossa análise a empresa **PRESTADORA DE SERVIÇOS J. S. CONSTRUTORA,** atendeu de forma satisfatória a todos os itens editalício, ficando assim HABILITADA.

Desta feita e de nossa análise, temos que a empresa**PRESTADORA DE SERVIÇOS J. S. CONSTRUTORA**atenderam todos os itens do edital e encontram-se **HABILITADAS** e as empresas**B N PASQUALOTO ENGENHARIA EIRELI – ME** e**I. G. DO A. LEITE CONSTRUTORA E ENGENHARIA** não atenderam os itens do edital e encontram-se **INABILITADAS.**

A Comissão de Licitação informa aos representantes das empresas supracitadas, que transcorrido o prazo recursal, proceder-se-á abertura dos envelopes contendo a proposta comercial das empresas habilitadas no dia **22 de abril de 2021, às 14:00 horas**, no mesmo local da abertura, no caso de recurso administrativo o dia da abertura ficará suspenso e ao final do recurso será publicado a nova data de abertura das propostas.

Rondonópolis-MT, 12 de abril de 2021.

Paula Cristiane Moraes Pereira

Presidente Da Comissão De Licitação

RETIFICAÇÃO DO RESULTADO DE JULGAMENTO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: "TOMADA DE PREÇOS Nº 17/2021"

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, Estado de Mato Grosso, torna público a todos interessados, que em Licitação na Modalidade de Tomada de Preços nº 17/2021, tendo como objeto: Contratação de empresa especializada, para a execução do seguinte serviço: "Reforma e ampliação da Escola Municipal Aparecida de Souza Vetorasso, localizado na Rua B,S/N, Bairro Verde Teto, neste município, conforme Projeto Básico/Executivo, Justificativa de Qualificação Técnica e Justificativa de Qualificação Econômica Financeira enviado pela Secretaria Municipal de Educação, anexo ao edital"**.** Que após a análise detalhada da documentação e propostas apresentadas pelas empresas participantes, foi considerada HABILITADA, CLASSIFICADA E VENCEDORA DESTE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO, a empresa: Onde se lê: **B N PASQUALOTTO ENGENHARIA EIRELI – ME**, no valortotal da obra de R$ 175.003,32 (cento e setenta e cinco mil, três reais e trinta e dois centavos). Ler-se-á: **B N PASQUALOTTO ENGENHARIA EIRELI – ME**, no valortotal da obra de R$ 1. 283.520,41 (um milhão, duzentos e oitenta e três mil, quinhentos e vinte reais e quarenta e um centavos).

Rondonópolis-MT, 12 de abril de 2021.

Paula Cristiane Moraes Pereira

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE

PROCURADORIA MUNICIPAL
PORTARIA 055 - 2021

PORTARIA Nº 055/2021

de 14 de Abril de 2.021

"Dispõe sobre lotação de servidor(es) da Prefeitura Municipal de Rosário Oeste, e dá outras providencias".

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Rosário Oeste – MT, **ALEX STEVES BERTO,** no uso de suas atribuições legais;

Considerando os termos da comunicação interna de nº. 04/2021 – RH e oficio interno de nº. 113/SMAS/2021, que dispõe sobre o encaminhamento do servidor **JOSE MARCOS SANTOS DE OLIVEIRA** para desempenho de suas funções como Guarda de Patrimônio na unidade municipal denominada **"CASA DA CRIANÇA PEDO HENRIQUE COELHO DE BELÉM".**

RESOLVE:

Artigo 1º - Fica determinado a lotação do servidor integrante do quadro efetivo da Prefeitura de Rosário Oeste - MT, da forma que abaixo segue:

Nome	Lotação
JOSÉ MARCOS SANTOS DE OLIVEIRA	**Casa da Criança Pedro Henrique Coelho Belém**

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação/afixação, revogando-se disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, em Rosário Oeste – MT, 12 de Abril de 2021.

ALEX STEVES BERTO

Prefeito Municipal

PROCURADORIA MUNICIPAL
PORTARIA 054 - 2021

de 12 de Abril de 2021

"Dispõe sobre a concessão do benefício de Pensão por morte em favor daSra. Laurinda Maria do Espírito Santo, em decorrência do falecimento do servidor inativo, Sr. Vitor Catarino do Espírito Santo."

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DE ROSÁRIO OESTE, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o preenchimento dos pressupostos contidos no Art. 40, § 7º, da Constituição Federal de 1988, com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 41/2003, c/c art. 7º, inciso I; art 27 e art. 29, inciso I da Lei n. º 975/2004, que institui o Regime Próprio de Previdência do Município de Rosário Oeste, com redação alterada pela Lei nº 1585/2020, de 28 de outubro de 2020.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER o benefício Pensão Por Morte, em decorrência do falecimento do **Sr. VITOR CATARINO DO ESPIRITO SANTO**, portador do RG nº 136406 SSP/MT e inscrito no CPF nº 103.051.571-91, Aposentado por Tempo de Contribuição, no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, Classe "A", lotado na Secretaria Municipal de Infra Estrutura, ato devidamente registrado pelo Acordão nº 74/2016 do Tribunal de Contas, o equivalente

a 100% (cem por cento) e de forma vitalícia, em favor da **SRA. LAURINDA MARIA DO ESPIRITO SANTO**, cônjuge do segurado falecido, portadora do RG nº. 0192446-0 SESP/MT, inscrita no CPF n.º 780.004.751-20, conforme processo administrativo do ROSARIO-PREVI sob nº. 2021.07.00003P, a partir de 03/03/2021, data de óbito, até posterior deliberação.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de **03 de março de 2021**, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Gabinete do Prefeito, em Rosário Oeste/ MT, 12 de Abril de 2021.

DOUGLAS BOTELHO DA SILVA

Secretário Municipal de Administração

Homologo:

ALEX STEVES BERTO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU

JURÍDICO
COVID-19: DECRETO N. 41, DE 12 DE ABRIL DE 2021

Estabelece medidas restritivas não-farmacológicas para prevenir a disseminação da COVID-19 no âmbito de Salto do Céu/MT, *e dá outras providências.*

O **PREFEITO MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 49, inciso IV, da Lei Orgânica do Município, e,

CONSIDERANDO a autonomia dos Municípios para legislar sobre assuntos de interesse local (art. 30, I, da CF), conforme suas peculiaridades geográficas, econômicas e sociais;

CONSIDERANDO a continuidade no aumento significativo do número da média móvel de casos confirmados de COVID-19, de hospitalizações e de óbitos no âmbito estadual;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto n. 874, de 25 de março de 2021 do Estado de Mato Grosso, que atualiza a classificação de risco epidemiológico e fixa regras e diretrizes para adoção, pelos Municípios, de medidas restritivas para prevenir a disseminação da COVID-19;

CONSIDERANDO que é dever constitucional do Estado a promoção da defesa e proteção da saúde,

D E C R E T A:

Art. 1º. Ficam atualizadas as medidas restritivas não-farmacológicas com o objetivo de impedir o crescimento da taxa de contaminação por COVID-19 no território de Salto do Céu/MT e reduzir o impacto no sistema de saúde, quais sejam:

I- evitar circulação de pessoas pertencentes ao Grupo de Risco, conforme definição do Ministério da Saúde;

II- isolamento domiciliar de pacientes em situação confirmada de COVID-19, em caráter obrigatório, por prescrição médica, pelos prazos definidos em protocolos;

III- quarentena domiciliar de pacientes sintomáticos em situação de caso suspeito para de COVID-19, e de daqueles que com ele tiveram contato, em caráter obrigatório, por prescrição médica;

IV- disponibilizar, em estabelecimentos públicos e privados, locais adequados para lavagem frequente das mãos com água e sabão e/ou disponibilização de álcool na concentração de 70%;

V- ampliar, em estabelecimentos públicos e privados, a frequência diária de limpeza e desinfecção de locais frequentemente tocados, tais como pisos, corrimãos, maçanetas, banheiros, interruptores, janelas, telefones, teclados de computador, controles remotos, máquinas acionadas por toque manual, elevadores e outros;

VI- evitar a realização presencial de reuniões de trabalho e priorizar a realização de atividades de forma remota mediante o uso de ferramentas tecnológicas;

VII- controlar o acesso de pessoas em estabelecimentos públicos e privados de modo a garantir o distanciamento mínimo de 1,5m entre as pessoas;

VIII- vedar o acesso a estabelecimentos públicos e privados de funcionários, consumidores e usuários que não estejam utilizando máscara de proteção facial, ainda que artesanal;

IX- manter os ambientes arejados por ventilação natural;

X- adotar as recomendações atuais de isolamento domiciliar para os profissionais pertencentes ao Grupo de Risco, conforme definido pelo Ministério da Saúde;

XI- observar as determinações das autoridades sanitárias para a contenção de riscos, especialmente quando a atividade exigir atendimento presencial da população, com a orientação aos funcionários sobre o modo correto de relacionamento com o público no período de emergência em saúde pública;

XII- quarentena domiciliar para pessoas acima de 60 anos e grupos de risco definidos pelas autoridades sanitárias;

XIII- proibição de qualquer atividade de lazer, inclusive em rios e cachoeiras, ou evento que cause aglomeração;

XIV- atendimento presencial em órgãos públicos e concessionárias de serviços públicos somente mediante **prévio agendamento**, devendo ser disponibilizado e priorizado canais de atendimento ao público não-presenciais;

Art. 2º. O funcionamento das atividades e serviços permitidos no território de Salto do Céu/MT ficará sujeito às seguintes condições:

I) de segunda a domingo, autorizado o funcionamento somente no período compreendido entre as **05h00m** e as **20h00m**;

§1º. As farmácias, os serviços de saúde, de hospedagem e congêneres, de imprensa, de transporte coletivo, de transporte individual remunerado de passageiros por meio de táxi ou aplicativo, as funerárias, os postos de combustíveis, exceto conveniências, as indústrias, as atividades de colheita e armazenamento de alimentos e grãos, serviços de guincho, segurança e vigilância privada, de manutenção e fornecimento de energia, água, telefonia e coleta de lixo e as atividades de logística de distribuição de alimentos, não ficam sujeitas às restrições de horário previstos no presente artigo.

§2º. Os supermercados, nos horários de funcionamento fixados nos incisos deste artigo, devem aplicar sistema de controle de entrada restrito a 01 (um) membro por família.

§3º. Durante a vigência deste Decreto, os eventos sociais, corporativos, empresariais, técnicos e científicos, igrejas, templos e congêneres, e a prática de esportes coletivos são permitidos, respeitado o limite de 50% (cinquenta por cento) da capacidade máxima do local, observados os limites de horário definidos nos incisos deste artigo.

§4º. O funcionamento de serviço na modalidade delivery ficará autorizado somente até as **23h59m**, inclusive aos sábados e domingos, com exceção das farmácias e congêneres, que poderão funcionar, na modalidade delivery, sem restrição de dias e horários.

§5º. Excepcionalmente, as igrejas, templos religiosos e congêneres poderão desenvolver suas atividades de segunda à domingo das **05h00m** às **21h00m**.

§6º. Fica proibida a permanência de mesas e cadeiras nos estabelecimentos comerciais para consumo no local, sendo proibida, ainda, a permanên-

cia concomitante de duas ou mais pessoas consumindo no mesmo estabelecimento comercial.

§7º. Ficam fechados os parques, praças e cachoeiras públicas, estando proibida a permanência de pessoas nestes locais.

Art. 3º. Fica instituída restrição de circulação de pessoas em todo o território do Município de Salto do Céu/MT a partir das 21h00m até as 05h00m.

§1º. Excetuam-se da restrição disposta no *caput* do presente artigo os funcionários, prestadores e consumidores das atividades e serviços cujo funcionamento é permitido após as 20h00m, bem como outras situações específicas a serem analisadas pela autoridade responsável pela fiscalização.

§2º. A restrição fixada no *caput* deste artigo não se aplica ao transporte de cargas e passageiros.

Art. 5º. A fiscalização das regras deste Decreto ficará a cargo da:

I- Órgãos de vigilância sanitária estadual e municipal;

II- Polícia Militar - PM/MT;

III- Polícia Judiciária Civil - PJC/MT;

IV- Corpo de Bombeiros Militar - CBM/MT; e

V- outros órgãos municipais investidos de poder fiscalizatório.

§1º. A Polícia Militar do Estado de Mato Grosso fica autorizada a dispersar aglomerações, inclusive em bares e restaurantes.

§2º. O descumprimento das medidas restritivas por pessoas físicas ensejará a lavratura de Termo Circunstanciado de Ocorrência pela autoridade policial competente, além da aplicação de multas e sanções cíveis cabíveis.

§3º. O descumprimento das medidas restritivas por pessoas físicas e jurídicas, inclusive condomínios residenciais, ensejará aplicação de multas, interdição temporária e outras sanções administrativas, cíveis e criminais cabíveis, pelas autoridades policiais, sanitárias e fiscais estaduais e municipais, conforme estabelecido na Lei nº 11.316, de 02 de março de 2021, com a redação alterada pela Lei nº 11.326, de 24 de março de 2021.

Art. 6º. A prática de quaisquer das infrações descritas neste Decreto cometidas por pessoas físicas ensejará aplicação de multa no valor de **R$ 500,00 (quinhentos reais)**.

Art. 7º. A prática de quaisquer das infrações descritas neste Decreto cometidas por pessoas jurídicas, inclusive órgãos e entes públicos, ensejará aplicação de multa no valor de **R$ 10.000,00 (dez mil reais)**.

Parágrafo único. A multa fixada no *caput* deste artigo não exclui a aplicação das penalidades cabíveis aos funcionários, colaboradores ou clientes infratores na condição de pessoas físicas, bem como a apuração de ilícitos criminais eventualmente praticados em decorrência de infração à medida sanitária preventiva, conforme previsto no art. 268 do Código Penal, e de desobediência, previsto no art. 330 do Código Penal.

Art. 8º. As medidas instituídas no presente Decreto terão vigência até o dia **26 de abril de 2021**, prorrogáveis em caso de necessidade devidamente justificada.

Art. 9º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, especialmente o Decreto Municipal n. 30, de 17 de março de 2021.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Salto do Céu/MT, 12 de abril de 2021.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

MAUTO TEIXEIRA ESPÍNDOLA

Prefeito Municipal

SECRETARIA EXECUTIVA DOS CONSELHOS SOCIAIS
ATA DE NÚMERO 002/2021 DA COMISSÃO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE SALTO DO CÉU–MT.

ATA DE NÚMERO 002/2021 DA COMISSÃO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE SALTO DO CÉU–MT.

Ao oitavo dia do mês de abril de dois mil e vinte e um (08/04/2021) às (15:00h) quinze horas, na sala designada aos Conselhos Sociais, situada na rua Espírito Santo s/n, localizada nas dependências do prédio da Secretaria Municipal de Educação, Centro, Salto do Céu-MT, o Coordenador da Comissão Municipal de Habitação João Marcos da Silva Surubi, convocou os seguintes órgãos e instituições Governamentais e não Governamentais, sendo eles: (Governo) **Representando o Poder Executivo: Titular: Deives Oliveira da Silva, Suplente: Luiz Felipe Peretê Berto; Representando o Poder Legislativo: Titular: Noé Monteiro de Barros, Suplente: José Dias Amaral; Representando a Secretaria Municipal de Obras: Titular: Edivaldo Dalbém Clarindo, Suplente: Ademir Anunciação Castro; Representando a Secretaria Municipal de Administração e Planejamento: Titular: Valdeir Aparecido Bastos, Suplente: Thais Souza Silva; Representando a Secretaria Municipal de Assistência Social: Titular: Natália Leal de Melo, Suplente: Poliana Aparecida de Lima Goulart; Representando o INDEA: Titular: Helio Martins Carneiro, Suplente: Silvana de Magalhães Souza; (**Sociedade Cível) **Representando a Paróquia Nossa Senhora da Penha: Titular: João Marcos da Silva Surubi, Suplente: Valdeir Francisco dos Santos; Representando a Igreja Casa de Oração Para Todas as Nações: Titular: Cristiano Ferreira de Souza, Suplente: Rafael Rodrigues de Oliveira; Representando o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Salto do Céu: Titular: Orlando Luiz Nicolotti, Suplente: Maria de Fátima da Silva Nunes Dias; Representando o Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar: Titular: Oziana Soares Barbosa, Suplente: Helen Rosa Cores; Representando a Loja Maçônica: Titular: Célio Antônio da Silva, Suplente: Walmir Alexandre dos Santos; Representando o Sindicato dos Servidores Públicos Municipais: Titular: Gilson Fernandes de Souza, Suplente: Claudenice Sousa Santana.** Compareceram para a reunião os seguintes membros e representações**: Representando o Poder Executivo, o Sr. Deives Oliveira da Silva; Representando o Poder Legislativo, o Sr. José Dias Amaral; Representando a Paróquia Nossa Senhora da Penha, o Sr. João Marcos da Silva Surubi; Representando a Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, o Sr. Valdeir Aparecido Bastos; Representando o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Salto do Céu, o Sr. Orlando Luiz Nicolotti; Representando a Loja Maçônica, o Sr. Célio Antônio da Silva; Representando o Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar, a Sra. Oziana Soares Barbosa.** E não comparecendo os membros das seguintes representações: Representantes da Secretaria Municipal de Obras; Representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social; Representantes da Igreja Casa de Oração Para Todas as Nações; Representantes do INDEA; Representantes do Sindicato dos Servidores Públicos. Dando início à reunião, o Coordenador da Comissão Municipal de Habitação, Sr. João Marcos da Silva Surubi, agradeceu a presença de todos e informou a pauta da reunião, que trata sobre a denúncia ocorrida em questão da Unidade Habitacional do Conjunto Habitacional Daury Riva Programa “Meu Lar” modalidade “Tô Feliz”, que ocorreu na Secretaria Municipal de Assistência Social de forma anônima onde também foi registrada na Ata da Comissão Municipal de Habitação de Nº 001/2021 do dia 17/03/2021, denúncia que trata sobre a Unidade Habitacional da Sra. Zenilda Lobato da Silva, moradora do Setor 02, Rua D, Casa 04. Sendo assim, o Coordenador Municipal de Habitação, Sr. João Marcos da Silva Surubi, notificou a mesma no dia 29/03/2021 à comparecer na Sala designada aos Conselhos Sociais, com um prazo de 30 dias para justificar os fatos referente a denúncia realizada de forma anônima para a Comissão Municipal de Habitação. Contudo, o Coordenador, informou que a denúncia se refere a abandono de domicílio, pelo fato da Sra. Ze-

nilda Lobato da Silva, não estar mais residindo no Brasil, tendo então se deslocado para o exterior. A denúncia foi apurada, por se tratar de abandono, onde trata no termo de Recebimento de Unidade Habitacional **que o abandono, o descumprimento do prazo de ocupação, a venda, ou cedência para outra família ensejará na cessão do mesmo para outra família que atenda aos critérios do programa e que esteja cadastrada e aprovada pela Comissão Municipal de Habitação.** Após notificada a Sra. Zenilda Lobato da Silva, sua filha Lorrainy Lobato Faria, que também é sua procuradora, compareceu na Sala dos Conselhos Sociais, com os seguintes documentos: Declaração de endereço assinado pelo conjugue da Sra. Zenilda Lobato da Silva, o Sr. André Cardoso Silveira, bem como o Registro Civil que trata da procuração designada à filha Lorrainy Lobato Faria, que torna-a responsável para responder pelos reparos e cuidados necessários do domicílio. Contudo, a mesma apresentou a justificativa em nome de sua mãe Zenilda Lobato da Silva, que informou que o domicílio não se encontra em situação de abandono, tendo em vista que o conjugue da Sra. Zenilda Lobato da Silva, o Sr. André Cardoso Silveira reside no domicílio, onde o mesmo assinou a declaração de endereço, sendo considerado morador do Setor 02, Rua D, Casa 04. Após o Coordenador ter explanado sobre a denúncia e também a justificativa, colocou-se em debate da Comissão para análise. Portanto, após debates, decidiram então solicitar mais documentos e a fiscalização que comprove que a casa realmente não se encontra em situação de abandono do domicílio de Zenilda Lobato da Silva . Encerrado o debate sobre o análise da denúncia, o Coordenador Sr. João Marcos da Silva Surubi, passou a apresentar o Ofício Nº 057/2021-SEDCS/Conselho Municipal do FETHAB, que solicita a indicação de novos representante da Comissão Municipal de Habitação para compor o Conselho Municipal do FETHAB, sendo 01 (um) representante Titular e 01 (um) representante Suplente, debateram sobre os representantes e chegaram a conclusão de indicar como representante titular o Sr. Deives Oliveira da Silva e representante Suplente o José Dias Amaral. Em seguida, o Coordenador Municipal de Habitação, Sr. João Marcos da Silva Surubi, deixou a palavra em aberto e ninguém mais se manifestando determinou a mim, Thainara Pereira Ramos, Secretária Executiva Dos Conselhos Sociais, que lavrasse a presente Ata na qual será publicada no Diário Oficial. A presente Ata foi lida, aprovada e segue assinada por mim e pelos demais.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
RESULTADO DE JULGAMENTO

RESULTADO DE JULGAMENTO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2021

OBJETO: Seleção de melhor proposta objetivando o **REGISTRO DE PREÇOS** para aquisição futura e fracionada de **TUBOS DE CONCRETO ARMADO TIPO MF/PA-1,** para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços Urbanos do Município de Salto do Céu-MT; do tipo**MENOR PREÇO/ITEM,** conforme discriminado no Termo de Referência **ANEXO I,** deste Edital por um período de 12 meses.

RESULTADO DE JULGAMENTO

A Prefeitura de Salto do Céu-MT, através de sua Pregoeira torna público a todos os interessados, cidadãos ou licitantes, que participou do certame licitatório supramencionado a empresa **PRÓSPERA INDÚSTRIA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA CNPJ: 03.880.985/0002-66** com o valor final e total de todos os itens ofertados em R$ 203.980,00 (duzentos e três mil e novecentos e oitenta reais).

Os valores unitários de cada item estão registrados no Relatório Final emitido pelo Sistema (anexo ao procedimento) e em Ata de Registro de Preços, que destina o menor preço por item, por um período de 12 meses.

Maiores informações com a CPL.

Salto do Céu – MT, 12 de Abril de 2021.

MARIA INÊS PEREIRA DA SILVA

- Pregoeira -

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO – Nº 023/2021

Pelo presente instrumento, a Prefeitura Municipal de Salto do Céu - MT, situada à Rua Carlos Laet, nº 11, Inscrita no CNPJ sob o nº 15.024.011/0001-89, CEP 78.270-000, neste ato representada pelo Prefeito - **Sr. Mauto Teixeira Espíndola**, casado, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº M-4.503.432 SSP/MG e do CPF nº 609.632.046-53, a seguir denominado **CONTRATANTE,** e de outro lado o Sr. **João Pedro Rodrigues Gomes,** brasileiro, solteiro, portador do RG n.º 3338257-3 SSP/MT e do CPF n.º 055.441.131-81, residente e domiciliado na Rua Minas Gerais s/nº, Bairro Bom Jardim no Município de Salto do Céu - MT, doravante denominado **CONTRATADO**, celebram o presente contrato nos termos do **EDITAL DO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2020**, mediante as Cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO CONTRATO O CONTRATADO prestará serviços para a CONTRATANTE no cargo de: Agente de Combate de Endemias, em face da necessidade temporária dos serviços desta qualificação técnica, haja vista que a administração pública tem permissivo legal da CF/88 (art. 37, IX), Lei Municipal nº 644, de 13 de Novembro de 2019, que autoriza a contração de servidores temporários. CLÁUSULA SEGUNDA - DA JORNADA DE TRABALHO/LOCAL DE TRABALHO

A jornada de trabalho do CONTRATADO será de 40H/S, a serem desempenhadas junto a **Secretaria Municipal de Saúde.**

Parágrafo único: O horário de entrada e saída será definido pela Secretaria Municipal de Saúde, de forma que melhor atenda a necessidade dos serviços, obedecendo à jornada de trabalho semanal, estipulada na cláusula segunda.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

A vigência do presente contrato será no período de **12/04/2021a 12/04/2022.**

CLÁUSULA QUARTA - DO SALÁRIO CONTRATUAL

Pela prestação de serviços mencionados e prestados na Cláusula primeira o contratado receberá a quantia de R$ 1.400,00 (Um mil e quatrocentos reais) como salário base e insalubridade equivalente a 10% do salário mínimo, ou seja, R$ 110,00 (Cento e dez reais) pagos em moeda corrente nacional, na mesma data dos demais servidores.

CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTE SALARIAL

O presente contrato será reajustado na mesma proporção dos demais funcionários públicos municipais, durante a vigência deste contrato.

CLÁUSULA SEXTA - DA ALTERAÇÃO E RESCISÃO

O presente contrato poderá ser alterado e ou modificado através de Termo Aditivo Contratual firmado entre as partes e nos termos da Lei Municipal, podendo ser justificadamente rescindido por ambas as partes a qualquer momento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

É licito a CONTRATANTE aplicar as penalidades de advertência e suspensão ao CONTRATADO nos casos e termos previstos no Estatuto do Servidor Público Municipal.

CLÁUSULA OITAVA: DA RESPONSABILIDADE

O CONTRATADO é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo e culpa.

CLÁUSULA NONA - DAS ATRIBUIÇÕES TIPICAS DOS CARGOS/CONDIÇÕES DE TRABALHO/REQUISITOS PARA PROVIMENTO

O Contratado terá como atribuições de seu cargo, as previstas em Leis Municipais de Salto do Céu – MT.

CARGO: AGENTE DE COMBATE DE ENDEMIAS

***** Realizar atividades rotineiras, envolvendo a execução de trabalhos relacionados com o cargo.

CONDIÇÕES DE TRABALHO:

Horário: 40 horas semanais;

REQUISITOS PARA PROVIMENTO:

a) Instrução: Ensino Médio

b) Habilitação: Conhecimentos necessários para o bom desenvolvimento de suas tarefas.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO REGIME PREVIDENCIÁRIO

O CONTRATADO vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social-INSS, para qual contribuirá obrigatoriamente, sendo responsável pelos demais encargos resultantes da execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO REGIME JURÍDICO

ORegime Jurídico do servidor temporário é o Estatutário, regendo-se por princípios de direito público, aplicando-se, naquilo que for compatível com a transitoriedade de contratação, os direitos e deveres referidos no Estatuto do Servidor Público Municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS :

O valor do contrato será empenhado na seguinte dotação:

Órgão: 04 – Secretaria Municipal de Saúde

Unidade: 003 – Fundo Municipal de Saúde

Projeto Atividade: 2022 – Man. E Enc. Vigilância Epidemiológica e Ambiental

Rubrica: 3.1.90.04.00

Dotação: Contratação por Tempo Determinado

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS CASOS OMISSOS

Por assentimento mútuo, sujeitam-se as partes às aplicações das normas contidas no Estatuto do Servidor Público da Prefeitura Municipal de Salto do Céu - MT, e nos casos omissos elegem as partes Contratantes o Foro da Comarca de Rio Branco, Estado de Mato Grosso, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam de comum acordo o presente em duas vias de igual teor e forma, tudo na presença de duas testemunhas, que também assinam.

Salto do Céu – MT, 12 de Abril de 2021.

MAUTO TEIXEIRA ESPÍNDOLA

Prefeito/Contratante

JOÃO PEDRO RODRIGUES GOMES

CPF Nº 055.441.131-81

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____

Nome:_____

C.P.F. nº

Assinatura:_____

Nome:_____

C.P.F. nº

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO – Nº 021/2021

Pelo presente instrumento, a Prefeitura Municipal de Salto do Céu - MT, situada à Rua Carlos Laet, nº 11, Inscrita no CNPJ sob o nº 15.024.011/0001-89, CEP 78.270-000, neste ato representada pelo Prefeito - **Sr. Mauto Teixeira Espíndola**, casado, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº M-4.503.432 SSP/MG e do CPF nº 609.632.046-53, a seguir denominado **CONTRATANTE,** e de outro lado a Sr.ª **Aeslia Guedes de Oliveira,** brasileira, solteira, portadora do RG n.º 1715389-1 SSP/MT e do CPF n.º 021.724.121-20, residente e domiciliada no Residencial Daury Riva no Município de Salto do Céu - MT, doravante denominada **CONTRATADA**, celebram o presente contrato nos termos do **EDITAL DO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2020**, mediante as Cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO CONTRATO A CONTRATADA prestará serviços para a CONTRATANTE no cargo de: Auxiliar de Serviços Gerais, em face da necessidade temporária dos serviços desta qualificação técnica, haja vista que a administração pública tem permissivo legal da CF/88 (art. 37, IX), Lei Municipal nº 644, de 13 de Novembro de 2019, que autoriza a contração de servidores temporários. CLÁUSULA SEGUNDA - DA JORNADA DE TRABALHO/LOCAL DE TRABALHO

A jornada de trabalho da CONTRATADA será de 40H/S, a serem desempenhadas junto a **Secretaria Municipal de Saúde.**

Parágrafo único: O horário de entrada e saída será definido pela Secretaria Municipal de Saúde, de forma que melhor atenda a necessidade dos serviços, obedecendo à jornada de trabalho semanal, estipulada na cláusula segunda.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

A vigência do presente contrato será no período de **05/04/2021a 05/04/2022.**

CLÁUSULA QUARTA - DO SALÁRIO CONTRATUAL

Pela prestação de serviços mencionados e prestados na Cláusula primeira o contratado receberá a quantia de R$ 1.100,00 (Um mil e cem reais) como salário base e insalubridade equivalente a 20% do salário mínimo, ou seja, R$ 220,00 (Duzentos e vinte reais) pagos em moeda corrente nacional, na mesma data dos demais servidores.

CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTE SALARIAL

O presente contrato será reajustado na mesma proporção dos demais funcionários públicos municipais, durante a vigência deste contrato.

CLÁUSULA SEXTA - DA ALTERAÇÃO E RESCISÃO

O presente contrato poderá ser alterado e ou modificado através de Termo Aditivo Contratual firmado entre as partes e nos termos da Lei Municipal, podendo ser justificadamente rescindido por ambas as partes a qualquer momento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

É licito a CONTRATANTE aplicar as penalidades de advertência e suspensão a CONTRATADA nos casos e termos previstos no Estatuto do Servidor Público Municipal.

CLÁUSULA OITAVA: DA RESPONSABILIDADE

A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo e culpa.

CLÁUSULA NONA - DAS ATRIBUIÇÕES TIPICAS DOS CARGOS/CONDIÇÕES DE TRABALHO/REQUISITOS PARA PROVIMENTO

A Contratada terá como atribuições de seu cargo, as previstas em Leis Municipais de Salto do Céu – MT.

CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

***** Realizar atividades rotineiras, envolvendo a execução de trabalhos relacionados com o cargo.

CONDIÇÕES DE TRABALHO:

Horário: 40 horas semanais;

REQUISITOS PARA PROVIMENTO:

a) Instrução: Ensino Médio

b) Habilitação: Conhecimentos necessários para o bom desenvolvimento de suas tarefas.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO REGIME PREVIDENCIÁRIO

A CONTRATADA vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social- INSS para qual contribuirá obrigatoriamente, sendo responsável pelos demais encargos resultantes da execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO REGIME JURÍDICO

ORegime Jurídico do servidor temporário é o Estatutário, regendo-se por princípios de direito público, aplicando-se, naquilo que for compatível com a transitoriedade de contratação, os direitos e deveres referidos no Estatuto do Servidor Público Municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS :

O valor do contrato será empenhado na seguinte dotação:

Órgão: 04 – Secretaria Municipal de Saúde

Unidade: 003 – Fundo Municipal de Saúde

Projeto Atividade: 2013 – Man. E Encargos ESF-Estratégia Saúde da Família

Rubrica: 3.1.90.04.00

Dotação: Contratação por Tempo Determinado

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS CASOS OMISSOS

Por assentimento mútuo, sujeitam-se as partes às aplicações das normas contidas no Estatuto do Servidor Público da Prefeitura Municipal de Salto do Céu - MT, e nos casos omissos elegem as partes Contratantes o Foro da Comarca de Rio Branco, Estado de Mato Grosso, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam de comum acordo o presente em duas vias de igual teor e forma, tudo na presença de duas testemunhas, que também assinam.

Salto do Céu – MT, 05 de Abril de 2021.

MAUTO TEIXEIRA ESPÍNDOLA

Prefeito/Contratante

AESLIA GUEDES DE OLIVEIRA

CPF Nº 021.724.121-20

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____

Nome:_____

C.P.F. nº

Assinatura:_____

Nome:_____

C.P.F. nº

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
RESULTADO DE JULGAMENTO

RESULTADO DE JULGAMENTO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2021

OBJETO: Seleção de MELHOR PROPOSTA, objetivando o **REGISTRO DE PREÇOS**, para futura contratação de Empresa Especializada para PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS,sendo **FORNECIMENTO DE LINK DEDICADO PARA ACESSO À INTERNET VIA RÁDIO – 50 (CINQUENTA) MEGAS,** para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento de Salto do Céu-MT; do tipo**MENOR PREÇO/ GLOBAL,** conforme discriminado no Termo de Referência **ANEXO I** deste Edital por um período de 12 meses.

RESULTADO DE JULGAMENTO

A Prefeitura Municipal de Salto do Céu-MT, através de sua Pregoeira torna público a todos os interessados, cidadãos ou licitantes, que participou do certame licitatório supramencionado a empresa

NEONET SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO MULTIMÍDIA LTDA CNPJ: 13. 739.410/0001-09 vencedoradeste certamecom proposta final e total no valor de R$ 18.000,00 (dezoito mil reais), sendo que o valor unitário está registrado no relatório final emitido pelo sistema, anexo ao procedimento.

Maiores informações com a CPL.

Salto do Céu – MT, 09 de Abril 2021.

LETÍCYA QUERB NERY DE ALMEIDA

- Pregoeira -

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
RESULTADO DE JULGAMENTO

RESULTADO DE JULGAMENTO

TOMADA DE PREÇO Nº 001/2021

OBJETO: Seleção de **MELHOR PROPOSTA** objetivando a contratação de empresa para Prestação de Serviços Especializados, sendo: **REFORMA E AMPLIAÇÃO DO BARRACÃO DE OBRAS MUNICIPA**L de Salto do Céu-MT, conforme anexos.

RESULTADO DE JULGAMENTO

A Prefeitura de Salto do Céu-MT, através de sua Pregoeira e Presidente da CPL, torna público a todos os interessados, cidadãos ou licitantes, que participou do certame licitatório supramencionado a empresa WP CONSTRUTORA EIRELI CNPJ: 12.648.863/0001-59 vencedora desta licitação por presentar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública Municipal com o valor total em R$ 187.180,77 (cento e oitenta e sete mil e cento e oitenta reais e setenta e sete centavos). Que destina o menor preço/global.

Maiores informações com a CPL.

Salto do Céu – MT, 09 de Abril de 2021.

LETÍCYA QUERB NERY DE ALMEIDA

Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 0207/2021

DE 12 DE ABRIL DE 2021.

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO (A PEDIDO) DO SERVIDOR DOUGLAS WELIGTON PICCIANI DO CARGO EFETIVO DE MOTORISTA ESCOLAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E:

Art. 1º. Exonerar (a pedido) o servidor **DOUGLAS WELIGTON PICCIANI**, portador do RG nº 9108309-4 SESP/PR e inscrito no CPF/MF sob o nº 045.055.199-70, do cargo efetivo de **MOTORISTA ESCOLAR.**

Art. 2º. A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as demais disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, 12 DE ABRIL DE 2021.

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se, Publique-se.

COMPRAS E LICITAÇÃO
PORTARIA Nº 212/2021 DE 12 DE ABRIL DE 2021.

PORTARIA Nº 212/2021

DE 12 DE ABRIL DE 2021.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO SERVIDOR PARA FISCALIZAÇÃO DOS CONTRATOS Nº 019 020 E 021/2021 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o servidor **MAURICIO DE OLIVEIRA RODRIGUES**, portador do RG nº 14037637 SSP/MT e inscrito no CPF/MF sob o nº 012.876. 961-04, como Fiscal dos Contratos:

ü CONTRATO Nº 19/2021. Pregão presencial 007/2020 - **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 020/2020**. Objeto: Aquisição **DE MATERIAIS ESPORTIVOS PARA ATENDER A DEMANDA DAS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SANTA RITA DO TRIVELATO - MT**. Empresa P. MOREIRA LIMA COMERCIO E SERVICOS EIRELE ME, inscrita no CNPJ nº 21.395.275/0001-41. Valor Global estimado em R$ 413.296,61. Vigência: 180 (cento e oitenta) dias. Assinatura: 15/02/2021

ü CONTRATO Nº 20/2021. Pregão presencial 007/2020 - **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 020/2020**. Objeto: Aquisição **DE MATERIAIS ESPORTIVOS PARA ATENDER A DEMANDA DAS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SANTA RITA DO TRIVELATO - MT**. Empresa **RM DOS REIS COMERCIAL – ME – CNPJ Nº. 33.947.168/0001-68**. Valor Global estimado em R$ 14.764,30. Vigência: 180 (cento e oitenta) dias. Assinatura: 15/02/2021

ü CONTRATO Nº 21/2021. Pregão presencial 007/2020 - **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 020/2020**. Objeto: Aquisição **DE MATERIAIS ESPORTIVOS PARA ATENDER A DEMANDA DAS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SANTA RITA DO TRIVELATO - MT**. Empresa **ARAGAO BRINQUEDOS E ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA**. Valor Global estimado em R$ 77.012,82. Vigência: 180 (cento e oitenta) dias. Assinatura: 15/02/2021

Art. 2º. *A presente Portaria retroage seus efeitos* a partir de 15 de Fevereiro de 2021.

Art. 3º - Revogam-se as demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 12 DE ABRIL DE 2021.

_____

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se e Publique-se

Na data supra

COMPRAS E LICITAÇÃO
PORTARIA Nº 0213/2021 DE 12 DE ABRIL DE 2021.

PORTARIA Nº 0213/2021

DE 12 DE ABRIL DE 2021.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO SERVIDOR PARA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO Nº 009/2021 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear os servidores **FRANCISCO JOSE CARNEIRO DA SILVA**, portador do CPF/MF sob o nº 791.355.361.87 como Fiscal do Contrato nº 009/2021, cujo objeto é: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE ÔNIBUS E/ OU MICRO-ÔNIBUS PARA USO NO TRANSPORTE ESCOLAR DO MUNICIPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO/MT.**

Art. 2º. *A presente Portaria retroage seus efeitos* a partir de 12 de Fevereiro de 2021.

Art. 3º - Revogam-se as demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 12 DE ABRIL DE 2021.

_____

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se e Publique-se

Na data supra

COMPRAS E LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO REF. PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/ 2021 – REGISTRO DE PREÇOS.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Ref. **PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2021 – REGISTRO DE PREÇOS.**

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA A MERENDA ESCOLAR DAS UNIDADES ESCOLARES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SANTA RITA DO TRIVELATO/MT

Tendo em vista o que consta dos autos deste processo, e diante do resultado apresentado pela Pregoeira Oficial, **HOMOLOGO** o presente certame, Pregão Presencial nº 014/2021, Registro de Preços, tipo menor preço por item, para que produza todos os efeitos legais previstos em lei.

Santa Rita do Trivelato - MT, 12 de Março de 2021.

EGON HOEPERS

Prefeito Municipal

COMPRAS E LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2021

AVISO DE RESULTADO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2021

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA A MERENDA ESCOLAR DAS UNIDADES ESCOLARES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SANTA RITA DO TRIVELATO/MT**

Comunicamos que conforme Edital publicado em meios eletrônicos, referente ao Pregão Presencial nº 014/2021, tipo menor preço por item, cuja abertura se deu em 30/03/2021, sagraram -se vencedores as empresa:

5235	19.375.147/0001-94	CASA DE CARNE SAO LUCAS LTDA - ME					
Itens							
Código	**Descrição**	**Marca**	**Und**	**Quantidade**	**Valor Unit**	**Valor toTotal**	
16209	CARNE BOVINA DE 2 SEM OSSO EM PEDACOS	FRIGOBOM	KILO	5.000,0000	24,9800	124.900,0000	
11055	CARNE BOVINA MOIDA RESFRIADA, DE 2 SEM OSSO E SEM APARAS	FRIGOBOM	KILO	3.000,0000	24,9800	74.940,0000	
12270	CARNE BOVINA RESFRIADO FIGADO TIPO DO CORTE ISCAS	FRIGOBOM	KILO	500,0000	12,0000	6.000,0000	
231871	CARNE DE FRANGO - COXA/SOBRECOXA	SADIA/PERDIGAO	KILO	6.000,0000	9,9900	59.940,0000	
14309	CARNE DE FRANGO CONGELADO	SADIA/PERDIGAO	KILO	2.000,0000	9,9900	19.980,0000	
233823	CARNE DE FRANGO CONGELADO - PEITO SEM OSSO	SADIA/PERDIGAO	KILO	2.000,0000	12,8300	25.660,0000	
19408	CARNE SUINA RESFRIADA (CARNE SUINA LOMBO, SEM OSSO, TIPO LOMBO RESFRIADA ASPECTO PROPRIO NAO AMOLECIDO E NEM PEGAJOSA)	FORTEZA	KILO	2.000,0000	16,0000	32.000,0000	
12278	LINGUICA TIPO TOSCANA	FORTEZA	KILO	1.000,0000	13,9700	13.970,0000	
					Total Fornecedor:	**357.390,00**	

5349	20.227.228/0001-26	SUPERMERCADO ARARA LTDA					
Itens							
Código	**Descrição**	**Marca**	**Und. Medida**	**Quantidade**	**Valor Unitário**	**Valor Total**	
14296	ABOBORA MADURA	D´ÉPOCA	KILO	300,0000	4,5000	1.350,0000	
3015	ABOBRINHA	D´ÉPOCA	KILO	400,0000	4,5000	1.800,0000	
5692	ACAFRAO	MIKA	UNIDADE	100,0000	2,4400	244,0000	
3013	ACELGA	D´ÉPOCA	KILO	400,0000	7,6000	3.040,0000	
3058	ACHOCOLATADO EM PO	MIKA/ NESCAU	UNIDADE	800,0000	7,1900	5.752,0000	
11035	ACHOCOLATADO EM PO INSTANTANEO DIET - EMBALAGEM DE 400G	GOLD	UNIDADE	100,0000	18,8900	1.889,0000	
1505	ACUCAR CRISTAL	ITAMARATI	UNIDADE	3.500,0000	6,3000	22.050,0000	
11038	ADOCANTE DIETETICO LIQUIDO - FRASCO 80 ML	ADOCYL	UNIDADE	10,0000	7,0000	70,0000	
11039	ALHO CABECA - KG	KI ALHO	KILO	500,0000	25,9000	12.950,0000	
12266	AMIDO DE MILHO	MIKA/500G	KILO	500,0000	5,5500	2.775,0000	
11702	ARROZ BRANCO	PILAO	PACOTE	3.000,0000	22,4900	67.470,0000	
3016	BANANA DA TERRA	D´ÉPOCA	KILO	500,0000	6,2000	3.100,0000	
9921	BANANA MACA	D´ÉPOCA	KILO	1.000,0000	7,9600	7.960,0000	
3504	BANANA NANICA	D´ÉPOCA	KILO	5.000,0000	6,2600	31.300,0000	
11046	BATATA INGLESA - KG	D´ÉPOCA	KILO	2.000,0000	5,9900	11.980,0000	
12267	BATATA DOCE	D´ÉPOCA	KILO	500,0000	5,2900	2.645,0000	
11047	BETERRABA - KG	D´ÉPOCA	KILO	700,0000	5,3500	3.745,0000	

11048	BISCOITO DOCE TIPO MAISENA - COM LEITE	FORTALEZA	PACOTE	4.000,0000	10,8000	43.200,0000	
229734	BISCOITO DOCE TIPO MAISENA - SEM LEITE	LIANE	UNIDADE	600,0000	5,4000	3.240,0000	
11049	BISCOITO SALGADO TIPO CREAN CRACKER - AGUA E SAL	FORTALEZA	PACOTE	3.000,0000	8,1000	24.300,0000	
229731	BISCOITO SALGADO TIPO CREAN CRACKER - SEM GLUTEN	LIANE	PACOTE	500,0000	5,4300	2.715,0000	
229732	BISCOITO SALGADO TIPO CREAN CRACKER - SEM LEITE	LIANE	PACOTE	500,0000	5,4300	2.715,0000	
229733	BISCOITO TIPO MARIA - SEM GLUTEN	LIANE	PACOTE	600,0000	5,4000	3.240,0000	
233822	CACAU EM PO SOLUVEL - 200GR	GAROTO	UNIDADE	1.000,0000	22,3900	22.390,0000	
12547	CANELA EM CASCA	MIKA	PACOTE	100,0000	2,4000	240,0000	
1503	CANELA EM PO	MIKA	PACOTE	50,0000	2,2900	114,5000	
11056	CEBOLA DE CABECA	D´ÉPOCA	KILO	600,0000	6,6500	3.990,0000	
1510	CENOURA	D´ÉPOCA	KILO	1.000,0000	5,3900	5.390,0000	
12254	CHA CAMOMILA - SACHE	LIN TEA	UNIDADE	50,0000	3,5400	177,0000	
12255	CHA ERVA DOCE - SACHE	LIN TEA	UNIDADE	100,0000	5,3900	539,0000	

21934	CHA MATE GRANEL 250G	LEAO	PACOTE	200,0000	9,8900	1.978,0000	
1507	CHUCHU	D´ÉPOCA	KILO	300,0000	5,6000	1.680,0000	
1979	COCO RALADO 100G	ZAELI	PACOTE	300,0000	7,2900	2.187,0000	
8289	COLORAU (COLORIFICO)	KITANO	UNIDADE	300,0000	7,6500	2.295,0000	
12548	CRAVO DA INDIA	ALCONDI	PACOTE	50,0000	2,8900	144,5000	
1501	ERVA DOCE 10G	MIKA	UNIDADE	100,0000	2,4900	249,0000	
233824	ERVAS FINAS	ALCONDI	PACOTE	50,0000	2,9200	146,0000	
17039	ESSENCIA DE BAUNILHA	CAMPILAR	UNIDADE	100,0000	4,2300	423,0000	
8068	EXTRATO DE TOMATE	QUERO	UNIDADE	1.100,0000	8,3900	9.229,0000	
11064	FARINHA DE MANDIOCA - PACOTE DE 1 KG.	ALCONDI	PACOTE	700,0000	9,3400	6.538,0000	
1544	FARINHA DE TRIGO	PILAO	UNIDADE	2.000,0000	3,9900	7.980,0000	
3036	FARINHA LACTEA FLOCOS 400G	NESTLE/ SA-CHE	UNIDADE	100,0000	8,0900	809,0000	
3344	FEIJAO	PILAO	KILO	2.500,0000	7,6400	19.100,0000	
229735	FEIJAO PRETO	PILAO	PACOTE	300,0000	8,4000	2.520,0000	
12275	FERMENTO BIOLOGICO	FLEISCHMANN	UNIDADE	400,0000	8,9900	3.596,0000	
12274	FERMENTO QUIMICO 100G	ROYAL	UNIDADE	1.000,0000	3,3500	3.350,0000	
17040	FILE DE PEIXE	BATAVO	KILO	2.000,0000	56,9000	113.800,0000	
231872	FORMULA INFANTIL DE SEGUIMENTO DE 6 A 24 MESES - LATA 400GR	NESTLE	UNIDADE	1.500,0000	27,9000	41.850,0000	
11070	FUBA MIMOSO DE MILHO	MIKA 500G	PACOTE	700,0000	3,1900	2.233,0000	
21829	GOIABADA	VAL	UNIDADE	200,0000	8,4500	1.690,0000	

1511	LARANJA	D´ÉPOCA	KILO	2.500,0000	4,5500	11.375,0000
11075	LEITE - EMBALAGEM TETRAPACK 1 LITRO	LACBOM	LITRO	11.500,0000	5,6800	65.320,0000
21885	LEITE DE SOJA - extrato de soja(leite de soja)-alimento soja enriquecido com vitaminas,embalagem longa vida com 1,00L(1litro) livre de lactose e colesterol.Ingredientes Basicos:Extrato de soja,Agua,açucar,sal,vitaminas A,C,E,B2,B12.	NATURIS	UNIDADE	500,0000	7,9400	3.970,0000
229736	LEITE ZERO LACTOSE - UHT 1 LITRO	LACBOM/PIRACANJUBA	UNIDADE	5.000,0000	6,9900	34.950,0000
233825	LOURO	ALCONDI	PACOTE	100,0000	1,8900	189,0000
1536	MACA NACIONAL	D´ÉPOCA	KILO	3.000,0000	10,2700	30.810,0000
229737	MACARRAO DE ARROZ - TIPO ESPAGUTE	GALO	UNIDADE	200,0000	4,5000	900,0000
229738	MACARRAO DE ARROZ - TIPO PARAFUSO	GALO	UNIDADE	200,0000	4,4500	890,0000
233832	MACARRAO ESPAGUETE SEM FURO 1KG NR 8	GALO	PACOTE	2.000,0000	4,8000	9.600,0000
8101	MACARRAO PICADO PARA SOPA TIPO PADRE NOSSO, AVE MARIA OU PARAFUSO	PAULISTA	PACOTE	1.500,0000	3,9900	5.985,0000
3037	MAMAO FORMOSA	D´ÉPOCA	KILO	750,0000	5,4800	4.110,0000
12280	MANDIOCA TIPO BRANCA OU AMARELA	CASCATINHA	KILO	1.000,0000	6,4900	6.490,0000
233280	MANTEIGA	CASTERLEITE	UNIDADE	1.000,0000	11,3900	11.390,0000
12240	MARGARINA	DELICIA	KILO	1.000,0000	11,0000	11.000,0000
12260	MELANCIA	D´ÉPOCA	KILO	10.000,0000	2,6500	26.500,0000
12281	MELAO	D´ÉPOCA	KILO	600,0000	7,2900	4.374,0000
12282	MEXERICA	D´ÉPOCA	KILO	1.000,0000	7,6600	7.660,0000
12283	MILHO PARA CANJICA 500G	MIKA	PACOTE	200,0000	3,4300	686,0000
229739	MUCILON	NESTLE	UNIDADE	100,0000	6,8900	689,0000
9998	NOS MOSCADA	ALCONDI	PACOTE	50,0000	2,4000	120,0000
1570	OLEO DE SOJA	SOYA	UNIDADE	3.000,0000	9,3200	27.960,0000
12549	OREGANO	MIKA	UNIDADE	100,0000	2,3900	239,0000
1522	OVO DE GALINHA	D´ÉPOCA	DUZIA	5.000,0000	8,6500	43.250,0000
12286	PEPINO	D´ÉPOCA	KILO	500,0000	5,2000	2.600,0000
3039	PERA	D´ÉPOCA	KILO	700,0000	12,3500	8.645,0000
2206	PIMENTAO	D´ÉPOCA	KILO	200,0000	8,0900	1.618,0000
12287	PO PARA PREPARO DE GELATINA	BRETZKE	UNIDADE	500,0000	1,4900	745,0000
14312	POLPA DE FRUTA - ABACAXI	YASAI	UNIDADE	7.000,0000	2,2400	15.680,0000
14313	POLPA DE FRUTA - ACEROLA	YASAI	UNIDADE	7.000,0000	2,2400	15.680,0000
5130	POLPA DE FRUTA - CAJU	YASAI	UNIDADE	7.000,0000	2,2400	15.680,0000
12290	POLPA DE FRUTA - MARACUJA	YASAI	UNIDADE	8.000,0000	3,8900	31.120,0000
12291	POLPA DE FRUTA - MORANGO	YASAI	UNIDADE	3.000,0000	2,4900	7.470,0000
10003	POLPA DE FRUTA - UVA	YASAI	UNIDADE	6.000,0000	2,9400	17.640,0000

14315	POLVILHO AZEDO	ALCONDI/ ZAELI	PACOTE	2.000,0000	5,9000	11.800,0000
1977	POLVILHO DOCE	ALCONDI/ ZAELI	PACOTE	500,0000	5,9000	2.950,0000
234913	QUEIJO MUSSARELA	CASTERLEITE	KILO	200,0000	39,9000	7.980,0000
233829	QUEIJO MUSSARELA EM BARRA	CASTERLEITE	KILO	500,0000	37,9000	18.950,0000
11096	REPOLHO VERDE - KG	D´ÉPOCA	KILO	2.000,0000	4,9400	9.880,0000
1502	SAL	MARLIN	UNIDADE	700,0000	2,0500	1.435,0000
1543	SALSICHA TIPO HOT DOG	PERDIGÃO/ REZENDE	KILO	500,0000	12,8900	6.445,0000
11102	TOMATE	D´ÉPOCA	KILO	2.500,0000	6,5500	16.375,0000
12294	UVA RUBI	D´ÉPOCA	KILO	800,0000	19,8900	15.912,0000
233830	VINAGRE DE MACA	CASTELO	UNIDADE	500,0000	6,0400	3.020,0000
				Total Fornecedor:		**1.034.250,00**

6155 **27.689.492/0001-20** **FRANCIELLE DA SILVA SIMPLICIO DE MELO - ME**

Itens

Código	Descrição	Marca	Und. Medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
12284	PAO BISNAGUINHA		KILO	2.500,0000	16,8000	42.000,0000
12262	PAO DE HOT DOG		KILO	500,0000	14,9000	7.450,0000
12263	PAO FRANCES		KILO	6.000,0000	12,4000	74.400,0000
				Total Fornecedor:		**123.850,00**
				Total Geral:		**1.515.490,00**

Publique-se e afixe-se.

Santa Rita do Trivelato – MT, 30 de março de 2021.

DIENIFFER MOURA DA SILVA

Pregoeira Oficial

Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato - MT

RECURSOS HUMANOS
PROCESSO SELETIVO Nº 02/2020

CONVOCAÇÃO E POSSE

EDITAL 09/2021 DO PROCESSO SELETIVO 02/2020

O Sr. **Egon Hoepers**, prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, **CONVOCA** o candidato abaixo, aprovado no **PROCESSO SELETIVO Nº. 002/2020**, realizado no dia 17/01/2021 para comparecer no prazo de 02 (dois) dias após a publicação deste edital na Sede da Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato/MT, para apresentar **cópias** dos documentos de habilitação abaixo relacionados para tomar posse no cargo em que foi classificado.

a) Exame Admissional.

b) Cópia da certidão de nascimento dos filhos.

c) Comprovante de escolaridade.

d) Certidão negativa de antecedente criminal.

e) Copia do CPF e RG.

f) Titulo de eleitor e ultimo comprovante de votação.

g) Certidão de nascimento ou casamento.

h) PIS/PASEP.

i) Carteira de trabalho.

j) Comprovante de residência.

k) Cópia do CPF dos dependentes.

l) Documento Militar (sexo masculino).

AGENTE DE VIGTILÂNCIA EDUCACIONAL – ZELADOR DE PATRIMÔNIO	CLAS
ALVINO PEREIRA NETO	2º

Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Santa Rita do Trivelato, Estado do Mato Grosso, em 12 de Abril de 2021.

_____

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 011/2021 - 012/2021 E 013/2021

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 011/2021

DETENTOR: MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO – MT; DETENTORA: **CASA DE CARNE SÃO LUCAS, inscrita no CNPJ sob nº. 19.375.147/0001-94**; VIGÊNCIA: 12/04/2021 ATÉ 12/04/2022; VALOR ESTIMADO **R$ 357.390,00;** OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA A MERENDA ESCOLAR DAS UNIDADES ESCOLARES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SANTA RITA DO TRIVELATO/ MT,** resultado do PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2021 para REGISTRO DE PREÇOS.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 012/2021

DETENTOR: MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO – MT; DETENTORA: SUPERMERCADO ARARA EIRELI - EPP, CNPJ: 20.227.228/0001-26; VIGÊNCIA: 12/04/2021 ATÉ 12/04/2022; VALOR ESTIMADO **R$ 1.034.250,00;** OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA A MERENDA ESCOLAR DAS UNIDADES ESCOLARES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SANTA RITA DO TRIVELATO/MT,** resultado do PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2021 para REGISTRO DE PREÇOS.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 013/2021

DETENTOR: MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO – MT; DETENTORA: **FRANCIELLE DA SILVA SIMPLICIO DE MELO - ME, inscrita no CNPJ sob nº.27.689.492/0001-20**; VIGÊNCIA: 12/04/2021 ATÉ 12/04/2022; VALOR ESTIMADO **R$ 123.850,00;** OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA A MERENDA ESCOLAR DAS UNIDADES ESCOLARES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SANTA RITA DO TRIVELATO/MT,** resultado do PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2021 para REGISTRO DE PREÇOS.

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 0205/2021 DE 12 DE ABRIL DE 2021.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS SERVIDORES PARA FISCALIZAÇÃO DO TERMO DE FOMENTO Nº 001/2021 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o servidor **FABIO KUNZ DA SILVA**, inscrito no CPF nº 044.607.441-12 (titular) e **LÉA FERREIRA DA SILVA HUNGER**, inscrita no CPF/MF sob o nº 837.404.491-87 (suplente), ambos para **FISCALIZAÇÃO DO TERMO DE FOMENTO Nº 001/2021 –** cujo objeto é: a colaboração do MUNICÍPIO, por meio de repasse de recurso financeiro, na execução do plano de ação das atividades assistenciais a idosos, conforme plano de ação apresentado pela Entidade Beneficiária.

Art. 2º. Esta portaria***entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retrativos em 9 de Abril de 2021***.

Art. 3º - Revogam-se as demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 12 DE ABRIL DE 2021.

_____

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se e Publique-se

Na data supra

COMPRAS E LICITAÇÃO
AVISO DE ADESÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - 072/2020, ORIUNDA DO PREGÃO PRESENCIAL 019/2020

AVISO DE ADESÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO - MT, torna público para conhecimento dos interessados, que aderiu a Ata de Registro de Preços 072/2020, oriunda do Pregão Presencial 019/2020, da Prefeitura Municipal de Torixoreu - MT, através do **PROCESSO ADMINISTRATIVO DE ADESÃO Nº 005/2020,** paraCONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE SOLUÇÕES INTEGRADAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO PARA AS SEGUINTES ÁREAS: PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO, CONTABILIDADE PÚBLICA E TESOURARIA, RECURSOS HUMANOS E FOLHA DE PAGAMENTO, COMPRAS, LICITAÇÃO, PATRIMÔNIO, FROTAS, ALMOXARIFADO, ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO, PORTAL DA TRANSPARÊNCIA, PORTAL DO CONTRIBUINTE; AGUA E SANEAMENTO E PROVIMENTO DE DATA CENTER, no valor global de R$ 135.600,00 (cento e trinta e cinco mil e seiscentos reais).

EMPRESA DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**:**

ÁGILI SOFTWARE BRASIL LTDA - CNPJ: 26.804.377/0001-97

Rua Waldir Landgraf, n° 200, Bairro Lindóia.

CEP: 86.031-218. Londrina – PR.

ITENS E VALORES ADERIDOS:

	LICENÇA DE USO, SUPORTE TÉCNICO E ATUALIZAÇÃO LEGAL E CORRETIVA PARA A PREFEITURA					
Item	**Cód.**	**Descrição**	**Unid.**	**Qtde.**	**Valor Unit.**	**Valor Total**
1	76184	Mód. Planejamento e Orçamento Web	Mês	12	950,00	11.400,00
2	76185	Mód. Contabilidade e Tesouraria	Mês	12	1.600,00	19.200,00
4	76187	Mód. RH e Folha de Pagamento	Mês	12	1.900,00	22.800,00
7	76190	Mód. Almoxarifado	Mês	12	350,00	4.200,00
8	76191	Mód. Compras e Licitação Web	Mês	12	1.300,00	15.600,00
9	76192	Mód. Frotas	Mês	12	350,00	4.200,00
11	76194	Mód. Patrimônio	Mês	12	600,00	7.200,00
13	76196	Mód. Arrecadação Web	Mês	12	1.700,00	20.400,00
14	76197	Mód. Portal do Contribuinte	Mês	12	300,00	3.600,00
16	76199	Mód. Portal da Transparência	Mês	12	720,00	8.640,00
17	76200	Mód. Água e Saneamento	Mês	12	830,00	9.960,00
19	76202	Mód. Provimento de Data Center	Mês	12	700,00	8.400,00
TOTAL LICENCIAMENTO					**11.300,00**	**135.600,00**

Santa Rita do Trivelato – MT, 12 de abril de 2021.

EGON HOEPERS

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 0206/2021 DE 12 DE ABRIL DE 2021.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO SERVIDOR PARA FISCALIZAÇÃO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 051 A 054/2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o servidor ERYLSON AKERLEY MARQUES, inscrito no CPF/MF sob o nº 012.848.251-67, para fiscalização das Atas de Registro de Preços:

ü **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 051/2020 -** PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2020 – REGISTRO DE PREÇOS - OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO EM GERAL, CONSIDERANDO O MAIOR DESCONTO SOBRE A TABELA DE PREÇOS SINAPI** - empresa **ZBN MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO E FERRAGENS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº. 08.181.522/0001-49;

ü **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 052/2020 -** PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2020 – REGISTRO DE PREÇOS - OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO EM GERAL, CONSIDERANDO O MAIOR DESCONTO SOBRE A TABELA DE PREÇOS SINAPI - MUDAR COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO FERRAMENTAS E EPI'S LTDA - EPP**, inscrita no CNPJ sob o n.º14.888.303/0001-05;

ü **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 053/2020 -** PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2020 – REGISTRO DE PREÇOS - OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO EM GERAL, CONSIDERANDO O MAIOR DESCONTO SOBRE A TABELA DE PREÇOS SINAPI -** empresa **IVAN GUIA LEMOS DA SILVA & CIA**, inscrita no CNPJ sob nº. 12.995.729/0001-24;

ü **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 054/2020 -** PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2020 – REGISTRO DE PREÇOS - OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO EM GERAL, CONSIDERANDO O MAIOR DESCONTO SOBRE A TABELA DE PREÇOS SINAPI -** empresa **MARISTELA S.B MENDONÇA EIRELI, inscrita no CNPJ sob nº. 33440338/0001-13.**

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se as demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 12 DE ABRIL DE 2021.

_____

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se e Publique-se

Na data supra

COMPRAS E LICITAÇÃO
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 017/2019

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 017/2019, REFERENTE SERVIÇOS DE AVALIAÇÃO MÉDICA PERICIAL, QUE ENTRE SÍ CELEBRAM O MUNICIPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO - MT E A EMPRESA REJANE COSTA FIGUEIREDO DE SOUZA – EPP.

O **MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda – CNPJ sob o Nº 04.205.596/0001-17 com sede na Av. Flávio Luiz, 2201, Centro, SANTA RITA DO TRIVELATO – MT, neste ato representado pelo seu Prefeito Sr. **EGON HOEPERS**, no exercício de seu mandato, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e, de outro lado, a empresa **REJANE COSTA FIGUEIREDO DE SOUZA - EPP,** inscrita no CNPJ sob nº 20.246.483/0001-16, situada na Avenida Canários, 751w, lote 16; Qd 32 – sala 09, centro, cidade de Nova Mutum – CEP.: 78450-000, representada por **REJANE COSTA FIGUEIREDO DE SOUZA,** brasileira, portadora da CNH nº. 02338221670 e CPF nº. 082. 075.877-92, residente e domiciliado na cidade de Nova Mutum – MT**,** doravante denominada **CONTRATADA,** tendo em vista os termos do contrato original nº 017/2019, ajustam e acordam celebrar o presente Termo Aditivo, nos termos da Lei Federal n° 8.666/93, com suas posteriores alterações, e demais dispositivos legais aplicáveis, mediante as clausulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1. O presente Termo tem por objeto a prorrogação da vigência contratual, prevista na Cláusula Segunda, do Contrato nº 017/2019, que passa a ter a seguinte redação:

CLÁUSULA SEGUDA – DO PRAZO

2.1. Fica prorrogada a vigência do Contrato nº 017/2019, contada a partir da assinatura deste Aditivo e seu término previsto para o dia **31 de dezembro de 2021**.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO AMPARO LEGAL:

2.1. O presente Termo Aditivo está amparado pelo artigo 57, inciso II, da Lei Federal n° 8.666/93, bem como no Item 2.1, parte final, do Contrato originário.

CLÁUSULA TERCEIRA – DISPOSIÇÕES FINAIS:

3.1. Ficam inalteradas as demais cláusulas contratuais estabelecidas no contrato inicial, celebrado entre as partes em data de 02/04/2019.

E, para constar, foi lavrado o presente instrumento, que, depois de lido e achado conforme, vai pelos contratantes assinado, na presença de duas testemunhas, em duas vias de igual teor e efeito, de onde serão extraídas as cópias necessárias.

Santa Rita do Trivelato - MT, 01 de abril de 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO

EGON HOEPERS

Prefeito Municipal

REJANE COSTA FIGUEIREDO DE SOUZA – EPP

CNPJ sob nº 20.246.483/0001-16

EMPRESA CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

_____ _____

Nome: Nome:

CPF: **CPF:**

COMPRAS E LICITAÇÃO
PORTARIA Nº 208/2021 DE 12 DE ABRIL DE 2021.

PORTARIA Nº 208/2021

DE 12 DE ABRIL DE 2021.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DAS SERVIDORAS PARA FISCALIZAÇÃO DAS CONTRATOS Nº 010, 011 e 012/2021 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear a servidora **DANIELE CRISTINA DA SILVA EMER**, inscrita no CPF/MF sob o nº 026.554.101-8 (titula) e **VANDERLEIA PEREIRA DA CRUZ SILVA**, inscrita no CPF nº 000.164.601-03 (suplente) ambas **para Fiscalização dos contratos descritos abaixo:**

ü CONTRATO Nº 10/2021. Pregão presencial 002/2020. Objeto: Aquisição **AQUISIÇÃO DE MOBILIRIOS**. Empresa **STILUS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITORIO LTDA EPP, inscrita no CNPJ sob nº. 05. 870.717/0001-08**. Valor Global estimado em R$ 106.362,00. Vigência: 90 (noventa) dias. Assinatura: 15/02/2021.

ü CONTRATO Nº 11/2021. Pregão presencial 002/2020. Objeto: Aquisição **AQUISIÇÃO DE MOBILIRIOS**. Empresa **SUBLYME DISTRIBUIDORA DE MÓVEIS EIRELI, inscrita no CNPJ sob nº. 22.579.608/0001-55**. Valor Global estimado em R$ 499.436,00. Vigência: 90 (noventa) dias. Assinatura: 15/02/2021.

ü CONTRATO Nº 12/2021. Pregão presencial 002/2020. Objeto: Aquisição **AQUISIÇÃO DE MOBILIRIOS**. Empresa **LF COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA E REPRESENTAÇÕES LTDA - ME**., inscrita no CNPJ sob nº. 22.328.534/0001-84. Valor Global estimado em R$ 148.604,00. Vigência: 90 (noventa) dias. Assinatura: 15/02/2021.

Art. 2º. *A presente Portaria retroage seus efeitos* a partir de 15 de Fevereiro de 2021.

Art. 3º - Revogam-se as demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 12 DE ABRIL DE 2021.

_____

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se e Publique-se

Na data supra

COMPRAS E LICITAÇÃO
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 019/2019

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 019/2019 REFERENTE LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL, COM FINALIDADE DE INSTALAÇÃO DA SEDE "CASA LAR", QUE ENTRE SÍ CELEBRAM O MUNICIPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO - MT E BENEDITO RIBEIRO DA SILVA.

O **MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda – CNPJ sob nº 04.205.596/0001-17, com sede na Av. Flávio Luiz, nº 2201, Centro, Santa Rita do Trivelato – MT, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. **EGON HOEPERS**, doravante denominado simplesmente LOCATÁRIO, e, de outro lado, o Sr. **BENEDITO RIBEIRO DA SILVA,** brasileiro, maior, portador do RG n°. 16519361 SSP/MT e do CPF nº. 004.560.411-84, residente e domiciliado na Fazenda Mae Madalena, Zona Rural, do Município de Santa Rita do Trivelato/MT, denominado simplesmente LOCADOR, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo de prorrogação de prazo ao **Contrato 019/2019,** que será regido pela Lei nº 8.666/93, e suas respectivas alterações, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

O presente Termo Aditivo tem por objetivo prorrogar o prazo e aditar o valor da locação, conforme Cláusulas Segunda e Terceira, respectivamente, do contrato nº 019/2019, que passam a ter as seguintes redações:

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO

2.1. A vigência do presente contrato fica prorrogada em mais 12 (doze) meses, passando a vigorar até **10 de abril de 2022**, podendo ser prorrogado por igual período caso haja interesse entre as partes.

CLÁUSULA TERCEIRA – **DO VALOR:**

3.1. O valor global do presente aditivo será de **R$ 12.000,00 (doze mil reais),** pago em 12 (doze) parcelas mensais no valor de **R$ 1.000,00 (um mil reais)** cada, na forma inicialmente avençada.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

As despesas decorrentes deste Termo Aditivo correrão à conta da Dotação Orçamentária abaixo especificada e consignada na peça orçamentária do exercício de 2021, e as despesas que incidirem apenas no ano serão empenhadas em dotação própria e específica do exercício 2022.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO AMPARO LEGAL:

O presente Termo Aditivo está amparado pela Lei Federal n 8.666/93, bem como na Lei Federal nº 8.245/91, no que diz respeito a vigência.

CLÁUSULA QUARTA – DISPOSIÇÕES FINAIS:

Ficam inalteradas as demais cláusulas contratuais estabelecidas no contrato inicial, celebrado entre as partes.

E, por estarem devidamente acordados, declaram as partes aceitar as disposições estabelecidas neste Instrumento, sujeitando-se às normas contidas na Lei nº 8.666/93 e assinam o presente em 02 (duas) vias de igual valor e teor, e para todos os efeitos legais, na presença de 02 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Santa Rita do Trivelato – MT, 09 de abril de 2021.

EGON HOEPERS

Prefeito Municipal

BENEDITO RIBEIRO DA SILVA

Locador

Testemunhas:

1._____ 2. _____

Nome: NOME:

CPF nº: CPF nº:

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 0204/2021

12 DE ABRIL DE 2021.

SUMULA: "NOMEIA SERVIDORA PARA O CARGO PÚBLICO EFETIVO DO QUADRO DE PESSOAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO-MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais considerando os resultados do Concurso Público realizado por esta Municipalidade no dia 03 de Fevereiro de 2019, cujo resultado foi homologado pelo Decreto 017/2019;

Considerando que **IRACEMA ARAUJO DE ALMEIDA**foi aprovado (a) e classificado (a) dentro do número de vagas disponibilizadas no referido Concurso, para o cargo de **RECEPCIONISTA - SEDE;**

Considerando, finalmente, que o (a) candidato (a) preenche os requisitos legais constante na Lei Municipal nº 64/2015.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica nomeada **IRACEMA ARAUJO DE ALMEIDA**, brasileiro (a), inscrito (a) no RG nº 2233935-3 SSP/MT e no CPF/MF sob o nº 041.885. 121-21, para ocupar o cargo Efetivo de **RECEPCIONISTA - SEDE**, inte-

grante do Quadro de Pessoal do Município de Santa Rita do Trivelato/MT pelo Concurso Público de nº 01/2018.

Art. 2º. O (A) servidor (a) ora nomeado (a) fica submetido (a) ao Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Santa Rita do Trivelato, instituído pela Lei Municipal nº 64/2015, bem assim ás demais disposições legais pertinentes.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Santa Rita do Trivelato – MT, 12 de Abril de 2021.

EGON HOEPERS

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

COMPRAS E LICITAÇÃO
PORTARIA Nº 0209/2021 DE 12 DE ABRIL DE 2021.

PORTARIA Nº 0209/2021

DE 12 DE ABRIL DE 2021.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO SERVIDOR PARA FISCALIZAÇÃO DOS CONTRATOS Nº 13 14 E 15/2021 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear os servidores **MARIONEI ABRÃO NETO MARTINS**portador do RG nº 17290740 SSP/MT e inscrito no CPF/MF sob o nº 017.864. 931.79, para **FISCALIZAÇÃO DOS CONTRATOS**

ü CONTRATO Nº 13/2021. Pregão presencial 003/2020. Objeto: Aquisição **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO PESSOAL – EPI**. Empresa **ZBN MATERIAIS PARA COSNTRUÇÃO E FERRAGENS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº. 08.181.522/0001-49. Valor Global estimado em R$ 29.580,00. Vigência: 90 (noventa) dias. Assinatura: 15/02/2021.

ü CONTRATO Nº 14/2021. Pregão presencial 003/2020. Objeto: Aquisição **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO PESSOAL – EPI**. Empresa **MUDAR COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO FERRAMENTAS E EPI'S LTDA - EPP**, inscrita no CNPJ sob o n.º.14.888.303/ 0001-05. Valor Global estimado em R$ 26.589,00. Vigência: 90 (noventa) dias. Assinatura: 15/02/2021.

ü CONTRATO Nº 15/2021. Pregão presencial 003/2020. Objeto: Aquisição **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO PESSOAL – EPI**. Empresa **IMPACTO IND. E COM.DE CONFECÇÕES LTDA - ME**, inscrita no CNPJ sob o n.º.08.952.092/0001-11. Valor Global estimado em R$ 40. 065,82. Vigência: 90 (noventa) dias. Assinatura: 15/02/2021.

Art. 2º. Esta portaria *entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 15/02/2021*

Art. 3º - Revogam-se as demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 12 DE ABRIL DE 2021.

_____

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se e Publique-se

Na data supra

COMPRAS E LICITAÇÃO
PORTARIA Nº 0210/2021 DE 12 DE ABRIL DE 2021.

PORTARIA Nº 0210/2021

DE 12 DE ABRIL DE 2021.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DAS SERVIDORAS PARA FISCALIZAÇÃO DOS CONTRATOS Nº 16/2021 E 17/2021 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear as servidoras **VANDERLEIA PEREIRA DA CRUZ SILVA** inscrita no CPF nº 000.164.601-03 e **RAFAELLA LAYNARA MARTINS SILVA** inscrita no CPF nº 050.050.041-06, para Fiscalização dos contratos:

CONTRATO Nº 16/2021. Pregão presencial 004/2020. Objeto: Aquisição **CONFECÇÃO DE IMPRESSOS E FORMULÁRIOS GRÁFICOS PARA USO DAS SECRETARIAS**. Empresa **4 D DESIGNER GRÁFICA E EDITORA LTDA -ME inscrita no CNPJ sob nº13.278.238/0001-25**. Valor Global estimado em R$ 181.341,22. Vigência: 90 (noventa) dias. Assinatura: 15/02/2021

CONTRATO Nº 17/2021. Pregão presencial 004/2020. Objeto: Aquisição **CONFECÇÃO DE IMPRESSOS E FORMULÁRIOS GRÁFICOS PARA USO DAS SECRETARIAS**. Empresa **A F GRAFICA EIRELI - ME, inscrita no CNPJ sob nº 30.657.865/0001-96**. Valor Global estimado em R$ 90. 859,86. Vigência: 90 (noventa) dias. Assinatura: 15/02/2021

Art. 2º. *A presente Portaria retroage seus efeitos* a partir de 15 de Fevereiro de 2021.

Art. 3º - Revogam-se as demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 12 DE ABRIL DE 2021.

_____

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se e Publique-se

Na data supra

COMPRAS E LICITAÇÃO
PORTARIA Nº 211/2021 DE 12 DE ABRIL DE 2021.

PORTARIA Nº 211/2021

DE 12 DE ABRIL DE 2021.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SERVIDORA PARA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO Nº 018/2021 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear a servidora **JOYCE SUAELY AFONSO BARBOSA**, portadora do RG nº 1370701-9 SSP/MT e inscrita no CPF/MF sob o nº 973. 994.771-91, como Fiscal do CONTRATO Nº 18/2021. Pregão presencial 005/2020. Objeto: Aquisição **SERVIÇOS DE BUFFET, DECORAÇÃO DE EVENTOS COMO SEMINÁRIOS, PALESTRAS, LANÇAMENTO DE OBRAS, FESTIVAIS E FEIRAS** . Empresa **FRANCIELLE DA SILVA SIMPLICIO DE MELO**, inscrita no CNPJ sob o n.º.27.689.492/0001-29. Valor Global estimado em R$ 73.687,90. Vigência: 90 (noventa) dias. Assinatura: 15/02/2021

Art. 2º. *A presente Portaria retroage seus efeitos* a partir de 15 de Fevereiro de 2021.

Art. 3º - Revogam-se as demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 12 DE ABRIL DE 2021.

_____

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se e Publique-se

Na data supra

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA

LICITAÇÃO E COMPRAS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 18/2021

EXTRATO DO CONTRATO Nº 18/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA-MT

CNPJ Nº 15.031.669/0001-18

CONTRATADA: ALMEIDA FILHO E CHAVES MARTINS LTDA-ME.

CNPJ: sob o nº: 27.331.614/0001-02

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ÓLEOS LUBIFICANTES, GRAXAS, FLUIDOS,) PARA AS SECRETARIAS EM GERAL.

VIGÊNCIA: 12/04/2021 a 12/04/2022

Valor Total: **R$ 78.385,00 (setenta e oito mil e trezentos e oitenta e cinco reais)**

Santa Terezinha – MT, 12 de abril de 2021.

THIAGO CASTELLAN RIBEIRO

Prefeito Municipal-Contratante.

LICITAÇÃO E COMPRAS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 16/2021

EXTRATO DO CONTRATO Nº 16/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA-MT

CNPJ Nº 15.031.669/0001-18

CONTRATADA: E. C. ZOCANTE & CIA LTDA

CNPJ: sob o nº: 10.525.132/0001-90

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de Assessoria, Consultoria e Softwares de Gestão Educacional com tecnologia ON/OFF line para utilização da Secretaria Municipal de Educação e Cultura e Unidades Escolares, para o exercício de 2021.

VIGÊNCIA: 08/04/2021 a 08/09/2021

Valor Total: **R$** 16.665,00 (dezesseis mil e seiscentos e sessenta e cinco reais).

Santa Terezinha – MT, 08 de abril de 2021.

THIAGO CASTELLAN RIBEIRO

Prefeito Municipal-Contratante.

LICITAÇÃO E COMPRAS
RESULTADO DE JULGAMENTO PROCESSO N. 10/2021 PREGÃO PRESENCIAL – EDITAL N.º 10/2021

O MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA Estado de Mato Grosso, por intermédio de seu Pregoeiro Sr ADMILSON DOS SANTOS GOMES designado pela Portaria nº 017/GP/2021 de 04/01/2021, torna público o resultado final do processo supra citado, cujo objeto é: **Objeto é a AQUISIÇÃO VEÍCULO TIPO PICK-UP, PATRULHAS MECANIZADAS, EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS E VEÍCULO TIPO PICK-UP ADAPTADO PARA AMBULÂNCIA.** O Pregoeiro decide declarar vencedora do certame a proponente **REAVEL VEICULOS EIRELE, inscrita CNPJ: 30.260.538/0001-04;** com os itens 01,02,03.com valor total dos itens de **R$ 473.703,00 (quatrocentos e setenta e três mil setecentos e três reais)** para o item 04 declarado deserto, Não havendo interposição de recurso, os objetos da licitação será adjudicados aos classificados conforme acima mencionado. Santa Terezinha – MT, 12 de abril de 2021.ADMILSON S. GOMES -Pregoeiro

LICITAÇÃO E COMPRAS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 17/2021

EXTRATO DO CONTRATO Nº 17/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA-MT

CNPJ Nº 15.031.669/0001-18

CONTRATADA: POSTO TIGRÃO LTDA.

CNPJ: sob o nº: **03.623.054/0001-00**

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE COMBUSTIVEIS (OLEO DIESEL COMUM, OLEO DIESEL S 10, GASOLINA COMUM E ALCOOL COMUM, ÓLEOS LUBIFICANTES, GRAXAS, FLUIDOS, GÁS DE COZINHA.), PARA AS SECRETARIAS EM GERAL.

VIGÊNCIA: 12/04/2021 a 12/04/2022

Valor Total: **R$ 1.659.926,00 (um milhão seiscentos e cinquenta e nove mil e novecentos e vinte oito reais)**

Santa Terezinha – MT, 12 de abril de 2021.

THIAGO CASTELLAN RIBEIRO

Prefeito Municipal-Contratante.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO MUNICIPAL Nº 013 DE 08 DE ABRIL DE 2021

"DECRETA LUTO OFICIAL E PONTO FACULTATIVO NO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Senhor LUÍS FERNANDO FERREIRA FALCÃO, Prefeito Municipal de Santo Afonso, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas atribuições legais, observando as disposições contidas nas Constituições Federal e Estadual, e nos artigos 69, VI, 95, I, *i*, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando, o falecimento do Senhor **Fidelcino Mendes de Brito**, Ex Vereador deste Município;

DECRETA:

Art. 1º Fica decretado luto oficial e ponto facultativo nos **Órgãos da Administração Pública Municipal,** no dia 08 de Abril de 2021, a partir das 13h:00m, pelo falecimento do cidadão Senhor Fidelcino Mendes de Brito, Ex Vereador deste Município.

Art. 2º Os órgãos públicos estarão fechados e não haverá expediente de atendimento ao público, exceto nos casos excepcionais.

.

Art. 3º Serão mantidos os serviços essenciais e ininterruptos, na Secretaria Municipal de Saúde.

Parágrafo Único. Na Secretaria Municipal da Saúde serão mantidos os atendimentos rotineiros normalmente.

Art. 4º Todos os servidores públicos municipais, efetivos, comissionados e contratados, voltarão às suas atividades normais no dia 09 de Abril de 2021, e não sofrerão prejuízos quer quanto às suas remunerações

Art. 5º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE.

Prefeitura Municipal de Santo Afonso – MT, aos 08 dias do Mês de Abril de 2021.

LUIS FERNANDO FERREIRA FALCÃO

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER

EXTRATO DE CONTRATO DO SEXTO TERMO ADITIVO Nº 037/2018

EXTRATO DE CONTRATO DO SEXTO TERMO ADITIVO Nº 037/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DE LEVERGER, POR MEIO DO PREFEITO MUNICIPAL SENHOR VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO, TORNA-SE PÚBLICO **O EXTRATO DOSEXTO ADITIVO DOCONTRATO N° 037/2018** PARA O SEGUINTE OBJETO:

O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM COMO OBJETO A PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA DO CONTRATO FIRMADO ENTRE AS PARTES, COM PRORROGAÇÃO ATE 30/06/2021.

CONTRATANTE: **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DE LEVERGER-MT,** inscrito no CNPJ nº 03.507.555/0001-12.

CONTRATADA:**MAR SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA - ME**, inscrita no CNPJ:07.670.182/0001-57.

DATA DE ASSINATURA: 31/03/2021.

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 30/06/2021

.

Santo Antônio do Leverger –MT,31 de Março de 2021.

Francieli Magalhães de Arruda

PREFEITA MUNICIPAL.

EXTRATO SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 016/2019

EXTRATO SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 016/2019

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DE LEVERGER, POR MEIO DA PREFEITA MUNICIPAL SENHORA FRANCIELI MAGALHÃES DE ARRUDA, TORNA-SE PÚBLICO O EXTRATO DO SEGUNDO ADITIVO DO CONTRATO N° 016/2019 PARA O SEGUINTE OBJETO:

O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM COMO OBJETO A PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA DO CONTRATO FIRMADO ENTRE AS PARTES, COM PRORROGAÇÃO POR MAIS 12 (DOZE) MESES.

.

CONTRATANTE:**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LEVERGER-MT**,inscrita no CNPJ:03.507.555/0001-12.

CONTRATADA: **MIRANTELLI CONSTRUÇÃO E CONSULTORIA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o Nº 19.609.210/0001-00.

DATA DE ASSINATURA:05/04/2021.

VIGENCIA:12 (doze) meses.

Santo Antônio de Leverger–MT, 05 de Abril de 2020.

Francieli Magalhães de Arruda

Prefeita Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 019/2021

EXTRATO DO CONTRATO Nº 019/2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO 012/2021 CONVITE Nº 001/2021

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DE LEVERGER, POR MEIO DA PREFEITA MUNICIPAL SENHORA FRANCIELI MAGALHÃES DE ARRUDA, TORNA-SE PÚBLICO O EXTRATO DO **CONTRATO N° 019/2021** PARA O SEGUINTE OBJETO:

A CONTRATADA COMPROMETE-SE A PRESTAR A CONTRATANTE O SERVIÇO REFERENTE À:PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CRIAÇÃO DE ARTES EM GERAL, DAS AÇÕES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DA PREFEITURA MUNICIPAL. Valor por Mensal de R$ 24.980,00 (vinte e quatro mil e novecentos e oitenta reais) e Valor Global R$ 149.888,00(cento e quarenta e nove mil e oitocentos e oitenta reais).

Dotação Orçamentaria:

Gabinete do Prefeito.

Dotação: 04.122.0002.2108, Natureza de despesa: 33.90.39.00.00, Fonte: 0100

Secretaria Municipal de Educação Desporto e Lazer.

Dotação: 12.122.0009.2116,Natureza de despesa: 33.90.39.00.00,Fonte: 0101

Dotação: 12.361.0040.2027,Natureza de despesa: 33.90.39.00.00,Fonte: 0101; 0115

Dotação: 12.365.0040.2025,Natureza de despesa: 33.90.39.00.00,Fonte: 0101; 0115

Secretaria Municipal de Saúde.

Dotação: 10.122.0005.2119,Natureza de despesa: 33.90.39.00.00,Fonte: 0102.

Dotação: 10.301.0020.2045,Natureza de despesa: 33.90.39.00.00,Fonte: 0102; 0146; 0142

Dotação: 10.302.0021.2051,Natureza de despesa: 33.90.39.00.00,Fonte: 0102; 0146; 0142.

Dotação: 10.305.0022.2055,Natureza de despesa: 33.90.39.00.00,Fonte: 0102; 0146; 0142

Secretaria Municipal de Cultura e Turismo.

Dotação: 13.122.0010.2124,Natureza de despesa: 33.90.39.00.00,Fonte: 0100

Dotação: 13.392.0023.2122,Natureza de despesa: 33.90.39.00.00,Fonte: 0100

Secretaria Municipal de Assistência e Promoção Social.

Dotação: 08.122.0008.2068,Natureza de despesa: 33.90.39.00.00,Fonte: 0100

Dotação: 08.244.0025.2073,Natureza de despesa: 33.90.39.00.00,Fonte: 0100; 0129

CONTRATANTE:PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DE LEVERGER-MT.

CONTRATADA:AGENCIA TRADICIONAL E DIGITAL EIRELI-ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o Nº28772399/0001-48.

DATA DE ASSINATURA:07/04/2021.

DATA DE VIGÊNCIA: 06(seis) Meses.

Santo Antônio de Leverger–MT,07 de Abril de 2021.

Francieli Magalhães de Arruda

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE

LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO - DISPENSA DE LICITAÇÃO 011/2021

TERMO DE RATIFICAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO 011/2021

No uso de minhas atribuições, eu, José Arimatéia Vieira Alves, tendo em vista as justificativas apresentadas pela Comissão de Licitação e pela Assessoria Jurídica do Município, sobre a contratação direta por dispensa de licitação, fulcrada no art. 24 inciso II da Lei 8.666/93, no valor total de R$ 17.490,00 (Dezessete mil quatrocentos e noventa reais), tendo como objeto a aquisição de recargas de oxigênio medicinal em caráter de urgência, destinados a atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, em combate e enfrentamento ao COVID-19. Resolve RATIFICAR o presente processo a favor de M. DA PAZ ESCHER-ME – CNPJ: 32.614. 980/0001-09, com sede na Avenida Minas Gerais, nº 190ª, bairro: Centro, Primavera do Leste-MT, CEP: 78.850-000, e ordenar sua publicação em cumprimento ao disposto no art. 26 da Lei 8.666/93.

Santo Antônio do Leste-MT, 12 de abril de 2021

_____

JOSE ARIMATEIA VIEIRA ALVES

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÃO
AVISO DE REVOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL 005/2020
PROCESSO Nº 059/2020

AVISO DE REVOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 005/2020 PROCESSO Nº 059/2020

No uso de minhas atribuições, e com fundamento no art. 49 da lei 8.666/93 e súmula nº 473 do Supremo Tribunal Federal, torno público para conhecimento das licitantes e de quem mais interessar a **REVOGAÇÃO** do Processo Licitatório na modalidade Pregão Presencial 005/2020 com o objetivo de contratação de empresa para prestação de serviços terceirizados continuados sem fornecimento de material do tipo: limpeza, conservação, higienização e asseio predial e hospitalar, coletor de lixo/gari, cozinheira, auxiliar de cozinha, vigia noturno e supervisor, visando atender as necessidades das Secretarias Municipais, por se tratar de medida que melhor atende ao interesse público.

Santo Antônio do Leste – MT, 12 de abril de 2021.

JOSE ARIMATEIA VIEIRA ALVES

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FELIX DO ARAGUAIA - LICITAÇÃO - WEDILA MARTINS SOUZA
COVID-19: COVID-19 (CORONAVÍRUS) EXTRATO DE CONTRATO Nº 017/2021

COVID-19 (Coronavírus)

EXTRATO DE CONTRATO Nº 017/2021

DISPENSA EMERGENCIAL Nº 006/2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 022/2021

OBJETO: Contratação Direta: **Processo Administrativo nº 022/2021**. Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 006/2021 – AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS TIPO IVERMECTINA 6 MG COMPRIMIDO PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA – MT, DISPENSADO COMO PROTOCOLO PARA O TRATAMENTO MEDICAMENTOSO DOS PACIENTES SINTOMÁTICOS RESPIRATÓRIO, SUSPEITOS E POSITIVOS PARA SARS-CoV-2 (COVID – 19) POR DISPENSA DE LICITAÇÃO.**

CONTRATADA EMPRESA: C.A. DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI – EPP, CNPJ: 26.457.348/0001-04, sediada na **AV BARÃO DO RIO BRANCO, SN, QUADRA 41, LOTE 11 - JARDIM LUZ, APARECIDA DE GOIANIA - GO, CEP: 74915-025, Telefone: 62-39832238 ou 62-39832239, representado neste ato pelo Sra. ANTONIA CLENIR BARROS DA SILVA, inscrito no RG nº 126020119995 - SEJSPC/MA, e do CPF nº 990.606.393-91 VALOR TOTAL R$ 54.500,00 (CINQUENTA E QUATRO MIL E QUINHENTOS REAIS).**

PRAZO DE VIGENCIA: 180(CENTO E OITENTA) DIAS; referente ao fornecimento do objeto desta dispensa 006/2021. FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 24 inciso IV, da Lei Nº 8.666/1993.

São Félix do Araguaia - MT, em 12 de abril de 2021.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

PREFEITA MUNICIPAL

SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA-MT.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FELIX DO ARAGUAIA - LICITAÇÃO - JEAN FLÁVIO DOS SANTOS MILHOMEM
AVISO DE PRORROGAÇÃO DE ABERTURA PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 012/2021.

AVISO DE PRORROGAÇÃO DE ABERTURA.

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 012/2021.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 021/2021.

A Prefeitura de São Felix do Araguaia, Estado de Mato Grosso, através do Pregoeiro, torna público aos interessados a **PRORROGAÇÃO da Abertura do Certame do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 021/2021 - PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 012/2021**, com abertura prevista para o dia 21/04/2021 as 08h30min, será prorrogado para o **dia 22/04/2021 as 08h30min (horário oficial de Brasília - DF).** Maiores informações e entrega de editais no endereço eletrônico: www.bnc.org.br, por intermédio da BOLSA NACIONAL DE COMPRAS (BNC). Informações poderão ser obtidas ainda pelo **e-mail: pregaosfa@outlook.comou através do site http://www.saofelixdoaraguaia.mt.gov.br/ ou retirar na própria sede da prefeitura das 13h00min às 17h00min. Para maiores informações entrar em contato pelo tel. (66)3522-1606, ramal 35, Falar no Departamento de Licitações com Jean.**

OBJETO: PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE PATRULHA MECANIZADA, COMPOSTA POR TRÊS MOTONIVELADORAS E UMA ESCAVADEIRA HIDRÁULICA POR INTERMEDIO DA SUPERINTENDENCIA DO DESENVOLVIMENTO DO CENTRO OESTE – SUDECO E CONTRAPARTIDA DO MUNICIPIO DE SÃO FELIX DO ARAGUAIA-MT, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES DESCRITAS NO PLANO DE TRABALHO E PLANO DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DETALHADA DO CONVÊNIO SUDECO Nº 905348/2020 - PROCESSO 59800.002382/2020-95.

São Félix do Araguaia – MT, 12 de abril de 2021.

JEAN FLÁVIO DOS SANTOS MILHOMEM

Pregoeiro Oficial

Port. nº 016/2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO - MARCELINO DE FÁVERI
DECRETO Nº 18/2021, DE 12/04/2021 - LUTO OFICIAL DE TRÊS DIAS PELO FALECIMENTO DO SENHOR LEONOR ALVES DOS SANTOS

DECRETO Nº 18, DE 12 DE ABRIL DE 2021.

Dispõe sobre LUTO OFICIAL de três dias pelo falecimento do Senhor LEONOR ALVES DOS SANTOS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e **CONSIDERANDO**:

I - o falecimento do servidor público estadual Senhor **Leonor Alves dos Santos**, ocorrido na noite de 11 de abril de 2021, em decorrência de complicações ocasionadas pela COVID-19;

II - que nasceu em 05 de junho de 1974 em Araguacema (TO), e atualmente residia no Município de São Félix do Araguaia;

III - que foi um grande professor neste município, ocupando carreira pública na Rede Estadual de Educação do Estado de Mato Grosso, e atualmente lotado na Escola Estadual Severiano Neves e Escola Estadual Hilda Rocha Sousa;

IV - que era licenciado em Educação Física e acadêmico do Curso de Sistemas de Informação pela Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT);

V - que o mesmo dedicou anos de sua vida a contribuir com a Educação do Município de São Félix do Araguaia-MT;

VI - a imensa saudade no coração daqueles que o conheciam, especialmente seus familiares, amigos e colegas de trabalho, deixando sua eterna contribuição na história de São Félix do Araguaia-MT, pelo qual será sempre lembrado; e

VII - finalmente, que é dever do Poder Público render justas homenagens àqueles que contribuíram com este Município, com o seu exemplo de vida, alegria, integridade moral, perseverança, dedicação e trabalho.

DECRETA:

Art. 1º LUTO OFICIAL de 3 (três) dias pelo falecimento do servidor público estadual Senhor **LEONOR ALVES DOS SANTOS**, ocorrido na noite de 11 de abril de 2021.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Félix do Araguaia (MT), 12 de abril de 2021.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO N° 31/2021 - DE 12 DE ABRIL DE 2021

DISPÕE SOBRE A ADOÇÃO DE MEDIDAS TEMPORÁRIAS E EMERGENCIAIS DE NÍVEL MUITO ALTO NA CLASSIFICAÇÃO DE RISCO EPIDEMIOLÓGICO DO ESTADO DE MATO GROSSO.

IVANILDO VILELA DA SILVA, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO.

CONSIDERANDO a necessidade de adotar medidas restritivas em conjunto com demais municípios que circundam a cidade polo de Rondonópolis-MT, cujas taxas de ocupação de UTIs encontram-se acima de 85%.

CONSIDERANDO o Decreto do Estado de Mato Grosso n. 874 de 25 de março de 2021 que estabelece medidas para contenção da panemia de COVID-19.

DECRETA:

Art. 1º Fica determinada a observância das disposições contidas no Decreto Estadual nº 874, de 25 de março de 2021 no âmbito do Município de São José do Povo, com a aplicação das seguintes medidas sanitárias visando o combate ao COVID-19:

I - isolamento domiciliar de pacientes em situação confirmada de COVID-19, em caráter obrigatório, por prescrição médica, pelos prazos definidos em protocolos;

II - quarentena domiciliar de pacientes sintomáticos em situação de caso suspeito para de COVID-19, e daqueles que com ele tiveram contato, em caráter obrigatório, por prescrição médica;

III - quarentena domiciliar para pessoas acima de 60 anos e grupos de risco definidos pelas autoridades sanitárias;

IV - proibição de qualquer atividade de lazer ou evento que cause aglomeração;

V - proibição de atendimento presencial em órgãos públicos e concessionárias de serviços públicos, devendo ser disponibilizado canais de atendimento ao público não-presenciais. A prefeitura de São José do Povo atenderá as demandas pelo telefone (66) 3494-1137 e pelo E-mail: gabinete.sjpovo@outlook.com, de segunda a sexta-feira das 12:00 às 17:00 horas;

VI - barreiras sanitárias e educativas aos sábados, feriados e dias de grande fluxo de pessoas visitantes;

VII - suspensão de aulas presenciais em creches e escolas, permitido tão somente o acesso dos profissionais às unidades escolares para viabilizar a gravação das aulas, cuja essas continuarão remotas;

VIII Vendedores ambulantes só poderão entrar no município para fazer entregas de seus produtos a clientes determinados, proibida oferta de porta em porta.

Art. 2º Fica instituída a quarentena coletiva obrigatória no âmbito do Município de São José do Povo.

§ 1º Para fins do disposto no caput do presente artigo, considera-se quarentena coletiva obrigatória o confinamento obrigatório de pessoas em suas habitações, com restrição de locomoção destas, ficando permitida a circulação apenas para o exercício e/ou acesso às atividades essenciais, bem como for ascendente e/ou descendente de pessoa que necessita de cuidados especiais, para levar mantimentos, medicamentos e outras justificações comprovadas no risco a segurança, saúde e na dignidade da pessoa.

§ 2º Consideram-se essenciais as atividades descritas no art. 3º do Decreto Federal nº 10.282, de 20 de março de 2020, cuja relação consta no anexo único do presente decreto.

CAPÍTULO II

DAS MEDIDAS TEMPORÁRIAS APLICADAS AS ATIDADES ECONOMICAS AUTORIZADAS A FUNCIONAR

Art. 3º As atividades econômicas do comércio em geral, varejista, atacadista, supermercados e congêneres exercerão suas atividades observando o horário de funcionamento de segunda à sábado, das 05:00hs às 20h:00m, e aos domingos e feriados das 05:00hs às 12:00hs.

Parágrafo-único: O disposto no caput do presente artigo não se aplica as seguintes atividades econômicas de farmácias, serviços de saúde, hospedagem, de imprensa, de transporte, funerárias, os postos de combustíveis, atividades rurais, serviços de guincho, segurança e vigilância privada, de manutenção e fornecimento de energia, água, telefonia, internet, coleta de lixo e as atividades de logística de distribuição de alimentos.

Art. 4º As atividades de prestação de serviços em geral, exercerão suas atividades observando o horário de funcionamento previsto no art. 3º.

Art. 5º As distribuidoras de bebidas e as lojas de conveniência, funcionarão de segunda-feira à sábado das 05:00hs às 20h:00hs, e aos domingos e feriados das 05:00hs às 12:00hs.

Art. 6º As atividades econômicas de padarias, açougues, lanchonetes e congêneres, funcionarão observando o horário de atendimento ao público de segunda a sábado das 05:00hs às 20:00hs, e domingos e feriados das 05:00hs às 12:00hs.

Art. 7º As atividades rurais em geral, funcionarão sem qualquer restrição de dias e horários.

Art. 8º Todas as atividades econômicas ou não no âmbito do Município de São José do Povo, cujo funcionamento esteja autorizado, deverão observar as medidas de biossegurança necessárias para o desenvolvimento das atividades, notadamente:

I controle do fluxo de entrada e saída de pessoas, respeitado o distanciamento mínimo de 1,5 m (um metro e meio);

II demarcação (sinalização) no piso, com fita de auto adesão ou produto similar, de distância de no mínimo 50cm (cinquenta centímetros) dos balcões de atendimento, observada a distância de 1,5m (um metro e meio) entre uma pessoa e outra;

III disponibilização de álcool em gel 70% e/ou produtos similares de esterilização, espalhados pelas dependências do estabelecimento para utilização pelos consumidores;

IV uso obrigatório de máscaras pelos funcionários que atendem ao público em geral, bem como pelos usuários do estabelecimento comercial;

V proibição de jogos como sinucas, baralhos e outros dentro dos estabelecimentos;

VI - em caso de utilização de máquinas eletrônicas de pagamento via cartão de débito ou crédito, a superfície da mesma deverá ser higienizada após cada uso, de forma a se evitar a transmissão indireta;

VII - o procedimento de higienização previsto no inciso anterior deverá também ser realizado em todos os demais equipamentos utilizados no atendimento dos clientes;

VIII - em caso de formação de filas externas nos estabelecimentos, garantir a distância mínima de 1,5 (um metro e meio) entre as pessoas;

IX higienização e desinfecção constante dos banheiros ofertados ao público, bem como a desativação de pias e mictórios com distância inferior a 1,5m (um metro e meio) utilizando-se de adesivos para tanto;

X vedação da utilização de lixeiras que necessitem de contato manual para abertura da tampa, bem como os secadores automáticos de mãos;

XI - todos os estabelecimentos devem dar total publicidade às regras e recomendações de biossegurança, com enfoque principal à necessidade de manter distanciamento entre as pessoas, por meio de cartazes ou painéis explicativos que devem estar bem visíveis e distribuídos nas áreas de operação das respectivas atividades;

XII - limitação de 50% (cinquenta por cento) da capacidade máxima do local;

Art. 9º. Sem prejuízo das medidas de biossegurança descritas no artigo anterior, os restaurantes, lanchonetes e congêneres, deverão observar ainda:

I - disposição das mesas e cadeiras de forma a observar o distanciamento entre as mesmas a fim de evitar a aglomeração de pessoas.

II realização de limpeza e desinfecção das mesas e cadeiras, antes e após cada utilização.

III vedação a disponibilização de dispensadores de temperos ou condimentos, bem como saleiros e farinheiras e porta guardanapos de uso compartilhado ou ainda reabastecimento de refis;

Art. 10. A atividade de comércio de alimentos nas vias e logradouros públicos, por aqueles que possuírem a respectiva autorização para tanto emitida pelo Município, funcionarão de segunda-feira à sábado das 05:00hs às 20:00hs e aos domingos e feriados das 05:00hs às 12:00hs.

CAPÍTULO III

DAS MEDIDAS TEMPORÁRIAS APLICADAS AS ATIVIDADES EM GERAL

Art. 11. As atividades religiosas, serão permitidas de forma presencial, de segunda à domingo das 07:00hs às 20:00hs desde que observados os protocolos de convivência e de distanciamento social voltados ao combate do COVID-19, com limitação de 30% (trinta por cento) da capacidade do local e duração de 01:30horas.

Art. 12. Fica determinada a suspensão das seguintes atividades no âmbito do Município de São José do Povo:

I Shows, espetáculos, apresentações públicas e congêneres;

II - os clubes de lazer em geral, salvo com o isolamento de piscinas e áreas de jogos.

III atividades coletivas nas praças municipais e demais logradouros públicos, bem como nos equipamentos públicos comunitários em geral, tais como quadras, campos, ginásios de esportes e congêneres;

CAPÍTULO IV

DAS MEDIDAS TEMPORÁRIAS APLICADAS À PRESTAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL EM GERAL

Art. 13. Os servidores públicos municipais deverão exercer as atribuições de suas competências exclusivamente pelo sistema teletrabalho (home office).

§1º Durante o período disposto no caput deste artigo, os servidores públicos municipais ficarão de sobreaviso, devendo disponibilizar à sua chefia imediata meios para contatá-los sempre que for necessário, como número de telefone, WhatsApp e e-mail, devendo comparecer ao local de trabalho se convocado em situações excepcionais.

§2º O previsto no caput deste artigo não se aplica aos seguintes servidores públicos municipais, os quais deverão continuar a exercer as atribuições de seus cargos nos respectivos órgãos/setores de lotação, conforme orientação dos respectivos gestores das Secretarias:

I servidores públicos municipais da área fim da Saúde;

II servidores públicos das áreas de fiscalização;

III servidores públicos municipais que exerçam atribuições em serviços essenciais, inclusive os da área meio que sejam necessários ao suporte das atividades fins essenciais;

IV servidores públicos que exerçam a função de vigilante, salvo se componente do grupo de risco;

V servidores públicos lotados no setor de compras, licitação, contratos, contabilidade, tributação, secretaria de agricultura e Fundo Previdênciário Próprio.

Art. 14. As obras públicas e privadas em andamento não sofrerão qualquer paralização, desde que realizadas a céu aberto e limitadas a 30 (trinta) trabalhadores.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 15. Fica proibido o consumo de bebida alcoólica nos locais de venda, ainda que dentro dos horários permitidos para funcionamento dos estabelecimentos por este Decreto.

Art. 16. O funcionamento das atividades na modalidade delivery ficará autorizado somente até as 23h59m, inclusive aos sábados e domingos, com

exceção das farmácias e congêneres, que poderão funcionar, na modalidade delivery, sem restrição de dias e horários.

Parágrafo Único O atendimento por drive-thru poderá ocorrer entre 05:00 hs e 20:00 hs.

Art. 17. Fica determinada a proibição de locomoção de qualquer cidadão no território do Município de São José do Povo, no período compreendido entre as 21h:00m às 05h:00m, de segunda-feira à domingo.

§ 1º Excetuam-se da proibição disposta no caput do presente artigo:

I estabelecimentos hospitalares;

II farmácias e drogarias;

III funerárias e serviços relacionados;

IV - serviço de segurança pública e privada;

V serviços de taxi e aplicativo de transporte individual remunerado de passageiros;

VI profissionais da área fim da Saúde desde que em efetivo serviço;

VII servidores públicos das áreas de fiscalização e demais não abrangidos neste Decreto ao home office;

VIII atividades inerentes a circulação de cargas de qualquer espécie que possam acarretar desabastecimento de gêneros necessários à população;

IX comercialização de medicamentos e/ou gêneros alimentícios mediante sistema delivery, mediante a observância de todas as recomendações preconizadas pelos órgãos de Saúde quanto à necessidade de higienização do produto;

X hospedagens e congêneres;

XI fornecimento de combustíveis;

XII serviços de coleta de lixo, bem como aqueles relacionados ao fornecimento de energia, água e telefonia;

§ 2º Será permitida excepcionalmente a circulação de pessoas no horário constante no caput do presente artigo:

I - para fins de acesso aos serviços essenciais e/ou sua prestação, comprovando-se a necessidade e urgência, preferencialmente, de maneira individual, sem acompanhante;

II quando em trânsito decorrente de retorno e/ou partida de viagens;

III quando em direção a residência de ascendente ou descendente debilitado e/ou que necessita de cuidados especiais, devidamente comprovado.

§ 3º Fica autorizada a apreensão e remoção de veículos bem como solicitação de apoio de autoridades policiais para fins de condução coercitiva do indivíduo.

Art. 18. A fiscalização das medidas previstas no presente decreto competirá aos servidores públicos das áreas de fiscalização, controle de endemias, agentes sanitários e servidores em geral convocados para tais fins.

Parágrafo único. Quando da realização da fiscalização, deverá a autoridade policial ser informada imediatamente da inobservância das disposições contidas no presente decreto, para fins de proceder a certificação do estado de flagrância do tipo penal previsto no art. 268 do Código Penal, sem prejuízo de eventual responsabilização civil e administrativa.

Art. 19. As medidas previstas no presente decreto vigorarão do dia 12/04/2021 à 21/04/2021, podendo ser objeto de prorrogação ou alteração, considerando o monitoramento da evolução da COVID-19.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

São José do Povo, 12 de Abril de 2021.

IVANILDO VILELA DA SILVA

Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

ATIVIDADES ESSENCIAIS CONFORME DECRETO FEDERAL Nº 10. 282, DE 20 DE 20 DE MARÇO DE 2020

ASSISTÊNCIA À SAÚDE, INCLUÍDOS OS SERVIÇOS MÉDICOS E HOSPITALARES

ASSISTÊNCIA SOCIAL E ATENDIMENTO À POPULAÇÃO EM ESTADO DE VULNERABILIDADE;

ATIVIDADES DE SEGURANÇA PÚBLICA E PRIVADA, INCLUÍDAS A VIGILÂNCIA, A GUARDA E A CUSTÓDIA DE PRESOS;

ATIVIDADES DE DEFESA NACIONAL E DE DEFESA CIVIL;

TRÂNSITO E TRANSPORTE INTERESTADUAL E INTERNACIONAL DE PASSAGEIROS;

TELECOMUNICAÇÕES E INTERNET;

SERVIÇO DE CALL CENTER;

GERAÇÃO, TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA, INCLUÍDOS:

A) O FORNECIMENTO DE SUPRIMENTOS PARA O FUNCIONAMENTO E A MANUTENÇÃO DAS CENTRAIS GERADORAS E DOS SISTEMAS DE TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA; E

B) AS RESPECTIVAS OBRAS DE ENGENHARIA;

PRODUÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, COMERCIALIZAÇÃO E ENTREGA, REALIZADAS PRESENCIALMENTE OU POR MEIO DO COMÉRCIO ELETRÔNICO, DE PRODUTOS DE SAÚDE, HIGIENE, LIMPEZA, ALIMENTOS, BEBIDAS E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO;

SERVIÇOS FUNERÁRIOS;

GUARDA, USO E CONTROLE DE SUBSTÂNCIAS, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS COM ELEMENTOS TÓXICOS, INFLAMÁVEIS, RADIOATIVOS OU DE ALTO RISCO, DEFINIDOS PELO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO, EM ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE SEGURANÇA SANITÁRIA, METROLOGIA, CONTROLE AMBIENTAL E PREVENÇÃO CONTRA INCÊNDIOS;

VIGILÂNCIA E CERTIFICAÇÕES SANITÁRIAS E FITOSSANITÁRIAS;

PREVENÇÃO, CONTROLE E ERRADICAÇÃO DE PRAGAS DOS VEGETAIS E DE DOENÇA DOS ANIMAIS;

INSPEÇÃO DE ALIMENTOS, PRODUTOS E DERIVADOS DE ORIGEM ANIMAL E VEGETAL;

VIGILÂNCIA AGROPECUÁRIA INTERNACIONAL;

CONTROLE DE TRÁFEGO AÉREO, AQUÁTICO OU TERRESTRE;

SERVIÇOS DE PAGAMENTO, DE CRÉDITO E DE SAQUE E APORTE PRESTADOS PELAS INSTITUIÇÕES SUPERVISIONADAS PELO BANCO CENTRAL DO BRASIL;

SERVIÇOS POSTAIS;

SERVIÇOS DE TRANSPORTE, ARMAZENAMENTO, ENTREGA E LOGÍSTICA DE CARGAS EM GERAL;

ERVIÇO RELACIONADOS À TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E DE PROCESSAMENTO DE DADOS (DATA CENTER) PARA SUPORTE DE OUTRAS ATIVIDADES PREVISTAS NESTE DECRETO;

FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA FEDERAL;

PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE NUMERÁRIO À POPULAÇÃO E MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL E DO SISTEMA DE PAGAMENTOS BRASILEIRO;

FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL;

PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E PRODUÇÃO, DISTRIBUIÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE COMBUSTÍVEIS, BIOCOMBUSTÍVEIS, GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO E DEMAIS DERIVADOS DE PETRÓLEO

MONITORAMENTO DE CONSTRUÇÕES E BARRAGENS QUE POSSAM ACARRETAR RISCO À SEGURANÇA;

LEVANTAMENTO E ANÁLISE DE DADOS GEOLÓGICOS COM VISTAS À GARANTIA DA SEGURANÇA COLETIVA, NOTADAMENTE POR MEIO DE ALERTA DE RISCOS NATURAIS E DE CHEIAS E INUNDAÇÕES;

MERCADO DE CAPITAIS E SEGUROS;

CUIDADOS COM ANIMAIS EM CATIVEIRO;

ATIVIDADE DE ASSESSORAMENTO EM RESPOSTA ÀS DEMANDAS QUE CONTINUEM EM ANDAMENTO E ÀS URGENTES;

ATIVIDADES MÉDICO-PERICIAIS RELACIONADAS COM A SEGURIDADE SOCIAL, COMPREENDIDAS NO ART. 194 DA CONSTITUIÇÃO;

ATIVIDADES MÉDICO-PERICIAIS RELACIONADAS COM A CARACTERIZAÇÃO DO IMPEDIMENTO FÍSICO, MENTAL, INTELECTUAL OU SENSORIAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, POR MEIO DA INTEGRAÇÃO DE EQUIPES MULTIPROFISSIONAIS E INTERDISCIPLINARES, PARA FINS DE RECONHECIMENTO DE DIREITOS PREVISTOS EM LEI, EM ESPECIAL NA LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015 - ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA;

OUTRAS PRESTAÇÕES MÉDICO-PERICIAIS DA CARREIRA DE PERITO MÉDICO FEDERAL INDISPENSÁVEIS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES INADIÁVEIS DA COMUNIDADE;

FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO;

ATIVIDADES DE PESQUISA, CIENTÍFICAS, LABORATORIAIS OU SIMILARES RELACIONADAS COM A PANDEMIA DE QUE TRATA ESTE DECRETO;

ATIVIDADES DE REPRESENTAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL, ASSESSORIA E CONSULTORIA JURÍDICAS EXERCIDAS PELA ADVOCACIA PRIVADA E PÚBLICA;

ATIVIDADES RELIGIOSAS DE QUALQUER NATUREZA, OBEDECIDAS AS DETERMINAÇÕES DO MINISTÉRIO DA SAÚDE;

UNIDADES LOTÉRICAS;

SERVIÇOS DE COMERCIALIZAÇÃO, REPARO E MANUTENÇÃO DE PARTES E PEÇAS NOVAS E USADAS E DE PNEUMÁTICOS NOVOS E REMOLDADOS;

SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO SONORA E DE SONS E IMAGENS;

ATIVIDADES DE DESENVOLVIMENTO DE PRODUTOS E SERVIÇOS, INCLUÍDAS AQUELAS REALIZADAS POR MEIO DE START-UPS, PARA OS FINS DE QUE TRATA O ART. 3º DA LEI Nº 13.979, DE 2020;

ATIVIDADES DE COMÉRCIO DE BENS E SERVIÇOS, INCLUÍDAS AQUELAS DE ALIMENTAÇÃO, REPOUSO, LIMPEZA, HIGIENE, COMERCIALIZAÇÃO, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA AUTOMOTIVAS, DE CONVENIÊNCIA E CONGÊNERES, DESTINADAS A ASSEGURAR O TRANSPORTE E AS ATIVIDADES LOGÍSTICAS DE TODOS OS TIPOS DE CARGA E DE PESSOAS EM RODOVIAS E ESTRADAS;

ATIVIDADES DE PROCESSAMENTO DO BENEFÍCIO DO SEGURO-DESEMPREGO E DE OUTROS BENEFÍCIOS RELACIONADOS, POR MEIO DE ATENDIMENTO PRESENCIAL OU ELETRÔNICO, OBEDECIDAS AS DETERMINAÇÕES DO MINISTÉRIO DA SAÚDE E DOS ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS PELA SEGURANÇA E PELA SAÚDE DO TRABALHO;

ATIVIDADE DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS;

ATIVIDADES DE PRODUÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, COMERCIALIZAÇÃO, MANUTENÇÃO, REPOSIÇÃO, ASSISTÊNCIA TÉCNICA, MONITORAMENTO E INSPEÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFRAESTRUTURA, INSTALAÇÕES, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS EM GERAL, INCLUÍDOS ELEVADORES, ESCADAS ROLANTES E EQUIPAMENTOS DE REFRIGERAÇÃO E CLIMATIZAÇÃO;

ATIVIDADES DE PRODUÇÃO, EXPORTAÇÃO, IMPORTAÇÃO E TRANSPORTE DE INSUMOS E PRODUTOS QUÍMICOS, PETROQUÍMICOS E PLÁSTICOS EM GERA;

ATIVIDADES CUJO PROCESSO PRODUTIVO NÃO POSSA SER INTERROMPIDO SOB PENA DE DANO IRREPARÁVEL DAS INSTALAÇÕES E DOS EQUIPAMENTOS, TAIS COMO O PROCESSO SIDERÚRGICO E AS CADEIAS DE PRODUÇÃO DO ALUMÍNIO, DA CERÂMICA E DO VIDRO;

ATIVIDADES DE LAVRA, BENEFICIAMENTO, PRODUÇÃO, COMERCIALIZAÇÃO, ESCOAMENTO E SUPRIMENTO DE BENS MINERAIS;

ATIVIDADES DE ATENDIMENTO AO PÚBLICO EM AGÊNCIAS BANCÁRIAS, COOPERATIVAS DE CRÉDITO OU ESTABELECIMENTOS CONGÊNERES, REFERENTES AOS PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS OU PRIVADOS DESTINADOS A MITIGAR AS CONSEQUÊNCIAS ECONÔMICAS DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE QUE TRATA A LEI Nº 13.979, DE 2020;

PRODUÇÃO, TRANSPORTE E DISTRIBUIÇÃO DE GÁS NATURAL;

INDÚSTRIAS QUÍMICAS E PETROQUÍMICAS DE MATÉRIAS-PRIMAS OU PRODUTOS DE SAÚDE, HIGIENE, ALIMENTOS E BEBIDAS;

ATIVIDADES DE CONSTRUÇÃO CIVIL, OBEDECIDAS AS DETERMINAÇÕES DO MINISTÉRIO DA SAÚDE;

ATIVIDADES INDUSTRIAIS, OBEDECIDAS AS DETERMINAÇÕES DO MINISTÉRIO DA SAÚDE;

SALÕES DE BELEZA E BARBEARIAS, OBEDECIDAS AS DETERMINAÇÕES DO MINISTÉRIO DA SAÚDE;

ACADEMIAS DE ESPORTE DE TODAS AS MODALIDADES, OBEDECIDAS AS DETERMINAÇÕES DO MINISTÉRIO DA SAÚDE.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
TERMO DE CANCELAMENTO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº05/2021

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO**, Estado de Mato Grosso, Pessoa jurídica de direito publico, inscrita no CNPJ sob o nº 32. 972.424/0001-04, com sede na Rua: Jose Salmen Hanze nº 924, de São Jose do Povo-MT, por intermédio da Pregoeira, usando da competência delegada pela portaria 31/2021- A qual resultou vencedora Pessoa Jurídica: ASSOCIAÇÃO DE ESPECIALISTAS MÉDICOS E PLANTONISTAS DE RONDONÓPOLIS- AEMPRO, CNPJ; 22.548.302/0001-31, no Valor Global de R$ 762.390,36 (Setecentos e Sessenta e Dois Mil, Trezentos e Noventa Reais e Trinta e Seis Centavos).

Após analise do processo constatou equivoco no processo, uma vez que faltou nos autos o parecer contábil, falta que deverá ser suprida.

Diante do exposto, arquiva-se o processo.

O referido processo fica **CANCELADO** e será arquivado:

a) Não há prejuízo para o Ente e nem para o erário publico:

b) Não há prejuízo a interesses pessoais de terceiros:

c) Não há e nem haverá prejuízo para o interesse publico.

SÃO JOSÉ DO POVO-MT, 12 de Abril do ano de 2021.

Maria Irandi Duarte

Pregoeira

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO SUSPENSA PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº04 /2021 PROCESSO LICITATÓRIO Nº11/2021

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO** - MT, através da pregoeira designado pela Portaria Municipal de nº **21/2021** de **05** de **Janeiro de 2021**, torna público para conhecimento dos interessados, que o pregão que foi **suspenso**, tem uma nova data de abertura, será realizada às**: 13h30hmin do dia 26 de Abril do ano de 2021**, na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de **São Jose do Povo,** licitação na modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL**, **SRP** do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, conforme descrito neste Edital e seus Anexos. O procedimento licitatório que dele resultar obedecerá, integralmente, a Lei Federal n. **10.520/2002** Decreto Municipal **nº010/20160 de 28** de janeiro de **2016** aplicar-se-ão subsidiariamente as normas constantes das Leis Federais n. **8.666/93, 9.784/99** e suas modificações.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSE DO POVO- MT, COM FORNECIMENTO DE VEÍCULOS TIPO ÔNIBUS, VANS, KOMBI E/OU MICRO-ÔNIBUS, COMBUSTÍVEL, MÃO DE OBRA E MANUTENÇÃO COMPLETA, DE FORMA CONTÍNUA, DESTINADO AO ATENDIMENTO DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL E ESTADUAL DE ENSINO, DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.

O Edital e seus respectivos anexos poderão ser obtidos do no site: **www.saojosedopovo.mt.gov.br.** No email **licitacao2019sjp@gmail.com** através do telefone 66 34941137 ou no endereço - Rua Jose Salmen Hanze nº 924 CEP; 78.773.000, São Jose do Povo- MT, em horário normal de expediente da Prefeitura Municipal de São Jose do Povo, ou seja, das **12: 00 as 18h00min Horas**, de **segunda á sexta feira.**

SÃO JOSÉ DO POVO-MT 12/04/2021.

Ivanildo Vilela Da Silva
Prefeito Municipal

Maria Irandi Duarte

Pregoeira

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 16/2021

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 04/2021

CONTRATO (A) MERCATO ASSESSORIA E INFORMATICA SA LTDA-EPP

1.1 **OBJETO -** O presente contrato decorre do processo nº 17/2021 Dispensa de Licitação 04/2021 com fulcro na Lei 8.666/93 e tem como objeto a "PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS A SECRETARIA DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO" SOLICITA A CONTRATAÇÃO DA EMPRESA, EXECUÇÃO DE GERAÇÃO, CONFERENCIA E ACOMPANHAMENTO DA EMISSÃO MSC MESES AGOSTO/2020 A FEVEREIRO /2021 E COM SEUS RESPECTIVOS PROTOCOLOS, JUNTO A SITE DO TCU, CONFERENCIA DA VINCULAÇÃO DOS ELEMENTOS DE DESPESAS E RECEITAS DA FONTE DE RECURSOS DO SINCOFI, conforme pré-empenho constante em anexo, cujas minucias encontram-se constantes no Termo de Referência:

DESCRIÇÃO	QTDE	VLR. UNITARIO	VALOR TOTAL
1370-PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA NA GERAÇÃO E CONFERENCIA E ENVIO MSC MATRIZ SALDO CONTABIL (SICONFI)	01 UN	R$ 14. 000,00	R$ 14. 000,00
	TOTAL GERAL		**R$ 14. 000,00**

VALOR TOTAL- O valor global estipulado durante a vigência do contrato é de R$ **14.000,00 (Quatorze mil reais)**

DA VIGÊNCIA- O presente Contrato terá vigência no período de 07 de Abril de 2021 a 07 de Maio de 2021

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO

I TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 84/2020

DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 36/2020

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 84/2020 – CELEBRADO EM 21 DE AGOSTO DE 2020, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO E JOSE CLODOALDO MARQUES BATISTA**.** As partes de comum acordo resolvem alterar o contrato primitivo, conforme as condições abaixo especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS PRAZOS – Fica aditado no que se concede a Clausula Quinta, alterando a vigência do contrato por mais 10 (dez) meses que passa a ser até o dia 23 de Dezembro de 2021.

CLÁUSULA SEGUNDA – Fica acordado entre as parte a supressão de valor, passando de R$ 1.371,00 (mil trezentos e setenta e um reais) para R$ 850,00 (oitocentos e cinquenta reais).

CLÁUSULA TERCEIRA- As demais cláusulas e condições explicitadas no Contrato primitivo permanecem inalteradas.

E por estarem de comum acordo as partes assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor e forma em uma (01) lauda, para que produza os efeitos legais.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO

II TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 14/2020

PROCESSO 01 PREGÃO 01/2020

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 14/2020 – CELEBRADO EM 07 DE FEVEREIRO DE 2020, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO E S. SANTOS. DE SALES & CIA LTDA**.** As partes de comum acordo resolvem alterar o contrato primitivo, conforme as condições abaixo especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REEQUILIBRIO Fica aditado no que se concede a Clausula SEXTA, atualizando valor da gasolina comum, passando de R$ 4.85 (quatro reais e oitenta e cinco centavos), para R$ 5.78 (cinco reais e setenta e oito centavos) o litro, e Etanol passando de R$ 3,25 (três reais e vinte e cinco centavos), para R$ 4,14 (quatro reais e quatorze centavos) o litro.

CLAUSULA SEGUNDA - As demais cláusulas e condições explicitadas no Contrato primitivo permanecem inalteradas.

E por estarem de comum acordo as partes assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor e forma em uma (01) lauda, para que produza os efeitos legais.

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N° 78/2021 - DE 12 DE ABRIL DE 2021

PORTARIA N° 78/2021 - DE 12 de Abril de 2021

Dispõe sobre Exonerar das Atividades e Responsabilidades de Diretor Técnico do Centro do Saúde Euler Basílio de Carvalho , da Prefeitura Municipal de São José do Povo.

IVANILDO VILELA DA SILVA, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, etc.

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Exonerar o Médico Srº NATANAEL VIEIRA ALVES, portador do CPF nº 048.657.354-02 e do RG nº 6801323 SDS/PE, das Atividades e Responsabilidades de Diretor Técnico do Centro do Saúde Euler Basílio de Carvalho do Município de São José do Povo MT.

ARTIGO 2º-Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposição em contrário.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

IVANILDO VILELA DA SILVA

Prefeito Municipal

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO
LEI Nº 1.306, DE 12 DE ABRIL DE 2021

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

LEVI RIBEIRO, Prefeito do Município de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional especial no valor de **R$ 2.545.000,00 (Dois Milhões, Quinhentos e Quarenta e Cinco mil reais)**, nos termos do Artigo 41, inc. II da Lei Federal nº 4.320/64, para Inclusão de dotações e Fontes de Recursos no Orçamento vigente, conforme segue:

Órgão: 05 SECRETARIA MUN. DE PROMOÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 001 Gabinete da Sec. Mun. de Promoção e Ass. Social

Função: 08 Assistência Social

Subfunção: 122 Administração Geral

Programa: 0003 Gestão Eficaz

Projeto/Atividade: 2010 Gestão e Manut. da Secr. de Prom. e Assist. Social

Natureza de Despesa:

4490.51.0000 Obras e Instalações.....R$ 1.000,00

Fonte de Recurso:

0.1.00.000000 Recurso Ordinário.....R$ 1.000,00

Órgão: 05 SECRETARIA MUN. DE PROMOÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 002 Fundo Municipal de Prom. Assistência Social

Função: 08 Assistência Social

Subfunção: 244 - Assistência Comunitária

Programa: 0006 - Política de Assistência e Promoção

Projeto/Atividade: 2014 Manutenção de Programas do IGD SUAS

Natureza de Despesa:

4490.52.0000 Equipamento e Mat. Permanente.....R$ 10.000,00

Fonte de Recurso:

0.1.29.000000 Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social.....R$ 10.000,00

Órgão: 05 SECRETARIA MUN. DE PROMOÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 002 Fundo Municipal de Prom. Assistência social

Função: 08 - Assistência Social

Subfunção: 244 - Assistência Comunitária

Programa: 0007 - Proteção Social

Projeto/Atividade: 2016 - Manutenção e Encargos com o PAIF

Natureza de Despesa:

3190.11.0000 Vencimento e Vantagens Fixas.....R$ 10.000,00

3190.13.0000 Obrigações Patronais – INSS.....R$ 2.000,00

3191.13.0000 Obrigações Patronais – RPPS.....R$ 2.000,00

Fonte de Recurso:

0.1.29.000000 Transf. de Rec. do Fundo Nacional de Assistência Social. .....R$ 14.000,00

Órgão: 05 SECRETARIA MUN. DE PROMOÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 002 Fundo Municipal de Prom. Assistência social

Função: 16 - Habitação

Subfunção: 482 - Habitação Urbana

Programa: 0008 - Habitação Cidadã

Projeto/Atividade: 1011 - Infraestrutura P/ Implant de Projetos de Habitação

Natureza de Despesa:

3390.36.0000 Serviços de Terceiro Pessoa Física.....R$ 2.000,00

3390.39.0000 Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica.....R$ 3.000,00

Fonte de Recurso:

0.1.00.000000 Recurso Ordinário.....R$ 5.000,00

TOTAL DA SEC. MUN. DE PROMOÇÃO E ASSIST. SOCIAL.....R$ 30.000,00

Órgão: 07 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Unidade: 002 Fundo Municipal de Educação

Função: 12 Educação

Subfunção: 361- Ensino Fundamental

Programa: 0010 - Ação, Melhoria e Ampliação da Educação

Projeto/Atividade: 2045 - Manut. do Prog. - Salário Educação - Fundamental

Natureza de Despesa:

3390.30.0000 Material de Consumo.....R$ 180.000,00

3390.36.0000 Serviços de Terceiro Pessoa Física.....R$ 50.000,00

3390.39.0000 Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica.....R$ 50.000,00

4490.52.0000 Equipamento e Mat. Permanente.....R$ 20.000,00

Fonte de Recurso:

0.1.15.000000 Transf. de Rec. do Fundo Nacional de Educação – FNDE. .....R$ 300.000,00

Órgão: 07 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Unidade: 002 Fundo Municipal de Educação

Função: 12 Educação

Subfunção: 361- Ensino Fundamental

Programa: 0010 - Ação, Melhoria e Ampliação da Educação

Projeto/Atividade: 2074 - Manutenção do Prog. Merenda Escolar - Fundamental

Natureza de Despesa:

3390.30.0000 Material de Consumo.....R$ 400.000,00

Fonte de Recurso:

0.1.15.000000 Transf. de Rec. do Fundo Nacional de educação – FNDE. .....R$ 400.000,00

TOTAL DA SEC. MUNICIPAL DE EDUCACAO E CULTURA.....R$ 700.000,00

Órgão: 08 SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA

Unidade: 003 Obras Publicas

Função: 26 - Transporte

Subfunção: 782- Transporte Rodoviário

Programa: 0018 - Ampliação e Requalificação da Infraestrutura Rural

Projeto/Atividade: 2056 **–** Manut**.** Cons. de Estradas Vicinais, Bueiros e Pontes

Natureza de Despesa:

3390.30.0000 Material de Consumo.....R$ 800.000,00

3390.39.0000 Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica.....R$ 750.000,00

Fonte de Recurso:

0.1.30.000000 Recursos do Fundo de Transporte e Habitação - FETHAB. .....R$ 1.550.000,00

Órgão: 08 SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA

Unidade: 002 Serviços Urbanos

Função: 25 - Energia

Subfunção: 752- Energia Elétrica

Programa: 0015 - Espaço Urbano Estruturado, Humanizado e Com Qualidade

Projeto/Atividade: 2054 - Manutenção e Encargos com a Iluminação Publica

Natureza de Despesa:

3390.39.0000 Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica.....R$ 265.000,00

Fonte de Recurso:

0.1.30.000000 Recursos do Fundo de Transporte e Habitação - FETHAB. .....R$ 265.000,00

TOTAL DA SEC. MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA.....R$ 1.815.000,00

TOTAL GERAL DE CRÉDITO ESPECIAL.....R$ 2.545.000,00

Art. 2º - Para cobertura do Crédito Adicional Especial do Artigo 1º serão utilizados recursos provenientes de anulação parcial ou total de dotações, em conformidade com o §1º inciso III do artigo 43, da Lei 4.320/64.

Órgão: 05 SECRETARIA MUN. DE PROMOÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 001 Gabinete da Sec. Mun. de Promoção e Ass. Social

Função: 08 Assistência Social

Subfunção: 122 Administração Geral

Programa: 0023 - COVID - Enfrentamento da Emergência Decorrente do Corona Vírus

Projeto/Atividade: 2087 - Ações Social no Enfrent. do Corona Vírus - COVID

Natureza de Despesa:

3190.04.0000 Contratação Por Tempo Determinado.....R$ 1.000,00

3190.11.0000 Vencimentos E Vantagens Fixas Pessoal Civil.....R$ 1.000,00

3190.13.0000 Obrigações Patronais – INSS.....R$ 1.000,00

3191.13.0000 Obrigações Patronais – RPPS.....R$ 1.000,00

3390.14.0000 Diárias.....R$ 1.000,00

3390.32.0000 Material De Distribuição Gratuita.....R$ 1.000,00

3390.33.0000 Passagens e despesas com Locomoção.....R$ 10.000,00

Fonte de Recurso:

0.1.29.074000 Ações de Saúde para o Enfrentamento do Coronavirus - COVID19.....R$ 16.000,00

Órgão: 05 SECRETARIA MUN. DE PROMOÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 002 Fundo Municipal de Prom. Assistência Social

Função: 08 Assistência Social

Subfunção: 243 - Assistência a Criança e ao Adolescente

Programa: 0007 - Proteção Social

Projeto/Atividade: 2013 - Manutenção da Casa Transitória

Natureza de Despesa:

3190.11.0000 Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil.....R$ 1.000,00

3190.13.0000 Obrigações Patronais – INSS.....R$ 1.000,00

3191.13.0000 Obrigações Patronais – RPPS.....R$ 1.000,00

3390.14.0000 Diárias.....R$ 2.000,00

3390.30.0000 Material de Consumo.....
.R$ 7.000,00

3390.36.0000 Serviços de Terceiro Pessoa Física.....
....R$ 2.000,00

Fonte de Recurso:

0.1.29.000000 Transf. de Rec. do Fundo Nacional de Assist. Social.....
...R$ 14.000,00

**TOTAL DA SEC. MUN. DE PROMOCAO E ASSIST. SOCIAL.....
.....R$ 30.000,00**

Órgão: 07 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Unidade: 002 Fundo Municipal de Educação

Função: 12 Educação

Subfunção: 361- Ensino Fundamental

Programa: 0010 - Ação, Melhoria E Ampliação da Educação

Projeto/Atividade: 2074 - Manutenção do Prog. Merenda Escolar - Fundamental

Natureza de Despesa:

3390.30.0000 Material de Consumo.....
R$ 400.000,00

Fonte de Recurso:

0.1.25.000000 Demais Transferências da educação – FNDE.....
.R$ 400.000,00

Órgão: 07 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Unidade: 002 Fundo Municipal de Educação

Função: 12 Educação

Subfunção: 361- Ensino Fundamental

Programa: 0010 - Ação, Melhoria e Ampliação da Educação

Projeto/Atividade: 2045 - Manut. do Prog. - Salário Educação - Fundamental

Natureza de Despesa:

3390.30.0000 Material de Consumo.....
R$ 180.000,00

3390.36.0000 Serviços de Terceiro Pessoa Física.....
..R$ 50.000,00

3390.39.0000 Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica.....
..R$ 50.000,00

4490.52.0000 Equipamento e Mat. Permanente.....
R$ 20.000,00

Fonte de Recurso:

0.1.01.000000 Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos.....
R$ 300.000,00

**TOTAL DA SEC. MUNICIPAL DE EDUCACAO E CULTURA.....R$ 700.
000,00**

3390.30.0000 Material de Consumo.....
R$ 800.000,00

3390.39.0000 Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica.....
R$ 750.000,00

Fonte de Recurso:

0.1.30.000000 Recursos do Fundo de Transporte e Habitação - FETHAB.
.....R$ 1.550.
000,00

3390.39.0000 Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica.....
R$ 265.000,00

Fonte de Recurso:

0.1.17.000000 Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação pública.....R$
265.000,00

**TOTAL DA SEC. MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA.....
..R$ 1.765.000,00**

**TOTAL GERAL DE REDUÇÕES.....
R$ 2.545.000,00**

Art. 3º - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder reforços orçamentários no crédito aberto no Artigo 1º, nos termos do artigo 43, da Lei Federal 4.320/64 até o limite estabelecido no art. 4º da Lei Municipal 1.295/2020.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro-MT, 12 de abril de 2021.

LEVI RIBEIRO

Prefeito Municipal

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO
CONSELHO MUNICIPAL SAÚDE - RESOLUÇÃO Nº 001/2021**

DISPÕE PROPOSTA DE EMENDA PARLAMENTAR ESTADUAL Nº 201 REFERENTE A AQUISIÇÃO DE 01 (UMA) AMBULÂNCIA

O Conselho Municipal de Saúde de São José do Rio Claro/MT, criado pela Lei nº 799 de 17 de novembro de 2009, alterada pela Lei nº 805 de 17 de dezembro de 2009, no exercício das suas atribuições legais que lhes conferem a Leis Federais Orgânicas da Saúde nº 8.080 de 19/9/90 e nº 8.142 de 28/12/90, e a Lei Complementar Estadual nº 22 de 9/11/92; e

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Resolução CIT nº 139 de 19 de novembro de 2015 que dispõe sobre a Pactuação de Emenda Parlamentar Estadual para implementação da rede de serviços;

Considerando a Portaria nº 204/2020/GBSES que autoriza a realização do repasse;

Considerando que o município utilizará este veiculo para atendimento para atendimento e urgência/emergência nas ações do Enfrentamento ao COVID-19;

Considerando decisão do plenário do Conselho Municipal de Saúde de São José do Rio Claro – MT, instância máxima de controle social de saúde do município, em reunião ordinária número dois realizada na data de 26 de fevereiro de 2021.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a proposta da Emenda Parlamentar Estadual Nº 201 e Termo de Compromisso nº 112/2020 destinado ao município de São José do Rio Claro-MT-M para a aquisição de uma ambulância no valor de R$ 240. 000,00 (duzentos e quarenta mil)

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São José do Rio Claro, 26 de fevereiro de 2021.

JOÃO FIALHO

Presidente CMS

Homologo: **LILIAN ROSA TAVARES DA SILVA BERNARDO**

Secretária Municipal de Saúde e Saneamento Básico

DEPARATAMENTO DE LICITAÇÃO
ADESÃO Nº 010/2021

ADESÃO Nº 010/2021

O **Município de São José do Rio Claro – MT**, através do Prefeito Municipal Sr. **LEVI RIBEIRO**, torna público que, em virtude de haver concordado com as justificativas apresentada pela Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico, no processo para Contratação da empresa **G I MENDES – ME**, inscrita no CNPJ nº 12.724.478/00001-43, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 2760, bairro Jardim Glória em Nobres – MT, para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA DE CADEIRA ODONTOLÓGICA PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO – MT,** estima-se para a contratação o valor de **R$ 281. 267,00(duzentos e oitenta e um mil e duzentos e sessenta e sete reais),** pagos conforme apresentação da Nota fiscal atestada pela Secretaria responsável,as despesas referente a esta contratação será paga com recurso próprio do Municipio, após a verificação e autorização da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico, conforme disposições em contrato próprio (a ser celebrado), onde formulou-se expediente de Adesão a Ata de Registro de Preço, fulcrada no caput do art. 22, §1º, do Decreto nº 7.892 de 23 de janeiro de 2013, **RATIFICA** as justificativas apresentadas e autoriza a contratação, dando cumprimento ao dispositivos legais. São José do Rio Claro - MT 12 de abril de 2021.**Levi Ribeiro**. Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO
CONSELHO MUNICIPAL SAÚDE - RESOLUÇÃO Nº 003/2021

APROVA A PACTUAÇÃO DE DIRETRIZES, OBJETIVOS, METAS E INDICADORES DE SAÚDE **– SISPACTO 2021.**

O Conselho Municipal de Saúde de São José do Rio Claro/MT, criado pela Lei nº 799 de 17 de novembro de 2009, alterada pela Lei nº 805 de 17 de dezembro de 2009, no exercício das suas atribuições legais que lhes conferem a Leis Federais Orgânicas da Saúde nº 8.080 de 19/9/90 e nº 8.142 de 28/12/90, e a Lei Complementar Estadual nº 22 de 9/11/92; e

Considerando decisão do plenário do Conselho Municipal de Saúde de São José do Rio Claro – MT, instância máxima de controle social de saúde do município, em reunião virtual número três, realizada na data de 31 de março de 2021.

RESOLVE:

Art.1° - Aprovar sob a Ata nº 003/2021 – CMS de 31 de março de 2021 a Pactuação de Diretrizes, Objetivos, Metas e Indicadores de Saúde **SISPACTO 2021.**

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São José do Rio Claro-MT, 31 de março de 2021.

JOÃO FIALHO

Presidente CMS

Homologo: **CLEIDE MARIA ANZIL**

Secretária Municipal de Saúde e Saneamento Básico

DEPARATAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE PREGÃO Nº 003/2021 – REGISTRO DE PREÇO.

O Município de São José do Rio Claro – MT, com sede administrativa na Rua Paraíba, nº 355, Centro – São José do Rio Claro – MT, CEP: 78. 435-000 fone (65) 3386-1482 informa a todos os interessados que realizará Pregão Presencial Sistema de Registro de Preços para **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PNEUS, PROTETORES E CAMARAS DE AR, PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA DOS VEÍCULOS PERTENCENTES A FROTA OFICIAL DO MUNICIPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO**. Data de Abertura: **às 08h00min, do dia 23 de abril de 2021, no endereço acima. Fundamento Legal: Regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e subsidiariamente pela Lei 8.666 de 21/06/93 (com alterações da Lei 8883/94 e da Lei nº 9.648/98). Informação mais detalhadas e edital completo poderão ser solicitados no endereço supramencionado, de segunda a sexta-feira,** 07h00min às 11h00min e das 13h00 ás 17h00, com a Comissão Permanente de Licitação, ou pelo e-mail: licitação@saojosedorioclaro.mt.gov.br ou ainda no site do município: www.saojosedorioclaro.mt.gov.br. São José do Rio Claro – MT, 06 de abril de 2021. Tatiane Ilma Silva Grolli – Pregoeiro Oficial.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO
LEI Nº 1.308, DE 12 DE ABRIL DE 2021

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

LEVI RIBEIRO, Prefeito do Município de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional Suplementar no valor de **R$ 713.542,27 (setecentos e treze mil e quinhentos e quarenta e dois reais e vinte e sete centavos)**, nos termos do Artigo 41, inc. I da Lei Federal nº 4.320/64, para Reforço de dotações e Fontes de Recursos consignadas no Orçamento vigente, conforme segue:

Órgão: 07 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO E CULTURA

Unidade: 002 Fundo Municipal de Educação

Função: 12 Educação

Subfunção: 365- Educação Infantil

Programa: 0010 - Ação, Melhoria e Ampliação da Educação

Projeto/Atividade: 2037 - Manut. Encargos das Atividades do Ensino Infantil

Natureza de Despesa:

3390.30.0000 Material de Consumo.....R$ 5.000,00

4490.52.0000 Equipamento e Material Permanente.....R$ 4.264,60

Fonte de Recurso:

0.3.15.000000 Transferência de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE).....R$ 9.264,60

Subfunção: 361- Ensino Fundamental

Programa: 0010 - Ação, Melhoria e Ampliação da Educação

Projeto/Atividade: 2045 - Manut. Do Programa Salário Educação - Fundamental

Natureza de Despesa:

3390.30.0000 Material de Consumo.....R$ 20.000,00

3390.39.0000 Outros Servicos de Terceiros Pessoa Jurídica.....R$ 20.000,00

3390.36.0000 Outros Servicos de Terceiros Pessoa Fisica.....R$ 5.670,13

Fonte de Recurso:

0.3.15.000000 Transferência de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE).....R$ 45.670,13

Projeto/Atividade: 2033 - Manut. Do Programa Transporte Escolar - Fundamental

Natureza de Despesa:

3390.30.0000 Material de Consumo.....R$ 129.761,12

Fonte de Recurso:

0.3.15.000000 Transferência de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE).....R$ 29.761,12

0.3.25.000000 Demais Recursos Destinados Educação.....R$ 100.000,00

Natureza de Despesa:

3390.39.0000 Outros Servicos de Terceiros Pessoa Jurídica.....R$ 130.334,84

Fonte de Recurso:

0.3.15.000000 Transferência de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE).....R$ 30.000,00

0.3.25.000000 Demais Recursos Destinados Educação.....R$ 100.334,84

Projeto/Atividade: 2074 - Manut. Do Programa Merenda Escolar - Fundamental

Natureza de Despesa:

3390.30.0000 Material de Consumo.....R$ 27.602,14

Fonte de Recurso:

0.3.15.000000 Transferência de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE).....R$ 27.602,14

Projeto/Atividade: 1027 – Const. e Implantação de Brinquedoteca em Creches Municipais

Natureza de Despesa:

3390.30.0000 Material de Consumo.....R$ 20.909,34

Fonte de Recurso:

0.3.22.000000 Transferência de Convênio Educação.....R$ 20.909,34

Projeto/Atividade: 1031 – Complementação da Frota de Onibus Escolar

Natureza de Despesa:

4490.52.0000 Equipamento e Material Permanente.....R$ 350.000,00

Fonte de Recurso:

0.3.22.000000 Transferência de Convênio Educação.....R$ 350.000,00

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES.....R$ 713.542,27

Art. 2º - Para cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 1º serão utilizados recursos provenientes de Superávit Financeiro apurado em balanço do exercício anterior, em conformidade com o §1º inciso I do artigo 43, da Lei 4.320/64.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro-MT, 12 de abril de 2021.

LEVI RIBEIRO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO
CONSELHO MUNICIPAL SAÚDE - RESOLUÇÃO Nº 002/2021

DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DO RELATÓRIO ANUAL DE GESTÃO – **RAG 2020.**

O Conselho Municipal de Saúde de São José do Rio Claro/MT, criado pela Lei nº 799 de 17 de novembro de 2009, alterada pela Lei nº 805 de 17 de dezembro de 2009, no exercício das suas atribuições legais que lhes conferem a Leis Federais Orgânicas da Saúde nº 8.080 de 19/9/90 e nº 8.142 de 28/12/90, e a Lei Complementar Estadual nº 22 de 9/11/92; e

Considerando decisão do plenário do Conselho Municipal de Saúde de São José do Rio Claro – MT, instância máxima de controle social de saúde do município, em reunião virtual número três, realizada na data de 31 de março de 2021,

RESOLVE:

Art.1° - Aprovar sob a Ata nº 003/2021 – CMS de 31 de março de 2021 o Relatório Anual de Gestão – **RAG 2020**.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São José do Rio Claro-MT, 31 de março de 2021.

JOÃO FIALHO

Presidente CMS

Homologo: **CLEIDE MARIA ANZIL**

Secretária Municipal de Saúde e Saneamento Básico

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO
LEI Nº 1.307, DE 12 DE ABRIL DE 2021

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

LEVI RIBEIRO, Prefeito do Município de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional Suplementar no valor de **R$ 1.020.500,00 (Hum Milhão, Vinte mil e Quinhentos Reais)**, nos termos do Artigo 41, inc. I da Lei Federal nº 4. 320/64, para Reforço de dotações e Fontes de Recursos consignadas no Orçamento vigente, conforme segue:

Órgão: 04 SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS

Unidade: 001 Gabinete Da Secretaria Municipal De Financas

Função: 28 Encargos Especiais

Subfunção: 843- Serviço da Divida Interna

Programa: 0005 - Encargos Especiais

Projeto/Atividade: 9002- Manutencao e Encargos com a Divida de Longo Prazo

Natureza de Despesa:

4690.71.00.00.00 Principal da Divida Contratual Resgatado..... R$ 120.500,00

Fonte de Recurso:

0.1.00.000000 Recursos Ordinários..... R$ 120.500,00

TOTAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS.....R$ 120.500,00

Órgão: 07 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO E CULTURA

Unidade: 002 Fundo Municipal de Educação

Função: 12 Educação

Subfunção: 361- Ensino Fundamental

Programa: 0010 - Ação, Melhoria e Ampliação da Educação

Projeto/Atividade: 2040 - Manut. Encargos Com o Fundeb 60% - Fundamental

Natureza de Despesa:

3191.13.0000 Obrigações Patronais – RPPS..... R$ 100.000,00

Fonte de Recurso:

0.1.19.000000 Transf. do Fundeb (Aplicação em Outras Despesas da educ. básica)..... .....R$ 100.000,00

Órgão: 07 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO E CULTURA

Unidade: 002 - Fundo Municipal de Educação

Função: 12 - Educação

Subfunção: 361- Ensino Fundamental

Programa: 0010 - Ação, Melhoria E Ampliação da Educação

Projeto/Atividade: 2043 - Manut Encargos Com o Fundeb 40% - Fundamental

Natureza de Despesa:

3190.11.0000 Vencimento e Vantagens Fixas..... R$ 800.000,00

Fonte de Recurso:

0.1.19.00000 Transf. do Fundeb (Aplicação em Outras Despesas da educ. básica)..... R$ 800.000,00

TOTAL DA SEC. MUNICIPAL DE EDUCACAO E CULTURA..... .....R$ 900.000,00

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES..... R$ 1.020.500,00

Art. 2º - Para cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 1º serão utilizados recursos provenientes de anulação parcial ou total de dotações, em conformidade com o §1º inciso III do artigo 43, da Lei 4.320/64.

Órgão: 07 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO E CULTURA

Unidade: 003 FUNDEB

Função: 12 Educação

Subfunção: 361- Ensino Fundamental

Programa: 0010 - Ação, Melhoria E Ampliação da Educação

Projeto/Atividade: 2043 - Manut Encargos com o FUNDEB 40% - Fundamental

Natureza de Despesa:

3190.11.0000 Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil..... .R$ 945.500,00

Fonte de Recurso:

0.1.01.000000 Receitas de Impostos e Transferências..... R$ 945.500,00

Órgão: 07 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Unidade: 001 Gabinete da Secretaria Municipal de Educação

Função: 12 Educação

Subfunção: 122- Administração Geral

Programa: 0003 - Gestão Eficaz

Projeto/Atividade: 2032 - Gestão e Manutenção da Secretaria de Educação

Natureza de Despesa:

3190.11.0000 Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil..... ...R$ 50.000,00

Fonte de Recurso:

0.1.15.000000 Transf. de Rec. do Fundo Nacional de educação – FNDE. .....R$ 50. 000,00

TOTAL DA SEC. MUNICIPAL DE EDUCACAO E CULTURA..... .....R$ 995.500,00

Órgão: 08 SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA

Unidade: 001 - Gabinete da Sec. Mun de Infra-Estrutura

Função: 15 - Urbanismo

Subfunção: 451- Infra-Estrutura Urbana

Programa: 0003 - Gestão Eficaz

Projeto/Atividade: 2052 - Gestão e Manut. da Secretaria de Infraestrutura

Natureza de Despesa:

3190.11.0000 Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil.....R$ 25. 000,00

Fonte de Recurso:

0.1.15.000000 Transferência de Recursos do Fundo Nacional do Desenv. Da Educação FNDE..... .....R$ 25.000,00

TOTAL DA SEC. MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA..... .....R$ 25.000,00

TOTAL DE REDUÇÕES.....R$ 1.020.500,00

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro-MT, 12 de bril de 2021.

LEVI RIBEIRO

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO
LEI Nº 1.309, DE 12 DE ABRIL DE 2021

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

LEVI RIBEIRO, Prefeito do Município de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional Suplementar no valor de **R$ 1.717.234,36 (Um Milhão e Setecentos e Dezessete Mil e Duzentos e Trinta e Quatro Reais e Trinta e Seis Centavos)**, nos termos do Artigo 41, inc. I da Lei Federal nº 4.320/64, para Reforço de dotações e Fontes de Recursos consignadas no Orçamento vigente, conforme segue:

Órgão: 06 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE E SANEAMENTO BASICO

Unidade: 001 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Função: 10 Saúde

Subfunção: 302 Assistencia Hospitalar e Ambulatorial

Programa: 0009 Saúde para Todos

Projeto/Atividade: 1022 Ampliacao e Ref. do Pronto Atendimento Municipal

Natureza de Despesa:

4490.51.0000 Obras e Instalações.....R$ 559.828,88

Fonte de Recurso:

0.3.02.000000 Receitas de Impostos e de Transf. de Impostos - Saúde.....R$ 34.000,00

0.3.00.000000 Recursos Ordinários.....R$ 525.828,88

Órgão: 08 SECRETARIA MUNICIPAL DE NFRA-ESTRUTURA

Unidade: 003 OBRAS PUBLICAS

Função: 15 Urbanismo

Subfunção: 451 Infra-Estrutura Urbana

Programa: 0016 Ampliacao e Requalificacao da Infraestrutura Urbana

Projeto/Atividade: 1035 Drenagem, Recapeamento e Pav. de Vias Públicas

Natureza de Despesa:

4490.51.0000 Obras e Instalações.....R$ 674.825,38

Fonte de Recurso:

0.3.33.000000 Outras Transf. de Convênios, Contrato de Repasse do Estado (não relacionados à Educação, Saúde e Assistência Social).....R$ 399.825,38

0.3.00.000000 Recursos Ordinários.....R$ 275.000,00

Natureza de Despesa:

4490.390000 Outros Servicos de Terceiro Pessoa Jurídica.....R$ 150.000,00

4490.300000 Material de Consumo.....R$ 175.000,00

Fonte de Recurso:

0.3.00.000000 Recursos Ordinários.....R$ 325.000,00

Órgão: 08 SECRETARIA MUNICIPAL DE NFRA-ESTRUTURA

Unidade: 002 SERVIÇOS URBANOS

Função: 25 Energia

Subfunção: 752 Energia Eletrica

Programa: 0015 Espaco Urbano Estruturado, Humanizado e com Qualidade

Projeto/Atividade: 2054 Manutencao e Encargos com a Iluminacao Publica

Natureza de Despesa:

4490.390000 Outros Servicos de Terceiro Pessoa Jurídica.....R$ 64.347,01

4490.300000 Material de Consumo.....R$ 30.000,00

Fonte de Recurso:

0.3.17.000000 Contrib.p/ o Custeio dos Serv. de Iluminação Púb. COSIP.....R$ 94.347,01

Órgão: 08 SECRETARIA MUNICIPAL DE NFRA-ESTRUTURA

Unidade: 003 OBRAS PUBLICAS

Função: 26 Transporte

Subfunção: 782 Transporte Rodoviário

Programa: 0018 Ampliacao e Requalificacao da Infraestrutura Rural

Projeto/Atividade: 2056 Manut Cons. de Estradas Vicinais, Bueiros e Pontes

Natureza de Despesa:

3390.300000 Material de Consumo.....R$ 63.233,09

Fonte de Recurso:

0.3.30.000000 Recursos do Fundo de Transporte e Habitação – FETHAB.....R$ 63.233,09

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES.....R$ 1.717.234,36

Art. 2º - Para cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 1º serão utilizados recursos provenientes de Superávit Financeiro apurado em balanço do exercício anterior, em conformidade com o §1º inciso I do artigo 43, da Lei 4.320/64.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro-MT, 12 de abril de 2021.

LEVI RIBEIRO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÃO
AVISO DE INTENÇÃO DE ADESÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO

AVISO DE INTENÇÃO DE ADESÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Processo Licitatório nº 008/2021 – Processo Administrativo nº 1081/2021

A Prefeitura Municipal torna público seu interesse de aderir aAta de Registro de Preços nº. 025/2020, referente ao Pregão Eletrônico nº. 006/2020, realizada pela Prefeitura do Município de Santa Cruz do Xingu /MT. Essa adesão visa à AQUISIÇÃO **DE EQUIPAMENTO DE MATERIAL PERMANENTE PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DESTE MUNICÍPIO.**

São José do Xingu – MT, 30 de março de 2021.

SANDRO JOSÉ LUZ COSTA

PREFEITO MUNICIPAL

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÃO
AVISO DE INTENÇÃO DE ADESÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO

AVISO DE INTENÇÃO DE ADESÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Processo Licitatório nº 011/2021 – Processo Administrativo nº 1093/2021

A Prefeitura Municipal torna público seu interesse de aderir aAta de Registro de Preços nº. 12000024/2020, referente ao Pregão Presencial nº. 024/2020, realizada pela Prefeitura Municipal de Nova Olímpia /MT. Essa adesão visa à AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO PERMANENTE PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

São José do Xingu – MT, 05 de abril de 2021.

Daianne Alves de Jesus Silva

Secretária de Sauda

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÃO
AVISO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO

AVISO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Processo Licitatório nº 007/2021 – Processo Administrativo nº 1010/2021

A Prefeitura Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, torna público, para conhecimento dos interessados, que aderiu através do **Processo Administrativo n° 1010/2021** Adesão à Ata de Registro de Preço nº **020/2020** referente ao Pregão Presencial **nº 002/2020**, realizada pela **Prefeitura Municipal de SÃO FELIX DO ARAGUAIA/MT** através da Comissão Geral de Licitação.

Objeto: ESSA ADESÃO VISA À AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DESTE MUNICIPIO.

MAX DIAGNOSTICA COMERCIO E LOCAÇÃO DE ARTIGOS LABORATORIAIS EIRELLI - EPP, inscrita no C.N.P.J./ MF sob o n.º 07.776.581/0001-05, Rua Jose da Costa Teixeira, nº 546, Recanto das Flores, Ribeirão Preto/SP**.**

São José do Xingu – MT, 12 de abril de 2021.

Mural da Prefeitura Municipal

São José do Xingu/MT

PLUBICADO NO MURAL

São José do Xingu/MT / /

AUTORIDADE COMPETENTE

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÃO
AVISO DE INTENÇÃO ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO

AVISO DE INTENÇÃO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Processo Licitatório nº 007/2021 – Processo Administrativo nº 1010/2021

A Prefeitura Municipal torna público seu interesse de aderir aAta de Registro de Preços nº. 020/2020, referente ao Pregão Presencial nº. 002/2020, realizada pela Prefeitura São Felix do Araguaia /MT. Essa adesão visa à AQUISIÇÃO **DE EQUIPAMENTO DE MATERIAL PERMANENTE PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DESTE MUNICÍPIO.**

São José do Xingu – MT, 01 de abril de 2021.

DAIANNE ALVES DE JESUS SILVA

SECRETÁRIA DE SAUDE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU-MT
AVISO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO

AVISO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Processo Licitatório nº 002/2021 – Processo Administrativo nº 949/2021

A Prefeitura Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, torna público, para conhecimento dos interessados, que aderiu através do **Processo Administrativo n° 949/2021** Adesão à Ata de Registro de Preço nº **007/2021** referente ao Pregão Presencial **nº 004/2021**, realizada pela **Prefeitura Municipal de Tabaporã /MT** através da Comissão Geral de Licitação.

Objeto: AQUISICAO DE MEDICAMENTO E INSUMOS PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DESTE MUNICIPIO.

FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALARES EIRELI - ME, inscrita no C.N.P.J./ MF sob o n.º 03.250.803.0001.92, Rua São Luiz, nº 347, Bairro lixeira, Cuiabá/MT**.**

São José do Xingu – MT, 12 de abril de 2021.

Daiane Alves de Jesus

Secretaria Municipal de Saude

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2021

AVISO DE RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2021

O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de São José do Xingu – MT, nomeado pela portaria nº 030/2021, torna público aos interessados que na sessão de processamento do Pregão Presencial nº 004/2021 **Tipo**: menor preço por lote, cujo **A presente licitação tem por objetivo a Contratação de Serviços Médicos, para atender a demanda da equipe de Saúde da Família II Rural do Distrito de Santo Antônio do Fontoura e prestação de serviços médicos para atendimento das urgência e emergência do Município de São José do Xingu, de acordo com as especificações contidas no Anexo I – Termo de Referência.**

Em face das propostas de preços apresentadas, o pregoeiro declarou as Seguintes empresas vencedora do certame.

Total Geral da empresa **URSA SERVIÇOS – EIRELI** R$ - Lote 01 R$ 501.000,00 (Quinhentos e Um mil Reais)

Total Geral da empresa **URSA SERVIÇOS – EIRELI** R$ - Lote 02 R$ 435.300,00 (Quatrocentos e Trinta e Cinco Mil e Trezentos Reais)

Totalizando um Valor Global de R$ 936.300,00 (Novecentos e Trinta e Seis Mil e Trezentos Reais).

As empresas URSA SERVIÇOS – EIRELI CNPJ: 24.157.800/0001-89 e a empresa J.C. PALACIOS RIVERI CNPJ – 27.469.588/0001-83 Foram inabilitadas.

São José do Xingu – MT, 12 de abril de 2021.

São José do Xingu – MT, 12 de abril de 2021.

Mural da Prefeitura Municipal

São José do Xingu/MT

PUBLICADO NO MURAL

São José do Xingu/MT / /

AUTORIDADE COMPETENTE

DENILSON ANTÔNIO P.M.SILVA

Pregoeiro Municipal.

Dec. nº 082/2021.

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 038/2021

PORTARIA Nº 038/2021

DE 29 DE MARÇO DE 2021.

"**DISPÕE SOBRE MEMBROS PARA A COMISSÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E VALORIZAÇÃO DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO - FUNDEB DO MUNICIPIO DE SÃO JOSÉ DO XINGU – MT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**.

O Prefeito Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr. Sandro José Luz Costa, no uso de suas atribuições legais, que são conferidas pela Lei Municipal nº 808/2021, baixa a seguinte PORTARIA:

Art. 1º - Fica nomeada a Comissão do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação- FUNDEB.

Representantes do Poder Executivo:

Titular: Silvia Regina Rodrigues de Souza, Matricula Funcional nº 10182

Suplente: Sandra Moreira de Souza, Matricula Funcional nº 10249

Representantes do Executivo Educação:

Titular: Carminia Pereira Evangelista Matricula Funcional nº 039

Suplente: Morgana Leticia Rossi, Matricula Funcional nº 182

Representantes dos Professores da Educação Básica Pública:

Titular: Maria Oliveira Braga, Matricula Funcional nº 071

Suplente: Doralina Pereira Gomes, Matricula Funcional nº 0117

Representantes dos Diretores das Escolas Básicas Públicas:

Titular: Cleni Maria Abreu da Silva, Matricula Funcional nº 9971

Suplente: Rosely Rodrigues de Bessa Marmet, Matricula Funcional nº 9717

Representantes dos Servidores Técnicos Administrativos das Escolas Básicas Públicas:

Titular: Magna Oliveira da Silva, Matricula Funcional nº 057

Suplente: Eliane Lara Neto, Matricula Funcional nº 083

Representantes dos Pais de Alunos da Educação Básica Pública:

Titular: Ana Flavia Pereira Portilho, Matricula Funcional nº 10207

Suplente: Claudineide Rodrigues de Souza,

Representantes da Escola de Campo:

Titular: Etelyn Luana da Costa Barbosa, Matricula Funcional nº 10214

Suplente: Maria Darque Rosa, Matricula Funcional nº 9905

Representantes dos Alunos da Educação Básica Pública

Titular: João Gomes Barbosa

Suplente: Olentino Silvério Campos Neto ,

Representantes da Sociedade Civil:

Titular: Joseane Barbosa Silva, Matricula Funcional nº 10271

Suplente: Maria de Jesus Guimarães Américo, Matricula Funcional nº 022

Representantes do Conselho Tutelar Municipal:

Titular: Maria de Jesus Ribeiro de Souza Feitoza, Matricula Funcional nº 10251

Suplente: Leidiane Pereira Dias da Silva, Matricula Funcional nº 10253

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito

Em, 29 de março de 2021

Sandro José Luz Costa

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se Cumpra-se.

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÃO
AVISO DE INTENÇÃO DE ADESÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO

AVISO DE INTENÇÃO DE ADESÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Processo Licitatório nº 008/2021 – Processo Administrativo nº 1081/2021

A Prefeitura Municipal torna público seu interesse de aderir aAta de Registro de Preços nº. 025/2020, referente ao Pregão Eletrônico nº. 006/2020, realizada pela Prefeitura do Município de Santa Cruz do Xingu /MT. Essa adesão visa à AQUISIÇÃO **DE EQUIPAMENTO DE MATERIAL PERMANENTE PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DESTE MUNICÍPIO.**

São José do Xingu – MT, 30 de março de 2021.

SANDRO JOSÉ LUZ COSTA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE ADESÃO

O senhor **JAMIS SILVA BOLANDIN**, Prefeito do Município de São José dos Quatro Marcos – MT, no uso de suas atribuições legais, e com autorização da Empresa: **E. R. SIPPER JUNIOR,** Inscrita no **CNPJ: 20.890.689/0001-84,** comunica aos interessados que irá **ADERIR A TERMO DE ADESÃO** a **ata de Registro de Preço de Nº 13/2020 oriunda do Pregão Presencial nº 13/2020, da Fundação Municipal de Saúde Samuel Greve – Município de Mirassol D'Oeste - MT** Objeto**: SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DE APRELHOS E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES EM GERAL COM REPOSIÇÃO DE PEÇAS.**

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Contrato Nº 17/2021, firmado em 12/04/2021. **Signatários:** pela **CONTRATANTE**, Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos-MT e, pela **CONTRATADA**, **JESSICA FALCONI GARCIA**; **Objeto:** Prestação de Serviço Temporário e Excepcional, nos termos das legislações aplicáveis, para suprir cargos e vagas aos serviços essenciais e inadiáveis para o atendimento de monitoria à demanda da Secretaria Municipal de Assistência Social, na função de Monitor para Oficinas com Crianças e Adolescentes (SCFV). **Vigência:** até 31/12/2021; **Valor: R$** 12.375,00; **Fiscal de Contrato: REGISLAINE NEVES RUIZ.**

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Contrato Nº 13/2021, firmado em 12/04/2021. **Signatários:** pela **CONTRATANTE**, Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos-MT e, pela **CONTRATADA**, **ANA CLEA CORDEIRO**; **Objeto:** Prestação de Serviço Temporário e Excepcional, nos termos das legislações aplicáveis, para suprir cargos e vagas aos serviços essenciais e inadiáveis para o atendimento de monitoria à demanda da Secretaria Municipal de Assistência Social, na função de Monitor de Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família- PAIF Volante. **Vigência:** até 31/12/2021; **Valor: R$** 12.375,00; **Fiscal de Contrato: REGISLAINE NEVES RUIZ.**

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Contrato Nº 18/2021, firmado em 12/04/2021. **Signatários:** pela **CONTRATANTE**, Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos-MT e, pela **CONTRATADA**, **JANAINA GONÇALVES BEJO**; **Objeto:** Prestação de Serviço Temporário e Excepcional, nos termos das legislações aplicáveis, para suprir cargos e vagas aos serviços essenciais e inadiáveis para o atendimento de monitoria à demanda da Secretaria Municipal de Assistência Social, na função de Monitor para Oficinas com Crianças e Adolescentes (SCFV). **Vigência:** até 31/12/2021; **Valor: R$** 12.375,00; **Fiscal de Contrato: REGISLAINE NEVES RUIZ.**

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 151 DE 09 DE ABRIL DE 2021

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

JAMIS SILVA BOLANDIN, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER férias a servidora MAIRA DO CARMO SILVA BIANCHINI no período de 05/04 a 04/05/2021, referente ao período aquisitivo 2020/2021.

Artigo 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 05 de abril do corrente ano, revogando as disposições em contrário.

REGISTRADA|PUBLICADA|CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AOS 09 DE ABRIL DE 2021

JAMIS SILVA BOLANDIN

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 149 DE 09 DE ABRIL DE 2021

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

JAMIS SILVA BOLANDIN, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER férias a servidora LUCILANDES CORREA DE LACERDA, no período de 05/04 a 04/05/2021, referente ao período aquisitivo 2020/2021.

Artigo 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 05 de abril do corrente ano, revogando as disposições em contrário.

REGISTRADA|PUBLICADA|CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AOS 09 DE ABRIL DE 2021

JAMIS SILVA BOLANDIN

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 150 DE 09 DE ABRIL DE 2021

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

JAMIS SILVA BOLANDIN, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER férias a servidora NEUSELI DE ANDRADE MELGAREJO, no período de 05/04 a 04/05/2021, referente ao período aquisitivo 2020/2021.

Artigo 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 05 de abril do corrente ano, revogando as disposições em contrário.

REGISTRADA|PUBLICADA|CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AOS 09 DE ABRIL DE 2021

JAMIS SILVA BOLANDIN

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 153 DE 12 DE ABRIL DE 2021

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

JAMIS SILVA BOLANDIN, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER férias ao servidor JHEISON SOARES RAYMUNDO no período de 05/04 a 04/05/2021, referente ao período aquisitivo 2019/2022.

Artigo 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 05 de abril do corrente ano, revogando as disposições em contrário.

REGISTRADA|PUBLICADA|CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AOS 12 DE ABRIL DE 2021

JAMIS SILVA BOLANDIN

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 152 DE 09 DE ABRIL DE 2021

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

JAMIS SILVA BOLANDIN, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER férias a servidora MONICA DAS GRAÇAS TEOTONIO no período de 05/04 a 04/05/2021, referente ao período aquisitivo 2020/2021.

Artigo 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 05 de abril do corrente ano, revogando as disposições em contrário.

REGISTRADA|PUBLICADA|CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AOS 09 DE ABRIL DE 2021

JAMIS SILVA BOLANDIN

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 148 DE 09 DE ABRIL DE 2021

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

JAMIS SILVA BOLANDIN, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER férias a servidora CLEONICE ARAUJO DOS SANTOS, no período de 05/04 a 04/05/2021, referente ao período aquisitivo 2020/2021.

Artigo 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 05 de abril do corrente ano, revogando as disposições em contrário.

REGISTRADA|PUBLICADA|CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AOS 09 DE ABRIL DE 2021

JAMIS SILVA BOLANDIN

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 147 DE 09 DE ABRIL DE 2021

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

JAMIS SILVA BOLANDIN, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER férias a servidora JOSEANE APARECIDA CASSIANO PINA, no período de 01/04 a 30/04/2021, referente ao período aquisitivo 2019/2020.

Artigo 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 1º de abril do corrente ano, revogando as disposições em contrário.

REGISTRADA|PUBLICADA|CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AOS 09 DE ABRIL DE 2021

JAMIS SILVA BOLANDIN

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 146 DE 09 DE ABRIL DE 2021

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

JAMIS SILVA BOLANDIN, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE: Artigo 1º - EXONERAR a pedido do cargo em comissão de DIRETOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE o Senhor RAFAEL SOARES CORREIA, nomeado através da PORTARIA Nº 021 DE 06 DE JANEIRO DE 2021.

Artigo 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 08 de abril do corrente ano, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRADA|PUBLICADA|CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AOS 09 DE ABRIL DE 2021

JAMIS SILVA BOLANDIN

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Contrato Nº 15/2021, firmado em 12/04/2021. **Signatários:** pela **CONTRATANTE**, Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos-MT e, pela **CONTRATADA**, **SUELI FATIMA FALCHI ALEXANDRE**; **Objeto:** Prestação de Serviço Temporário e Excepcional, nos termos das legislações aplicáveis, para suprir cargos e vagas aos serviços essenciais e inadiáveis para o atendimento de monitoria à demanda da Secretaria Municipal de Assistência Social, na função de Monitor para Oficinas com Pessoas Idosas (SCFV). **Vigência:** até 31/12/2021; **Valor: R$** 12.375,00; **Fiscal de Contrato: REGISLAINE NEVES RUIZ.**

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Contrato Nº 16/2021, firmado em 12/04/2021. **Signatários:** pela **CONTRATANTE**, Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos-MT e, pela **CONTRATADA**, **MICHELLE RENATA MARIM CORDEIRO ALVES**; **Objeto:** Prestação de Serviço Temporário e Excepcional, nos termos das legislações aplicáveis, para suprir cargos e vagas aos serviços essenciais e inadiáveis para o atendimento de monitoria à demanda da Secretaria Municipal de Assistência Social, na função de Monitor para Oficinas com Crianças e Adolescentes (SCFV). **Vigência:** até 31/12/2021; **Valor: R$** 12.375,00; **Fiscal de Contrato: REGISLAINE NEVES RUIZ.**

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Contrato Nº 14/2021, firmado em 12/04/2021. **Signatários:** pela **CONTRATANTE**, Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos-MT e, pela **CONTRATADA**, **ANA CLEA CORDEIRO**; **Objeto:** Prestação de Serviço Temporário e Excepcional, nos termos das legislações aplicáveis, para suprir cargos e vagas aos serviços essenciais e inadiáveis para o atendimento de monitoria à demanda da Secretaria Municipal de Assistência Social, na função de Monitor de Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família- PAIF. **Vigência:** até 31/12/2021; **Valor: R$** 12.375,00; **Fiscal de Contrato: REGISLAINE NEVES RUIZ.**

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 154 DE 12 DE ABRIL DE 2021

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

JAMIS SILVA BOLANDIN, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER férias ao servidor LUCIO FABIO MAZETE DOURADO, no período de 06/04 a 05/05/2021, referente ao período aquisitivo 2020/2021.

Artigo 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 06 de abril do corrente ano, revogando as disposições em contrário.

REGISTRADA|PUBLICADA|CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AOS 12 DE ABRIL DE 2021

JAMIS SILVA BOLANDIN

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA NOVA DOURADA

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 006/2021.

PROCESSO Nº 038/2020

OBJETO: "**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA, PARA DAR CONTINUIDADE NA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO DE PONTES DE CONCRETO ARMADO PRE-MOLDADO PROTENDIDO, SOBRE VARIOS CORREGOS NAS RODOVIAS VICINAIS DO MUNICIPIO DE SERRA NOVA DOURADA-MT.**".

FAVORECIDO: **PRE-LAJES PONTES EIRELI**

CNPJ: 28.108.741/0001-00

PRAZO DE EXECUÇÃO: 180 (cento e oitenta dias) corridos;

DATA DE ASSINATURA: 30/03/2021.

VALOR GLOBAL: **R$ 2.449.726,28 (dois milhoes, quatrocentos e quarenta e nove mil, setecentos e vinte e seis reais e vinte oito centavos).**

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 10.520/02 e Lei nº 8.666/93 e alterações, como Decretos Federais n.º 7.892/13 e 5.450/05.

Serra Nova Dourada - MT, em 31 de Março de 2021.

Carina Mignoso

Presidente da CPL.

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 019/2021

DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 007/2021.

RECONHEÇO a contratação por meio de Dispensa de Licitação, considerando a orientação exposta no Parecer do Procurador Jurídico do Município, presente aos autos do processo, que está fundamentado no artigo 24, inciso I, da Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações posteriores.

PROCESSO: 019/2021.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DE PROJETO DE CONSERVAÇÃO DO PAVIMENTO DE DIVERSAS RUAS DO MUNICIPIO DE SERRA NOVA DOURADA-MT.

VIGÊNCIA: 60 (sessenta) dias**.**

FAVORECIDO: DR. CONSULTORIA E PROJETO

CNPJ DE N.º: 2.234.855/0001-82

Valor Total: R$ 14.000,00 (quatorze mil reais)

Serra Nova Dourada - MT, em 12 de Abril de 2021.

Carina Mignoso

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Portaria n.º 17/2021.

ATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA

Ratifico a dispensa do certame licitatório em consonância com a JUSTIFICATIVA apresentada, nos termos do art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Serra Nova Dourada - MT, em 12 de Abril de2021.

ELSON FARIAS DE SOUSA.

PREFEITO MUNICIPAL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORÃ

LICITACAO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 004/2021

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 001/2021

Objeto:

LOCAÇÃO DE UM IMOVEL DE ALVENARIA COM UMA METRAGEM MINIMA DE 1.350,00 m² PARA A INSTALAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE TABAPORÃ/MT.

Repartições interessadas:..... SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Conformidade:---------- Lei Federal n°. 8.666/93 - artigo 24 - inciso X

Demais Legislações pertinentes ao assunto.

O município de Tabaporã/MT, através de seu Prefeito Municipal, senhor Sirineu Moleta, em atendimento ao disposto na Lei Federal nº. 8.666/93 – Artigo 43 – Inciso VI, **HOMOLOGA** o resultado final do Processo Licitatório supracitado, proferido pela Comissão Municipal de Licitação, instituída pela portaria Nº. 001/2021 de 07 de Janeiro de 2021.

LUIZ CARLOS ALVES, portadora do RG n°. 2976965-5 SESP/MT e CPF n°. 562.875.858-20.

Valor Mês: **R$: 3.800,00 (Três mil e oitocentos reais)**

Valor total dos 12 meses: **R$: 45.600,00 (Quarenta e cinco mil e seiscentos reais)**.

Homologo o resultado proferido pela Comissão Municipal de Licitação.

Tabaporã/MT, 12 de Abril de 2021.

Sirineu Moleta

Prefeito Municipal

LICITACAO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 004/2021

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 001/2021

Objeto:

LOCAÇÃO DE UM IMOVEL DE ALVENARIA COM UMA METRAGEM MINIMA DE 1.350,00 m² PARA A INSTALAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE TABAPORÃ/MT.

Repartições interessadas:..... SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Conformidade:---------- Lei Federal n°. 8.666/93 - artigo 24 - inciso X

Demais Legislações pertinentes ao assunto.

Em conformidade com o artigo 43, inciso VI da Lei Federal nº. 8666/93, o município de Tabaporã/MT, através de seu Prefeito Municipal, senhor Sirineu Moleta, **ADJUDICA** o objeto deste certame à VENCEDORA, conforme segue:

LUIZ CARLOS ALVES, portadora do RG n°. 2976965-5 SESP/MT e CPF n°. 562.875.858-20.

Valor Mês: **R$: 3.800,00 (Três mil e oitocentos reais)**

Valor total dos 12 meses: **R$: 45.600,00 (Quarenta e cinco mil e seiscentos reais)**.

Registrado e Publicado por afixação, no lugar público de costume desta, na data abaixo.

Tabaporã/MT, 12 de Abril de 2021.

Sirineu Moleta

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 4.367/2021

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Sr. SIRINEU MOLETA, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Artigo 1º - LUTO OFICIAL por três diasno Município de Tabaporã, em virtude do falecimento do **RAFAEL VIEIRA STREG**, filho **do Vice-Prefeito Sr. VALDECIR STREG** e da **Professora RAKEL VIEIRA STREG** ocorrido no Loteamento Urbano de Nova Fronteira, município de Tabaporã - MT, no dia 09/04/2021.

Artigo 2º - Os serviços públicos não serão afetados por este Decreto.

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã, 12 de Abril de 2021.

SIRINEU MOLETA PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE ABERTURA-PREGÃO ELETRÔNICO N° 016/2021

AVISO DE ABERTURA-PREGÃO ELETRÔNICO N° 016/2021-TIPO MENOR PREÇO POR ITEM. Objeto: **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE RESGATE E SALVAMENTO PARA ATENDER NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE,** conforme especificações contidas no Termo de Referência e demais exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. **Realização: 26 de Abril de 2021 às 09h00 horário de Brasília**. Fundamento legal: Lei nº 8.666/93, Lei nº 10.520/2002, Lei Complementar n° 123/2006, Decreto nº 3.555/2000, Decreto Federal nº 10.024/2019, Decreto Federal nº 7.892/2013 e Decreto Municipal nº 355/2019. Endereço Eletrônico: www.comprasnet.gov.br. Observação: O Edital e seus anexos estará disponível para acesso dos interessados a partir do dia **13 de abril de 2021,** no link http://www.tangaradaserra.mt.gov/licitacao/ e na plataforma www.comprasnet.gov.br. Demais informações, poderão ser obtidas através do telefone 65-3311-4800, 65-3311-4809. Tangará da Serra- MT, 12 de Abril de 2021. Janine Cristina Gruber Nogueira - Chefe do Departamento de Licitações e Contratos.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
2º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 046/2020- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 061/2020

2º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 046/2020- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 061/2020 -REGISTRO DE PREÇOS, para futura e eventual **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO CIVIL E PAVIMENTAÇÃO (AREIA, BRITA, PEDRISCO PÓ DE PEDRA ETC...), A FIM DE ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS DESTE MUNICÍPIO,** conforme especificações constantes do Anexo I do Edital, o MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT, neste ato representado pelo Prefeito Sr. Vander Alberto Masson, RESOLVE REEQUILIBRAR os preços da Empresa **ARTEFATOS DE CIMENTO SÃO PEDRO LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 01.900.018/0001-02. Fica REEQUILIBRADA a Ata DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 046/2020 no sub item 5.2.1, conforme a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	MARCA	QUANT.	VALOR UNIT.
02	ADUELAS PRÉ-MOLDADAS 2000 X 2000X1000 METROS.	UN.	PRÓPRIA	50	R$ 2.543,33

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da CONTRATANTE, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93. Tangará da Serra- MT, 12 de Abril de 2021- Janine Cristina Gruber Nogueira- Chefe do Departamento de Licitações e Contratos- Portaria nº 271/2021.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE CANCELAMENTO DE ITEM- ATA DE REGISTRO PREÇO Nº 012/2021

AVISO DE CANCELAMENTO DE ITEM- ATA DE REGISTRO PREÇO Nº 012/2021- REGISTRO DE PREÇOS, para futura e eventual **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E CAMINHÕES COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA E COMBUSTÍVEL**, para atender as necessidades das Secretarias Municipais de Infraestrutura e Meio Ambiente**,**conforme especificações contidas no Termo de Referência e demais exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. O MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT, através do Departamento de Licitações e Contratos, com fulcro nas disposições contidas no Art.44, Paragráfo 1º do Decreto 258/GP/2003 e Art.49 da Lei Federal nº 8.666/93 e ainda, na Cláusula Sétima da Ata de Registro de Preços citada acima, torna público o **cancelamento dos itens: 02 e 04**registrados em favor do fornecedor **MULTIPARK COM. E SERV. REPRESENTAÇÃO LTDA,** inscrita no CNPJ sob o nº 11.590.156/0001-96, tendo em vista a recusa em assinar a Ata de Registro de Preços, alegando impossibilidade de assumir o compromisso com a prestação dos serviços objeto do certame. Demais Informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitações e Contratos, através do telefone 65-3311-4800. Tangará da Serra- MT, 12 de Abril de 2021. Janine Cristina Gruber Nogueira - Chefe Departamento de Licitações e Contratos.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE CANCELAMENTO DE ITEM- ATA DE REGISTRO PREÇO Nº 011/2020- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2020

AVISO DE CANCELAMENTO DE ITEM- ATA DE REGISTRO PREÇO Nº 011/2020- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2020. Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS,** para futura e eventual **AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS (CARNES E DERIVADOS , HORTIFRUTIGRANJEIROS E NÃO PERECÍVEIS ESTOCÁVEIS,** para atender programa de alimentação Escolar da Secretaria Municipal de Educação e suprir necessidades das demais Secretarias do município, conforme especificações contidas no Termo de Referência, Anexos II e III, parte Integrante do Edital. O MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT, através do Departamento de Licitações e Contratos, com fulcro nas disposições contidas no Art.44, Paragráfo 1º do Decreto 258/GP/2003 e Art.49 da Lei Federal nº 8.666/93 e ainda, na Cláusula Sétima da Ata de Registro de Preços citada acima, torna público o **cancelamento do item: 114** registrado em favor do fornecedor **NABELLA COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS EIRELI**, inscrita no CNPJ sob o nº 27.981.389/0001-50, tendo em vista o pedido de reequilíbrio indeferido e pedido de cancelamento pelo fornecedor, o qual

foi aceito pelo Secretário de Administração. Demais Informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitações e Contratos, através do telefone 65-3311-4800. Tangará da Serra- MT, 12 de Abril de 2021. Janine Cristina Gruber Nogueira - Chefe Departamento de Licitações e Contratos.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ALTERAÇÃO DE FORNECEDOR- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 012/2021

ALTERAÇÃO DE FORNECEDOR- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 012/2021- REGISTRO DE PREÇOS, para futura e eventual **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E CAMINHÕES COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA E COMBUSTÍVEL**, para atender as necessidades das Secretarias Municipais de Infraestrutura e Meio Ambiente**,**conforme especificações contidas no Termo de Referência e demais exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2021**. O MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT, através do Dept. de Licitações, torna público que, tendo em vista, inexecução contratual a recusa em assinar a Ata de Registro de Preços, pela licitante primeira colocada **MULTIPARK COM. E SERV. REPRESENTAÇÃO LTDA,** inscrita no CNPJ sob o nº 11.590.156/0001-96, alegando impossibilidade de assumir o compromisso com a prestação dos serviços objeto do certame, conforme sua proposta apresentada para os itens 05 E 09; promoveu a alteração de Fornecedor para a empresa **HOKEN SERVICE- K. G. N. SERVIÇOS DE TRANSPORTE EIRELI,** conforme Termo de Alteração firmado entre as partes; Ata de Registro de Preços nº 012/2021/03, que também poderá ser acessado na íntegra, através do link: http://www.tangaradaserra.mt.gov.br. Tangará da Serra- MT, 12 de Abril de 2021. Janine Cristina Gruber Nogueira Chefe do Depto de Licitações e Contratos- Portaria nº 271/2021.

SAMAE
AVISO DE ABERTURA - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2021/SAMAE

O **SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Tangará da Serra - Mato Grosso,** através do Setor de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 009/2021/SAMAE,** para seleção da melhor proposta pelo **MENOR PREÇO POR ITEM ,** tendo como objeto a **AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO E MATERIAL DE LIMPEZA GERAL**.A abertura do certame está prevista para as **09h00min do dia 26 de Abril de 2021 (horário de Brasília - DF).** Endereço do SAMAE de Tangará da Serra/MT, éna Avenida Brasil, nº 2350-E, Paço Municipal - Anexo, Jardim Europa de segunda a sexta-feira, exceto feriados. O Edital completo poderá ser retirado no site: www.samaetga.com.br/publicações. Fone para contato: (65) 3311–6504 / 3311-6517 e 3311-6518.

Tangará da Serra/MT, 12 de Abril de 2021.

EDINÉIA G. DE SOUZA VIEIRA

Setor de Licitação - SAMAE

SAMAE
AVISO DE RESULTADO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2021/ SAMAE

O **SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Tangará da Serra**, Estado de Mato Grosso,através do Setor de Licitação, torna público para conhecimento dos interessados, que se sagrou como vencedora no Procedimento Licitatório na Modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 004/2021/SAMAE**, referente à **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE GRAMA, INCLUINDO PLANTIO E MANUTENÇÃO, A FIM DE ATENDER ÀS NECESSIDADES DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO (SAMAE), COM O OBJETIVO DE RECOBRIR AS ÁREAS LIMÍTROFES E TALUDES DAS LAGOAS, NA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO-ETE, MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA – MT,** a empresa **KASPRZAK & STRALIOTTO LTDA – ME / CNPJ: 13.153.881/0001-22.**

Tangará da Serra/MT, 12 de Abril de 2021.

Edinéia Gonçalves de Souza Vieira

Membro de Apoio/Licitação/SAMAE

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE

CONTRATOS
PUBLICAÇÃO AVISO PP 027/2021

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/2021

O PREGOEIRO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE-MT NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, TORNA PÚBLICO QUE FARÁ REALIZAR A LICITAÇÃO A SEGUIR CARACTERIZADA:

PROCESSO: 043/2021

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CAMINHÃO PRANCHA E CAMINHÃO PIPA, PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA DO MUNICIPIO DE TERRA NOVA DO NORTE/MT.

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

DATA: 26/04/2021

HORÁRIO: 08h00min

O PROCEDIMENTO LICITATÓRIO OBEDECERÁ AO DISPOSTO NA LEI FEDERAL Nº 8.666/1993 E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES. O EDITAL COMPLETO ESTARÁ DISPONÍVEL NO SITE WWW.TERRANOVADONORTE.MT.GOV.BR **E TAMBÉM NO HORÁRIO DE EXPEDIENTE, NA PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE - MT / DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES, SITO AVENIDA CLOVES FELÍCIO VETORATTO, 101, CENTRO, TERRA NOVA DO NORTE - MT**, NO HORÁRIO DE EXPEDIENTE (7h00min ÀS 11h00min e das 13h00min às 17h00min). MAIORES INFORMAÇÕES PODERÃO SER OBTIDAS PELOS TELEFONES 66.3534.2500.

TERRA NOVA DO NORTE - MT, 12 DE ABRIL DE 2021.

Edivaldo Moreira da Silva

Pregoeiro

CONTRATOS
PUBLICAÇÃO AVISO PP 028/2021

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2021

O PREGOEIRO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE-MT NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, TORNA PÚBLICO QUE FARÁ REALIZAR A LICITAÇÃO A SEGUIR CARACTERIZADA:

PROCESSO: 044/2021

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

OBJETO: CONTRATAÇÃO EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LEVANTAMENTO TÉCNICO DO VALOR DA TERRA NUA - VTN PARA O MUNICIPIO DE TERRA NOVA DO NORTE/MT.

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

DATA: 12/04/2021

HORÁRIO: 13h30min

O PROCEDIMENTO LICITATÓRIO OBEDECERÁ AO DISPOSTO NA LEI FEDERAL Nº 8.666/1993 E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES. O EDITAL COMPLETO ESTARÁ DISPONÍVEL NO SITE WWW.TERRANOVADONORTE.MT.GOV.BR **E TAMBÉM NO HORÁRIO DE EXPEDIEN-**

TE, NA PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE - MT / DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES, SITO AVENIDA CLOVES FELÍCIO VETORATTO, 101, CENTRO, TERRA NOVA DO NORTE - MT, NO HORÁRIO DE EXPEDIENTE (7h00min ÀS 11h00min e das 13h00min às 17h00min). MAIORES INFORMAÇÕES PODERÃO SER OBTIDAS PELOS TELEFONES 66.3534.2500.

TERRA NOVA DO NORTE - MT, 12 DE ABRIL DE 2021.

Edivaldo Moreira da Silva

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE TORIXORÉU

PORTARIA Nº 119/GP/21 EM, 12 DE ABRIL DE 2021.

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE RESPONSAVELPELA **BIBLIOTECA PUBLICA MUNICIPAL PROF PEDRO ARBUES** DE TORIXORÉU-MT, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

THIAGO TIMO OLIVEIRA Prefeito Municipal de Torixoréu Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei.

R E S O L V E:

Art.1º Designa a Srª Vanessa Figueiredo Mendes, inscrito no CPF nº 039.892.701-41, como responsável legal pela **BIBLIOTECA PUBLICA MUNICIPAL PROF PEDRO ARBUES**, inscrito no CNPJ nº **32.968.141/0001-99**, com endereço a Rua Professor Pedro Arbues, s/n, setor Aeroporto, Torixoréu-MT.

Art. 2º - Deverá o responsável providenciar a atualização das informações acessórias da referida Biblioteca Publica Municipal Professor Pedro Arbues perante a Receita Federal do Brasil.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Torixoréu – Estado de Mato Grosso, aos doze dias do mês de Abril do ano de dois mil e vinte e um.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

THIAGO TIMO OLIVEIRA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 118/GP/21 EM, 12 DE ABRIL DE 2021.

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE RESPONSAVEL PELA **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CULTURA DESPORTO E LAZER** DE TORIXORÉU-MT, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

THIAGO TIMO OLIVEIRA Prefeito Municipal de Torixoréu Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei.

R E S O L V E:

Art.1º Designar a Srª Vanessa Figueiredo Mendes, inscrito no CPF nº 039.892.701-41, como responsável pelo Cadastro na Secretaria da Receita Federal, junto à **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CULTURA DESPORTO E LAZER**, inscrito no CNPJ nº **06.102.333/0001-08**, com endereço a Rua Pedro Ludovico, s/n, centro, Torixoréu-MT.

Art. 2º - Deverá o responsável providenciar a atualização das informações acessórias junto a referida Secretaria Municipal de Educação Cultura Desporto e Lazer perante a Receita Federal do Brasil.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Torixoréu – Estado de Mato Grosso, aos doze dias do mês de Abril do ano de dois mil e vinte e um.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

THIAGO TIMO OLIVEIRA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 011/2021

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O **MUNICÍPIO DE UNIÃO DO SUL**, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 01.614.538/0001-59, estabelecido à Av. Curitiba, 94 – centro – União do Sul/MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ, brasileiro, casado, portador do RG nº 5.753.325-0 SSP/MT e do CPF nº 784.082.539-72, residente e domiciliado neste município, e a empresa **G. LANZARINI - ME**, inscrita no CNPJ/MF sob Nº 17.554.481/0001-80, estabelecida na Rua Waldemar Pruinelli, nº 198, Centro, CEP 78.505-000 na Terra Nova do Norte/MT, neste ato representada pela Sra. GRAZIELI LANZARINI, brasileira, maior, portadora do RG nº 13744573-5 SSP/MT e inscrito no CPF sob nº 936.686.431-72, de acordo com o disposto na Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subsidiária no que couber da Lei Federal nº. 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e suas alterações, bem como do Decreto Municipal nº 901, de 24/03/2014, e conforme o Processo Licitatório sob nº 026/2021, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 024/2021 – REGISTRO DE PREÇOS, as partes firmam esta **Ata de Registro de Preços**, com previsão de execução de 12 (doze) meses, visando futuras e eventuais **Prestações de Serviços Técnicos de acompanhamento e gerenciamento** para formação do valor adicionado e composição do Índice de Participação do Município na repartição da cota-parte do ICMS, de conformidade com a descrição dos serviços na Cláusula I abaixo:

CLÁUSULA I - DO OBJETO

Constitui objeto da presente Ata de Registro de Preços, o registro dos preços, por parte da empresa acima identificada, para futuras e eventuais Prestações de Serviços Técnicos de acompanhamento e gerenciamento para formação do valor adicionado e composição do Índice de Participação do Município na distribuição da Cota-Parte do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) no Estado de Mato Grosso; acompanhamento e gerenciamento das declarações, dados do Imposto Territorial Rural (ITR), notificações, pagamento, recursos administrativos sobre o ITR junto a Receita Federal do Brasil, para a arrecadação e recuperação do imposto (ITR), visando atender às necessidades da Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento da Prefeitura Municipal de União do Sul–MT, de conformidade com o quantitativo e respectivos preços no demonstrativo abaixo:

Item	Cód.	Qtde.	Unid.	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	21970	12	MÊS	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE ACOMPANHAMENTO E GERENCIAMENTO PARA APURAÇÃO DO ÍNDICE DE PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO DE UNIÃO DO SUL NA REPARTIÇÃO DO ICMS – COTA-PARTE DOS 25%, E APURAÇÃO E MONITORAMENTO DAS INFORMAÇÕES DO ITR (IMPOSTO TERRITORIAL RURAL) DO MUNICÍPIO DE UNIÃO DO SUL.	R$ 3.350,00	R$ 40.200,00

CLÁUSULA II - DO VALOR GLOBAL

1. O Valor Global estimado da presente Ata de Registro de Preços é de **R$ 40.200,00 (quarenta mil e duzentos reais**).

CLÁUSULA III – DO REAJUSTAMENTO

1. Os preços serão fixos e irreajustáveis, salvo mudanças nas medidas econômicas do Governo Federal.

2. Ocorrendo desequilíbrio econômico-financeiro do futuro contrato, em face dos aumentos de custos que não possam, por vedação legal, ser refletidos através de reajuste ou revisão de preços básicos, as partes, de comum acordo, com base no artigo 65, II, "d", da Lei 8.666/93, buscarão uma solução para a questão. Durante as negociações, a empresa contratada em hipótese nenhuma poderá paralisar o fornecimento dos produtos e/ou serviços.

CLÁUSULA IV - DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

1. O prazo de validade do registro de preços será de *12 (doze)* meses, contado a partir da publicação da presente Ata.

CLÁUSULA V - DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO DO OBJETO:

1. Os Serviços objeto desta Ata serão fornecidos em etapas no decorrer de 12 (doze) meses, a contar da assinatura da Ata de Registro de Preços.

2. A Empresa detentora da Ata de Registro de Preços (licitante vencedora) deverá prestar os serviços de acordo com o Anexo I – Termo de Referência deste Edital. Todas as despesas inerentes aos serviços são de inteira responsabilidade de empresa fornecedora dos serviços.

3. Os serviços serão previamente agendados/requisitados pelo órgão solicitante da Prefeitura de União do Sul – MT, com antecedência para que seja executado dentro do prazo estabelecido no Edital.

4. A prestação dos serviços deverá estar em conformidade com o requerido pelo Órgão Participante e acompanhada de nota fiscal, sendo somente aceito após a verificação do cumprimento das especificações contidas no edital do pregão e nesta ata.

CLÁUSULA VI – DA FORMA DE PAGAMENTO:

1. O(s) pagamento(s) será(ão) efetuados até o 5º (quinto) dia útil após a emissão das notas fiscais em parcelas mensais, sempre iguais e consecutivas, conforme as notas fiscais devidamente preenchidas e atestadas pela Secretaria Municipal de Saúde.

2. O Detentor da Ata deverá encaminhar as Notas Fiscais ao Departamento Competente que as receberá provisoriamente, para posterior comprovação de conformidade da prestação do serviço mediante relatório, de acordo com as especificações constantes do edital e da proposta apresentada.

3. Havendo erro na fatura (preço diferente do contrato ou qualquer outra irregularidade) ou descumprimento das condições pactuadas, a tramitação da fatura será suspensa para que a Contratada adote as providências necessárias a sua correção. Passará a ser considerada, para efeito de pagamento, a data do aceite da fatura, reapresentada.

4. Nenhum pagamento será efetuado à Detentora da Ata sem que esta apresente, previamente, a Certidão Negativa de Débitos Previdenciários (INSS) e o Certificado de Regularidade do FGTS, em original ou cópia autenticada, salvo se as certidões apresentadas anteriormente ainda se encontrarem em validade.

5. Em hipótese alguma será feito o pagamento antecipado.

CLÁUSULA VII - DAS OBRIGAÇÕES/RESPONSABILIDADES DA DETENTORA DA ATA:

1- A empresa vencedora do certame (Detentora da Ata) obriga-se a:

a) A CONTRATADA ficará obrigada a iniciar a prestação dos serviços imediatamente, após a emissão da Ordem de Serviço, prestando os serviços constantes de sua proposta em conformidade com as especificações estipuladas no Anexo I, de forma continuada.

b) Prestar assessoria presencial, atendendo as determinações legais com visitas técnicas sempre que houver a necessidade, na sede da Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento, resguardando a possbilidade de convocação pela administração conforme a necessidade bem como através de consultas telefonias, e-mail, fax ou programas de troca de mensagens;

c) Indicar um representante responsável pela execução dos serviços, que será a pessoa de contato para soluções de problemas que possam surgir durante a vigência do contrato;

d) Comunicar o contratante por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário, que impeça o cumprimento das obrigações do contrato e da ata de registro de preços que deverá ser solucionado no período de 24 (vinte e quatro) horas, salvo motivo de força maior que deverá ser comprovado;

e) Manter sigilo absoluto com relação a qualquer informação confidencial que venha a ter acesso, durante a execução dos serviços;

f) A empresa contratada devera trabalhar com equipamento próprio (notebooks) e todo material necessário para o desenvolvimento de Serviços Técnicos de acompanhamento e gerenciamento para formação do valor adicionado e composição do Índice de Participação do Município, arcando com todas as despesas de mão de obra, acidentes de trabalho, encargos sociais e trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, transportes, deslocamento, passagens, hospedagem, alimentação, materiais, seguros operacionais, taxas, tributos, contribuições de qualquer natureza ou espécie e quaisquer outros ônus que incidam ou venham a incidir sobre o objeto licitado e demais despesas pertinentes, relacionadas a prestação dos serviços;

g) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, bem como em caso de acidentes de trabalho com seus empregados, em virtude da execução do contrato ou em conexão com ele, ainda que ocorridos nas dependências desta Prefeitura, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade de haver fiscalização ou acompanhamento da Contratante;

h) Não realizar subcontratação total ou parcial da execução dos serviços sem anuência da Prefeitura Municipal de União do Sul. No caso de subcontratação autorizada pelo Contratante, a Contratada continuará a responder direta e exclusivamente pelos serviços e pelas responsabilidades legais e contratuais assumidas;

i) Manter, durante a execução da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Edital;

j) Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente;

k) Outras obrigações constantes da Minuta da Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA VIII - DAS RESPONSABILIDADES DO MUNICÍPIO:

1 - Uma vez firmada a contratação (Ata de Registro de Preços), o Município se obriga a:

a) Fornecer a empresa contratada todas as informações e esclarecimentos necessários que venham a ser solicitadas para que a licitante vencedora possa executar o objeto adjudicado dentro das especificações;

b) Efetuar o acompanhamento dos serviços prestados, em conformidade com as especificações estipuladas no Anexo Ido Edital.

c) Notificar, por escrito, à licitante vencedora, a ocorrência de possíveis irregularidades observadas na execução dos serviços, fixando prazo para sua correção;

d) Observar, no desenvolvimento dos trabalhos, as leis, os regulamentos, e as melhores normas técnicas específicas aplicáveis na execução dos serviços, inclusive no que se referir à qualidade dos recursos empregados e o treinamento dos recursos humanos necessários ao seu bom desenvolvimento.

e) Efetuar o pagamento à licitante vencedora (detentora da Ata), na forma e prazos estabelecidos neste Edital, na Ata de registro de preços ou documento equivalente a ser firmado entre as partes, procedendo-se à retenção dos tributos devidos, consoante a legislação vigente;

f) Zelar, através de servidor "fiscal de contrato" designado pelo Prefeito através de Portaria, para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela licitante vencedora, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

g) Observar outras obrigações constantes da Minuta da Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA IX – DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

1. De conformidade com o art. 86 da Lei n.º 8.666/93, o atraso injustificado na execução do objeto deste contrato, sujeitará a CONTRATADA (empresa detentora de Ata de Registro de Preços), a juízo da Administração do Município de União do Sul/MT, à multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento);

2. A multa prevista no item "1" desta cláusula será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Município, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista na alínea "b" do item "3".

3. Nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/93, atualizada posteriormente, pela inexecução total ou parcial da entrega do objeto adquirido, a Administração poderá aplicar à(s) vencedora(s), mediante publicação no Diário Oficial do Estado, as seguintes penalidades:

a. advertência por escrito;

b. aplicação de multa de 2% (dois por cento) sobre o valor total da contratação efetuada, pela inexecução das obrigações constantes deste Instrumento;

c. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d. declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei 8.666/93;

4. Se a contratada não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte do Município, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com este e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica.

5. Em se tratando de detentora de ata que não comparecer para retirar a Nota de Empenho, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica;

6. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

CLÁUSULA X – DA RESCISÃO:

a) Pelo descumprimento total ou parcial por parte da CONTRATADA do compromisso assumido em virtude desta Ata de Registro de Preços, de contrato ou instrumento equivalente, é assegurado ao Município de União do Sul (Contratante) o direito de rescisão nos termos do art. 77 a 80 da Lei nº 8.666/93, assegurado o contraditório e a ampla defesa, sempre mediante notificação por escrito;

b) A rescisão do Contrato ou documento equivalente (ATA SRP) nos termos do art. 79 da Lei nº 8.666/93, poderá ser:

1) determinada por ato unilateral e escrito da Administração do CONTRATANTE nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93;

2) amigável, por acordo entre as partes, reduzido a termo no respectivo processo, desde que haja conveniência para a Administração;

3) judicial, nos termos da legislação.

CLÁUSULA XI – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

1. As efetivas aquisições do objeto (Consultoria na Gestão da Atenção Básica em Saúde) quando houver, serão empenhadas nas dotações orçamentárias do(s) orçamento(s) vigente(s) durante o período de validade desta ata de registro de preços.

CLÁUSULA XII – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

O presente instrumento é regido pela Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93, pelo Decreto Municipal nº 901 de 24/03/2014 e legislação complementar, bem como pelas cláusulas e condições constantes do Edital do PREGÃO Nº 024/2021 – REGISTRO DE PREÇOS.

CLÁUSULA XIII – DAS OMISSÕES:

Para solucionar situações ou casos omissos nesta Ata de Registro de Preços, o Órgão Gerenciador poderá recorrer ao texto do Edital do Pregão Presencial para Registro de Preços sob nº 024/2021 – Processo nº 026/2021, ao qual está Ata encontra-se vinculada.

CLÁUSULA XIV – DO FORO:

Para dirimir quaisquer questões porventura decorrentes desta ata, elegem as partes o Foro da Comarca de Cláudia, Estado de Mato Grosso, renunciando desde já a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, segue assinada pelas partes em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que assinam na presença das testemunhas abaixo.

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL-MT

Av. Curitiba, nº 94 – centro – CEP 78.543-000-Fone-3540-1283-União do Sul-MT

CNPJ Nº 01.614.538/0001-59.

UNIÃO DO SUL/MT, 09 de Abril de 2021.

MUNICÍPIO DE UNIÃO DO SUL/MT

Claudiomiro Jacinto de Queiroz - Prefeito Municipal

G. LANZARINI – ME

Grazieli Lanzarini – Representante Legal

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Contrato de Prestação de Serviços.

Nº do Contrato: 032/2021.

Vínculo Legal: Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93 e alterações posteriores.

Contratante: MUNICÍPIO DE UNIÃO DO SUL - CNPJ nº 01.614.538/0001-59.

Contratada: K-3 COMÉRCIO VAREJISTA DE JORNAIS, REVISTAS E OUTRAS PUBLICAÇÕES LTDA. – ME.

CNPJ: 10.676.614/0001-41.

Objeto: Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação, com a Empresa acima qualificada como CONTRATADA, para efetuar Publicações Oficiais do Município de União do Sul – MT, de conformidade com a descrição da Tabela da Cláusula Sexta deste contrato.

Valor total: R$ 36.900,00 (trinta e seis mil e novecentos reais).

Cód. Dotação Orçamentária/Fontes:

(32) 03.001.04.122.0001.2.002-3390.39.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

Fonte: 0.1.00.000000 – Recursos Ordinários.

Vigência do Contrato: 31/12/2021.

Data de assinatura: 08/04/2021.

Signatários:

CLAUDIOMIRO J. DE QUEIROZ

Prefeito de União do Sul

JOÃO BATISTA ARAÚJO

Pela Contratada.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE DE SÃO DOMINGOS

PORTARIA Nº 16/2021 DE 09 DE FEVEREIRO DE 2021.

NOMEIA FISCAL DE OBRAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GERALDO MARTINS DA SILVA, Prefeito do Município de Vale de São Domingos, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas legais atribuições;

R E S O L V E

Artigo 1º - Designar a servidora, MARTA ROSANA DOS SANTOS, Engenheira Civil CREA MT 029935, RG 960010 SSP/MT e CPF 867.900. 481-20, como FISCAL DE OBRAS para responder pela fiscalização e acompanhamento da execução das obras no município de Vale de São Domingos-MT.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito do Município de Vale de São Domingos, Estado de Mato Grosso em 09 de FEVEREIRO de 2021.

Geraldo Martins da Silva

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO
PORTARIA

PORTARIA N° 114/2021

Carlos Alberto Simões de Arruda Diretor Presidente do Departamento de Água e Esgoto - DAE-VG, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta na Lei n°1.164/91 art.97 e conforme Parecer Jurídico do Procurador Chefe **N°070/2021/JUR/DAEVG.**

RESOLVE:

Art.1°- Conceder em favor da Servidora **ORITA DE OLIVEIRA SANTOS**, mat.**n°503,** lotada no Escritório Cristo Rei, exercendo o cargo de **Auxiliar de Saneamento**, a licença prêmio, referente ao quinquênio 2015 a 2020, a ser gozada no seguinte período:

ü **01/04/2021 a 29/06/2021**.

Art. 2°- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Várzea Grande-MT, 12 de Abril de 2021.

CARLOS ALBERTO SIMÕES DE ARRUDA

Diretor Presidente – DAE/VG

EXTRATO CONTRATO N. 028/2021

PARTES INTERESSADAS: Prefeitura Municipal de Várzea Grande-MT e a Empresa INTELIGENCIA EDUCACIONAL LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n. 18.631.682/0001-04 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Este Instrumento Contratual se encontra vinculado aos termos e condições do art. 25, da Lei n. 8.666/1993, no Comunicado de Inexigibilidade de Licitação n. 01/2021, bem como na proposta da contratada, no Projeto Básico n. 01/2021 da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, bem como nos demais documentos acostados no PROCESSO GESPRO Nº. 711713/2021. OBJETO: O objeto deste Contrato é a Aquisição de material didático da coletânea "Escola da Inteligência" fornecida exclusivamente pela Contratada. O material didático da ESCOLA DA INTELIGÊNCIA e GÊNIOS é composto por livros didáticos que desenvolvido através de uma metodologia da Teoria Multifocal idealizada pelo médico psiquiatra e escritor Augusto Cury, que tem o objetivo de desenvolver os amplos aspectos da inteligência, promover a saúde emocional e a paz com a construção de relações saudáveis. O material proporcionará um apoio no desenvolvimento das atividades dos professores, alunos e estimula a participação dos país/responsáveis. Poderão ser contemplados alunos do ensino infantil. VALOR GLOBAL: O valor estimado global do Contrato é de R$ 1.234.800,00 (Um milhão duzentos e trinta e quatro mil e oitocentos reais. **UO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FONTE:** 0101/0115049000**.** VIGÊNCIA: O presente Contrato tem vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, prazo que a Contratada deverá entregar o objeto de acordo com a necessidade da Secretaria, sendo vedada sua prorrogação. FISCAL DO CONTRATO: Fiscal do Contrato: Sra. Marlene Silva Rodrigues; Cargo: Professora; Matricula: 34793; RG: 5683327 SSP/MT; CPF: 58123229615; Lotação: COORDENADORIA PEDAGOGICA. Suplente de fiscal: Sr. Emerson José de Souza; Cargo: Professor; Matrícula: 14616; RG: 1025113-8 SJ/MT: CPF: 82113610191.

DATA DE ASSINATURA: 23.03.2021.

SILVIO APARECIDO FIDELIS

Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

INTELIGENCIA EDUCACIONAL LTDA-ME

Contratada

EXTRATO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 038/2017

PARTES INTERESSADAS: Prefeitura Municipal de Várzea Grande-MT e a Empresa EVA TUR TRANSPORTES LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 05.511.956/0001-71. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O presente Termo de Aditivo encontra fundamentação legal no art. 57, II c/c art. Art. 65, §8º da Lei 8.666/93, na justificativa exarada pela Secretaria Gestora, nos termos e condições do Contrato n°. 038/2017, bem como nos demais documentos acostados no Processo GESPRO n. 721144/2021. OBJETO: Em decorrência do aditamento a CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO, a CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, a CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO, a CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO e a CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO, ora aditadas, passam a vigorar conforme descrição abaixo. VALOR GLOBAL: Fica mantido para esta contratação o valor estimado global de R$ 2.558.617,44 (Dois milhões quinhentos e cinquenta e oito mil seiscentos e dezessete reais e quarenta e quatro centavos). UO: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. FONTE: 0101000 /011505200 /0130000. **VIGÊNCIA: Fica prorrogado pelo período de 12 (doze) meses, o prazo de vigência do Contrato principal, contados a partir da data de seu vencimento, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme artigo 57, II da Lei n.8.666/93, desde que se constatem condições vantajosas para a Administração.** FISCAL: A fiscalização do Contrato ficará a cargo da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer que designa neste ato, o servidor Guilherme Alves da Costa, inscrito no CPF N. 474.097.421-20.

DATA DE ASSINATURA: 30.03.2021.

SILVIO APARECIDO FIDELIS

Secretaria de Educação

EVA TUR TRANSPORTES LTDA - ME

Contratada

ATO Nº 316/2021

KALIL SARAT BARACAT DE ARRUDA, Prefeito Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais e na conformidade com as disposições do artigo 69, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal consta no Processo nº 722560/2021;

R E S O L V E:

EXONERAR a pedido Luiz Rodolfo Custódio Pinto matricula 141.559 do cargo de concurso Profissional de Nível Superior do SUS - Fisioterapeuta da Secretaria Municipal de Saúde, com efeito, a partir de 01 de abril de 2021.

.

Registra-se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 12 de Abril de 2021.

Kalil Sarat Baracat de Arruda

Prefeito Municipal

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 284/2020.

PARTES INTERESSADAS: Prefeitura Municipal de Várzea Grande-MT e Empresa CONSÓRCIO CRISTO REI_CTW SPE LTDA, consórcio de empresas, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n. 39.514.653/0001-24 e no NIRE n. 35236485392, neste ato, representada pela Empresa Líder CÁPUA PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n. 02.359.209/0001-71. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Encontra-se vinculado aos termos e condições art. 57, §1º, I, II, IV, V e VI, c/c art. 79, §5º, da Lei Federal de Licitações e Contratos Administrativos n. 8.666/93 e suas alterações, na justificativa da Secretaria gestora do Contrato n. 284/2020, bem como nos demais documentos acostados ao Processo Gespro n. 716821/2021. OBJETO: Tem por objeto aditar a CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, a CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO E DO PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, a CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO, e a CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA GARANTIA CONTRATUAL, referente à contratação de empresa para a execução dos serviços que compreende a aquisição, instalação, comissionamento e operação assistida, visando o abastecimento público como parte integrante do sistema do Cristo Rei, incluindo elevatórias (captação) de água bruta estação de tratamento utilizando membranas de ultrafiltração, com capacidade de produção de 300 l/s, em regime de "TURN KEY", a ser implantados na EAB-Rua Brasília (captação) e no RAP da 31 de Março. VALOR GLOBAL: Fica mantida o valor estimado de R$ 21.991.379,09 (Vinte e um milhões novecentos e noventa e um mil trezentos e setenta e nove reais e nove centavos), referente ao saldo remanescente da contratação. UO SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS FONTE: 0100. VIGÊCIA: Fica prorrogado pelo período de 120 (Cento e vinte) dias, o prazo de vigência do Contrato, contados a partir de seu vencimento, prazo em que o CONTRATADO deverá prestar os serviços de acordo com a necessidade da Secretaria, podendo ser prorrogado pelo período de 60 (sessenta) meses, nos termos do art. 57, II, da Lei n. 8.666/1993. FISCAL DE CONTRATO: O acompanhamento e a fiscalização dos serviços contratados cabe-

rá ao servidor, Dyoni Toshio Trettel Hataqueiama, inscrito no CPF n. 011. 448.911-40, nos termos do artigo 67 da Lei n. 8.666 de 21 de Junho de 1991 e suas alterações posteriores, especialmente para este fim.

DATA DE ASSINATURA: 18.03.2021.

OLINDO PASINATO NEO

Secretaria Municipal de Viação e Obras

CONSÓRCIO CRISTO REI_CTW SPE LTDA

CÁPUA PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA – EMPRESA LÍDER

Contratada

ADESÃO Nº 07/2021

Processo nº. 718750/2021**.** Objeto **Adesão à ata registro de preços n°. 107/2020, referente ao Pregão Presencial RPnº 045/2020da Prefeitura Municipal de Guiratinga - MT,** que tem por objetoaquisição de equipamentos de informática, como computadores completos, nobreaks e roteador wi-fi, a fim de atender as necessidades da Secretaria de Serviços Públicos e Mobilidade Urbana de Várzea Grande/MT, o item pleiteado é o nº 20, totalizando o valor de **R$ 30.058,00** (Trinta Mil, Cinquenta e Oito Reais), com a empresa **CAPITAL COMÉRCIO DE ELETRONICOS, MOVEIS E EQUIPAMENTOS LTDA**, inscrita no CNPJ n° 37.934.286/0001-92. AUTORIZADA a ADESÃO a Ata de Registro de preços supracitada, conforme TR nº 02/2021, com vigência de 12 (doze) meses, contados da data da assinatura do mesmo. O Documento, encontra-se disponível no site www.varzeagrande.mt.gov.br. Várzea Grande, 12 de abril de 2021. **Breno Gomes** – Secretário Municipal de Serviços Públicos e Mobilidade Urbano.

ADESÃO Nº 06/2021

Processo nº. 718213/2021.Objeto **Adesão à Ata de Registro de Preços N° 17/2020, referente ao Pregão Eletrônico RP n.º 006/2020/CIMAMS/ Montes Claros – Minas Gerais**, visando o Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa para solução em biossegurança com fornecimento de serviços e insumos para atender as demandas do sistema público em decorrência do retorno das atividades escolares e da pandemia do COVID-19.Os itens pleiteados são **nº 01, 02, 03, 08 e 13**, totalizando o valor de **R$ 1.865.768,464** (Um Milhão Oitocentos e Sessenta e Cinco Mil, Setecentos e Sessenta e Oito Reais e Quatrocentos e Sessenta e Quatro Centésimo de Milésimo),com a empresa **HGC – HEALTH GESTÃO E CONSULTORIA EIRELLI,** inscrita no CNPJ. Nº 23.547.443/0001-00. AUTORIZADA a ADESÃO a Ata de Registro de Preço supracitada, conforme TR nº 14/2021, vigência de 12 (doze) meses, contados da data da assinatura. Documento encontra-se disponível no site www.varzeagrande.mt.gov.br. Várzea Grande, 09 deabril de 2021. **Silvio Aparecido Fidelis** – Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS E MOBILIDADE URBANA

COMISSÃO DE LEILÃO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

(4º Leilão 2021)

(Disponibilização de 10 dias)

ASecretaria Municipal de Serviços Públicos e Mobilidade Urbana, por intermédio da **Vip Gestão e Logística SA**, inscrita no CNPJ sob o nº 08. 187.134/0001-75, na condição de prestadora de Serviços de Remoção, Guarda e Alienação de Veículos Apreendidos em Operações de Trânsito, em conformidade com o Contrato nº 72/2018 de 19de junho de 2018, em obediência à Lei Federal nº **13.160, de 25/08/2015**e de conformidade com o Art. 328 da Lei nº 9.503, de 23/09/1997-CTB e Art. 4º §6° da Resolução CONTRAN nº 623/2016, **NOTIFICA**, os proprietários (fiduciários, alienantes e/ou sub-rogados nos direitos), dos veículos automotores (automóveis, motocicletas e outros), retidos pela**Secretaria Municipal de Serviços Públicos e Mobilidade Urbana**e abaixo discriminados, e que encontram-se recolhidos no pátio da Vip Leilões Gestão e Logística SA, a comparecer à sua Sede, junto à Comissão de Leilão, situada na **Av. Governador Júlio Domingos de Campos, 4975, Marajoara, Várzea Grande – MT**, de posse dos documentos de quitação de débitos de IPVA, Multas, Taxas de Licenciamento, Seguro Obrigatório e outros, conforme determina o Código de Trânsito Brasileiro ou autorização judicial, no prazo acima estabelecido, a contar da data desta publicação , para exercer seus direitos previstos nos dispositivos legais acima elencados, inclusive para tratarem da retirada de seus veículos, sob pena de tê-los vendidos em hasta pública-leilão, conforme preconiza a legislação vigente.

Caso o montante não cubra todas as dívidas, os débitos remanescentes serão cobrados pelos órgãos credores em ações próprias.

Caso o veículo já tenha sido retirado, por favor, desconsidere esta notificação.

Outras informações poderão ser obtidas com a comissão de leilão da**Secretaria Municipal de Serviços Públicos e Mobilidade Urbana**, através do telefone (65) 3688-8036, ou no sitio da Vip Leilões Gestão e Logística SA: www.vipleiloes.com.br, pelo e-mail gerencia.vg@vipleiloes.com.br e através do telefone **(65) 3694-4953.**

Várzea Grande/MT, 22de marçode 2021

POLIANA MIKEJEVS CALÇA LORGA

JUCEMAT-18/2010

Vip Leilões – GESTÃO E LOGISTICA SA

Cnpj 08.187.134/0001-7

ANEXO

ORDEM	PLACA	UF	MARCA/MODELO	ANO/MOD	COR	CHASSI	PROPRIETÁRIO	AGENTE FINAN	COMPRADOR
1	NPE9471	MT	HONDA/NXR150 BROS ES	2011/2011	LARANJA	9C2KD0550BR544733	WEVERSON CESAR RIBEIRO PEDROSO	BV FINANCEIRA SA CRED. FINANC.E INVEST.	
2	JZO7021	MT	HONDA/CG 125 CARGO	2003/2004	BRANCA	9C2JC30304R000931	ADRIANO GIACOBBO	CONS.NAC.HONDA LTDA	

3	NTX2690	MT	TRAXX/JL50 Q2	2010/2010	PRETA	951BXKBB8AB019534	ARACIS VESCOVI		
4	OBO1569	MT	VW/NOVO GOL 1.0	2013/2014	PRETA	9BWAA05U5ET145186	MARCO BORGES DOMINGUES	ADM DE CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA	
5	JYB5846	MT	VW/GOL COPA	1994/1994	AZUL	9BWZZZ30ZRP238127	LEONILSON RIBEIRO CANTANHEDE	CONTINENTAL BANCO SA	ADEMIL CENA DE PROENCA
6	OBG4392	MT	HONDA/CG 125 FAN ESD	2013/2014	AMARELA	9C2JC4160ER018959	EDENILDO GONCALVES DE ARAUJO	BANCO HONDA S/A	
7	LXJ9619	MT	FIAT/UNO MILLE EP	1995/1996	VERMELHA	9BD146107S5573531	TERESINHA MOREIRA DA SILVA		MARCIO ANTUNES DE ALMEIDA
8			HONDA/CG 125 FAN KS	2012/2013	VERMELHA	9C2JC4110DR103672			
9			FLASH/MV CITY 150	2011/2012	VERMELHA	93FCTACJBCM000494	HSBC BANK BRASIL S/A - BANCO MULTIPLO	HSBC BANK BRASIL S/A - BANCO MULTIPLO	
10	NJP1052	MT	VW/GOL 1.0 GIV	2011/2011	PRETA	9BWAA05W0BP097375	EROS ROGERIO BARROS ARAUJO	BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S. A.	
11	JZW5752	MT	HONDA/CG 150 TITAN ESD	2004/2005	AZUL	9C2KC08205R020325	CHRYSTIAN H. VIEIRA DA SILVA	BANCO FINASA SA	
12	KAG3740	MT	HONDA/CG 125 TITAN KS	2002/2003	PRATA	9C2JC30103R038333	EDIPO FELIPE DA SILVA	BCO DO BRASIL SA	
13	JZR0835	MT	YAMAHA/YBR 125K	2004/2004	VERMELHA	9C6KE044040053684	THIAGO LUCIO DE L OLIVEIRA	YAMAHA ADMINIST DE CONSORCIO SC LTDA	
14	CLY2007	SP	GM/CORSA WIND	1998/1999	VERDE	9BGSC68ZXWC624501	BENEDITO PEREIRA DOS SANTOS	BANCO ABN AMRO REAL SA	
15	NJB7651	MT	HONDA/CG 125 FAN	2007/2008	PRETA	9C2JC30708R100938	JUNIOR CEZAR DA SILVA ALVES	BANCO PANAMERICANO S A	
16	JZW6719	MT	FIAT/UNO MILLE FIRE	2003/2004	BRANCA	9BD15802544518274	JUNIOR DA SILVA		
17	JYX1072	MT	HONDA/CG 125 TITAN	1999/1999	AZUL	9C2JC2500XR124365	ROZENILDO TADEU DE FIGUEIREDO	CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA	
18	NJS9811	MT	HONDA/CG 125 FAN ES	2011/2011	VERMELHA	9C2JC4120BR527084	JOAO CARLOS DA COSTA MONTEIRO		
19	GOP1918	MT	HONDA/125	1985/1986	VERMELHA	CG125BR1474634	DAVI ROSA		
20	OBK2592	MT	HONDA/BIZ 100 ES	2013/2013	ROSA	9C2HC1420DR036796	ERINEIA DE CAMPOS ARRUDA	BANCO HONDA S/A	
21	JZS0411	MT	HONDA/CG 125 TITAN ES	2003/2003	VERMELHA	9C2JC30203R166745	GISELE MARIA GOMES DA SILVA	CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA	
22	NPF3320	MT	HONDA/CG 125 FAN	2008/2008	PRETA	9C2JC30708R213649	ROSEMAR ALVES DA SILVA	BANCO PANAMERICANO S A	
23	JZB4594	MT	HONDA/CG 125 TITAN KS	2001/2001	PRATA	9C2JC30101R094018	REINALDO GOMES DOS SANTOS		
24	PAF6572	DF	VW/SAVEIRO CD CROSS MA	2015/2015	BRANCA	9BWJL45UXFP188840	GIANCARLOS BAVARESCO	BANCO VOLKSWAGEN S/A	
25	OAQ1351	MT	WUYANG/WY 125 ESD	2010/2010	PRETA	LWYPCJ9A6A6043310	ANISIO BRAGA		
26	NIY6640	MT	HONDA/CG 125 FAN	2007/2008	PRETA	9C2JC30708R023987	ALBERTO ZANETE CAMPOS	BANCO PANAMERICANO S A	
27	JZT6444	MT	HONDA/CG 125 TITAN ES	2004/2004	PRETA	9C2JC30204R036041	JOSELINA MARTA DE OLIVEIRA	DISAL ADMINISTRADORA CONSORCIOS SC LTDA	
28	JYW0181	MT	FORD/PAMPA GL	1987/1987	VERMELHA	9BFPXXLP3HBD52984	DEVANY ALVES AFONSO		
29	HSS6650	MS	YAMAHA/YBR 125K	2006/2007	PRETA	9C6KE092070065897	ROBSON GODOY RIBEIRO	BV FINANCEIRA S A C F I	HELOISA ABDALA BOTASSO
30	JZE7322	MT	GM/VECTRA CHALLENGE	2001/2001	CINZA	9BGJK19Y01B160018	FRANCISCO GONCALO A.DE MACEDO	BV FINANCEIRA S A C F I	
31	OAP4969	MT	CITROËN/C4 16GLX5P F	2011/2011	PRATA	8BCLCN6BYBG558867	ROBSON ALVES DOS SANTOS GIONGO	BANCO DO BRASIL S/A	IANAMAR ALVES BARRETO PEDROSO
32	NJV8122	MT	DAFRA/SUPER 50	2011/2011	PRETA	95VJJ1B8BBM001220	ADIRCE WAZLAWICK DA SILVA	RECON ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA	
33	KAF8282	MT	HONDA/CG 125 FAN	2007/2007	PRETA	9C2JC30707R093231	LUCILENE TAVARES MOTA	BANCO FINASA SA	
34	JZG0462	MT	VW/GOL SPECIAL	2002/2002	BRANCA	9BWCA05Y12T088962	PAULA FERNANDA F. DA SILVA	BV FINANCEIRA SA CRED. FINANC.E INVEST.	
35	ANU3868	MT	FIAT/PALIO ELX FLEX	2006/2007	PRATA	9BD17140G72744865	JULIANO DE SANTANA	BANCO ITAUCARD S. A	
36	NJB7200	MT	HONDA/CBX 250 TWISTER	2007/2008	VERMELHA	9C2MC35008R010593	TIAGO ANDRE DA SILVA	BANCO FINASA SA	
37	JZG9428	MT	YAMAHA/YBR 125E	2000/2000	VERMELHA	9C6KE0100Y0000524	ELIAS AFONSO MIRANDA		
38	NJE8967	MT	DAFRA/SPEED 150	2008/2008	AMARELA	95VCA1E288M012222	JAQUELINE E SILVA	BANCO ITAUCARD SA	JAILSON DE PAULA CAMPOS ALVES
39	DEH3600	MT	VW/GOLF	2001/2002	PRATA	9BWAA01J224010619	HUGO LEANDRO C OLIVEIRA	BANCO ITAUCARD SA	BANCO ITAUCARD S/A.
40	NJF3375	MT	HONDA/CG 125 FAN	2008/2008	PRETA	9C2JC30708R155016	EDUARDO FERNANDES	CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA	NILSON GOMES DA SILVA
41	NUC7514	MT	HONDA/CG 150 FAN ESI	2011/2011	PRETA	9C2KC1670BR629468	DOUGLAS VINICIUS DE OLIVEIRA MELO	BANCO HONDA S/A	

42	JYW2142	MT	KASINSKI/SE-TA 125	2009/2009	PRETA	93FST12599M005795	MANOEL ROSA DOS SANTOS		
43	DNY0368	MT	TOYOTA/CO-ROLLA XEI18VVT	2004/2005	CINZA	9BR53ZEC258574677	WANDERLEY ASSIS DOS SANTOS	BANCO ITAU BBA SA	
44	KAU0244	MT	HONDA/CG 150 TITAN KS	2007/2007	VERMELHA	9C2KC08107R109232	VALTEIR DOS SAN-TOS DAMASCENO	BANCO FINASA SA	
45	JZM3533	MT	HONDA/CG 125 TITAN KS	2002/2003	PRATA	9C2JC30103R114749	MANOEL SANTANA RABELO	CONS NAC HONDA LTDA	
46	HSP9111	MT	VW/GOL 1.0	2003/2004	PRATA	9BWCA05X54P015788	EDSON CORTES RE-AL	BANCO FINASA BMC S A	
47	NJE2712	MT	HONDA/XRE 300	2009/2010	PRETA	9C2ND0910AR000790	MACARIO MAURO DA SILVA	CONSORCIO NACIO-NAL HONDA LTDA	GISELLY DA SIL-VA SAMPAIO
48	NJR5899	MT	YAMAHA/ FACTOR YBR125 K	2008/2009	AZUL	9C6KE122090010012	LUIS CLAUDIO DE BARROS	BANCO ITAUCARD SA	
49	KAQ8260	MT	HONDA/CG 125 CARGO	2003/2003	BRANCA	9C2JC30303R107134	EGIDIO FERNANDES DE OLIVEIRA		
50	NJC5508	MT	HONDA/CG 125 FAN	2008/2008	PRETA	9C2JC30708R528944	MARIA VALERIA M. SILVA	BANCO FINASA SA	
51	JYD2939	MT	FORD/ES-CORT GL	1994/1994	CINZA	9BFZZZ54ZRB560310	GONCALO JUAREZ DE ARRUDA	BANCO ITAU S/A	
52	QDW6179	PA	TRAXX/ JL125-9	2014/2015	VERMELHA	951BXKHE0FB000677	CRISTOVAO NUNES REZENDE		
53	NBW5500	MT	PEUGEOT/ 307 16 PR PK	2007/2008	PRETA	8AD3CN6B48G039632	DIEGO ZANDAVALLI DE MIRANDA	BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S. A.	
54	JZH0612	MT	GM/CELTA	2002/2002	PRETA	9BGRD08Z02G135024	FABIO PEREIRA BE-CO		
55	QCD0B32	MT	IROS/ONE 125	2012/2012	VERMELHA	96ZNE2125CM001783	CIDNEI GONCALVES DE OLIVEIRA		RONEY CRUZ MODESTO DA COSTA
56	JUE8084	MT	HONDA/CBX 250 TWISTER	2003/2003	PRETA	9C2MC35003R133283	RAFAEL DOS ANJOS NASCIMENTO	CONSORCIO NACIO-NAL HONDA LTDA	
57	NJQ2732	MT	HONDA/CG 150 FAN ESI	2011/2011	PRATA	9C2KC1670BR532028	GILSON SANTOS BORGES		
58	OAP9422	MT	FLASH/MV TEEN 50	2011/2012	VERMELHA	93FTNJXLBCM002931	CLEUCIR PEREIRA	HSBC BANK BRASIL S/A - BANCO MULTI-PLO	
59	KAU0157	MT	HONDA/CG 125 TITAN KSE	2003/2004	VERMELHA	9C2JC30214R608257	RICARDO CESAR MARTINS SANTOS	CONS. NAC. HONDA LTDA	
60	JZL9001	MT	HONDA/CG 125 TITAN KS	2002/2003	AZUL	9C2JC30103R143629	MARCOS JOSE DA SILVA PEREIRA		
61	NJU5590	MT	HONDA/CG 125 FAN	2007/2008	PRETA	9C2JC30708R065189	IGREJA UNIVERSAL DO REINO DE DEUS	BANCO PANAMERI-CANO S A	
62	JZN3201	MT	HONDA/CG 125 TITAN KS	2003/2004	AZUL	9C2JC30104R019164	MATHEUS FELIPE VI-EIRA TEIXEIRA DE MACEDO	BANCO HONDA SA	EDR DA SILVA LEMOS
63	JYZ7452	MT	HONDA/CG 125 TITAN	1999/2000	VERMELHA	9C2JC2500YR084034	EDEZIO BENEDITO DO PRADO		
64	MEN8586	SC	HONDA/BIZ 125 ES	2007/2007	ROSA	9C2JA04207R077399	CLAUDECIR DOS SANTOS	BANCO FINASA SA	
65	JZU0530	MT	HONDA/CG 125 TITAN KS	2000/2000	VERDE	9C2JC3010YR154876	PLINIO ANTONIO DOS SANTOS CUNHA	CONSORCIO NACIO-NAL HONDA LTDA	
66	JZS9641	MT	FIAT/STRADA FIRE	2004/2005	BRANCA	9BD27801052434031	EDICIO FERREIRA DOS SANTOS	ADM. DE CONSOR-CIO NACIONAL GA-ZIN LTDA	HENRIQUE PI-MENTA SANTOS
67	HRR9894	MT	VW/GOL 16V PLUS	2000/2001	PRATA	9BWCA05X11P042272	MARINY BIANCA BERKEMBROCK	BANCO FINASA SA	EDNA GONCL-VES BURITI
68	OBI3710	MT	HONDA/ NXR150 BROS ES	2012/2013	VERMELHA	9C2KD0550DR200441	JONILSO ANACLETO DE OLIVEIRA	BV FINANCEIRA SA CRED. FINANC.E IN-VEST.	
69	KAH1692	MT	HONDA/ POP100	2007/2007	VERMELHA	9C2HB02107R005009	JOSE VALDIR LOPES	QUEIROZ MOTOS CUIABA LTDA	
70	QBT6345	MT	HONDA/BIZ 100 ES	2015/2015	VERMELHA	9C2HC1420FR017737	ROSALINA QUITERIA DA COSTA	BANCO HONDA S/A	
71	CYB9412	MT	GM/CORSA WIND	2001/2001	BRANCA	9BGSC19Z01B220503	ITAU LESASING DE ARR MERC	CIA ITAULEASING DE ARR MERCANTIL	
72	HRI3781	MT	VW/GOL CL 1.6 MI	1996/1997	BRANCA	9BWZZZ377TP566765	FREDERICO MAR-TINS DE CAMPOS	BV FINANCEIRA S A C F I	
73	JUZ3062	PA	VW/FOX 1.0	2005/2005	VERDE	9BWKA05Z554080088	JORGE WILSON OLI-VEIRA DE BARROS	BANCO PANAMERI-CANO S A	
74	KAM8085	MT	HONDA/BIZ 125 ES	2006/2006	PRATA	9C2JA04206R885473	JOYCIELLEN LEITE RODRIGUES SIQUEI-RA	BANCO FINASA SA	
75	HQM0500	MT	FIAT/UNO ELECTRONIC	1995/1995	VERMELHA	9BD146000S5502559	CLARICE VILELA DO NASCIMENTO	BANCO ABN AMRO REAL SA	
76	JYS4821	MT	HONDA/BIZ 125 KS	2007/2007	VERMELHA	9C2JA04107R040115	VIVIANE DE AMORIM DE OLIVEIRA	CONSORCIO NACIO-NAL HONDA LTDA	FABIANO MATIAS DA SILVA
77	QBT6320	MT	RENAULT/ SANDERO EXPR 16	2015/2016	VERMELHA	93Y5SRD64GJ186585	SONIA SCHNEIDER	BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S. A.	
78	NPO5846	MT	FORD/KA FLEX	2010/2011	PRETA	9BFZK53A6BB274139	LUZINETE COSTA MORAES	BV FINANCEIRA SA CRED. FINANC.E IN-VEST.	
79	JZO0237	MT	HONDA/CG 125 TITAN KSE	2002/2002	VERMELHA	9C2JC30212R539002	ANTONIO RAIMUNDO L TEIXEIRA	CONS NACIONAL HONDA LTDA	

80	NJN7623	MT	HONDA/ NXR150BROS MIX ESD	2010/ 2010	VERMELHA	9C2KD0510AR011193	ANTONIO BENEDITO DOS SANTOS	BANCO FINASA BMC S A	
81	OBS3940	MT	HONDA/XRE 300	2014/ 2015	PRETA	9C2ND1110FR002626	JOSE ALVES DO NASCIMENTO	BV FINANCEIRA SA CRED. FINANC.E INVEST.	WUESLEI RAMALHO SANTANA
82	KAJ9285	MT	HONDA/CG 125 FAN	2006/ 2006	PRETA	9C2JC30706R878470	MANOEL VIEIRA SANTOS	TRESCINCO ADM E CONSORCIO SC LTDA	
83	HSL8133	MT	YAMAHA/YBR 125K	2004/ 2005	VERMELHA	9C6KE044050082384	OTACILIO DOS SANTOS	BANCO FINASA SA	
84	KAL4286	MT	HONDA/BIZ 125 ES	2006/ 2006	PRATA	9C2JA04206R859417	NOILTON MARQUES DA SILVA	CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA	
85	ARZ7624	MT	HONDA/CG 125 FAN KS	2009/ 2010	PRETA	9C2JC4110AR540650	CRISTIANO ALVES DOS SANTOS	BANCO ITAUCARD SA	
86	NPI3649	MT	HONDA/ CG150 TITAN MIX ES	2009/ 2009	PRETA	9C2KC16209R017268	FERNANDO FREIRE DE MORAIS	CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA	WILLIAM JUNIOR FONSECA DA SILVA
87	JZF1602	MT	HONDA/C100 BIZ ES	2001/ 2001	VERDE	9C2HA07101R214885	ALAIDE MARIA DE CAMPOS		
88	QCH1823	MT	HONDA/ NXR160 BROS ESDD	2019/ 2019	AZUL	9C2KD0810KR132708	GILMAR PAULINO DA SILVA	ADM DE CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA	
89	QBQ5266	MT	HONDA/ CG150 FAN ESDI	2015/ 2015	PRETA	9C2KC1680FR603274	MARILDO PEREIRA DOS SANTOS	BANCO HONDA S/A	
90	NJV0442	MT	HONDA/BIZ 125 ES	2011/ 2011	VERMELHA	9C2JC4820BR055960	KELWEENNY NATHANNY E CAMPOS	BANCO HONDA S/A	
91	AJC4089	MT	VW/GOL SPECIAL	2002/ 2002	BRANCA	9BWCA05Y92T087428	SALES LAURO DE CAMPOS	BANCO ITAU SA	
92	HDT1763	MT	FIAT/PALIO FIRE FLEX	2007/ 2007	PRATA	9BD17164G72924029	LUCIENE GONCALVES	BV FINANCEIRA SA CRED. FINANC.E INVEST.	
93	OBF6396	MT	HONDA/ CG150 FAN ESDI	2013/ 2014	PRETA	9C2KC1680ER438142	PAULO CESAR DOS SANTOS REZENDE	ADM DE CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA	
94	QBZ7988	MT	HONDA/CG 160 FAN ESDI	2016/ 2016	PRETA	9C2KC2200GR078941	JULIO DOS SANTOS GODOI	ADM DE CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA	
95	KAI9917	MT	SUNDOWN/ WEB 100	2005/ 2005	AZUL	94J1XFBC55M005276	KEITHIANY CAROLINE DOS SANTOS SAVIO	BB ADMNISTRADORA DE CONSORCIOS SA	ANGELA MARIA DE PAULA MARQUES
96	NJK8166	MT	YAMAHA/ FACTOR YBR125 K	2009/ 2009	PRETA	9C6KE122090060498	LUIZ BENEDITO DE LARA	BANCO DAYCOVAL SA	
97	NPC8350	MT	YAMAHA/ FACTOR YBR125 E	2008/ 2009	PRETA	9C6KE121090004419	CLAUDINEI WAGNER SILVA	BANCO BMC S A	
98	NJS3100	MT	YAMAHA/YBR 125K	2007/ 2007	PRATA	9C6KE092070121553	RAIMUNDO MEDEIROS DE SOUZA	BANCO FINASA SA	MORLEAN MENDES DELGADO
99	JZQ8725	MT	HONDA/CG 150 TITAN ES	2004/ 2004	VERMELHA	9C2KC08504R006641	EMANOELE BOFF	BANCO PANAMERICANO S A	
100	JYU3438	MT	HONDA/CG 125 TITAN	1998/ 1998	AZUL	9C2JC250WWR244387	ADRIANO SANTANA DE CAMPOS		
101	NPH1883	MT	HONDA/CG 125 FAN ES	2011/ 2011	PRETA	9C2JC4120BR724088	WESLEY DE ALCANTARA LIMA		
102	OAT8613	MT	DAFRA/RIVA 150	2012/ 2013	VERMELHA	95VC02E2CDM002002	VALDECI MARQUES DE FREITAS		
103	OGK9558	GO	HONDA/ CG150 FAN ESDI	2012/ 2012	VERMELHA	9C2KC1680CR467074	GIRO MOTORS EIRELI	ADMINISTRADORA DE CONS NAC HONDA LTDA	WALACE FABRICIO SANTOS DE SOUZA
104	NJO8410	MT	HONDA/CG 125 FAN	2007/ 2008	PRETA	9C2JC30708R085709	ELIDA MARIA DE OLIVEIRA FERREIRA	BANCO PANAMERICANO S A	
105	OAY2306	MT	HONDA/CG 125 FAN KS	2011/ 2012	ROXA	9C2JC4110CR444912	OSVALDO MARTINEZ	BANCO PANAMERICANO S/A	
106	NJF7757	MT	HONDA/ POP100	2008/ 2008	AMARELA	9C2HB02108R031709	MIRIAN KELLY NEVES DE OLIVEIRA	BANCO BMC S A	
107	QCB2373	MT	HONDA/CG 160 START	2017/ 2017	VERMELHA	9C2KC2500HR066063	LUIZ CARLOS DE FREITAS	BANCO PAN S A	
108	KAT5286	MT	HONDA/ NXR150 BROS ES	2007/ 2007	PRETA	9C2KD03307R048293	LEONIL VENTURA DE PINHO	CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA	
109	NJU8360	MT	HONDA/CG 150 TITAN KS	2007/ 2008	PRETA	9C2KC08108R070794	SMAILY ANTONIO DE FREITAS	BANCO FINASA SA	
110	KAI0673	MT	SUZUKI/ EN125 YES	2006/ 2006	PRETA	9CDNF41LJ6M023329	ALEXSANDER TOME DOS SANTOS	BANCO FINASA SA	
111	KAU1735	MT	HONDA/CG 125 FAN	2008/ 2008	PRETA	9C2JC30708R586301	DAYANNE CRISTINE CAMPOS RODRIGUES	BANCO HONDA SA	
112	JZT3036	MT	HONDA/CG 125 CARGO	2004/ 2004	BRANCA	9C2JC30304R004444	LUIZ TADEU SANTANA JUNIOR	CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA	MARCOS SOARES GOMES
113	JZA8227	MT	HONDA/C100 BIZ	1998/ 1999	AZUL	9C2HA070XWR000339	MARILDA DE OLIVEIRA JUSTINIANO		
114	NJI1875	MT	SUZUKI/ EN125 YES	2008/ 2009	PRETA	9CDNF41LJ9M279830	CLAUDIO DE OLIVEIRA	BANCO ITAUCARD SA	
115	NPO9228	MT	YAMAHA/FAZER YS250	2009/ 2010	PRETA	9C6KG0270A0011893	MARCELO SILVA CARVALHO	BANCO ITAUCARD SA	

116	JZY9969	MT	HONDA/CG 150 TITAN ESD	2004/2005	VERMELHA	9C2KC08205R003086	JOAO BATISTA VAZ DA SILVA	CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA	ADILSON RAMOS BRITO
117	NJE5157	MT	HONDA/CG 125 FAN	2008/2008	CINZA	9C2JC30708R614071	LUIZ ALVARO DA SILVA		
118	FJP0132	MT	RENAULT/LOGAN AUT 1016V	2009/2010	BRANCA	93YLSR6GHAJ360942	ROSIVETE AUXILIADORA DA COSTA	BV FINANCEIRA SA CRED. FINANC.E INVEST.	
119	JZP5500	MT	VW/GOL 1000	1994/1995	BRANCA	9BWZZZ30ZRT147730	NELSON BATISTA ALVES	BANCO ITAU SA	
120	QBY5535	MT	HONDA/CG150 FAN ESDI	2015/2015	VERMELHA	9C2KC1680FR215598	PAULO SANTANA DE SOUZA	OMNI S.A. CREDITO E FINAN.E INVESTIMENTO	
121	NUC9024	MT	HONDA/CG150 FAN ESDI	2011/2011	PRETA	9C2KC1680BR534691	APARECIDA DA SILVA SANTANA	BANCO ITAUCARD S. A	
122	JYT9335	MT	VW/GOL	1993/1993	BRANCA	9BWZZZ30ZPT050483	HELTON ROGER S. BREKENFELDES	BANCO FINASA SA	
123	KAI7905	MT	SUZUKI/EN125 YES	2006/2006	PRETA	9CDNF41LJ6M023692	IVONETE MENOSSI SILVA	BANCO FINASA SA	MATHEUS VILELA DA SILVA
124	QBN9065	MT	HONDA/BIZ 125 ES	2015/2015	PRATA	9C2JC4820FR559127	REGINALDO ALEXANDRE DA SILVA	BANCO HONDA S/A	
125	NJH0071	MT	HONDA/BIZ 125 ES	2010/2010	VERMELHA	9C2JC4220AR416849	JULIANE CAROLINE RAMOS	BV FINANCEIRA SA CRED. FINANC.E INVEST.	
126	JZL0377	MT	HONDA/CBX 200 STRADA	2001/2001	VERMELHA	9C2MC27001R027119	WILSON ANTONIO DE ALMEIDA	CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA	
127	OAY0447	MT	SHINERAY/XY 150 GY	2011/2012	VERMELHA	LXYJCKL08C0554358	EVERTH ALVES RIBEIRO	COOP.DE CRED.RURAL DO OESTE DE MT LTDA	

AVISO DE CANCELAMENTO DO ITEM 28 DO PREGÃO ELETRÔNICO 127/2020- ATA 05/2020

O Município de Várzea Grande, através do Fundo Municipal de Saúde torna público para conhecimento dos interessados, que fará o CANCELAMENTO do ITEM 28 DA ATA 127/2020 referente à ATADURA DE CREPOM- 100% de algodão, 20 cm marca- ERIMAX, cujo objeto é o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA REDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE VÁRZEA GRANDE-MT. O motivo do cancelamento é a solicitação, via ofício, da empresa contratada ERIMED- INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ 19.844.928/0001-80, alegando e demonstrando o aumento dos valores dos medicamentos mencionados junto ao fornecedor, justificado devido à grande demanda por conta da Covid-19 no mundo. O presente documento encontra-se disponível no site: www.varzeagrande.mt.gov.br. Várzea Grande-MT, 12 de abril de 2021. Gonçalo Aparecido de Barros Secretário Interino de Saúde – SMS/VG.

ATA DA I REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL – FUNDEB VG

Em conformidade com a regulamentação da Lei Nacional Nº 14.113/2020 e de acordo com o disposto em Lei Municipal Nº 4.712/2021, aos 26 (vinte e seis) dias do mês de março do ano de 2021 (dois mil e vinte e um), a nova composição Conselho de Acompanhamento e Controle Social CACS-FUNDEB-VG, conforme Decreto Municipal Nº 37/2021, reuniu-se às 11h00 (onze horas), para a sua I Reunião Ordinária, sob a condução da assessora Técnica Ivone Gasparetto e da Conselheira Carla Letícia Oliveira Borges. Se fizeram **presentes a reunião os (as) Conselheiros (as): Carla Letícia Oliveira Borges; Charles Fabiano Araujo Quadro; Darlon Davi Ulrich; Elisabete Britez Sousa; Gislene Kelly de Magalhães; Juscelino Dias de Moura; Maria de Fátima Gabriel Vieira; Alison Ferreira do Carmo; Jailson Latorraca Ferreira; Rosangela Rodrigues de Oliveira; Henrique Andrade Ferraz, Eva Izabel da Costa e Sirlei Araújo de Faria Silva**. E os Técnicos do Conselho, Ivone Aparecida Domingos Gasparetto, Luiz Rodrigues e Elidio Antônio Corrêa. Iniciando a reunião a Conselheira Carla Leticia agradeceu a presença de todos participantes desta e informou que a reunião é de **Pauta Única: Eleição da Presidência e Vice-Presidência do CACS – FUNDEB VG, para o biênio 2021-2022**. A Assessora Técnica, Ivone Gasparetto fez os esclarecimentos necessários sobre o processo de escolha da Presidência e Vice-Presidência e passou para a Conselheira Carla Leticia, conduzir o processo. Esta informou que por força da Nova Lei Federal que reestruturou o Novo FUNDEB Nacional, a Presidência e Vice-Presidência deste Conselho está em vacância desde a data de ontem, 25 (vinte e cinco) de março de 2021 (dois mil e vinte e um). Na sequência solicitou aos presentes para que se manifestassem sobre o interesse destes em compor chapas para concorrerem. Disse, que ela, Conselheira Carla Letícia e o Conselheiro Darlon Davi se colocam a disposição como candidatos à Presidência e Vice, respectivamente. Em seguida deixou livre para que os (as) Conselheiros (as) fizessem suas argumentações e apresentassem novas composições de chapas para concorrem. A Conselheira Maria de Fátima fez uso da palavra e disse que o CACS FUNDEB é muito importante para o município e fundamental na fiscalização da aplicação dos recursos destinados a educação e parabenizou a Conselheira Carla Leticia e o Conselheiro Darlon Davi na condução do Conselho, até então. Carla Leticia agradeceu e falou da importância dos (as) Conselheiros (as) representantes de segmentos novos que passaram a integrar o CACS FUNDEB nesta nova composição, pois estará melhor representado. Ivone Gasparetto informou ser importante que todos os (as) Conselheiros (as) presentes se manifestem. Sem mais argumentações dos presentes, **ficou apresentada uma Chapa Única composta pela Conselheira Carla Letícia Oliveira Borges, para Presidente e o Conselheiro Darlon Davi Ulrich para Vice-Presidente,** colocada apreciação a Chapa **foi eleita por unanimidade dos 13 (treze) Conselheiros (as) participantes.** Assim, **Carla Leticia Oliveira Borges e Darlon Davi Ulrich, eleitos Presidente e Vice, respectivamente, para o biênio 2021-2022**, agradeceram a todos pela confiança e apoio. Finalizando, a Conselheira Carla Leticia agradeceu mais uma vez a cada um e disse que com a participação de todos o CACS – FUNDEB VG fará o melhor para a educação no município e deu por encerrada a reunião. Sem mais nada a tratar a reunião foi encerrada as 11h45 (onze horas e quarenta e cinco minutos). Esta Ata foi redigida pela Equipe Técnica do Conselho, e após lida e aprovada será assinada pelos (as) Conselheiros (as) presentes.

ATO Nº 315/2021

KALIL SARAT BARACAT DE ARRUDA, Prefeito Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais e na conformidade com as disposições do artigo 69, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal consta no Processo nº 722752/2021;

R E S O L V E:

EXONERAR a pedido Lucas Henrique Teixeira Lopes matricula 130. 710 do cargo de concurso Técnico de Suporte administrativo Educacional da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, com efeito, a partir de 06 de abril de 2021.

.

Registra-se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 12 de Abril de 2021.

Kalil Sarat Baracat de Arruda

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 001/2021/PMVB

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

MENOR PREÇO “POR ITEM”.

PREGÃO ELETRÔNICO N. 001/2021 Regido pela Lei Federal n. 10.520/2002, Decreto Estadual n. 7.217/2006, Decreto Municipal n. 033/2013 e, subsidiariamente, pela Lei 8.666/1993.

ENCERRAMENTO DAS PROPOSTAS: Dia 28/04/2021 às 09h00min. (HORÁRIO DE BRASÍLIA -DF)

DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: Dia 28/04/2021, às 09h15min. (HORÁRIO DE BRASÍLIA –DF)

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Dia 28/04/2021, às 09h30min.

(HORÁRIO DE BRASÍLIA –DF)

Objeto: AQUISIÇÃO DE BANCOS DE JARDIM PARA VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE – MT.

MENOR PREÇO “POR ITEM”.

Realização: www.licitanet.com.br/ www.vilabeladasantissimatrindade.mt.gov.br. Vila Bela da Ss. Trindade/MT, 12 de abril 2021. PREGOEIRO: ALESSANDRO SANTANA DE SOUZA.

AVISO DO PREGÃO N. 031/2021 PMVB

PREGÃO N. 031/2021 Regido pela Lei Federal n. 10.520/2002, Decreto Estadual n. 7.217/2006, Decreto Municipal n. 033/2013 e, subsidiariamente, pela Lei 8.666/1993.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMARAS DE AR E PROTETORES PARA ATENDER AOS VEÍCULOS LEVES/PESADOS E MÁQUINAS DO MUNICÍPIO DE VILA BELA DA SS. TRINDADE/MT, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.

CREDENCIAMENTO: 08h do dia 26/04/2021.

INICIO DA SESSÃO: 08h do dia 26/04/2021. Aquisição do Edital no site: http://www.vilabeladasantissimatrindade.mt.gov.br/...

Solicitar pelo: Fone/fax: (65) 3259-1313 , (65) 3259-1132 ou pelo- e-mail: licitacoes@vilabeladasantissimatrindade.mt.gov.br

Local: Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade – Situada à Av. Dr. Mário Correia, Nº 452, Centro, CEP. 78.245-000. PREGOEIRO: ALESSANDRO SANTANA DE SOUZA.

EXTRATO DA ATA PREGÃO PRESENCIAL N. 018/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE – MT.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE TAMBORES (BOMBONAS) E CONTAINERS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE- MT

PRAZO: 12 Meses, a partir da emissão da ARP.

CONTRATADO:

EMPRESA:	CNPJ/CPF	VALOR TOTAL
ANDRE CESARI NIEMENS LEAL 02355053154	28.239.637/0001-54	R$ 24.620,000

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 12 de abril de 2021.

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA E RETIFICAÇÃO DA ABERTURA PROCESSO LICITATÓRIO Nº 019/2021 PREGÃO PRESENCIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE - MT

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA E RETIFICAÇÃO DA ABERTURA PROCESSO LICITATÓRIO Nº 019/2021 PREGÃO PRESENCIAL.

A Prefeitura Municipal de Vila Bela da Ss. Trindade, Estado de Mato Grosso, através do Pregoeiro, torna público que o **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 019/2021 PREGÃO PRESENCIAL** foi aberto no dia **12 de abril de 2021, às 08:00 hs** (horário local), foi declarado **DESERTO** e terá **REABERTURA** em **27/04/2021 ás 08:00h**.

O Edital e seus anexos estarão disponíveis na sala do Departamento de Licitações no endereço situada na Rua. Dr. Mario Correia, nº 452, Centro na cidade de Vila Bela da Ss. Trindade-MT e no site Portal da Transparência, de segunda à sexta-feira, tel. Contato (65) 3259-1313.

OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO É A ESCOLHA DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA PARA OREGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PLACAS PARA IDENTIFICAÇÃO DE VEÍCULOS OFICIAIS, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS.

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, de 12 de abril de 2021.

Alessandro Santana de Souza

PREGOEIRO OFICIAL

ADJUDICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL N. 017/2021

O Pregoeiro Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, levando em consideração a legalidade do procedimento, julgamento, habilitação e resultado relativo ao pregão presencial n. 017/2021, tendo por objeto a aquisição de aduelas de concreto armado, resolve ADJUDICAR o objeto da licitação a(s) empresa(s): WANDERSON FERREIRA VALADÃO 92632645115 , pessoa Jurídica, devidamente inscrita no CPF/CNPJ sob nº 24.690.555/0001-70, com proposta no valor global de R$ 154.800,00 (Cento e Cinquenta e Quatro Mil e Oitocentos Reais).

Vila Bela da Santíssima Trindade – MT, 12 de abril de 2021

ALESSANDRO SANTANA DE SOUZA

Pregoeiro

EXTRATO DA ATA PREGÃO PRESENCIAL N. 017/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE – MT.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE ADUELAS DE CONCRETO ARMADO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE- MT

PRAZO: 12 Meses, a partir da emissão da ARP.

CONTRATADO:

EMPRESA:	CNPJ/CPF	VALOR TOTAL
WANDERSON FERREIRA VALADÃO 92632645115	24.690.555/0001-70	154.800,00

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 12 de abril de 2021.

DESPACHO DE HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL N. 017/2021

O Prefeito Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade/MT, depois de analisado o parecer jurídico e, considerando a legalidade do procedimento, julgamento, habilitação e resultado relativo ao Pregão Presencial N. 017/2021, para aquisição de aduelas de concreto armado, resolve HOMOLOGAR o objeto da licitação a(s) empresa(s): WANDERSON FERREIRA VALADÃO 92632645115 , pessoa Jurídica, devidamente inscrita no CPF/CNPJ sob nº 24.690.555/0001-70, com proposta no valor global de R$ 154.800,00 (Cento e Cinquenta e Quatro Mil e Oitocentos Reais).

Vila Bela da Santíssima Trindade – MT, 12 de abril de 2021

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN

Prefeito Municipal

ADJUDICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL N. 018/2021

O Pregoeiro Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, levando em consideração a legalidade do procedimento, julgamento, habilitação e resultado relativo ao pregão presencial n. 018/2021, tendo por objeto a aquisição de tambores (bombonas) e containers, resolve ADJUDICAR o objeto da licitação a(s) empresa(s): WANDERSON FERREIRA VALADÃO 92632645115 , pessoa Jurídica, devidamente inscrita no CPF/CNPJ sob nº 24.690.555/0001-70, com proposta no valor global de R$ 154.800,00 (Cento e Cinquenta e Quatro Mil e Oitocentos Reais).

Vila Bela da Santíssima Trindade – MT, 12 de abril de 2021

ALESSANDRO SANTANA DE SOUZA

Pregoeiro

DESPACHO DE HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL N. 018/2021

O Prefeito Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade/MT, depois de analisado o parecer jurídico e, considerando a legalidade do procedimento, julgamento, habilitação e resultado relativo ao Pregão Presencial N. 018/2021, para aquisição de tambores (bombonas) e containers, resolve HOMOLOGAR o objeto da licitação a(s) empresa(s): ANDRE CESARI NIEMENS LEAL 02355053154 , pessoa Jurídica, devidamente inscrita no CPF/CNPJ sob nº 28.239.637/0001-54, com proposta no valor global de R$ 24.620,00 (Vinte e Quatro Mil e Seiscentos e Vinte Reais).

Vila Bela da Santíssima Trindade – MT, 12 de abril de 2021.

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA E RETIFICAÇÃO DA ABERTURA PROCESSO LICITATÓRIO Nº 020/2021 PREGÃO PRESENCIAL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE - MT

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA E RETIFICAÇÃO DA ABERTURA PROCESSO LICITATÓRIO Nº 020/2021 PREGÃO PRESENCIAL.

A Prefeitura Municipal de Vila Bela da Ss. Trindade, Estado de Mato Grosso, através do Pregoeiro, torna público que o **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 020/2021 PREGÃO PRESENCIAL** foi aberto no dia **12 de abril de 2021, às 10:00 hs** (horário local), foi declarado **DESERTO** e terá **REABERTURA** em **27/04/2021 ás 10:00h**.

O Edital e seus anexos estarão disponíveis na sala do Departamento de Licitações no endereço situada na Rua. Dr. Mario Correia, nº 452, Centro na cidade de Vila Bela da Ss. Trindade-MT e no site Portal da Transparência, de segunda à sexta-feira, tel. Contato (65) 3259-1313.

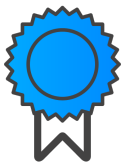
REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E/OU FUTURA AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS NO MUNICÍPIO DE CUIABÁ - MT, A VAREJO, PARA VEÍCULOS DE DIVERSAS SECRETARIAS, POR *MAIOR DESCONTO PERCENTUAL POR ITEM,*CONFORME ESPECIFICAÇÕES DISCRIMINADAS NO ANEXO I DO EDITAL.

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, de 12 de abril de 2021.

Alessandro Santana de Souza

PREGOEIRO OFICIAL

Esse documento foi assinado por

	**Signatário**	CN=ASSOCIACAO MATOGROSSENSE DOS MUNICIPIOS:00234260000121, OU=Certificado PJ A1, OU=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Data/Hora	Mon Apr 12 23:31:37 UTC 2021
	Emissor do Certificado	CN=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Número Serial.	1170115676103352402
	Método	urn:adobe.com:Adobe.PPKLite:adbe.pkcs7.sha1 (Adobe Signature)